



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella,
Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550
Telefones: (86) 3215-5525/3215-5526

E-mail: assessoriaufpi@gmail.com ou comunicacao@ufpi.edu.br

BOLETIM DE SERVIÇO

Nº 638 - junho/2023
Resoluções - Nº 511 a 513/2023
(PRAD/UFPI)

Teresina, 12 de junho de 2023



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 511, DE 12 DE JUNHO DE 2023

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês, da Universidade Federal Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 12/06/2023 e, considerando:

- o Processo eletrônico nº 23111.051191/2021-56;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês, da Universidade Federal do Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella, conforme documento anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 42, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, justificando-se a urgência em virtude da necessidade imediata de avaliação do curso pelo Ministério da Educação (MEC).

Teresina, 12 de junho de 2023


GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DE LETRAS ESTRANGEIRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS E FRANCÊS



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS E FRANCÊS**

TERESINA – 2023

Assinatura manuscrita em azul, que parece ser "Silviana".

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS E FRANCÊS

Projeto Pedagógico do Curso de
Licenciatura em Letras – Português e
Francês.

Universidade Federal do Piauí - Campus
Ministro Petrônio Portella, no município
de Teresina – Piauí, a ser
implementado/implantado em 2024.1.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITORA

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR (A) DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Luís Carlos Sales

PRÓ-REITOR (A) DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dra. Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR (A) DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo

PRÓ-REITOR (A) DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof. Dra. Deborah Dettmam Matos

PRÓ-REITOR (A) DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Profª Dra Mônica Arrivabene

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Silvana Santiago da Rocha
Coordenadora Geral de Graduação

Maria Rosália Ribeiro Brandim
Coordenadora Geral de Estágio

Francisco Newton Freitas
Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Leomá Albuquerque Matos
Diretor de Administração Acadêmica

Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva
Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

Maycon Silva Santos
Coordenador de Seleção e Programas Especiais

Ana Caroline Moura Teixeira
Assessora da Pró-Reitoria

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS E FRANCÊS

DIRETORA:

Prof. Dra. Edna Maria Goulart Joazeiro

VICE-DIRETOR:

Profa. Dr. João Benvindo de Moura

COORDENADORA DO CURSO:

Profa Dra. Patrícia de Oliveira Lucas

SUBCOORDENADORA DO CURSO:

Profa. Dra. Ana Cláudia Oliveira Silva

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Lucas

Profa. Dra. Ana Cláudia Oliveira Silva

Prof. Dr. Francisco Wellington Borges Gomes

Prof. Dr. Alcione Corrêa Alves

Profa. Dra. Maria Goreth de Sousa Varão

Prof. Dr. Luis Felipe Pereira dos Santos Donadio

Isabelle Maria de Alencar Brito (membro discente)

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Lucas (Presidente)

Prof. Dr. Alcione Correa Alves

Profa. Dra. Carolina de Aquino Gomes

Profa. Dra. Larissa Maria da Silva Ferreira Rodrigues

Profa. Dra. Marcella dos Santos Abreu

COLABORAÇÃO E REVISÃO

Docentes

Prof. Dr. Alcione Correa Alves
Profa. Dra. Beatriz Gama Rodrigues
Profa. Ms. Carolina Aurea Cunha Rio Lima
Profa. Dra. Carolina de Aquino Gomes
Prof. Dr. Cláudio Augusto Carvalho Moura
Profa. Dra. Cristiane Viana da Silva Fronza
Prof. Dr. Emerson Patrício de Moraes Filho
Prof. Dr. Francisco Wellington Borges Gomes
Profa. Dra. Larissa Maria da Silva Ferreira Rodrigues
Profa. Dra. Marcella dos Santos Abreu
Profa. Dra. Samantha de Moura Maranhão
Profa. Ms. Silvania Marcia Beserra Viana
Prof. Ms. Tiago Barbosa Souza

Estudantes

Cléa Francisca Porto Machado
Maria Clara Leite Figueira

Técnico Administrativo

Lucas Rêgo Alves - Secretário da Coordenação de Letras Estrangeiras

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP:
64049-550

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO: LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS E FRANCÊS

CÓDIGO DO CURSO INEP: 22128

CRIAÇÃO DO CURSO:

Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958, publicado no DOU de 20/03/1958 (p. 5761).

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Reconhecido pelo Decreto nº 54.038 de 23/07/1964, DOU de 28/07/1964.

Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012.

IMPLANTAÇÃO DO NOVO CURRÍCULO: 2024.1

TÍTULO ACADÊMICO MASCULINO: LICENCIADO EM LETRAS - PORTUGUÊS E FRANCÊS

TÍTULO ACADÊMICO FEMININO: LICENCIADA EM LETRAS - PORTUGUÊS E FRANCÊS

MODALIDADE: Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínimo: 5 anos

Máximo: 7 anos

Para alunos com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no curso.

ACESSO AO CURSO:

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC e de acordo com o Edital específico da UFPI.

REGIME LETIVO: SEMESTRAL**VAGAS AUTORIZADAS e-MEC: 50****OFERTA DO CURSO:**

SEMESTRE LETIVO	TURNO(S)	VAGAS
1º SEMESTRE	Integral (matutino e vespertino)	50

ESTRUTURA CURRICULAR:

Ano/período de implantação:	Carga horária por período letivo		
	Mínima	Média	Máxima
2024	30	348	405

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2415	161
Disciplinas Optativas	135	9
Atividade de Trabalho de Conclusão de Curso	120	8
Atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	810	54
Atividades Complementares	200	--
Atividades Curriculares de Extensão	409	--
TOTAL	4089	232

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	11
	1.1 Justificativa	11
	1.2 Contexto Regional e Local	18
	1.3 Histórico e Estrutura Organizacional da UFPI e dos Cursos de Letras Estrangeiras	19
	2. CONCEPÇÃO DO CURSO	22
	2.1 Princípios Curriculares	22
	2.2 Objetivos do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês	24
	2.2.1 Objetivos Gerais	24
	2.2.2 Objetivos Específicos	25
	2.3 Perfil do Egresso	26
	2.4 Competências e Habilidades	28
3	PROPOSTA CURRICULAR	33
	3.1 Estrutura e Organização Curricular	33
	3.1.1 Prática como Componente Curricular	34
	3.1.2 Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês	36
	3.1.2.1 Disciplinas separadas por eixos (de acordo com a resolução n.º 02/19-CNE/CP)	41
	3.1.2.2 Disciplinas Optativas do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês	44
	3.1.3 Fluxograma	46
	3.2. Estágio, Atividades Complementares, Extensão e Trabalho de Conclusão de Curso	49
	3.2.1 Estágio	49
	3.2.2 Atividades complementares	49
	3.2.3 Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	56
	3.2.3.1 Regulamento das atividades curriculares de extensão (ACE)	58
	3.2.4 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	59
	3.3. Metodologia	60
4	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	61
	4.1 Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão	61
	4.2 Apoio ao Discente	61
	4.2.1 Atividades de Apoio Didático/Nivelamento	62
5	SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	63
	5.1 Avaliação da aprendizagem	63
	5.2 Avaliação do PPC	72
6	EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS	75
	6.1 Disciplinas obrigatórias	75
	6.2 Disciplinas Optativas	115
7	CORPO DOCENTE	148
	7.2 Atuação e regime de trabalho do coordenador do curso	149
	7.3 Perfil do corpo docente (regime de trabalho e titulação)	149

8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	151
8.1 Local de Funcionamento, infraestrutura física e laboratórios	151
8.2 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	151
9 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	153
9.1 Vigência e Migração do Currículo	153
9.2 Equivalência entre Projetos Pedagógicos	155
REFERÊNCIAS	159
APÊNDICES	165
a) Regulamento do Estágio	165
b) Regulamento do TCC	172
Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC	172

1 APRESENTAÇÃO

Informa-se, por meio deste documento, a atualização do currículo do Curso de Língua Portuguesa, Francesa e Respectivas Literaturas que, doravante, passa a ser intitulado Licenciatura em Letras - Português e Francês. Essa alteração de nomenclatura e o conjunto de outras atualizações de componentes curriculares e de referenciais bibliográficos, em destaque neste Projeto Político-Pedagógico de Curso (PPC), justificam-se, primeiramente, pelo cumprimento das leis Federais e Resoluções vigentes, normativas que regulamentam os cursos de licenciaturas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), a saber, as diretrizes curriculares para a formação em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica (Resolução n.º 220/16 - CEPEX), à LDBEN (Lei 9.394/96), às DCNs (BRASIL, 2019; BRASIL, 2020), ao PNE (Lei nº 13.005/2014), à BNCC (2017), a Resolução CNE/CP nº 02/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de professores para a Educação Básica (BNC - Formação), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - UFPI 2020/2024), à Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012 e à Resolução CEPEX/UFPI 053/19 – CEPEX. Tal regulamentação visa, em termos práticos, prover o ensino público, gratuito, inclusivo e de qualidade que permita o atendimento de demandas de formação profissional, especialmente do campo educacional, no estado do Piauí e na região Nordeste, com repercussões em todo o país.

1.1 Justificativa

O curso de Licenciatura em Letras - Português e Francês se insere no âmbito da Coordenação de Letras Estrangeiras (CLE), do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), da UFPI. Tal coordenação é composta também por docentes do curso de Licenciatura em Letras-Inglês. O trabalho de revisão deste PPC contou com a colaboração de docentes e de servidor técnico-administrativo da CLE, bem como de duas estudantes do curso que acompanharam as decisões sobre as atualizações aqui pretendidas, especialmente com relação à alteração de nomenclaturas, de carga horária, pré-requisitos e de períodos de oferta de componentes curriculares. Sua participação foi ativa também no que diz respeito à discussão sobre nova regulamentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e criação de disciplinas para contemplar, não somente as especificidades da iniciação de graduandos como pesquisadores da área, com **Metodologia da pesquisa em Letras**, mas também as

necessidades emergentes da educação linguística no Brasil, com **Português como Língua Adicional: história, pesquisas e materiais.**

Com base nessas discussões e nos documentos orientadores arrolados na seção anterior, acredita-se que o curso atenderá à carência de profissionais habilitados na região onde se insere, por meio de uma formação que se constitui por conhecimentos linguísticos, literários e culturais inter-relacionados ao fenômeno educativo do contexto local. Outrossim, eles compreendem a linguagem, em todas as suas manifestações, como construto histórico, social e situado, capaz de provocar o pensamento crítico, a reflexão e a transformação de realidades. Desse modo, é incumbência do curso trabalhar as questões educacionais de acordo com as demandas e potencialidades do estado do Piauí, a fim de oferecer meios para qualificar o futuro profissional de ensino de português e francês, tendo em vista as necessidades e os desafios do território.

Assim, os egressos dos Cursos de Licenciatura em Letras - Português e Francês estarão aptos a preencher a lacuna educativa proveniente da insuficiência de profissionais devidamente habilitados e capacitados para atuar nas redes de ensino no estado, prestando um serviço educacional com bases formadoras oriundas do ensino superior, somada à reconhecida qualidade proporcionada por uma graduação promovida pela UFPI.

O curso de Licenciatura em Letras - Português e Francês se fundamenta em uma perspectiva histórico-cultural. Ele tem como eixo articulador, a partir do PDI - UFPI 2020-2024, a interdisciplinaridade e a transversalidade, com o objetivo de construir concepção de língua e literatura mais ampla, não somente como fenômeno linguístico formal e/ou artístico, mas como repertório que possibilite o engajamento discursivo e social.

Tal formação assume um papel fundamental para o desenvolvimento cultural e socioeconômico brasileiro, em especial da população piauiense, que ainda apresenta índices baixos de letramentos, notadamente no que concerne ao repertório em línguas adicionais. Essa problemática também se estende aos conhecimentos do português como língua materna e, mais recentemente, do português como língua adicional (decorrente da migração de grupos provenientes de outros países para o Piauí, por exemplo).

Note-se que, mesmo com as melhoras substanciais no cenário educativo nacional da última década, segundo o censo do IBGE referente ao ano de 2016, o Piauí ocupa o penúltimo lugar no *ranking* de classificação das unidades federativas do Brasil por alfabetização, com o percentual de 82,8% de alfabetizados dentre sua população com 15 anos de idade ou mais, ficando à frente apenas do estado de Alagoas (80,6%) e abaixo da média da região Nordeste

(85,2%) - a região mais pobre da federação e com maior número de analfabetos.

Nesse quadro, além de observar o alcance da alfabetização no estado (utilizada como um dos elementos determinantes na aferição do Índice de Desenvolvimento Humano das populações, segundo a Organização das Nações Unidas), há de se destacar o papel dos letramentos, que constituem a base dos processos educativos contemporâneos. Para o curso de Licenciatura em Letras - Português e Francês, cuja atualização é proposta neste PPC, os letramentos são adotados a partir de uma perspectiva plural e crítica, ou seja, como um conjunto de conhecimentos, saberes e habilidades que permite aos indivíduos se situarem em um mundo marcado pela diversidade de línguas/linguagens, tornando-os capazes de mobilizar tais construtos para avaliar, julgar, criticar, agir e produzir conhecimentos nas esferas sociais das quais fazem parte.

Tal concepção, entretanto, não se limita ao conhecimento e uso da língua materna, visto que para atuar no mundo contemporâneo é necessário mobilizar uma série de repertórios interculturais e plurilíngues. Nesse contexto, é preciso levar em consideração que, segundo relatório de 2022 da *Organisation Internationale de la Francophonie* (OIF), o francês é atualmente uma língua falada por cerca de 320 milhões de pessoas em todo o mundo, sendo a 4ª língua mais usada na internet¹.

Em um cenário mundial no qual as relações internacionais são amplamente valorizadas e necessárias, ignorar a importância dessa língua pode ser um entrave para o crescimento econômico do país, afetando diretamente índices e programas educacionais e culturais de desenvolvimento, dentre vários outros prejuízos decorrentes de uma cultura de estímulo ao monolinguismo. Acredita-se que os processos de ensino-aprendizagem de francês podem auxiliar a romper com essa visão redutora sobre as línguas, ao oferecer caminhos para que os estudantes vislumbrem novas oportunidades de trabalho e, com elas, ampliem habilidades de letramentos nas comunidades de aprendizagem onde devem atuar como professores.

O curso pode contribuir, então, para a formação de profissionais conscientes e autônomos, aptos a lidarem com linguagens diversas, interagindo com diferentes textos e pessoas. Outrossim, reforça-se que habilidades de letramentos bem sedimentadas permitirão não apenas suplantarem a carência de docentes qualificados, mas também fomentar a reflexão crítica necessária para o mundo do trabalho, especialmente no contexto intercultural e plurilíngue que tem se delineado nas últimas décadas.

¹ Disponível em: <<https://www.francophonie.org/node/305>> Acesso em: 24 mai. 2023.

A reformulação curricular da Licenciatura em Letras - Português e Francês representa mais um passo com vistas a consolidar a presença de qualidade da UFPI nas mais diversas áreas do estado. O processo afina-se à Resolução CNE/CP nº 02/2019, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (DCN) e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC - Formação), especialmente em seu artigo 6º, item IV, quando preconiza “[...] a garantia de padrões de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e a distância” (BRASIL, 2019. p. 3).

É urgente a oferta de ensino de qualidade em um campo do conhecimento estratégico para o crescimento socioeconômico do estado do Piauí, que é o do ensino de línguas. A área recebe ainda mais relevância em função do papel da universidade como difusora de conhecimento, já que a educação linguística viabiliza maior participação dos estudantes, exercendo seu papel dentro da coletividade, por meio de atuação profissional e social compatível com as demandas da contemporaneidade. Essa também é a postura defendida naquela Resolução CNE/CP nº 02/2019, em seu Art. 6º, item IX, que compreende os docentes “[...] como agentes formadores de conhecimento e cultura e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a conhecimentos, informações, vivência e atualização cultural” (BRASIL, 2019. p. 3).

Dessa forma, esta proposta visa otimizar a “[...] a articulação entre a teoria e a prática para a formação docente, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes” (BRASIL, 2019, p. 3). Para além da adequação à Resolução CNE/CP nº 02/2019, esta reformulação curricular visa ao atendimento das demandas do PDI/UFPI - 2020/2024, de modo que os novos quadros de disciplinas a serem ofertadas no curso ampliem as oportunidades de preparação e o desenvolvimento dos conteúdos em atividades de cunho educacional e pedagógico ligadas às escolas e às práticas educacionais.

Nesse cenário, programas como Idiomas sem Fronteiras (IsF)/ Rede Andifes, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), a Residência Pedagógica (RP) e os cursos livres de extensão em línguas para a comunidade interna e externa à UFPI têm papel fundamental na preparação dos discentes para o mundo do trabalho. Esse movimento de integração entre ensino, pesquisa e extensão está expresso na Resolução CEPEX/UFPI 053/19 e no PDI UFPI 2020/2024, que regulamentam a inclusão das atividades

de extensão como componente curricular obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Sobre isso, o PDI UFPI 2020/2024 afirma que:

Na Universidade Federal do Piauí, com base na Resolução 053/19- CEPEX, a partir de dezembro de 2021, as atividades curriculares de extensão (ACE) serão componentes curriculares obrigatórios em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação, totalizando carga horária, no mínimo, de 10% da carga horária total do curso (BRASIL, 2020, p. 52).

De modo concomitante, dentro da premissa da “[...] formação continuada que deve ser entendida como componente essencial para a profissionalização docente [...]” (BRASIL, 2019, p. 3), a matriz curricular do curso de Licenciatura em Letras - Português e Francês visa também preparar o corpo discente para a continuação dos estudos na Pós-Graduação mediante o diálogo entre o currículo e as pesquisas desenvolvidas pelo corpo docente da Coordenação de Letras Estrangeiras. O estímulo à pesquisa científica na estrutura curricular também se dá por meio de componentes que visam à formação e consolidação de núcleos e grupos de pesquisa/ estudos, além dos programas de de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq e PIBIC/UFPI), Iniciação Científica Voluntária (ICV/UFPI) e Iniciação Científica Tecnológica (PIBIT/UFPI).

Além disso, a realização de eventos acadêmicos em parceria com o Consulado Geral da França no Brasil, a *Agence Universitaire de la Francophonie*, a *France Éducation International*, a agência *Campus France*, a Federação Brasileira de Professores de Francês, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Ensino Superior (CAPES), entre outras instituições, também se materializa como parte dos componentes curriculares do curso. A aproximação e o apoio desses parceiros ampliam no curso possibilidades de planejamento e engajamento em atividades científico-culturais da área de ensino-aprendizagem de português e francês, que permitam aos estudantes “[...] identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação”, conforme a BNC-Formação (BRASIL, 2019, p. 19).

Esta nova proposta curricular busca, assim, afinar-se – sem perder o foco na Educação Básica – de modo pragmático à realidade da profissão de licenciado em Letras - Português e Francês, a fim de fornecer aos discentes uma formação condizente com a miríade de possibilidades que o mundo do trabalho oferece ao portador de um diploma do curso, ação respaldada pelo Art. 3º da Resolução 220/2016 – CEPEX, que garante que:

A formação dos profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho

docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e a exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da Educação Básica e da profissão.

Desse modo, a formação do licenciado em Letras - Português e Francês pode lhe possibilitar outras oportunidades de carreira que não apenas o ensino regular, tais como a atuação em escolas de idiomas, cursos de Português como Língua Adicional (PLA), aulas e/ou serviços de tradução e interpretação (sejam escritas ou orais), revisão, elaboração de material didático, entre outros.

Também em consonância com a BNC-Formação, que prevê, como dimensão do conhecimento profissional do educador “[...] reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos” (BRASIL, 2019. p. 15), o curso contempla a preparação para a atuação, por exemplo, em oportunidades associadas à educação básica bilíngue. Ainda que restrita à rede privada de ensino, tal realidade se faz presente no estado há pouco mais de uma década e apresenta demanda por profissionais capacitados que cresce exponencialmente, sobretudo na capital, Teresina.

Com o objetivo de ampliar a visão e a atuação do profissional formado pelo curso de Licenciatura em Letras - Português e Francês, como também determinam as competências gerais docentes propostas pela BNC-Formação, os profissionais docentes devem “utilizar diferentes linguagens – escrita, gestual, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo” (BRASIL, 2019. p. 13).

Na esteira da natureza multimodal da linguagem, constantes inovações tecnológicas e demandas do mundo do trabalho assumem um papel crescente na sociedade atual, por isso a proposta curricular em tela sugere a integração das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) em seus componentes curriculares. Nesse contexto, as TDIC passam a ser encaradas tanto como ferramentas auxiliares do processo de ensino-aprendizagem quanto como objeto de estudo teórico-prático, com disciplinas específicas dentro da matriz curricular, na qual são abordadas como mediadoras de experiências didáticas ricas em significados e possibilidades. A inserção das tecnologias digitais visa, assim, colaborar para o despertar de professores mais críticos em relação ao papel social da linguagem e sobre seu próprio papel como agentes de transformação, tanto no contexto de formação de professores de letras estrangeiras modernas da UFPI quanto na educação básica como um todo.

Outro ponto relevante para a inclusão das tecnologias digitais, tanto como objeto de estudo, a partir de um viés pedagógico, quanto como instrumento efetivo na interação entre professores e estudantes dentro e fora do contexto dos cursos de Letras - Português e Francês da UFPI, foi a pandemia deflagrada, em 2020, pela propagação do vírus SARS-COV-2, que tornou ainda mais evidente a necessidade de reformulação do ensino superior tradicional para a adoção de uma perspectiva que integre as TDIC de modo significativo na formação dos discentes.

Nesse sentido, experiências como a adoção do ensino remoto emergencial e a integração da comunicação mediada por computador como um componente recorrente na vida de professores e estudantes ressaltaram que é extremamente necessário repensar os currículos dos cursos de Letras Estrangeiras, de modo que eles reflitam as mudanças sociais, tecnológicas e laborais pelas quais temos passado nos últimos anos.

Também se tornou evidente que é preciso propor mudanças que garantam a qualidade dos cursos de Letras Estrangeiras da UFPI, assim como condições de trabalho adequadas para os docentes da Coordenação de Letras Estrangeiras (CLE) e para os egressos de seus cursos, quando em atuação no mundo do trabalho. Essa é uma necessidade já apontada pela Resolução CNE/CP nº 02/2019 e pela Resolução CNE/CP nº 1/2020, documentos que demonstram a necessidade de repensar meios eficazes de proporcionar experiências de aprendizagem significativas, nas quais a utilização das TDIC sejam vislumbradas pelos educadores como ferramentas de mediação didática.

Por esses motivos, nesta nova proposta são adotadas soluções alternativas para a flexibilização do currículo, especialmente pelo uso das TDIC, seja por meio da interação presencial, seja da não-presencial síncrona e assíncrona, dentro do limite de 40% da carga horária de cada disciplina, tal como preconizado pelo Artigo 42 da Resolução CEPEX/UFPI No 177/12 e suas atualizações, que define as normas para funcionamento dos cursos de graduação na Universidade Federal do Piauí.

Dessa feita, a proposta aqui apresentada justifica-se pela atualização dos conteúdos e as práticas dos cursos, de modo que eles possam atender às demandas de uma sociedade cada vez mais dinâmica e com vistas ao futuro. Para isso, buscamos uma formação de qualidade, fundamentada solidamente na interação teoria e prática, construídas com base nas recentes discussões educacionais, linguísticas, literárias, culturais, filosóficas e artísticas, que caracterizam a área de Letras.

1.2 Contexto Regional e Local

O Piauí é uma das 27 unidades federativas do Brasil, localiza-se na região Nordeste, sendo o terceiro maior estado nordestino em área territorial. Limita-se com cinco estados brasileiros: Ceará e Pernambuco, a leste; Bahia, a sul e sudeste; Tocantins, a sudoeste; e Maranhão, a oeste; além do oceano atlântico, ao norte. O território piauiense (251.529 km²) constitui-se numa área geográfica homogênea, apresentando características do Planalto Central, pela presença do tipo vegetacional cerrado; da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes; e do Nordeste semiárido, pelos cursos de água intermitentes. A população do Piauí totaliza em mais de 3 milhões de habitantes (3 milhões e 195 mil). Está organizado geograficamente em 04 Mesorregiões, 15 Microrregiões e 224 municípios.

Teresina, a capital do Piauí, foi fundada em 16 de agosto de 1852, visto que a primeira capital foi Oeiras, sediada na Mesorregião Sudeste Piauiense, Microrregião de Picos. Teresina fica na Mesorregião Centro Norte Piauiense, possui pouco mais de 860 mil habitantes, sendo que sua região metropolitana, denominada Região Integrada da Grande Teresina, que envolve os municípios piauienses de Altos, Beneditinos, Coivaras, Currálinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Nazária, Teresina e União, além do município maranhense de Timon (do qual se separa apenas pelo Rio Parnaíba), é detentora de 37% da população do Estado, com 1.189.260 habitantes, segundo o IBGE (2014).

A UFPI é a principal Instituição de Educação Superior (IES) do Estado do Piauí e o seu Campus sede, nomeado Campus Ministro Petrônio Portella (CMPP), está localizado em Teresina, à Avenida Universitária, s/n, no Bairro Ininga. Em março de 2021, a UFPI completou 50 anos de instalação e se encontra num patamar satisfatório de desenvolvimento, tendo passado, no período de 2013 a 2019, da 69^a posição nacional para a 33^a, segundo o *ranking* Universitário Folha (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). Ao longo de sua existência, a UFPI tem se pautado em parâmetros de qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de periódicos científicos e em diversas comissões de normas técnicas, além de outros comitês de importância para as decisões de políticas estaduais e municipais. Como instituição de ensino superior integrante do sistema federal de ensino superior brasileiro, a UFPI é a maior universidade pública do Estado do Piauí, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como pelo crescimento dos índices de produção intelectual, características estas que a projetam em uma posição de referência e de liderança

regional.

1.3 Histórico e Estrutura Organizacional da UFPI e dos Cursos de Letras Estrangeiras

A UFPI é uma Instituição de Educação Superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina, possuindo atualmente três outros Campi sediados nas cidades de Picos, Bom Jesus e Floriano. Inicialmente, a UFPI foi credenciada como Faculdade isolada, por meio do Decreto nº 17.551 de 09.01.1945. Após a reunião de suas unidades isoladas existentes na época de sua fundação (Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina, em Teresina; e Faculdade de Administração, de Parnaíba), foi recredenciada em 1968, desta vez como Universidade (Lei 5528, de 12/11/1968). Recebeu visita de recredenciamento institucional com o advento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) em 2009, cujo documento regulatório foi publicado em 2012 (Portaria MEC nº 645 de 18/05/2012), que a recredenciou pelo prazo de dez anos. Até o ano de 2018, também fazia parte da UFPI o Campus Ministro Reis Velloso, localizado no município de Parnaíba, que foi desmembrado através da Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018, para constituir a Universidade Federal do Delta do Paranaíba (UFDPAr).

A partir da melhoria da qualificação do seu corpo docente e ampliação da infraestrutura, a UFPI vem, de forma gradativa, ampliando sua área de atuação, articulando a consolidação dos cursos e programas já existentes com a implantação de novos, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação e também por meio da definição de linhas de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado, além da prestação de serviços à comunidade, sempre em uma perspectiva de articular crescimento com desenvolvimento. De 1971 a 2005, a UFPI ministrou apenas ensino de graduação presencial, porém, em 2006, houve o credenciamento do ensino a distância e a criação do Centro de Educação Aberta e a Distância - CEAD, com a implantação do curso de Bacharelado em Administração, em caráter experimental. A partir do segundo semestre de 2006, ocorreu a ampliação do número de cursos ministrados na modalidade EaD.

Em seguida, a instituição aderiu ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, objetivando favorecer o acesso e a permanência de jovens na educação superior, de forma a consubstanciar o Plano de

Desenvolvimento da Educação - PDE (Lei nº 10.172/2001), o que possibilitou a expansão da oferta, com reestruturação de dois campi do interior (Parnaíba e Picos) e implantando dois novos Campi, nas cidades de Bom Jesus, no extremo sul do Estado, distando de 635 km da capital, e em Floriano, situada na Mesorregião do Sudoeste Piauiense, Microrregião do mesmo nome, distante 234 km da capital. O início das atividades do Campus de Bom Jesus ocorreu no primeiro semestre de 2006 e o de Floriano se deu no primeiro semestre de 2009. Em decorrência desse trabalho de expansão e interiorização no processo seletivo para ingresso de estudantes nos cursos de Graduação da UFPI, em 2009, foram oferecidas 5.706 (cinco mil setecentas e seis) vagas para 92 (noventa e dois) cursos regulares, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura, incluindo-se nesse número, em alguns casos, a repetição de uma mesma área em distintos campi ou de turno num mesmo campus.

A história dos Cursos de Letras, no Piauí, por sua vez, se inicia com a criação da Sociedade Piauiense de Cultura, em 29 de maio de 1957, órgão idealizado por D. Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina, que objetivava, dentre outras atividades, a instalação de cursos de Ensino Superior no estado, de modo que, em cumprimento à meta proposta, foi criada a Faculdade de Filosofia do Piauí em 16 de junho de 1957. A isso se seguiram, cronologicamente, os seguintes eventos:

a) Envio, por seu primeiro diretor, o prof. Clemente Honório Parentes Fortes, de solicitação de funcionamento da FAFI ao MEC, em julho de 1957;

b) Aprovação do Parecer 03/1958, da Comissão de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, que autorizou o funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí;

c) Autorização, via Decreto no. 43.402, de 18 de fevereiro de 1958, publicada no DOU do dia 20, do funcionamento da Faculdade;

d) Ingresso da primeira turma de Bacharelado em Letras Neolatinas, após concurso de habilitação realizado entre 31 de março e 2 de abril de 1958, com aprovação de doze candidatas;

e) Instalação oficial da Faculdade de Filosofia (FAFI), em 7 de abril de 1958, no auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus, com aula inaugural proferida pelo prof. Clemente Honório Parentes Fortes;

f) Início das atividades da faculdade (cujos professores, aliás, voluntários, recebiam remuneração simbólica), com três cursos de bacharelado: Letras Neolatinas, Filosofia e Geografia/História, sendo que, nesse momento, licenciavam-se professores em Português e

em até três de quatro habilitações: Francês, Espanhol, Italiano, Latim e Literaturas correspondentes;

g) Formatura, em dezembro de 1960, da primeira turma (denominadas Dom Avelar Brandão Vilela) de Bacharéis em Letras Neolatinas pela FAFI;

h) Oferta, em 1963, aos bacharelados em Letras da primeira turma, a de 1960, do Curso de Didática, que lhes garantiu, também, o licenciamento, devido à reforma curricular de 1962;

i) Orientação proposta pela reforma curricular de 1962, que a FAFI seguiu, para que o Curso de Letras ficasse, mesmo após sua efetiva transferência para a Universidade Federal do Piauí (UFPI), com a habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa, surgindo depois as habilitações em Francês e em Inglês, com as respectivas Literaturas, que perduram até hoje;

j) Reconhecimento dos cursos criados pela FAFI em 1958 se deu em 23 de julho de 1964, via Decreto 54.038/1964;

k) Reconhecimento, via Lei 2.877, de 6 de junho de 1968, publicada no DOE do dia 7, da FAFI como entidade de utilidade pública;

l) Transferência legal do Curso de Licenciatura em Letras da FAFI para a UFPI, em 1971, com a criação, no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), do Departamento de Letras;

m) Transferência efetiva do Curso de Letras da FAFI para a UFPI, em 1972;

n) Extinção da FAFI, em 1972, devido à transferência efetiva de seus cursos para a UFPI.

Na UFPI, o Curso de Licenciatura Plena em Letras ficou sob a gestão do Departamento de Letras (DL), órgão acadêmico-administrativo que integrou o CCHL até o ano de 2015, quando foi desmembrado nas Coordenações de Letras Estrangeiras (CLE) e Letras Vernáculas (CLV). Tendo as atividades iniciadas em 1973, a primeira chefe do DL foi a professora Maria de Lourdes Leal Nunes de Andrade Brandão.

Outros momentos históricos do Curso de Letras, já na UFPI, em ordem cronológica, foram:

a) Implantação da habilitação em Francês e literatura correspondente e da habilitação em Inglês e literatura correspondente;

b) Implantação oficial, em 1985, em cumprimento à Resolução 014/85 do CPEX, que institucionalizou as Coordenações de Cursos na UFPI, da Coordenação do Curso de Letras;

c) Implantação, em 1987, do Curso de Especialização em Língua Portuguesa, de

natureza pública e gratuita;

d) Implantação, em 2004, do Curso de Mestrado Acadêmico em Letras, com áreas de concentração em Estudos Linguísticos e Estudos Literários e linhas de pesquisa em Literatura, Cultura e Sociedade e Sociedade, Linguagem e Discurso: Análise e Variação;

e) Implantação, em 2011, dos novos currículos para os cursos de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa (integral e noturno) e Licenciatura em Letras – Língua Inglesa e Literatura de Língua Inglesa (diurno);

f) Início, em 2012, das novas turmas dos novos cursos de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, Francesa e Respectivas Literaturas (diurno);

g) Início, em 2014, do curso de Letras/LIBRAS;

h) Dissolução, em 2015, do Departamento de Letras e criação das coordenações de Letras Estrangeiras e Letras Vernáculas.

i) Aprovação, em 2018, do Doutorado em Letras no Programa de Pós-graduação em Letras da UFPI.

Os atuais Cursos de Graduação em Letras da Coordenação de Letras Estrangeiras da UFPI têm, à disposição dos estudantes, já para escolha no Sistema de Seleção Unificada (SiSU), a oferta das seguintes habilitações:

a) Licenciatura em Letras - Inglês;

b) Licenciatura em Letras - Português e Francês.

2. CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios Curriculares

Desde o final do século XX, as políticas educacionais brasileiras têm passado por um conjunto de reformas que colocou em destaque as propostas curriculares de formação docente. Trata-se de uma série de regulamentações no âmbito do legislativo, intensificadas no período de 1999 a 2001, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, assim como no período posterior, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2002, do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), da Resolução CNE/CP nº 2/2019, que redefiniu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC - Formação), juntamente com a Portaria nº 544 de 16 de junho de 2020 do Ministério da Educação. Todas apontam para a importância de atividades letivas que

incorporem as TDIC, com o propósito de ampliar o escopo da formação docente dentro dos mais variados contextos e de buscar a melhoria da qualidade do sistema educacional público no país. Assim, os documentos ministeriais expõem a necessidade de repensar os cursos de formação de professores, a fim de mobilizar múltiplos recursos para responder às diferentes demandas das situações vivenciadas na docência e sua adaptabilidade às vicissitudes histórico-sociais. Para isso, as disciplinas ligadas às áreas de língua, linguística, literatura, cultura e ensino que constituem o currículo do curso de Licenciatura em Letras - Português e Francês trazem conhecimentos das ciências humanas que dialogam com o fenômeno educativo e aspectos teórico-metodológicos relacionados ao fazer docente.

Os princípios do currículo do curso são decorrentes de dimensões epistemológicas e metodológicas, que privilegiam uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados, fundada nas seguintes dimensões:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e internacionalização – este princípio demonstra que o ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação como processo de formação para que se possam compreender fenômenos, relações e movimentos de diferentes realidades e, se necessário, transformar tais realidades. Para tanto, preza pela busca em três esferas complementares, nas quais o saber é adquirido tanto pela mediação direta (ensino), quanto pela análise orientada (pesquisa), pela disseminação supervisionada (extensão) de conteúdos e pelo intercâmbio plurilíngue e intercultural (internacionalização), seja de modo individual ou conjunto, em contextos presenciais, remotos ou híbridos, reforçando a dinâmica do aprendizado como um constructo multifacetado que se dá a partir da exposição, aprofundamento e práxis.
- Formação profissional crítica – a UFPI tem como compromisso o desenvolvimento do espírito crítico e da autonomia intelectual, para que o profissional, por meio do questionamento permanente dos fatos e à luz do saber científico, possa contribuir de modo efetivo para o atendimento das necessidades da coletividade, baseado nos princípios democráticos.
- Interdisciplinaridade – este princípio demonstra que a integração disciplinar possibilita análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, a partir de questionamentos permanentes que permitam dinâmicas, tanto da construção, quanto da desconstrução e reconstrução dos conhecimentos.
- Relação orgânica entre teoria e prática – todo conteúdo curricular do curso

fundamentado na articulação teórico-prática, que representa a etapa essencial do processo ensino-aprendizagem. Adotando este princípio, a prática estará presente em todas as disciplinas do curso, permitindo o desenvolvimento de habilidades para lidar com o conhecimento de maneira crítica, criativa e responsável.

A adoção desses princípios no processo de formação acadêmica implica uma dinâmica curricular com a incorporação do desenvolvimento da autonomia e da interação de que a aprendizagem de línguas, linguística, literatura e culturas se beneficiam, por meio de troca de experiências, da abertura para novos contextos, da adaptabilidade às situações e demandas, a partir da observação, da ação ética e consciente que atravessam a dialética das relações humanas.

2.2 Objetivos do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês

2.2.1 Objetivos Gerais

Os objetivos gerais do curso de Licenciatura em Letras - Português e Francês se fundamentam em formar professores interculturalmente competentes, com espírito crítico e científico, aptos para o magistério, conscientes da necessidade de buscar sua formação continuamente e desejosos de participar ativamente do aprimoramento da qualidade do processo de ensino-aprendizagem de francês e de português (tanto como língua materna quanto como língua adicional), nas escolas de Educação Básica e em contextos de educação não formal, de modo a desenvolver entre os licenciandos as competências gerais docentes previstas na BNCC e as competências e habilidades específicas relacionadas à área de formação dos discentes, ressaltando-se as dimensões ligadas ao conhecimento profissional, à prática profissional e ao engajamento profissional, tal como preconiza a Resolução CNE/CP nº 2/2019 e o PDI UFPI 2020-2024.

2.2.2 Objetivos Específicos

a. Contribuir para definição e implementação de uma política de desenvolvimento pessoal e profissional dos professores de língua francesa e de língua portuguesa no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, em cursos livres de línguas e em contextos de acolhimento de estrangeiros.

- b. Proporcionar as condições teórico-prático-reflexivas para que o professor de língua francesa e de língua portuguesa compreendam sua práxis, buscando reconstruí-la continuamente, visando à melhoria da qualidade da educação e do ensino.
- c. Desenvolver estudos e pesquisas sobre a prática pedagógica vivenciada na escola, visando à compreensão e reflexão sobre o cotidiano escolar, priorizando a educação básica tanto no contexto da escola pública quanto da escola privada.
- d. Resgatar a relação técnico-ético-política subjacente à prática docente, considerando potencialidades e limitações da ação pedagógica desenvolvida nas escolas públicas e privadas, de modo a promover os conhecimentos e vivências da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da democracia e qualificação para o mundo do trabalho;
- e. Garantir, no processo de formação, a transversalidade e a interdisciplinaridade na abordagem teórico-metodológica da ação docente;
- f. Cultivar o interesse pela interdisciplinaridade e pelas novas tecnologias com vistas a criar uma cultura tecnológica que leve ao uso competente das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos professores e estudantes;
- g. Articular teoria e prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e internacionalização, para valorizar os princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa, fornecendo o acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmica-profissional;
- h. Promover a reflexão crítica e os valores humanísticos, para que o discente possa lidar com questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade;
- i. Promover espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;
- j. Consolidar a educação inclusiva, por meio do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras.

2.3 Perfil do Egresso

Conforme as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras, estabelecidas a partir da Resolução CNE/CES 18/2002, tendo também em vista a Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, o Parecer CNE/CES 1.363/2001 e a Resolução CNE/CP 2/2019, o egresso de Letras que, neste deste documento, refere-se àquele com formação em língua materna e em língua estrangeira moderna e suas literaturas, deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Espera-se que, a partir dessa formação acadêmica, os graduados se tornem profissionais que, além da base específica consolidada voltada para o magistério na Educação Básica, estejam aptos a atuar, interdisciplinarmente, tanto em áreas afins quanto para além da esfera educacional. Eles deverão ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, avaliar e coordenar ações, trabalhar em equipe, utilizar as tecnologias digitais da informação e comunicação e comunicar-se dentro dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras, “[...] fundamentados em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética” (BRASIL, 2019. p. 6).

Os profissionais de Letras - Português e Francês deverão, ainda, estar comprometidos com a ética, com a responsabilidade social e educacional e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Deverão ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca da educação continuada e do desenvolvimento profissional, seja dentro da esfera educativa ou em outras áreas profissionais também ligadas à natureza da sua formação, assim como participar nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados, além de ser capazes de analisar o processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos.

Para isso, é mister que sejam indivíduos conscientes e capazes de aplicar a transversalidade dentro de seus contextos sociais e profissionais, cientes sempre da dimensão humana da profissão, partindo do princípio de que seus campos de atuação, notadamente divididos entre língua, linguística, literaturas e cultura formam, na realidade, um todo

complementar. Destarte, o egresso deve ser capaz de adaptar os saberes adquiridos a partir da heterogeneidade dos conteúdos presentes em sua formação de modo a encontrar no diálogo interdisciplinar possíveis respostas para questionamentos e demandas que um campo em isolado possa não ser capaz de prover de modo satisfatório. Essa atuação deve se dar por meio da busca constante pelo equilíbrio entre as esferas técnica e humana de sua formação, o que lhe permite direcionar o foco do específico para o holístico e vice-versa. Ele também deve, a partir do conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania, ser capaz de desenvolver ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem, além de realizar o planejamento e a execução de atividades nos espaços formativos desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação.

A partir daí, no que tange ao princípio orientador da sua formação, o magistério na Educação Básica, serão capazes de enxergar a organicidade dos conteúdos delimitados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e pela BNCC, compreendendo sua compleição em um nível macro, para além das formulações gramaticais estanques e da mera repetição da historiografia literária, a partir do auxílio dos estudos linguísticos, literários, culturais, das múltiplas linguagens e tecnologias e das características da sociedade onde se inserem. Dentro desse viés, devem considerar criticamente as novas formas de expressão, comunicação e interação em sua relação com o contexto sociotecnológico em constante evolução, seus desafios, questionamentos, limitações, possibilidades e impactos no fazer pessoal e profissional, assim como a constante necessidade de atualização e adaptação no que tange a essas ferramentas, suas linguagens e seu papel na reconfiguração das dinâmicas sociais dentro de um cenário em constante mudança.

Dessa forma, espera-se também desses profissionais a capacidade de construir, desconstruir e reconstruir (a depender das necessidades, quer sejam individuais ou coletivas, e dos diferentes cenários que venham a se mostrar ou mesmo impor) seu projeto pessoal e profissional a partir da compreensão da realidade histórica e de sua identidade profissional, distinguindo-se e posicionando-se diante das políticas que direcionam as práticas educativas na sociedade, mas não se restringindo apenas a essas. Por esse motivo, os egressos do curso de Letras - Português e Francês da UFPI também devem ser capazes de dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, assim como

relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos de modo a identificar questões e problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas e, desse modo, contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras.

Parte-se, por fim, da ciência de que esse processo de (des/re)construção pode e deverá se desenvolver desde o início do curso, estendendo-se até a formação continuada, para que o profissional entenda o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de uma concepção ampla, contextualizada e inclusiva de ensino, tanto àqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria quanto àqueles que têm necessidades didáticas especiais.

2.4 Competências e Habilidades

Visando à formação de profissionais para a atuação como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- Produzir textos orais e escritos em língua portuguesa e francesa, adequando a linguagem a diferentes situações discursivas;
- Analisar os processos de leitura e de produção de textos em língua portuguesa e francesa;
- Refletir analítica e criticamente sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- Analisar criticamente manifestações literárias e culturais;
- Adotar visão crítica sobre perspectivas teóricas em investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- Perceber diferentes contextos interculturais;
- Descrever e observar as variedades da língua portuguesa e francesa;
- Examinar a organização e o funcionamento da estrutura da língua portuguesa e francesa nos vários níveis de análise linguística;

- Identificar, explorar e analisar criticamente textos multimodais em diferentes ambientes tecnológicos;
- Refletir sobre a organização e o funcionamento dos elementos estruturadores do texto literário;
- Identificar e examinar os processos de formação e mudança da língua portuguesa e da língua francesa;
- Articular teoria e prática para o ensino de línguas e literaturas;
- Realizar a transposição didática dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino;
- Utilizar recursos digitais em ambiente escolar visando aos letramentos.

Observando o que as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras estabelecem, no curso de Letras Português e Francês, os futuros professores serão orientados para desenvolverem ao máximo as competências supracitadas, com o objetivo de promover a reflexão crítica permanente sobre sua prática docente, tendo em vista a realidade educacional em que estiverem inseridos. Espera-se que esses professores compreendam que para exercerem seu ofício não precisam somente ampliar conhecimentos linguísticos e literários em português e francês, mas também precisam desenvolver as habilidades relacionadas ao ser professor dessas línguas.

Os avanços nas TDIC exigem a formação de um professor de línguas capaz de lidar com as mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas da sociedade contemporânea e, portanto, aberto à pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos que o levarão a desenvolver um pensamento criativo, crítico e consciente de seu percurso educacional e de seu papel em um mundo no qual as diferenças étnicas, raciais, religiosas, sexuais, de idade, de gênero, entre outras, devam ser respeitadas e valorizadas.

Essa pluralidade de conhecimentos, portanto, amplia a visão de língua adicional, entendendo-a como construto social implicado na interação e mobilidade entre diferentes povos. Conseqüentemente, o ensino dessa língua precisa ser pautado nas diferenças linguísticas e culturais e em materiais que não priorizem apenas a prática de uma habilidade linguística específica, mas naqueles que possibilitem os letramentos necessários para práticas sociais e interculturais diversas e em diferentes modos – escrito, visual, gestual, sonoro, entre outros, e com o uso de tecnologias que se fizerem mais adequadas ao cenário atual. A partir

daí, é possível se pensar na formação integral do falante de línguas em suas dimensões física, emocional, cognitiva e social (BRASIL, 2017).

Para tanto, tais aspectos precisam se fazerem presentes nos cursos de formação de professores de línguas, para que estes futuros profissionais possam trabalhar efetivamente como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, assessores culturais, entre outras atividades que requerem conhecimento ampliado de mundo, das tecnologias e das línguas implicadas em seus contextos de atuação.

Assim, em consonância com a BNCC (BRASIL, 2017), ao formar o profissional de língua estrangeira, o curso de Licenciatura em Letras - Português e Francês deve contribuir para o desenvolvimento das habilidades em cinco eixos principais: oralidade (compreensão e produção), leitura, escrita, conhecimentos linguísticos (sendo consideradas as variedades linguísticas), e a dimensão intercultural, traduzidas nas seguintes habilidades:

1. Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e intercultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem de português e francês contribui para a mobilidade das pessoas e da sua inserção no mundo acadêmico e profissional;

2. Interagir em língua portuguesa e em francesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-as como pontes para o acesso ao conhecimento, à ampliação das perspectivas e possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social;

3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua francesa e a língua portuguesa ou outras línguas, articulando-as a aspectos históricos, sociais e culturais, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade.;

4. Elaborar repertórios linguístico-discursivos de português e francês, presentes em diferentes regiões e entre grupos sociais distintos, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas;

5. Utilizar novas tecnologias, com novas linguagens e modos de interação, para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento em português e em francês, de forma ética, crítica e responsável;

6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais;

7. Demonstrar proficiência em língua portuguesa falada e escrita, leitura e produção, por meio da utilização de diferentes gêneros e registros de comunicação, levando-se em consideração a norma culta.

Esse profissional, portanto, deve estar apto a:

I - Ter o domínio do uso das línguas portuguesa e francesa, em suas diferentes manifestações representativas e comunicativas, em termos de recepção e produção de textos multimodais;

II - Refletir analítica e criticamente sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;

III - Desenvolver uma visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;

IV - Manter uma preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;

V - Perceber e agir nos diferentes contextos interculturais;

VI - Utilizar recursos tecnológicos propícios ao contexto situacional e do momento de sua atuação;

VII - Ter o domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;

VII - Ter o domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino;

VIII – Elaborar e aplicar procedimentos de avaliação que fomentem a verificação efetiva da aprendizagem, assim como a recuperação contínua dos estudantes;

IX – Agir a partir de conhecimentos relativos à gestão educacional para solucionar problemas escolares e melhorar a esfera profissional/laboral e administrativa dos contextos escolares;

X – Assumir uma postura científica para motivar tanto a aprendizagem dos estudantes, por meio da investigação quanto da melhoria dos procedimentos e métodos de ensino de que se utiliza.

Assim, esses futuros professores serão orientados para desenvolverem ao máximo as competências supracitadas, com o objetivo de promover a reflexão crítica permanente sobre sua prática docente, tendo em vista a realidade educacional em que estiverem inseridos. Espera-se que esses professores compreendam que, para exercerem seu ofício, precisam desenvolver habilidades relacionadas ao ser formador e pesquisador no século XXI.

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e Organização Curricular

O currículo do curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês foi organizado a partir de três núcleos:

- Núcleo de Estudos Linguísticos em língua portuguesa;
- Núcleo de Estudos Literários em língua portuguesa;
- Núcleo de Estudos de Língua e Literaturas de língua francesa e Ensino de língua estrangeira.

Esses núcleos são essenciais ao curso de Licenciatura em Letras - Português e Francês, uma vez que englobam a formação acadêmica e profissional de professores de língua e literatura na educação básica e na educação não formal, como cursos de línguas, por exemplo.

A formação, que confere aos seus egressos dupla licenciatura, tem sua integralização proposta em 4048 horas/aula, com prazo mínimo de cinco anos.

No que tange à sua formação específica, o curso de Letras – Português e Francês se articula em torno das seguintes áreas do conhecimento:

- Estudos Linguísticos em Língua Portuguesa;
- Estudos Literários e Culturais em Língua Portuguesa;
- Estudos de Língua Francesa;
- Estudos de Literaturas de Língua Francesa;
- Estudos de Formação de Professores de Língua Francesa e Literaturas de Língua Francesa e Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa.

Tanto os núcleos quanto as áreas do conhecimento são essenciais ao Curso de Licenciatura em Letras - Português e Francês, uma vez que englobam uma ampla formação acadêmica e profissional de professores de Língua Portuguesa para o ensino fundamental e ensino médio e de Língua Francesa, nos contextos em que se faz presente na educação básica e também nas escolas de línguas, cursos livres e projetos de extensão universitária. De acordo com a concepção curricular, as áreas se interconectam para que o estudante tenha contato com as diferentes abordagens curriculares, privilegiando as diferentes formações acadêmicas.

A proposta curricular está dividida em áreas, distribuídas em 03 (três) grandes núcleos. De acordo com a concepção curricular, as áreas se interconectam de forma que, em cada uma, o estudante tenha contato com as diferentes abordagens curriculares, privilegiando as

diferentes formações.

A organização curricular deste curso terá a seguinte estrutura:

- Períodos semestrais;
- Período de duração mínima do curso de 5 (cinco) anos.

Cabe destacar que os pressupostos metodológicos estão sustentados pelos seguintes argumentos:

- Oferecer uma formação interdisciplinar na medida em que trabalhará as distintas áreas de conhecimento;
- Identificar recortes teórico-metodológicos das áreas, levando-se em conta os conceitos de autonomia, reflexão, investigação e trabalho cooperativo;
- Relacionar teoria e prática, estrutura dialógica, interatividade, flexibilidade, capacidade crítica, inter e transdisciplinaridade.

A dinâmica adotada para a aplicação dos períodos será a mesma para todos os semestres, organizados da seguinte forma: cada ano é composto por dois semestres. Cada semestre terá, aproximadamente, 400h (quatrocentas horas), totalizando aproximadamente 800 horas por ano, sendo que nos quatro últimos semestres serão integralizadas as horas correspondentes ao Estágio Obrigatório.

3.1.1 Prática como Componente Curricular

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, a prática como componente curricular é obrigatória nos cursos de licenciatura (BRASIL, 2019). Difere do estágio supervisionado, no qual se prevê, necessariamente, tempo de permanência do licenciando no futuro espaço de exercício profissional.

A prática como componente curricular deve ser inserida de forma transversal, devendo ter carga horária própria em disciplinas com o objetivo de articular diferentes conjuntos de conhecimentos, saberes e experiências adquiridos e vivenciados pelos estudantes em diferentes tempos e espaços no transcorrer do curso, de maneira a aprofundar a compreensão da prática educativa em contextos distintos. Nesse sentido, cada curso deve definir um núcleo de PCC composto pelas disciplinas que irão integrar atividades com a finalidade de desenvolver a PCC ao longo do curso

Em conformidade com o artigo 12 da Resolução CNE/CP2, de 19 de fevereiro de 2002, a Prática como Componente Curricular (PCC) não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a caracterize como estágio, nem desarticulada de todo o curso. Em articulação intrínseca com as atividades acadêmico-científico-culturais e com o estágio obrigatório, a PCC deve concorrer conjuntamente para a formação da identidade do professor como pesquisador e educador em Estudos Linguísticos ou em Estudos Literários. O Curso de Letras oferece o PCC a seus alunos no interior das disciplinas que constituem os componentes curriculares de formação, desde o início do curso e não apenas nas disciplinas pedagógicas. Esta correlação entre teoria e prática estabelece um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de resoluções de situações próprias do pesquisador e do professor no ambiente escolar. A prática vai permear toda a formação do futuro professor/pesquisador, estabelecendo e garantindo assim uma dimensão abrangente e interdisciplinar do conhecimento.

Exemplificamos a possibilidade de PCC através das disciplinas de *Língua Francesa*. Uma discussão dos livros didáticos (a partir da análise da concepção de linguagem/língua assumida, dos gêneros/tipos de textos apresentados, dos conteúdos gramaticais trabalhados etc.), a observação de práticas pedagógicas nas escolas, as análises das propostas curriculares de ensino fundamental e médio, as experiências de leituras que possam levar a reflexões sobre heterogeneidade linguística, diversidade e influências culturais e regionais e o valor social do francês como língua estrangeira. Os depoimentos de alunos que já atuam como professores, entre outras atividades, farão parte dessa integração da prática e da teoria, de uma forma mais efetiva nas horas a elas alocadas, oferecendo condições para a formação de um profissional mais bem preparado e seguro. Como resultado prático, pode-se esperar, por exemplo: escrita de artigos dirigidos a acadêmicos e professores do ensino básico e de escolas de idiomas sobre os aspectos acima mencionados e produção de materiais didáticos envolvendo aspectos conceituais e metodológicos. Esse tipo de procedimento se estende às demais disciplinas do currículo.

É esse espaço que vai permitir ao estudante um amadurecimento gradativo, com a construção passo a passo de procedimentos metodológicos apropriados ao ensino de cada conteúdo específico, culminando com as disciplinas pedagógicas de formação geral, de natureza mais panorâmica. Parece evidente que a estrutura atual em que a formação do licenciado se dá de maneira concentrada apenas ao final do curso não é suficiente para dar ao discente uma formação eficaz na área do ensino da língua estrangeira. Dessa maneira, o contato eventualmente burocratizado e compartimentalizado, seja com as teorias de ensino,

seja com as teorias de linguagem, cede lugar a uma vivência mais efetiva que produza no estudante os resultados esperados quanto a uma tomada de consciência do papel do professor e dos métodos e procedimentos para desempenhá-lo bem.

Vale observar ainda que a PCC não se confunde com estratégias metodológicas, como seminários, por exemplo, que fazem parte do planejamento das diferentes disciplinas em termos de operacionalização de conteúdos específicos, ou com atividades práticas que não estejam voltadas para o ensino desses conteúdos.

Caberá ao coordenador do curso o papel de acompanhar os professores no processo de implementação das práticas como componente curricular.

3.1.2 Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês

PERÍODO	CÓD.	DISCIPLINAS	C.H.	CRÉDITOS			PRÉ-REQUISITOS
				T	P	E	
1º	CLE0244	LÍNGUA FRANCESA I	60h	2	2	0	-
	CLE0246	SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO	15h	1	0	0	-
	NOVO	ÉTICA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	60h	4	0	0	-
	CLV/CCH L057	LITERATURA, MITOS E RELIGIÕES	60h	4	0	0	-
	CLV/CCH L006	LINGUÍSTICA	60h	4	0	0	-
	CLV/CCH L007	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	60h	2	2	0	-
	LIBRAS009	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	60h	2	2	0	-
	TOTAL DO BLOCO		375h	19	6	0	

2º	CLE0251	LÍNGUA FRANCESA II	60h	2	2	0	LÍNGUA FRANCESA I
	CLV/CCH L010	LÍNGUA E CULTURA LATINAS	60h	4	0	0	-
	CLV/CCH L012	FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	60h	3	1	0	LINGUÍSTICA
	CLV/CCH L014	LITERATURA E MEMÓRIA CULTURAL	60h	4	0	0	-
	CLV/C CHL013	LITERATURA E CULTURA PÓS-MODERNA	60h	4	0	0	-
	NOVO	HISTÓRIA E SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60h	4	0	0	-
	-	OPTATIVA	45h	3	0	0	-
	TOTAL DO BLOCO		405h	24	3	0	
3º	CLE0253	LÍNGUA FRANCESA III	60h	2	2	0	LÍNGUA FRANCESA II
	CLE0304	FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA FRANCESA	45h	1	2	0	FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA
	CLV/CCH L017	MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	60h	3	1	0	LINGUÍSTICA
	CLV/CCH L018	TEORIA DA NARRATIVA	60h	4	0	0	-
	CLV/CCH L029	LITERATURA E REALIDADE SOCIAL	60h	4	0	0	-

	DFE0098	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60h	4	0	0	-
	DMT0054	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	60h	2	2	0	-
	TOTAL DO BLOCO		405h	20	7	0	
4°	CLE0256	LÍNGUA FRANCESA IV	60h	2	2	0	LÍNGUA FRANCESA III
	CLV/CCH L023	GÊNEROS DO TEXTO E ENSINO DE LINGUAGEM	60h	3	1	0	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS
	CLV/CCH L021	SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA	60h	3	1	0	LINGUÍSTICA
	CLV/CCH L022	TEORIA DO POEMA	60h	4	0	0	-
	DFE0099	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	60h	4	0	0	HISTÓRIA E SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO
	DMT0002	DIDÁTICA GERAL	60h	2	2	0	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO
	TOTAL DO BLOCO		360h	18	6	0	
5°	CLE0282	LÍNGUA FRANCESA V	60h	2	2	0	LÍNGUA FRANCESA IV
	NOVO	LITERATURA FRANCESA I	60h	4	0	0	LÍNGUA FRANCESA IV
	NOVO	PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL: HISTÓRIA, PESQUISA E MATERIAIS	60h	2	2	0	LINGUÍSTICA
	NOVO	MORFOSSINTAXE DO FRANCÊS	45h	2	1	0	LÍNGUA FRANCESA IV
	CLE0284	PENSAMENTO FRANCÊS CONTEMPORÂNEO	45h	3	0	0	LÍNGUA FRANCESA IV

	CLV/CCH L026	TEORIA E CRÍTICA LITERÁRIA	60h	4	0	0	-
	NOVO	METODOLOGIA DA PESQUISA EM LETRAS	60h	3	1	0	-
	TOTAL DO BLOCO		390h	20	6	0	
6º	CLE0285	LÍNGUA FRANCESA VI	60h	2	2	0	LÍNGUA FRANCESA V
	NOVO	LITERATURA FRANCESA II	60h	4	0	0	LÍNGUA FRANCESA V E LITERATURA FRANCESA I
	NOVO	LITERATURAS FRANCÓFONAS	45h	3	0	0	LÍNGUA FRANCESA V
	DMTE410	METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	60h	3	1	0	DIDÁTICA GERAL
	CLE0289	METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA FRANCESA	60h	3	1	0	DIDÁTICA GERAL
	CLV/CCH L030	LITERATURA, DISSONÂNCIA E TRANSGRESSÃO	60h	4	0	0	-
	-	OPTATIVA	45h	3	0	0	-
	TOTAL DO BLOCO		390h	22	4	0	
	CLE0292	LÍNGUA FRANCESA VII	60h	2	2	0	LÍNGUA FRANCESA VI
	NOVO	LITERATURA FRANCESA III	60h	4	0	0	LÍNGUA FRANCESA VI E LITERATURA FRANCESA II

7º	NOVO	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE PORTUGUÊS I (TEORIA E OBSERVAÇÃO)	135h	0	0	9	METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA
	NOVO	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE FRANCÊS I (TEORIA E OBSERVAÇÃO)	135h	0	0	9	METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA FRANCESA
	TOTAL DO BLOCO		390h	6	2	18	
8º	CLE0310	LÍNGUA FRANCESA VIII	60h	2	2	0	LÍNGUA FRANCESA VII
	NOVO	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	45h	1	2	0	METODOLOGIA DA PESQUISA EM LETRAS
	NOVO	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE PORTUGUÊS II - ENSINO FUNDAMENTAL (OBSERVAÇÃO E REGÊNCIA)	135h	0	0	9	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE PORTUGUÊS I (TEORIA E OBSERVAÇÃO)
	NOVO	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE FRANCÊS II - ENSINO FUNDAMENTAL (OBSERVAÇÃO E REGÊNCIA)	135h	0	0	9	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE FRANCÊS I (TEORIA E OBSERVAÇÃO)
	TOTAL DO BLOCO		375h	3	4	18	
	NOVO	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	45h	1	2	0	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I
	NOVO	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE	135h	0	0	9	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

9º		PORTUGUÊS III (ENS. MÉDIO)					DE PORTUGUÊS II (OBSERVAÇÃO E REGÊNCIA)
	NOVO	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE FRANCÊS III – ENS. MÉDIO	135h	0	0	9	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE FRANCÊS II (OBSERVAÇÃO E REGÊNCIA)
	-	OPTATIVA	45h	3	0	0	-
	TOTAL DO BLOCO		360h	4	2	18	
10º	NOVO	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III	30h	0	2	0	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
	TOTAL DO BLOCO		30h	0	2	0	
TOTAL			3480h	136	42	54	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES			200 h				
TOTAL GERAL			3680 h				

Para o processo de integralização, também devem ser realizadas as Atividades Complementares (AC), com 200 horas. Também deve ser cumpridas Atividades Curriculares de Extensão (ACE) que correspondem a dez por cento do total de créditos curriculares exigidos no curso, conforme orientações apresentadas no item 3.2.3 deste PPC.

3.1.2.1 Disciplinas separadas por eixos (de acordo com a resolução n.º 02/19-CNE/CP)

DISCIPLINAS GRUPO I: BASE COMUM

1º PERÍODO	
ÉTICA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	60h

2º PERÍODO	
HISTÓRIA E SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60h
3º PERÍODO	
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60h
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	60h
4º PERÍODO	
DIDÁTICA GERAL	60h
LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	60h
CARGA-HORÁRIA TOTAL	360h

DISCIPLINAS GRUPO II: ESPECÍFICAS

1º PERÍODO	
LÍNGUA FRANCESA I	30h
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO	15h
LITERATURA, MITOS E RELIGIÕES	60h
LINGÜÍSTICA	60h
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	30h
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	30h
2º PERÍODO	
LÍNGUA FRANCESA II	30h
LÍNGUA E CULTURA LATINAS	60h
FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	45h
LITERATURA E MEMÓRIA CULTURAL	60h
LITERATURA E CULTURA PÓS-MODERNA	60h
OPTATIVA	45h
3º PERÍODO	
LÍNGUA FRANCESA III	30h
FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA FRANCESA	15h
MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	45h
TEORIA DA NARRATIVA	60h
LITERATURA E REALIDADE SOCIAL	60h
4º PERÍODO	
LÍNGUA FRANCESA IV	30h
GÊNEROS DO TEXTO E ENSINO DE LINGUAGEM	45h
SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA	45h
TEORIA DO POEMA	60h
5º PERÍODO	
LÍNGUA FRANCESA V	30h
LITERATURA FRANCESA I	60h
PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL: HISTÓRIA, PESQUISA E MATERIAIS	30h
MORFOSSINTAXE DO FRANCÊS	30h
PENSAMENTO FRANCÊS CONTEMPORÂNEO	45h

TEORIA E CRÍTICA LITERÁRIA	60h
METODOLOGIA DA PESQUISA EM LETRAS	30h
6º PERÍODO	
LÍNGUA FRANCESA VI	30h
LITERATURA FRANCESA II	60h
LITERATURAS FRANCÓFONAS	45h
METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	45h
METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA FRANCESA	45h
LITERATURA, DISSONÂNCIA E TRANSGRESSÃO	60h
OPTATIVA	45h
7º PERÍODO	
LÍNGUA FRANCESA VII	30h
LITERATURA FRANCESA III	60h
8º PERÍODO	
LÍNGUA FRANCESA VIII	30h
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	15h
9º PERÍODO	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	15h
OPTATIVA	45h
CARGA HORÁRIA TOTAL	1740

DISCIPLINAS GRUPO III

ESTÁGIO

7º PERÍODO	
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE PORTUGUÊS I (TEORIA E OBSERVAÇÃO)	135h
7º PERÍODO	
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE FRANCÊS I (TEORIA E OBSERVAÇÃO)	135h
8º PERÍODO	
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE PORTUGUÊS II - ENS. FUND. (OBSERVAÇÃO E REGÊNCIA)	135h
8º PERÍODO	
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE FRANCÊS II - ENS. FUND. (OBSERVAÇÃO E REGÊNCIA)	135h
9º PERÍODO	
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE PORTUGUÊS III (ENS. MÉD.)	135h
9º PERÍODO	
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE FRANCÊS III (ENS. MÉD.)	135h
CARGA HORÁRIA TOTAL	810h

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

1º PERÍODO	
LÍNGUA FRANCESA I	30h
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	30h
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	30h
2º PERÍODO	
LÍNGUA FRANCESA II	30h
FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	15h
3º PERÍODO	
LÍNGUA FRANCESA III	30h
FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA FRANCESA	30h
MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	15h
4º PERÍODO	
LÍNGUA FRANCESA IV	30h
GÊNEROS DO TEXTO E ENSINO DE LINGUAGEM	15h
SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA	15h
5º PERÍODO	
LÍNGUA FRANCESA V	30h
PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL: HISTÓRIA, PESQUISA E MATERIAIS	30h
MORFOSSINTAXE DO FRANCÊS	15h
METODOLOGIA DA PESQUISA EM LETRAS	30h
6º PERÍODO	
LÍNGUA FRANCESA VI	30h
METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	15h
METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA FRANCESA	15h
7º PERÍODO	
LÍNGUA FRANCESA VII	30h
8º PERÍODO	
LÍNGUA FRANCESA VIII	30h
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	30h
9º PERÍODO	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	30h
10º PERÍODO	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III	30h
CARGA HORÁRIA TOTAL	
	570

3.1.2.2 Disciplinas Optativas do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês

Estudos Linguísticos em português
--

Disciplina	CH	Pré-requisito
Formação Histórica da Língua Portuguesa	45h	Língua e Cultura Latina
Ecolinguística	45h	Linguística
Filologia Românica	45h	-
Gerativismo	45h	Sintaxe da Língua Portuguesa
História do português brasileiro	45h	Linguística
Linguagem, Tecnologia e Ensino de Língua Portuguesa	45h	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura
Linguística Aplicada e Formação de Professores de Língua Portuguesa	45h	Linguística
Oficina de Leitura e Produção de Textos Criativos	45h	Leitura e Produção de Textos
Pragmática	45h	Linguística
Retórica e argumentação	45h	Linguística
Estudos Literários em português		
Ecocrítica	45h	-
Laboratório de Escrita Criativa	45h	-
Literatura e Cultura Piauiense	45h	-
Literatura e Filosofia	45h	-
Literatura e Outras Artes	45h	-
Literatura e Pensamento Científico	45h	-
Literatura infanto-juvenil	45h	-
Literatura surda	45h	-
Literatura, Cultura e Sociedade Lusitana	45h	-
Literatura, Performance e Oralidade	45h	-
Literatura, Etnia, Gênero e Diversidade	45h	-
Estudos do Insólito Ficcional	45h	-
Tópicos de teoria literária	45h	-
Estudos de Língua e Literaturas de Língua Francesa e Ensino de língua estrangeira		
Educação ambiental	45h	-
Francês com objetivos específicos	45h	Língua Francesa IV
História da Língua Francesa	45h	Língua e Cultura Latinas; Língua Francesa III
Linguística Aplicada ao Ensino-Aprendizagem do Francês Língua Estrangeira	45h	Língua Francesa IV e Linguística
Práticas de Leitura e Escrita de Textos em Francês	45h	Língua Francesa IV
Produção de material didático para o ensino do FLE	45h	Metodologia de Ensino de Língua Francesa
O Conto Francês	45h	Língua Francesa III
Relações étnico-raciais, Gênero e Diversidade	45h	-
Seminário I - Língua Francesa	45h	-
Seminário II – Teoria e Literaturas de língua francesa	45h	-
Tradução	45h	Língua Francesa IV

3.1.3 Fluxograma

Blocos	Disciplinas						
BLOCO I 375h	Língua Francesa I	Seminário de Introdução ao Curso	Linguística	Leitura e Produção de Textos	Literatura, Mitos e Religiões	Ética e Filosofia da Educação	LIBRAS
	60h 2.2.0	15h 1.0.0	60h 4.0.0	60h 2.2.0	60h 4.0.0	60h 4.0.0	60h 2.2.0
BLOCO II 405h	Língua Francesa II	Língua e Cultura Latinas	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	Literatura e Memória Cultural	Literatura e Cultura Pós-moderna	História e Sociologia da Educação	OPTATIVA
	60h 2.2.0	60h 4.0.0	60h 3.1.0	60h 4.0.0	60h 4.0.0	60h 4.0.0	45h (3.0.0)
BLOCO III 405h	Língua Francesa III	Fonética e Fonologia da Língua Francesa	Morfologia da Língua Portuguesa	Teoria da Narrativa	Literatura e Realidade Social	Psicologia da Educação	Avaliação da Aprendizagem
	60h 2.2.0	45h 1.2.0	60h 3.1.0	60h 4.0.0	60h 4.0.0	60h 4.0.0	60h 2.2.0
BLOCO IV 360h	Língua Francesa IV	Gêneros do Texto e Ensino de Linguagem	Sintaxe da Língua Portuguesa	Teoria do Poema	Legislação e Organização da Educação Básica	Didática geral	
	60h 2.2.0	60h 3.1.0	60h 3.1.0	60h 4.0.0	60h 4.0.0	60h 2.2.0	

BLOCO V 390h	Língua Francesa V	Literatura Francesa I	Português como Língua Adicional: história, pesquisa e materiais	Morfossintaxe do Francês	Pensamento Francês Contemporâneo	Metodologia da Pesquisa em Letras	Teoria e Crítica Literária
	60h 2.2.0	60h 4.0.0	60h 2.2.0	45h 2.1.0	45h 3.0.0	60h 2.2.0	60h 4.0.0

BLOCO VI 390h	Língua Francesa VI	Literatura Francesa II	Literaturas francófonas	Metodologia de Ensino de Língua Francesa	Literatura, dissonância e transgressão	Metodol. de Ens. de Língua Portuguesa e Literatura	OPTATIVA
	60h 2.2.0	60h 4.0.0	45h 3.0.0	60h 3.1.0	60h 4.0.0	60h 3.1.0	45h (3.0.0)

BLOCO VII 390h	Língua Francesa VII	Literatura Francesa III	Estágio obrigatório de Francês I (Teoria e observação)	Estágio obrigatório de Português I (Teoria e observação)
	60h 2.2.0	60h 4.0.0	135h 0.0.9	135h 0.0.9

BLOCO VIII 375h	Língua Francesa VIII	TCC I	Estágio obrigatório de Francês II – Ensino Fund. (Observação e regência)	Estágio obrigatório de Português II – Ensino Fund (Observação e regência)
	60h 2.2.0	45h 1.2.0	135h 0.0.9	135h 0.0.9

BLOCO IX 360h	TCC II	Estágio Obrigatório de Francês III – Ensino Méd.	Estágio Obrigatório de Português III – Ensino Méd.	OPTATIVA
	45h 1.2.0	135h 0.0.9	135h 0.0.9	45h (3.0.0)

BLOCO X 30h	TCC III
	30h 0.2.0

Legenda	CLE	CLV	DEFE	DMTE	LIBRAS	OPTATIVA
----------------	------------	------------	-------------	-------------	---------------	-----------------

3.2. Estágio, Atividades Complementares, Extensão e Trabalho de Conclusão de Curso

3.2.1 Estágio

O estágio, para os discentes do curso de Licenciatura em Letras Português e Francês, deve acontecer de forma supervisionada, sendo um dos momentos de integração entre a universidade, a comunidade e as escolas. Um dos papéis do estágio é apresentar o contexto escolar para o futuro professor, levando em consideração os elementos externos à sala de aula, tais como os membros da comunidade. Esse ambiente é importante para os discentes em formação, já que o convida a (re)pensar e refletir sobre suas práticas pedagógicas, contribuindo para o desenvolvimento de sua profissão, conciliando teoria e prática em todo seu processo formativo.

Durante o estágio supervisionado, os discentes têm a oportunidade de desenvolver suas competências profissionais, com base em experiências que vivenciarão nas práticas de observação e/ou em momentos de regência. Em paralelo ao estágio, os estudantes também deverão ter acesso a textos da literatura da área de ensino-aprendizagem, procurando vincular as ações pedagógicas à luz das orientações teóricas.

Os estágios de português e francês devem ser realizados em escolas de educação básica das redes públicas de ensino de Teresina-PI, ou em projetos de extensão da UFPI.

3.2.2 Atividades complementares

As atividades devem ser registradas pelo próprio estudante na plataforma digital do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Cabe à Coordenação de Letras Estrangeiras acompanhar, avaliar e emitir parecer acerca das atividades acadêmico-científico-culturais realizadas pelos estudantes ao longo da graduação, desde que estejam compatíveis com a listagem de atividades previstas pelo Projeto Político-Pedagógico do Curso.

Para registro do aproveitamento da carga horária, deverão ser observados os critérios descritos no seguinte quadro:

Quadro 1: ATIVIDADES DE ENSINO E DE PESQUISA: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES				
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
			Mínima	Máxima

CCLLETE032	Monitoria	Um período letivo de monitoria.	20	60
CCLLETE033	Iniciação à docência	Participação por no mínimo dois semestres em projetos institucionais, PIBID ou PET.	60	60
CCLLETE002	Iniciação Científica com bolsa	Um semestre de atividades de iniciação científica com dedicação semestral de 10 a 20 h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório, ou de trabalho apresentado em evento científico.	30	60
CCLLETE003	Iniciação Científica Voluntária - ICV	Um semestre de atividades de iniciação científica com dedicação semestral de 10 a 20 h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório, ou de trabalho apresentado em evento científico.	30	60
NOVO	Participação em Grupos de pesquisa ou Núcleos de Pesquisa	Participação em Grupos de Pesquisa ou em Núcleos de Pesquisa, na condição de aluno-pesquisador, por um período letivo.	15	60
NOVO	Participação em Grupos de Estudos	Participação em Grupos de Estudos por um período letivo.	10	50
TOTAL				120
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.				

Quadro 2: ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES				
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
			Mínima	Máxima
NOVO	Participação COMO AUTOR/APRESENTADOR em eventos acadêmicos internacionais.	Participação em eventos internacionais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho e publicação nos anais do evento.	20	60
NOVO	Participação COMO AUTOR/APRESENTADOR em eventos acadêmicos nacionais.	Participação em eventos nacionais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho e publicação nos anais do evento.	15	60

NOVO	Participação COMO AUTOR/APRESENTADOR em eventos acadêmicos locais.	Participação em eventos locais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho e publicação nos anais do evento.	10	40
NOVO	Participação COMO OUVINTE em eventos acadêmicos internacionais, nacionais ou locais.	Participação, como ouvinte, em eventos acadêmicos de qualquer natureza, diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins.	5	25
NOVO	Participação COMO ORGANIZADOR de eventos acadêmicos internacionais.	Participação, como organizador, em eventos acadêmicos internacionais, diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins.	20	40
NOVO	Participação COMO ORGANIZADOR de eventos acadêmicos nacionais ou locais.	Participação, como organizador, em eventos acadêmicos nacionais ou locais, diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins.	15	45
TOTAL				60
Certificação: Declaração ou Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento, ou declaração do órgão/unidade competente.				

Quadro 3: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES

CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
			Mínima	Máxima
NOVO	Experiências profissionais de ensino	Atividades profissionais ligadas à área de Letras ou de áreas afins, como secretariado bilíngue, realizadas por um período mínimo de 6 meses; atividades relacionadas às Letras, devidamente comprovadas.	60	120
NOVO	Cargo de gestão em instituição de ensino.	Atividades de cargo de gestão em instituição de ensino, por um período mínimo de 6 meses.	30	60
NOVO	Assessoria cultural, crítica literária, redação de manuais técnicos, de sinopses de livros e filmes, etc.	Atividades profissionais de assessoria cultural, crítica literária, redação de manuais técnicos, de sinopses de livros e filmes, etc., por um período mínimo de 6 meses.	30	60

NOVO	Revisão de textos, correção de redações, elaboração ou edição de texto de publicidade e propaganda, jornais e editoras.	Atividades profissionais de revisão de textos, correção de redações, elaboração ou edição de texto de publicidade e propaganda, jornais e editoras, por um período mínimo de 6 meses	30	60
TOTAL				120
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.				

Quadro 4: ATIVIDADES DE EXTENSÃO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES				
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
			Mínima	Máxima
NOVO	Projeto de extensão	Um semestre como participante em ações extensionistas com carga horária de 2 a 5 horas semanais, desde que a certificação não esteja atrelada a uma atividade curricular de extensão (ACE).	30	90
NOVO	Recebimento de premiação	Premiação recebida em eventos artístico-culturais, acadêmicos ou por órgãos afins, devidamente comprovados.	20	60
CCLETE017	Palestras, espetáculos teatrais, exposições e outros eventos artístico-culturais.	Participação, na condição de ouvinte, em eventos de cunho artístico-cultural com conteúdo relacionado à área de Letras ou áreas correlatas.	1h/ evento	30h
CCLETE038	Participação em minicursos, oficinas e cursos profissionalizantes.	Participação, como ouvinte, em minicursos, oficinas, cursos profissionalizantes, etc., na área de Letras ou em áreas afins, com duração mínima de 4h.	5	30
CCLETE039	Outras atividades de extensão	Quaisquer atividades não previstas neste quadro, mas contempladas na resolução nº 177/12-UFPI e atividades realizadas na área de Letras com carga horária mínima de 30h. Outras atividades ainda não previstas neste quadro devem ser reconhecidas pelo Colegiado da CLE, que	10	60

		avaliará sua relevância, mediante documento comprobatório.		
TOTAL				90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.				

Quadro 5: TRABALHOS PUBLICADOS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES				
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
			Mínima	Máxima
NOVO	Publicação ou organização de livros.	Publicação ou organização de livro, cuja temática seja ligada à área de Letras, com autoria única ou compartilhada.	30	60
NOVO	Publicação de capítulo de livro.	Publicação de capítulo de livro acadêmico, cuja temática seja ligada à área de Letras, com autoria única ou compartilhada.	30	60
NOVO	Publicação em revista acadêmica com Qualis.	Publicação de artigo científico em revista acadêmica da área de Letras, avaliada pela CAPES com QUALIS.	30	60
NOVO	Publicação em revista acadêmica sem índice de qualificação da CAPES.	Publicação de artigo científico em revista acadêmica da área de Letras, sem o QUALIS.	20	60
NOVO	Publicação em outros meios de comunicação escrita (como revistas comerciais, jornais, fanzines etc.).	Publicação de ensaios ou artigo acadêmico em revistas comerciais, jornais, etc.	10	30
NOVO	Publicações em Anais de eventos internacionais ou nacionais.	Publicação de trabalhos completos em anais de congressos e similares, internacionais ou nacionais, comprovada com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	20	60
NOVO	Publicações em Anais de eventos regionais ou locais.	Publicação de trabalhos completos em anais de congressos e similares, regionais ou locais, comprovada com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	15	60
TOTAL				90

Certificação: Cópia do texto publicado e apresentação de documento comprobatório de sua fonte.

Quadro 6: VIVÊNCIAS DE GESTÃO: ATÉ 40 (QUARENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES				
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
			Mínima	Máxima
CCLETE023	Representação estudantil	Participação anual como membro de entidade de representação político-estudantil. Participação anual como membro de diretoria de entidade de representação político-estudantil.	10	30
CCLETE024	Participação em órgão colegiado classista como membro da diretoria, na condição de estudante	Mandato mínimo de seis meses, devidamente comprovado, com apresentação de relatório, descrevendo a sua experiência na gestão.	10	30
CCLETE025	Participação em órgão profissional (entidades de classe ligadas ao magistério, como membro da diretoria).	Mandato mínimo de seis meses, devidamente comprovado, com apresentação de relatório, descrevendo a sua experiência na gestão, no conselho ou nas entidades de representação.	10	30
CCLETE026	Elaboração de Projetos Institucionais	Participação em Comissão de Elaboração de Projetos Institucionais (PPC, PDI, estatutos e regimentos).	10	30
TOTAL				40

Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.

Quadro 7: ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES				
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
			Mínima	Máxima
NOVO	Participação em grupos de arte.	Participação, por no mínimo um semestre, em grupos de artes ligadas à área de Letras, tais como teatro, dança, coral, poesia, música, etc., devidamente comprovada por meio de	20	60

		certificado ou declaração do professor-orientador da atividade.		
NOVO	Produção de mídias e produção cultural.	Produção ou elaboração de vídeos, softwares, programas radiofônicos, exposições, obras de teor artístico-cultural, tais como montagem, instalação, sarau, roteiro de cinema ou peça de teatro, música, poesia e criações literárias, em geral, ligadas à área de Letras e devidamente comprovadas através de certificado ou declaração do professor-orientador da atividade.	10	60
TOTAL				90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.				

Quadro 8: ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES				
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
			Mínima	Máxima
NOVO	Estágios não obrigatórios.	Programas de integração empresa-escola ou de trabalhos voluntários, com dedicação semanal de 5 a 10 horas para o aluno e com apresentação de relatórios.	30	90
TOTAL				90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.				

Quadro 09: VISITAS TÉCNICAS: ATÉ 10 (DEZ) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES				
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
			Mínima	Máxima
CCLETE030	Visitas técnicas.	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovada por um professor responsável, consultado previamente.	05	10
TOTAL				10
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.				

3.2.3 Atividades Curriculares de Extensão (ACE)

A Extensão, compreendida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, com a intencionalidade transformadora entre universidade e os diversos setores da sociedade, está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, com, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social.

Neste PPC, as atividades de extensão são definidas pelas Atividades Curriculares de Extensão (ACE) como componentes curriculares, que abrangem atividades desenvolvidas por discentes, relacionadas a cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, incluindo os previstos em programas institucionais e de natureza governamental que atendam a políticas municipais, estaduais ou federais, destinadas à comunidade externa à UFPI.

Os projetos e ações de extensão do curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês também estão em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária, de acordo com a Resolução CNE/CES Nº 7/2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, que:

Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais.

A UFPI possui vários projetos e ações de extensão que visam a envolver docentes, discentes a comunidade acadêmica, a fim de garantir e fomentar interações para: a socialização dos conhecimentos produzidos, a prestação de serviços e a aliança com os diferentes setores sociais, difundindo conhecimentos orientados ao bem comum de toda a sociedade. Além disso, as atividades de extensão incentivam o desenvolvimento discente na prática, garantindo a promoção de conhecimentos para sua formação e o desenvolvimento de consciência comunitária.

Os projetos e ações de extensão promovem a contínua discussão do currículo de modo a ampliá-lo e adaptá-lo, permitindo o preenchimento de eventuais lacunas ou limitações decorrentes da dinâmica e das constantes e rápidas transformações sociais. Neste contexto, o

curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês promove projetos e ações de extensão voltados para o campo da educação linguística, das artes, das literaturas e da internacionalização que visam, entre outros objetivos, garantir a inserção da extensão no processo formativo do discente.

Na Universidade Federal do Piauí, com base na Resolução 053/19 CEPEX e alterações, as atividades curriculares de extensão (ACE) serão componentes curriculares obrigatórios em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação, totalizando, no mínimo, 10% da carga horária total do curso.

As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) objetivam:

- I – Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;
- II – Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- III – Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para a cidadania e o seu papel social;
- IV – Proporcionar a busca de novos objetos de investigação e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedade;
- V – Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

As ACEs serão realizadas conforme normatização das atividades de extensão no âmbito da UFPI, atendendo a Resolução 053/19-CEPEX e a Resolução 07/18/CNE/MEC.

Nos Curso de Letras - Português e Francês da UFPI, as atividades curriculares de extensão envolvem seus estudantes como **organizadores, ministrantes ou monitores de cursos e eventos científico-culturais cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPI, preferencialmente as vinculadas** ao Centro de Cultura Francesa/ CCHL, a área **que reúne projetos de extensão e cultura coordenados por professores do curso de Letras Português e Francês da Universidade.**

3.2.3.1 Regulamento das atividades curriculares de extensão (ACE)

- Os alunos do curso de Licenciatura em Letras Português e Francês deverão, obrigatoriamente, participar em ACEs e/ou atuar na organização ou execução de uma ACE, quando regularmente matriculados, até integralizar as **409 horas**, definidas neste PPC, **a partir do segundo semestre do curso.** A carga horária dos **períodos finais** é,

contudo, **mais favorável** ao cumprimento dessas atividades pelos estudantes, justamente porque, na condição de ministrantes de cursos, é desejável mais tempo de percurso formativo na Licenciatura.

- Os estudantes poderão participar de outras ACEs, que não necessariamente as disponibilizadas pelo respectivo curso.
- O estudante poderá atuar em outras ACEs ofertadas por outros cursos de graduação e pós-graduação ou por outros órgãos da UFPI (Pró-Reitorias, superintendências, núcleos de estudo, pesquisa e extensão e entidades representativas estudantis), desde que cadastradas na PREXC e respeitados os eventuais pré-requisitos especificados pelo Coordenador da ACE.
- Para fins de integralização da carga horária no histórico dos estudantes, as ACEs deverão:
 - Ser cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PREXC
 - Ter seus relatórios (semestrais ou finais) homologados pela PREXC.
- Nos casos de transferência interna ou mudança de curso, o estudante poderá solicitar, junto ao Assessor de Extensão do Campus/Centro, o aproveitamento das atividades curriculares de extensão já integralizadas no currículo do curso de origem.
- Caso as atividades de extensão realizadas não tenham sido integralizadas no currículo do curso de origem, o aluno poderá solicitar o aproveitamento das atividades, junto ao Comitê de Extensão da PREXC, instruído de relatório da atividade de extensão desenvolvida assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração da atividade executada.
- As Atividades Curriculares de Extensão poderão ser realizadas conjuntamente por duas ou mais IES em parceria, facultando-se a mobilidade interinstitucional de estudantes, docentes e técnico-administrativos;
- Os discentes poderão requerer, junto ao Assessor de Extensão do Centro/Campus, o aproveitamento das atividades de extensão desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior, desde que a solicitação de aproveitamento seja feita via processo até um ano antes da previsão para conclusão do curso e instruído de relatório da atividade de extensão desenvolvida assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração da atividade executada.

3.2.3.2 Sugestões para as ACE do curso de licenciatura em Letras - Português e Francês

Período	Sugestão de CH	Atividades curriculares de extensão	Eixo temático

1º	—	Não há recomendação de ACEs no primeiro período, contudo, o ingressante que atuar na organização de atividades extensionistas cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPI, preferencialmente vinculadas ao Centro de Cultura Francesa/CCHL , terá carga horária equivalente contabilizada.	Educação
2º	40h	Atuar na organização de atividades extensionistas cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPI, preferencialmente vinculadas ao Centro de Cultura Francesa/CCHL .	Educação
3º	41h	Atuar na organização de atividades extensionistas cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPI, preferencialmente vinculadas ao Centro de Cultura Francesa/CCHL .	Educação
4º	41h	Atuar na organização de atividades extensionistas cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPI, preferencialmente vinculadas ao Centro de Cultura Francesa/CCHL .	Educação
5º	41h	Atuar na organização de atividades extensionistas cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPI, preferencialmente vinculadas ao Centro de Cultura Francesa/CCHL .	Educação
6º	41h	Atuar na organização de atividades extensionistas cadastradas na Pró-Reitoria de	Educação

		Extensão e Cultura da UFPI, preferencialmente vinculadas ao Centro de Cultura Francesa/CCHL.	
7º	41h	Atuar na organização de atividades extensionistas cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPI, preferencialmente vinculadas ao Centro de Cultura Francesa/CCHL.	Educação
8º	41h	Atuar na organização de atividades extensionistas cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPI, preferencialmente vinculadas ao Centro de Cultura Francesa/CCHL.	Educação
9º	41h	Atuar na organização de atividades extensionistas cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPI, preferencialmente vinculadas ao Centro de Cultura Francesa/CCHL.	Educação
10º	41h	Atuar na organização de atividades extensionistas cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPI, preferencialmente vinculadas ao Centro de Cultura Francesa/CCHL.	Educação

Vale ressaltar que a sistematização da carga horária por semestres é **apenas uma sugestão**, para que os estudantes realizem Atividades Curriculares de Extensão, totalizando o que é solicitado neste PPC (**409 horas**). Tal divisão não significa que devam obrigatoriamente cumprir a quantidade de horas prevista a cada período descrito no quadro acima, pois as atividades são flexíveis e dependem da oferta pela UFPI, especialmente pelo Centro de Cultura Francesa/CCHL. De qualquer forma, cabe aos professores responsáveis pelos projetos vinculados a essa área e ao curso de Letras Português e Francês o planejamento e a oferta de ACE's que permitam a integralização curricular de seus graduandos.

3.2.4 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O trabalho de conclusão de curso (TCC) é um componente curricular, previsto na Resolução nº177/12 CEPEX-UFPI e regulamentado pela Portaria PREG/CAMEN nº 330, de 22 de junho de 2017. Durante o TCC, o discente deve ser supervisionado por um professor orientador e deve desenvolver estudo na área de pesquisa escolhida, apresentando o produto dessa orientação ao final do processo.

Espera-se dos discentes o desenvolvimento de um trabalho que priorize as competências requeridas dos profissionais da área de Letras Estrangeiras. Para isso, é importante considerar alguns dos objetivos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, tais como a prática da pesquisa acadêmica, o desenvolvimento da capacidade analítica e crítica e também o aprimoramento dos conhecimentos técnico-científicos na área de formação do curso.

3.3. Metodologia

Em termos gerais e, considerando as constantes mudanças sociopolíticas, culturais e tecnológicas, é desejável que a metodologia a ser adotada pelos professores ministrantes das disciplinas do curso de Letras - Português e Francês promova um constante diálogo entre teorias e práticas alinhadas e adequadas ao cenário educacional contemporâneo, a fim de proporcionar ao graduando habilidades que o permitam construir um pensamento crítico e consciente de seu papel como futuro professor de língua estrangeira.

Em termos mais específicos, as disciplinas serão ministradas por meio de aulas presenciais, sendo, a critério do professor ministrante e, conforme o Regulamento Geral da Graduação (Resolução 177/12 e suas alterações), permitidas atividades não presenciais de ensino, desde que essas atividades não contabilizem mais que 40% da carga horária total da disciplina. Entre essas atividades de ensino (presenciais ou a distância), sugerimos as seguintes:

- Aulas expositivas e dialogadas que incentivem a participação efetiva dos estudantes, por meio de debates e/ou seminários e/ou outras formas de apresentações orais e/ou escritas;
- Desenvolvimento de pesquisas aplicadas ao ensino de língua estrangeira e suas literaturas e artes;
- Análises e elaboração de materiais didáticos;
- Fóruns e chats, por meio da plataforma EaD disponível na Instituição, atualmente SIGAA, ou outra com o mesmo fim, desde que seja de livre acesso;
- Aulas remotas, com a utilização de ferramentas pedagógicas disponíveis em meio digital;
- Aulas semipresenciais, considerando-se metodologias híbridas de ensino-aprendizagem;
- Utilização de aplicativos digitais;
- Utilização de sites como recursos para complementação das práticas pedagógicas;

- Implementação de metodologias ativas nas práticas pedagógicas, com base em estratégias específicas;
- Flexibilização quanto às ferramentas avaliativas e também aos ambientes de avaliação, considerando-se os contextos utilizados.

Em consonância com o exposto nas diretrizes gerais dessa proposta metodológica, ressalta-se o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, bem como práticas de ensino-aprendizagem que, entre seus principais pressupostos, destacam a participação dos estudantes como principais agentes de sua própria aprendizagem, por meio de um processo ativo e transformativo que favorece a reflexão crítica sobre o percurso não só do professor em formação, mas também de seus futuros e potenciais estudantes.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão

Ensino, Pesquisa e Extensão estão articulados na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e são desenvolvidos de acordo com diferentes modalidades. Um dos principais intuitos entre a indissociabilidade entre esse tripé é o de impactar na formação do discente, promovendo a geração de novos conhecimentos.

Com as ações de extensão, tanto a comunidade acadêmica quanto a comunidade externa podem ser beneficiadas, por meio de projetos e cursos que dialogam com as pesquisas científicas, trazendo assim melhorias para toda a população.

O ensino está presente nas atuações das práticas pedagógicas desenvolvidas e ele contribui com o efeito multiplicador da formação de novos conhecimentos, que podem ser utilizados no dia a dia dessas comunidades.

4.2 Apoio ao Discente

Em atendimento à resolução CEPEX nº 054/2017, que dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na UFPI, nos cursos de letras estrangeiras da UFPI, a coordenação pedagógica deverá ser acionada para orientar os discentes que necessitem de apoio para lidar com os aspectos referentes ao processo de ensino-aprendizagem e de sua formação docente. Para casos em que fique limitada a ação da coordenação pedagógica, são ofertados gratuitamente ao seu corpo discente os serviços da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), tais como o Núcleo de Acessibilidade (NAU) e os Núcleos de Assistência Estudantil (NAEs).

Para além do atendimento psicopedagógico, outras ações desenvolvidas pela PRAEC estão ligadas às áreas de alimentação, moradia, transporte, inclusão digital, lazer, cultura, esporte e saúde, com atendimento psicossocial, médico e odontológico. Segundo o PDI UFPI (2020-2024), “a Assistência Estudantil da UFPI tem como perspectiva a inclusão social, promoção da igualdade, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida”, destinada “[...] prioritariamente aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica” (UFPI, 2020). Trata-se de serviços para promover o tripé ingresso-permanência-conclusão.

Ainda no âmbito da Coordenação de Letras Estrangeiras, por meio do Seminário de Introdução ao Curso, os ingressantes são informados sobre as diferentes modalidades de apoio ao discente oferecidas pela instituição. Podemos citar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), para incentivar a formação de pesquisadores ainda na graduação, além de fomentar o futuro ingresso na pós-graduação, publicações em periódicos, participações em eventos, premiações e complemento da carga horária curricular, como atividade complementar. A UFPI também oferece programas de bolsas de monitoria e extensão para estudantes de graduação.

Especificamente para o Curso de Letras - Português e Francês, também são oferecidas bolsas para os estudantes no Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) para atuarem, eventualmente, como professores em cursos de línguas na instituição, recebendo, para isso, apoio pedagógico de docentes dos cursos de Letras Estrangeiras.

4.2.1 Atividades de Apoio Didático/Nivelamento

Os graduandos dos cursos de Letras Estrangeiras da UFPI que necessitarem de apoio didático devem consultar a coordenação do curso. Esta, por sua vez, poderá encaminhar a solicitação ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), que deliberará sobre esses casos. O NDE poderá sugerir atividades, de acordo com as possibilidades dos cursos, ou solicitar apoio junto às outras coordenações de cursos, ou, ainda, outros órgãos da UFPI, quando for necessário.

Uma das ações disponíveis para auxiliar os graduandos no aperfeiçoamento linguístico é o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF). Na UFPI, desde 2014, temos um Núcleo de Línguas da Rede Idiomas sem Fronteiras - IsF (NucLI), que oferece cursos de língua inglesa, língua francesa e português como língua adicional, totalmente gratuitos para a comunidade interna e externa da instituição, além da formação continuada de professores dessas áreas em Teresina-PI e região. A coordenação de Letras Estrangeiras orientará os estudantes a se informarem e se inscreverem nos cursos do NucLI para poderem solucionar eventuais problemas pedagógicos

relacionados a competências linguísticas em língua estrangeira, ou para continuarem desenvolvendo sua fluência na língua.

Além do IsF, outros programas auxiliam os discentes de toda a universidade no aprendizado de língua estrangeira. O Curso de Letras Português e Francês da UFPI prepara seus estudantes para participarem de diferentes editais de parceiros, tais como a Embaixada da França no Brasil, que oferece anualmente bolsas para a seleção de professores assistentes de língua portuguesa na França.

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Avaliação da aprendizagem

Os cursos da Coordenação de Letras estrangeiras da UFPI compreendem a avaliação da aprendizagem tal como expressa pelo PDI-UFPI/2020-2024, pela Resolução CEPEX/UFPI 177/12, ou seja, como “o processo formativo de diagnóstico, realizado pelo professor sobre as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como sobre os conhecimentos por estes adquiridos” (BRASIL, 2018, p. 23; BRASIL, 2020, p. 50). Nesse sentido, o avaliar é entendido como um processo formativo e continuado que permite não só a verificação das habilidades adquiridas no decorrer das disciplinas e dos cursos de Letras de modo geral, como também um instrumento de reflexão e reformulação das propostas didáticas contidas neste PPC, adotadas pelos professores da CLE e de outros departamentos/coordenações diretamente envolvidos com os cursos de letras estrangeiras.

Além disso, a avaliação da aprendizagem também é vista como um instrumento de gestão, à medida que fornece à coordenação de Letras Estrangeiras e seus órgãos colegiados elementos para a reformulação contínua dos cursos. Essa dimensão é corroborada pelo PDI/UFPI, ao afirmar que “[...] a avaliação é uma dimensão da gestão que possibilita correções, reorientação de práticas pedagógicas, reflexão sobre os projetos pedagógicos e delimitação dos obstáculos administrativos” (BRASIL, 2020, p. 50).

Para desempenhar sua função formativa e gestora, a avaliação da aprendizagem no Curso de Letras Francês - Português da UFPI se realiza por meio da adoção de diversos instrumentos de verificação, tanto individuais, quanto coletivos, escritos e orais, presenciais e a distância, planejados pelo corpo docente, conforme as demandas dos cursos, de cada disciplina e dos estudantes. Essa diversidade de instrumentos, além de atribuir mais dinamicidade à avaliação da aprendizagem, proporciona aos discentes, futuros professores,

oportunidades de vivenciar e refletir sobre a avaliação como um processo diversificado, não limitado à aplicação dos tradicionais testes quantitativos escritos. Tal visão do processo avaliativo encontra respaldo no PDI/UFPI – 2020-2024, quando o documento afirma que, no âmbito da UFPI:

A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, burocrática e punitiva; ela deve ser diagnóstica, processual e formativa e manter coerência com todos os aspectos do planejamento e da execução do PCC. Transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfere consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFPI. Nesse contexto, a avaliação deve ser compreendida como uma reflexão crítica sobre a prática para ter como ponto de partida a possibilidade de novas estratégias de planejamento. Portanto, caracteriza-se como um processo contínuo e democrático. Não deve visar, exclusivamente, ao resultado final e nunca expressar caráter punitivo (BRASIL, 2020, p. 51).

Assim, a avaliação da aprendizagem proposta neste PPC se constitui como uma atividade ampla e complexa que deve considerar tanto os conteúdos e habilidades relativos à cada disciplina elencada no documento quanto os objetivos estabelecidos para os cursos de Letras Estrangeiras, o perfil do egresso e a aquisição das competências e habilidades dispostos no item 2 deste texto. Ela também deve se manifestar por meio da interação entre as dimensões teórica e prática relativas à formação de professores, elencadas na seção 3 deste documento, assim como no regulamento do estágio curricular obrigatório e regulamento do trabalho de conclusão de curso, constantes nos apêndices a e b.

No que diz respeito à avaliação do desempenho em cada disciplina do Curso de Letras Português e Francês, também devem ser consideradas as normas estabelecidas pela Resolução CEPEX/UFPI nº 177/12 que, em seus artigos 98 a 134, dispõe sobre as sistemáticas de avaliação adotadas pelos cursos de graduação da UFPI.

Igualmente, devem ser consideradas as disposições expressas na Resolução CNE/CP nº 02/19, que define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e estabelecem competências gerais e específicas a serem priorizadas pelos cursos de licenciatura, tal como ilustrado nos quadros a seguir:

Competências gerais docentes propostas pela DCNs em 2019

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem, colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens - verbal, corporal, visual, sonora e digital - para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentido que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Fonte: BRASIL (2019, p. 13)

Competências específicas docentes propostas pela DCNs em 2019

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS		
1. CONHECIMENTO PROFISSIONAL	2. PRÁTICA PROFISSIONAL	3. ENGAJAMENTO PROFISSIONAL
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como aprendem	2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem	3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender
1.3 Reconhecer os contextos	2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino	3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades	3.4 Engajar-se profissionalmente com as famílias e com a comunidade

Fonte: BRASIL (2019, p. 14)

Além dos conhecimentos relativos aos saberes docentes, o curso de Letras Português e Francês se caracteriza pela mobilização de conhecimentos de cunho cultural e linguístico. Dessa forma, como parte integral da avaliação da aprendizagem, devem estar incorporados instrumentos de verificação que contemplem a aquisição da língua francesa a partir de um olhar processual e continuado. Para isso, quadros comuns de referência oferecem instrumentos validados por instituições internacionais e pela academia para a verificação do desempenho linguístico. No Curso de Letras Português e Francês, a avaliação da aprendizagem da língua estrangeira pode ser inspirada no Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (QECRF). Embora o quadro tenha sido proposto pelo Conselho Europeu em 2001 para atender

às demandas das instituições de ensino daquele continente e das necessidades por uma educação plurilíngue, ele rapidamente ganhou relevância mundial, sendo hoje adotado por várias instituições ao redor do mundo. Ele se organiza em uma escala de seis níveis, abrangendo o desempenho em habilidades como escrita, fala, leitura e escuta, tal como dispostos a seguir:

Níveis propostos pelo Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas - QECRL

Grupo de níveis	Nível	Descrição
A Falante básico ou elementar	A1 Iniciação ou Descoberta	<ul style="list-style-type: none"> • Pode entender e utilizar expressões familiares do dia a dia, bem como frases básicas direcionadas a satisfazer necessidades concretas. • Pode apresentar-se e responder a perguntas sobre detalhes da sua vida pessoal como: onde vive, pessoas que conhece ou coisas que possui. • Pode ainda interagir de maneira simples com nativos, desde que estes falem pausadamente, de maneira clara e que estejam dispostos a ajudar.
	A2 Elementar ou Plataforma	<ul style="list-style-type: none"> • Pode entender frases e expressões relacionadas com áreas familiares ao utilizador, como informações pessoais e familiares básicas, compras, geografia local, emprego. • Pode comunicar de maneira simples em situações familiares que requerem troca de informações curtas e precisas. • Pode descrever de maneira superficial aspectos sobre os seus conhecimentos, o ambiente onde vive e as necessidades imediatas.
B Falante independente	B1 Limiar ou Intermédio	<ul style="list-style-type: none"> • Pode entender os pontos principais sobre os assuntos do dia a dia como trabalho, escola e lazer. • Pode lidar com situações cotidianas no país onde a língua é falada (viagem de turismo). • Pode produzir textos simples sobre áreas familiares e de interesse. • Pode ainda descrever experiências, eventos, sonhos, desejos e ambições. • Além disso, pode ainda opinar de maneira limitada sobre planos e discussões.

	B2 Intermédio Superior (ou Pós- intermédio/ Independente)	<ul style="list-style-type: none"> • É capaz de entender ideias principais de textos complexos que tratem de temas tanto concretos como abstratos, inclusive textos de caráter técnico se forem da sua área de especialização. • Pode interagir com falantes nativos com um grau suficiente de fluência e naturalidade de forma que a comunicação ocorra sem esforço por parte dos interlocutores. • Pode produzir textos claros e detalhados sobre temas diversos, assim como defender um ponto de vista sobre temas gerais, indicando vantagens e desvantagens das várias opções.
C Falante proficiente	C1 Avançado ou Proficiência operativa efetiva (ou Autonomia)	<ul style="list-style-type: none"> • É capaz de compreender uma ampla variedade de textos extensos e com um certo nível de exigência, assim como reconhecer nestes sentidos e ideias implícitas. • Sabe expressar-se de forma fluente e espontânea sem demonstrar muitos esforços para encontrar uma palavra ou expressão adequada. • Pode fazer uso efetivo do idioma para fins sociais, acadêmicos e profissionais. • Pode produzir textos claros, bem estruturados e detalhados sobre temas de certa complexidade, mostrando o uso correto dos mecanismos de organização, articulação e coesão do texto.
	C2 Mestria ou Proficiente	<ul style="list-style-type: none"> • É capaz de compreender com facilidade praticamente tudo o que ouve e lê. • Sabe reconstruir a informação e os argumentos procedentes de diversas fontes, seja em língua falada ou escrita, e apresentá-los de maneira coerente e resumida. • Pode expressar-se espontaneamente com grande fluência e com um grau de precisão que lhe permita diferenciar pequenas matizes ou nuances de significado, inclusive em situações de maior complexidade.

Fonte: Adaptado de CONSELHO DA EUROPA, 2001.

Níveis e competências por habilidade, propostos pelo QECRL

Nível	Compreender		Falar		Escrever
	Compreensão auditiva	Compreensão de leitura	Interação oral	Expressão oral	Expressão escrita
A1	Reconheço palavras e expressões muito básicas que se usam habitualmente, relativas a mim mesmo, à minha família e ao meu ambiente imediato quando se fala devagar e com clareza.	Compreendo palavras e nomes conhecidos e frases muito simples, por exemplo, aquelas em letreiros, cartazes e catálogos.	Posso participar numa conversação de forma simples, sempre que a outra pessoa esteja disposta a repetir o que disse ou a dizê-lo com outras palavras e a uma velocidade mais lenta, ajudando-me a formular o que estou tentando dizer. Eu faço e respondo perguntas simples sobre temas de necessidade imediata ou assuntos muito habituais.	Utilizo expressões e frases simples para descrever o lugar onde vivo e as pessoas que conheço.	Eu sou capaz de escrever postais curtos e simples, por exemplo, para enviar parabéns. Sei preencher formulários com dados pessoais, por exemplo, o meu nome, a minha nacionalidade e a minha morada no formulário de registo do hotel.
A2	Compreendo frases e o vocabulário mais habitual sobre temas de interesse pessoal (informação pessoal e familiar muito básica, compras, local de residência, emprego). Sou capaz de captar a ideia principal de avisos e mensagens breves, claras e	Sou capaz de ler textos muito breves e simples. Sei encontrar informação específica e previsível em escritos simples e quotidianos, como anúncios publicitários, prospectos, menus e horários e compreendo cartas pessoais breves e simples.	Posso comunicar-me em tarefas simples e habituais que requerem um intercâmbio simples e direto de informação sobre atividades e assuntos quotidianos. Sou capaz de realizar intercâmbios sociais muito breves, embora, geralmente, não possa compreender o suficiente para manter a conversação por	Utilizo uma série de expressões e frases para descrever, com termos simples, a minha família e outras pessoas, as minhas condições de vida, a minha origem educativa e o meu trabalho atual ou o último que tive.	Sou capaz de escrever notas e mensagens breves e simples relativas às minhas necessidades imediatas. Posso escrever cartas pessoais muito simples, por exemplo, agradecendo algo a alguém.

	simples.		mim mesmo.		
B1	<p>Compreendo as ideias principais quando o discurso é claro e normal e se tratam assuntos quotidianos que têm lugar no trabalho, na escola, durante o tempo de ócio, etc.</p> <p>Compreendo a ideia principal de muitos programas de rádio ou televisão que tratam temas atuais ou assuntos de interesse pessoal ou profissional, quando a articulação é relativamente lenta e clara.</p>	<p>Compreendo textos escritos numa linguagem de uso habitual e quotidiano ou relacionadas com o trabalho. Compreendo a descrição de acontecimentos, sentimentos e desejos em cartas pessoais.</p>	<p>Sei desenvolver-me em quase todas as situações que se me apresentam quando viajo para onde se fala essa língua. Posso participar espontaneamente numa conversação que trate temas quotidianos de interesse pessoal ou que sejam pertinentes para a vida diária (por exemplo, família, hobbies, trabalho, viagens e acontecimentos atuais).</p>	<p>Sei relacionar frases de maneira simples com o fim de descrever experiências e factos, meus sonhos, esperanças e ambições. Posso explicar e justificar brevemente as minhas opiniões e projetos. Sei narrar uma história ou relato, o enredo de um livro ou filme e posso descrever as minhas reações.</p>	<p>Sou capaz de escrever textos simples e bem relacionados sobre temas que são conhecidos por mim ou de interesse pessoal. Posso escrever cartas pessoais que descrevam experiências e impressões.</p>
B2	<p>Compreendo discursos e conferências extensas e inclusive sigo linhas argumentais complexas sempre que o tema seja relativamente bem conhecido. Compreendo quase todas as notícias na televisão e os programas sobre temas atuais. Compreendo a maioria dos filmes que são falados num</p>	<p>Sou capaz de ler artigos e reportagens relacionadas com problemas contemporâneos em que os autores adotam posturas ou pontos de vista concretos. Compreendo a prosa literária contemporânea.</p>	<p>Posso participar numa conversação com certa fluência e espontaneidade, o que possibilita a comunicação normal com falantes nativos. Posso tomar parte ativa em debates desenvolvidos em situações quotidianas, explicando e defendendo os meus pontos de vista.</p>	<p>Apresento descrições claras e detalhadas de uma ampla série de temas relacionados com a minha especialidade. Sei explicar um ponto de vista sobre um tema expondo as vantagens e desvantagens de várias opções.</p>	<p>Sou capaz de escrever textos claros e detalhados sobre uma ampla série de temas relacionados com os meus interesses. Posso escrever redações ou relatórios transmitindo informação ou propondo motivos que apoiem ou refutem um ponto de vista concreto. Sei escrever cartas</p>

	nível de linguagem padrão.				que destacam a importância que lhes dou a determinados fatos e experiências.
C1	<p>Compreendo discursos extensos inclusive quando não estão estruturados com clareza e quando as relações estão apenas implícitas e não são declaradas explicitamente.</p> <p>Compreendo sem muito esforço os programas de televisão e os filmes.</p>	<p>Compreendo textos longos e complexos de caráter literário ou baseados em fatos, apreciando distinções de estilo.</p> <p>Compreendo artigos especializados e instruções técnicas longas, mesmo que não estejam relacionadas com a minha especialidade.</p>	<p>Expresso-me com fluidez e espontaneidade sem ter que procurar de forma muito evidente as expressões adequadas. Utilizo a linguagem com flexibilidade e eficácia para fins sociais e profissionais. Formulo ideias e opiniões com precisão e relaciono as minhas intervenções habilmente com as de outros falantes.</p>	<p>Apresento descrições claras e detalhadas sobre temas complexos que incluem outros temas, desenvolvendo ideias concretas e terminando com uma conclusão apropriada.</p>	<p>Sou capaz de me expressar em textos claros e bem estruturados, expondo pontos de vista com alguma extensão. Posso escrever sobre temas complexos em cartas, redações ou relatórios, destacando o que considero que são os aspectos importantes. Seleciono o estilo apropriado para os leitores a quem os meus escritos são endereçados, inclusive posso estar na capacidade de me candidatar a um emprego.</p>
C2	<p>Não tenho nenhuma dificuldade para compreender qualquer tipo de linguagem falada, tanto em conversações ao vivo como em discursos retransmitidos, mesmo que se produzam a uma velocidade de falante nativo,</p>	<p>Sou capaz de ler com facilidade praticamente todas as formas de linguagem escrita, incluindo textos abstratos, estrutural ou linguisticamente complexos, como manuais, artigos especializados e obras literárias.</p>	<p>Tomo parte sem esforço em qualquer conversação ou debate e conheço bem modismos, frases feitas e expressões coloquiais. Expresso-me com fluidez e transmito nuances subtis de sentido com precisão. Se tenho um problema,</p>	<p>Apresento descrições ou argumentos de forma clara e fluída e com um estilo que é o adequado ao contexto e com uma estrutura lógica e eficaz que ajuda o ouvinte a fixar-se nas ideias importantes e a recordá-las.</p>	<p>Sou capaz de escrever textos claros e fluídos num estilo apropriado. Posso escrever cartas, relatórios ou artigos complexos que apresentam argumentos com uma estrutura lógica e eficaz que</p>

sempre que tenha tempo de me familiarizar com o sotaque.		disfarço a dificuldade com tanta discrição que os outros dificilmente reparam.		ajuda o ouvinte a fixar-se nas ideias importantes e a recordá-las. Escrevo resumos e resenhas de obras profissionais ou literárias.
--	--	--	--	---

Fonte: Adaptado de CONSELHO DA EUROPA, 2001.

Ao longo do curso, espera-se que os alunos sejam capazes de progredir gradualmente entre os níveis propostos pelo QECRL, adquirindo, ao final do curso, as competências necessárias para torná-los usuários proficientes da língua francesa. Dessa forma, cada semestre do curso de Letras Português e Francês está estruturado de modo a priorizar os níveis e as competências propostos pelo Quadro Comum de Referência, tal como descrito a seguir:

Proficiência mínima em língua francesa a ser atingida pelos alunos do Curso de Letras – Português e Francês

	Língua Francesa I	Língua Francesa II	Língua Francesa III	Língua Francesa IV	Língua Francesa V	Língua Francesa VI	Língua Francesa VII	Língua Francesa VIII
B2								
B1+								
B1								
A2+								
A2								
A1+								
A1								

5.2 Avaliação do PPC

Para garantir a qualidade do ensino ofertado pelos cursos de Letras Estrangeiras da UFPI e assegurar que o PPC reflita as reais necessidades do mercado de trabalho e da sociedade como um todo, faz-se necessária a adoção de instrumentos de avaliação continuada dos cursos e da sua proposta pedagógica. Tal avaliação encontra respaldo no que estabelecem os artigos 7º e 8º da resolução CNE/CE No 2/2019:

Art. 7º A organização curricular dos cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica, tem como princípios norteadores:
[...]

XIII - avaliação da qualidade dos cursos de formação de professores por meio de instrumentos específicos que considerem a matriz de competências deste Parecer e os dados objetivos das avaliações educacionais, além de pesquisas científicas que demonstrem evidências de melhoria na qualidade da formação;
(...)

Art. 8º Os cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica devem ter como fundamentos pedagógicos:

V - avaliação como parte integrante do processo da formação, que possibilite o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso que se fizerem necessárias;

(BRASIL, 2019, p. 4-5)

Para atender a esse requisito, a autoavaliação realizada pela CLE e por seus órgãos colegiados se estrutura em três eixos: 1. Avaliação qualitativa, 2. Avaliação quantitativa, 3. Avaliação dos egressos.

A avaliação qualitativa é realizada por meio da realização bianual do Seminário de Avaliação, conduzido pela coordenação do curso, com a participação do corpo docente, de técnicos administrativos e de representantes discentes. No seminário, são debatidos temas relativos às dificuldades enfrentadas no biênio anterior, assim como os sucessos atingidos. Também são estabelecidas metas para o biênio subsequente, além de elaboradas as estratégias para alcançá-las. Atividades de formação continuada para o corpo docente também são priorizadas nesse momento da avaliação como uma forma de fornecer instrumentos para melhorar a qualidade do ensino ofertado pelos cursos.

A avaliação quantitativa, por sua vez, é realizada por meio da análise dos índices fornecidos pela UFPI a respeito do desempenho e da permanência dos discentes no curso. Esta análise tem como objetivo verificar numericamente pontos fortes e fracos dos cursos de Letras Estrangeiras, sendo divulgada entre o corpo docente do curso e discutida no seminário de avaliação bianual. Dentre os índices considerados estão a Taxa de sucesso na graduação (TSG), a Taxa de evasão na graduação (TEG), a Taxa de retenção na graduação (TRG) e a Taxa de ocupação na graduação (TOG). Estes índices estão descritos no Projeto Pedagógico Institucional da UFPI (PPI) e no PDI UFPI 2020/2024. O desempenho dos estudantes dos cursos no ENADE, além de outras eventuais avaliações, também são usados para a avaliação quantitativa.

Já a avaliação dos egressos é estabelecida pela Resolução CNE/CP No 2/2019, em seu artigo 24, ao afirmar que “As IES deverão organizar um processo de avaliação dos egressos de forma continuada e articulada com os ambientes de aprendizagens” (BRASIL, 2019, p. 11).

Essa avaliação também é realizada a cada dois anos por meio da aplicação de questionários online aos egressos do biênio anterior. O questionário busca verificar a inserção dos egressos no mercado de trabalho, ou as dificuldades que eles enfrentam para tal inserção, assim como sua inserção em cursos de formação continuada ou de pós-graduação. Também são coletadas informações a respeito dos impactos percebidos pelos egressos que os cursos de Letras Estrangeiras da UFPI exerceram sobre sua formação cidadã e profissional. Os dados obtidos por meio desses questionários são discutidos nos seminários de avaliação e servem de ferramenta para auxiliar na avaliação bianual.

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

6.1 Disciplinas obrigatórias

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Língua Francesa I	CLE0244	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h		
EMENTA: Iniciar o percurso de descoberta da língua francesa, no nível A1 do Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BESCHERELLE, L. N. et al. Le coffret Bescherelle : conjugaison, grammaire, orthographe, vocabulaire. Paris : Didier, 2019.</p> <p>BOYER-DALAT, M.; CHRÉTIEN, R; FRAPPE, N. Delf A1 100% réussite. Paris: Didier, 2022.</p> <p>KAMOUN, C.; RIPAUD, D. Phonétique essentielle du français (A1-A2). Paris: Didier, 2016.</p> <p>REY, A.; REY-DEBOVE, J. (dir.). Le Petit Robert de la langue française 2023. Paris: Le Robert Éditions, 2022.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>DICIONÁRIO MODERNO DE FRANCÊS-PORTUGUÊS/ PORTUGUÊS- FRANCÊS. Porto (Portugal): Editora Porto, 2022.</p> <p>DUMAS, A. Les trois mousquetaires. Niveau 1/A1. CLE International, 2016.</p> <p>LE ROY, E. Jacquou le croquant. Niveau 1/A1. CLE International, 2020.</p> <p>PERGAUD, L. La guerre des boutons. Niveau 1/A1. CLE International, 2016.</p> <p>POISSON-QUINTOM, S.; B. R. Grammaire expliquée du français (Niveau débutant). Paris: Clé International, 2003.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Seminário de Introdução ao Curso	CLE0246	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.0.0	15h		
EMENTA: Currículo do Curso de Licenciatura em Letras Português-Francês; Instâncias da UFPI e suas competências; Atividades complementares e extensionistas; Recomendações e orientações sobre a vida acadêmica na graduação.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Piauí (PDI/UFPI 2020-2024).

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Regimento Geral da UFPI. Resolução nº 45/99 – CONSUN de 16 de dezembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Resolução CEPEX nº 177/12, de 5 de novembro de 2012, que estabelece as normas de funcionamento dos cursos de Graduação da Universidade Federal do Piauí.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Resolução CEPEX/UFPI nº 220/16, de 28 de setembro de 2016, que define as diretrizes curriculares para a formação em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica na UFPI.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Resolução CEPEX nº 054/17 – Dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na UFPI.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Resolução CEPEX/UFPI nº 053/19, de 12 de abril de 2019, que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Linguística	CLV/CCHL006	—	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		
EMENTA: Linguística como ciência. Língua e linguagem: características, funções e variações. Estruturalismo. O signo linguístico. Competências linguísticas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística . Vol. 1. São Paulo: Contexto, 2002.			
MARTELOTTA, M. Eduardo (org.). Manual de linguística . São Paulo: Contexto, 2009.			
MUSSALIM, Fernanda. BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística – vols. 1 e 2 . São Paulo: Cortez, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
LOPES, Edward. Fundamentos da linguística contemporânea . São Paulo: Cultrix, 1991.			
LYONS, John. Língua(gem) e linguística . Rio de Janeiro: Zahar, 1987.			
MARTIN, R. Para entender a linguística . São Paulo: Parábola, 2003.			
SAUSSURE, Ferdinand. Curso de linguística geral . São Paulo: Cultrix, 2008.			
WEEDWOOD, Bárbara. História concisa da linguística . São Paulo: Parábola Editorial, 2002.			

--

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Leitura e Produção de Textos	CLV/CCHL007	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60 h		
<p>EMENTA: Concepções de leitura. Tipos de conhecimentos prévios do leitor e produção de sentido de um texto. Texto e contexto. Constituição e funcionamento das sequências tipológicas. Gêneros textuais e domínios discursivos. Leitura e produção de gêneros acadêmicos. Crédito Prático: Leitura, compreensão e interpretação de textos em uma perspectiva interdisciplinar.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>COSTA, Deborah Cristina Lopes; SALCES, Cláudia Dourado. Leitura & produção de textos na universidade. Campinas: Alínea, 2013.</p> <p>DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel Machado; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). Gêneros textuais & ensino. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2010.</p> <p>MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. Escrever e argumentar. São Paulo: Contexto, 2016.</p> <p>KÖCHE, Vanida Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; MARINELLO, Adriane Fogali. Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>MARTINS, Maria Helena. O que é leitura. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.</p> <p>SOUZA, Luiz Marques de; CARVALHO, Sérgio Waldeck. Compreensão e produção de textos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Literatura, Mitos e	CLV/CCHL057	---	

Religiões		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	
EMENTA: Estudo do viés mitológico e da simbologia religiosa em diferentes obras da literatura lusófona. Ideologia e contraideologia na constituição do texto literário. Exame da religiosidade e do misticismo presentes em diferentes correntes estéticas, sobretudo o Barroco, o Romantismo e o Simbolismo. Análise da crítica às religiões operada na literatura moderna e contemporânea.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ELIADE, Mircea. História das crenças e das ideias religiosas – 3 volumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.		
FRYE, Northrop. O código dos códigos: A Bíblia e a Literatura. Tradução de Flávio Aguiar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.		
VERNANT, Jean-Pierre. Mito e religião na Grécia Antiga. Tradução Joana Angélica D'Avila Melo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ABADIA, José Pedro Tosaus. A bíblia como literatura. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000.		
BASTANZIN, Vera. Mito e poética na literatura contemporânea. São Paulo: Ateliê, 2007.		
BLOOM, Harold. A angústia da influência: uma teoria da poesia. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Imago, 2002.		
ELIADE, Mircea. Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1991.		
PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos orixás. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Fundamentos da Educação
Ética e Filosofia da Educação	---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		
EMENTA: Ética e moral. Conceito, concepções e doutrinas éticas. Problemas fundamentais de ética contemporânea. A eticidade da educação e a formação ética e política do educador. Concepções, tarefas e especificidades da Filosofia da educação. Relação entre educação, pedagogia e ensino. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ética, política e estética. Filosofia da educação e a formação do(a) professor(a).			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AHLERT, Alvorí. A eticidade da educação: o discurso de uma práxis solidária e universal. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.			
PERISSÉ, Gabriel. Introdução à filosofia da educação: Belo Horizonte: Autêntica, 2009.			

MATOS, Olgária. **Filosofia a polifonia da razão**: filosofia e educação. São Paulo: Scipione, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOFF, Leonardo. **Genealogias da Ética**. In: *Ética e moral: a busca dos fundamentos*. 5 ed. Petrópolis: 2009.

CARVALHO, Adalberto D. de. **Utopia e educação**. Porto: Porto, 1994.

DALBOSCO, Cláudio A. Filosofia e formação docente. In: KUIVA, Evaldo A.; SANGALLI, Idalgo J.; CARBONARA, Vanderlei (Orgs.). **Filosofia, formação docente e cidadania**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANDEL J. Sandel. **Justiça: o que fazer a coisa certa**. 15ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras – LIBRAS
Língua Brasileira de Sinais	LIBRAS009	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h		
<p>EMENTA: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: Conceituação. História da educação dos surdos. Abordagens educacionais, legislação, identidades e cultura da comunidade surda. Aspectos Linguísticos da Libras e o uso da língua. Pedagogia surda.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: O Mundo dos Surdos em Libras. São Paulo: Vitae: Fapesp: Capes: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras?: Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Párabola Editorial, 2009.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de.; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BOTELHO, P. Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos. Editora Autentica, Minas Gerais, 712, 1998.</p> <p>FERNANDES, Eulália, org; QUADROS, Ronice Muller de...[et al.] Surdez e Bilinguismo – Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>LIMA, M.S.C. Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito. 2004, 261f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada); Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, S.P.</p> <p>SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.</p>			

SKLIAR, C. (ORG.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2010.

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Língua Francesa II	CLE0251	—	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Língua Francesa I	
EMENTA: Dar continuidade ao percurso de descoberta da língua francesa no nível A1 do Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BESCHERELLE, L. N. et al. Le coffret Bescherelle : conjugaison, grammaire, orthographe, vocabulaire. Paris : Didier, 2019.</p> <p>BOYER-DALAT, M.; CHRÉTIEN, R; FRAPPE, N. Delf A1 100% réussite. Paris: Didier, 2022.</p> <p>KAMOUN, C.; RIPAUD, D. Phonétique essentielle du français (A1-A2). Paris: Didier, 2016.</p> <p>REY, A.; REY-DEBOVE, J. (dir.). Le Petit Robert de la langue française 2023. Paris: Le Robert Éditions, 2022.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>DICIONÁRIO MODERNO DE FRANCÊS-PORTUGUÊS/ PORTUGUÊS- FRANCÊS. Porto (Portugal): Editora Porto, 2022.</p> <p>VERNES, J. Un capitaine de 15 ans. Niveau 1/A1. CLE International, 2016.</p> <p>ABOUT, Edmond. L'homme à l'oreille cassée. Niveau 1/A1. CLE International, 2018.</p> <p>SAND, G. La mare au diable. Niveau 1/A1. CLE International. 2017.</p> <p>POISSON-QUINTOM, S.; B. R. Grammaire expliquée du français (Niveau débutant). Paris: CLE International, 2003.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Língua e Cultura Latinas	CLV/CCHL010	—	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60 h		

EMENTA: A relevância linguístico-cultural do estudo do latim nos cursos de Letras. História e formação da Língua latina. Literatura latina. Abordagens paradigmáticas e sintagmáticas das línguas analíticas e sintéticas. Gramática básica latina. Leitura, tradução e análise de textos diversos em latim. Traços latinos em línguas românicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARDOSO, Zélia de Almeida. **A literatura latina.** – 2 ed. – São Paulo: Martins fontes, 2003.

FURLAN, Oswaldo A. **Gramática, língua e literatura latina.** Petrópolis: Vozes, 2006.

REZENDE, Antônio Martinez de. **Latina essentia: preparação ao latim.** 5. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina: curso único e completo.** 24 ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

COMBA, Júlio. **Programa de latim: introdução à língua latina.** v. I. 18 ed. rev. e atual. São Paulo: Salesiana, 2002.

COMBA, Júlio. **Programa de latim: introdução aos clássicos.** v. II. 6 ed. São Paulo: Salesiana, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma.** 4 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

GRIMAL, Pierre. **História de Roma.** Tradução Maria Leonor Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	CLV/CCHL012	---	Coordenação de Letras Vernáculas
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Linguística	
EMENTA: Estudo dos sons e fonemas da Língua portuguesa. Processos fonológicos e sistema gráfico do português. Treinamento de produção e transcrição fonética. Análise fonológica. Pesquisa fonética e fonológica do Português. Crédito Prático: implicações de aspectos fonéticos e fonológicos no processo de ensino aprendizagem de língua materna.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CAGLIARI, L. C. Alfabetização & linguística. São Paulo: Scipione, 1989			
CALLOU, D. e LEITE, Y. Iniciação à fonética e fonologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1990			
SILVA, THAIS, C. Fonética e fonologia do português. São Paulo: Contexto, 1999.			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CÂMARA JR., J. M. Estrutura da língua portuguesa . 37. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
HEAD, Brian. Subsídios do atlas prévio dos falares baianos para o estudo de uma variante dialetal. In: Cadernos de estudos linguísticos , N° 1, IEL, UNICAMP, Campinas, 1978.
HORA, Dermeval da. Diversidade linguística no Brasil . João Pessoa: Ideia, 1997.
ISTRE, G. L. Fonologia transformacional e natural : uma introdução crítica. Ensaio de Linguística da EFSC. Florianópolis, Editora da UFSC, 1980.
SCHANE, S.A. Fonologia gerativa . Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Literatura e Memória Cultural	CLV/CCHL014	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		
<p>EMENTA: Exame do modo como variados aspectos das culturas regionais são representados em obras da literatura lusófona – tais como festas, gastronomia, tradições locais, gestos, vida cotidiana, hábitos, paisagens etc. As diferentes manifestações do Regionalismo brasileiro, africano e do Neorrealismo português. Estudo da importância da oralidade para a estruturação do texto literário. A literatura de teor memorialista. Crédito Prático: atividades de arquivo realizadas junto a museus e a casas de cultura com o intuito de auxiliar na análise do texto literário.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento . 6. ed. São Paulo/Brasília: HUCITEC/UnB, 2008.			
CASCUDO, Camara. Civilização e cultura . São Paulo: Global, 2004			
COUTINHO, Afrânio. Conceito de literatura brasileira . 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. OLIVEIRA, Irenísia Torres de. Regionalismo, modernização e crítica social na literatura brasileira . São Paulo: Nankin 2010.			
BRITO, Herasmo Braga de Oliveira. Neorregionalismo brasileiro . Teresina: EDUFPI, 2017.			
LEITE, Lígia Chiappini Moraes. Regionalismo e Modernismo . São Paulo: Ática, 1978.			
PERRONE-MOISÉS, Leyla. Vira e mexe nacionalismo . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.			
ZUMTHOR, Paul. Introdução à poesia oral . Belo Horizonte: UFMG, 2010.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas

Literatura e Cultura Pós-Moderna		CLV/CCHL013	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):		
4.0.0	60h			
EMENTA: Relações entre a literatura contemporânea lusófona e as políticas pós-modernas. Estudo das representações socioculturais no contexto da Pós-Modernidade. A literatura, o mercado e a cultura de massa. Exame dos processos de criação literária baseados na evolução tecnológica, tais como a literatura eletrônica, o emprego de novos suportes para o texto literário, a poesia cinética, dentre outros.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
ANDERSON, Perry. Origens da Pós-Modernidade . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.				
BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade . Rio de Janeiro: Zahar, 1998.				
PERRONE-MOISÉS, Leyla. Mutações da literatura no século XXI . São Paulo: Companhia das Letras, 2016.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
ANTUNES, Benedito (org.) Memória, literatura e tecnologia . São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.				
BHABHA, Homi. O local da cultura . Belo Horizonte: UFMG, 2012.				
EAGLETON, Terry. As ilusões do pós-modernismo . Rio de Janeiro: Zahar, 1998.				
HALL, Stuart. A identidade cultural da pós-modernidade . Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.				
HUTCHEON, Linda. Poética do pós-modernismo . Rio de Janeiro: Imago, 1991.				

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
História e Sociologia da Educação	---	---	Departamento de Fundamentos da Educação
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		
EMENTA: Fundamentos teórico-metodológicos da história da educação e da Sociologia da educação. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense. Correntes teóricas no campo da Sociologia da educação. A escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas. O campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRITO, I.S. História da educação no Piauí . Teresina: EDUFPI, 1996.			
ESTEVES, A. J.; STOER, S. R. A sociedade na escola: professores, educação e desenvolvimento . Lisboa: Afrontamento, 1992.			

NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. (Org.) Escritos de educação . 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1998
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BUFFA, E; NOSELLA, P.A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea . São Paulo: Cortez Editora, 1991.
GILES, T.R. História da Educação . São Paulo: EPU, 1987.
LOPES, E. M. T. Perspectiva histórica da educação . São Paulo: Editora Ática, 1995.
PETITAT, A. Escola: produção da produção da sociedade . Porto Alegre: Artes Médias, 1994.
SILVA, T.T. da. A sociedade da educação: entre o funcionalismo e o pós-modernismo. In: O que produz e o que reproduz em educação . Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Língua Francesa III	CLE0253	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Língua Francesa II	
EMENTA: Avançar no percurso de aprendizagem da língua francesa, tendo em vista o nível A2 do Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BESCHERELLE, L. N. et al. Le coffret Bescherelle : conjugaison, grammaire, orthographe, vocabulaire. Paris : Didier, 2019.			
BOYER-DALAT, M.; CHRÉTIEN, R; FRAPPE, N. Delf A2 100% réussite . Paris: Didier, 2021.			
KAMOUN, C.; RIPAUD, D. Phonétique essentielle du français (A1-A2) . Paris: Didier, 2016.			
REY, A.; REY-DEBOVE, J. (dir.). Le Petit Robert de la langue française 2023 . Paris: Le Robert Éditions, 2022.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
DICIONÁRIO MODERNO DE FRANCÊS-PORTUGUÊS/ PORTUGUÊS- FRANCÊS . Porto (Portugal): Editora Porto, 2022.			
GAUTHIER, T. La cafetière et autres contes fantastiques . Niveau 2/A2. CLE International, 2020.			
LUPIN, A. La demoiselle aux yeux verts . Niveau 2/A2. CLE International, 2020.			
MAUPASSANT, G. de. Bel-ami . Niveau 2/A2. CLE International, 2022.			
POISSON-QUINTOM, S.; B. R. Grammaire expliquée du français (Niveau débutant). Paris: CLE International, 2003.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Fonética e Fonologia da Língua Francesa	CLE0304	—	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.2.0	45 h	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	
EMENTA: Estudo das técnicas de pronúncia e entonação da língua francesa, com atenção aos aspectos regionais e dialetais característicos dos diferentes grupos e culturas francófonas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ABRY, D.; VELDEMAN-ABRY, J. La phonétique : audition, correction, prononciation (+ CD audio). Paris : CLE International, 2006.</p> <p>ALVES, U. K. (et al.). Fonética e Fonologia de Línguas Estrangeiras: subsídios para o ensino. Campinas-SP: Pontes, 2020.</p> <p>CANAULT, Mélanie. La phonétique articulatoire du français. De Boeck Supérieur, 2017.</p> <p>CHISS, J.-L. et al. Introduction à la linguistique française 1 – notions fondamentales – phonétique, PUF-Presses universitaires de France: Paris, 2001.</p> <p>LAURET, B. Enseigner la prononciation du français : questions et outils. Paris : Hachette, 2007.</p> <p>LÉON, P. et al. Phonétique du FLE: prononciation: de la lettre au son. Paris: Armand Colin, 2008.</p> <p>PAGEL, D; MADELINE, E.; WIOLAND, F. Rythme du français parlé. Paris: Hachette, 2012.</p> <p>WIOLAND, F. Prononcer les mots du français : des sons et des rythmes. Paris: Hachette, 1991.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ABRY, Dominique ; CHALARON, Marie-Laure. Les 500 exercices de phonétique : niveau A1-A2 [avec corrigés]. Hachette français langue étrangère, 2010.</p> <p>BRIET,G.; COLLIGE, V.; RASSART, E. La prononciation en classe. Grenoble: PUG, 2014.</p> <p>CHAMPAGNE-MUZAR, C. et BOURDAGES, J. S. Le point sur la phonétique. Clé international: Paris, 1998.</p> <p>CHARLIAC, L.; MOTRON, A-C. Phonétique progressive de français : niveau intermédiaire. Paris : CLE International, 2018.</p> <p>LÉON, Monique. Exercices systématiques de prononciation française. Paris: Hachette, 2003.</p> <p>MARTINS, C.; MABILAT, J.-J. Sons et Intonations : exercices de prononciation. Paris : Didier, 2004. Coll. “atelier FLE”.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Morfologia da Língua Portuguesa	CLV/CCHL017	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	

3.1.0	60h	Linguística
<p>EMENTA: O objeto de estudo da morfologia e princípios teóricos. Morfema: conceito(s), tipologia, alomorfia e análise morfológica. Flexão e categorias gramaticais. Composição, derivação e outros processos de formação de vocábulos. Classificação dos vocábulos formais. Crédito Prático: montagem de <i>corpora</i> de neologismos.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>BASÍLIO, Margarida. Formação e classes de palavras no português do Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>MONTEIRO, J. Lemos. Morfologia portuguesa. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.</p> <p>SILVA, Maria Cecília Pérez de Sousa e KOCH, Ingedore Vilaça. Linguística aplicada ao português: 14. ed. São Paulo: Cortez, 2003.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>CAMARA JÚNIOR, Joaquim Matoso. Estrutura da língua portuguesa. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.</p> <p>RODOLFO, Ilari (org.). Palavras de classe aberta. São Paulo: Contexto, 2014.</p> <p>_____. Palavras de classe fechada. São Paulo: Contexto, 2015.</p> <p>RODRIGUES, Angela; ALVES, Ieda Maria (orgs.). A construção morfológica da palavra. São Paulo: Contexto, 2015.</p> <p>SANDMANN, Antônio José. Morfologia geral. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Teoria da Narrativa	CLV/CCHL018	—	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60 h		
<p>EMENTA: Estudo de teorias críticas, com vistas a refletir sobre a composição da prosa literária. Exame da tipologia, das formas, dos gêneros e das especificidades da prosa de ficção. Análise dos elementos estruturais da narrativa.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>			
<p>AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. Teoria da literatura. 8. ed. Coimbra: Almedina, 2011.</p> <p>BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>LUKACS, Georg. A teoria do romance. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>			
<p>BRANDÃO SANTOS, Luis Alberto. OLIVEIRA, Silvana Pessoa de. Sujeito, tempo e espaço ficcionais. São Paulo: Martins Fontes, 2001.</p> <p>CANDIDO, Antonio et alle. A personagem de ficção. 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.</p> <p>. Formação da literatura brasileira – momentos decisivos. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre</p>			

azul, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Literatura e Realidade Social	CLV/CCHL029	—	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60 h		
EMENTA: Estudo de obras literárias de língua portuguesa que retratem os mais diversos sistemas sociais, políticos e econômicos de uma sociedade. Análise do tema da segmentação de classes e da divisão do trabalho em diferentes correntes estéticas, sobretudo no Romantismo, Realismo e Modernismo. Investigação acerca da literatura como mecanismo de resistência.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AUERBACH, Erich. Mimesis . 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.			
CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade . 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.			
EAGLETON, Terry. Marxismo e crítica literária . São Paulo: UNESP, 2011.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BOSI, Alfredo. Literatura e resistência . São Paulo: Companhia das Letras, 2008.			
HAUSER, Arnold. História social da arte e da literatura . São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Cultura, arte e literatura – textos escolhidos. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.			
RAMA, Ángel. Literatura, cultura e sociedade na América Latina . Belo Horizonte: UFMG, 2008.			
SCHWARZ, Roberto. Sequências brasileiras . São Paulo: Companhia das Letras, 1999.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Fundamentos da Educação
Psicologia da Educação	DFE0098	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		
EMENTA: A ciência psicológica. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem. Transtornos e dificuldades de aprendizagem. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

AMIRALIAN, M. L. T. **Psicologia do excepcional**. São Paulo: EP, 1996.
 BRAGHIROLI, E. M. e outros. **Psicologia geral**. Petrópolis: Vozes, 2001.
 CASTORINA, J.A. et.al. **Piaget e Vygotsky: novas contribuições para o debate**. São Paulo: Ática, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. e TEXEIRA, M^a de L. T. **Psicologia: uma introdução ao estudo de Psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
 DAVIDOFF, L. L. **Introdução à psicologia**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.
 FERREIRA, M.; SANTOS, M. R. dos. **Aprender e ensinar, ensinar e aprender**. Porto: Afrontamento, 1996.
 MAUTI, J. **Construtivismo: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino**. São Paulo: Moderna, 1996.
 MOLON, S. I. **Psicologia social**. Subjetividade e construção do sujeito em Vygotsky. Petrópolis: Vozes, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino
Avaliação da Aprendizagem	DMT0054	—	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60 h		
EMENTA: Paradigmas de avaliação da aprendizagem. Concepções de avaliação vigentes na escola. Práticas avaliativas no ensino fundamental e Instrumentos de avaliação. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
HOFFMAN, Jussara. Avaliação mito & desafio - uma perspectiva construtivista . In: Educação e realidade. Porto Alegre, 1991.			
_____. Avaliação mediadora- uma prática em construção pré-escolar à universidade . In: Educação e realidade. Porto Alegre, 1993.			
LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições . 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
DEPRESBITERIS, Léa. O desafio da avaliação da aprendizagem: dos fundamentos a uma proposta inovadora . São Paulo: EPU, 1989.			
HAYDT, Regina Célia Cazanix. Avaliação do processo ensino-aprendizagem . São Paulo: Ática, 1989.			

LIMA, Adriana de Oliveira. **Avaliação escolar- julgamento x construção**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LUDKE, Menga e MEDIANO, Zélia (coords.). **Avaliação na escola de 1º grau: uma análise sociológica**. Campinas: Papyrus, 1997.

POPHAM, W. James. **Avaliação educacional**. Rio de Janeiro:Globo, 1983.

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Língua Francesa IV	CLE0256	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Língua Francesa III	
EMENTA: Dar continuidade ao percurso de aprendizagem da língua francesa no nível A2 do Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BESCHERELLE, L. N. et al. Le coffret Bescherelle : conjugaison, grammaire, orthographe, vocabulaire. Paris : Didier, 2019.			
BOYER-DALAT, M.; CHRÉTIEN, R; FRAPPE, N. Delf A2 100% réussite . Paris: Didier, 2021.			
KAMOUN, C.; RIPAUD, D. Phonétique essentielle du français (A1-A2) . Paris: Didier, 2016.			
REY, A.; REY-DEBOVE, J. (dir.). Le Petit Robert de la langue française 2023 . Paris: Le Robert Éditions, 2022.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
DICIONÁRIO MODERNO DE FRANCÊS-PORTUGUÊS/ PORTUGUÊS- FRANCÊS . Porto (Portugal): Editora Porto, 2022.			
BALZAC, H. Eugénie Grandet . Niveau 2/A2. CLE International, 2021.			
VERNES, J. Deux ans de vacances . Niveau 2/A2. CLE International, 2019.			
SAINT-PIERRE , B. Paul et Virginie . Niveau 2/A2. CLE International, 2020.			
POISSON-QUINTOM, S.; B. R. Grammaire expliquée du français (Niveau débutant). Paris: CLE International, 2003.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Gêneros do Texto e Ensino de Linguagem	CLV/CCHL023	—	

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60 h	Leitura e Produção de Textos
<p>EMENTA: Gêneros textuais. Tipos e sequências textuais. Conjunto de gêneros. Ensino de gêneros em contextos. Princípios para classificação dos gêneros. Letramento e práticas sociais de leitura e escrita. Gêneros orais e gêneros escritos. Propósitos comunicativos. Contextos de uso dos gêneros. Gêneros, suporte e tecnologia. Crédito Prático: práticas de leitura e de escrita de gêneros diversos. Elaboração de sequências didáticas para ensino de gêneros.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>ALVES FILHO, F. Gêneros jornalísticos: notícias e cartas de leitor no Ensino Fundamental. São Paulo, Cortez, 2011.</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 146-225.</p> <p>MEURER, J. L; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (orgs) Gêneros: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 200, p. 152-183.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>BAWARSHI, Anis; REIFF, Mary Jo. Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino. São Paulo: Parábola, 2013.</p> <p>BAZERMAN, Charles. Gêneros textuais, tipificação e interação. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>DIONÍSIO, Angela Paiva, MACHADO; Ana Rachel Machado; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.</p> <p>KARWOSKY, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher. Gêneros textuais: reflexões e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Sintaxe da Língua Portuguesa	CLV/CCHL021	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Linguística	
<p>EMENTA: Tipologia oracional. A oração como conjunto de sintagmas. Tipos de sintagmas. A sentença simples e sua estrutura argumental. Gramática de valências. Estrutura funcional da sentença. A sentença complexa e sua tipologia: coordenação e subordinação.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>CASTILHO, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.</p> <p>NEVES, Maria Helena de Moura (org.). A construção das orações complexas. São Paulo: Contexto, 2016.</p>			

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEREDO, Luís Carlos. **Introdução à sintaxe**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria C. F.; LOPES, Ruth E.V. **Novo manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2010.

PERINI, Mário A. **Estudos de gramática descritiva: as valências verbais**. São Paulo: Parábola, 2008.

SCHWINDT, Luiz Carlos (org.). **Manual de linguística: fonologia, morfologia e sintaxe**. Petrópolis: Vozes, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Teoria do Poema	CLV/CCHL022	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		
EMENTA: Estudo de teorias críticas, com vistas a refletir sobre a composição do texto poético. Exame de questões como o conceito de literatura, a tipologia lírica, as formas e os gêneros poéticos. Análise dos elementos estruturais do poema.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BOSI, Alfredo. O ser e o tempo da poesia . São Paulo: Companhia das Letras, 2000.			
MOISÉS, Massaud. A criação literária — poesia e prosa. São Paulo: Cultrix, 2012.			
PAZ, Octavio. O arco e a lira . São Paulo: Cosac Naify, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CANDIDO, Antônio. O estudo analítico do poema . 6 ed. São Paulo: Humanitas, 2006.			
COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria . Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.			
EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução . 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
PINHEIRO, Hélder. Poesia na sala de aula . 3. ed. Campina Grande: Bagagem, 2007.			
RICOEUR, Paul. A metáfora viva . São Paulo: Edições Loyola, 2000.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Fundamentos da Educação
Legislação, Gestão e Organização da	DFE0099	---	

Educação		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	História e Sociologia da Educação
EMENTA: A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. Gestão de sistemas e unidades educacionais. Organização e função da escola. Organização e planejamento do trabalho pedagógico. Coordenação pedagógica, PPC, currículo e avaliação. O empreendedorismo na escola e o perfil do gestor empreendedor contemporâneo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ARELARO, L. R. G.; KRUPPA, S. M. P. Educação de jovens e adultos. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, Theresa (orgs.) Organização do ensino No Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002.		
BREZENZISKI, I. (org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.		
LIBANEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Cuiabá: Alternativa, 2007		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
GENTILLI, P. O consenso de Washington e a crise da educação na América Latina. In: A falsificação do consenso. Petrópolis: Vozes, 1998.		
MENDOÇA, Erasmo. A regra e o jogo. In: Democracia e patriotismo na educação brasileira. Campinas: Lappanae, 2000.		
BASTOS, J. B. (org). Gestão Democrática. Rio de Janeiro: DP&A, 2001		
COLOMBO, S. S. et. al. Gestão educacional: uma nova visão. Porto Alegre: Artmed, 2004.		
PRETI, O. (org.). Educação à distância: inícios de um percurso. Cuiabá: UFMT, 1996.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino
Didática Geral	DMT0002	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Psicologia da Educação	
EMENTA: Fundamentos epistemológicos da Didática. A didática e a formação do professor. O planejamento didático e a organização do trabalho docente. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CORDEIRO, Jaime. Didática. São Paulo: Contexto, 2007.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.			
MORALES, Pedro. A relação professor-aluno: o que é como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

COUTINHO, Regina Maria Teles. **Pedagogia do ensino superior**: formação inicial e formação continuada. Teresina: Editora Halley, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2005.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LIBÂNIO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

MARTINS, Pura Lucia Oliver (org.). **Conhecimento local e conhecimento universal**: pesquisa didática e ação. Curitiba: Champagnat, 2004.

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Língua Francesa V	CLE0282	—	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60 h	Língua Francesa IV	
EMENTA: Avançar no percurso de aprendizagem da língua francesa, tendo em vista o nível B1 do Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BESCHERELLE, L. N. et al. Le coffret Bescherelle : conjugaison, grammaire, orthographe, vocabulaire . Paris : Didier, 2019.			
BOYER-DALAT, M.; CHRÉTIEN, R; FRAPPE, N. Delf B1 100% réussite . Paris: Didier, 2021.			
REY, A.; REY-DEBOVE, J. (dir.). Le Petit Robert de la langue française 2023 . Paris: Le Robert Éditions, 2022.			
RIPAUD, D. Phonétique essentielle du français . Niveaux B1-B2. Livre + CD. Didier, 2017.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
DICIONÁRIO MODERNO DE FRANCÊS-PORTUGUÊS/ PORTUGUÊS- FRANCÊS . Porto (Portugal): Editora Porto, 2022.			
HÉMON, Louis. Maria Chapdelaine . Niveau 3/B1. CLE International, 2020.			
OLIVRY, Fabien. ; CHARTRAND, Julien Perrier. Contes et légendes des Premières Nations d'Amérique du Nord . Niveau 3/B1. CLE International, 2022.			
POISSON-QUINTOM, S. ; MAHÉO-LE COADIC, M. ; MIMRAN, Reine. Grammaire expliquée du français : niveau intermédiaire. Paris : CLE International, 2019.			

ZOLA, E. **La bête humaine**. Niveau 3/B1. CLE International, 2021.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Literatura Francesa I	---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Língua Francesa IV	
<p>EMENTA: Estudo da literatura francesa no período que compreende a Idade Média, o Renascimento e o século XVII: a vida literária, a condição social dos autores, as condições de publicação e difusão das obras. Estudo dos acontecimentos políticos, econômicos, sociais e religiosos e suas relações com a literatura. Os movimentos, as escolas e a singularidade de autores e obras literárias ligados aos acontecimentos históricos do período.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BAUMGARTNER, Emmanuèle. Histoire de la Littérature Française: Moyen Âge, 1050-1486. Paris: Larousse-Bordas, 1996.</p> <p>DEMONET-LAUNAY, Marie-Luce. Histoire de la Littérature Française: XVIe siècle, 1460-1610. Paris: Larousse-Bordas, 1994.</p> <p>MITTERAND, Henri. Littérature, textes et documents: Moyen Age/XVIe siècle. Paris: Nathan, 2002.</p> <p>MOREL, Jacques. Histoire de la littérature française : De Montaigne à Corneille. Paris : GF Flammarion, 1997.</p> <p>PUZIN, Claude et al. Littérature, textes et documents : XVIIe siècle. Paris: Nathan, 1996.</p> <p>TADIÉ, Jean Yves (dir.). La Littérature française: dynamique et histoire I. Paris: Gallimard, 2007, coll. « Folio Essais Inédit ».</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>LESTRINGANT, Frank ; ZINK, Michel (dir.). Histoire de la France littéraire : Naissances, Renaissances – Moyen âge – XVIe siècle (t. 1). Paris : PUF, 2006, coll. « Quadrige ».</p> <p>GAUVARD, Claude; LIBERA, Alain; ZINK, Michel (Dir). Dictionnaire du Moyen Âge. Paris : PUF, 2002. Col. Quadrige.</p> <p>GREIMAS, A. J. Dictionnaire de l'ancien français: Le Moyen Âge. Paris : Larousse, 1995. Col. Trésors du Français.</p> <p>MOISAN, Clément. Qu'est-ce que l'histoire littéraire ? Paris: PUF, 1987, coll. « Littératures Modernes »</p> <p>MCEVEDY, Colin. Atlas d'histoire du Moyen Âge. Trad. Collete Vlérick. Paris, Robert Laffont, 1985. Coll. "Bouquins".</p> <p>PAYEN, Jean Charles. Histoire de la littérature française: Le Moyen Âge. Paris : GF Flammarion, 1997.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Português como Língua Adicional: história, pesquisa e materiais	---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Linguística	
<p>EMENTA: Panorama e história do português como língua adicional (PLA) no cenário mundial e brasileiro. A pesquisa nessa área de atuação profissional. Reflexão crítica sobre critérios para a avaliação e produção de materiais didáticos impressos e digitais para o ensino de PLA. Elaboração de material para atuação nesse campo a partir da análise de necessidades de públicos específicos.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BIZON, A. C. C.; DINIZ, L. R. Português como Língua Adicional em uma perspectiva interdisciplinar: pesquisas sobre questões emergentes. Campinas-SP: Pontes, 2021.</p> <p>BIZON, A. C. C.; ROCHA, C. H. (Org). Português como língua estrangeira/segunda língua : diálogos com pesquisadoras. Campinas, SP : Unicamp / Publicações IEL, 2022.</p> <p>MENDES, E. Formação inicial e continuada de professores de Português Língua Estrangeira / Segunda Língua no Brasil. 1. ed. Araraquara/SP: Letraria, 2020.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BIZON, A. C. C. .; DINIZ, L. R. A. Uma proposta poscolonial para a produção de materiais didáticos de português como língua adicional. <i>Línguas e Instrumentos Linguísticos</i>, Campinas, SP, n. 43, p. 155–191, 2019.</p> <p>DINIZ, L. R. A.; NEVES, A. de O. Políticas linguísticas de (in)visibilização de estudantes imigrantes e refugiados no ensino básico brasileiro. <i>Dossiê Especial: Português como Língua Adicional em contextos de minorias: (co)construindo sentidos a partir das margens</i>. Revista X, Curitiba, 13, n. 1, p. 87-110, 2018.</p> <p>MENDES, Edleise. Português língua estrangeira em contextos universitários: experiências de ensino e de formação docente. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2018.</p> <p>SCARAMUCCI, M.V. R.; Diniz, L. A. e Stradiotti, L. Uma análise panorâmica de livros didáticos de português do Brasil para falantes de outras línguas. In: DIAS, R. e CRISTÓVÃO, V. L. (org.) <i>O livro didático de língua estrangeira: múltiplas perspectivas</i>, Mercado de Letras, pp. 265-304, 2009.</p> <p>SCHEYERL, D.; SIQUEIRA, S. Materiais didáticos para o ensino de línguas na contemporaneidade: contestações e proposições. Salvador: EDUFBA, 2012.</p> <p>SILVA, K. A.; SANTOS, D. T. (Orgs.). Português como língua (inter)nacional: faces e interfaces. Campinas: Pontes Editores, 2013.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	UNIDADE RESPONSÁVEL:
-----------------------	----------------------

Nome		Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Morfofossintaxe do Francês		---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):		
2.1.0	45h	Língua Francesa IV		
EMENTA: Estudo das estruturas gramaticais, morfológicas e lexicais do francês e das relações que se estabelecem na oração, no uso atual da língua.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
MAINGUENEAU, D. Syntaxe du français . Paris : Hachette, 2007.				
SALINS, G-D. Grammaire pour l'enseignement/apprentissage du FLE . Paris : Didier, 2004.				
MORSEL, M-H; RICHOU, C.; DESCOTES GENON, C. L'exercisier B1-B2 . Grenoble : PUG, 2021.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
DELAUNAY, B.; LAURENT, N. Bescherelle La grammaire pour tous : Ouvrage de référence sur la grammaire française. Hatier, 2012.				
GRÉGOIRE, M. ; THIEVENAZ, O. Grammaire progressive du français - Niveau perfectionnement. B2-C2 . CLE International, 2017.				
LEROY-MIQUEL, C. Grammaire en dialogues : Niveau intermédiaire. B1. CLE international, 2018.				
MONNERIE, A. Le français au présent . Français Langue Étrangère. Paris : Didier/ Hachette, 1996.				
RIEGEL, M ; PELLAT, J-C ; RIOUL, R. Grammaire méthodique du français . 7e éd. Paris : PUF, 2018.				

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Pensamento Francês Contemporâneo	CLE0284	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45 h	Língua Francesa IV	
EMENTA: O impacto das Duas Grandes Guerras no pensamento francês; o existencialismo e seus críticos; o impacto revolucionário dos anos 60; o estruturalismo e o pós-estruturalismo; o pensamento pós-colonial, em sua vertente ensaística de língua francesa; as novas tendências.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado . 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998			
BARTHES, Roland. <i>Critique et vérité</i> . Paris: Ed. Seuil, 1966.			
FOUCAULT, Michel. L'archéologie du savoir . Paris: Éditions Gallimard, 1969.			

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: pour une littérature-mineure. Paris: Les éditions de minuit, 1975 (Collection « Critique »)

DOSSE, F. **Histoire du Structuralisme**. Paris : La Découverte, 1995.

WHAL, F. **Qu'est-ce que le Structuralisme?** Paris: Seuil, 1973.

GLISSANT, Édouard. **Le discours antillais**. Paris: Éditions du Seuil, 1981.

GLISSANT, Édouard. **Poética da relação**. Tradução Marcela Vieira e Eduardo Jorge de Oliveira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARTHES, Roland. **Le bruissement de la langue**. Essais critiques 4. Paris : Le Seuil, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Ce que parler veut dire**: l'économie des échanges linguistiques. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1982.

FANON, Frantz. **Peau noire masques blancs**. Paris: Éditions du Seuil, s.d.

MERQUIOR, José Guilherme. **De Praga a Paris**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1991.

BENJAMIN, Walter. "Paris, capital do século XIX". In **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DESCAMPS, C. **La pensée singulière**. De Sartre à Deleuze. Quarante ans de philosophie en France. Paris, Bordas (coll. « Philosophie présente »), 2003, 296 p.

SEBBAH, François-David. **Levinas et le contemporain**. Paris: Les solitaires intempestives, 2009.

WORMS, Frederic. **La philosophie en France au XXe siècle**. Paris: Gallimard, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Metodologia da Pesquisa em Letras		—	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60 h		
EMENTA: Estudo de fundamentos teórico-metodológicos para a iniciação à pesquisa em estudos linguísticos e literários.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
DURÃO, Fabio Akcelrud. Metodologia de pesquisa em literatura . 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.			
LEFFA, Vilson J. (Org.) Pesquisa em Linguística Aplicada : temas e métodos. Pelotas: Educat: 2006.			
PAIVA, V. L. M. O. Manual de Pesquisa em Estudos Linguísticos . 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
GIL, A. C. Metodologia do ensino superior . São Paulo: Atlas, 2020.			
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2021.			

PAGANO, A. **Metodologias de pesquisa em tradução**. Belo Horizonte: Fale-UFMG, 2001.

OLIVEIRA, J. S. L. **Projeto de pesquisa em Linguística: a identificação do problema**. Teresina-PI: EdUFPI, 2021.

SOUZA, R. A. **Um pouco de método: nos estudos literários em particular, com extensão às humanidades em geral**. São Paulo: É Realizações, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Teoria e Crítica Literária	CLV/CCHL026	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		
EMENTA: Estudo de teorias críticas, com vistas a refletir sobre a fenomenologia da criação literária. Exame de questões como os estilos de época, a historiografia literária, as figuras do autor e do leitor, a			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BARTHES, Roland <i>et all.</i> Análise estrutural da narrativa . 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.			
COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria . Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.			
COSTA LIMA, Luiz. Teoria da literatura em suas fontes . 2 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
MOISÉS, Massaud. Análise literária . 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.			
NITRINI, Sandra. Literatura comparada . 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.			
RICHARDS, I. A. A prática da crítica literária . São Paulo: Martins Fontes, 1997.			
TODOROV, Tzvetan. Teoria da literatura: textos dos formalistas russos . São Paulo: EDUNESP, 2013.			
VIOLA, Alan Flávio (org.). Crítica literária contemporânea . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.			

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Língua Francesa VI	CLE0285	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Língua Francesa V	

EMENTA: Dar continuidade ao percurso de aprendizagem da língua francesa no nível B1 do Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BESCHERELLE, L. N. et al. **Le coffret Bescherelle** : conjugaison, grammaire, orthographe, vocabulaire. Paris : Didier, 2019.

BOYER-DALAT, M.; CHRÉTIEN, R; FRAPPE, N. **Delf B1 100% réussite**. Paris: Didier, 2021.

RIPAUD, D. **Phonétique essentielle du français**. Niveaux B1-B2. Livre + CD. Didier, 2017.

REY, A.; REY-DEBOVE, J. (dir.). **Le Petit Robert de la langue française 2023**. Paris: Le Robert Éditions, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CONTES Fantastiques Québécois. Niveau 3/B1. CLE International, 2021.

DICIONÁRIO MODERNO DE FRANCÊS-PORTUGUÊS/ PORTUGUÊS- FRANCÊS. Porto (Portugal): Editora Porto, 2022.

FAUCARD-MARTINEZ, Brigitte. ; STOKER, Bram. **Dracula**. Niveau 3/B1. CLE International, 2021.

HUGO, Victor. **Notre-Dame de Paris**. Niveau 3/B1. CLE International, 2018.

POISSON-QUINTOM, S. ; MAHÉO-LE COADIC, M. ; MIMRAN, Reine. **Grammaire expliquée du français** : niveau intermédiaire. Paris: CLE International, 2019.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Literatura Francesa II	---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Língua Francesa V e Literatura Francesa I	
EMENTA: Estudo da literatura francesa no período que compreende os séculos XVIII e XIX: a vida literária, a condição social dos autores, as condições de publicação e difusão das obras. Estudo dos acontecimentos políticos, econômicos, sociais e religiosos e suas influências e relações com a literatura. Os movimentos, as escolas, a evolução das formas e a singularidade de autores e obras literárias ligados aos acontecimentos históricos do período.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
DÉCAUDIN, Michel. ; LEUWERS, Daniel. Histoire de la littérature française : De Zola à Apollinaire. Paris : GF Flammarion, 1996.			
MILNER, Max.; PICHOSIS, Claude. Histoire de la littérature française : De Chateaubriand à Baudelaire. Paris : GF Flammarion, 1996.			
POMEAU, René ; EHRARD, Jean. Histoire de la littérature française : De Fénelon à Voltaire. Paris : GF Flammarion, 1998.			

PUZIN, Claude et al. **Littérature, textes et documents: XVIIIe siècle.** Nathan, 1987.
 RINCÉ, D.; LECHERBONNIER, B.; MITTERAND, H. **Littérature, textes et documents: XIXe siècle.** Paris : Nathan, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERTHIER, Patrick. **Histoire de la France littéraire: Modernité XIXe – XXe siècle.** (T.3) Paris: PUF, 2006.
 BERTRAND, Jean-Pierre.; RÉGNIER, Philippe.; VAILLANT, Alain. **Histoire de la littérature française du XIXe siècle.** Paris: Nathan, 1998. Coll. “Réf”.
 BRUNEL, P.; BELLENGER, Y.; SHELLIER, PH.; TRUFFET, M. **Histoire de la Littérature Française : XIXe et XXe siècles.** Paris: Bordas, 2001.
 DELON, Michel. ; MAUZI, Robert. ; MENANT, Sylvain. **Histoire de la littérature française : De l’Encyclopédie aux Méditations.** Paris : GF Flammarion, 1998.
 DELON, Michel.; MALANDAIN, Pierre. **Littérature française du XVIIIe siècle.** Paris: PUF, 1996. Coll. « Premier Cycle ».
 MESNARD, Jean (dir). **Précis de Littérature Française du XVIIe siècle.** Paris : PUF, 1990.
 RINCÉ, Dominique. **La littérature française au XIXe siècle.** Paris: PUF, 1978. Coll. “Que sais-je?”
 TADIÉ (dir.). **La littérature française: dynamique & histoire II.** Paris: Gallimard, 2007. Coll. “Folio Essais”.
 CARPENTIER, Jean; LEBRUN, François (dir). **Histoire de France.** Préf. Jacque Le Goff. Paris: ed. du Seuil, 1996. Coll. “Point-Histoire”
 DUBOIS, Jean; LAGANE, René; LEROND, Alain. **Dictionnaire du français classique du XVIIe siècle.** Paris : Larousse, 1992. Col. Trésors Du Français.
 JARRETY, Michel. **Lexique des termes littéraires.** Paris: Le Livre de Poche, 2001
 MOISAN, Clément. **Qu’est-ce que l’histoire littéraire ?** Paris : PUF, 1987, coll. « Littératures Modernes »
 TADIÉ, Jean-Yves. **Introduction à la vie littéraire.** Paris: Dunod, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Literaturas Francófonas	---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h	Língua Francesa V	
<p>EMENTA: Estudo da literatura em língua francesa produzida nos diversos países francófonos, para o conhecimento da fecundidade da produção literária nesse idioma em todo o mundo. A vida literária, a condição social dos autores, as condições de publicação e difusão das obras, as relações das obras com o</p>			

contexto de seus países de origem e a sua história com o idioma francês, bem como os movimentos separatistas e pós-coloniais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHANCÉ, Dominique. **Histoire des littératures antillaises**. Ellipses Marketing, 2005.

DEJEUX, Jean. **La littérature maghrébine d'expression française**. Paris : PUF, 1992. Coll. « Que sais-je? »

DIOP, Papa Samba; VUILLEMIN, Alain. **Littératures en langue française. Histoire, mythes et création**. Rennes : PUR, 2015.

PICARD, Jean-Luc. **Ma'ohi tumu et hutu painu: la construction identitaire dans la littérature contemporaine de Polynésie française**. 2008. Tese de Doutorado. Université Paul Verlaine-Metz.

BIRON, M. ; DUMONT, F. ; NARDOUT-LAFARGE, E. **Histoire de la littérature québécoise**. Boréal Compact, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALLAIN, Mathé et al. (Ed.). **Anthologie de la littérature louisianaise d'expression française, de 1682 à nos jours**. University of Louisiana at Lafayette Press, 2017.

BEGAG, Azouz; RICHARDS, Elizabeth. **Le gone du Chaâba**. Seuil, 1986.

CÉSAIRE, Aimé. **Cahier d'un retour au pays natal**. Paris: Présence africaine, 1956.

CONDÉ, Maryse. **Moi, Tituba sorcière... noire de Salem**. Editions du Mercure de France, 2017.

DAOUD, Kamel. **Meursault, contre-enquête**. Éditions Actes Sud, 2014.

DE GASPÉ, Philippe Aubert. **Les anciens canadiens**. Québec: Desbarats et Derbishire, 1863.

DIOME, Fatou. **Le ventre de l'Atlantique**. Paris: Anne Carrière, 2003.

FANON, Frantz. **Peau noire, masques blancs**. Le Seuil, 2015.

LAROUÏ, Fouad. **Une année chez les Français**. Pocket, 2011.

LUDWIG, Ralph et al. **Écrire" la parole de nuit": la nouvelle littérature antillaise: nouvelles, poèmes et réflexions poétiques**. Gallimard, 1994.

MAALOUF, Amin. **Le Rocher de Tanios**. 1993.

MAILLET, Antonine. **Pélagie-la-Charrette**. Grasset, 2002. Coll. « Les cahiers rouges »

PALLAI, Károly Sándor. **Microlectures polynésiennes: îles, consciences et identités dans la littérature contemporaine de la Polynésie française**. Département d'Études Françaises et Francophones Faculté des Lettres Université de Pécs, 2017.

SENGHOR, Léopold Sédar (E.d.). **Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française**. Presses universitaires de France, 1969

_____. **Œuvre poétique**. Éditions du Seuil, 1990.

SIJIE, Dai. **Balzac ou La petite tailleuse chinoise**. Paris : Gallimard, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras

Metodologia de Ensino de Língua Francesa		CLE0289	—	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):		
3.1.0	60 h	Didática Geral		

EMENTA: Representações e conceitos associados à língua francesa e ao seu ensino-aprendizagem. Etapas para a elaboração de sequências didáticas, progressão e desenvolvimento de habilidades em francês com jovens e adultos. Estratégias de aprendizagem de línguas estrangeiras: o papel do docente e do aprendiz. Reflexões sobre a educação linguística em francês com diferentes públicos (crianças, adolescentes, jovens e adultos), contextos (Francês Língua estrangeira - FLE; Francês com Objetivos Específicos - FOS; Francês com Objetivos Universitários - FOU), recursos (materiais didáticos e ferramentas digitais da comunicação e da informação). Proficiência e avaliação da aprendizagem em FLE.

Crédito prático: preparação e apresentação de projeto de ensino-aprendizagem de FLE, FOS ou FOU.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CYR, P. **Les stratégies d'apprentissage**. Paris : CLE International, 1998.

DEFAYS, J-M. **Le français langue étrangère et seconde** : enseignement et apprentissage. Bruxelles: Éditions Mardaga, 2020.

LAURENS, V. **Le français langue étrangère, entre formation et pratique**. Didier: Paris, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBUQUERQUE-COSTA, H.; PARPETTE, CHANTAL (org). **Français sur Objectif Universitaire** : méthodologie, formation des enseignants et conception de programmes. São Paulo: Humanitas: Paulistana; AUF, 2016 (Série Enjeu, v.4).

COURTILLON, J. **Élaborer un cours de FLE**. Paris: Hachette. 2003.

CUQ, J-P.; GRUCA, I. **Cours de didactique du français langue étrangère et seconde**. Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

MANGIANTE, J.-M.; PARPETTE, C. **Le Français sur Objectif Spécifique** : de l'analyse de besoins à l'élaboration d'un cours. Paris: Hachette, 2004.

ROCHA, C H.; BASSO, E. A. **Ensinar e aprender língua estrangeira/adicional nas diferentes idades:** Reflexões para professores e formadores - Volume 2 / 1. ed.– Campinas, SP : Pontes Editores, 2021.

VANTHIER, H. Impliquer les enfants des pieds à la tête. **Français dans le monde** n° 420, nov-dez 2018.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas

Literatura, Dissonância e Transgressão	CLV/CCHL030	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		
EMENTA: Estudos de obras da literatura lusófona que apresentem acentuado grau de inovação temático-formal, rompendo radicalmente com os padrões vigentes na época. O caráter transgressor da literatura. As inovações estéticas apresentadas pelo Romantismo, pelas Vanguardas e pelo Modernismo. Análise de obras caracterizadas por um forte teor de arrojo, de questionamento e de contraversão. Relações da literatura com a contracultura.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ÁVILA, Affonso (org.). O Modernismo . 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.			
PAZ, Octavio. Os filhos do barro . São Paulo: Cosac Naify, 2013.			
PERRONE-MOISÉS. Mutações da literatura no século XXI . São Paulo: Companhia das Letras, 2016.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas (3 volumes). 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.			
LAFETÁ, João Luiz. 1930: a crítica e o modernismo . São Paulo: Duas Cidades, 1974.			
LEÃO, Ângela Vaz. (org.). Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa . Belo Horizonte: PUC-Minas, 2003.			
MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa . 37. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.			
MOISÉS, Massaud. AMORA, António Soares. Presença da literatura portuguesa: Romantismo-Realismo . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	DMTE410	---	Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60 h	Didática Geral	
EMENTA: Metodologias dialógicas. Interação professor-aluno. Enfoque linguístico, epilinguístico e metalinguístico. Crédito Prático: situação simulada de docência através da realizada de sequências didáticas e aplicação em seminários.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ANTUNES, I. Lutar com as palavras: coesão e coerência . São Paulo: Parábola, 2005.			
CAMPS, Anna. Propostas didáticas para aprender a escrever . Porto Alegre, Armed, 2006.			
SUASSUNA, Lívia. Ensaio de pedagogia da língua portuguesa . Recife, Editora da Universitária -			

UFPE, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais – Língua portuguesa**. 2. ed. Brasília: DP&A, 2000.

BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia. **Múltiplas linguagens para o ensino médio**. São Paulo: Parábola, 2013.

NASCIMENTO, Elvira Lopes (Org.). **Gêneros textuais da didática das línguas aos objetos de estudos**. São Carlos: Clara Luz, 2009.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Integração entre ensino de gramática e ensino de produção/compreensão de textos e de léxico. In: HEYE, Jurgen (Org.). **Flores verbais** - uma miscelânea em homenagem à Eneida do Rego Monteiro Bomfim no seu 70º aniversário. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1995.

_____. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Língua Francesa VII	CLE0292	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Língua Francesa VI	
EMENTA: Dar continuidade ao percurso de aprendizagem da língua francesa no nível B1 em transição para o B2 do Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BESCHERELLE, L. N. et al. Le coffret Bescherelle : conjugaison, grammaire, orthographe, vocabulaire. Paris : Didier, 2019.			
BOYER-DALAT, M.; CHRÉTIEN, R; FRAPPE, N. Delf B2 100% réussite . Paris: Didier, 2022.			
RIPAUD, D. Phonétique essentielle du français . Niveaux B1-B2. Livre + CD. Didier, 2017.			
REY, A.; REY-DEBOVE, J. (dir.). Le Petit Robert de la langue française 2023 . Paris: Le Robert Éditions, 2022.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
DICIONÁRIO MODERNO DE FRANCÊS-PORTUGUÊS/ PORTUGUÊS- FRANCÊS . Porto (Portugal): Editora Porto, 2022.			
FAYE, G. Petit pays . Paris : Grasset, 2016.			
JARRY, Alfred. Ubu roi . Paris: Hatier, 2012.			
LEROUX, G. Le fantôme de l'Opéra . Niveau 4/B2. CLE International, 2020.			
POISSON-QUINTOM, S. ; MAHÉO-LE COADIC, M. ; MIMRAN, R. Grammaire expliquée du			

français : niveau intermédiaire. Paris: CLE International, 2019.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Literatura Francesa III	---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Língua Francesa VI e Literatura Francesa II	
<p>EMENTA: Estudo da literatura francesa no período que compreende os séculos XX e XXI: a vida literária, a condição social dos autores, as condições de publicação e difusão das obras. Estudo dos acontecimentos políticos, econômicos, sociais e religiosos e suas relações com a literatura. O conceito de francofonia: problemas teóricos e metodológicos da relação entre a literatura francesa e as literaturas de língua francesa fora da França. Os movimentos, as escolas e a singularidade de autores e de obras literárias ligados aos acontecimentos históricos do período.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>LECHERBONNIER, Bernard et al. Littérature: textes et documents: XX siècle. Paris : Nathan, 1989.</p> <p>BANCQUART, Marie-Claire; CAHNÉ, Pierre. Littérature française du XXe siècle. Paris: PUF, 1992. Coll. "Premier Cycle".</p> <p>BERSANI, Jacques; LECARME, Jacques; VERCIER, Bruno. La littérature en France de 1945 à 1981. Paris: Bordas, 2003.</p> <p>BERTHIER, Patrick. Histoire de la France littéraire: Modernité XIXe – XXe siècle. (T.3) Paris: PUF, 2006.</p> <p>BRUNEL, Patrick. La littérature française du XXe siècle. Paris: Armand Colin, 2002. Coll. "Lettres sup."</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>TADIÉ, Jean-Yves. Le Récit poétique. Paris: Gallimard, 1994. Coll. "Tel".</p> <p>LE BRIS, Michel; ROUAUD, Jean. Pour une littérature-monde. Paris: Gallimard, 2007.</p> <p>CARPENTIER, Jean; LEBRUN, François (dir). Histoire de France. Préf. Jacques Le Goff. Paris: ed. du Seuil, 1996. Coll. "Point-Histoire"</p> <p>JARRETY, Michel. Lexique des termes littéraires. Paris: Le Livre de Poche, 2001.</p> <p>MOISAN, Clément. Qu'est-ce que l'histoire littéraire ? Paris : PUF, 1987, coll. « Littératures Modernes »</p> <p>WIEVIORKA, Olivier ; PROCHASSON, Cristophe. Nouvelle histoire de la France contemporaine (v. 20) : La France du XXe siècle. Paris : Ed. du Seuil, 1994. Coll. "Points histoire".</p>			

COMPONENTE CURRICULAR	UNIDADE RESPONSÁVEL:
-----------------------	----------------------

Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Métodos e Técnicas do Ensino
Estágio Obrigatório de Francês I (Teoria e Observação)	---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.9	135h	Metodologia de Ensino de Língua Francesa	
EMENTA: O processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas. Laboratório de planejamento da ação docente em língua francesa; construção de materiais didáticos; utilização das novas tecnologias em educação. Estágio Observacional da Educação não-escolar.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AGUIAR, G. E. O professor de línguas estrangeiras: da formação inicial à realidade escolar. Teresina: EDUFPI, 2012.			
MORAES, R. (ORG). Sala de aula: que espaço é este? Campinas: Papirus, 1986.			
LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. 58 p, 2017.			
PAQUAY, L; PERRENOUD, P, CHARLIER, E. Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências? 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.			
BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais, 1996.			
BRASIL. Base Nacional Curricular Comum, 2018.			
PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (ORG.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.			
QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERÊNCIA PARA AS LÍNGUAS: aprendizagem, ensino, avaliação. Coleção Perspectivas Atuais/ Educação. Conselho da Europa. EDIÇÕES ASA, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
PUREN, C. De l'approche communicative à la perspective actionnelle. Le français dans le monde , n. 347. Paris: CLE International, 2006.			
QUELUZ, A, G. (ORIENT.); ALONSO, M(ORG.). O trabalho docente: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1999.			
RIVERS, W. A metodologia do ensino de línguas estrangeiras. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.			
SIMARD, C.; DUFAYS, J.-L.; DOLZ, J.; GARCIA-DEBANC, C. Didactique du français langue première. Belgique: De Boeck, 2010.			
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.			
ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre/: Arned, 1998.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Métodos e Técnicas do Ensino

Estágio Obrigatório de Português I (Teoria e Observação)	---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.9	135h	Metodologia de ensino de Língua Portuguesa e Literatura	
EMENTA: O processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas. Laboratório de planejamento da ação docente; construção de materiais didáticos; utilização das novas tecnologias em educação. Estágio Observacional da Educação não-escolar.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, MEC: 2018			
GARCIA, W. E. Educação: visão teórica e prática pedagógica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.			
PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (org). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.			
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
MELLO, G, N. Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo: Cortez, 1998. MORAES, R. (org). Sala de aula: que espaço é este? Campinas: Papyrus, 1986.			
PAQUAY, L; PERRENOUD, P, CHARLIER, E. Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências? 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.			
RODRIGUES, N. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez, 1985.			
ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Arned, 1998.			

8º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Língua Francesa VIII	CLE0310	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h	Língua Francesa VII	

EMENTA: Dar continuidade ao percurso de aprendizagem da língua francesa no nível B2 do Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BESCHERELLE, L. N. et al. **Le coffret Bescherelle : conjugaison, grammaire, orthographe, vocabulaire.** Paris : Didier, 2019.

BOYER-DALAT, M.; CHRÉTIEN, R; FRAPPE, N. **Delf B2 100% réussite.** Paris: Didier, 2022.

RIPAUD, D. **Phonétique essentielle du français. Niveaux B1-B2.** Livre + CD. Didier, 2017.

REY, A.; REY-DEBOVE, J. (dir.). **Le Petit Robert de la langue française 2023.** Paris: Le Robert Éditions, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DICIONÁRIO MODERNO DE FRANCÊS-PORTUGUÊS/ PORTUGUÊS- FRANCÊS. Porto (Portugal): Editora Porto, 2022.

DIOME, Fatou. **Le ventre de l'Atlantique.** Paris: Éditions Anne Carrière. 2003.

DIOP, D. **Frère d'âme.** Paris : Seuil, 2018.

FLAUBERT, Gustave. **Mme Bovary.** Niveau 4/B2. CLE International, 2021.

POISSON-QUINTOM, S. ; MAHÉO-LE COADIC, M. ; MIMRAN, R. **Grammaire expliquée du français : niveau intermédiaire.** Paris: CLE International, 2019.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Trabalho de Conclusão de Curso I	---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.2.0	45h	Metodologia da pesquisa em Letras	
EMENTA: Pesquisa nos campos da linguística e dos estudos literários. Tipos de pesquisa. Ética na pesquisa. Metodologias de pesquisa. Organização retórica de projetos de pesquisa. Créditos Práticos: elaboração e reelaboração de projeto de pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FILHO, Francisco Alves; OLIVEIRA, Meryane Sousa. A organização retórica das seções de justificativa de pré-projetos de pesquisa. Revista do GEL, v.14, p.36 - 58, 2017.			
BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.			
MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. Cap. 3. p. 51-60.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Projeto de pesquisa: um instrumental da pesquisa científica. Rio de			

Janeiro: 7 Letras, 2000.

GERALDO FILHO, Inácio. **A monografia na universidade**. São Paulo: Papyrus, 1995.

MONTEIRO, Beatrice Nascimento. **Organização retórica e estruturação sequencial da seção de metodologia do gênero projeto de pesquisa**. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras)- Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI.

OLIVEIRA, Francisca Verônica Araújo. **A organização retórica da seção de considerações finais do gênero monografia em comunidades disciplinares distintas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras)- Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI.

PEREIRA, C. C. **Formas e funções do discurso do outro no gênero monográfico**. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2007. 103

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino
Estágio Obrigatório de Francês II - Ensino Fundamental (Observação e Regência)	---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.9	135h	Estágio Obrigatório de Francês I (Teoria e Observação)	
EMENTA: Projeto de estágio em língua francesa: estágio observacional da educação escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Estágio de regência no Ensino Fundamental.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AGUIAR, G. E. O professor de línguas estrangeiras : da formação inicial à realidade escolar. Teresina: EDUFPI, 2012.			
MORAES, R. (ORG). Sala de aula : que espaço é este? Campinas: Papyrus, 1986.			
LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. 58 p, 2017.			
PAQUAY, L; PERRENOUD, P, CHARLIER, E. Formando professores profissionais : Quais estratégias? Quais competências? 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.			
BRASIL . Parâmetros Curriculares Nacionais, 1996.			
BRASIL . Base Nacional Curricular Comum, 2018.			
PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (ORG.). Professor reflexivo no Brasil : gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.			
QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERÊNCIA PARA AS LÍNGUAS : aprendizagem, ensino, avaliação. Coleção Perspectivas Atuais/ Educação. Conselho da Europa. EDIÇÕES ASA, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
PUREN, C. De l'approche communicative à la perspective actionnelle. Le français dans le monde , n. 347. Paris: CLE International, 2006.			
QUELUZ, A. G. (ORIENT.); ALONSO, M(ORG.). O trabalho docente : teoria e prática. São Paulo:			

Pioneira, 1999.

RIVERS, W. **A metodologia do ensino de línguas estrangeiras**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

SIMARD, C.; DUFAYS, J.-L.; DOLZ, J.; GARCIA-DEBANC, C. **Didactique du français langue première**. Belgique: De Boeck, 2010.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Armed, 1998..

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Método e Técnicas do Ensino
Estágio Obrigatório de Português II - Ensino Fundamental (Observação e regência)	---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.9	135h	Estágio Obrigatório de Português I (Teoria e Observação)	
EMENTA: Projeto de estágio: estágio observacional da educação escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Estágio de regência no Ensino Fundamental.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, MEC: 2018			
GARCIA, W. E. Educação: visão teórica e prática pedagógica . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. MORAES, R. (org). Sala de aula: que espaço é este? Campinas: Papyrus, 1986.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
MELLO, G, N. Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político . São Paulo: Cortez, 1998.			
PAQUAY, L; PERRENOUD, P, CHARLIER, E. Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências? 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.			
PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (org). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito . São Paulo: Cortez, 2002.			
RODRIGUES, N. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação . São Paulo: Cortez, 1985. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional . Petrópolis: Vozes, 2002.			
ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar . Porto Alegre: Armed, 1998.			

9º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Trabalho de Conclusão de Curso II	---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.2.0	45h	TCC I	
<p>EMENTA: Realização de pesquisa nos campos da linguística e dos estudos literários. Crédito Prático: Primeira etapa de elaboração de trabalho científico no gênero monografia, com no mínimo 30 páginas para trabalhos redigidos em língua portuguesa e 15 páginas em língua francesa.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14724. Trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2006.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 103-138.</p> <p>MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>GERALDO FILHO, Inácio. A monografia na universidade. São Paulo: Papyrus, 1995.</p> <p>CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Projeto de pesquisa: um instrumental da pesquisa científica. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.</p> <p>OLIVEIRA, Francisca Verônica Araújo. A organização retórica da seção de considerações finais do gênero monografia em comunidades disciplinares distintas. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras)- Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI.</p> <p>PEREIRA, C. C. Formas e funções do discurso do outro no gênero monográfico. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2007. 103.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino
Estágio Obrigatório de Francês III (Ensino Méd.)	---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.9	135h	Estágio Obrigatório de Francês II - Ensino Fundamental (Observação e regência)	

EMENTA: Projeto de estágio em língua francesa. Estágio Observacional no Ensino Médio. Estágio de regência no Ensino Médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUIAR, G. E. **O professor de línguas estrangeiras:** da formação inicial à realidade escolar. Teresina: EDUFPI, 2012.

MORAES, R. (ORG). **Sala de aula:** que espaço é este? Campinas: Papirus, 1986.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. 58 p, 2017.

PAQUAY, L; PERRENOUD, P, CHARLIER, E. **Formando professores profissionais:** Quais estratégias? Quais competências? 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais, 1996.

BRASIL. Base Nacional Curricular Comum, 2018.

PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (ORG.). **Professor reflexivo no Brasil:** gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERÊNCIA PARA AS LÍNGUAS: aprendizagem, ensino, avaliação. Coleção Perspectivas Atuais/ Educação. Conselho da Europa. EDIÇÕES ASA, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PUREN, C. De l'approche communicative à la perspective actionnelle. **Le français dans le monde**, n. 347. Paris: CLE International, 2006.

QUELUZ, A, G. (ORIENT.); ALONSO, M(ORG.). **O trabalho docente:** teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1999.

RIVERS, W. **A metodologia do ensino de línguas estrangeiras.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

SIMARD, C.; DUFAYS, J.-L.; DOLZ, J.; GARCIA-DEBANC, C. **Didactique du français langue première.** Belgique: De Boeck, 2010.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

ZABALA, A. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre/: Arned, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Métodos e Técnicas do Ensino
Estágio Obrigatório de Português III (Ensino Médio)	---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.9	135h	Estágio Obrigatório de Português II - Ensino Fundamental (Observação e regência)	

EMENTA: Projeto de estágio. Estágio Observacional no Ensino Médio. Estágio de regência no Ensino Médio.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, MEC: 2018. GARCIA, W. E. Educação: visão teórica e prática pedagógica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. MORAES, R. (org). Sala de aula: que espaço é este? Campinas: Papirus, 1986.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
PAQUAY, L; PERRENOUD, P, CHARLIER, E. Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências? 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (org). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002. RODRIGUES, N. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez, 1985. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Arned, 1998.

10º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Trabalho de Conclusão de Curso III	---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	TCC II	
EMENTA: Realização de pesquisa nos campos da linguística e dos estudos literários. Crédito Prático: Segunda e última etapa de elaboração de trabalho científico no gênero monografia, com no mínimo 30 páginas para trabalhos redigidos em língua portuguesa e 15 páginas em língua francesa.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14724. Trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2006. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 103-138. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GERALDO FILHO, Inácio. **A monografia na universidade**. São Paulo: Papirus, 1995.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Projeto de pesquisa: um instrumental da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

OLIVEIRA, Francisca Verônica Araújo. **A organização retórica da seção de considerações finais do gênero monografia em comunidades disciplinares distintas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras)- Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI.

PEREIRA, C. C. **Formas e funções do discurso do outro no gênero monográfico**. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2007. 103.

RIO LIMA, C. A. **Movimentos retóricos na seção de fundamentação teórica de projetos de pesquisa na subárea de Linguística**. Teresina: PIBIC-UFPI, 2015.

6.2 Disciplinas Optativas

DISCIPLINAS OPTATIVAS – ESTUDOS LINGUÍSTICOS EM PORTUGUÊS

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Formação Histórica da Língua Portuguesa	---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h	Língua e Cultura Latina	
<p>EMENTA: História externa de Roma. Variedades linguísticas do latim. História externa da Península Ibérica. Variedades linguísticas românicas na Península Ibérica. História externa do Brasil do século XVI a XIX. Matrizes linguísticas da formação do Português brasileiro (PB): variedades do Português Europeu; Línguas gerais indígenas e línguas africanas.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>FARACO, Carlos Alberto. História Sociopolítica da língua portuguesa. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2016.</p> <p>ILARI, Rodolfo. Linguística românica. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.</p> <p>MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. O português arcaico: morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 1993</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BASSETTO, Bruno F. Elementos de filologia românica: história externa das línguas. São Paulo:</p>			

EDUSP, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola, 2005.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Índios no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan e RIBEIRO, Ilza (orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

VIARO, Mário Eduardo. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Gerativismo	CLV/CCHL031	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h	Sintaxe da Língua Portuguesa	
EMENTA: A linguística gerativa: concepção de língua e gramática; princípios básicos da teoria de princípios e parâmetros no estudo da gramática; Sintaxe do português: natureza, relação e estrutura dos sintagmas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
KENEDY, Eduardo. Curso básico de linguística gerativa . São Paulo: Contexto, 2013.			
MIOTO, Carlos; SILVA, Maria C. F.; LOPES, Ruth E.V. Novo manual de sintaxe . Florianópolis: Insular, 2010.			
RAPOSO, Eduardo P. Teoria da gramática . A faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho, 1992.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BERLINCK, Rosane de Andrade; AUGUSTO, Marina R.A.; SCHER, Ana Paula. Sintaxe. In: Mussalim, Fernanda e Bentes, Anna Cristina (orgs.). Introdução à linguística : domínios e fronteiras. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
CHOMSKY, N. Aspectos da teoria da sintaxe . Coimbra: Almedina, 1978.			
SCHWINDT, Luiz Carlos (org.). Manual de linguística : fonologia, morfologia e sintaxe. Petrópolis: Vozes, 2014.			
SOUZA, Luisandro Mendes de. Estrutura argumental e papéis temáticos. In: Taveira da Cruz (org.).			

As interfaces da gramática. Curitiba: CRV, 2012.

SOUZA E SILVA, Maria Cecília P.; KOCH, Ingedore Villaça. **Linguística aplicada ao português:** Sintaxe. São Paulo: Cortez, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
História do Português Brasileiro	---	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h	Linguística	

EMENTA: Discussões acerca da “brasilidade” da língua portuguesa em uso no Brasil. A constituição sócio-histórica da variedade americana da língua portuguesa. Características fonético-fonológicas, morfossintáticas, lexicais e semânticas do português brasileiro. Teorias sobre a língua portuguesa falada no Brasil. A heterogeneidade da língua portuguesa no Brasil. O Atlas Linguístico do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARDOSO, S. A. M. da. S. *et al.* **Atlas linguístico do Brasil.** Londrina: EDUEL, 2014. 2v.

ORLANDI, E. (org.). **História das idéias linguísticas:** construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas/Cáceres: Pontes/UNEMAT, 2001.

FERREIRA, C; CARDOSO, S. **A dialetologia no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1994.

GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. R. (orgs.). **África-Brasil:** caminhos da língua portuguesa. Campinas: EDUNICAMP, 2009.

LUCCHESI, D. **A periodização da história sociolinguística do Brasil.** Disponível em <
<http://www.scielo.br/pdf/delta/v33n2/1678-460X-delta-33-02-00347.pdf>>. Acesso em 11 mai. 2018.

_____. **Língua e sociedade partidas:** a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, S. B. B.; MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.). **Do português arcaico ao português brasileiro.** Salvador: EDUFBA, 2004.

FIORIN, J. L.; PETTER, M. (orgs.). **África no Brasil:** a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCCHESI, D. As duas grandes correntes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000).

D.E.L.T.A., v. 17, n. 1, São Paulo, 2001.

MARROQUIM, M. **A língua do nordeste**: Alagoas e Pernambuco. 3. ed. Curitiba: DH Livros, 1996.

OLIVEIRA, G. M. Brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito linguístico. In: SILVA, F. L. da; MOURA, H. M. de M. (org.). **O direito à fala**: a questão do preconceito linguístico. Florianópolis: Insular, 2000. p. 83-92.

SILVA, R. V. M. e. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Retórica e Argumentação	CLV/CCHL032	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h	Linguística	
EMENTA: Origem da retórica. A retórica aristotélica. Os meios de prova: <i>ethos</i> , <i>pathos</i> e <i>logos</i> . A relação entre retórica, dialética e argumentação. A nova retórica. A classificação dos argumentos. Modos de organização do discurso argumentativo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AMOSSY, Ruth. A argumentação no discurso . São Paulo: Contexto, 2018.			
FIORIN, José Luiz. Argumentação . São Paulo: Contexto, 2015.			
REBOUL, Olivier. Introdução à retórica . São Paulo: Martins Fontes, 2004.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ARISTÓTELES. Definição da retórica e de sua estrutura lógica. In: Retórica . Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.			
CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso . São Paulo: Contexto, 2009.			
MEYER, Michel. A retórica . São Paulo: Ática, 2007.			
MEYER, Michel. Questões de retórica: linguagem, razão e sedução . Lisboa: Edições 70, 1998.			
PERELMAN, Chaïm. & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação : a nova			

retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Pragmática	CLV/CCHL033	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h	Linguística	
EMENTA: A Pragmática no campo dos estudos da linguagem. Conceituação, objeto e domínios da Pragmática. Fronteiras entre Semântica e Pragmática. Principais teorias pragmáticas: atos de fala, implicaturas e relevância. Pressuposição. Dêixis. A relação entre linguagem e contexto. O ensino de línguas na perspectiva da Pragmática.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARMENGAUD, Françoise. A pragmática . São Paulo: Parábola, 2006. (Na ponta da língua; v. 8).			
PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTHES, Anna Christina (orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras – vol. 2. São Paulo: Cortez, 2001.			
SILVEIRA, Jane Rita Caetano da; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância e outros ensaios . 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
AUSTIN, J. L. Quando dizer é fazer . Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.			
SUASSUNA, Livia. Ensino de Língua Portuguesa: uma abordagem pragmática . 4. ed. Campinas: Papyrus, 1995.			
ZANDWAIS, Ana (org.). Relações entre pragmática e enunciação . Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Ecolinguística	CLV/CCHL034	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h	Linguística	
EMENTA: Linguística, ecologia e ecolinguística. Breve história da ecolinguística. Conceituação de ecolinguística. Princípios essenciais em ecolinguística. Ecologia da língua: contato de línguas e			

ecologias linguísticas complexas. Linguística ecossistêmica. Linguística ambiental. Análise do discurso ecossistêmica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COUTO, Hildo Honório do. **Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente.** Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. **Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas.** São Paulo: Contexto, 2009.

COUTO, Hildo Honório do; COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; BORGES, Lorena Araújo de. **Análise do discurso ecológica-ADE.** Campinas, SP: Pontes, 2015 (Coleção: Linguagem & Sociedade; v. 9).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOFF, Leonardo. **As quatro ecologias: ambiental, política e social, mental e integral.** Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2012.

COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do. **Ecolinguística: um diálogo com Hildo Honório do Couto.** Campinas, SP: Pontes, 2013 (Coleção Linguagem & Sociedade; v. 4).

COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; DOURADO, Zilda Dourado; SILVA, Anderson Nowogrodzki da Silva; AVELAR FILHO, João Nunes (Orgs.) **Linguística ecossistêmica: 10 anos de ecolinguística no Brasil.** Campinas, SP: Pontes, 2017.

PELLIZZOLI, Marcelo Luiz. **Emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

RAMOS, Rui. **O discurso do ambiente na imprensa e na escola: uma abordagem ecolinguística.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Multiletramentos e Multimodalidade no Ensino	CLV/CCHL035	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	



EMENTA: Concepções teóricas. Semiótica social. Multiletramento e sua relação com diferentes práticas sociais na contemporaneidade. A leitura multimodal na formação leitora.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, Júlio; LEFFA, Vilson.(Orgs.). **Redes sociais e ensino de língua:** o que temos de aprender? São Paulo: Parábola, 2016.

DIONISIO, Angela (org.). **Modalidades e leitura:** funcionamento cognitivo, recursos semióticos, convenções visuais. Recife: Pipa Comunicações, 2014.

ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura (Orgs.). **Multiletramentos na escola.** São Paulo: Parábola, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARTON, David. **Linguagem on-line:** textos e práticas digitais. Parábola, 2015.

DIONISIO, Angela. Gêneros textuais e multimodalidade. In: KARWOSKI, Acir, GAYDEC KZA, Beatriz & BRITO, Karim (org.) **Gêneros textuais:** reflexões e ensino. São Paulo: Parábola, 2011.

ROJO, Roxane; BARBOSA, Jacqueline Peixoto. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos.** São Paulo: Parábola, 2015.

ROJO, Roxane (org.).**Escol@ conectada:** os multiletramentos e as tics. São Paulo: Parábola, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Linguagem, Tecnologia e Ensino de Língua Portuguesa	CLV/CCHL036	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	
<p>EMENTA: Estudo do papel da tecnologia como mediadora da organização da linguagem em geral, enfocando as práticas de linguagem em contextos diversos, inclusive a educação <i>online</i>. As novas tecnologias no ensino-aprendizagem de língua portuguesa. O uso de hipertextos, gêneros discursivos digitais e midiáticos e redes sociais no ensino-aprendizagem de língua portuguesa. Aprendizagem por meio de tecnologias móveis: aplicativos para o ensino de português. Reflexões sobre o ensino-aprendizagem da leitura e da escrita em ambiente virtual. Crédito prático: Tecnologias digitais utilizadas na prática docente para o ensino-aprendizagem de língua portuguesa e literatura.</p>			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ANDRADE, Carlos Augusto Batista de. Ensino de língua portuguesa mediado por computador: perspectivas e propostas. São Paulo: Terracota, 2010.
COSCARELLI, Carla Viana (Org.). Tecnologias para aprender. São Paulo: Parábola, 2016. (Linguagens e Tecnologias; 3).
ROJO, Roxane (Org.). Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola, 2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ARAÚJO, Júlio; LEFFAS, Vílson J.(Orgs.). Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender?. São Paulo: Parábola, 2016 (Linguagens e Tecnologias; 2).
CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; MINEL, Jean-Luc; MARQUESI, Sueli Cristina (Orgs.). Leitura, escrita e tecnologias da informação. São Paulo: Terracota, 2015 (Coleção Linguagem e Tecnologia; v. 1).
GOMES, Luiz Fernando. Hipertexto no cotidiano escolar. São Paulo: Cortez, 2011 (Coleção Trabalhando com...na escola).
MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (Orgs.). Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
MARQUESI, Sueli Cristina; ELIAS, Vanda Maria da Silva; CABRA, Ana Lúcia Tinoco. Interações virtuais: perspectivas para o ensino de língua portuguesa a distância. São Carlos, SP: Claraluz, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Linguística Aplicada e Formação de Professores de Língua Portuguesa	CLV/CCHL037	---	Coordenação de Letras Vernáculas
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h	Linguística	
EMENTA: Formação de professores na perspectiva da Linguística Aplicada. Educação linguística na formação de professores de línguas. Crenças na formação de professores de língua portuguesa. Elaboração de materiais didáticos para o ensino-aprendizagem de língua portuguesa em contextos presenciais e digitais. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio. Crédito prático: Produção de materiais didáticos para o ensino-aprendizagem de língua materna na perspectiva da Linguística Aplicada.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
APARÍCIO, Ana Silvia Moço; SILVA, Sílvio Ribeiro da (Orgs.). Ensino de língua materna e formação docente: teoria, didática e prática. Campinas, SP: Pontes, 2013 (Coleção NPLA; v, 28).			

BARCELOS, A.M.F.; VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. (Orgs.). **Crenças e ensino de línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores.** Campinas, SP: Pontes, 2006.

KLEIMAN, Angela (Org.). **A formação do professor – perspectiva da linguística aplicada.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Linguística aplicada, ensino de línguas e comunicação.** Campinas, SP: Pontes e Arte Língua, 2005.

FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (Orgs.). **Aspectos da linguística aplicada.** Florianópolis: Insular, 2000.

GIL, G.; ABRAHÃO, M. H. V. **Educação de professores de línguas – os desafios do formador.** Campinas, SP: Pontes, 2008.

MENDES, Edleise; CUNHA, José Carlos (Orgs.). **Práticas em sala de aula de línguas: diálogos necessários entre teoria(s) e ações situadas.** Campinas, SP: Pontes, 2013.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Linguística aplicada na modernidade recente: *festschrift* para Antonieta Celani.** São Paulo: Parábola, 2013 (Lingua[gem]; 55).

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Oficina de Leitura e Produção de Textos Criativos	CLV/CCHL038	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.2.0	45h	Leitura e Produção de Textos	
<p>EMENTA: Conceito de criatividade. O processo de criatividade. Textos criativos. O papel do professor na atividade criativa. A escrita criativa e sua aplicação no ensino-aprendizagem de língua portuguesa. Técnicas e métodos para leitura e produção de textos criativos na educação básica. Créditos práticos: Oficinas de criatividade para leitura e produção de textos criativos.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ABREU. Antônio Suárez. O design da escrita: redigindo com criatividade e beleza, inclusive ficção. São Paulo: Ateliê, 2008.</p> <p>KOHAN, Silvia Adela. Os segredos da criatividade: técnicas para desenvolver a imaginação, evitar bloqueios e expressar ideias. Tradução: Gabriel Perissé. Belo Horizonte: Gutenberg, 2013. (Coleção Guias do Escritor, 4).</p> <p>MARCHIONI, Rubens. Escrita criativa: da ideia ao texto. São Paulo: Contexto, 2018.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. Como desenvolver o potencial criador: um guia para a liberação da criatividade na sala de aula. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.</p>			

DI NIZO, Renata. **Escrita criativa: o prazer da linguagem.** São Paulo: Summus, 2008.

MESERANI, Samir Curi. **Redação escolar: criatividade – 2º grau.** 4. ed. 8. imp. São Paulo: Ática, 2001.

MARCHIONI, R. **Criatividade e redação: o que é e como se faz.** 5.ed. São Paulo: Loyola, 2007.

SILVA, C. J. M. D. **A dinamização criativa da escrita no ensino básico.** Lisboa: Universidade Aberta, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Filologia Românica	CLV/CCHL041	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h		
EMENTA: Pré-filologia românica. Linguística Românica e/ou Filologia Românica. Neogramáticos e Método histórico- comparativo. Origem das línguas românicas. Filologia românica no século XX e seus Métodos. Variedades e características das línguas românicas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BASSETO, Bruno F. Elementos de Filologia Românica. São Paulo: Edusp, 2001.			
CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. <i>História da linguística</i> 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.			
COUTINHO, Ismael. Gramática Histórica. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1976.			
FARACO, Carlos Alberto. Linguística Histórica. São Paulo: Ática, 1991.			
FRANCHETTO, Bruna e LEITE, Yonne. <i>Origens da linguagem.</i> Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.			
ILARI, Rodolfo. <i>Linguística Românica.</i> São Paulo: Ática, 1992.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
IORDAN, Iorgu. Introdução à linguística românica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.			
LAUSBERG, Heinrich. <i>Linguística Românica</i> , 2. ed. Trad. de Marion Ehrhardt e Maria Luísa Schemann. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.			
LYONS, John. Linguagem e linguística: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 1987.			
NASCENTES, Antenor. Elementos de Filologia Românica. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954. VIDOS, Benedek Elemér. Manual de linguística românica. Tradução, José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.			

DISCIPLINAS OPTATIVAS – ESTUDOS LITERÁRIOS EM PORTUGUÊS

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Literatura e	CLV/CCHL058	---	

Pensamento Científico			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h		
<p>EMENTA: Estudo de obras da literatura lusófona, cujo processo de criação tenha por base o vínculo instituído com alguma corrente científica. Análise das relações estabelecidas entre: as ideias iluministas e a poética árcade, as teses científicas e a prosa naturalista, a Psicanálise e a literatura introspectiva, a Ecologia e a representação da natureza, dentre outras. A importância das ciências para a constituição da moderna literatura de língua portuguesa. Crédito Prático: produção de matéria científica referente ao conteúdo da disciplina.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>DURAN, Xavier. La ciência en la literatura: un viatge per la història de la ciència vista per escriptors de tots els temps. Barcelona: UB, 2015.</p> <p>JUNG, Carl Gustav. O espírito na arte e na ciência– obras completas, vol. 15. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>MERLEAU-PONTY, Maurice. O olho e o espírito. São Paulo: Cosac Naify, 2013.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ADORNO, Theodor. HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.</p> <p>ALMEIDA, Marco Antonio de. Ciência da informação e literatura. Campinas: Átomo & Alínea, 2012.</p> <p>FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.</p> <p>GARRARD, Greg. Ecocrítica. Brasília: UnB, 2006.</p> <p>WILLIAMS, Raymond. Cultura e materialismo. São Paulo: UNESP, 2011</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Laboratório de Escrita Criativa	CLV/CCHL046	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.2.0	45h		
<p>EMENTA: Estudo introdutório à escrita criativa. Caracterização dos gêneros literários. Apreciação de elementos ficcionais. Técnicas de composição dos modos poético, narrativo, dramático, crítico e ensaístico. Crédito Prático: capacitação para a produção de textos literários e também de textos de natureza crítica e ensaística.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>D'ONÓFRIO, Salvatore. Teoria do texto, vs. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1995.</p> <p>GANCHO, Cândida Vilares. Como analisar narrativas. São Paulo: Ática, 1991.</p>			

KAYSER, Wolfgang. **Análise e interpretação da obra literária**. 2vs. Coimbra: Armênio Amado Editor, 1968.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRUNEL, P. et al. **A crítica literária**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MOISÉS, Carlos Felipe. **Poesia não é difícil**. Porto Alegre: Artes de ofícios editora, 1996.

REIS, Carlos. **O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários**. Coimbra: Almedina, 1997.

_____. **Técnicas de análise textual - introdução à leitura crítica do texto literário**. Coimbra: Livraria Almedina, 1976.

TACCA, Oscar. **As vozes do romance**. Coimbra Almedina, 1983.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Literatura Surda	LIBRAS106	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h		
EMENTA: História da literatura em Libras. Os tipos de processos de produção literária sinalizada. Empoderamento surdo através da literatura. Uso da tecnologia para manifestações literárias em Libras.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
KARNOPP, Lodenir B.; MACHADO, R. N. Literatura surda : ver histórias em língua de sinais. 2 Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação (CD) – 2SBECE. Canoas: ULBRA, 2006.			
MASON, Rachel. Por uma arte-educação multicultural . Campinas: Mercado das Letras, 2001.			
SUTTON-SPENCE, R. Imagens da identidade e cultura surdas na poesia em língua de sinais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais . Petrópolis: Arara Azul, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
JAUSS, Hans R. A história da literatura como provocação à teoria literária . São Paulo: Ática, 1994.			
LOWENFELD, V. & BRITTAIN, W.L. Desenvolvimento da capacidade criadora . São Paulo: Mestre Jou, 1977.			
SKLIAR, C. (org.). A surdez : um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Tópicos de Teoria Literária	CLV/CCHL048	---	

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.0.0	45h	
EMENTA: Estudo de fundamentos teóricos importantes para a constituição e para a compreensão do fenômeno literário.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria . Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.		
EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução . 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.		
WELLEK, René; WARREN, Austin. Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários . São Paulo: Martins Fontes, 2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BORDINI, Maria da Glória. Fenomenologia e teoria literária . São Paulo: EDUSP, 1990.		
COSTA LIMA, Luiz. Teoria da literatura em suas fontes . 2 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.		
MOISÉS, Massaud. História da literatura brasileira (3 volumes). 7. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.		
TODOROV, Tzvetan. Teoria da literatura: textos dos formalistas russos . São Paulo: EDUNESP, 2013.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Ecocrítica	CLV/CCHL049	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h		
EMENTA: Histórico e fundamentos teóricos da Ecocrítica. Estudo das relações instituídas entre a literatura e o meio ambiente. Abordagem de tópicos relacionados à representação estética dos diversos ecossistemas. Os valores ecológicos e os mecanismos de estruturação da natureza presentes na obra de escritores lusófonos. Aspectos críticos e teóricos da zoopoética.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
DERRIDA, Jacques. O animal que logo sou . São Paulo: UNESP, 2002.			
GARRARD, Greg. Ecocrítica . Brasília: UnB, 2006.			
MACIEL, Maria Esther. Literatura e animalidade . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BUELL, Lawrence. The environmental imagination – Thoreau, nature writing and the formation of American culture. Cambridge: Harvard University Press, 1996.			
DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível . In: Mil platôs – vol. 4. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.			

GIFFORD, Terry. A ecocrítica na mira da crítica atual. In: **Revista Terceira margem**. Rio de Janeiro, nº 20. Jan/jul 2009.

MACIEL, Maria Esther. **O animal escrito** – um olhar sobre a zooliteratura contemporânea. São Paulo: Lumme Editor, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade** – na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Literatura, Cultura e Sociedade Lusitana	CLV/CCHL050	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h		
EMENTA: Estudo das relações estabelecidas entre a sociedade, a cultura e a literatura portuguesa. A historiografia e as diferentes gerações de escritores lusitanos. A constituição da tradição literária em solo português. Relações entre o sistema literário e o sistema social em Portugal. Representação da memória cultural na literatura portuguesa.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. Teoria da literatura . 8. ed. Coimbra: Almedina, 2011.			
MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa . 37. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.			
SARAIVA, António José. LOPES, Óscar. História da literatura portuguesa . 17. ed. Porto: Porto Editora, 2005.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BUENO, Aparecida de. <i>Et alli</i> (orgs). Literatura portuguesa – história, memória e perspectivas. São Paulo: Alameda, 2007.			
MEDEIROS, Aldinida. Travessias pela literatura portuguesa – de Saramago a Vieira. Campina Grande: EDUEPB, 2013.			
MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa através dos textos . 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.			
REIS, Carlos. O conhecimento da literatura : introdução aos estudos literários. Coimbra: Almedina, 1997.			
SARAIVA, António José. Iniciação à literatura portuguesa . São Paulo: Companhia das Letras, 1999.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas

Literatura, Performance e Oralidade	CLV/CCHL051	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h		
EMENTA: Histórico e fundamentos teóricos da literatura de expressão oral em países lusófonos. As diferentes formas literárias assinaladas pela oralidade. Expressão narrativa oral e corporal. A oralidade e o problema da identidade cultural. Os papéis e a funcionalidade do ato performático. A literatura popular em verso e as estratégias de ensino.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento . 6. ed. São Paulo/Brasília: HUCITEC/UnB, 2008.			
ZUMTHOR, Paul. Introdução à poesia oral . Belo Horizonte: UFMG, 2010.			
ONG, Walter. Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra . Campinas-SP: Papyrus, 1998.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CASCUDO, Camara. Literatura oral no Brasil . 2. ed. São Paulo: Global, 2010.			
BATISTA, Sebastião Nunes. Poética popular do Nordeste . Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.			
LEITE, Ana Mafalda. Oralidade e escritas nas literaturas africanas . Lisboa: Colibri, 1998.			
ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção, leitura . COSACNAIFY, 2007.			
PINHEIRO, Hélder. MARINHO, Ana Cristina. Cordel na sala de aula . Rio de Janeiro/São Paulo: Duas cidades, 2001.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Literatura, Etnia, Gênero e Diversidade	CLV/CCHL052	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Histórico e fundamentos teóricos dos Estudos Culturais. Exame da representação das diferentes identidades culturais retratadas na literatura lusófona. Estudo do hibridismo e da diversidade cultural presentes em obras literárias: textos de expressão indígena e africana, escritura feminina, literatura <i>queer</i> , ideologia de gênero, etc. Análise dos processos de subjetividade que estruturam o texto literário.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

MATTELART, Armand. NEVEU, Érik. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMSELLE, Jean-Loup. M'BOKOLO, Elikia (orgs). **No centro da etnia: etnias, tribalismo e estado na África**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GRAUNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea**. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes (et ali). **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

ZINANI, Cecil J. Albert. **Literatura e gênero. A construção da identidade feminina**. Caxias do Sul: EDUCS, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Literatura e Cultura Piauiense	CLV/CCHL008	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h		
<p>EMENTA: Estudo do processo formativo da literatura piauiense. Procedimentos estéticos empregados por autores no estado do Piauí. A relação da literatura produzida no estado com a realidade e a cultura local. Crédito Prático: atividade de pesquisa realizada em museus da cidade de Teresina. Visita técnica ao patrimônio histórico do estado.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>LIMA, Luis Romero. Presença da literatura piauiense. Teresina: Halley, 2003.</p> <p>MOURA, Francisco Miguel. Literatura do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.</p> <p>PINHEIRO, João. Literatura piauiense: esboço histórico. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BRANCO, Homero Castelo. História do Piauí: passageiros do passado. Nova Aliança,</p> <p>EUGÊNIO, João Kennedy. Os sinais do tempo: intertextualidade e crítica da civilização na poesia de H. Dobal. Teresina: Halley S.A. Gráfica e Editora, 2007</p> <p>LIMA, Wanderson. O fazedor de cidades: mimesis e poiésis na obra de H. Dobal. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2005.</p> <p>MENDES, Algemira de Macêdo. ALBUQUERQUE, Marleide Lins. ROCHA, Olívia Candeia Lima (orgs). Antologia de escritoras piauienses: do século XIX à contemporaneidade. Teresina: FUNDAPI, 2009.</p>			

REINALDO, Lilásia Chaves de Arêa Leão. **A poesia moderna de H. Dobal**. Teresina: EDUFPI, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Literatura e outras Artes	CLV/CCHL009	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h		
<p>EMENTA: Estudo de obras literárias de língua portuguesa em diálogo interdisciplinar com outras manifestações artísticas, a citar a música, o teatro, as artes visuais, o cinema e a fotografia. Exame de questões como: o vínculo histórico da poesia com a música, a plasticidade das paisagens literárias, a tradução de textos literários para o cinema, dentre outros. Crédito Prático: produção de trabalhos artísticos a partir de recursos de transposição intersemiótica.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>AUERBACH, Erich. Figura. São Paulo: Ática, 1997.</p> <p>CARVALHAL, Tania Franco. Literatura comparada. São Paulo: Ática, 1993.</p> <p>PRAZ, Mário. Literatura e artes visuais. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1982.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BENJAMIN, Walter. Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.</p> <p>GOMBRICH, Ernst. A história da arte. 16 ed. São Paulo: LTC, 2000.</p> <p>HUTCHEON, Linda. Uma teoria da adaptação. 2. ed. Trad. André Cechnel. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.</p> <p>JAMESON, Fredric. Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios de Fredric Jameson. 4. ed. Org./trad. Ana Lucia de Almeida Gazzola. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.</p> <p>WELEEK, René. WARREN, Austin. A literatura e as outras artes. In: Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Estudos do Insólito Ficcional	CLV/CCHL053	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h		

EMENTA: Estudo da literatura de teor insólito nos séculos XIX, XX e XXI, através de obras ficcionais de autores da literatura universal. O insólito e o fantasioso, suas fronteiras teóricas e o diálogo com outros modelos canônicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FURTADO, Filipe. **A construção do fantástico na narrativa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.
 ROAS, David. **A ameaça do fantástico: aproximações teóricas**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
 TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. Tradução Maria Clara Corrêa Castello. São Paulo: Perspectiva, 2008 [1970].

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BESSIERE, Irène. **Le récit fantastique**. Paris: Larrousse, 1974.
 GARCÍA, Flavio, FRANÇA, Júlio & PINTO, Marcello de Oliveira (Orgs.). **As arquiteturas do medo e o insólito ficcional**. Rio de Janeiro: Caetés, 2013.
 MANTAGRANO, Bruno Anselmi. TAVARES, Enéias. **Fantástico brasileiro: o insólito literário do romantismo ao fantasismo**. Curitiba: Arte & Letra, 2019.
 ROAS, David (org.). **Teorías de lo fantástico**. Madrid: Arco/Libros, 2001.
 ROBERTS, Adam. **A verdadeira história da ficção científica: do preconceito à conquista das massas**. Tradução Mário Molina. São Paulo: Seoman, 2018.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Literatura Infanto-Juvenil	CLV/CCHL047	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h		
<p>EMENTA: Análise do percurso histórico da Literatura infantil e infanto-juvenil no Brasil e no mundo. Leitura e exame de textos literários, como: poesia, romance, conto, peça teatral, história em quadrinho, literatura de cordel. Investigação do conceito e da importância da Literatura Infanto-juvenil. Crédito Prático: Técnicas e métodos de ensino favoráveis à formação do leitor. Visita a bibliotecas infantis. Análise e escolha de livros infantis. Leitura e análise de livros de literatura infanto-juvenil. Oficina de contação de histórias.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARROIO, Leonardo. Literatura infantil brasileira . São Paulo: Melhoramentos, 1990.			

HUNT, Peter. **Crítica, teoria e literatura infantil**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORDINI, Maria da Glória. **Poesia infantil**. São Paulo: Ática, 1986.

COELHO, Nelly Novaes. **A literatura infantil**. São Paulo: Quíron, 1984.

_____. **Panorama histórico da literatura infantil e juvenil** – das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo. 4. ed. revista. São Paulo: Ática, 1991.

JESUALDO. **A literatura infantil**. São Paulo: Cultrix, 1993.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Um Brasil para crianças** – para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos. São Paulo: Global, 1986.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Vernáculas
Literatura e Filosofia	CLV/CCHL080	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h		
EMENTA: Estudos Literários sob a Perspectiva Filosófica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BARTHES Roland. O Óbvio e o Obtuso . Edições 70: Lisboa 1982. BOSI, Alfredo. <i>Reflexões sobre a Arte</i> . Ática : São Paulo, 1995.			
COSTA, Lígia Militz da. Representação e Teoria da Literatura – dos gregos aos pós- modernos . UNICRUZ: Cruz Alta, 1998.			
FILHO, Hildeberto Barbosa. Literatura – as fontes do prazer . Idéia: João Pessoa, 2000.			
FOUCAULT, Michel. <i>A Ordem do Discurso</i> . 9. ed. Loyola: São Paulo, 2003			
READ, Herbert. O Sentido da Arte , 8.ed. IBRASA : São Paulo, s/d. SOUZA, S. M. R. <i>Um outro olhar: filosofia</i> . São Paulo: FTD, 1995.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
AMORA, Antônio Soares. Introdução à Teoria da Literatura . Cultrix: São Paulo, 1992.			
COSTA, Lígia Militz da. A Poética de Aristóteles: Mimese e Verossimilhança . Ática : São Paulo, 2001. Série Princípios.			
COUTINHO, Afrânio. Crítica e poética . Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1980.			
_____, Afrânio. Notas de Teoria Literária . Civilização Brasileira: 1976.			
EAGLETON, Terry. Teoria da Literatura: Uma Introdução . 3 ed. Martins Fontes: São Paulo, 1997.			

FILHO, Domício Proença. *Estilos de Época na Literatura*. Ática: São Paulo, 1983.

_____, Domício Proença. **A Linguagem Literária**. 7. ed. Ática: São Paulo, 1999. Série Princípios.

HAAR, Michel. *A Obra de Arte*. DIFEL: Rio de Janeiro, 2000.

JÚNIOR João-Francisco Duarte. **O Que é Beleza**. 3. ed. Brasiliense: São Paulo, 1991. LAJOLO, Marisa. **O que é Literatura**. Brasiliense: São Paulo, 1995. Coleção Primeiros Passos. LIMA, Luiz Romero. **Por um Leitor Crítico**. Teresina, 2004.

MCLEISH, Kenneth. **A Poética de Aristóteles**. UNESP: São Paulo, 2000.

OLINTO, Heidrun Krieger. **Histórias de Literatura**. Ática: São Paulo, 1996. Série Fundamentos.

PAGEAUX, Daniel-Henri & MACHADO, Álvaro Manuel. **Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura**. 2. ed. Editorial Presença: Lisboa, 2001. Série Fundamentos.

**DISCIPLINAS OPTATIVAS – LÍNGUA E LITERATURAS DE LÍNGUA
FRANCESA E ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA**

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Métodos e Técnicas do Ensino
Educação Ambiental	DMT0302		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h		
EMENTA: Educação Ambiental: histórico, princípios, fundamentos, marco conceitual, teorias pedagógicas, perspectivas e desafios. A Educação Ambiental em espaços formais e não-formais. Metodologia da pesquisa em Educação Ambiental. Elaboração de projetos de Educação Ambiental.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ACSELRAD, H. <i>Ecologia direito do cidadão: coletânea de textos</i> . Rio de Janeiro: J.B., 1993.			
BRASIL, Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia legal: <i>Direito do meio Ambiente e Participação Popular/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e renováveis Brasileiros</i> : IBAMA. 1994.			
BERNA, Vilmar. <i>Como fazer educação ambiental</i> . São Paulo: Paulus, 2001.142 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
DASHEFSKY, H.S. Dicionário de Ciência Ambiental . Guia de A a Z. São Paulo: Gaia, 1995.			
ISAIA, Enise Bezerra Ito (org). Reflexões e práticas para desenvolver a educação ambiental na escola . Santa Maria: Ed. IBAMA, 2000. 998 p. 01L-00298 577.4:37 R322			
MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação . Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.			
NEAD. O ensino de ciências e educação ambiental . Cuiabá: NEAD, IE, UFMT (CD-ROM) 2001			
SATO, Michèle (Coord.) et al. Ensino de ciências e as questões ambientais . Cuiabá: NEAD, UFMT,			

1999.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Francês com Objetivos Específicos			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h	Língua Francesa IV	
EMENTA: Teorias de ensino-aprendizagem de língua estrangeira com objetivos específicos e universitários. Formação de professores para o desenvolvimento de competência de leitura e compreensão oral básicas em língua francesa para estudantes em preparação para testes de proficiência e/ou intercâmbio. Elaboração de sequências didáticas para o ensino de francês com objetivos específicos e universitários (FOS/FOU). Oficina de FOS/FOU para o desenvolvimento de compreensão de gêneros acadêmicos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALBUQUERQUE-COSTA, H.; PARPETTE, C. (org.). Français sur objectif universitaire: méthodologie, formation des enseignants et conception de programmes. São Paulo: Editora Humanitas: Paulistana: AUF, 2016 (Série Enjeu, vol.4)			
CARRAS, C. et al. Le français sur objectifs spécifiques et la classe de langue. Paris : CLE international, 2007.			
PARPETTE Chantal, MANGIANTE Jean-Marc. Le français sur objectif universitaire. Grenoble : PUG, 2011.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BERTRAND, Olivier ; SCHAFFNER, Isabelle. Le français de spécialité : enjeux culturels et linguistiques Paris : Ecole Polytechnique, 2008.			
DUFOUR, S. ; PARPETTE, C. Le français sur objectif spécifique : la notion d'authentique revisitée, ILCEA [En ligne], 32 2018, mis en ligne le 01 juillet 2018, consulté le 06 juillet 2018. URL : http://journals.openedition.org/ilcea/4814 . (Accès le 20 juin 2019)			
KAABOUB, A. Didactisation de documents pour un enseignement du français sur objectif spécifique en contexte universitaire. 2010. 7 pages. In. Alep (Syrie) - Ecole Normale Supérieure d'Alger, Moyen Orient, République Arabe, 2010.			
MOURLHON-DALLIES, F. Enseigner une langue à des fins professionnelles. Paris: Didier, 2008.			
PARPETTE Chantal, MANGIANTE Jean-Marc. Le français sur objectif spécifique : de l'analyse des besoins à l'élaboration d'un cours. Hachette Fle, 2004.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras

	(quando houver)	
História da Língua Francesa	CLE0298	---
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.0.0	45h	Língua e Cultura Latinas; Língua Francesa III
<p>EMENTA: Variedades linguísticas latinas nas Gálias. História externa da língua francesa. Fases da história da língua francesa. Fontes para o conhecimento da história da língua francesa. Evolução dos sistemas fonológico, morfossintático e léxico-semântico da língua francesa. Particularidades linguísticas de variedades diatópicas no mundo francófono.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>BASSETTO, B. F. Elementos de filologia românica: história externa das línguas. São Paulo: EDUSP, 2001. v. 1. p. 223-228, 265-270, 364, 372.</p> <p>BOURCIEZ, É. Elements de linguistique romane. 4. ed. Paris: Lincksieck, 1956.</p> <p>ILARI, R. Lingüística românica. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.</p> <p>PERRET, M. Introduction à l'histoire de la langue française. 2. ed. revue. Paris: Armand Colin, 2005.</p> <p>STÖRIG, H. J. As filhas orgulhosas. In: STÖRIG, H. J. A aventura das línguas: uma história dos idiomas do mundo. Trad. por Glória Paschoal de Camargo e Saulo Krieger. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2004. p. 101-122.</p> <p>WALTER, H. O francês. In: WALTER, H. A aventura das línguas no ocidente: origem, história e geografia. 2. ed. São Paulo: Mandarim, 1997. p. 193-240.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>AUERBACH, E. Introdução aos estudos literários. Trad. por José Paulo Paes. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1987. p. 79-100, 110-132, 166-177, 188-245.</p> <p>BAL, W. Introduction aux études de linguistique romane. Paris: Marcel Didier, 1966.</p> <p>CÉSAR, J. De la guerre des Gaules.</p> <p>GARRIOCH, D. Insultos verbais na Paris do século XVIII. In: BURKE, P.; PORTER, R. (Orgs.). História social da linguagem. São Paulo: UNESP/Cambridge, 1997. p. 212-140.</p> <p>HERMAN, J. El latín vulgar. Edición española reelaborada y ampliada con la colaboración de Carmen Arias Abellán. Barcelona: Ariel, 2001.</p> <p>IORDAN, I.; Manoliu, M. Manual de lingüística românica. Revisión, reelaboración parcial y notas por Manuel Alvar. 2. reimpr. Madrid: Gredos, 1989. 2v.</p> <p>LANGINS, J. Palavras e instituições durante a Revolução Francesa: o caso do ensino científico e técnico "revolucionário". In: BURKE, P.; PORTER, R. (Orgs.). História social da linguagem. São Paulo: UNESP/Cambridge, 1997. p. 161-189.</p> <p>LAUSBERG, H. Lingüística românica. Trad. por Marion Ehrhardt e Luísa Schemann. 2. ed. Lisboa: Gulbenkian, 1981. p. 28-30; 176-177.</p> <p>LEBÉDEL, C. Histoire de la France: la construction et l'évolution d'une nation. Rennes: Éditions Ouest-France, 2003.</p> <p>LÜDTKE, H. La supremacía francesa desde los tiempos del Imperio carolingio hasta el siglo XIII. In: LÜDTKE, H. Historia del léxico románico. Versión española de Marcos Martínez Hernández. Madrid:</p>		

Gredos, 1974. p. 87-113.

MAGNE, A. **O mais antigo documento da língua francesa: ensaio sobre a parte francesa dos Juramentos de 842**. Petrópolis: Vozes, 1991.

MATHIEUX, J. **Histoire de France**. Paris: Hachette, 1981.

OUTRAM, D. Le langage mâle de la vertu: as mulheres e o discurso da Revolução Francesa. In: BURKE, P.; PORTER, R. (Orgs.). **História social da linguagem**. São Paulo: UNESP/Cambridge, 1997. p. 131-160.

POTTIER, B. **La parenté des langues romanes. Le français dans le monde: recherches et applications, numéro spécial**, p. 75-82, janvier 1997.

RENZI, L. **Introducción a la filología románica**. Versión española de Pilar García Mouton. Madrid: Gredos, 1982.

ROBERT, P. (Dir.). s. v. France. **Le Petit Robert: dictionnaire universel des noms propres. Rédaction dirigée par Alain Rey**. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1987.

SILVA NETO, S. da. **História do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

TAGLIAVINI, C. **Orígenes de las lenguas neolatinas: introducción a la filología romance**. Trad. por Juan Almela. 5. ed. Méjico: Fundo de Cultura Económica, 1973. p. 569-576, 633-655.

VOSSLER, Ch. **La langue et culture de la France: histoire du français littéraire des origines a nos jours**. Paris: Payot, 1953.

WARTBURG, W. von. **Evolución y Estructura de la lengua francesa**. Versión española de Carmen Chust. Madrid: Gredos, 1966.

WARTBURG, W. von. **La fragmentación lingüística de la Romania**. Trad. por Manuel Muñoz Cortés. Madrid: Gredos, 1966.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
O Conto Francês	CLE0301		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h	Língua Francesa III	
EMENTA: Análise das características do conto de forma geral; o conto em diferentes períodos históricos; estudo de autores e títulos mais representativos da literatura francesa.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BELMONT, Nicole. Poétique du conte : Essai sur le conte de tradition orale. Nouvelle édition. Paris : Gallimard, 2008, collection « Le Langage des contes ».			
BETTLHEIM, Bruno. Psychanalyse des contes de fée . Paris : Pocket, 1999			
CASTEX, Pierre Georges. Le Conte Fantastique en France : de Nodier à Maupassant. Paris: José Corti, 1994, Coll. "Littérature Fantastique".			
PROPP, Vladimir. Morphologie du conte . Paris: Points-Seuil, 1970.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

DE LA FONTAINE, Jean. **Contes libertins**. Paris : Ed. j'ai lu, 2004. Coll. "librio".

GOTLIB, Nadia. *Teoria do conto*. 11. ed. São Paulo : Ática, 2006 2003. Coll. " Pocket Junior mythologies".

HUISMAN, Georges; HUISMAN, Marcelle. **Contes et Légendes du moyen âge français**. Paris: Pocket, DIDEROT, Dennis ; VOLTAIRE ; SAINT-LAMBERT, Jean François de. **Trois contes philosophiques**. Paris. Flammarion, 2007. Coll. "LGF Étonants classiques".

PERRAULT, Charles. **Contes**. Paris: LGF, 2006. Coll. "Classiques de poche".

GAILLARD, Aurelia. **Fables, mythes contes: L'esthétique de la fable et du fabuleux**. Paris : Honore Champion, 1996.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Linguística Aplicada ao Ensino- Aprendizagem do Francês Língua Estrangeira	CLE0260	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	Língua Francesa IV e Linguística	
EMENTA: Fundamentos sobre a didática do francês como língua estrangeira. A inserção da disciplina em contexto brasileiro. O curso deve ser ministrado em língua francesa.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CUQ, J-P; GRUCA, I. Cours de didactique du français langue étrangère et seconde . Presses Universitaires de Grenoble : Grenoble, 2017.			
DEFAYS, J-M. Le FLE en questions : enseigner le français langue étrangère et seconde . Bruxelles: Éditions Mardaga, 2020.			
DEZERTO, F. B. O Francês e a Educação: institucionalização de uma língua estrangeira em discursividade. Niterói-RJ: Eduff, 2017.			
GERMAIN, Claude. Évolution de l'enseignement des langues: 5000 ans d'histoire . Paris: CLE International, 1993. Collection Didactique des langues étrangères.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALBUQUERQUE-COSTA, H. Práticas de ensino, práticas de aprendizagem em línguas estrangeiras . São Paulo: Humanitas, 2017 (Série Enjeu, v. 5).			
ALMEIDA, C.; DEZERTO, F. B.; CORRÊA, P. A. C. Francês e ensino: discursos, práticas e políticas. Rio de Janeiro-RJ: Letra Capital Editora, 2018.			

CONSEIL DE L'EUROPE. **Cadre Européen Commum de Référence pour les Langues: Apprendre, Enseigner, Évaluer.** Strasbourg, 2001. Disponível em : <https://rm.coe.int/16802fc3a8> Acesso em: 04 abr 23.

_____. **Cadre Européen Commum de Référence pour les Langues: Apprendre, Enseigner, Évaluer.** Volume complémentaire avec des nouveaux descripteurs. Strasbourg, 2018. Disponível em: <https://www.coe.int/fr/web/common-european-framework-reference-languages> Acesso em: 04 abr 23.

CUQ, J.-P. (Org.). **Dictionnaire de didactique du français langue étrangère et seconde.** Paris: CLE International, 2003.

PIETRAROIA, C.M.C.; ALBUQUERQUE-COSTA, H. **Ensino de língua francesa em contexto(s).** São Paulo: Humanitas, 2013 (Série Enjeu, v. 1).

PUREN. C. **Histoire des méthodologies de l'enseignement des langues.** Paris : Nathan / CLE International, 1996.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Práticas de Leitura e Escrita de Textos em Francês			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	Língua Francesa IV	
EMENTA: Concepções de leitura. Leitura, texto e sentido. Texto e contexto. Tipos de texto e gêneros textuais. A organização das ideias. Estrutura do parágrafo. Qualidades do texto: clareza, correção, concisão, precisão, originalidade e adequação. Práticas de leitura e escrita de textos em diferentes gêneros discursivos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BARA, S et al. Écritures créatives. Grenoble : PUG FLE, 2011.			
HIDDEN M-O. Pratiques d'écriture. Apprendre à rédiger en langue étrangère, « Collection F », Hachette Français langue étrangère, 2013.			
RIQUOIS, E. Lire et comprendre en français langue étrangère. Paris: Hachette, 2019.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ADAM, J. M.. Éléments de linguistique textuelle. Liège: Mardaga, 1990.			
_____. Les textes: types et prototypes. Paris. Nathan, 1997.			
BRONCKART, J-P. Le fonctionnement des discours. Neuchâtel. Paris : Delachaux et Niestlé, 1985.			
GIASSON, J. La lecture : apprentissage et difficultés. Montréal: Gaëtan Morin Éditeur, 2011.			

HIDDEN M-O, PORTINE H. « Des pratiques collaboratives rédactionnelles en (français) langue étrangère à l'appropriation individuelle de l'écrit », **Travaux de didactique du FLE** n° 76 -2020. [En ligne]

PIETRAROIA, C. M.; ALBUQUERQUE-COSTA, H. **Leitura(s) em francês língua estrangeira**. São Paulo: Paulistana; Capes, 2014 (Série Enjeu, v. 2).

XYPAS, R.; AUBIN, S. (dir.). **Littérature et enseignement du FLE** : démarches et dispositifs innovants. Araraquara: Letraria, 2022.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Produção de Material Didático para o Ensino do FLE			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	Metodologia de Ensino de Língua Francesa	
EMENTA: Criação, curadoria e seleção de materiais didáticos na aula de Francês Língua Estrangeira (FLE). Letramentos multimodais e o papel das TDICs na co-criação, mixagem e compartilhamento de materiais didáticos para o curso de FLE.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARAÚJO, N. M. S. FINARDI, K. R. et al. (Orgs). Transitando e transpondo n(a) Linguística Aplicada . Campinas: Editora Pontes, 2019.			
LACELLE, N.; BOUTIN, J-F.; LEBRUN, M. La littératie médiatique multimodale appliquée en contexte numérique - LMM@: Outils conceptuels et didactiques [recurso eletrônico]. Presses de l'Université du Québec, 2017.			
QOTB, H. Le manuel numérique de FLE : spécificités, démarches et perspectives. Paris : Harmattan: 2023.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALBUQUERQUE, F. G.; OLIVEIRA, K. C. C. (org.) Reflexões sobre o ensino de línguas e literatura, formação docente e material didático . São Carlos-SP: Pedro João, 2020.			

DESCHAIINE, M. E.; SHARMA, S. A. The five Cs of Digital Curation: supporting twenty-first-century teaching and learning. *Insight: A Journal of Scholarly Teaching*. [online], v. 10, n. 1, p. 19-24, set 2015. Disponível em: <<https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1074044.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2022.

KALANTZIS, M.; COPE, B.; PINHEIRO, P. **Letramentos**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2020.

ROBERT, J-P.; ROSEN, E.; REINHARDT, C. **Faire classe en FLE**. Paris: Hachette, 2011.

ROJO, R.; MOURA, E. **Letramentos, mídias e linguagens**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

SCHEYERL, D.C.M. **Materiais didáticos para o ensino de línguas na contemporaneidade: contestações e proposições**. Salvador-BA: EdUFBA, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Relações Étnico-raciais, Gênero e Diversidade	CLE0331	---	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h	Sem pré-requisito	
EMENTA: Educação e Diversidade Cultural. O racismo, o preconceito e a discriminação racial e suas manifestações no currículo da escola. As diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais. Diferenças de gênero e Diversidade na sala de aula.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ABRAMOVAY, Miriam; GARCIA, Mary Castro (Coord.). Relações raciais na escola : reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília-DF: UNESCO; INEP; Observatório de Violências nas Escolas, 2006. 370 p. APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.			
BANKS, James A. Multicultural Education characteristics and goals. In: BANKS, James A.; BANKS, Cherry A. McGee. Multicultural Education : issues and perspectives. Third ed. Boston: Allyn & Bacon, 1997. p. 03-31.			
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Brasília-DF: Ministério da Educação e do Desporto (MEC), 1996._____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília-DF, 1997			
._____. Ministério da Justiça. Relatório do Comitê Nacional para preparação da participação			

brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. Durban, 31 ago./7 set. 2001.

_____. **Lei n.º 10.639 de 9 de janeiro de 2003.** Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003._____.

Ministério da Educação. SEPPPIR.

INEP. **Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana.** BrasíliaDF, 2004.

_____. **Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade** Ministério da Educação. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AQUINO, J. G. (Org.). **Diferenças e preconceitos na escola:** alternativas teóricas e práticas. 2. ed. São Paulo: Summus, 1998.

BHABHA, H. **O local da cultura.** Trad.: Ávila, Myriam e outros. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

GOMES, N. L; SILVA, P. B. G. e (Organizadoras). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MEYER, D. E. **Alguns são mais iguais que os outros:** Etnia, raça e nação em ação no currículo escolar. In: A escola cidadã no contexto da globalização. 4. ed. Organizador: Silva, Luiz Heron da. São Paulo: Vozes, 2000.

PERRRENOUD, P. **A Pedagogia na escola das diferenças:** fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2. ed. Trad.: Schilling, Cláudia. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SANTOS, Isabel Aparecida dos Santos. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial. In: CAVALLEIRO, E. (org.). **Racismo e anti-racismo.** Repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. pp.97-114.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Seminário I - Língua Francesa			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h		

EMENTA: Disciplina de ementa aberta que cobrirá o estudo específico e aprofundado de um dos aspectos do programa, escolhido segundo os interesses da área e as necessidades detectadas no seio do grupo discente.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
Variável, de acordo com o tema que será abordado.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
Variável, de acordo com o tema que será abordado.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Seminário II – Teoria e Literaturas de língua francesa	CLE0297		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h		
EMENTA: Disciplina de ementa aberta que cobrirá o estudo específico e aprofundado de um dos aspectos do programa, escolhido segundo os interesses da área e as necessidades detectadas no seio do grupo discente.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
Variável, de acordo com o tema que será abordado.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
Variável, de acordo com o tema que será abordado.			

			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Letras Estrangeiras
Tradução			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.0.0	45h	Língua Francesa IV	
EMENTA: Questões teóricas da tradução. Procedimentos e técnicas. Comparação e análise de diferentes traduções. Tradução de diferentes textos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

- ARROJO, Rosemary. Oficina de tradução: a teoria na prática. In: **Oficina de tradução: a teoria na prática**. 1986. p. 85-85.
- BALBONI, P. E. A tradução no ensino de línguas: história de uma difamação. **In-Traduções**, Florianópolis, v.3, n.4, 2011.
- BARBOSA, Heloisa G. **Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta**. Pontes, 1990.
- BASSNETT, Susan. Estudos de tradução: fundamentos. Tradução de Vivina de Campos Figueiredo. **Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian**, 2003.
- BENJAMIN, Walter. La tâche du traducteur. Œuvres I. **Paris: Folio-Gallimard**, 2000.
- BRANCO, Sinara de Oliveira. Teorias da tradução e o ensino de língua estrangeira. **Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 8, n. 2, p. 185-199, 2009
- _____. As faces e as funções da tradução em sala de aula de língua estrangeira. **Cadernos de Tradução**. Florianópolis, v. 1, n. 27, p. 161-177, 2011.
- CALVO CAPILLA; RIDD. A tradução como atividade contrastiva e de conscientização na aprendizagem de línguas próximas. **Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 8, n. 2, p. 150- 169, 2009.
- CAMPOS, Haroldo de. Da tradução como criação e como crítica. **Metalinguagem e outras metas**, v. 4, p. 31-48, 1992.
- DERRIDA, Jacques; DE BABEL, Torres. tradução de Junia Barreto. **Belo Horizonte: Editora UFMG**, 2002.
- ELEUTÉRIO, Rosangela Fernandes. Nord, Christiane. Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática, com tradução e adaptação de Meta Elisabeth Zipser et al. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 44, p. 408-414, 2018.
- LAVAUULT, Élisabeth. **Fonctions de la traduction en didactique des langues: apprendre une langue en apprenant à traduire**, Paris: Didier, 1985. 115 p. (Traductologie, 2).
- LEFEVERE, André. Tradução, reescrita e manipulação da fama literária. **Trad. Claudia Matos Seligmann. Bauru: Edusc**, 2007.
- LICHTERT, Francine. BALLARD, Michel, De Cicéron à Benjamin. Traducteurs, traductions, réflexions, Lille, Presses Universitaires de Lille, 1992. **Meta: journal des traducteurs/Meta: Translators' Journal**, v. 38, n. 3, p. 568-574, 1993.
- LUCINDO, Emy Soares. Tradução e ensino de línguas estrangeiras. **Scientia Traductiones**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 1-10, 2006.
- MARTINS, Marcia AP. **Tradução e multidisciplinaridade**. Puc-Rio Departamento de Letras, 1999.
- PAES, José Paulo. **Tradução, a ponte necessária: aspectos e problemas da arte de traduzir**. Editora Ática, 1990.
- ROMANELLI, Sérgio. Traduzir ou não traduzir em sala de aula? Eis a questão. **Revista Inventário**, v.5, pp 1-10, 2006

SANTORO, Elisabetta. Tradução e Ensino de Línguas Estrangeiras: Confluências. **Cadernos de Tradução**. Florianópolis, v. 1, n 27, p. 147-160, 2011.

VENUTI, Lawrence. A invisibilidade do tradutor. **Palavra**, v. 3, n. 1, p. 111-134, 1995.

_____. O escândalo da tradução. **Tradterm**, v. 3, p. 99-122, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERMAN, Antoine. A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica. [trad. Maria Emília Pereira Chanut] Bauru. **SP: EDUSC**, 2002.

_____. A tradução e a letra ou o albergue longínquo. Tubarão: Copiart/Florianópolis: PGET, Tradução de Marie-Hélène Torres, Mauri Furlan & Andréia Guerini, 2013.

_____. Pour une critique des traductions: John Donne. Paris: Gallimard, 1995.

COSTA, Walter Carlos. “Tradução e ensino de línguas”. In BOHN H. I. – VANDRESEN, P. **Tópicos de Linguística Aplicada ao ensino de línguas estrangeiras**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988, pp. 282-91.

DE LIMA REIS, Eliana Lourenço et al. Oficina de tradução do francês: traduzindo notícias. Belo Horizonte: Viva Voz, 2009.

DELISLE, Jean. Définition, rédaction et utilité des objectifs d'apprentissage en enseignement de la traduction. **Los estudios de traducción: un reto didáctico**, n. 5, p. 13-43, 1998.

_____. WOODSWORTH. Judith. **Os tradutores na história. Tradução de Sérgio Bath. SP: Ática**, 1998.

DE MATOS, Francisco Gomes. BENEDETTI, Ivone C. e SOBRAL, Adail (orgs.) Conversas com tradutores balanços e perspectivas. São Paulo: Parábola Editorial, 2003, 214p. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 19, 2005.

ECO, Umberto. **Quase a mesma coisa**. Editora Record, 2007.

MESCHONNIC, Henri. A Europa das traduções é antes a Europa do apagamento das traduções. **Poética do traduzir. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Perspectiva**, 2010.

MOBARHAN, Nancy. Michaël Oustinoff, La traduction. PUF, collection «Que sais-je». **Traduire. Revue française de la traduction**, n. 224, p. 141-142, 2011.

OSEKI-DÉPRÉ, Inês. **De Walter Benjamin à nos jours: essais de traductologie**. Honoré Champion, 2007.

REY-DEBOVE, Josette. Le robert & cle international. **Dictionnaire du Francis, Paryz: Dictionnaires Le Robert & CLE International**, 1999.

RÓNAI, Paulo. **Escola de tradutores**. Livraria São José, 1956.

SALDANHA, Camila Teixeira; LAIÑO, Maria José; MELO, Noemi Teles de. Tradução em sala de aula de LE: O componente cultural no ensino. In: Carvalho, Tatiana Lourenço de; Pontes, Valdecy de Oliveira (org), **Tradução e ensino de línguas**. Desafios e perspectivas. Mossoró: UERN, 2014. p. 28-39.

SILVEIRA, Brenno. **A arte de traduzir**. UNESP, 2004.

VIANA, Silvania Márcia Bezerra; DE BRITO ALVES, Maria Carolina; BEZERRA, Jacqueline Freitas. A barreira linguística/cultural na tradução do humor francês para o português brasileiro. **Translatio**, n. 20, p. 116-125, 2020.

VALDEZ, João Fernandes. **Dicionário francês-português, português-francês**. Livraria Garnier, 2000.

XATARA, Claudia Maria; DE OLIVEIRA, Wanda Leonardo. **Dicionário de falsos cognatos: francês-português, português-francês**. Cultura., 2008.

7 CORPO DOCENTE

7.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE (Composição)

PATRÍCIA DE OLIVEIRA LUCAS	PRESIDENTE
ALCIONE CORRÊA ALVES	MEMBRO
CAROLINA DE AQUINO GOMES	MEMBRO
LARISSA MARIA FERREIRA DA SILVA RODRIGUES	MEMBRO
MARCELLA DOS SANTOS ABREU	MEMBRO

7.2 Atuação e regime de trabalho do coordenador do curso

Eleito através de processo democrático com a participação de alunos, professores e técnico-administrativos, conforme regulamentação da própria instituição, tendo o regime de trabalho de 20 horas semanais na Coordenação de Curso. O Coordenador de Curso é responsável pela coordenação do curso, devendo acompanhar e avaliar todo o processo de execução do curso.

7.3 Perfil do corpo docente (regime de trabalho e titulação)

A Coordenação de Letras Estrangeiras, responsável pelos cursos de Licenciatura em Letras - Inglês e em Letras Português e Francês, conta com dezesseis professores titulares, cujos nomes foram destacados na lista abaixo, a qual contém todos os professores da Coordenação.

PROFESSOR	TITULAÇÃO	CARGA HORÁRIA	REGIME DE TRABALHO
ALCIONE CORRÊA ALVES	DOUTOR	40 HORAS	Dedicação exclusiva
ANA CLÁUDIA OLIVEIRA SILVA	DOUTORA	40 HORAS	Dedicação exclusiva
BEATRIZ GAMA RODRIGUES	DOUTORA	40 HORAS	Dedicação exclusiva
CLÁUDIO AUGUSTO CARVALHO MOURA	DOUTOR	40 HORAS	Dedicação exclusiva
ÉRICA RODRIGUES FONTES	DOUTORA	40 HORAS	Dedicação exclusiva
FRANCISCO WELLINGTON BORGES GOMES	DOUTOR	40 HORAS	Dedicação exclusiva
JULIANA CASTELO BRANCO PAZ DA SILVA	MESTRA	40 HORAS	Dedicação exclusiva
LUIS FELIPE PEREIRA DOS SANTOS DONADIO	DOUTOR	40 HORAS	Dedicação exclusiva
MARCELLA DOS SANTOS ABREU	DOUTORA	40 HORAS	Dedicação exclusiva
PATRÍCIA DE OLIVEIRA LUCAS	DOUTORA	40 HORAS	Dedicação exclusiva
SEBASTIÃO ALVES TEIXEIRA LOPES	DOUTOR	40 HORAS	Dedicação exclusiva
SILVANIA MARCIA BEZERRA VIANA	MESTRA	40 HORAS	Dedicação exclusiva
TIAGO BARBOSA SOUZA	MESTRE	40 HORAS	Dedicação exclusiva
VÂNIA SOARES BARBOSA	DOUTORA	40 HORAS	Dedicação exclusiva
WANDER NUNES FROTA	DOUTOR	40 HORAS	Dedicação exclusiva

8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

8.1 Local de Funcionamento, infraestrutura física e laboratórios

O curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês está alocado na Coordenação de Letras Estrangeiras, que conta com cinco salas de aula e nove gabinetes docentes, utilizados em conjunto com a Coordenação de Letras Vernáculas, e um Laboratório de Línguas. Todos estão localizados no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL). Além disso, a Coordenação também conta com mais duas salas, onde funcionam a Cultura Francesa e o Núcleo *English Resource Information Center* – ERIC, também localizados no CCHL. A Coordenação está organizada em um modelo híbrido (antiga Chefia de Curso), que acumula as competências e atribuições do Departamento e da Coordenação, possuindo um Coordenador (a) e um Subcoordenador (a).

MODELO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS		
ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
1	Computador	41
2	Datashow	3
3	Telefones	2
4	Ar condicionado	14
5	Impressora	3
6	Nobreak	21
7	Estabilizador	6
8	Som portátil	2
12	Televisão	1
13	Notebook	1
14	Caixa de som portátil	1

8.2 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa Humana da Universidade Federal do Piauí – UFPI tem a função de avaliar os projetos de pesquisas dos diversos cursos da instituição que envolvam a participação de seres humanos, desde projetos de graduação, como Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, quanto de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Para que seja submetido à análise, o projeto precisa ser cadastrado pelo(s) pesquisador(es) na Plataforma Brasil (<http://plataformabrasil.saude.gov.br/>), que é vinculado ao *site* da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP (<http://conselho.saude.gov.br/comissoes-cns/conep/>)

O CEP (cep@ufpi.edu.br) visa a criar uma política concreta acerca das investigações propostas nas diversas áreas do conhecimento, atuando de forma voluntária, autônoma e independente no exercício de sua função. O Comitê é vinculado à Reitoria, é formado por membros que atuam de forma voluntária e são escolhidos pelos conselhos de Centros, com mandato de dois anos após portaria emitida pelo Reitor. O CEP tem em sua composição integrantes dos mais diversos cursos de graduação e pós-graduação da UFPI, garantindo assim representatividade nas mais diversas áreas do conhecimento, facilitando a análise dos projetos e mantendo um rápido fluxo na aprovação destes por meio de reuniões quinzenais. O número de membros por centro é variável. Em geral, o Centro de Ciências Humanas e Letras conta com a participação de cerca de quatro membros, que colaboram com a análise do grande fluxo de pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais.

Cabe ressaltar que o Piauí possui doze Comitês de Ética em Pesquisa, sendo cinco na UFPI, nos campi de Teresina, Picos, Floriano, Parnaíba, além de um exclusivo para as demandas do Hospital Universitário de Teresina.

A submissão de projetos ao Comitê de Ética é de suma importância para a proteção dos participantes da pesquisa, sendo necessário observar as normas previstas nas Resoluções n.º 466, de 12 de dezembro de 2012 e n.º 510, de 07 de abril de 2016. A Resolução n.º 466 é pioneira, fornece vários esclarecimentos sobre as terminologias a serem utilizadas e indica os procedimentos permitidos na pesquisa, entretanto, as orientações eram voltadas a pesquisas na área de saúde, não contemplando as necessidades específicas das áreas de Ciências Humanas e Sociais, fato reconhecido na própria Resolução n.º 466, no artigo XIII., um marco normativo claro, preciso e plenamente compreensível por todos os envolvidos nas atividades de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Assim, no ano de 2016, após vários estudos feitos pela CONEP, foi publicada a resolução n.º 510 para atender as demandas dessa área.

A Resolução n.º 510 incorpora aspectos da Resolução 466 que mantém a visão do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros aspectos, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado. Em seu Artigo 1º, a Resolução deixa claro a que se propõe:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.

O principal objetivo dos direcionamentos dados pela Resolução é resguardar os participantes da pesquisa evitando quaisquer danos a estes, seja através de perguntas constrangedoras em entrevistas, exposição de imagem, dados pessoais, entre outros aspectos.

A Resolução é composta por oito capítulos em que há o detalhamento dos tipos de pesquisa que não se enquadram no rol das que podem ser apreciadas pelo CEP/CONEP, portanto, não podem ser registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP; apresentação dos termos e definições utilizadas na resolução e, conseqüentemente, na hora do preenchimento dos campos na plataforma Brasil; os princípios éticos das pesquisas em ciências humanas e sociais; um capítulo explicativo do processo de consentimento e do assentimento livre e esclarecido, assim como obtê-lo e registrá-lo; dos riscos da pesquisa; do procedimento de análise ética no sistema CEP/CONEP; do pesquisador responsável, além das disposições transitórias e finais.

Cabe lembrar que o CEP não aprecia pesquisas já iniciadas e que toda pesquisa possui risco, mesmo que mínimo, como constrangimento. Estes são os motivos mais frequentes para que os projetos de pesquisa sejam, respectivamente, negados ou devolvidos para ajustes.

A submissão de todo projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa Humana – CEP/UFPI é de suma importância, tanto para a segurança do pesquisador quanto do participante, por isso, a recomendação da leitura das resoluções supracitadas na elaboração dos trabalhos científicos.

9 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

9.1 Vigência e Migração do Currículo

O presente PPC será implementado a partir do primeiro semestre letivo de 2024.1, observando-se os seguintes mecanismos de implementação e desativação do anterior:

- I. Todos os alunos ingressantes no Curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês a partir do período letivo 2024.1 farão parte deste novo PPC.
- II. Os alunos ingressantes em períodos anteriores a 2022.1 poderão fazer a migração para este novo PPC de forma opcional, por meio da assinatura de termo de compromisso, aceitando todas as normas do novo currículo e responsabilizando-se por eventuais necessidades de complementação da carga horária e pela realização de atividades curriculares não previstas no PPC anterior.
- III. Com a implementação deste PPC, o curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês disporá, por um período máximo de 6 anos, de duas matrizes curriculares vigentes, ou seja, da matriz implementada para os alunos com ingresso a partir do primeiro semestre letivo de 2012 que não fizerem a opção pela mudança curricular, e da matriz curricular implementada para os alunos ingressantes a partir de 2022.1 e alunos ingressantes em anos anteriores que fizerem a opção pela mudança para o novo currículo.
- IV. A oferta de disciplinas para alunos do currículo antigo priorizará o fluxo semestral previamente estabelecido para os alunos ingressantes em 2024.1, sendo que ocasionalmente poderão ser reofertadas disciplinas com alto índice de retenção, observando-se a capacidade de espaços físicos e de corpo docente da CLE e desde que não prejudique o atendimento ao fluxo regular da oferta.
- V. A oferta de disciplinas para os alunos do currículo novo (incluindo-se aqueles que fizerem a opção pela migração do currículo anterior) seguirá o planejamento previamente estabelecido para os ingressantes no período 2024.1.
- VI. Ao optar pela migração para o novo currículo, o aluno terá o prazo máximo de integralização do curso estendido em 50%.
- VII. O aproveitamento de disciplinas para alunos que optarem pela migração para o novo PPC deverá obedecer ao quadro de equivalências entre os dois currículos. Caberá ao aluno avaliar a sua situação com relação às duas matrizes curriculares antes de decidir pela migração, já que não é possível o aproveitamento de componentes curriculares não previstos neste PPC.

IX. Nos termos do Parecer CNE/CES nº 804/2018, aprovado em 5 de dezembro de 2018, e com vistas a preservar os interesses dos estudantes, assim como da comunidade universitária, estas disposições transitórias devem ser afixadas em local visível na secretaria do curso.

X. Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Francês.

9.2 Equivalência entre Projetos Pedagógicos

Para efeito de aproveitamento de créditos ou, quando for o caso, para se efetuar a migração do antigo currículo para o novo, deve-se levar em consideração a seguinte tabela de **equivalência curricular bilateral referente ao a estrutura curricular do currículo 1.**

1º PERÍODO			
MATRIZ ATUAL		MATRIZ PROPOSTA	
CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)	CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)
DFE0095 ou DFE229	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO (4 cr.) 60h OU ÉTICA E EDUCAÇÃO (4 cr.) 60h	NOVO	ÉTICA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO (4 cr.) 60h
CLV0257	LITERATURA NACIONAL I (4 cr.) 60h	CLV/CCHL057	LITERATURA, MITOS E RELIGIÕES (4 cr.) 60h
CLV0055	LINGUÍSTICA I (4 cr.) 60h	CLV/CCHL006	LINGUÍSTICA (4 cr.) 60h
CLV0053	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO I 60h (4cr)	CLV/CCHL007	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS (4 cr.) 60h
2º PERÍODO			
MATRIZ ATUAL		MATRIZ PROPOSTA	
CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)	CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)
CLE0070	LÍNGUA LATINA I (4cr.) 60h	CLV/CCHL010	LÍNGUA E CULTURA LATINAS (4 cr.) 60h
CLV0059	FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA I 60h (4cr)	CLV/CCHL012	FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA (4 cr.) 60h
CLV0283	LITERATURA NACIONAL II (4 cr.) 60h	CLV/CCHL014	LITERATURA E MEMÓRIA CULTURAL (4 cr.) 60h
-	NÃO SE APLICA	CLV/CCHL013	LITERATURA E CULTURA PÓS-MODERNA (4 cr.) 60h
DFE0097 ou DFE0096	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (4 cr.) 60h OU SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO (4 cr.) 60h	NOVO	HISTÓRIA E SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO (4 cr.) 60h
3º PERÍODO			

MATRIZ ATUAL		MATRIZ PROPOSTA	
CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)	CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)
CLV0259	MORFOL DA LING PORTUGUESA I 60h (4cr)	CLV/CCHLO 17	MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA (4 cr.) 60h
CLE0245	TEORIA DA LITERATURA I (4 cr.) 60h	CLV/CCHLO 18	TEORIA DA NARRATIVA (4 cr.) 60h
CLV0287	LITERATURA NACIONAL III (4 cr.) 60h	CLV/CCHLO 29	LITERATURA E REALIDADE SOCIAL (4 cr.) 60h
4º PERÍODO			
MATRIZ ATUAL		MATRIZ PROPOSTA	
CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)	CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)
CLV0066	SINTAXE DA LING PORTUGUESA I 60h (4cr)	CLV/CCHLO 21	SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA (4 cr.) 60h
5º PERÍODO			
MATRIZ ATUAL		MATRIZ PROPOSTA	
CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)	CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)
CLE0288	HISTÓRIA LITERÁRIA FRANCESA I (4 cr.) 60h	NOVO	LITERATURA FRANCESA I (4 cr.) 60h
CLE0306	MORFOLOGIA E SINTAXE DA LÍNGUA FRANCESA (3 cr.) 45h	NOVO	MORFOSSINTAXE DO FRANCÊS (3 cr.) 45h
CLE0255	TEORIA DA LITERATURA II (3.1.0) 60h	CLV/CCHLO 26	TEORIA E CRÍTICA LITERÁRIA (4 cr.) 60h
DFI0435	METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS (4cr.) 60h	NOVO	METODOLOGIA DA PESQUISA EM LETRAS (4cr.) 60h
6º PERÍODO			
MATRIZ ATUAL		MATRIZ PROPOSTA	
CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)	CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)
CLE0293	HISTÓRIA LITERÁRIA FRANCESA II (4 cr.) 60h	NOVO	LITERATURA FRANCESA II (4 cr.) 60h
CLE0312	LITERATURAS DE LÍNGUA FRANCESA (3 cr.) 45h	NOVO	LITERATURAS FRANCÓFONAS (3 cr.) 45h
CLV0313	LITERATURA NACIONAL V (4 cr.) 60h	CLV/CCHLO 30	LITERATURA, DISSONÂNCIA E TRANSGRESSÃO (4 cr.) 60h
7º PERÍODO			
MATRIZ ATUAL		MATRIZ PROPOSTA	
CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)	CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)
CLE0311	HISTÓRIA LITERÁRIA FRANCESA III (4 cr.) 60h	NOVO	LITERATURA FRANCESA III (4 cr.) 60h

REFERÊNCIAS

BASES E DIRETRIZES CURRICULARES

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: a educação é a base. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 15/2018: Instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e orientação aos sistemas de ensino e às instituições e redes escolares para sua implementação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, nos termos do Art. 211 da Constituição Federal e Art. 8º da Lei nº 9.394/1996 (LDB). 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP No 02, de 20 de dezembro de 2019: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP No 1, de 27 de outubro de 2020: Dispõe sobre as DCNs para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

BRASIL. Ministério da Educação. PORTARIA nº 1.348, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Projeto de Estruturação do Curso Normal Superior – PECNS. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais para a Formação de Professores – RFP. MEC/SEF, 1999;

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Piauí (PDI/UFPI 2020-2024).

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Plano de Desenvolvimento Institucional UFPI/2015-2019. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação, Licenciatura em Letras – Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Resolução CEPEX/UFPI No 220/16, de 28 de setembro de 2016, que define as diretrizes curriculares para a formação em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica na UFPI;

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Resolução CEPEX/UFPI No 053/19, de 12 de abril de 2019, que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

LEIS FEDERAIS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL. Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL, Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

DECRETOS

BRASIL. Decreto nº 3276, de 06 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

BRASIL. Decreto nº 6.872, de 04 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos.

PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Regulamenta a introdução, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa MEC nº 23, de 01 de dezembro de 2010. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, Banco de Avaliadores (BASIS) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa MEC nº 147, de 02 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a complementação da instrução dos pedidos de autorização de cursos de graduação em direito e medicina, para os fins do disposto no art. 31, § 1º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

PARECERES E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP nº 08, de 06 de março de 2012. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

REGRAMENTO ESPECÍFICO PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CES nº 197, de 13 de setembro de 2007. Instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 6o, inciso V, do Decreto no 5.773/2006.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CES nº 564, de 10 de dezembro de 2015. Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

RESOLUÇÕES DA UFPI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Portaria PREG/CAMEN N° 330. Aprova as diretrizes para o TCC dos Cursos de Graduação da UFPI. Disponível em: <https://ufpi.br>> Acesso em: 18 abr. 23.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Resolução CEPEX nº 177/12, de 5 de novembro de 2012 - Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <<https://ufpi.br/resolucoes-da-ufpi-preg>> Acesso em: 18 abr. 23.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Resolução CEPEX nº 054/17 – Dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na UFPI. Disponível em: <https://ufpi.br/images/CCE/RESOLU%C3%87%C3%95ES/Resolu%C3%A7%C3%A3o_054-2017.pdf> Acesso em: 18 abr. 23.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Instrumento de Avaliação de cursos de graduação Presencial e a distância: Reconhecimento Renovação de Reconhecimento. Brasília-DF: 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf Acesso em: 18 abr. 23

APÊNDICES

a) Regulamento do Estágio

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês da UFPI, na modalidade presencial, é regido em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394/1996, de 20/12/1996, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura voltados à formação inicial de professores da Educação Básica, Resolução CNE/CP nº 02 de 1º de julho de 2019, Resolução CEPEX/UFPI nº 220 de 28 de setembro de 2016, na Resolução 177/12 CEPEX/ UFPI de 05/11/2012 e na Lei nº 11.788 de 25.09.2008.

DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês da UFPI observará os seguintes princípios:

- I. Unidade entre teoria e prática, tendo em vista a superação das dicotomias entre essas dimensões;
- II. Parceria entre a universidade e as instituições co-formadoras, assim como entre os profissionais que atuam nesses dois contextos, responsáveis pelo acompanhamento das atividades de estágio;
- III. Concretização de experiências de práticas pedagógicas que contemplem o planejamento, a ação/reflexão/ação;
- IV. Articulação entre o currículo do curso e os aspectos práticos da educação básica.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês da UFPI visa a oferecer ao estudante a oportunidade de:

- I. Observar situações reais de seu campo de trabalho, de modo a ampliar o conhecimento e a formação teórico-prática construídas no processo do curso;
- II. Vivenciar situações de elaboração, execução e avaliação de atividades na área específica de seu estágio;

III. Analisar criticamente as condições observadas com base nos conhecimentos adquiridos, identificando problemas, refletindo sobre eles e propondo estratégias de intervenção no contexto da educação básica.

CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG, em unidades que tenham condições de:

- I. proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;
- II. dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário;
- III. existência de convênio entre a UFPI e as instituições co-formadoras.

§ único. O termo de compromisso de estágio (TCE) constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a UFPI e a parte concedente.

ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

5º. A gestão do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês envolve:

- I. Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG;
- II. Coordenação de Estágio Supervisionado;
- III. Professor Orientador de Estágio;
- IV. Supervisor de campo (caso o estágio seja realizado fora da UFPI);
- V. Estudante Estagiário.

I - COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO (CGE)/PREG;

Art. 6º- A Coordenação Geral de Estágio (CGE) da PREG tem como funções básicas:

- a) Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado na UFPI;

- b) Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios;
- c) Assessorar as coordenações de estágios nos cursos, na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio supervisionado, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- d) Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- e) Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

II - COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 6º- São atribuições da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Letras - Português e Francês:

- I. Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas, ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;
- II. Informar à CGE/PREG os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;
- III. Elaborar a cada semestre, junto com o Professor Orientador, as programações de Estágio Curricular Supervisionado que serão enviadas a CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;
- IV. Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- V. Encaminhar, juntamente com o Professor Orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos) de estágio;
- VI. Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- VII. Realizar seminário de integração dos estágios, juntamente com os professores, orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas;
- VIII. Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso;
- IX. Realizar estudos, seminários, encontros de formação e/ou demais atividades que fortaleçam os princípios do Estágio Curricular Supervisionado, em articulação com os professores orientadores.

III - PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Art. 7º- O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado é, preferencialmente, efetivo do quadro da UFPI, responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- a) Orientar e supervisionar o máximo 15 (quinze) estagiários simultaneamente, por turma;
- b) Elaborar, junto ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado do curso, a programação semestral de estágios;
- c) Orientar os alunos, na elaboração dos seus planos de ensino e nos relatórios de estágio;
- d) Orientar a execução das atividades dos estagiários;
- e) Avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
- f) Enviar ao coordenador de estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos alunos sob a sua responsabilidade.

IV - SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 8º O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, preferencialmente, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades, tem como atribuições:

- a) Orientar e supervisionar os estagiários;
- b) Avaliar, periodicamente, o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizados pela UFPI.

§ único. Caso o estágio se realize em projetos da própria instituição, tais como cursos de extensão universitária, programas de iniciação a docência, Idiomas sem Fronteiras etc., o professor responsável pelo projeto em questão deverá atuar como supervisor do estágio, ou o próprio orientador do estágio desempenhará também essa função.

V - ESTUDANTE ESTAGIÁRIO

Art. 9º São atribuições do estudante estagiário:

- a) Cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado;

- b) Respeitar as normas regimentais e disciplinares da Instituição na qual o estágio for realizado;
- c) Planejar com o professor orientador e supervisor as atividades do estágio;
- d) apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;
- e) Comparecer aos encontros com o professor orientador;
- f) Apresentar um relatório ao final do estágio de acordo com as normas institucionais, bem como, socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o estágio.

CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 10 O estágio curricular supervisionado deverá ocorrer nos períodos finais do curso, com carga horária mínima de 405h, em instituições conveniadas da educação básica das redes de ensino público e/ou privado da educação básica, filantrópicas e outros, em conformidade com as diretrizes para formação de professores.

Parágrafo único: A carga horária do estágio curricular supervisionado será distribuída em 3 (quatro) estágios com carga horária de 135 horas cada. Neles, serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) Observação destinada a propiciar ao aluno, o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno;
- b) Participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula; Docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio;
- c) Elaboração e execução de projetos de intervenção que visem à melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

AVALIAÇÃO

Art. 11 A Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Letras – Português e Francês, com os professores orientadores do estágio, devem elaborar

critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

Art. 12 A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

Art.13 Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

- I. A avaliação realizada pelo supervisor de campo do estágio, com base no formulário específico encaminhado ao professor orientador, obedecendo ao cronograma da Coordenação de Estágio de cada curso;
- II. A avaliação do professor orientador com base no cumprimento do plano de trabalho e relatório final;
- III. Além dos instrumentos supracitados poderão ser empregados outros, conforme previsto no PPC de cada curso.

§1º O PPC do curso deverá estabelecer critérios de aprovação para o Estágio Curricular Supervisionado, conforme Resolução CEPEX n.º 177/2012.

§2º As atividades de estágio não podem ser realizadas através de atividades domiciliares.

Art. 14 Os estagiários que exercem atividade de docência regulares e comprovadas na educação básica poderão ter redução de carga horária em até 50% (cinquenta por cento) horas do estágio curricular supervisionado na forma da legislação federal em vigor e apresentar documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação, mediante requerimento de redução de carga horária.

§1º Compete à Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado, juntamente com o professor orientador, a análise do pedido e a emissão de parecer que deverá ser encaminhado ao colegiado do Curso de Letras Francês - Português e à Câmara de Ensino- CAMEN.

ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO DA INTEGRAÇÃO DO ENSINO NO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS FRANCÊS - PORTUGUÊS COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 15 Um dos aspectos mais relevantes da formação de professores é a estreita relação entre a escola da educação básica e a Instituição formadora. Assim, o curso de licenciatura em Letras-Francês/Português deve estabelecer coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, enfatizando:

- a) A compreensão da diversidade de situações concretas em que a escola está inserida, implicando ações efetivas;
- b) A interação entre professores universitários (formadores) e da educação básica, a fim de propiciar atualização curricular permanente da escola de educação básica e da instituição formadora;
- c) O conhecimento dos instrumentos normativos da Educação Básica;
- d) A promoção de experiências formativas inovadoras no cotidiano da educação escolar;
- e) A integração da formação pedagógica e dos conteúdos da área de conhecimento;
- f) O estímulo aos processos formativos envolvendo as práticas de gestão e o processo de ensino aprendizagem, por meio de encontros, discussões, seminários com professores da Educação Básica e docentes e licenciandos da UFPI como forma de manter um diálogo aberto entre a Universidade e a Escola;
- g) A divulgação e o debate dos processos desenvolvidos e os resultados alcançados por meio de publicações, participação em eventos científicos e recursos eletrônicos;
- h) Participação dos professores orientadores de estágio em atividades no campo de estágio (ou seja, na escola de educação básica) envolvendo representações em conselhos, participação no planejamento de atividades educativas, etc.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do Curso de Letras Francês - Português e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

b) Regulamento do TCC

Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC

(Portaria CAMEN/PREG nº 330/2017)

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma produção acadêmica individual e obrigatória que deve expressar as competências e habilidades desenvolvidas pelos estudantes, assim como os conhecimentos adquiridos durante o curso de graduação em Letras Português e Francês.

Art. 2º. O TCC tem carga horária de 120 horas, que será distribuída em 3(três) períodos letivos, assim especificados:

- a) TCC I (45 h) no 8º semestre do curso;
- b) TCC II (45 h) no 9º semestre do curso;
- c) TCC III (30 h) no 10º semestre do curso.

Art. 3º. O TCC poderá ser realizado em língua portuguesa ou em língua francesa, sob a forma de monografia, artigo científico, relato de experiência, roteiro documental com audiovisual ou outras formas definidas e aprovadas pelo Colegiado do Curso,

DOS OBJETIVOS DO TCC

Art. 4º. O TCC tem como objetivos:

- I. Articular os conteúdos curriculares do curso para ampliação do campo de conhecimento;
- II. Promover o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante;
- III. Ampliar a capacidade quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- IV. Consolidar a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico na organização, sistematização e aprofundamento do tema abordado, respeitando o nível de graduação.

DAS ETAPAS DO TCC

Art. 5º. As atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- I. Elaboração do projeto de TCC, na disciplina de TCC I;
- II. Desenvolvimento do projeto de TCC, culminando em uma das modalidades: monografia, artigo científico, relato de experiência, roteiro documental com audiovisual ou outras modalidades definidas e aprovadas pelo Colegiado do Curso, com apresentação/defesa pública perante uma banca examinadora, na disciplina de TCC II;

III. Revisão/correção, entrega da versão final do TCC e adaptação para publicação, juntamente com o professor orientador, na disciplina de TCC III.

DA COORDENAÇÃO DE TCC

Art. 6º. O Curso de Licenciatura em Letras Português e Francês terá uma **coordenação** própria para o TCC, com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do trabalho.

Parágrafo único. A Coordenação de TCC será exercida por um professor efetivo do Curso de Licenciatura em Letras Português e Francês, eleito pela assembleia departamental e nomeado pelo (a) diretor (a) do Centro de Ciências Humanas e Letras-CCHL para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução.

DA ORIENTAÇÃO DO TCC

Art. 7º. A orientação do TCC é de responsabilidade de docente efetivo lotado na Coordenação de Letras Estrangeiras (CLE) da UFPI.

§ 1º Em casos excepcionais justificados e dependendo da especificidade da temática, mediante aprovação prévia do Colegiado do Curso, o estudante poderá ser orientado por um docente de outro curso da UFPI de área afim.

§ 2º Professor substituto poderá orientar o TCC, desde que seu contrato não exceda o prazo de revisão/correção, entrega da versão final e adaptação do TCC para publicação, etapas que se efetivam na disciplina TCC III.

Art. 8º. Se houver necessidade, o TCC poderá ser desenvolvido com a participação de um coorientador integrante dos quadros da UFPI ou de outra IES, efetivo ou substituto, justificada pela particularidade do tema, com aceite expresso do orientador, do orientando e do colaborador, que auxiliará na orientação, mediante aprovação da Coordenação de TCC e do Colegiado do Curso.

Art. 9º. O professor em regime integral de 40 (quarenta) horas semanais ou de dedicação exclusiva orientará, no máximo, 4 (quatro) trabalhos de conclusão de curso em cada disciplina de TCC, considerando que a sistemática de orientação é cumulativa nas disciplinas de TCC I, TCC II e TCC III.

Parágrafo único. Esse quantitativo do limite de orientação de TCC por professor em regime integral de 40 (quarenta) horas semanais ou de dedicação exclusiva diminui para, no máximo, 2 (dois) trabalhos quando o docente estiver orientando dissertação de mestrado e/ou tese de doutorado em programa de pós-graduação *stricto sensu* da UFPI.

Art. 10. O professor em regime parcial de 20 (vinte) horas semanais orientará, no máximo, dois trabalhos de conclusão de curso em cada disciplina de TCC.

Parágrafo único. Esse quantitativo do limite de orientação de TCC por professor em tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais diminui para 1 (um) trabalho quando o docente estiver orientando dissertação de mestrado e/ou tese de doutorado em programa de pós-graduação *stricto sensu* da UFPI.

Art. 11. As especificidades, as necessidades de flexibilização de limites e os problemas relacionados à distribuição e ao quantitativo de trabalhos de conclusão de curso por cada professor serão solucionados pela Coordenação de TCC de acordo com a demanda de cada período letivo.

Art. 12. Para formalizar a orientação do TCC, orientador e orientando assinarão um Termo de Compromisso, elaborado pela Coordenação de TCC, constituindo-se em um instrumento bilateral, com responsabilidades mútuas, podendo ser rompido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante justificativa apresentada à Coordenação de TCC.

§ 1º O orientador tem o direito de desistir da orientação do TCC, devendo apresentar a justificativa à Coordenação de TCC.

§ 2º O orientando tem o direito de solicitar mudança de orientador do TCC, desde que apresente justificativa à Coordenação de TCC.

§ 3º O orientando que desistir do TCC, seja na etapa do TCC I, TCC II ou TCC III, deverá comunicar ao orientador e à Coordenação de TCC.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 13. Compete ao Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

- I. Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
- II. Convocar, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCCs;
- III. Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisas;
- IV. Auxiliar os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação;
- V. Coordenar agendas de apresentação dos TCCs, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos bem como para a comunidade em geral;
- VI. Disponibilizar para os alunos manual atualizado de apoio à elaboração dos TCCs.

Parágrafo único. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) poderá auxiliar a Coordenação de TCC na busca de estratégias para cumprimento das atividades pertinentes aos trabalhos de conclusão de curso.

Art. 14. Compete ao professor orientador:

- I. Orientar o desenvolvimento do trabalho **a partir da disciplina TCC II**;
- II. Sugerir nomes para as bancas examinadoras, em comum acordo com seus orientandos;

- III. Participar, na condição de presidente, da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC;
- IV. Avaliar e atribuir a primeira nota da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II;
- V. Contatar com o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho.

Art. 15. Compete ao orientando:

- I. Escolher a linha de pesquisa, conforme disponibilidade do professor;
- II. Elaborar e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação do professor da disciplina TCC I;
- III. Cumprir as normas e prazos;
- IV. Entregar 1 (uma) cópia impressa e/ou digital para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com no máximo 15 dias de antecedência da apresentação de TCC;
- V. Participar de reuniões e outras atividades relativas ao TCC, para as quais for convocado;
- VI. Cumprir o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo professor orientador;
- VII. Submeter a versão final do TCC para publicação com o orientador;
- VIII. Entregar a versão final do TCC no ambiente virtual de aprendizagem SIGAA, na área da disciplina TCC III;
- IX. Acatar outras orientações referentes ao TCC.

DOS FORMATOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 16. O TCC pode ser desenvolvido e apresentado **em língua portuguesa ou francesa**, e seu formato varia de acordo com a modalidade escolhida em comum acordo entre orientador e orientando, devendo obedecer às características e funcionalidade de cada gênero acadêmico, conforme especificadas:

I-Monografia: A versão do TCC no formato de monografia a ser submetida à banca examinadora deverá apresentar as características e funcionalidade desse gênero acadêmico e ter entre 30 (trinta) e 50 (cinquenta) páginas, sem contar os elementos pré-textuais e os anexos ou apêndices.

II-Artigo científico: A versão do TCC no formato artigo científico a ser submetida à coordenação do TCC deverá contemplar as características e funcionalidade desse gênero acadêmico e ter entre 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) páginas com comprovação de submissão juntamente com o orientador, **bem como aceite por revista indexada**. Tal comprovação elimina a necessidade de instauração de banca examinadora, sendo o estudante aprovado com

nota máxima em TCC II e III. O comprovante de aceite poderá ser apresentado em TCC II e a versão publicada do artigo em TCC III, para fins de consolidação da disciplina.

III- Relato de experiência: A versão do TCC no formato relato de experiência, a ser submetida à banca examinadora, deverá atender as características desse gênero acadêmico, ter entre 15 (quinze) e 20 (vinte) páginas e ser relacionada, obrigatoriamente, às áreas de Literatura, Linguística ou Ensino de Língua Estrangeira, a partir de um projeto de intervenção como orientação da pesquisa-ação.

IV- Roteiro documental com audiovisual: Roteiro escrito, de no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) páginas (sem contar o *storyboard*), formatado para produção de material audiovisual, a ser realizado como documentário autoral acerca de tema relevante para a Literatura, Linguística ou Ensino de Língua Estrangeira, contendo ao final: pesquisa temática, *storyboard* e arquivo de vídeo. É obrigatória a apresentação pública dos materiais produzidos, a entrega do roteiro e o documentário em vídeo.

DA AVALIAÇÃO

Art. 17. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser avaliado em 3 (três) etapas, nos seguintes componentes curriculares: Trabalho de Conclusão de Curso I (elaboração do projeto de TCC), Trabalho de Conclusão de Curso II (elaboração do texto e apresentação do TCC perante uma banca examinadora ou comprovação de aceite de artigo por revista indexada) e Trabalho de Conclusão do Curso III (revisão/correção, entrega da versão final e submissão para publicação).

Art. 18. A avaliação do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I ocorrerá no antepenúltimo semestre do curso e será realizada pelo professor da disciplina, tendo como objeto o projeto de TCC, com base nos seguintes elementos: delimitação do tema, formulação ou identificação do problema, hipótese (se houver), objetivos, fundamentação teórica (quando houver), metodologia, cronograma de execução e referências (se houver).

Parágrafo único: Se o projeto de TCC se enquadrar nas exigências da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, deverá ser submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFPI para fins de análise e aprovação.

Art. 19. Para avaliação do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, o professor orientador deverá sugerir, em comum acordo com o aluno orientando, a banca examinadora da apresentação, que deverá ser composta pelo orientador, dois membros titulares e um suplente, para ser homologada pela Coordenação do TCC. O orientador deve atribuir a primeira nota da disciplina TCC II, avaliando o desempenho do discente nas etapas de orientação.

§ 1º O co-orientador, caso exista, não poderá ser indicado como componente da banca examinadora.

§ 2º Somente um dos componentes da banca examinadora poderá não integrar o quadro de docentes efetivos da UFPI.

Art. 20. O TCC deverá ser depositado em quatro vias para a Coordenação do Curso, ou enviado eletronicamente aos membros da banca examinadora pelo orientando, de acordo com as orientações vigentes, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para a

apresentação, conforme cronograma estabelecido pela Coordenação de TCC e prazo constante no calendário universitário para o semestre.

Art. 21. A avaliação do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II acontecerá no penúltimo semestre do curso e consistirá na apresentação do TCC em sessão pública, previamente marcada, perante uma banca examinadora, composta pelo orientador e dois membros convidados, com o cumprimento das seguintes normas:

I – Até vinte minutos para apresentação oral pelo orientando;

II – Até quinze minutos para cada membro da banca examinadora proceder a arguições e comentários que julgar pertinentes;

III – Até quinze minutos para posteriores respostas do orientando.

§ 1º Em caso de impossibilidade da realização de apresentação presencial, a apresentação do TCC poderá ocorrer virtualmente em plataformas digitais.

§ 2º O público presente em ambiente presencial ou virtual não poderá se manifestar durante a apresentação do TCC pelo orientando.

Art. 22. Em caso de impedimento ou falta devidamente justificada do orientando na data e horário marcado para apresentação do TCC, o presidente da banca examinadora informará o fato à Coordenação do TCC, que marcará nova data para a apresentação.

Art. 23. Em caso de ocorrências excepcionais durante a apresentação, o presidente da banca examinadora informará os fatos à Coordenação do TCC, que providenciará a marcação de nova data para apresentação.

Art. 24. A avaliação do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II é de responsabilidade do orientador (primeira nota) e dos dois membros da banca examinadora (segunda e terceira notas, respectivamente), que levarão em consideração a parte escrita do TCC e a apresentação oral.

Art. 25. Na avaliação da escrita do TCC, os membros da banca examinadora deverão levar em conta os seguintes aspectos:

I - Qualidade da apresentação gráfica, redação e correção;

II - Resumo com as informações necessárias e adequadas;

III - Delimitação do tema, formulação do problema, hipótese ou suposição e objetivos claramente definidos;

IV - Fundamentação teórica adequada;

V - Citações diretas e indiretas arroladas com a devida autoria, no formato adequado e corretamente referenciado;

VI - Metodologia adequada e coerente com os objetivos propostos;

VII - Discussão e análise fundamentada na teoria de base e coerente com os objetivos propostos;

VIII – Considerações finais estabelecidas de forma clara e coerente com a proposição, os resultados obtidos e a discussão realizada;

IX - Bibliografia em formato adequado e coerente;

X - Capacidade de síntese;

XI - Apresentação clara e consistente, com uso adequado do tempo disponível;

XII - Respostas adequadas às arguições da banca examinadora.

Art. 26. Na parte relativa à defesa/apresentação oral do TCC, os seguintes critérios deverão ser observados pelos membros da banca examinadora:

I – Domínio da linguagem e conteúdo;

II – Aspectos metodológicos;

III – Originalidade e senso crítico;

IV – Adequação dos objetivos, resultados e conclusão;

V – Adequação do material audiovisual;

VI – Adequação ao tempo de apresentação.

Art. 27. Compete à banca examinadora, ao final da apresentação do TCC e após reunião entre os componentes, emitir parecer geral de aprovação ou reprovação do TCC, sem menção pública de nota na Ata de defesa. O conceito deve constar somente no diário de classe.

Art. 28. O orientador presidirá a banca examinadora na sessão de apresentação do TCC, após a qual consolidará as avaliações emitidas pelos membros, redigirá a ata, providenciará a assinatura de todos os componentes, fará a leitura da ata para dar conhecimento do resultado (aprovado ou reprovado) e entregará as vias do documento à Coordenação de TCC.

Art. 29. A nota final da apresentação do TCC será o resultado da média aritmética das notas dos membros da banca examinadora e do orientador, sendo aprovado o orientando que obtiver a média aritmética de, no mínimo, sete pontos inteiros.

Art. 30. Será reprovado no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, o orientando que não apresentar o TCC, por motivo não justificado, no prazo estabelecido, apresentar trabalho que a banca examinadora julgue impróprio para apresentação ou não obtiver a nota mínima de sete pontos inteiros.

Art. 31. A avaliação do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso III ocorrerá no último semestre do curso e será realizada pelo orientador, levando-se em conta a revisão/correção, submissão para publicação e entrega da versão final do TCC à Coordenação de TCC.

Art. 32. Após a revisão/correção e submissão do trabalho para publicação com o orientador, o orientando deverá entregar uma cópia da versão final do TCC em arquivo eletrônico ao orientador, que a cadastrará na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso III para fins de arquivo em banco de dados.

Parágrafo único. A revisão, correção e entrega da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso é de responsabilidade do orientando.

Art. 33. Em caso de plágio, devidamente comprovado, em qualquer etapa dos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II ou Trabalho de Conclusão de Curso III, o orientando será reprovado.

Art. 34. A nota mínima para aprovação nos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II e Trabalho de Conclusão de Curso III é de 7 (sete) pontos inteiros.

Art. 35. Em se considerando a natureza do Trabalho de Conclusão de Curso, o orientando que for reprovado em qualquer um dos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II ou Trabalho de Conclusão de Curso III, seja qual for o motivo da reprovação em prazo regular, não terá o direito de realizar exame final.

Art. 36. O aluno reprovado em qualquer um dos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II ou Trabalho de Conclusão de Curso III poderá matricular-se novamente no semestre subsequente no componente curricular em que foi reprovado.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. Este regulamento se aplica aos alunos do Curso de Licenciatura em Letras Português e Francês, do Campus Ministro Petrônio Portela da UFPI, sediado em Teresina.

Art. 39. Caberá ao coordenador de TCC disponibilizar este regulamento aos discentes e seus orientadores, bem como instanciar os trabalhos apresentados em repositório para guarda e divulgação.

Art. 38. Os casos não previstos neste Regulamento serão analisados e resolvidos pela Coordenação de TCC, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante – NDE e o Colegiado do Curso, no que couber a cada uma das partes.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 512, DE 12 DE JUNHO DE 2023

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social, da Universidade Federal Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 12/06/2023 e, considerando:

- o Processo eletrônico nº 23111.049710/2022-76;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social, da Universidade Federal do Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella, conforme documento anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 42, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, justificando-se a urgência em virtude da necessidade imediata de avaliação do curso pelo Ministério da Educação (MEC).

Teresina, 12 de junho de 2023


GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS UNIVERSITARIO MINISTRO PETRONIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DE LETRAS
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL



**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**TERESINA – PIAUÍ
2023**

Assinatura manuscrita em azul, provavelmente de um representante institucional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS UNIVERSITARIO MINISTRO PETRONIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DE LETRAS
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL



**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Projeto Político-Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Campus Universitário Ministro Petrônio Portella da Universidade Federal do Piauí do Piauí, no município de Teresina – Piauí, a ser implementado em 01/2024.

**TERESINA – PIAUÍ
2023**

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Silviana'.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITOR

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR (A) DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Luís Carlos Sales

PRÓ-REITOR (A) DE ADMINISTRAÇÃO

Prof^a. Dr^a. Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof^a. Dr^a. Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR (A) DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Junior

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof^a. Dr^a. Regilda Saraiva Dos Reis Moreira Araujo

PRÓ-REITOR (A) DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof^a. Dr^a. Deborah Dettmam Matos

PRÓ-REITOR (A) DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof^a. Dr^a. Monica Arrivabene



PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**Ana Beatriz Sousa Gomes**

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Eliese Idalino Rodrigues

Coordenadora Geral de Graduação

Maria Rosália Ribeiro Brandim

Coordenadora Geral de Estágio

Francisco Newton Freitas

Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Leomá Albuquerque Matos

Diretor de Administração Acadêmica

Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva

Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

Maycon Silva Santos

Coordenadora de Seleção e Programas Especiais



CAMPUS UNIVERSITARIO MINISTRO PETRONIO PORTELLA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

DIRETORA

Prof^ª. Dr^ª. Edna Maria Goulart Joazeiro

VICE-DIRETOR

Prof. Dr. João Benvindo de Moura.

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Iracilda Alves Braga

SUBCHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Cristina Moura Costa

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Rosilene Marques Sobrinho De França

SUBCHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Mauriceia Ligia Neves da Costa Carneiro

COORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Sofia Laurentino Barbosa Pereira

SUBCOORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Masilene Rocha Viana

COORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Cristina Moura Costa

SUBCOORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Cronemberger Sobral



COORDENADORA DE ESTÁGIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Prof^ª. Dr^ª. Lúcia da Silva Vilarinho

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Prof^ª. Dr^ª. Iolanda Carvalho Fontenele

Prof^ª. Dr^ª. Iracilda Alves Braga

Prof^ª. Dr^ª. Lúcia da Silva Vilarinho

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Cristina Moura Costa

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Cristina Moura Costa

Prof^ª. Dr^ª. Iolanda Carvalho Fontenele

Prof^ª. Dr^ª. Mauriceia Ligia Neves Da Costa Carneiro

Prof^ª. Dr^ª. Guiomar De Oliveira Passos

Prof^ª. Dr^ª. Sofia Laurentino Barbosa Pereira Membro

Prof^ª. Dr^ª. Rita De Cassia Cronemberger Sobral

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2021-2023)

Prof^ª. Dr^ª. Sofia Laurentino Barbosa Pereira - Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Masilene Rocha Viana – Vice-Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Iracilda Alves Braga – Titular

Prof. Dr. Alejandro Raul Gonzalez Labale – Titular

Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Sobral – Suplente

Prof^ª. Dr^ª. Rossana Maria Marinho Albuquerque – Suplente

Representação estudantil: Gleyson Willian Silva Carneiro – Titular

Representação estudantil: Marina Queiroz Moura– Suplente

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2023-2025)

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Cristina Moura Costa - Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Rita De Cassia Cronemberger Sobral – Vice-Presidente

Prof^{fa}. Dr^a. Iracilda Alves Braga – Titular
Prof. Dr. Alejandro Raul Gonzalez Labale – Titular
Prof^{fa}. Dr^a. Mauriceia Ligia Neves Da Costa Carneiro – Suplente
Prof^{fa}. Dr^a. Rossana Maria Marinho Albuquerque – Suplente
Representação estudantil: Gleyson Willian Silva Carneiro - Titular
Representação estudantil: Marina Queiroz Moura - Suplente

CORPO DOCENTE EFETIVO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Prof^{fa}. Dr^a. Edna Maria Goulart Joazeiro
Prof^{fa}. Dr^a. Francineide Pires Pereira
Prof^{fa}. Dr^a. Guiomar de Oliveira Passos
Prof^{fa}. Dr^a. Iolanda Carvalho Fontenele
Prof^{fa}. Dr^a. Iracilda Alves Braga
Prof^{fa}. Dr^a. Lila Cristina Xavier Luz
Prof^{fa}. Dra. Lúcia da Silva Vilarinho
Prof^{fa}. Dr^a. Lúcia Cristina dos Santos Rosa
Prof^{fa}. Dr^a. Masilene Rocha Viana
Prof^a Dr^a Mauriceia Ligia Neves da Costa Carneiro
Prof^{fa}. Dr^a. Réia Silvia Rios Magalhães
Prof^{fa}. Dr^a. Rita de Cássia Cronemberger Sobral
Prof^{fa}. Dr^a Rosilene Marques Sobrinho de França
Prof^{fa}. Dr^a. Solange Maria Teixeira
Prof^{fa}. Dr^a Sofia Laurentino Barbosa Pereira
Prof^{fa}. Dr^a Teresa Cristina Moura Costa

CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EFETIVO

Cícero Rodrigues de Sousa (lotado no Departamento de Serviço Social)
Mayra de Sousa Gomes (lotada na Coordenação de Serviço Social)



IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA**MANTENEDORA:**

FUFPI

RAZÃO SOCIAL:

Universidade Federal do Piauí

SIGLA:

UFPI

NATUREZA JURÍDICA:

Pública

CNPJ:

06.517.387/0001-34

ENDEREÇO:

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP: 64049-550

CIDADE:

Teresina

TELEFONE:

(86) 3215-5511

E-MAIL:

scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA:www.ufpi.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**DENOMINAÇÃO DO CURSO:**

Serviço Social

NÍVEL:

Graduação

GRAU:

Bacharelado

CRIAÇÃO DO CURSO:

O Curso de Serviço Social da UFPI foi criado em 01/12/1976 (Resolução CONSUN/UFPI – Doc. 02/76)

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria do MEC em 07/07/1983 (Documento 313, data da publicação 12/07/1983)

TÍTULO ACADÊMICO:

Bacharel em Serviço Social

MODALIDADE:

Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínimo: 8 semestres letivos (4 anos)

Máximo: 14 semestres letivos (7 anos)¹**ACESSO AO CURSO:**

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC e de acordo com Edital específico da UFPI.

REGIME LETIVO

Sistema de Crédito

VAGAS AUTORIZADAS:

50 vagas no primeiro semestre

OFERTA DO CURSO:

SEMESTRE LETIVO	TURNO(S)	QUANTIDADE DE VAGAS
1º SEMESTRE	vespertino/ noturno	50

ESTRUTURA CURRICULAR:

¹ Para alunos(as) com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no curso.



ANO/ PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO	CARGA HORÁRIA POR PERÍODO LETIVO		
	MÍNIMA	MÉDIA	MÁXIMA
2024	255/17	308/20	360/24

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	1.890 h	126
Disciplinas Optativas	120 h	8
Trabalho de Conclusão de Curso	195 h	13
Atividades Complementares	120 h	-
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	450 h	30
Atividades Curriculares de Extensão	315 h	-
TOTAL	3090 h	



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO	18
1.1 JUSTIFICATIVA: POR QUE REVISAR?	18
1.1.1 A construção e revisão do projeto político-pedagógico da UFPI	20
1.1.2 Reconfigurações do mundo do trabalho, Reforma do Estado e o Serviço Social	21
1.2 CONTEXTO REGIONAL E LOCAL	25
1.3 HISTÓRICO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFPI E DO CURSO	31
2 CONCEPÇÃO DO CURSO	32
2.1 AS DIRETRIZES CURRICULARES E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	32
2.2 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	33
2.3 OBJETIVOS DO CURSO	33
2.4 PERFIL DO EGRESSO	34
2.5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	35
2.6 PERFIL DO CORPO DOCENTE	36
3 PROPOSTA CURRICULAR	37
3.1 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	37
3.2 FORMA DE INGRESSO	39
3.3 CONTEÚDOS CURRICULARES	39
3.3.1 Os núcleos de fundamentação da formação	40
3.4 DISCIPLINAS OPTATIVAS	43
3.5 ARTICULAÇÃO COM OUTROS DEPARTAMENTOS E COORDENAÇÕES	45
3.6 ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO	46
3.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	49
3.8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	58
3.9 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO – ACE	72



3.10 MATRIZ CURRICULAR	75
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	78
4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	78
4.1.1 A Iniciação Científica	78
4.1.2 Os núcleos e diretórios de pesquisa	79
4.1.3 O Programa de Educação Tutorial - PET	80
4.1.4 O Programa de Extensão Universitária para Pessoas Idosas - PTIA	81
4.2 A RELAÇÃO DA GRADUAÇÃO COM A PÓS-GRADUAÇÃO	82
4.3 APOIO AO DISCENTE	84
5 METODOLOGIA E SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	86
5.1 O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	86
5.1.1 Avaliação da aprendizagem	87
5.2 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	88
6 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA	90
7 ORGANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	153
7.1 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ACADÊMICA	153
7.1.1 O colegiado de curso de Serviço Social	153
7.1.2 O Núcleo Docente Estruturante – NDE	153
7.2 LOCAL DE FUNCIONAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS	154
7.3 BIBLIOTECA	155
8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	155
8.1 EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS	155
8.2 CLAUSULA DE VIGÊNCIA	161
REFERÊNCIAS	162
ANEXOS	168
FLUXOGRAMA	169
RELATÓRIO DO NDE REFERENDANDO AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170

APRESENTAÇÃO

A questão social e os desafios ao Serviço Social como profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho em uma sociedade de constantes mudanças exigem dos que fazem a Universidade, particularmente dos que se comprometem cotidianamente com a formação acadêmica nessa área, o zelo quanto à renovação de suas práticas e uma vigilância crítica quanto à adequação do instrumento fundamental orientador da formação: o projeto pedagógico.

Essa vigilância, preocupação especial da Coordenação e do Departamento de Serviço Social em suas últimas gestões, materializa-se no presente documento, que confere substância a inúmeros esforços do Núcleo Docente Estruturante que, desde sua formação², manteve a consciência da necessidade de revisar o projeto pedagógico do curso, realizando inúmeras incursões (reuniões periódicas, oficinas, pesquisas exploratórias junto aos(as) docentes e discentes, entre outras), visando amadurecer reflexões acerca dos principais problemas apresentados no curso desde a implantação do último projeto pedagógico e encontrar caminhos de superá-los.

Assim, o Projeto Pedagógico ora apresentado nasce de um esforço concentrado e coletivo no sentido de revisar o anterior. Portanto, não se trata de um novo currículo, mas uma reformulação da proposta curricular vigente, que foi construída em 2007 e reformulada em 2012, incluindo elementos e conteúdos demandados institucionalmente e pelas entidades representativas da profissão, como será apresentado ao longo desse documento.

Tendo nascido tardiamente, o Projeto Pedagógico vigente só tomou corpo em 2007, depois de um longo período de dificuldades internas do curso para encontrar formas de

² O Núcleo Docente Estruturante foi criado através da Portaria n° 66, de 23 de Julho de 2010 da Pro-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG/UFPI) atendendo ao que estabelece a Portaria Normativa n° 5, de 22 de fevereiro de 2010 do MEC. Na referida Portaria foram designados para compor o NDE do Curso de Serviço Social, do Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, as seguintes professoras: Lila Cristina Xavier Luz, Lúcia da Silva Vilarinho, Maria do Rosário de Fátima e Silva, Marlúcia Valéria da Silva e Masilene Rocha Viana. Nele já marcaram presença ativa também as professoras Rita de Cássia Cronemberger Sobral, Lúcia Cristina dos Santos Rosa e Solange Maria Teixeira. Assim, o esforço aqui sintetizado de revisar o projeto espelha trabalho de uma equipe para além da que compõe o núcleo ao longo dos anos. A Primeira proposta apresentada pelo Núcleo Estruturante não foi aprovada e houve uma recomposição do Núcleo Estruturante em 2014 e 2018, dando continuidade ao processo de revisão, finalizadas no ano de 2022, com uma nova composição do NDE, com as seguintes docentes: Sofia Laurentino Barbosa Pereira, Iolanda Carvalho Fontenele, Iracilda Alves Braga, Lúcia da Silva Vilarinho e Teresa Cristina Moura Costa, conforme Portaria n° 012/2021-PREG/UFPI, de 20 de março de 2021.



materializar as diretrizes curriculares que datam de 1996. Assim, somente em 25 de janeiro de 2007 o curso de Serviço Social tem aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) seu projeto pedagógico (Resolução nº 13/2007), que deu a base para o quartocurrículo do curso, implantado em março do mesmo ano.

Tal projeto brotava de um imenso desafio, já que as Diretrizes Curriculares foram objeto de amplas discussões no interior das entidades da profissão, particularmente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e, mais que novas orientações curriculares, tais diretrizes nasciam apontando novos rumos à formação em Serviço Social no Brasil, consolidando uma direção social à profissão que se construía em décadas de renovação e reflexão crítica acerca do exercício e da formação profissional, trajetória teórico-política ímpar no mundo, projetando o Serviço Social brasileiro muito além de suas fronteiras³.

Associado a esse desafio, o tempo era de mudanças no panorama educacional brasileiro, sobretudo por conta da consolidação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu outra normalização para o Sistema Nacional de Educação, resultando na substituição da estrutura de currículos mínimos e plenos por Diretrizes Curriculares orientadoras dos projetos de formação em nível de graduação.

Ao longo do tempo, novos instrumentos e orientações nacionais, pareceres, entre outras normalizações foram agregando desafios aos que fazem a formação no cotidiano institucional, tais como:

- O Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara Superior de Educação (CES) 492/2001 – que homologa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Serviço Social e outros cursos, publicado no Diário Oficial da União de 09/7/2001, Seção 1, p. 50;
- O Parecer CNE/CES 1.363/2001 – que retifica o Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, publicado no Diário Oficial da União de 29/1/2002, Seção 1, p. 60.b;

³ Nesse processo, a profissão de Serviço Social mantém e reforça seu compromisso com uma direção social da profissão que entenda o trabalho como elemento fundante da sociabilidade humana, referenciando na tradição do pensamento crítico.



- A Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002 – que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 9/04/ 2002. Seção 1, p. 33;
- A Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2007 CNE/CES que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial⁴;
- A Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS;
- A Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Casa Civil da Presidência da República), que dispõe sobre os estágios de estudantes;
- A Resolução nº 533 do CFESS que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social;
- As Normas internas da UFPI quanto ao funcionamento dos cursos de graduação, aprovadas pela Resolução nº 177/12, de 5 de novembro de 2012 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX/UFPI);
- A Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010 do Conselho Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), que normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação;
- A Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- A Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos;
- A Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental;
- As orientações da Coordenadoria de Currículos (PREG/UFPI) quanto à inclusão de disciplinas novas na matriz curricular, que explorem os conteúdos pertinentes ao debate sobre a questão da diversidade, da linguagem de Libras, da extensão e outras;

⁴ Esta resolução estabelece que a carga-horária mínima para o curso de Serviço Social presencial é de 3.000h e que o tempo e que “os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso”.



- A Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que trata das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE2014-2024, conhecida como “Curricularização da Extensão” – Atividades Curriculares de Extensão (ACE), regulamentado na UFPI através da Resolução do CEPEX nº 053/2019.
- As orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) para a inclusão e o fortalecimento do debate da questão étnico-racial contribuindo para uma formação em Serviço Social antirracista, a partir do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão (graduada e pós-graduada), sintetizado no documento “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na Formação em Serviço Social”, de 2018 e na Plataforma Antirracista da ABEPSS;
- Os subsídios para o processo de curricularização da extensão nos cursos de Serviço Social, expressos no “Documento Preliminar acerca da curricularização da extensão” da ABEPSS, publicizado para discussão com as UFA’s em maio de 2021 e publicado em janeiro de 2023 com o título “Curricularização da Extensão e Serviço Social”.

Tendo sido uma das últimas IFES a implantar as Diretrizes Curriculares, o curso de Serviço Social da UFPI, tempos depois, tinha acesso ao relatório da pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares que fornecia ampla visão da questão nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) de Serviço Social.

No plano local, já era possível identificar inúmeros problemas quanto na implementação, o que ficou mais explícito a partir das análises nos programas de disciplinas realizados pela comissão de acompanhamento do currículo e, em particular a partir do resultado da aplicação de um questionário exploratório junto a discentes e docentes⁵.

⁵Esse trabalho resultou em relatório (2010), de autoria das professoras Lila Cristina X. Luz, Masilene Rocha Viana e Réia Sílvia Rios Magalhães, no qual são explicitados, segundo a ótica dos abordados, os principais problemas do curso. Foram elaborados e aplicados dois instrumentos para recolhimento de informações, um destinado aos docentes e outro aos discentes. O questionário dos docentes foi encaminhado, via e-mail, a todos os professores do DSS. O questionário dos discentes foi aplicado junto aos alunos ingressantes nos anos de 2007, 2008, bem como aqueles ingressantes em anos anteriores que se encontravam cursando disciplinas do Currículo IV. Ao todo 56 discentes e 5 docentes responderam ao questionário. Todos os docentes que responderam ao questionário pertenciam ao DSS e havia ministrado disciplina do novo currículo.



O ponto de partida desse trabalho foram as críticas que já se faziam realidade no cotidiano do curso e que ocorriam principalmente em torno do choque ou repetições de conteúdos em disciplinas, o peso, considerado “excessivo” dos fundamentos teóricos (seminários temáticos), em contraponto às necessárias disciplinas que aportem ao trabalho profissional, dentre outros elementos ⁶.

Nessa caminhada de buscar adequar o currículo às necessidades que se apresentavam, tivemos inclusive que encaminhar, para aprovação no CEPEX – e por recomendação da coordenação de currículos da PREG – uma pequena modificação na matriz curricular, quando ainda se processava internamente no NDE as reflexões mais amplas que redundaram no presente documento. Entrementes, o conjunto dessas novidades no plano das reorientações normativas e o monitoramento do processo de implementação estimulavam a convicção de que uma reorientação pedagógica precisava ser conduzida, o que foi levado a efeito por diversas composições do Núcleo Docente Estruturante nos últimos anos e se materializa no presente documento.

Ao longo dessa trajetória foram realizadas diversas reuniões com corpo docente, discente e técnico, consultas à diversas instâncias da Universidade, articulações com a ABEPSS, de modo a aprofundar e amadurecer o debate sobre o processo de formação no curso de Serviço Social da UFPI, construindo coletivamente a proposta aqui apresentada. Trata-se, portanto, de um documento cuja dimensão política e coletiva atravessa todo o seu conjunto.

Apresenta-se, nas páginas a seguir, um novo Projeto Político-Pedagógico para o curso de Serviço Social da UFPI, ou, de forma mais precisa, uma revisão no projeto vigente, conscientes de que a caminhada foi árdua para consolidar essa nova proposição: um novo ponto de chegada de um processo de amadurecimento, de acúmulo e reflexões sobre os óbices a uma formação acadêmica mais flexível, crítica e comprometida com os contornos renovados da questão social e atenta a indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão. Que seja um novo

⁶ Convém apontar que, embora não seja nossa intenção relatar aqui os resultados do aludido relatório, ele foi considerado peça fundamental a iluminar as decisões e reorientações aqui desenhadas quanto à exclusão de disciplinas, criação de outras, alteração de ementas, de cargas-horárias e outras diretrizes, como o fato de diminuir o número de disciplinas e horas por semestre, de forma a oferecer melhores condições para que os discentes e docentes possam obter maior qualidade no processo ensino-aprendizagem. Em tempos mais recentes e como produto a se associar à reflexão sobre o curso, foi produzida uma dissertação no âmbito do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, de uma egressa do curso de Serviço Social oriunda da primeira turma do currículo vigente, Amanda Furtado Mascarenhas Lustosa. A dissertação intitulada “Formação acadêmica do assistente social para atuar na Saúde Mental: tensionamentos entre a particularidade e a generalidade”, apresentada também em reunião do NDE, oferece ricas reflexões sobre a formação em Serviço Social na UFPI.



ponto de partida para um processo de ensino-aprendizagem e uma formação em Serviço Social atenta aos desafios do tempo presente.

1 INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA: POR QUE REVISAR?

A Universidade em sua tarefa de produzir e disseminar conhecimento cumpre importante tarefa na sociedade, constituindo-se enquanto instituição (e sujeito) fundamental nos processos de mudança, ao tempo em que sofre e é influenciada pelas transformações que se processam nos variados campos da vida social.

O Brasil das últimas décadas – e em particular a Universidade foi desafiada a encontrar novos rumos a seus velhos e atualizados problemas. A reorganização do capital - implicando na reconfiguração da questão social, em desafios à garantia dos direitos sociais de amplos setores, em mudanças no mundo do trabalho e em novas expressões que tomam as políticas públicas -, além das novas sociabilidades, diversidade cultural e do papel assumido pelas novas tecnologias, inclinaram a mudanças em diversas escalas. Em que pese inserir-se na sociedade a partir do lugar prioritário da produção do conhecimento e da formação técnica, mais do que nunca, a Universidade é chamada a alterar o seu curso, cuidando também das dimensões humana, social, cultural e política dos(as) discentes a ela vinculados.

No caso específico da formação em Serviço Social, inúmeras são as alterações, explícitas na reestruturação produtiva, no avanço e consolidação da sociedade do conhecimento e da informação; nas mudanças nos princípios e perfis das políticas públicas a partir da Constituição de 1988 e em face da reforma no aparelho do Estado que impôs políticas de corte neoliberal e de flexibilização nos processos e relações de trabalho. Essa contingência requereu a promoção de mudanças no espaço acadêmico orientadas para inovações nos conteúdos a abordar, na gestão pedagógica e administrativa e nos próprios processos avaliativos, no sentido de realinhá-los às exigências de um novo perfil de profissional, que seja polivalente e saiba trabalhar em equipe, sem a demarcação rígida de atribuições e com habilidades não só técnicas, mas também políticas e de gestão.

Mudanças no campo da academia impõem-se em função do fato de que a principal missão da Universidade gira em torno do preparo de futuros profissionais, tendo como



matéria-prima um produto de “longa maturação” (LEITE, 2005). Neste sentido, a Universidade é uma instituição que se antecipa, que trabalha no hoje, construindo o futuro, projetando seus usuários para um amanhã permeado pela incerteza.

Neste cenário, a demanda por um profissional versátil e flexível estabelece a necessidade de revisão dos fundamentos do processo de formação e qualificação, ganhando o fator humano um papel expandido no mercado de trabalho, considerando que também as competências e habilidades subjetivas passam a ser valorizadas, incluindo saberes incorporados pelos estudantes, futuros profissionais, fora da esfera formal do mundo do trabalho ou dos espaços formativos, direcionadas, sobretudo, para a capacidade de mobilizar diferentes saberes para enfrentar e resolver problemas e imprevistos.

Ao saber-fazer agrega-se a exigência do saber-ser, abrangendo habilidades, competências e qualidades pessoais. Nesse sentido, conforme assevera Leite (2005, p. 26), cabe então à Universidade compreender as transformações contemporâneas preservando o “equilíbrio entre valores éticos e culturais, resguardando sua função de lúcida consciência crítica da sociedade de seu tempo, juntamente com a criação, preservação e difusão do conhecimento”.

Em sintonia com as mudanças arroladas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aponta na perspectiva de flexibilizar a organização dos cursos e carreiras, por meio das diretrizes curriculares. Coloca, assim, a graduação como uma etapa inicial do processo de formação continuada que deve oferecer uma formação básica que habilite o graduado para enfrentar e responder os desafios das transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das políticas públicas. Neste sentido, o graduando não é um mero receptor do saber, já que deverá ser iniciado na produção do conhecimento, tendo a possibilidade de variados tipos de formação e experiências em um mesmo curso, dentro e fora do espaço da academia.

Nessa perspectiva, a formação profissional não se encerra com a conclusão do curso de graduação, que é apenas seu desencadeador, fazendo parte de um processo contínuo e sempre inesgotável de qualificação, em que a prática social joga peso significativo alimentando o processo constante de aprimoramento profissional. É nesse particular, a Universidade, como espaço aberto a especializações de conhecimento, mantém possibilidades de crescimento e capacitação para além da formação graduada. Dessa perspectiva, deve oportunizar ao formado outras “entradas” ao espaço acadêmico como parte do seu processo particular de formação profissional e subjetiva, ocorrida num diálogo que articule o ambiente



acadêmico e a experiência de vida do alunado enquanto estratégia potente para a definição do perfil de formação e atuação do/a Assistente Social.

Entendendo a importância desse processo de atualização do curso frente aos desafios do espaço-tempo presente, e, em particular, atentos às orientações emanadas da ABEPSS e à normalização mais geral da Educação Superior no Brasil é que assumimos, em diversos momentos, a tarefa de revisar nossas práticas e planejar o trabalho de formação acadêmica em Serviço Social no âmbito da UFPI.

1.1.1 A construção e revisão do projeto político pedagógico da UFPI

O Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, desde sua criação em 1976, vem buscando acompanhar os movimentos desencadeados pela entidade nacional de ensino e pesquisa (ABEPSS), no âmbito das alterações das propostas pedagógicas, embora tendo que enfrentar grandes dilemas quando suas prioridades entravam em confronto com as exigências colocadas pelas entidades nacionais que congregam as escolas. Esse foi o caso das últimas experiências de revisão curricular, já que resultaram de um processo de longa gestação e concretude.

Como já apontado, a revisão que ora processamos no projeto pedagógico vem suprir a necessidade de adequá-lo aos novos desafios postos pelas profundas mudanças na realidade nas quais atuam os profissionais do Serviço Social. Segue, também, as exigências institucionais (da ABEPSS, da UFPI, do MEC, entre outros) inspiradas na necessidade de uma formação profissional concatenada com os novos desafios. Nesse mesmo sentido, o MEC exige, nos processos de renovação/revalidação dos cursos, as adequações normativas às novas exigências do mundo do trabalho e do processo de ensino-aprendizagem, concatenado com os novos princípios das políticas públicas, pós-Constituição de 1988 e LDB. Assim, os processos de revisão curricular impõem-se como uma constante no sentido de acompanhar as reconfigurações da realidade de modo geral, a qual impacta os diversos segmentos sociais, culturas e territorialidades de maneira diferenciada. Também se deve levar em consideração a nova expressão do Estado brasileiro, os recentes marcos regulatórios e as novas demandas dos setores organizados da sociedade, aspectos que somam igualmente para a necessidade do delineamento de um novo perfil de profissional e, conseqüentemente, de formação profissional que responda às necessidades emergentes, de natureza sociais, políticas, econômicas e culturais.



Aliado a isso, vivencia-se, no plano local onde se encontra o curso de Serviço Social da UFPI, reconfigurações nos processos de trabalho e criação de múltiplos espaços de inserção dos(as) discentes e docentes que apontam para uma mudança na relação graduação- pós-graduação, ou ensino-pesquisa, de forma que revisões se fazem necessárias a partir também do que ocorre cotidianamente no universo do processo ensino-aprendizagem. Referimo-nos a emergência de inúmeros espaços como núcleos, diretórios de pesquisa, laboratórios, o incremento do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e da Iniciação Científica Voluntária (ICV), ao Programa Especial de Treinamento (PET), ao Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), as Atividades Curriculares de Extensão (ACE), ao crescimento das experiências de estágio supervisionado não obrigatório, dentre outras modalidades de inserção docente-discente que incorporam formas e espaços distintos de ensino-aprendizagem para além da sala de aula tradicional ou do componente curricular e da disciplina.

1.1.2 Reconfigurações do mundo do trabalho, Reforma do Estado e o Serviço Social

A implementação da política neoliberal e as mudanças no mundo do trabalho repercutem significativamente na configuração das demandas para a formação e o profissional de Serviço Social. No tocante à política neoliberal, ressalvadas as diferenças entre os governos federais dos anos 1990 até nossos dias, é importante destacar a abertura comercial, os planos de estabilização monetária, o combate à inflação, a questão da dívida pública (externa e interna), o ajuste fiscal, a desregulamentação do trabalho, a (contra)reforma do Estado e as contrarreformas das políticas sociais (FIORI, 1995; OLIVEIRA, 1999; DRAIBE, 1993; ANTUNES, 2014).

A reforma do Estado inclui a privatização, pensada nas suas mais diversas modalidades; a parceria com o terceiro setor, como forma de uma relativa desresponsabilização do Estado frente ao enfrentamento questão social, a descentralização da gestão das políticas para os municípios e seus desafios de um lado, em relação à participação da sociedade nas instâncias de controle social e de outro nos processos de territorialização das mesmas; por último a discussão em torno do Estado gerencial, enquanto crítica ao Estado burocrático que precisa ser reformado considerando o fato de que é oneroso, grande e lento (BRASIL, 1995).

O receituário neoliberal trouxe rebatimentos contundentes no âmbito das políticas sociais, pensadas e implementadas a partir de três eixos: a privatização, a descentralização e a focalização (DRAIBE, 1993), além da indefinição na questão do financiamento, resultando no subfinanciamento e no corte dos gastos sociais, tendo como argumento central o ajuste fiscal do Estado (PAIM, 2018; CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017). Esse cenário indica um claro desenho das políticas sociais e públicas que apontam para o desmonte de direitos conquistados na Constituição Federal de 1988 e uma relativa desresponsabilização do Estado (VIANNA, 2000), com foco nas intervenções voltadas para os mais pobres pautadas nos mínimos sociais e no empreendedorismo (BOITO JR, 1999; ANTUNES, 2014). Intervenções estas que implicam em considerar e fortalecer o potencial e as capacidades protetivas dos indivíduos, das famílias, da sociedade e tendo no mercado o melhor e mais eficiente setor de produção de recursos (BRASIL, 2005; DRAIBE, 1993).

Uma outra faceta dessa realidade são as alterações trazidas pela reestruturação produtiva e organizacional e suas repercussões no mundo do trabalho, mais especificamente a flexibilização e a desregulamentação, a precarização, a terceirização, a superexploração da força de trabalho, dada pela articulação entre salários baixos, jornadas de trabalho extensas, ritmos intensos e exigências multifuncionais. O fato é que essas alterações no mundo do trabalho trazem implicações complexas tanto no tocante às condições de trabalho, bem como nas condições de vida do trabalhador (ANTUNES, 2014) e conseqüentemente no aumento das demandas por políticas sociais.

Por certo essas mudanças impõem contratos precarizados, alta carga de trabalho, demandas ampliadas, associadas com baixo investimento público, além de novas técnicas e novas formas de trabalho calcadas em equipe interdisciplinar, na flexibilidade das atribuições funcionais, resultados quantitativos, exigindo um novo tipo de trabalhador: que seja polivalente, possua refinamento analítico, tenha competências múltiplas e flexíveis as quais o habilite a atuar em meio aos desafios colocados pela complexidade social e as limitações do novo espaço do trabalho. Que atue, por fim, com o intelecto, a intuição e a capacidade de dialogar com outras profissões e outras políticas setoriais.

Na concepção de Guerra (2020, p. 51) o “novo modelo de trabalhador” é cada vez mais “desespecializado, desregulamentado, desprofissionalizado, polivalente, multifuncional, que serve aos interesses do mercado”. Além disso, acrescenta que os estudos têm mostrado a forte tendência de “uberização da sociedade”, que se caracteriza com a adoção



de estratégias de contratação do trabalho sem quaisquer direitos ou garantias, marcadas pela flexibilização das legislações trabalhistas propiciadas pelo governo brasileiro.

Assim, a clássica divisão social do trabalho que segmenta trabalho intelectual do trabalho manual, planejamento e execução, é rompida e, neste cenário complexo e diverso, a identidade corporativa tradicional é colocada em suspensão e as atividades clássicas são esvaziadas em seu conteúdo e significado. Emergem, nessa perspectiva, várias representações dos processos de trabalho profissionais, determinadas pelas políticas macroestruturais, pelas mudanças no modo capitalista de produção e pelas tensões entre modelos de cidadania que disputam hegemonia.

A profissão de Serviço Social é indagada nas suas particularidades construídas etambém na estrutura dos serviços em que se insere, cada vez mais terceirizados, processos que repercutirão nas atribuições e processos de trabalho. Há, assim, uma tendência de modificação na base material e organizacional da profissão, ocasionando inclusive uma alteração no tipo de atividade do assistente social, no seu conteúdo e significado.

Situações como a contratação por tempo determinado, com vínculos precários de trabalho e a terceirização, tornam baixos os salários e vulneráveis as relações de trabalho do assistente social e seus vínculos com os usuários dos serviços, além de colocá-lo em situação desvantajosa no enfrentamento do poder institucional em relação, por exemplo, à violação de direitos humanos.

Esse quadro vem se desenhando já há algum tempo. Como apontara Luz em trabalho sobre o mercado de trabalho para os assistentes sociais, já não tão recente (1999), outras necessidades e domínios também demandavam novas qualificações dos profissionais, tais como: a informática, a atuação em conselhos de políticas públicas, programas de qualidade, o trabalho em assessoria, o trabalho com doenças ou necessidades especiais: AIDS/portador de deficiência.

Naquele cenário, como apontara a autora, eram indicadas como habilidades mais esperadas dos assistentes sociais: a capacidade para resolução de problemas; alto poder de comunicação; capacidade de trabalho em equipe; postura investigativa; versatilidade; criatividade. No entanto, essas habilidades principais diziam “respeito a aspectos não relacionados, de imediato, a um profissional de Serviço Social, pois redesenham e terminam por respaldar perfis mais amplos vinculados à formação profissional mais geral” (LUZ, 1999, p. 120). Assim, a habilidade de “saber ser” ganhava relevância frente ao “saber fazer” (LUZ, 1999) destacando-se os atributos de natureza subjetiva do profissional. O novo tipo de

profissional requisitado era o “gerente”. Neste sentido, havia uma (re)funcionalização dos procedimentos operacionais e do conteúdo e significado das atividades desenvolvidas. Nesse sentido, o que apontava Luz, era que a demanda que preponderava no mercado era “por perfis e não por profissão” (LUZ, 1999, p. 136).

No contexto atual, Guerra (2014;2020) destaca que esses desafios repercutem no trabalho profissional do serviço social brasileiro, que passa a ser ter requisições sócio - profissionais e políticas em consonância com as necessidades engendradas pelas políticas sociais minimalistas.

Nesse cenário, as atribuições e competências profissionais das/os assistentes sociais são transformadas em tarefas simplificadas exigidas pelas orientações postas pelos serviços da política pública em que está inserido para dar conta do cumprimento de metas quantitativas e do atendimento aos “cadastros, protocolos, orientações e procedimentos metodológicos” (GUERRA, 2020, p. 46), muitos dos quais foram construídos à base do conhecimento acumulado pela profissão, com tendência conservadora e culminam no desenvolvimento de ações e respostas padronizadas de controle do comportamento da classe trabalhadora (GUERRA, 2020). Tais direcionados o que também vão culminar em requisição de respostas padronizadas, em que muitas vezes aos diversos profissionais que compõe as equipes dos serviços.

As estratégias de intensificação da força de trabalho nos serviços públicos e privados são acompanhadas do crescimento do “assédio moral, o desgaste mental das/os assistentes sociais, o sofrimento e o adoecimento provocados pelas novas formas de organização, controle e gestão do trabalho nas políticas sociais” (RAICHELIS, 2018, p. 59).

Por outro lado, a questão social que constitui o objeto de trabalho das/os assistentes sociais é cada vez mais acirrada pelo aumento exponencial da apropriação desigual da riqueza socialmente produzida no capitalismo contemporâneo e se manifesta por meio de expressões “que condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, , características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização” (IAMAMOTO, 2014, p.618). No que tange às respostas estatais pelas políticas sociais têm sido cada vez mais reduzidas em face a lógica neoliberal, o que vai refletir diretamente nas condições objetivas e subjetivas de trabalho das/dos profissionais e nas respostas engendradas.

Cabe ressaltar que o Estado é o maior empregador das(os) assistentes sociais no espaço das instituições que desenvolvem serviços e benefícios políticas sociais públicas, às

quais são ofertadas cada vez mais de forma precarizada. Junto a esses públicos, as/os profissionais desenvolvem ações educativas que permitem acesso a direitos e a possibilidade de exercê-los do que contribui para a expressão das necessidades sociais e possibilidade de atendê-las.

Para tanto, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional com fundamentos históricos, teóricos, metodológicos, éticos, políticos e técnicos a partir da aproximação coma teoria crítica e que tem no seu Projeto Ético Político a referência para o enfrentamento a essa realidade, seja no campo da formação, seja no exercício profissional das/os assistentes sociais. Trata-se de um projeto de resistência, comprometido com a classe trabalhadora, com o alargamento dos direitos sociais, com a qualidade dos serviços, e, sobretudo, com a construção de uma sociedade em que em que tais desigualdades deixem de existir. O Projeto encontra expressão na Lei de Regulamentação da Profissão, no Código de Ética Profissional, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e demais documentos orientadores da formação e do trabalho profissional construídos coletivamente pela categoria.

Dessa forma, urge que a formação em Serviço Social caminhe para a construção de um sujeito profissional capaz de decifrar a realidade, indo além da sua aparência e, ao mesmo tempo apreenda possibilidades de intervenção profissionais e consigam com competência para negociar seus projetos, espaços e atribuições profissionais (IAMAMOTO, 2014). Para tanto há que se perseguir uma formação que possibilite “um conjunto de saberes que extrapola a realidade imediata e lhe proporcione apreender a dinâmica conjuntural e a correlação de forças manifesta ou oculta” (GUERRA, 2014, p. 268)

Finalmente, destaca-se que o contexto em cena requer ampla capacidade analítica e crítica da categoria de assistentes sociais, sobretudo daqueles em processo de formação acadêmica, para a construção de estratégias de trabalho articuladas com os movimentos sociais, que assegurem a universalização das políticas públicas no horizonte de reforço às conquistas históricas em torno dos direitos, consignados formalmente pela Constituição Federal de 1988, o que se faz premente como reforço às ações contra hegemônicas para fazer frente à intensificação do mix público-privado, na forma: a) do crescente familismo, que norteiam as políticas de assistência social e saúde, tendentes a sobrecarregar as famílias com proteção social, desonerando o Estado de suas obrigações cidadãs, cada vez mais restrito a Estado gerencial e avaliador e, b) transferências de recursos públicos para a implementação de políticas públicas por instituições do chamado “terceiro setor” (ONGs, fundações privadas lucrativas) inclusive numa clara perspectiva de renúncia fiscal, transformando alguns



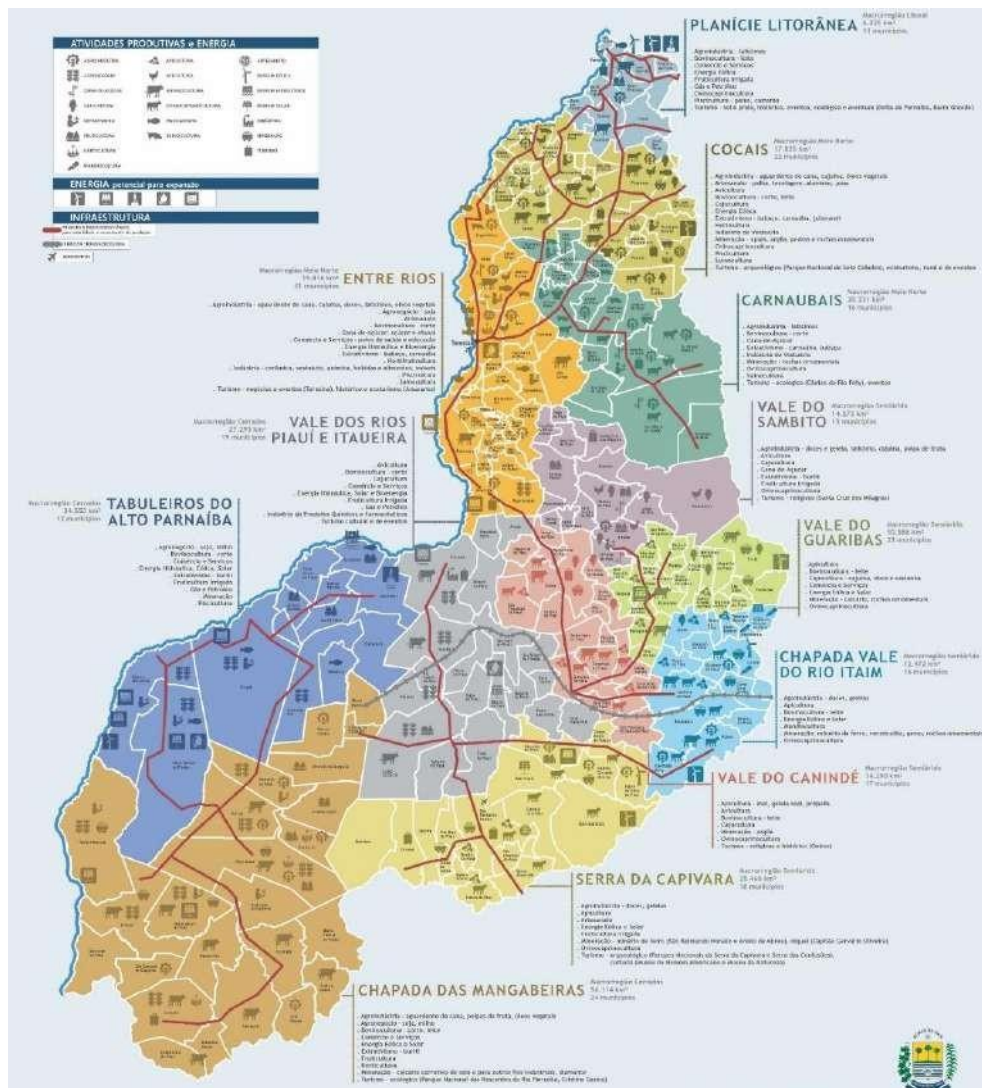
movimentos sociais em executores de políticas sociais, o que descaracteriza seu papel histórico na perspectiva na luta pela ampliação e conquista de direitos e no controle social.

1.2 CONTEXTO REGIONAL E LOCAL

O Piauí é o terceiro maior Estado do Nordeste, inferior apenas a Bahia e Maranhão, fazendo limite com o Ceará, Pernambuco, Bahia, Tocantins e Maranhão. Com a população estimada de 3.289.290 habitantes no ano de 2021, o Piauí concentra a maior parte da sua população na Zona Rural, com aproximadamente 65,77% (IBGE, 2022). O Estado é composto por 224 municípios, dividido em 04 macrorregiões (Litoral, Meio-norte, Semiárido e Cerrado) onde os limites se definem pelas suas características socioambientais, e organizado em 12 Territórios de Desenvolvimento (CEPRO, 2017). Sobre a economia, o Piauí alcançou o Produto Interno Bruto de R\$ 39,148 bilhões, correspondentes a 0,7% do PIB do Brasil, o que o coloca na 21ª, posição relativa dentre as 27 unidades da federação que constituem o país, inclusive o Distrito Federal.

Imagem 01 – Mapa do Piauí





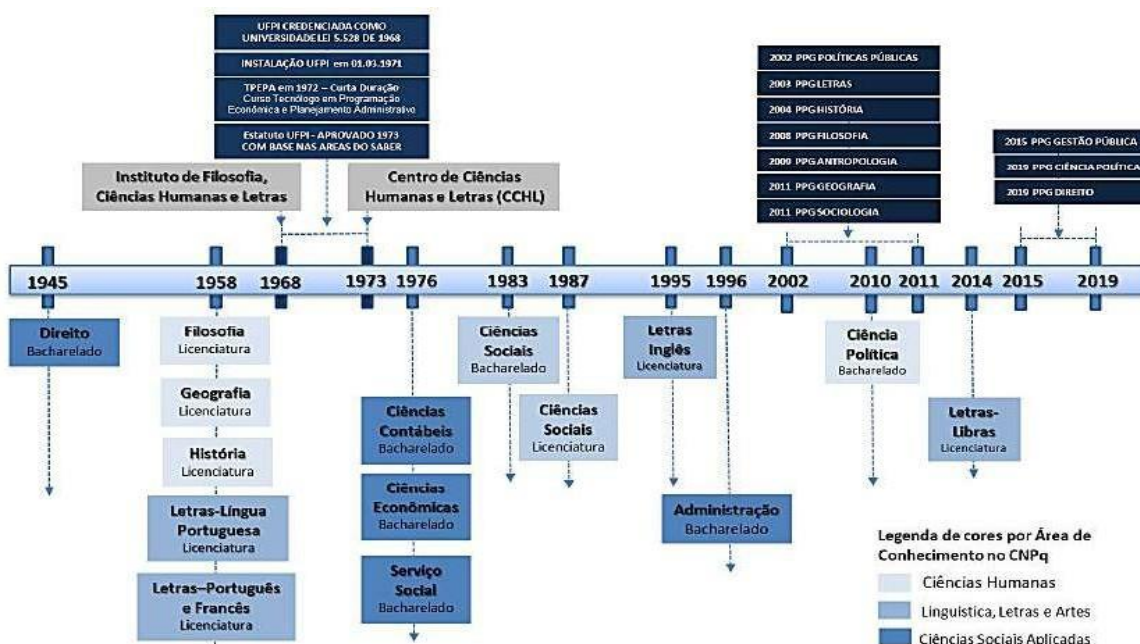
Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí

Teresina, a capital do Piauí, é localizada na região Meio-Norte e no Território de Desenvolvimento do Entre Rios, e tem uma população estimada de 871.126 pessoas no ano de 2021, sendo a cidade mais populosa do Estado, seguida por Parnaíba, Picos e Floriano (IBGE, 2022).

O Centro de Ciências Humanas e Letras, localizado no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, foi criado a partir de estruturas de ensino já instaladas antes mesmo do credenciamento da UFPI enquanto Universidade, nos termos da Lei nº. 5.528/1968. Remete a origem do Faculdade de Direito, em 1945 e do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, em 1958, sendo instalado como Centro apenas no ano de 1973 foi instalado como Centro (PASSOS, 2006; UFPI, 2020).

A história do CCHL não se dissocia da história da UFPI, sendo resultado de um processo histórico de luta pela sua criação, do qual participaram, estudantes, lideranças políticas, religiosas e a imprensa (PASSOS, 2003; UFPI, 2020). Esse processo de formação histórica do CCHL pode ser observado na imagem a seguir:

Imagem 02 - Linha do tempo segundo ano de implantação dos Cursos em nível de Graduação e de Pós-Graduação que compõem o CCHL - UFPI



Fonte: Joazeiro, 2020.

A Universidade Federal do Piauí foi instituída pela Lei n. 5.528 de 12 de novembro de 1968 e teve seu primeiro Estatuto aprovado pelo Decreto n. 72.140, de 26 de abril de 1973. A reformulação, desse documento, objetivando sua adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 foi autorizada pela Resolução CONSUN n. 15, de 25 de março de 1999 e pelo Parecer n. 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC n. 1.225, de 30 de julho de 1999. O atual Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDB de 1996, através da Resolução do CONSUN n. 45, de 16 de dezembro de 1999 e alterado posteriormente pela Resolução n. 21, de 21 de setembro de 2000. O Estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí foi aprovado pela Portaria MEC n.º 265, de 10 de abril de 1978 e alterado pela Portaria MEC n. 180, de 05 de fevereiro de 1993 (UFPI, 2020).

Silviana

A UFPI tem como missão promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional. Para tal, tem como princípios: autonomia universitária; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; pluralidade e democracia; respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais; excelência; compromisso social; valorização de seus docentes, técnico-administrativos e discentes (UFPI, 2020).

A Região Nordeste do Brasil apresenta um conjunto de particularidades sociais, políticas e econômicas, e, nesse contexto, o Serviço Social se constituiu como importante profissão no sentido de contribuir para o acesso a direitos, com significativo engajamento nas lutas e resistência da classe trabalhadora, sobretudo, no atual cenário de medidas regressivas e de cortes orçamentários nas políticas públicas.

Os aportes institucionais, acadêmicos, profissionais e técnicos da UFPI apresentam-se como uma referência para o Piauí e a Região Nordeste como um todo. E, o Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí tem um papel fundamental na congregação de forças em prol da defesa da democracia e fortalecimento da cidadania a partir da produção do conhecimento e da formação profissional de qualidade. Diante dessa realidade, o curso de Serviço Social tem engendrado esforços para a formação de profissionais comprometidos com o enfrentamento das desigualdades de classe, raça e gênero, bem como territoriais e regionais, histórica e socialmente construídas na realidade brasileira.

A Região Nordeste se constitui em território perpassado pelas expropriações, explorações e opressões. Considerando as expressões da questão social que afetam a região, com um conjunto de desigualdades e violências, é importante destacar a “condição colonial permanente, em que o arcaico e o moderno convivem”, com estruturas e conjunturas que serviram de base para a formação da sociedade de classes forjada na dependência, com elementos de permanência na contemporaneidade, o que demonstra a incidência de amplos e profundos processos de superexploração do trabalho, violências e negação de direitos (GOIN; FERNANDES; OLIVEIRA, 2021, p. 456).

Em conformidade com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira em 2021 era de 213.317.639, com um percentual de desemprego de 9,3% no 2º trimestre de 2022, com 6,6% de analfabetismo em 2019⁷ (IBGE, 2022). Em relação à taxa de desocupação no 2º trimestre de 2022 nas 22 unidades da

⁷ IBGE, 2022. **Painel de indicadores**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>. Acesso em 29 de setembro de 2022.



federação os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) o estado do “Tocantins registrou o maior recuo do 1º para o 2º tri: menos 3,8 pontos percentual (p.p.), seguido por Pernambuco (3,5 p.p.) Alagoas, Pará, Piauí e Acre também se destacaram, com quedas de cerca de 3 p.p. nos quatro estados” (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2022, s/p). Em relação às grandes regiões, o Nordeste registrou a maior taxa de desocupação (12,7%), sendo que também apresenta os estados com maior número de pessoas desempregadas, quais sejam: “Bahia (15,5%), Pernambuco (13,6%) e Sergipe (12,7%)” (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2022, s/p).

De acordo com os dados do Instituto SEMESP⁸, o mapa do ensino superior por estados, a Região Nordeste apresenta-se conforme o quadro mostrado a seguir.

Quadro 01 – Número de ingressantes e concluintes nos cursos presenciais e à distância na Região Nordeste

Fonte: Instituto Semesp | Base: INEP

Estado	Cursos Presenciais*				Cursos EAD**			
	Matrículas	Concluintes	Ingressantes	IES	Matrículas	Concluintes	Ingressantes	IES
Alagoas	72.261	8.457	19.803	30	33.516	4.583	18.577	57
Bahia	257.858	40.133	82.282	140	155.789	18.914	95.437	112
Ceará	219.838	29.585	60.976	89	106.245	10.905	68.616	97
Maranhão	132.372	17.686	32.895	53	57.844	3.777	33.877	74
Paraíba	118.622	16.527	39.466	41	39.072	4.259	24.719	61
Pernambuco	219.929	29.737	67.949	114	80.478	8.124	53.822	83
Piauí	94.554	11.860	22.065	42	35.054	4.743	18.013	61
Rio Grande do Norte	91.212	11.837	28.295	28	32.807	3.088	20.958	58
Sergipe	58.610	6.148	16.584	18	22.838	2.311	14.633	46
Total - Região Nordeste	1.265.256	171.970	370.315	550	563.643	60.704	349.552	180

O número total de IES não corresponde à soma dos números de IES em cada estado porque uma mesma instituição pode oferecer cursos em mais de um estado.

*Cursos Presenciais - Rede Privada + Rede Pública
Matrículas, Concluintes e Ingressantes em cursos presenciais - 2020.
IES que oferecem cursos presenciais - 2020.

**Cursos EAD - Rede Privada + Rede Pública
Matrículas, Concluintes e Ingressantes em cursos EAD - 2020.
IES que oferecem cursos EAD - 2020.

Fonte: Instituto SEMESP, 2022, p. 126.

Em conformidade com os dados do Instituto SEMESP (2022, p. 126), com “cerca de 58 milhões de habitantes divididos em nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe)”, a região Nordeste se constitui na segunda “também em número de matrículas, com 1,8 milhões de estudantes no ensino

⁸ Fonte: INSTITUTO SEMESP. Mapa do ensino superior, dados por Estados e Regiões, 11ª edição. 2021. Disponível em <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/regioes/nordeste/#:~:text=Em%202019%2C%20a%20regi%C3%A3o%20registrou,ensino%20superior%20at%C3%A1%20do%20Sudeste>. Acesso em 29 de setembro de 2022.

superior. Juntando as modalidades presencial e EAD, a região representa 21,1% da educação superior do país: 22,7% de alunos dos cursos presenciais e 18,2% dos alunos dos cursos EAD” (INSTITUTO SEMESP, 2022, p. 126).

Quadro 02 – Número matrículas nos cursos presenciais e à distância no Piauí

Fonte: Instituto Semesp | Base: INEP/IBGE

Mesorregião	Municípios	Cursos Presenciais*				Cursos EAD**			
		Rede Privada	Rede Pública	Total	IES	Rede Privada	Rede Pública	Total	IES
Centro-Norte Piauiense	64	39.835	23.358	63.193	29	15.816	2.153	17.969	52
Norte Piauiense	32	7.119	7.268	14.387	8	5.814	1.204	7.018	24
Sudeste Piauiense	66	1.752	5.342	7.094	5	3.315	2.302	5.617	21
Sudoeste Piauiense	62	2.406	7.474	9.880	8	2.878	1.572	4.450	27
Total - Estado PI	224	51.112	43.442	94.554	42	27.823	7.231	35.054	61

*Obs.: O número total de IES não corresponde à soma dos números de IES em cada mesorregião porque uma mesma instituição pode oferecer cursos em mais de uma mesorregião.

* Cursos Presenciais - Rede Privada + Rede Pública
Matrículas em cursos presenciais - 2020.
IES que oferecem cursos presenciais - 2020.

**Cursos EAD - Rede Privada + Rede Pública
Matrículas em cursos EAD - 2020.
IES que oferecem cursos EAD - 2020.

Fonte: Instituto SEMESP, 2022, p. 173.

Em relação ao Piauí, entre 2009 e 2020 ocorreu uma elevação de apenas de “17,0% nas matrículas presenciais, com crescimento de 36,8% na rede privada no mesmo período”, sendo que em 2020, “a rede pública registrou a mesma quantidade de matrículas presenciais de 2009” (INSTITUTO SEMESP, 2022, p. 174). Por outro lado, é importante destacar que a rede privada no Piauí é “detentora de 79,4% das matrículas da modalidade EAD”, sendo que no período 2009-2020, “o salto das matrículas totais da modalidade foi de 373%” (INSTITUTO SEMESP, 2022, p. 175), cenário bastante preocupante, no que se refere à garantia do ensino presencial, público, laico e de qualidade.

Tal realidade mostra a importância do Curso de Serviço Social da UFFI, no sentido de contribuir para a formação de aportes profissionais, técnicos e políticos voltados para a defesa intransigente da democracia e da cidadania.

1.3 HISTÓRICO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFPI E DO CURSO

A Universidade Federal do Piauí é uma instituição federal de Educação Superior, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro no município de Teresina, capital do estado, possuindo três outros

campi sediados nas cidades de Picos (Campus Senador Helvídio Nunes de Barros), Bom Jesus (Campus Prof^a. Cinobelina Elvas) e Floriano (Campus Almícar Ferreira Sobral). Até 2018, também fazia parte da UFPI o Campus Ministro Reis Velloso, no município de Parnaíba, o qual foi desmembrado, através da Lei n. 13.651 de 11 de abril de 2018, para formar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). Atualmente, a UFPI oferta cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância, nos graus de bacharelado e licenciatura. São ofertados 71 cursos presenciais e 15 cursos na modalidade à distância, totalizando 86 cursos oferecidos (UFPI, 2020).

O Curso de Serviço Social da UFPI foi criado em 1 de dezembro de 1976, através da Resolução n° 02/76 do CONSUN/UFPI, sendo reconhecido por Portaria do MEC em 7 de julho de 1983, através de projeto elaborado pela professora Dra. Aglair Alencar Setúbal, convidada pelo então Reitor José Camilo da Silveira para realizar todos os procedimentos necessários à efetivação da proposta. Após a sua criação, no ano de 1977, o curso ofereceu 40 vagas no primeiro vestibular, cuja turma concluiu em abril de 1981 (FERREIRA; SILVA; GUIMARÃES, 2021).

Até o ano de 2021, o curso de Serviço Social da UFPI passou por 04 currículos. O Primeiro Currículo Pleno foi aprovado no dia 12 de novembro de 1976 e implantado em 1977, tendo vigência até 1984. Esse currículo atrelava-se ao Currículo Mínimo de 1970, aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Com base no parecer n° 412/82 do CFE, é aprovada a implantação do segundo currículo pleno (RESOLUÇÃO n° 010/87) no Curso de Serviço Social da UFPI, cinco anos após a aprovação do currículo mínimo de 1982. O Currículo II surge em 1985 e vai até 1994. Já o Currículo III inicia em 1995 (GUIMARÃES, 1995; FERREIRA; SILVA; GUIMARÃES, 2021).

Em 1989, a ABESS/CEDEPSS desenvolve a pesquisa “Avaliação da Formação Profissional do Assistente Social Brasileiro pós-novo currículo – avanços e desafios”. Em 1994, com a Resolução n° 051/94 CEPEX UFPI é aprovada a reestruturação do currículo pleno do Curso de Serviço Social. Poucos anos depois, com a aprovação do currículo mínimo, em 8 de novembro de 1996, em assembleia geral extraordinária da ABEPSS, no Rio de Janeiro, inicia-se um novo ciclo na formação profissional, condensado nas diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. Por sua vez, este momento coincide com a priorização da capacitação docente em nível de pós-graduação pelo Departamento de Serviço Social do CCHL/UFPI, onde o coletivo é incorporado em cursos de mestrado, através de convênio com a PUC-SP, o que contribuiu para o retardo na incorporação dessas novas diretrizes no curso

da UFPI. Assim, o Projeto Pedagógico aprovado em 2007 foi implementado na perspectiva de adequar a formação do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Esse currículo foi atualizado em 2012.

Destaca-se que, com base em dados do sistema de matrícula da UFPI, no período de 1981 a 2021 registram-se 1231 alunos que concluíram o curso de bacharelado em Serviço Social. Dessa forma, o Curso de Serviço Social da UFPI mantém sua importância na história da formação de assistentes sociais no Piauí, sendo o único ofertado por uma Universidade Pública no Estado.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 AS DIRETRIZES CURRICULARES E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Com o processo de renovação na formação em Serviço Social que se processa ao longo de muitos anos e se consolida com a construção pelas entidades da área, sobretudo a ABEPSS, das diretrizes curriculares, a formação profissional do Serviço Social ganha outra densidade e novos pressupostos e princípios. Os pressupostos balizadores dessa nova concepção de formação profissional do assistente social são os que seguem:

- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva cujo objeto se delinea a partir das manifestações da questão social;
- A relação do Serviço Social com a questão social – matéria prima da intervenção do Assistente Social – é mediatizada por processos sócio-históricos e teórico- metodológicos inerentes a seu processo de trabalho;
- O agravamento da questão social, a partir do processo de reestruturação produtiva no Brasil e da implementação do projeto neoliberal, impõe mudanças no campo de ação do Assistente Social;
- O processo de trabalho do Assistente Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas que o seu enfrentamento conforma, através das políticas e lutas sociais.

2.2 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL



Com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), a formação profissional ganha maior riqueza e complexidade, explicitadas nos princípios a seguir e aqui incorporados como orientadores na formação em Serviço Social.

- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- Necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio (ABESPP, 1996).

A partir da construção de currículos/projetos pedagógicos atentos, às diretrizes curriculares de 1996 (e orientações normativas posteriores) - como o que ora se apresenta -, a flexibilização na estrutura do curso passa a comportar atividades diversificadas, permitindo o estabelecimento de formas mais criativas e dinâmicas no processo ensino-aprendizagem.

2.3 OBJETIVOS DO CURSO

Tomando como referência as orientações mais gerais das diretrizes curriculares, explicitamos a seguir, os objetivos do curso de Serviço Social:

- Formar assistentes sociais numa perspectiva teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, crítica e plural, de forma a qualificá-los para:
- Apreender o processo histórico-social como totalidade, acompanhando o movimento real em suas manifestações universais, particulares e singulares;
- Enfrentar os desafios que se interporão em suas trajetórias profissionais, a partir de uma leitura da complexidade da questão social contemporânea, de forma a identificar no trato interdisciplinar uma via possível de atuação;

- Apreender o significado social da profissão e as demandas consolidadas e emergentes, postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, desvelando as possibilidades de ação frente às distintas manifestações da questão social;
- Desenvolver pesquisas acerca dos processos sociais contemporâneos da sociedade brasileira, sobre o fazer profissional e, de forma geral, sobre temáticas e questões que apontam para o aprimoramento da ação profissional pela via da produção do conhecimento.

2.4 PERFIL DO EGRESSO

Em absoluta consonância com o que estabelece as diretrizes curriculares, o presente projeto concebe a formação como o processo que leva o(a) estudante a adquirir competências e habilidades que o capacitarão para enfrentar os desafios do exercício profissional do Serviço Social, embora parta da compreensão de que a formação profissional jamais se esgota nos limites da formação acadêmica. Esta, de caráter generalista e plural deve oferecer aportes teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativos que capacite o(a) discente para o mundo da atividade profissional firmando-o como um:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (ABEPSS, 1996).

As diretrizes e a nova lógica do currículo impõem a necessidade de uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, visando uma leitura crítica do processo histórico, apreendido em sua totalidade; a investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que norteiam a constituição da sociedade brasileira, sob o modelo de produção capitalista; a apreensão do significado social da profissão nos seus produtos/respostas diante das diversas conjunturas; a compreensão das demandas postas ao Serviço Social pela via do mercado de trabalho e das mudanças nas relações público e privado e na gestão das políticas sociais e do Estado brasileiro; o endosso de um novo fazer profissional atento à pluralidade social expressa nas ideias da diferença e da diversidade; que observe as várias territorialidades constituídas e o fortalecimento do exercício profissional,



em sintonia com as competências e atribuições estabelecidas na legislação profissional vigente.

2.5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Fundamentados na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social, nas diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (ABESS/CEDEPSS, 1996), e no Parecer 492/2001 (CNE/CES) que homologa as diretrizes e ainda na Resolução CFESS 273/93, de 13 de março de 1993, que institui o Código de Ética Profissional, as competências e habilidades **gerais** requeridas dos egressos do curso de Serviço Social são:

- A compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- A identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento das múltiplas e renovadas manifestações da questão social;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
- A utilização dos recursos da informática.

No plano mais **específico**, requer-se dos egressos, competências e habilidades para:

- Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos concernentes aos âmbitos de atuação do Serviço Social;
- Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população no sentido de identificar e mobilizar recursos e de fazer uso dos mesmos;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas privadas, ONGs e outras entidades;
- Realizar estudos socioeconômicos para fins de benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas e estudos socioeconômicos para identificar necessidades sociais que subsidiem a formulação de políticas;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre a área de Serviço Social;



- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Formular e operacionalizar políticas sociais;
- Planejar e organizar pesquisas, investigar, estudar e atuar junto à questão social e suas consequências na sociedade, procurando contribuir na análise da realidade social, para subsidiar a atuação profissional e outros processos interventivos e para enriquecer a produção de conhecimento na área de Serviço Social e similares;
- Atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento;
- Formular, implementar e avaliar políticas sociais, bem como formação e gestão de pessoas;
- Assessorar e apoiar os movimentos e grupos sociais populares no exercício, defesa e conquista dos seus direitos.

2.6 PERFIL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente do Departamento de Serviço Social (DSS) da UFPI é conformado, no ano de 2023, por 16⁹ professoras, todas com bacharelado em Serviço Social e doutorado nas áreas de serviço social, políticas públicas, sociologia, educação, dentre outras. Diversas docentes do quadro também têm pós-doutorado realizados em instituições renomadas no país e no exterior.

Além do corpo docente do DSS, ministram disciplinas para o curso de Serviço Social professores de outros departamentos, como Departamento de Ciências Econômicas, Filosofia, Ciências Sociais, Ciência Política, Educação e História.

Quadro 03 - Corpo docente do curso de serviço social lotados no DSS no ano de 2022

Nº	NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO	LOTAÇÃO		REGIME DE TRABALHO
			DSS	Outro Depto	
01	Edna Maria Goulart Joazeiro	Doutorado	X		DE
02	Francineide Pires Pereira	Doutorado	X		DE
03	Guiomar de Oliveira Passos	Doutorado	X		DE
04	Iolanda Carvalho Fontenele	Doutorado	X		DE

⁹ Cumpre destacar que o Departamento de Serviço Social conta em seu quadro efetivo com 17 docentes, no entanto, aguarda-se a realização de novo concurso público para contratação de docente para o cargo vago deixado pela professora Maria D'alva Macedo, que se aposentou no ano de 2021.

05	Iracilda Alves Braga	Doutorado	X		DE
06	Lila Cristina Xavier Luz	Doutorado	X		DE
07	Lúcia Cristina dos Santos Rosa	Doutorado	X		DE
08	Lúcia da Silva Vilarinho	Doutorado	X		DE
09	Masilene Rocha Viana	Doutorado	X		DE
10	Mauriceia Ligia Neves da Costa Carneiro	Doutorado	X		DE
11	Réia Silvia Rios Magalhães	Doutorado	X		DE
12	Rita de Cássia Cronemberger Sobral	Doutorado	X		DE
13	Rosilene Marques Sobrinho de França	Doutorado	X		DE
14	Solange Maria Teixeira	Doutorado	X		DE
15	Sofia Laurentino Barbosa Pereira	Doutorado	X		DE
16	Teresa Cristina Moura Costa	Doutorado	X		DE

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO CURSO

A presente seção consiste em maior detalhamento quanto ao funcionamento do curso. Assim, apresentaremos, a seguir, as principais características e formas concretas como se materializará o curso de Serviço Social da UFPI a partir dessa nova revisão curricular, nas suas matérias, conteúdos, componentes curriculares, entre outros.

A organização curricular do curso de Serviço Social da UFPI fundamentar-se-á nos princípios definidos pela LDB, nas diretrizes curriculares aprovadas pelo MEC, e toma como referência as orientações da ABEPSS, no documento base que subsidiou as diretrizes aprovadas, ou seja, fundamenta-se nos itens abaixo arrolados.

- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos, expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, estágios e atividades complementares;
- Rígido trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional de defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativa, interpretativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional,

impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;

- Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- Necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 3).

A carga horária mínima no currículo ora proposto é de 3.090 horas e a carga-horária máxima é 3.090 horas, assim distribuídas:¹⁰

- 38 disciplinas obrigatórias não eletivas, sendo 27 com carga-horária de 60h, 01 de 75h, 03 de 30h, 03 de 15 horas, 02 de 225h (Estágio obrigatório I e II), e 01 de 195h (elaboração de Trabalho de Conclusão do Curso), totalizando 2.655 horas, e ainda 02 disciplinas optativas de 60h cada, completando 120h;
- 120 horas de atividades complementares, com vistas a impulsionar o crescimento político, cultural, profissional e acadêmico através de atividades diversificadas como monitoria, estágio não-obrigatório, iniciação científica, extensão, eventos científicos, atividades culturais, de forma a tornar a formação mais flexível;
- 315 horas de Atividades Curriculares de Extensão (ACE), ofertadas no decorrer do curso, de modo a garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade.

As disciplinas serão ofertadas nos turnos da tarde e noite e, eventualmente, também no turno da manhã (no caso de estágios). Cada turma terá 50 vagas visando atender a demanda de 50 alunos, que ingressam anualmente no curso, com exceção de algumas que, por conterem créditos teórico-práticos e características envolvendo trabalho de campo e pesquisa, devem ser ofertadas com número de vagas menores.

Quadro 04 – Síntese da matriz curricular do Curso de Serviço Social da UFPI

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	1.890 h	126
Disciplinas Optativas	120 h	8
Trabalho de Conclusão de Curso	195 h	13

¹⁰ A carga horária máxima possível ocorre quando a/o aluna/o escolhe como optativas duas disciplinas de carga-horária de 60h.

Atividades Complementares	120 h	-
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	450 h	30
Atividades Curriculares de Extensão	315 h	-
TOTAL	3090 h	

3.2 FORMA DE INGRESSO

O curso de Serviço Social ofertará, nessa nova proposta curricular, 50 vagas por ano, sendo parte delas reservadas à política de ação afirmativa. O ingresso ao curso ocorre com início das atividades acadêmicas no primeiro e segundo semestre de cada ano.

Usualmente, a seleção dos alunos é realizada pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação, que utiliza como critério de avaliação a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sendo utilizada também, no caso de não preenchimento do total das vagas acesso pela via de portador de curso superior, transferência facultativa e reintegração no curso.

3.3 OS CONTEÚDOS CURRICULARES

As diretrizes curriculares da ABEPSS (1996, p.8) estabelecem como pressupostocentral da formação em Serviço Social “a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível, assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social”, padrões que, segundo o documento devem se traduzir na efetivação de um projeto de formação profissional que remeta “a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em **NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO** constitutivos da Formação Profissional” (grifo no original).

Conforme o documento seguinte (parecer 492-MEC/CNE/SES) que homologa as diretrizes, a organização curricular deve “superar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional”, formação esta que se sustenta, segundo as diretrizes, no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, os quais serão objeto da seção seguinte.

3.3.1 Os núcleos de fundamentação da formação

Conforme estabelecem as diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social, são três os núcleos que fundamentam a formação profissional, a saber:

- **Núcleo de Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social** que congrega as atividades encarregadas de explicar o processo de compreensão e apreensão do ser social.
- **Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira** que aglutina as atividades relacionadas ao campo de saber que permitem a compreensão da constituição econômica, social e política e cultural da sociedade brasileira, tendo por eixo a constituição do modo capitalista no Brasil, a conformação do Estado Brasileiro, a formação e dinâmica das classes sociais no Brasil e o significado e o caráter contraditório do Serviço Social e,
- **Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional** que gira em torno das ações que remetem aos processos de profissionalização do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho.

Assim estruturado, este currículo traz mudanças significativas quanto ao modo de organização dos conteúdos, quanto aos fundamentos e pressupostos basilares, com vistas a proporcionar uma sólida formação técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política ao formando em Serviço Social, englobando, tais núcleos, um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em atividades acadêmicas, enquanto conhecimentos necessários à formação profissional, atividades que se desdobram em disciplinas obrigatórias ou eletivas, estágios supervisionados e um rol variegado de possíveis atividades complementares.

Nesse sentido, seguindo o que prescreve as diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996), o projeto de formação profissional é constituído por um conjunto de conhecimentos indissociáveis, traduzidos em núcleos de fundamentação que se afirmam como eixos articuladores da formação e se desdobram em áreas de conhecimento, as quais são traduzidas pedagogicamente, no conjunto dos componentes curriculares. Desse modo, não se pretende hierarquizar, nem estabelecer uma ordem entre os três núcleos. Convém lembrar, no entanto, à luz do que asseveram as diretrizes curriculares (documento de 1999) que, a estruturação em núcleos consiste em:

uma lógica inovadora que supera as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. *Não admite tratamento classificatório, nem autonomia e subsequência entre os núcleos, expressando, ao contrário, diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social.* Agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Os núcleos englobam, pois, um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em matérias, enquanto áreas de conhecimentos necessários à formação profissional. Essas matérias, por sua vez, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares (DIRETRIZES CURRICULARES, 1999, p.4, grifo nosso)

Nesse sentido, os núcleos, não constituem *a priori* em espaços ou áreas onde se situam os mais distintos componentes curriculares, já que se espera, com essa nova lógica, superar a departamentalização e fragmentação do processo. No entanto, para efeito meramente didático e ilustrativo de como a matriz curricular se organiza a partir dessa lógica, apresentamos, a partir das ementas, conteúdos e características mais gerais da disciplina, a localização mais precisa quanto a essa nova lógica. Assim, as disciplinas foram agregadas nos três núcleos aludidos, conforme os quadros a seguir.

Quadro 05 - Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h/a)
Introdução a Metodologia Científica	60
Introdução à Filosofia	60
Iniciação Sociológica	60
Iniciação Antropológica	60
Iniciação à Política	60
Psicologia Social	60
Economia Política	60
Seminário de Introdução à Formação em Serviço Social	15
Pesquisa Social I	60
Pesquisa Social II	60
Pesquisa Social III	75
Trabalho de Conclusão de Curso	195

Direitos Sociais e Cidadania	60
Seminário Temático I	60
Seminário Temático II	60

Fonte: Própria

Quadro 06 - Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h/a)
Introdução ao Serviço Social	30
Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social I	60
Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social II	60
Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social III	60
Processos de Trabalho do Serviço Social I	60
Processos de Trabalho do Serviço Social II	60
Processos de Trabalho do Serviço Social III	60
Fundamentos Éticos e Ética Profissional	60
Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I	225
Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social II	225
Seminário de Prática I	30
Seminário de Prática II	30
Instrumentalidade do Serviço Social I	15
Instrumentalidade do Serviço Social II	15
Avaliação de Políticas Públicas e Projetos Sociais	60
Gestão e Planejamento de Políticas Públicas e Serviços Sociais	60
Disciplina optativa	60
Disciplina optativa	60

Fonte: Própria

Quadro 07 - Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h/a)
--------------------	----------------------------

Questão Social no Brasil	60
Política Social I	60
Política Social II	60
Política Social III	60
Sociedade Civil e Movimentos Sociais	60
Formação Sócio-Histórica do Nordeste e Piauí	60
Diversidades e Desigualdades de Gênero, Raça/Etnia e de Classe	60

Fonte: Própria

3.4 AS DISCIPLINAS OPTATIVAS

Os(as) discentes do curso de Serviço Social da UFPI deverão cursar pelo menos 02 disciplinas optativas, ofertadas pelo Departamento de Serviço Social. As disciplinas optativas devem ter carga-horária de 60h cada uma, totalizando 120 horas a serem cursadas pelos alunos de Serviço Social, preferencialmente no quinto e no oitavo período, conforme especificado na grade curricular do curso. Embora sejam também obrigatórias, são de livre escolha entre um rol de possibilidades.

O DSS ofertará com regularidade disciplinas na forma de *tópicos especiais* (as optativas do DSS) que objetivarão aprofundar temáticas relevantes sob diferentes perspectivas, estimulando o senso crítico e a criatividade do corpo discente. Sempre que possível, o Departamento de Serviço Social ofertará duas opções com temáticas diferentes de tópicos por semestre, de forma a propiciar aos alunos opção por temáticas relacionadas a seus interesses. Além disso, e contará com o apoio da Coordenação de Letras/Libras que ofertará a disciplina de Libras – Linguagem Brasileira de Sinais, conforme informações abaixo.

Quadro 08 – Quadro de Disciplinas Optativas

DISCIPLINA	CÓDIGO	UNIDADE OFERTANTE	CARGA HORÁRIA	PERÍODO A SER OFERTADO
Tópico especial sobre juventude		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre envelhecimento		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre família		Departamento de Serviço	60	5º ou 8ª

		Social		
Tópico especial de saúde		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial de saúde mental		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial de Política de Assistência Social		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial de previdência social		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial de educação		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre educação popular		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre direitos humanos		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre questão rural e ruralidades		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre questão urbana		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre questão habitacional		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre pobreza, trabalho, emprego e renda		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre meio ambiente		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre questão de gênero		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre questão étnico-racial e Serviço Social		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre violência		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre álcool e outras drogas		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª



		Social		
Tópico especial sobre direito da pessoa com deficiência e anticapacitismo		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Tópico especial sobre interprofissionalidade		Departamento de Serviço Social	60	5º ou 8ª
Libras – Linguagem Brasileira de Sinais	LIBRAS010	Coordenação do Curso de Letras-Libras	60	5º ou 8ª

Fonte: Própria

As disciplinas eletivas ofertadas serão ofertadas por outros departamentos que eventualmente ofertem disciplinas que guardem relação com a formação em Serviço Social com carga horária de 60h e poderão ser integralizadas como Atividade Complementar.

As disciplinas eletivas de outros departamentos versarão sobre temas diversos e do interesse do aluno e que tenham relação com o Serviço Social, como: libras, meio ambiente, gerontologia social, inclusão social, direitos humanos, questões étnico-raciais, metodologias ativas, novas demandas do mercado, aprofundamento de matrizes teóricas balizadoras da profissão, entre outras possibilidades.

3.5 ARTICULAÇÃO COM OUTROS DEPARTAMENTOS E COORDENAÇÕES

A formação em Serviço Social está inserida no campo das Ciências Sociais e dialoga com vários ramos do conhecimento científico, não sendo diferente no curso de Serviço Social da UFPI, que está inserido no Centro de Ciências Humanas e Letras e se articula com diversos cursos, departamentos e centros, tanto no campo do ensino, como na pesquisa e extensão.

Compreendendo a importância do caráter interdisciplinar e interprofissional na formação, os seguintes componentes ofertados ao curso de bacharelado em Serviço Social são ministrados por docentes de outros departamentos / coordenações:

Quadro 09 – Componentes Curriculares ministrados por docentes de departamentos e/ ou coordenações de outros cursos

Disciplina	CH	Departamento / Coordenação	Caráter
------------	----	-------------------------------	---------

Introdução à filosofia	60	Departamento de Filosofia	Obrigatório
Economia Política	60	Departamento de Ciências Econômicas	Obrigatório
Introdução à metodologia científica	60	Departamento de Filosofia	Obrigatório
Iniciação à Política	60	Coordenação de Ciência Política	Obrigatório
Iniciação Sociológica	60	Departamento de Ciências Sociais	Obrigatório
Iniciação Antropológica	60	Departamento de Ciências Sociais	Obrigatório
Formação sócio-histórica do Nordeste e do Piauí	60	Departamento de História	Obrigatório
Psicologia Geral	60	Departamento de Fundamentos da Educação	Obrigatório
Libras – Linguagem Brasileira de Sinais	60	Departamento de Letras Libras	Optativa

Fonte: Própria

3.6 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO

O Estágio no curso de Serviço Social da UFPI segue as normativas estabelecidas em âmbito federal, no que tange a Lei Federal nº 11.788/2008, assim como atende as normativas e diretrizes específicas da profissão: Política Nacional de Estágio da ABEPSS; Lei nº 8662/1993, que regulamenta a profissão; o Código de Ética do/a Assistente Social; e Resolução nº 533/2008 do CFESS, que regulamenta a supervisão direta de estágio.

Assim, o estágio em Serviço Social é norteado pelos seguintes princípios: indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; articulação entre Formação e Exercício Profissional; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade; articulação entre ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS, 2010).

No curso de Serviço Social da UFPI a experiência de estágio tem sido rica e complexa, no que tange ao processo de organização e supervisão. Mesmo subordinados à conjuntura de oferta de vagas pelas instituições-campo de estágio, o Departamento de Serviço Social tem realizado um grande esforço para garantir um padrão de qualidade e organização para o estágio, de modo a cumprir as diretrizes curriculares, no que toca a esta importante dimensão da formação profissional.

O Estágio obrigatório tem natureza interventiva direta, sendo o aluno situado em uma instituição campo de estágio, com cada uma das duas disciplinas de Estágio Obrigatório (I e II) carga-horária de 225h, totalizando 450 horas, devendo ser cursada pelo(a) discente 16 horas semanais (quatro ou cinco vezes por semana), de acordo com a instituição campo de estágio e a universidade.

As disciplinas Estágio Supervisionado Obrigatório I, Seminário de Prática I e Instrumentalidade do Serviço Social I, bem como Estágio Supervisionado Obrigatório II, Seminário de Prática II e Instrumentalidade do Serviço Social II, são co-requisitos, cursadas simultaneamente, sendo estas interdependentes. Os componentes curriculares de Seminário de Prática (I e II) têm, cada um, 30h, somando 60 horas, levadas a efeito em dois semestres letivos, a ser ministrada por um(a) docente com todos(as) os(as) discentes matriculados(as) nas turmas de Estágio Obrigatório. A disciplina de Seminário de Prática será ministrada semanalmente, em sessões de 2 horas.

Soma-se ainda a oferta das disciplinas de Instrumentalidade I e II, com 15 horas cada uma, podendo se matricular até 2 discentes por turma, devendo ser ministrada pelo(a) supervisor(a) acadêmico(a), também em dois semestres letivos. A operacionalização da disciplina se dará a partir de sessões quinzenais, de 2 horas cada, nas instituições campos de estágio, sob a forma de supervisão conjunta, com a participação de estagiários(as) e supervisores de campo e acadêmico; e/ou ministrada na universidade com a participação de estagiários, supervisores e outros profissionais da área.

O Estágio Obrigatório ficará a cargo de um(a) docente supervisor(a) e dos(as) supervisores(as) de campo, identificado com a temática/questão social correspondente. Tal divisão visa garantir o compartilhamento da abordagem de uma política social, garantindo uma maior coesão entre os(as) alunos(as) e evitando a pulverização do(a) docente entre diferentes áreas. Dessa forma, todos os(as) docentes do DSS poderão se constituir em docentes supervisores(as) de estágio. Esses(as) supervisores(as) docentes irão ministrar as disciplinas de Instrumentalidade I e II para os(as) seus respectivos discentes estagiários(as).

Compete ao(a) docente supervisor de estágio promover o acompanhamento dos alunos nos campos de estágio, de forma indireta, através de visitas periódicas às instituições e através da documentação do estágio: Plano de Estágio, Análise Institucional, Projeto de Intervenção, Diário de Campo através de Registro de Processo de Trabalho (RPT) e Relatório Final.

As instituições governamentais, não governamentais, os movimentos populares e as



empresas privadas poderão constituir-se como campo de estágio, desde que mantenham, de forma permanente, pelo menos um assistente social em seu quadro (conforme Título II, Art. 2º, inciso e, do Código de Ética Profissional do Assistente Social), apto a exercer a função de supervisor de campo e seja aprovado enquanto tal pela Coordenação de Estágio que deverá envidar esforços para firmar convênio da UFPI com a instituição de forma a viabilizar a experiência.

O Estágio Obrigatório poderá ser desenvolvido em projetos ou programas de extensão no âmbito da UFPI, desde que o supervisor de campo seja um(a) docente do quadro do departamento de Serviço Social ou um(a) assistente social que integre a equipe do referido projeto/programa, que seja do quadro da UFPI e tenha registro no Conselho Regional de Serviço Social 22ª região – CRESS PI, obedecendo ao disposto na Resolução nº 533/2008 do CFESS. O(a) docente, ao assumir a função de supervisor(a) acadêmico(a), não poderá acumular a função de supervisor(a) de campo, sendo vedado o acúmulo das funções concomitantemente, respeitando o que prega a Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

A gestão do estágio é feita pela Coordenação de Estágio, que é vinculada à Coordenação do curso de Serviço Social e à Coordenação de Estágio da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Dispõe dessa instância um coordenador, escolhido entre os(as) docentes que integram o grupo professores que usualmente ministram as disciplinas nessa área no Departamento de Serviço Social, referendado pelo Colegiado do Curso, com carga horária semanal de 20 horas e mandato de 2 anos, podendo haver recondução.

O Estágio curricular não-obrigatório consiste, conforme o Art. 71 das normas de funcionamento da graduação da UFPI no que é “previsto no projeto pedagógico do curso, no âmbito das atividades complementares e, na UFPI está sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão”. Frequentemente os(as) discentes buscam inserções em estágios não-obrigatórios, que, no geral, tem o atrativo de uma remuneração mensal e o ganho de experiência, se configurando como atividade complementar e de caráter opcional.

Seguindo as orientações da Política Nacional de Estágio da ABEPSS, a carga horária do estágio não obrigatório não pode ser integralizada como parte das exigências do estágio obrigatório. Além disso, não será permitido o acúmulo do estágio não obrigatório com o não obrigatório, com exceção dos casos em que a carga horária máxima não ultrapasse o permitido na legislação federal de estágio.

A supervisão no Estágio não-obrigatório segue as normas previstas na Política Nacional de Estágio da ABEPSS e, no tocante à definição do(a) docente supervisor no Curso



de Serviço Social, são observados critérios como: disponibilidade de professor, interesse e afinidade com a temática/política do Estágio não-obrigatório.

Destaca-se que o Departamento de Serviço Social da UFPI vem fazendo um esforço coletivo no sentido de garantir as demandas dos(as) discentes nessa área, tendo em vista a importância do estágio não-obrigatório para a formação profissional, como componente das atividades complementares. Apesar disso, é importante destacar as dificuldades de realização da supervisão acadêmica, tendo em vista seu pouco reconhecimento em termos de carga-horária, sendo vista exploração da força de trabalho docente¹¹. No entanto, em sendo observadas as condições, essa atividade será sempre bem acolhida como parte importante do processo formativo, garantindo-se sempre a orientação docente e a supervisão de campo.

3.7 O TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Ao longo de sua trajetória, o Trabalho de Conclusão do curso sempre mereceu grande atenção na formação em Serviço Social, de forma que o Departamento de Serviço Social e a Coordenação do Curso envidaram esforços para disciplinar essa atividade, oferecendo ao corpo docente e discente orientações gerais quanto a sua efetivação. Foi assim que nasceu, após incessantes debates, a Resolução nº01/08, aprovadas pela Assembleia do Departamento de Serviço Social em 29 de outubro de 2008, e pelo Colegiado do Curso de Serviço Social em 09 de dezembro de 2008, que apresenta as normas para as atividades que envolvem o desenvolvimento e produção do Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social. Para o Projeto Pedagógico que se apresenta, a referida Resolução foi atualizada e adaptada, em necessidade das reorientações da nova proposta curricular, tais como alterações nas ementas, carga horária, nomenclaturas de disciplinas de pesquisa, bem como as resoluções institucionais. Dito isto, a seguir apresentamos as suas diretrizes centrais que envolvem o desenvolvimento e produção do TCC no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

¹¹ A referida problemática poderia ser solucionada com a ampliação do quadro docente do Departamento de Serviço Social e com uma revisão no âmbito da UFPI das formas de contagem da carga-horária de trabalho docente que torna “invisível” grande parte das atividades que professores(as) desenvolvem para além da estrita sala de aula, como é o caso da supervisão de estágios não-obrigatórios.



Capítulo I – Da natureza do Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui-se em uma atividade acadêmica de pesquisa com vistas a sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente ao Serviço Social ou temática afim, dentre as áreas e linhas de pesquisa do Departamento de Serviço Social.

Art. 2º - A elaboração se constitui em requisito essencial para a integralização curricular e posterior obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Art. 3º - A exigência de produção da pesquisa e escritura do Trabalho de Conclusão de Curso apresenta-se na forma das disciplinas obrigatórias Pesquisa Social III e Trabalho de Conclusão de Curso do fluxograma do curso de Serviço Social, pertencente, respectivamente, ao sétimo e ao oitavo períodos do curso para os alunos que seguem o fluxo regular, sendo a primeira com carga-horária de 75 h/a de créditos teóricos e práticos, e pré-requisito para a segunda, que tem carga-horária discente de 195 h/a distribuídas também em créditos teóricos e práticos.

§ 1º - Excetuam-se do disposto no caput desse artigo, os(as) discentes que, nesta data, ainda possam integrar o currículo antigo do curso.

§ 2º - Os(as) discentes que integram o antigo currículo antigo têm as disciplinas obrigatórias do fluxograma: Monografia I, de 60 horas, e Monografia II, de 195 horas, pertencentes ao sétimo e oitavo período, respectivamente, para os que seguem o fluxo regular do curso.

Art. 4º – A disciplina Pesquisa Social III objetiva a elaboração de projeto de pesquisa, desenvolvimento das primeiras explorações de campo e a elaboração do protocolo de pesquisa para submissão ao comitê de ética, quando a pesquisa abordar seres humanos.

Art. 5º - A disciplina Trabalho de Conclusão de Curso tratará da execução do trabalho de campo com coleta, análise e interpretação das informações e elaboração do TCC desenvolvida a partir do projeto formulado na disciplina Pesquisa Social III.

Art. 6º As disciplinas de Pesquisa Social III e Trabalho de Conclusão de Curso terão a quantidade máxima de 05 discentes por turma – ou até 03 projetos de pesquisa, considerando que a pesquisa pode ser feita em dupla – obedecendo ao planejamento da Assembleia Departamental no que tange a definição de áreas e linhas de pesquisa e a inserção de seus professores nestas, bem como acomodações de carga-horária com outras atividades.

Art.7º Os(as) discentes matriculados(as) em Pesquisa Social III serão, preferencialmente, orientados(as) pelo(a) mesmo(a) docente na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, garantindo continuidade na construção da pesquisa e no processo de orientação.

Art.8º O Trabalho de Conclusão de Curso é caracterizado como atividade de orientação e, conforme estabelecido na Resolução nº 177/2012 CEPEX/UFPI, contará para efeito da carga horária do(a) docente-orientador(a), ¼ (um quarto) daquela definida para o(a) discente por trabalho.

Capítulo II – Das disciplinas e condutas preparatórias e matrícula nas disciplinas monográficas

Art. 9º - São pré-requisitos de Pesquisa Social III e Trabalho de Conclusão de Curso, as disciplinas Pesquisa Social I e Pesquisa Social II que tratarão dos conteúdos essenciais para o domínio dos fundamentos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético da pesquisa social, de forma a capacitar o aluno para o desenvolvimento de projeto, execução da pesquisa e escritura de trabalho monográfico.

Art. 10º - O Departamento de Serviço Social orientar-se-á na definição dos professores ministrantes das disciplinas Pesquisa Social III e Trabalho de Conclusão de Curso pelas diretrizes estabelecidas quanto às áreas e linhas de pesquisa apontadas pelo coletivo.

TÍTULO II – DOS OBJETIVOS, MODALIDADES E DIRETRIZES GERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TCC

Capítulo III – Dos objetivos e modalidades do TCC

Art. 11º - São objetivos do TCC:

I - possibilitar ao aluno o desenvolvimento de um trabalho científico e o domínio dos instrumentais teórico-metodológicos de forma a consolidar uma postura investigativa que possa ser replicada no(s) futuro(s) espaço(s) profissional(is);

II - sistematizar e aprofundar parte do conhecimento adquirido no decorrer do curso;

III – possibilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas acerca dos processos sociais contemporâneos da sociedade brasileira, sobre o fazer profissional e, de forma geral, sobre temáticas e questões que apontam para o aprimoramento da ação profissional pela via da produção do conhecimento;



IV – devolver, na forma de trabalho de conclusão de curso, à comunidade em geral, e particularmente aos profissionais e usuários do Serviço Social, os resultados dos esforços de pesquisa no âmbito da UFPI.

Art.12º O Trabalho de Conclusão de Curso pode se enquadrar em uma das seguintes modalidades:

I - Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica;

II - Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido a partir de pesquisa documental ou qualquer outra pesquisa que eventualmente utilize fontes secundárias;

III – Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido a partir de fontes primárias, de forma a aprofundar estudos e inquietações diversas nascidas durante o curso ou em experiências de campo de estágio, de atividades de extensão ou mesmo aprofundamento de um eventual enfoque suscitado a partir de pesquisa desenvolvida em Programa de Iniciação Científica (PIBIC).

§ 1º - No desenvolvimento da pesquisa e produção do TCC poder-se-á utilizar a triangulação de métodos, sempre em favor da adequação teórico-metodológica da pesquisa e da qualidade do trabalho.

§ 2º - É vedada a absoluta transposição do trabalho produzido no âmbito de experiências de iniciação científica para o TCC.

Capítulo IV - Disposições gerais e de competências no âmbito do TCC

Art. 13º A produção da pesquisa e escritura do Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser desenvolvida em dupla ou individualmente.

§ 1º - No caso da opção pela atividade em dupla, deverá ser apresentada ao Departamento do curso de Serviço Social quando do final de Pesquisa Social II a intenção de estudos já no formato de dupla contemplando, portanto, esse interesse, sendo a matrícula dos dois pretendentes realizada na mesma turma de Pesquisa Social III.

§ 2º - Caso haja desistência ou reprovação durante as disciplinas Pesquisa Social III ou Trabalho de Conclusão de Curso de algum dos componentes da dupla, quando este desejar retornar à disciplina em questão deverá apresentar uma nova intenção de estudo ou projeto de pesquisa, conforme o caso, à Coordenação de Curso no ato da matrícula.

Art.14º Compete ao(a) docente-orientador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso:

I- Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do trabalho em todas as suas fases;



- II- Estabelecer, em conjunto com o orientando, um plano de trabalho materializado no Programa da disciplina a ser entregue ao Departamento de Serviço Social para aprovação em Assembleia Departamental;
- III- Informar o orientando sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, bem como do calendário das atividades do período;
- IV- Acompanhar e supervisionar o trabalho de campo da pesquisa, particularmente quando utilizar técnicas de abordagem de seres humanos;
- V- Orientar o aluno na aplicação de normas técnicas para a elaboração de monografia, conforme metodologia da pesquisa científica e da ABNT;
- VI- Cumprir e fazer cumprir este Regulamento;
- VII- Definir cronograma de elaboração e entrega do TCC, observando o calendário universitário e as demais diretrizes desse regulamento;
- VIII- Comparecer a eventuais reuniões, convocadas pela Coordenação do Curso, Departamento de Serviço Social ou Núcleos para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação do TCC;
- IX- Comunicar à Coordenação de Curso eventuais problemas, dificuldades e dúvidas relativas ao processo de orientação, para as devidas providências.

Parágrafo Único – O disposto nesse artigo aplica-se igualmente à disciplina Monografia II vinculada ao currículo em fase de extinção.

Art. 15º - Compete ao Departamento de Serviço Social:

- I – Definir e apresentar aos(as) discentes as áreas e linhas de pesquisa do DSS;
- II – Divulgar a relação dos(as) orientadores(as) e suas respectivas linhas e áreas de trabalho;
- III – Designar os(as) orientadores(as) para acompanharem o processo de elaboração da TCC;

Art. 16º - Compete à Coordenação do Curso de Serviço Social

- I – Receber os Trabalhos de Conclusão de Curso, conforme o disposto no presente Regulamento;
- II – Encaminhar os Trabalhos de Conclusão de Curso à Biblioteca Central e Setorial da UFPI;
- III - Disponibilizar o manual com orientações para TCC e, em parceria com a STI, publicizar os trabalhos na página no Curso.

Art. 17º - São direitos do(a) aluno(a) orientando(a):

- I- Ter um(a) docente orientador(a) durante o processo de pesquisa e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso;
- II- Ser informado sobre as normas e regulamentação do Trabalho de Conclusão do Curso;

III- Participar do planejamento e estabelecimento do cronograma do Trabalho de Conclusão do Curso;

IV- Recusar-se a receber orientações em espaços privados ou alheios a UFPI ou em horários inadequados ou não previstos, salvo em condições própria de licença-maternidade ou situações especiais de tratamento de doença às quais esteja submetido;

V- Receber orientação e ser avaliado conforme prevê esta Resolução, tomando conhecimento das notas que lhe são atribuídas periodicamente.

Art. 18º São deveres do(a) discente orientando(a):

I- Definir sua intenção de estudos com o devido preenchimento do formulário como requisito para matrícula em Pesquisa Social III;

II- Frequentar as sessões de orientação, bem como proceder a todas as atividades planejadas de forma a garantir a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), da carga-horária total das disciplinas, sob pena de reprovação por falta;

III- Dedicar-se, com acuidade, conduta ética, responsabilidade e pontualidade as atividades pertinentes ao TCC;

IV- Cumprir as normas e regulamentação própria do Trabalho de Conclusão do Curso;

V- Cumprir o plano e o cronograma estabelecidos em conjunto com seu orientador;

VI- Elaborar protocolo de pesquisa, recolher material junto ao CEP e proceder a comunicação e entrega do resultado de suas pesquisas para a instituição e sujeitos com os quais tenha trabalhado;

VII- Respeitar os direitos autorais sobre artigos técnicos, artigos científicos, textos de livros, sítios da Internet, entre outros, evitando todas as formas e tipos de plágio acadêmico, sob pena das sanções legais;

VIII- Apresentar, obrigatoriamente, ao Departamento de Serviço Social o TCC em formato final, constando ficha catalográfica, por meio de cópia digitalizada em CD-Room;

IX- Encaminhar cópia impressa do seu trabalho para o campo ou sujeitos junto a quem desenvolveu a investigação;

Capítulo V – Dos custos e prazos de apresentação do TCC

Art. 19º No desenvolvimento da orientação o material produzido pelo(a) discente deverá ser entregue ao(a) orientador(a) com antecedência mínima de 48 horas úteis, a fim de ser garantido tempo hábil para a leitura e construção de pertinente orientação.

Art. 20º Os custos relativos à pesquisa, elaboração do TCC e a devida encadernação final são de responsabilidade do(a) discente.

Art. 21º O prazo de depósito, no DSS, da versão final e aprovada do TCC é o último dia previsto para realização de exame final, fixado conforme o calendário acadêmico universitário, no horário institucional de 8 às 12h e das 14 às 18h.

Art. 22º O depósito dos volumes deverá ser feito pelo(a) discente ou por seu representante, munido de procuração.

Capítulo VI - Da estrutura e apresentação escrita do TCC

Art. 23º O TCC deve ser apresentado respeitando o conjunto da normalização para trabalhos acadêmicos da ABNT.

Art. 24º O TCC deverá apresentar o número mínimo de 40 páginas de elementos textuais, sem limites quanto ao número máximo de páginas.

Parágrafo único: O Colegiado de Curso deverá alterar essa diretriz, caso a ABNT venha, por alguma razão, modificar sua normalização, implicando em redução significativa de texto produzido no TCC, por exemplos, aumento do espaçamento entre linhas ou aumento do tamanho da fonte.

Art. 25º No pré-texto do TCC exigir-se-á a observância de resumo na língua vernácula e em outro idioma, preferencialmente o inglês, além das devidas palavras-chave e demais itens que se fizerem necessários em face da natureza do trabalho.

Parágrafo único: Incluem-se nas obrigações concernentes ao pré-texto a ficha catalográfica no verso da folha de rosto do trabalho monográfico.

Art. 26º Os volumes do trabalho final deverão ser encadernados em capa dura, na cor verde escuro, elaborada conforme modelo disponível à consulta no DSS.

TÍTULO III – DA ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO TCC

Capítulo VII – O processo de orientação

Art. 27º O(a) docente, na primeira semana da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso deverá elaborar o programa da disciplina contendo a sistemática da orientação, os



procedimentos de acompanhamento do processo da pesquisa e da escritura da monografia e o cronograma de atividades.

Art. 28º A orientação da TCC constitui-se em um processo de acompanhamento didático-pedagógico de responsabilidade de docente devidamente indicado para essa atividade.

Art. 29º A orientação deverá ser prioritariamente desenvolvida por professor do quadro efetivo da UFPI, escolhido em observância à sua inserção na área e linha de pesquisa do(a) discente.

Art. 30º A orientação e a relação professor-aluno deverão pautar-se pela ética na condução do processo ensino-aprendizagem e avaliação e em observância, sempre, às diretrizes emanadas do presente regulamento.

Art. 31º Durante o processo de orientação, serão monitoradas as atividades diversas do(a) discente em campo e em atividades de leitura e produção do texto, na forma de observância do diário de campo, de fichamentos, de elaboração e aplicação de instrumentos de coleta de dados, na produção do eventual protocolo de pesquisa para o CEP, no pré-teste de instrumentos, na transcrição e análise de entrevistas, no tratamento geral dos dados coletados, entre outros.

Art. 32º As sessões de orientações ocorrerão semanalmente em dia, hora e local interno à UFPI, preestabelecidos em plano de curso e terão duração de 02 horas-aula.

Art. 33º A aquisição de livros, textos ou documentos necessários ao trabalho de pesquisa e produção da monografia é de absoluta responsabilidade do(a) aluno(a), cabendo ao professor(a), somente a indicação de referências.

Parágrafo único – O eventual empréstimo de livros, textos ou documentos do(a) professor(a) ao(a) discente constitui ato de colaboração adicional.

Capítulo VIII - Do processo de avaliação do TCC

Art. 34º A avaliação do TCC dar-se-á na forma de atribuição de nota de 0 a 10 pelo professor orientador e constará de quatro momentos os quais levarão em conta aspectos diferenciados do processo de construção da monografia.

§ 1º A primeira avaliação apreciará a densidade da revisão de literatura realizada, bem como o nível de aprofundamento da abordagem teórica do objeto de estudo apresentado pelo aluno.

§ 2º A segunda avaliação se deterá na apreciação do trabalho de campo como um todo realizado pelo orientando, da organização das informações e das primeiras análises dela decorrentes. Quando se tratar de pesquisa que não contemple trabalho de campo, a avaliação se dará levando-se em conta o nível de apropriação e aprofundamento das escolhas teórico-metodológicas e o desenvolvimento da monografia em relação à pretensão de estudo apontada.

§ 3º A terceira avaliação levará em conta a análise dos dados coletados apresentados no(s) capítulo(s) da monografia.

§ 4º A quarta avaliação levará em conta o produto final apresentado pelo aluno, na forma de monografia concluída, que redunde em um padrão suficiente de qualidade exigível para um Trabalho de Conclusão de Curso no nível de graduação. Devem ser observadas a estrutura lógica do texto, a argumentação, o domínio dos referenciais teórico-metodológicos, a condução processual geral da pesquisa, a correção gramatical e a normalização científica e, inclusive, todos os aspectos formais previstos nestas normas.

Art. 35º Os alunos, com frequência regular, cuja nota final esteja entre 4,0 (quatro) e 6,9 (seis vírgula nove), terão oportunidade de uma reapreciação da monografia, no prazo máximo de dez dias após o lançamento dos resultados parciais da avaliação do trabalho pelo professor orientador.

§ 1º - A reapreciação do trabalho constituir-se-á no que as normas institucionais da UFPI para a graduação consideram exame final e será de estrita responsabilidade do professor orientador.

§ 2º - No caso previsto nos parágrafos deste artigo, a nota mínima para aprovação em exame final é 6,0 (seis), como resultado da média alcançada nas avaliações parciais, somada à nota de reapreciação do trabalho pelo orientador, dividido por dois.

§ 3º Nos casos de reprovação de TCC não caberá nenhum recurso a instância superior, devendo o aluno submeter-se a nova matrícula na disciplina Monografia II.

Art. 36º A nota final do TCC somente será digitada no SIGAA somente após entrega ao Departamento do comprovante de entrega do volume às instituições ou sujeitos, quando for o caso.

Art. 37º- Não será admitido para efeito de avaliação do TCC, trabalhos, no todo ou em partes, considerados inautênticos, plagiados ou copiados de quaisquer fontes, os quais sujeitar-se-ão, na forma da lei, às penalidades devidas.

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38º - Os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pelo Departamento de Serviço Social, Assembleia Departamental e/ou Colegiado do Curso de Serviço Social, no que comportar, conforme o regimento da UFPI e resoluções específicas.

Art. 39º - Este regulamento entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

3.8 AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares compreendem um repertório diversificado de possibilidades de inserção e ações que ampliam a concepção de educação para além das atividades de sala de aula e estágio, permitindo uma maior flexibilidade nos componentes curriculares e promovendo maior relação do(a) discente com as questões mais gerais da questão social para além dos muros da Universidade e da mera transmissão e produção de conhecimento nos espaços acadêmicos da Instituição, estimulando o aluno a ser assumir a condição de sujeito ativo no processo de produção do saber. O universo de possibilidades no que tange às atividades são múltiplas, envolvendo a inserção em projetos de pesquisa e extensão, a participação em Programas de Educação Tutorial, a produção científica, a monitoria, a participação em encontros, seminários e congressos, a apresentação de trabalhos, os estágios não-obrigatórios, a inserção em movimento estudantil e outros movimentos sociais, assim como vivência de gestão, como participação em colegiados de curso, dentre outras.

Segundo a Resolução nº 177/2012, que regulamenta a Graduação na UFPI, as atividades complementares de graduação, a serem desenvolvidas durante o período da formação, constituem o conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias a sua formação.

O curso de Serviço Social, após ampla discussão envolvendo discentes e docentes e o Colegiado do Curso e após tramitação em diversas instâncias da Casa, aprovou diretrizes que normatizam as atividades complementares, definidas pelas Resoluções nº 177/2012 e nº 150/2006 – CEPEX/UFPI que trata da consignação de créditos referentes às atividades



complementares. A seguir, sintetizamos as referidas diretrizes, buscando adaptá-las à legislação mais recente da Política de Estágio.

TÍTULO I - DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º - As atividades complementares compreendem um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que visam estimular a condição de sujeito do/a aluno/a nos processos de produção do saber, que lhes possibilitem o aproveitamento de atividades extracurricular.

TÍTULO II - DAS MODALIDADES DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 2º - Podem ser consideradas atividades complementares no Curso de graduação em Serviço Social, as seguintes atividades com seus respectivos critérios de aproveitamentos:

a) CATEGORIA: Atividades de Iniciação à Docência: Monitoria

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 60h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1041	Inserção em Programa de Monitoria da CAAP/PREG.	Um semestre de exercício de monitoria.	60 h	60 h	

b) CATEGORIA: Atividades Complementares de Ensino

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 60h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1042	Disciplina adicional	Outras disciplinas cursadas nas seguintes condições: - Uma terceira disciplina optativa (Tópico Especial) ou	60 h	60 h	As disciplinas devem contemplar temas que tenham relação com o Serviço Social

		eletiva, na UFPI ou em outra IES pública; - Disciplina cursada no currículo IV, não aproveitada no currículo V.			
UFP1048	Participação em Programa de Educação Tutorial (PET)	Participação no PET por semestre letivo.	60 h	60 h	

c) CATEGORIA: Participação em Núcleos ou Grupos de Pesquisas

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 60h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1050	Participação em Programa de Iniciação Científica (PIBIC/ICV)	Participação no Programa de iniciação científica, por semestre letivo.	60 h	60 h	
UFP1051	Participação em núcleo e grupos de pesquisas.	Inserção semestral em projetos de pesquisas, sob supervisão de um docente.	60 h	60 h	

d) CATEGORIA: Atividades de Extensão

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 90h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1104	Cursos, seminários ou similares	Participação em cursos presenciais ou à	15 h	45 h	

		distância, relacionados ao Serviço Social e áreas afins.			
UFP1102	Participação em Projetos de Extensão	Participação em Projetos de Extensão na área de Serviço Social ou afim, sob supervisão de um docente.	60 h	60 h	
UFP1105	Curso de língua estrangeira	Participação formal e regular em curso de língua por semestre letivo.	10 h	20 h	
UFP1106	Intercâmbio acadêmico e/ou cultural	Participação em intercâmbio acadêmico e/ou cultural com duração de, no mínimo, 6 meses.	20 h	40 h	

e) CATEGORIA: Experiências de Gestão ou Representação em Órgãos

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 40h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 40h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1107	Direção institucional e Coordenação de programas e projetos governamentais ou em organizações não governamentais	Inserção como gestor/a ou coordenador/a em programas ou projetos governamentais ou de organizações não governamentais com duração de no mínimo 6 meses.	40 h	40 h	

UFP1108	Representação em Conselhos de Direitos, Gestores, Tutelares ou fóruns representativos da sociedade	Mandato em Conselhos de Direitos ou Tutelares ou fóruns representativos da sociedade por um período mínimo de um ano na condição de membro titular.	40 h	40 h	
CCSS027	Participação diretoria de Centro Acadêmico ou Diretório Central dos Estudantes	Mandato em instâncias de organização dos estudantes em nível local, regional ou nacional, como membro titular, por ano de efetivo exercício no cargo.	15 h	30 h	
CCSS026	Representação Estudantil em Colegiados ou comissões de trabalhos determinadas pelos órgãos colegiados da UFPI não relacionados a eventos	Um ano de efetivo exercício de atividades como representante estudantil em Colegiado de Curso, Comissões de Currículo, Assembleias Departamentais, Conselhos de Centros, Colegiados Superiores ou outras eventuais comissões designadas pelos colegiados desta IFES.	10 h	20 h	
CCSS025	Representação estudantil em organismo ligado	Representação Estudantil em organismo	10 h	20 h	



	a formação profissional (ABEPSS, ENESSO, ALAEITS etc)	ligado a formação profissional por ano de efetivo exercício, mediante devida comprovação.			
--	---	---	--	--	--

f) CATEGORIA: Atividades de Participação em Eventos Científicos

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 60h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1096	Eventos científicos de áreas diretamente relacionadas ou afins ao curso de Serviço Social e áreas afins.	Participação em eventos internacionais, nacionais, regionais ou locais diretamente relacionados ao Serviço Social e áreas afins na condição de ouvinte.	Internacional – 7h Nacional – 5h Local/Regional – 3h	25 h	

g) CATEGORIA: Atividades de Bolsa de Trabalho ou Experiências semiprofissionais

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 120h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 120h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1094	Estágio Não Obrigatório	Realização de estágio não-obrigatório, por um semestre letivo, com supervisão de campo e acadêmica de	60 h	60 h	

		Assistente Social.			
UFP1095	Programa Bolsa Trabalho da UFPI	Participação no Programa Bolsa Trabalho da PRAEC/UFPI por um semestre de atividade de trabalho, mediante devida comprovação.	25 h	25 h	

h) Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos e Trabalhos Publicados

Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 90h

Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1219	Trabalhos em eventos como autor/a ou coautor/a ou participação em mesas redondas	Apresentação de trabalhos como autor/coautor ou participação em mesas redondas em eventos internacionais, nacionais, locais ou regionais diretamente relacionados ao curso de Serviço Social ou áreas afins.	Internacional – 20h Nacional – 15h Local ou Regional – 10h	40 h	
CCSS004	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de trabalhos completos publicados em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Internacional – 40h	60 h	
CCSS005	Publicação de	Autoria ou	Nacional –	60h	

	trabalhos completos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	coautoria de trabalhos completos publicados em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	30h		
CCSS006	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de trabalhos completos publicados em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Local ou Regional – 20h	60h	
CCSS007	Publicação de resumo expandido em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumo expandido publicado em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Internacional – 30h	40 h	
CCSS008	Publicação de resumo expandido em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumo expandido publicado em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Nacional – 20h	40h	
CCSS009	Publicação de resumo expandido em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumo expandido publicado em anais de eventos, via impressa, CD-ROM, ou no formato	Local ou Regional – 10h	40h	



		eletrônico.			
CCSS010	Publicação de resumos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumos publicados em anais de eventos, seja via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Internacional – 20h	25 h	
CCSS011	Publicação de resumos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumos publicados em anais de eventos, seja via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Nacional – 15h	25h	
CCSS012	Publicação de resumos em anais de eventos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resumos publicados em anais de eventos, seja via impressa, CD-ROM, ou no formato eletrônico.	Local ou Regional – 10h	25h	
CCSS013	Publicação de artigo científico em periódicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de artigos publicados em periódicos na área do Serviço Social e afins.	Internacional – 80h	80 h	
CCSS014	Publicação de artigo científico em periódicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de artigos publicados em periódicos na área do Serviço Social e afins.	Nacional – 60h	80h	
CCSS015	Publicação de artigo científico em periódicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de artigos publicados em periódicos na	Local ou Regional – 40h	80h	



		área do Serviço Social e afins.			
CCSS016	Publicação de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como na área do Serviço Social e afins.	Internacional – 40h	40 h	
CCSS017	Publicação de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como na área do Serviço Social e afins.	Nacional – 30h	40h	
CCSS018	Publicação de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de resenhas ou relatos de experiência em periódicos científicos como na área do Serviço Social e afins.	Local ou Regional – 20h	40h	
UFP1279	Publicação de artigo em livro na área de Serviço Social ou afim como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de artigo publicado em livro organizado na área de Serviço Social ou afim.	50 h	50 h	
UFP1280	Publicação de cadernos ou manuais instrutivos como autor/a ou coautor/a	Autoria ou coautoria de cadernos, cartilhas ou manuais instrutivos na área de Serviço Social e afins, provenientes de	15h	30 h	



		experiências de pesquisa, ensino, extensão, estágios ou ainda produto de participação em projetos governamentais, não-governamentais ou de mandatos em Conselhos de Direitos ou Tutelares ou similares.			
UFP1281	Publicação de artigos em jornais em geral de assuntos no âmbito de interesse do Serviço Social ou áreas afins	Autoria ou coautoria de artigos em jornais em geral devidamente identificada a autoria e o jornal, versando sobre temas relacionados ao Serviço Social e áreas afins.	10h	10 h	
UFP1324	Aprovação em concursos na área de Serviço Social	Aprovação em concursos públicos para fins de vínculo de trabalho no Serviço Social.	30 h	30 h	
UFP1325	Premiação em concurso no âmbito da formação profissional em Serviço Social.	Premiação de trabalhos acadêmicos em concurso seja no ensino/pesquisa/extensão, ou ações de projetos provenientes de experiências de estágios na	40 h	40 h	



		área do Serviço Social e áreas afins.			
--	--	---------------------------------------	--	--	--

i) CATEGORIA: Participação em Atividades ou Produções Técnicas Científicas Artísticas e Culturais relacionadas à área do Serviço Social ou afins
Carga Horária Máxima da Categoria (Resolução CEPEX/UFPI N.º 177/12): 90h
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
UFP1314	Participação na produção ou elaboração de vídeos relacionados à área do Serviço Social ou afins	Autoria ou coautoria de vídeos educativos na área do Serviço Social ou áreas afins.	20 h	20 h	
DSS202	Realização/organização de exposição relacionados à área do Serviço Social ou afins	Organização ou participação em equipe organizadora de exposição na área do Serviço Social ou áreas afins.	10 h	20 h	
UFP1320	Edição ou coedição de publicações relacionadas à área do Serviço Social ou afins	Edição ou coedição de publicação na área do Serviço Social ou afins (livros, periódicos, anais de eventos).	15 h	15 h	
DSS201	Ministrar ou mediar cursos, oficinas ou palestras	Realização de cursos, oficinas, palestras na condição de mediador, ministrante ou facilitador com duração de no mínimo 2h.	2 h	10 h	

(*) A carga-horária a ser considerada para efeito de consignação é contada em horas/aula.

Art. 3º - Serão passíveis de consignação como atividades complementares somente as que tiverem sido realizadas no período regular do curso de Serviço Social do(a) aluno(a) solicitante e no âmbito de interesse do curso de Serviço Social ou áreas afins.

Art. 4º - Para fins de consignação de créditos não serão consideradas as atividades em quaisquer modalidades que componham requisitos de avaliação dos componentes curriculares obrigatórios ou optativos da grade curricular do curso, ou seja, atividade realizada como parte constitutiva de uma disciplina do curso ou ainda de estágio não poderá ser considerada como passível de constituir-se em atividade complementar.

Art. 5º - Para fins de consignação de créditos não poderá ser considerada como complementar uma atividade que tenha sido realizada no âmbito de outra modalidade para a qual o(a) aluno(a) demande também consignação de créditos, ou seja, é vedada a duplicidade de aproveitamento de estudos para fins de consignação de créditos em atividades complementares, como no caso das Atividades Curriculares de Extensão (ACE), que não poderão ser contabilizadas como carga horária nas atividades complementares.

Art. 6º - Fica vedada a consignação de créditos de atividades numa única modalidade, sendo exigido, portanto, a diversidade nas atividades complementares.

TÍTULO III - DO PROCESSO DE SOLICITAÇÃO, ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO QUANTO A CONSIGNAÇÃO DE CARGA-HORÁRIA RELATIVA À ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 7º - O(a) aluno(a) deve incluir as atividades e documentação comprobatória no SIGAA, no período previsto pelo calendário acadêmico, que será validada ou não pelo coordenador do curso.

Art. 8º - Só serão consideradas para efeito de integralização de créditos as atividades devidamente comprovadas.

Art. 9º - A inclusão das atividades complementares e consignação de carga-horária de atividades complementares realizadas inicia-se no segundo período de curso prolongando-se até o início do último período letivo do/a aluno/a.

Art. 10º - O(a) aluno(a) poderá requer a consignação de créditos totais (120 h) ou parcial, conforme lhe aprouver, embora sempre na observância dos dispostos na presente resolução, quanto a evitar a duplicidade no aproveitamento de estudos, a realização de atividades



complementares em uma mesma modalidade ou mesmo a busca de aproveitar, como complementares, atividades realizadas no âmbito do fluxo regular do curso, já previsto no currículo.

Art. 11º - A análise ou validação das atividades, devem ser realizadas pela coordenação do curso em absoluta observância aos dispostos na presente resolução e a normatização referente a atividades complementares no âmbito da UFPI, emanada do CEPEX.

TÍTULO IV - DAS POSSIBILIDADES DE RECURSOS CONTRA A DECISÃO EMANADA NO ÂMBITO DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Art. 12º - Eventuais recursos contra a decisão da Coordenação do curso deverão ser encaminhados em primeira instância ao Colegiado do Curso de Serviço Social, e, em instância superior, ao CEPEX desta IFES.

TÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 15º - São atribuições da Coordenação do Curso:

- a) Divulgar junto aos estudantes as normas e procedimentos para realização das atividades complementares, sua natureza e objetivos;
- b) Apreciar os requerimentos de consignação de créditos das atividades complementares, de acordo com presente resolução, bem como analisar a documentação apresentada;
- c) Divulgar, através de portaria, os resultados das análises dos processos de aproveitamento das atividades complementares para fins de consignação de créditos respeitando as diretrizes quanto aos prazos estabelecidos na presente normalização;
- d) Solicitar junto à DAA a consignação dos créditos ou lançar diretamente no Sistema Acadêmico essas informações ao final do processo de cada período letivo;
- e) Manter banco de informações sobre os/as alunos/as, por turma/ano, referentes às atividades complementares já consignadas, com respectiva carga horária;
- f) Presidir o processo de implementação e acompanhamento das atividades complementares no âmbito do curso de Serviço Social.

TÍTULO VI - DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DISCENTES



Art. 16º - Cabe ao aluno(a) encaminhar requerimento à Coordenação do Curso de Serviço Social com a devida comprovação das atividades elencadas como complementares, para fins de consignação e integralização curricular até o início do último período letivo do curso;

Parágrafo Primeiro – O(a) aluno(a) eventual formando(a) que não encaminhar no período devido seu requerimento à Coordenação ou que seu processo não obtenha êxito com a consignação dos créditos necessários à integralização curricular, aguardará até a regularização desse impedimento para a conclusão de suas atividades como discente desta IFES.

Parágrafo Segundo - Só serão consideradas para efeito de integralização de créditos as atividades devidamente comprovadas.

Art. 17º - O(a) aluno(a) é responsável por quaisquer informações que preste quando da solicitação ou eventual recurso de decisão emanada da Coordenação, podendo vir a ser alvo de sanções em casos de adulterações de comprovantes ou declarações falsas, para as quais a Instituição encaminhará os eventuais casos para as providências cabíveis.

TÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18º - O eventual descumprimento das obrigações concernentes as atividades complementares ou mesmo o desrespeito aos prazos e diretrizes estabelecidas na presente resolução implicam em pendências impeditivas da integralização curricular.

Art. 19º - Fica eleito o Colegiado do Curso de Serviço Social como fórum para dirimir toda e qualquer dúvida não prevista na presente norma.

Art. 20º - A presente Resolução entrará em vigor a partir de sua aprovação nos colegiados competentes, revogando-se as disposições em contrário.

3.9 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACE)

Norteadas pela concepção de extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de educação popular e emancipação humana, compreende-se que o processo de curricularização da extensão como essencial para potencializar a formação em Serviço Social e colocar os(as) estudantes em relação direta com a realidade, dinamizando a relação entre



teoria e prática (ABEPSS, 2021). Nessa direção, destaca-se a compreensão de extensão referenciada pela ABEPSS:

- Que se balize pelo método da educação popular pois coloca como ponto de partida à autonomia dos sujeitos e construção de alternativas junto com eles respeitando seus interesses;
- Que reafirme a atualidade do significado da relação profissional com os movimentos sociais redimensionando criticamente a formação e o perfil profissional fortalecendo os processos de renovação profissional;
- Que referencie práticas educacionais emancipadoras como forma de superar o enfoque de “difusão” atuando com maior inserção na realidade social e política brasileira (ABEPSS, 2021, p.22).

Balizada nesta compreensão, a curricularização da extensão proposta no atual Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFPI, tem como horizonte o fortalecimento dos princípios formativos contidos nas Diretrizes Curriculares, alinhados ao Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. Nessa perspectiva, foram formuladas diretrizes gerais para normatização das ACEs no referido curso.

DIRETRIZES GERAIS PARA NORMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

TÍTULO I – DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 1º - Considera-se como Atividades Curriculares de Extensão: programas, projetos, eventos, cursos de extensão e/ou prestação de serviços à comunidade.

Art. 2º - As ACEs têm como objetivos:

- I - Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;
- II - Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- III - Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para a cidadania e o seu papel social;
- IV- Proporcionar a busca de novos objetos de investigação, e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedade;



V- Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

TÍTULO II – DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 3º - O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social estabelece a carga horária mínima a ser cumprida como Atividades Curriculares de Extensão 315 horas, que corresponde a 10% da carga horária total do curso;

TÍTULO III - DO COORDENADOR DE EXTENSÃO DO CURSO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 4º - Compete ao Coordenador de Extensão do curso de Serviço Social:

- I - Eleger, em reunião com os docentes e técnico - administrativos do curso, o Coordenador e o Coordenador adjunto da atividade de extensão a ser obrigatoriamente ofertada no semestre seguinte;
- II - Supervisionar o encaminhamento à PREXC do cadastro das propostas de ACEs e dos seus respectivos relatórios semestrais e finais;
- III - Acompanhar e orientar a inscrição dos(as) discentes do curso nas ACEs;
- IV - Fazer levantamento semestralmente de demandas dos(as) discentes do curso na participação das ACEs e propor, junto com os(as) docentes do curso, alternativas de atendimento às referidas demandas;
- V – Analisar e validar as atividades de extensão a serem integralizadas no currículo como ACEs, em articulação com a Coordenação do Curso de Serviço Social;

TÍTULO IV – DA INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 5º - As atividades de extensão a serem aproveitadas para fins de integralização do currículo como ACE deverão:

- I - Envolver diretamente comunidades externas à universidade como público;
- II - Estar vinculadas à formação do(a) estudante;

III - Ser realizadas presencialmente;

IV - Atender as especificidades do curso de Serviço Social e áreas afins.

V – Ter sido realizadas no período regular do curso de Serviço Social do(a) estudante solicitante;

Art. 6º - A creditação das horas de extensão será realizada através do módulo de extensão no SIGAA;

Art. 7º - Só serão consideradas para efeito de integralização de créditos como ACE as atividades de extensão devidamente comprovadas;

Art. 8º - Podem ser creditadas como ACE as atividades de extensão realizadas em outros cursos, departamentos, unidades ou instituições, desde que atendam ao disposto no artigo 5º;

Art. 9º - É vedada a duplicidade de aproveitamento de carga horária em outras modalidades, como no caso das Atividades Complementares;

Art. 10º - A análise e validação das atividades de extensão, devem ser realizadas pela coordenação de extensão do curso em absoluta observância aos dispostos neste PPC e a normatização referente as ACEs no âmbito da UFPI;

Art. 11º - É dever do(a) discente cadastrar os seus certificados no módulo de extensão do SIGAA para fins de consignação das 315 horas de ACE, que precisam ser integralizadas até a conclusão do curso;

TÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º - Os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pelo Departamento de Serviço Social, Núcleo Docente Estruturante e/ou Colegiado do Curso de Serviço Social, no que comportar, conforme o regimento da UFPI e resoluções específicas.

3.10 MATRIZ CURRICULAR

Quadro 10 – Matriz curricular do curso de bacharelado em Serviço Social da UFPI

BLOCO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	Créditos	Pré-requisito
1º	NOVO CÓDIGO	Seminário de introdução à formação em Serviço Social	15	1.0.0	
	DFI0438	Introdução à Filosofia	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Economia Política	60	4.0.0	

	NOVO CÓDIGO	Introdução à metodologia científica	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Iniciação à Política	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Iniciação Sociológica	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Introdução ao Serviço Social	30	1.1.0	
		TOTAL	345		
BLOCO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	Créditos	Pré-requisito
2º	NOVO CÓDIGO	Seminário temático I	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social I	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Iniciação antropológica	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Política social I	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Questão social no Brasil	60	3.1.0	
	DGH0092	Formação sócio-histórica do Nordeste e do Piauí	60	4.0.0	
		TOTAL	360		
BLOCO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	Créditos	Pré-requisito
3º	NOVO CÓDIGO	Processo de trabalho do Serviço Social I	60	3.1.0	
	NOVO CÓDIGO	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	60	4.0.0	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I
	NOVO CÓDIGO	Psicologia social	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Seminário temático II	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Política social II	60	4.0.0	Política Social I
	NOVO CÓDIGO	Direitos sociais e cidadania	60	4.0.0	
		TOTAL	360		
BLOCO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	Créditos	Pré-requisito
4º	NOVO CÓDIGO	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	60	4.0.0	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II
	NOVO CÓDIGO	Processo de trabalho do Serviço Social II	60	3.1.0	Processo de trabalho I
	NOVO CÓDIGO	Gestão e planejamento de políticas públicas e serviços sociais	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Fundamentos éticos e ética profissional	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Sociedade civil e movimentos sociais	60	3.1.0	
	NOVO CÓDIGO	Política Social III	60	4.0.0	Política Social I

		TOTAL	360		
BLOCO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	Créditos	Pré-requisito
5º	NOVO CÓDIGO	Processo de trabalho do Serviço Social III	60	3.1.0	Processo de trabalho I
	NOVO CÓDIGO	Optativa	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Pesquisa social I	60	4.0.0	
	NOVO CÓDIGO	Avaliação de políticas públicas e projetos sociais	60	3.1.0	
	NOVO CÓDIGO	Diversidades e desigualdades de gênero, raça/etnia e de classe	60	4.0.0	
			TOTAL	300	
BLOCO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	Créditos	Pré-requisito
6º	NOVO CÓDIGO	Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I	225	0.0.15	Processo de Trabalho do Serviço Social III; Fundamentos éticos e ética profissional; Avaliação de políticas públicas e projetos sociais
	NOVO CÓDIGO	Seminário de prática I	30	0.2.0	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social I
	NOVO CÓDIGO	Instrumentalidade do Serviço Social I	15	0.1.0	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social I
	NOVO CÓDIGO	Pesquisa social II	60	4.0.0	Pesquisa social I
			TOTAL	330	
BLOCO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	Créditos	Pré-requisito
7º	NOVO CÓDIGO	Seminário de prática II	30	0.2.0	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social II
	NOVO CÓDIGO	Instrumentalidade do Serviço Social II	15	0.1.0	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social II
	NOVO CÓDIGO	Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social II	225	0.0.15	Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I
	NOVO CÓDIGO	Pesquisa Social III	75	1.3.1	Pesquisa Social II
			TOTAL	345	

BLOCO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	Créditos	Pré-requisito
8º	NOVO CÓDIGO	Trabalho de Conclusão de Curso	195	1.10.2	Pesquisa Social III
	NOVO CÓDIGO	Optativa	60	4.0.0	
		TOTAL	255		
CARGA HORÁRIA			2.655h		
ATIVIDADES COMPLEMENTARES			120 h		
ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO			315 h		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			3.090 h		

Fonte: Própria

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão é um ideário universitário, sendo princípio da UFPI (PDI UFPI, 2020) e eixo balizador da presente proposta curricular, tendo no âmbito do curso de Serviço Social muitas inserções promissoras que dão conta do esforço de integrar essas atividades, seja pela inserção dos(as) discentes em núcleos, diretórios, programas especiais, como o PET, o PIBIC/ ICV e em programas e projetos de extensão.

Essa indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão é fundamental quando se tem como propósito uma formação que ultrapasse as fronteiras geralmente livrescas (ou de reprodução de cópias), do processo de ensino e que oportunize a produção do conhecimento, pela via da pesquisa e do contato e intervenção junto às comunidades, grupos, movimentos e organizações sociais etc. A vivência, as experiências reais no mundo da vida e dos problemas sociais habilitam o(a) discente a alargar os horizontes de preocupações e intervenção de forma a ampliar as possibilidades de romper com uma lógica pragmática, reiterativa e pouco crítica.

4.1.1 A Iniciação Científica

Há muito consolidado no âmbito do CNPq e da UFPI, o Programa de Iniciação Científica (PIBIC) já envolve parte significativa de docentes e discentes do curso e já contou inclusive com projetos premiados na área de atuação dado a qualidade e acuidade com que foram desenvolvidos¹².

Com um corpo docente na totalidade de doutores(as), o Departamento de Serviço Social tem uma grande quantidade de professores(as) que desenvolvem pesquisas (por vezes mais de uma), envolvendo, por conseguinte, alunos(as) em suas atividades. Além da inserção dos(as) docentes em programas de mestrado e doutorado que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas conjuntas e em articulação da graduação com a pós-graduação.

4.1.2 Os núcleos e diretórios de pesquisa

As pesquisas estão, em geral, ligadas a núcleos e diretórios de pesquisa do CNPq, certificados pela UFPI. Embora muitos núcleos e diretórios não passem de estruturas formais com pouca expressividade no plano acadêmico para além de projetos individuais de pesquisa que agregam os interesses particulares de docentes coordenadores e seu grupo de orientandos, alguns ensaiam inserções mais comprometidas com a pulsação do debate no âmbito de suas temáticas e áreas de interesse.

Assim, nessa proposição pedagógica entendemos ser indispensável o estímulo à criação e/ou fortalecimento de núcleos como os já existentes (Núcleo de Pesquisa sobre Criança e adolescentes – NUPEC; Núcleo de Pesquisa Estado e Políticas Públicas; Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Universitária para a Terceira Idade - NUPEUTI/PTIA; Núcleo de Pesquisa sobre Família e Gerações – FAMGER; Núcleo de Pesquisa sobre Gênero e Desenvolvimento – ENGENDRE; Núcleo de Pesquisa Formação, Educação, Trabalho, Desigualdade Social e Políticas Públicas; Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Sociedade,

¹² No âmbito da iniciação científica, situamos o PIBIC e o Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV), que, em geral, vem recebendo significativa quantidade de alunas/os de Serviço Social em face das cotas de bolsas para o PIBIC (seja do CNPq ou da UFPI) não serem suficientes para dar conta da quantidade de projetos e alunos candidatos a bolsas interessados em inserções em pesquisas propostas por seus docentes.

Direitos e Políticas Públicas – NUSDIPP, dentre outros¹³), e os vários de diretórios de pesquisa, de forma a que, cada vez mais, consubstanciem-se em espaços abertos aos alunos de graduação gerando, portanto, a possibilidade de outras práticas e contato com o debate contemporâneo no tocante a suas temáticas específicas.

Os núcleos e diretórios, por suas características de articular professores pesquisadores e alunos por áreas de interesse e não por lotação departamental ou Programa específico de Pós-graduação, podem oferecer amplas possibilidades de fortalecimento de parcerias e de contatos para fora do espaço restrito do curso, ou seja, permite uma circulação e uma mobilidade intra-universidade para além do espaço específico de formação do curso, de grande valia para o alargamento dos debates e ampliação dos horizontes de pesquisa, de forma a abrir possibilidades para uma efetiva experiência interdisciplinar e mesmo interinstitucional.

Os núcleos e diretórios de pesquisa são de grande relevância também por propiciarem maiores condições e proximidade dos(as) estudantes ao universo dos eventos acadêmicos (Congressos, Seminários, Jornadas Científicas, Encontros Nacionais). Faz-se, portanto de grande relevância o estímulo à participação nos eventos em geral da profissão (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social - ENPESS, Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP, reuniões e eventos em geral da ABEPSS, do CRESS, do CFESS, instituições públicas estaduais locais, entre outros) e das entidades organizativas dos(as) estudantes (CA, ENESSO), de forma aos(as) discentes integrem-se, cada vez mais, aos processos, debates e deliberações nacionais ou mesmo internacionais, buscando romper com o isolamento, com a apatia, abrindo campo para o compromisso mais aberto de nossa escola com os rumos que tomam a formação e a profissão de Serviço Social, em particular, fortalecendo o viés investigativo que deve portar o profissional que formamos e o intercâmbio acadêmico no mundo globalizado.

O curso de Serviço Social da UFPI tem um histórico de desenvolvimento de atividades de extensão, tais como programas, projetos, eventos e cursos, que possibilitam a articulação da formação acadêmica com a comunidade externa. Dentre os vários programas e projetos de extensão desenvolvidos ao longo dos anos, destacam-se: Programa de extensão universitária para pessoas idosas (PTIA); Feira Agroecológica e Cultural; Programa de Ações

¹³ Necessário evidenciar a participação de docentes do Departamento de Serviço Social em Núcleos e Grupos de Pesquisa de outros cursos, centros e IES, consolidando a articulação interdepartamental e interinstitucional. Esse é o caso do Núcleo de Estudos em Saúde Públicas (NESP), vinculado ao Centro de Ciências e Saúde da UFPI, que é composto por docentes dos cursos de saúde e, além de contar com a participação de professoras do DSS, e que desde o ano de 2019 tem como gerente / coordenadora a professora Lúcia da Silva Vilarinho, do DSS.



Integradas de Promoção e Defesa de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania (PRAIDIH); Programa Memória do Serviço Social no Piauí; Projeto de Extensão Questão Social e Atenção Especializada em Saúde nas Causas Externas; Projeto Participação e Controle Social na Saúde Mental; Diálogos e Vivências com o SUAS em Tempos de COVID-19; dentre outros.

Dentre os diversos eventos de extensão desenvolvidos pelo curso ao longo dos anos, cabe ressaltar a Jornada Científica de Serviço Social da UFPI, que vem sendo organizada pela coordenação de curso, com apoio de docentes e discentes e que conta com a participação de estudantes, pesquisadores e assistentes sociais do Piauí e de outros Estados.

Merece destaque também o Simpósio Internacional sobre Estado Sociedade e Políticas Públicas, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, que é articulado ao Departamento de Serviço Social, realizado a cada dois anos, já fazendo parte da agenda científica da área como importante evento internacional.

4.1.3 O Programa de Educação Tutorial – PET

Criado pelo MEC (Secretaria de Educação Superior), o Programa de Educação Tutorial (PET) foi oficialmente instituído pela Lei 11.180/2005 e regulamentado pelas Portarias do MEC nº 3.385/2005, nº 1.632/2006 e nº 1.046/2007. O PET é direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação, que se organizam em grupos, com tutoria de um(a) docente, objetivando fomentar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e garantir uma formação de excelência.

O PET Serviço Social foi fundado em 2011 e conta com a inserção de um grupo considerável de estudantes em suas atividades, acompanhados por professor (tutor) do Departamento de Serviço Social. Trata-se de um dos Programas que fortalece a diversificação das atividades complementares do curso.

Os(as) discentes do curso de Serviço Social da UFPI podem ainda participar de outros Programas de Educação Tutorial existentes, como o “PET Integração: ação integrada em educação, cidadania e inclusão social”, que conta com a participação de estudantes dos cursos de Serviço Social, Direito, Nutrição, Pedagogia e Ciência da Computação.

Destaca-se também a participação de alunos(as) do curso no “PET Saúde interprofissional”, que conta estudantes de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Farmácia, Serviço Social, Nutrição e Educação Física, tendo sido lançado pelo Ministério da Saúde, como fomento e organização das ações de integração ensino de graduação-serviço

comunidade nos territórios de saúde, para fortalecer o movimento de mudança da formação de graduação em saúde, aproximando do Sistema Único de Saúde (SUS).

4.1.4 O Programa de Extensão Universitária para Pessoas Idosas - PTIA

O Programa de extensão universitária para pessoas idosas (PTIA), implementado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), sob a condução de professores do DSS¹⁴, foi criado como uma proposta de educação permanente da pessoa idosa à semelhança das Universidades Abertas para a Terceira Idade (UNATIs), que proliferaram no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990 do século XX. O Programa é vinculado ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Universitária para a Terceira Idade (NUPEUTI), e, conforme Silva (2012, p.169), “tem se constituído um espaço fecundo de troca de saberes e de construção coletiva de conhecimentos a respeito da experiência de vida e das aspirações da população idosa na realidade piauiense”.

[...] Como programa de educação permanente, congrega diferentes áreas do conhecimento e da atividade docente na UFPI, entre elas o Serviço Social na qual se assenta a iniciativa da sua criação como campo de conhecimento, formação e intervenção profissional, buscando-se a necessária interface com outros ramos acadêmicos, na perspectiva da interdisciplinaridade no trato das questões que cercam o processo do envelhecimento. As ações do programa envolvem a realização de cursos de extensão ministrados semestralmente pelos docentes da UFPI e por profissionais voluntários, tendo por objetivo proporcionar aos idosos a ampliação de conhecimentos e habilidades que lhes permitam envelhecer com cidadania (SILVA, 2012, p. 169).

O PTIA consiste, portanto em um espaço de ampla interação ensino-pesquisa e extensão, articulando e favorecendo a intergeracionalidade a partir do entrosamento entre os alunos do Programa e os da graduação em Serviço Social. Como assevera Silva (2012), essa relação ocorre principalmente através de monitoria nos cursos de extensão do Programa, com a participação dos graduandos; do engajamento dos alunos em experiências de pesquisa através do PIBIC; de projetos de monografia de conclusão do curso e experiências de estágio.

4.2 A RELAÇÃO DA GRADUAÇÃO COM A PÓS-GRADUAÇÃO

¹⁴ Embora envolva professores de outros departamentos, o PTIA sempre foi um espaço de pesquisa e extensão voltado para a população idosa sob a coordenação de professores do DSS.



Embora a relação da graduação em Serviço Social com a pós-graduação passe fundamentalmente pela discussão que já foi posta no presente projeto nas seções que antecedem a esta, especialmente no que tange à pesquisa e a constituição de núcleos ediretórios, convém conferir a ela uma atenção particular, já que a pós-graduação tem sido um dos espaços abertos pelos(as) docentes de Serviço Social nos últimos anos.

Tendo realizado amplo investimento na capacitação de seu corpo docente desde meados dos anos 1990¹⁵, o DSS tem hoje todos os(as) seus professores(as) com doutorado e já grande parte com estudos pós-doutorais, além de 92% dos(as) docentes integrarem programas de pós-graduação da UFPI (Políticas Públicas e Sociologia),¹⁶ conforme atesta o quadro 11.

O Departamento de Serviço Social foi um dos pioneiros no âmbito do CCHL a investir na pós-graduação, iniciando, junto com docentes do Departamento de Ciências Sociais, o primeiro mestrado do CCHL. O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, que atualmente oferta turmas de mestrado e doutorado, possui 21 anos de existência. Além disso, alguns professores do Departamento de Serviço Social têm investido no fortalecimento de outro Programa de Pós-Graduação na UFPI, o de Sociologia.

Essa incursão pela pós-graduação (e, por conseguinte, em linhas de pesquisa) tem rebatido diretamente na graduação, já que alunos da Pós-graduação realizam seus estágios de docência na graduação, ministram palestras, participam de núcleos e diretórios, entre outros, interagindo de modo geral no mesmo espaço de trabalho, de forma que muitos são os aspectos da comunicação entre o mundo da graduação e da pós, em especial, o incentivo que, de forma direta e indireta, os graduandos recebem para continuar o processo de formação após a graduação. Isso pode ser constatado com o significado ingresso de egressos do curso de Serviço Social em turmas de mestrado e doutorado no âmbito da própria UFPI e em outras IES ao longo dos anos.

Quadro 11 - Docentes do Departamento de Serviço Social com inserções em programas de pós-graduação – 2023

Nº	NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO	PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
			PERMANENTE

¹⁵ O relatório ENADE (2010) quanto ao Curso de Serviço Social da UFPI aponta que 100% dos estudantes consideram que todos ou maior parte dos professores demonstram domínio do conteúdo das disciplinas.

¹⁶ Convém ainda observar que alguns dos docentes integram dois programas ao mesmo tempo, sem qualquer desmerecimento para com a graduação, embora isso venha gerando significativa sobrecarga de trabalho.

01	Edna Maria Goulart Joazeiro	Doutorado	Políticas Públicas
02	Guiomar de Oliveira Passos	Doutorado	Políticas Públicas
03	Iracilda Alves Braga	Doutorado	Políticas Públicas
04	Lila Cristina Xavier Luz	Doutorado	Sociologia
05	Lúcia Cristina dos Santos Rosa	Doutorado	Políticas Públicas
06	Lúcia da Silva Vilarinho	Doutorado	Políticas Públicas
07	Masilene Rocha Viana	Doutorado	Políticas Públicas e Sociologia
08	Rita de Cássia Cronemberger Sobral	Doutorado	Sociologia
09	Rosilene Marques Sobrinho de França	Doutorado	Políticas Públicas
10	Solange Maria Teixeira	Doutorado	Políticas Públicas
11	Sofia Laurentino Barbosa Pereira	Doutorado	Políticas Públicas
12	Teresa Cristina Moura Costa	Doutorado	Políticas Públicas
13	Mauricéia Lígia Neves da Costa Carneiro	Doutorado	Serviço Social

Fonte: Própria

4.3 APOIO AO DISCENTE

A Pro-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) da Universidade Federal do Piauí oferece gratuitamente ao conjunto dos(as) discentes uma série de ações, serviços e benefícios que visam assegurar a permanência e inclusão dos alunos. Tais ações são desenvolvidas pelo Serviço Pedagógico (SEPE), Núcleo de Acessibilidade (NAU), ligados a PRAEC. Destacam-se as ações ligadas à alimentação, moradia, transporte, inclusão digital, lazer, cultura, esporte, além de saúde, atendimento psicopedagógico e social, médico e odontológico. Além disso, são ofertados vários tipos de acompanhamento à comunidade universitária, dentre eles: Serviço Pedagógico, Serviço Social, Serviço Pedagógico, Serviço Odontológico e Serviço Apoio à Amamentação.

Quadro 12 – Benefícios oferecidos pela PRAEC/UFPI

Benefício	Descrição
Bolsa de apoio estudantil (BAE)	Auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00 mensais, concedido a estudantes de baixa renda;
Isenção da taxa de	Isenção do valor cobrado para acesso aos Restaurantes

alimentação (ITA)	Universitários, concedido a estudantes de baixa renda;
Auxílio creche (AC)	Auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00 mensais concedido a estudantes com baixa renda familiar que sejam pais ou mães de crianças de até 3 anos e onze meses de idade;
Auxílio residência (AR)	Benefício em pecúnia destinado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, oriundos de outros municípios e/os Estados e que não possuam familiares diretos ou responsáveis legais residentes no município onde está localizado o Campus;
Residência universitária (REU)	Moradia para estudante com baixa renda familiar oriundos de outros municípios ou Estados, fora do Campus sede da UFPI onde o mesmo está matriculado;
Bolsa de incentivo às atividades socioculturais e esportivas (BIASE)	Benefício em pecúnia concedido ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica com o objetivo de contribuir com as ações afirmativas e sociais no âmbito da universidade;
Bolsa de Inclusão Social (BINCS)	Auxílio financeiro de valor correspondente a R\$ 400,00 destinado ao estudante regularmente matriculado na UFPI que presta auxílio acadêmico a estudante com necessidade educacional especial (NEE) desta Instituição;
Apoio à participação em eventos científicos (APEC)	Ajuda de custo para auxiliar nas despesas relativas à participação do estudante em eventos acadêmicos fora do Campus onde cursa a graduação
Kit odontológico	Kit composto por 40 itens permanentes (instrumentos odontológicos) essenciais às disciplinas práticas do curso de odontologia
Kit lupas manuais	O kit de lupas manuais é um conjunto de lupas que potencializa o desempenho acadêmico de estudantes com baixa visão, auxiliando-os no processo de leitura
Auxílio emergencial (AE)	Benefício em pecúnia, concedido pelo período máximo de 03 (três) meses, em caráter emergencial, a estudante em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e/ou presença de agravantes sociais
Recurso de tecnologia Assistiva	Benefício não pecuniário, que consiste em ceder em regime de conduto, gravadores de voz e/ou outros recursos descritos em edital, aos estudantes com deficiência

Fonte: PRAEC / UFPI

A coordenação do curso de Serviço Social também realiza atividades que contribuem para que o aluno permaneça no curso, entre as quais destacam-se:

- A Semana da/o Caloura/o realizada em conjunto com o Centro Acadêmico de Serviço Social e o PET Serviço Social com o objetivo de aproximar os alunos da concepção do curso, universidade, docentes, demais discentes, rotinas acadêmicas e programas e projetos desenvolvidos pelo corpo docente;

- A Jornada Científica de Serviço Social, realizada desde 2007 com a participação da coordenação, docentes e discentes do curso com o objetivo de discutir temáticas importantes para a formação acadêmico-profissional assim como estimular a produção científica das/os discentes;

- A consulta junto ao corpo discente sobre a oferta do Tópico Especial para o semestre subsequente, quando da organização da oferta dos componentes curriculares;

- Reuniões com as/os discentes sempre que necessário para discutir alguma problemática a ser resolvida para o andamento do curso;

- Estímulo a participação das/os discentes nos programas de extensão, nos PET's, núcleos e grupos de pesquisa, programas de iniciação científica, eventos de natureza científica, monitoria e atividades do Programa de Pós-graduação de Políticas Públicas;

- Alimentação contínua de canais de comunicação como o Instagram e Fórum do Curso/SIGAA com informações e orientações sobre os editais abertos, estágios, matrícula, calendário acadêmico, entre outras.

5 METODOLOGIA E SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Nos marcos deste Projeto Pedagógico o processo ensino-aprendizagem é compreendido como experiência intersubjetiva, a qual tem no(a) docente e no(a) discente(a) atores prioritários de trocas de conhecimento. É na interação do meio acadêmico com o(a) educador(a), principalmente, e com os seus pares que o(a) aluno(a) construirá conhecimentos e experiências as quais passarão a compor a sua formação subjetiva e profissional, delineando também as competências e habilidades necessárias ao exercício profissional.

É pela via do processo de ensino-aprendizagem que o(a) discente apreende as competências e habilidades necessárias ao exercício profissional interagindo com o educador, seja nos espaços formais de ensino seja em atividades e lugares fora da Universidade. Deve obedecer a uma lógica, que pressupõe definição, desenvolvimento de atividades, acompanhamento e avaliação, visando a concretude do processo de ensinar-aprender.

Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem deve instrumentalizar o(a) aluno(a) para responder aos novos desafios postos pela questão social, que evidencia o redesenho das exigências teórico-metodológicas, teórico-políticas e técnico-operativas do



Serviço Social, bem como os desafios postos aos sujeitos no contexto da sociedade complexa em que estão situados. Assim, no ambiente da formação, embora docente e discente encontrem-se partilhando a construção dos princípios e objetivos constantes deste Projeto, nesse processo metodológico e do ponto de vista didático, detêm especificidades nos papéis desempenhados.

O modo como o currículo de Serviço Social está organizado, já pressupõe um papel importante ao aluno, no que refere à capacidade de ser sujeito do seu processo de formação, mediante uma inserção ativa em todas as dimensões da vida acadêmica. Portanto, o(a) discente deve assumir uma postura investigativa sobre a realidade, ter curiosidade, capacidade de trabalhar em grupo, autonomia para escolher as atividades que lhe permitam ampliar e consolidar a construção de um conhecimento crítico. Para que o(a) discente assuma essa condição, faz-se importante também que o(a) professor(a) incorpore uma concepção de prática docente que respeite o(a) aluno(a) como “usuário(a)” de seus serviços e portador de direitos, com relativa autonomia para constituir-se como ativo construtor do processo ensino-aprendizagem, e do ambiente de sua formação.

Nesse processo, o(a) professor(a) deve ser capaz de problematizar a realidade, por meio de recursos a saberes éticos-políticos, técnico-operativos e teórico-metodológicos, proporcionando reflexões que fundamentem a compreensão da realidade social na qual o assistente social irá desenvolver seu trabalho. Considerando a natureza interventiva da profissão de Assistente Social, esses saberes assumem importância significativa uma vez que o aluno é um sujeito social em processo de formação. Portanto, durante o processo de formação, o(a) professor(a) deve recorrer a metodologias de ensino que lhe permita mediar conhecimentos, com vistas a uma formação profissional que atenda aos objetivos previstos no presente currículo.

Por fim, no ambiente da formação profissional, cabe ao(a) docente, também, a luta pela garantia e permanência de uma educação de qualidade, pois sem ela não lhe será possível mediar conhecimento, muito menos construir práticas pedagógicas considerando as diversidades presentes na universidade. Assim, ao planejar as atividades o(a) professor(a) deve considerar o contexto em que os alunos estão inseridos, suas linguagens, seus modos de vidas e os modos de vida das comunidades nas quais irão intervir, sempre cultivando o respeito aos interesses da população usuária de seus serviços.

5.1.1 Avaliação da aprendizagem



A avaliação contínua e permanente é requisito fundamental para a efetiva realização de um processo de ensino-aprendizagem competente e que atenda aos objetivos traçados. Trata-se de processo que exige atenção focada no cotidiano das atividades pedagógicas (o dia a dia da sala de aula e dos outros espaços onde se darão as atividades de ensino-aprendizagem) e no conjunto das questões que remetem a uma visão mais integrada das distintas práticas (o processo pedagógico como um todo).

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem dar-se-á, em geral, a partir dos mecanismos e instrumentos usuais, tais como provas escritas¹⁷, seminários, trabalhos grupais, produção de relatórios de trabalho de campo, projetos de intervenção ou de pesquisa, análises institucionais, produção de textos – em geral artigos, resenhas, fichamentos, entre outros e obedece a regulamentação específica definida pelo CEPEX/UFPI¹⁸, devendo as mesmas já serem incluídas no plano de curso e distribuída entre as unidades, de forma a garantir avaliações por formas diversificadas e de conhecimento antecipado para o alunado. Associado a esses formatos usuais de avaliação, o(a) professor(a) deve valorizar a observação da participação e o comprometimento dos alunos nas atividades em sala de aula (ou fora dela), na leitura e discussão dos textos, na frequência e pontualidade.

Convém destacar a contribuição dos(as) alunos(as)-monitores nos processos de avaliação e acompanhamento de algumas disciplinas, que vem qualificando esse processo e gerando melhor desempenho do conjunto dos(as) discentes nas disciplinas que têm esse monitoramento.

Além das avaliações de desempenho acadêmico realizado no cotidiano da sala de aula, o curso de Serviço Social também é avaliado pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), tendo recebido nota máxima (5,0) no último exame realizado em 2016.

5.2 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação, como componente do planejamento curricular é compreendida como um processo sistemático de acompanhamento e análise do efetivo e satisfatório cumprimento das

¹⁷ Pela natureza do curso, recomenda-se a prática de provas de caráter mais discursivo e como forma de incentivar a escritura de textos, prática importante e usual no universo do trabalho do assistente social.

¹⁸ Referimo-nos especificamente à norma de regulamentação dos cursos de graduação da UFPI, aprovada em 2012 na parte concernente a avaliação da aprendizagem e assiduidade (Título VIII) da referida Norma.

diretrizes curriculares. Pela via da avaliação e do monitoramento da implementação do projeto pedagógico do curso devemos ser capazes de conhecer, de forma contextualizada, todas as dimensões do processo, além dos efeitos, as implicações das práticas educativas, administrativas e pedagógicas, de forma a estimular o aprimoramento, tendo por finalidade o autoconhecimento e o levantamento de subsídios para a tomada de decisões e, eventuais alterações de rota.

O projeto pedagógico ora proposto, como um instrumento de gestão, orientará todo o processo de decisão acadêmica da Coordenação do Curso de Serviço Social. Nele estão contidas as orientações mais gerais para o curso explicitadas nos pressupostos, princípios, competências e habilidades dos profissionais que se pretende formar, além das demandas que se pretende atender. Em suma, com o processo de acompanhamento e avaliação objetiva-se:

- Levantar e sistematizar informações para o processo de tomada de decisão quanto ao currículo;
- Aprimorar o processo de implementação, fornecendo bases para o planejamento do processo;
- Acompanhar o “estado da arte” da implantação e implementação, seja ouvindo os atores envolvidos no processo, seja analisando os planos de curso, seja ainda acompanhando a rotina institucional nas suas mais variadas formas;
- Verificar se os pressupostos e objetivos em que se baseia o currículo estão sendo atingidos;
- Assegurar a construção de uma perceptiva quanto aos resultados alcançados.

O processo de avaliação e acompanhamento será conduzido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), que definirá oportunamente as condições de sua efetivação e a periodicidade em que desenvolverá, de forma mais concreta suas ferramentas e instrumentos de avaliação, como oficinas, incursões exploratórias com os atores do processo, análises documentais (monitoramento dos programas), aplicação de questionários, entre outras possibilidades, de forma a realizar diagnósticos regulares do processo que mapeiem o contexto institucional e acadêmico de execução do projeto, destacando e atualizando, o perfil dos alunos, dos(as) docentes, a realidade social e o mercado de trabalho para a profissão.

Tal gerenciamento do processo visa assegurar o desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo da proposta de projeto pedagógico, realizar levantamento de indicadores para a correção das distorções ou incorreções no desenvolvimento das ações, evitando os possíveis



desvios/distorções durante a execução da proposta e, ainda a identificação dos sucessos, os pontos fortes da proposta.

Serão priorizadas as metodologias emancipatórias de avaliação, centradas na participação intensiva dos diferentes atores sociais implicados no processo, sobretudo, alunos, docentes e supervisores de campo. Desse modo, a inclusão, o diálogo, a consulta aos sujeitos envolvidos serão condutas regulares no acompanhamento do curso, embora seja o NDE e o Colegiado, as instâncias por onde passam formalmente os debates e, no último caso, a deliberação sobre eventuais mudanças ou mudanças de rota.

O NDE permanecerá com a atribuição de acompanhar e avaliar a implantação e implementação das diretrizes aqui apontadas, encarregando-se de elaborar um plano de trabalho em que explicitará as estratégias para subsidiar a discussão do coletivo do Departamento de Serviço Social, emitindo pareceres.

6 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
1.0.0	15h		
EMENTA: Noções básicas do Bacharelado em Serviço Social. O projeto político pedagógico do curso: concepções do processo de formação, competências, habilidades e grade curricular. A organização institucional da UFPI: dinâmicas, normativas, serviços institucionais e colegiados. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.			
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Teresina: 2022. <i>mimeo.</i>			
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Regimento Geral da UFPI. Disponível em: < http://www.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/regimento_geral_ufpi.pdf >. Acesso em 13.out.2022			

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Resolução CEPEX nº177/2012 e alterações. Estabelece o regulamento geral da graduação da UFPI. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PREG/resolucoes_preg Acesso em 01 out. 2021. BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_lei_8662.pdf. Acesso em 08.set.2013.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>
<p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988. BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_diretrizes_cursos.pdf. Acesso em 08.set.2013. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Estatuto da Universidade Federal do Piauí. Disponível em: http://leg.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/estatuto_ufpi.pdf Acesso em 13 out. 2022.</p>

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
1.1.0	30h		
<p>EMENTA: A profissão de Serviço Social: caracterização, especificidades, espaços sócio-ocupacionais e suas demandas e requisições. As formas de organização da profissão e do profissional de Serviço Social. O Serviço Social no Piauí e os diferentes campos de intervenção profissional na cidade de Teresina.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (Org.). Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. CFESS: Brasília (DF), 2022. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf Acesso em: 04 set. 2022.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. Resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 93. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_etica_cfess.pdf. Acesso em 08.set.2013.</p> <p>ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. 6. Ed. O que é Serviço Social. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos).</p> <p>FERREIRA, M.D.M.; SILVA, M.R.F.; GUIMARÃES, S. J. O Serviço Social no Piauí. In: JUNIOR, A.A.S. (Org.). A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste. Curitiba: CRV, 2021, p.67-80.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

ALMEIDA, Magali, S. **Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.** In: CRESS. Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Projeto ético-político e exercícioprofissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados a atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de assistente social, já com a alteração trazida pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.

BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária (Orgs.). **A prática profissional do assistente social:** teoria, ação, construção de conhecimento. V. I. São Paulo: Veras Ed., 2009.

GUIMARÃES, S. J. **Trajetória de vida, trajetória acadêmica:** alunos e egressos do Curso de Serviço Social da UFPI. Teresina, 1995.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. **Emancipação**, ano 6, nº 1. Ponta Grossa: UEPG, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Pensar a identidade: eis a tarefa. Um ensaio sobre a identidade profissional do serviço Social. KARSCH, Úrsula (Org.). **Estudos do Serviço Social:** Brasil e Portugal. V. 2. São Paulo: EDUC, 2005.

MOTA, Ana Elizabete et al (Org.) **Serviço social no Nordeste:** das origens à renovação. São Paulo: Cortez editora, 2021.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Filosofia/CCHL
INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	DFI0438	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: O ser no mundo: visão metafísica clássica; visão analítica existencial. A sociabilidade humana como problema filosófico. Idealismo e materialismo. Correntes filosóficas contemporâneas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CAPRA, Fritjof. A teia da vida. São Paulo: Cultrix, 2002.			
GILLES, Thomas Ranson. Introdução à Filosofia. São Paulo: EPU,			
HESSEN, Johannes. Teoria do conhecimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.			
JAPÍASSU, Hilton. Nascimento e morte das ciências humanas. R.J.: Fco Alves, 1978.			
LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2000.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Filosofia. São Paulo: Cortez, 1992.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BUZZI, Arcângelo R. Introdução ao pensar: o ser, o conhecimento, a linguagem. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 230p.			
CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 12. ed. São Paulo: Ática, 2001. 440p.			
CORBISIER, Roland. Introdução à filosofia. 2. ed. R.J.: Civilização Brasileira, 1986. Tomo. 243p.			
LARA, Tiago Adão. Caminho da Razão no Ocidente: a filosofia ocidental, do Renascimento aos nossos dias. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1988. 175 p.			
LUCKESI, Cipriano Carlos, PASSOS, Elizete Silva. Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.			
SANTOS, Boaventura de S. A crítica da razão indolente. São Paulo: Cortez, 2000.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Ciências Econômicas/CCHL
ECONOMIA POLÍTICA	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A constituição da Economia Política e a relação com o Serviço Social. O Liberalismo. O Keynesianismo, o Neoliberalismo e a crítica marxista da economia política. As mudanças contemporâneas no padrão de acumulação capitalista e suas expressões na economia brasileira e internacional. Produto Interno Bruto. IDH. Distribuição de renda. Política fiscal. Orçamento e fundo público. Noções básicas de economia internacional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ARAUJO, Carlos Roberto V. História do Pensamento Econômico: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1988</p> <p>BASTOS, Vânia Lomônaco. Para entender a economia capitalista. Brasília: Forense Universitária. Rio de Janeiro – RJ, 1991.</p> <p>BOYES, William & MELVIN, Michel. Introdução à Economia. São Paulo. Ática, 2006</p> <p>MARX, Karl. O Capital: uma crítica da economia política. DIFEL, 1987.</p> <p>NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo. Cortez, 2006.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ANDERSON, B. Kelvin - Marx nas Margens: Nacionalismo, Etnia e Sociedades Não Ocidentais. Boitempo Editorial, São Paulo, 2019.</p> <p>CARDOSO, Eliana. Economia brasileira ao alcance de todos. S. P.: Brasiliense, 1985</p> <p>DOWBOR, Ladislau. O que capital. 2 ed. São Paulo. Brasiliense, 1982.</p> <p>HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.</p> <p>MANDEL, E. O capitalismo tardio. S. Paulo, Abril, 1983</p> <p>NIKITIN, P. Fundamentos de Economia Política. R. J.: Civilização Brasileira, 1967.</p> <p>OSER, Jacob; BLANCFIELD, William C. História do Pensamento Econômico. São Paulo. Atlas, 1987.</p> <p>QUEIROZ, Marcos. Clóvis Moura e Florestan Fernandes: interpretações marxistas da escravidão, da abolição e da emergência do trabalho livre no Brasil. Revista Fim do Mundo, n.4, Dossiê temático: Capitalismo e Racismo: a práxis negra (2021).</p> <p>SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. Uma Introdução à Economia Política. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1975.</p> <p>SINGER, Paul. Aprender economia. São Paulo: Brasiliense, 1994</p> <p>_____. Curso de Introdução à Economia Política. Forense Universitária, 1991.</p> <p>ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 19.ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>WILLIAMS, Eric. Capitalismo & escravidão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Filosofia/CCHL

INTRODUÇÃO À METODOLOGIA CIENTÍFICA		NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -		
4.0.0	60h			
EMENTA: Conhecimento científico e demais formas de conhecimento. Natureza e configurações teóricas gerais sobre o trabalho científico. Tipos de trabalho científico. Instrumentos e técnicas relacionadas ao trabalho científico. Normas técnicas de elaboração do trabalho científico. Ética na produção do conhecimento científico.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
ANDRADE, Maria Margarida. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico . São Paulo, Atlas, 2001.				
BARROS, Aidil de J. P.; LEHFELD, Neide A. de S. Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica . 2.ed. São Paulo: Pearson Educacion do Brasil, 2000.				
DEMO, Pedro. Introdução à metodologia científica . Atlas: São Paulo, 1995.				
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . São Paulo, Atlas, 2000.				
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Cortez, 2005.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa . São Paulo: Pioneira, 1998.				
BARNES, Rob. Seja um ótimo aluno: guia prático para um estudo universitário eficiente . Tradução de Luzia Araújo e Thelma M. Nóbrega. Campinas, SP: Papirus, 1995.				
DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio. (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação . São Paulo: Atlas, 2005.				
FEITOSA, Vera Cristina. Redação de textos científicos . 2. Ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.				
LUCKESI, Cipriano e outros. Fazer universidade: uma proposta metodológica . 6. Ed. São Paulo: Cortez, 1991.				
PRESTES, Maria Lucia de Mesquita. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia . – 2. Ed. Ver. Atual. E ampl. – São Paulo: Rêspel, 2003.				
SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia . 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.				

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Ciências Sociais/ CCHL
INICIAÇÃO SOCIOLOGICA	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Matrizes clássicas do pensamento sociológico (Marx, Weber, Durkheim), Processos sociais fundamentais: industrialização, modernização, urbanização e seus constitutivos - classes sociais, movimentos sociais e instituições. Sociedade complexa e seus desdobramentos na contemporaneidade.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
DURKHEIM. Émile. Sociologia . Rodrigues. José Albertino (Org.) 9.ed. São Paulo: Ática, 2001. (Introdução de José Albertino Rodrigues, cap. I, cap. II até a sessão 8 [páginas 7-102]) (Coleção			

<p>Grandes Cientistas Sociais); IANNI, Octávio. (Org). Marx Sociologia. São Paulo: Ática, 1988 (coleção Grandes Cientistas Sociais – 10). MARX, Karl. Introdução à Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores) WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. 1991. Parte I Capítulos: 1, 3 e 4. DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Abril Cultural, 1985.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (org). Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos. EDUC - PUC SP, São Paulo, 2021. ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1993. CHAUI, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. S. Paulo: Brasiliense, 1989. FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. São Paulo: Expressão Popular, 2017. HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 171-174. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 106-40.</p>

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação de Ciência Política/CCHL
INICIAÇÃO À POLÍTICA	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Os sentidos da política: administração de interesses, ocupação do espaço público, campo de práticas emancipatórias. A emergência do Estado Moderno e suas variações. As ações do Estado no campo da coerção e legitimação. As instituições políticas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política, a filosofia e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. CERRONI, Umberto. Política: Métodos, teorias e processos. São Paulo: Brasiliense, 1993. DURVERGER, Maurice. Ciência Política: Teoria e método. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1981. JAGUARIBE, Helio (Org). O sistema Público brasileiro. In: Sociedade, Estado e Partidos na atualidade Brasileira. RJ: Paz e terra, 1992. LAMOUNIER, Bolivar. A ciência política nos anos 80. Brasília: Cadernos da UnB, 1982.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>LEO MAAR, Wolfgang. O que é Política. Coleção primeiros passos. 54 ed. Brasileira- 1984 LÖWY, Michael. Ideologia e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1992. NICOLAU, Jairo Marconi. Sistema eleitoral e reforma política. Rio de Janeiro: Foglio Ed, 1993. ROSENFELD, Denis. O que é Democracia. Brasiliense, 1990 (Coleção primeiros passos).</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SEMINÁRIO TEMÁTICO I	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Perspectivas teórico-metodológicas positivista e marxista, destacando: método, categoriais teóricas centrais, principais representantes, análises teóricas da realidade social, correntes teóricas e as diferenças e semelhanças entre essas correntes.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Editora Nacional, 1990.</p> <p>LÖWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>MARX, K; ENGELS, F. A. A ideologia Alemã (Feuerbach), São Paulo: Hucitec, 1993.</p> <p>_____. Manifesto do partido comunista, São Paulo: Cortez, 1988.</p> <p>MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fortes, 1983. (Prefácio, introdução e método da economia política);</p> <p>NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. Disponível em: http://www.pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf. Acesso em: 20.02.2016</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>COMTE, Auguste. Discurso sobre o espírito positivo. São Paulo: Edusp, 1976.</p> <p>RODRIGUES, J. A; FERNANDES, F. (orgs). Durkheim – Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 2001 (itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13).</p> <p>MARX, K. Salário, preço e lucro. In: _____. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos. São Paulo: Abril Cultural, 1998 (Coleção Os pensadores).</p> <p>MONTAÑO, C. Breves anotações sobre o método e a teoria em Marx. In: MONTAÑO, C; BASTOS, R. L. (orgs) Conhecimento e sociedade: ensaios marxistas. São Paulo: Outras Expressões, 2003.</p> <p>KOSIK, K. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (parte I: Dialética da Totalidade Concreta)</p> <p>OLIVEIRA, Dennis. Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica. Dandara, São Paulo, 2021.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
3.1.0	60h		
EMENTA: Emergência, significado e desenvolvimento da questão social no Brasil. Questão social e os atravessamentos de classe, gênero, raça/etnia. Configurações e dimensões gerais da questão social na contemporaneidade. Expressões da questão social na realidade local.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A questão social no Brasil**. Rio, Civilização Brasileira, 1982.
 PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.
 NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, n. 3, 2001.
 SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.
 CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABEPSS. **Temporalis**. Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS, v. 21, n. 42, 2021.
 ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (org). **Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos**. EDUC - PUC SP, São Paulo, 2021.
 BEHRING, Elaine R; SANTOS, Silvana, M.M. dos. Questão social e direitos. In: CFESS (Org.) **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009, p. 267-283.
 BOGUS, Lúcia (org.) **Desigualdade e a questão social**. São Paulo, EDUC, 1997.
 CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
 CARDOSO, Franci Gomes *et al.* Questão social. **Ser Social**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, n. 6, 2000.
 FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de; COSTA, Teresa Cristina Moura (Orgs.). **Questão social, direitos e políticas públicas na realidade brasileira contemporânea**, Teresina: EDUFPI, 2022, 433 p.
 IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, n. 3, 2001.
 IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
 PEREIRA, Potyara. A questão social e as transformações das políticas sociais. **Ser Social**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, n. 6, 2000.
 PEREIRA, Evelyne Medeiros; NOBRE, Maria Cristina Q.; DURIGUETTO, Maria Lúcia. “Nordestino sim, nordestinado não”: questão regional, lutas de classes e resistências populares no nordeste brasileiro. In: GONÇALVES, André M.; FRANÇA JUNIOR, Reginaldo (Orgs.). **Serviço social e a questão regional**. Campina Grande: EDUFCEG, 2022.
 SERRA, Rose Mary. A questão social hoje. **Ser Social**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, n. 6, 2000.
 ROSAVALLON, Pierre. **A nova questão social**. Brasília: Instituto Tetônio Vilela, 1998.
 SOUZA, Maria Cristina. **Mulheres negras, pobreza e racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2022.
 TELLES, Vera. **Questão social**: afinal do que se trata: Perspectiva. S. P.: SEADE, n. 4, 1996.
 WANDERLEY, Luís Eduardo. As particularidades da questão social na América Latina. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 76, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	

SOCIAL I		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -
4.0.0	60h	
<p>EMENTA: A emergência e a profissionalização do Serviço Social: relações com as suas protoformas, com a questão social e o capitalismo monopolista. Surgimento do Serviço Social na Europa, EUA, América Latina e Brasil. Formação e respostas ideopolíticas, teórico-metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil, no período da gênese, institucionalização e desenvolvimento da profissão: dos anos de 1930 aos anos 1950. A influência da Igreja Católica e de sua Doutrina Social. Os campos de atuação e prática profissional. Serviço Social de Caso e de Grupo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>CASTRO, Manuel Manrique. O Serviço Social na América Latina. 12ed. Cortez, 2011. IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. Serviço Social e Relações Sociais: esboço de interpretação histórico-metodológica. 15ª ed. São Paulo. Cortez, 2003. MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e Alienação. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. YAZBEK, M. Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS (Org.). Serviço Social: direitos e competências profissionais. CFESS/ABEPSS, 2009.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>AGUIAR, A. G. Serviço Social e Filosofia: das origens a araxá. São Paulo: Cortez, 1985. ANDRADE, M. A. O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social brasileiro – 1947 a 1961. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008. Disponível em: https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/13 Acesso em 31 jul. 2021. FERREIRA, Camila Manduca. O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947). Dissertação de mestrado (Pós-Graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. GOIN, M. Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais. Campinas/SP: Papel Social, 2019 LEÃO XIII, Papa. Carta Encíclica Rerum Novarum (Sobre a condição dos operários). São Paulo: Loyola, 1991. LIMA, Arlette Alves. Serviço Social no Brasil. São Paulo, Cortez, 1982. KONOPKA, Gisela. Serviço Social de Grupo. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. PIO XI, Papa. Carta Encíclica Quadragesimo Anno (Sobre a restauração e aperfeiçoamento da Ordem Social em conformidade com a Lei Evangélica). Petrópolis: Vozes, 1962. RICHMOND, Mary. Caso social Individual. Buenos Aires: Hvmánitas, 1922. SILVEIRA JUNIOR, Adilson. Notas para uma história da emergência do Serviço Social na particularidade do Nordeste. In: JUNIOR, A.A.S. (Org.). A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste. Curitiba: CRV, 2021, p.67-80. TORRES, Zélia. Grupo: instrumento de Serviço Social. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1978. VIEIRA, Balbina Ottoni. Serviço Social: Processos e técnicas. 5ª. Ed. Rio de Janeiro. Agir, 1981.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de História/CCHL
FORMAÇÃO SÓCIO-	DGH0092	Obrigatória	

HISTÓRICA DO NORDESTE E DO PIAUÍ					
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -			
4.0.0	60h				
EMENTA: A formação sócio-histórica do Nordeste, com ênfase no Piauí. A configuração das questões agrárias e urbanas nordestinas. As novas configurações dos segmentos sociais e do poder político no nordeste, após 1970. As intervenções do Estado Brasileiro na região. Globalização e suas repercussões nas políticas regionais.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. A invenção do Nordeste e outras artes . Recife: Massangana: São Paulo: Cortez, 2001.					
ARAÚJO, Mafalda M. B. Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914) . Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.					
OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma região . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.					
QUEIROZ, Teresinha. História, literatura, sociabilidades . Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.					
SANTANA, R. N. Monteiro. Piauí: Formação, Desenvolvimento e Perspectivas . Teresina: Fundapi/Halley, 1995.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. 1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução? São Paulo: Contexto, 1989.					
CUNHA, Euclides da. Os Sertões . Tecnoprint: São Paulo, 1902.					
FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes . São Paulo: Editora Globo, 2008.					
FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala . 34 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.					
FERREIRA, Jorge Luiz. José e os Sírios: opressão social e cultura política camponesa. Revista brasileira de História . São Paulo. ANPUH/Marco zero v.11, nº 22, mar.91/Ago.91. p.175-182.					
OLIVEIRA, Hermínio B. Formação histórica da religiosidade popular no nordeste . Paulinas: São Paulo.					
PEREIRA, Evelyne Medeiros. A questão regional e o Nordeste no desenvolvimento no capitalismo brasileiro . In: MOTA, Ana E. et al (Orgs.). Serviço social no Nordeste: das origens à renovação . São Paulo: Editora Cortez, 2021					
MARTINS, Agenor Sousa (Org). Piauí: evolução, realidade, desenvolvimento . Governo do Estado do Piauí, Secretaria do Planejamento, Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), 2003.					

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Ciências Sociais
INICIAÇÃO ANTROPOLÓGICA	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		

EMENTA: Cultura, etnocentrismo e relativismo. A relação entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Questões de método: trabalho de campo e observação participante. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DAMATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia:** ciência do homem e filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2008. Cap. Metodologia.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. R. J.: Jorge Zahar, 1980.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.) **Saúde e doença:** um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

BARREMAN, Gerald. **Desvendando máscaras sociais.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

GEERTZ, Clifford. **O saber local:** novos ensaios em antropologia social. Petrópolis: Vozes, 2000. (Parte 1, cap. 3.)

Haidar, Asad. **Armadilha da identidade.** Editora Baderna, 2019.

LE BRETON, David. O corpo acessório. In: **Adeus ao Corpo:** antropologia e Sociedade. Campinas: Papius, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e história.** Rio de Janeiro: Martins Fontes e Editorial Presença, 1975.

MAUSS, Marcel. As Técnicas Corporais. In: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naif, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SABINO, Cesar; LUZ, Madel T. Tatuagem, gênero e a lógica da diferença. **Physis: Revista Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL I	NOVO CÓDIGO	Obrigatório	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
3.1.0	60h		
<p>EMENTA: O trabalho no sentido ontológico e como elemento constitutivo do ser social. Trabalho na sociedade capitalista em diferentes modelos de acumulação. Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e implicações na materialidade e subjetividade da classe trabalhadora. Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. Elementos do processo de trabalho do Assistente Social. Instrumentalidade: dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do fazer profissional.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negociação do trabalho.			

São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
 GRANEMANN, S. Processos de trabalho e Serviço Social I. **Capacitação em Serviço social**, modulo (2). Brasília: CEAD, 1999.
 GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2017.
 IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
 RAICHELIS, Rachel et al (Org). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Leonardo Dias. **A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural**. *Katálysis*, v. 25, 2022 (pag. 212-221).
 ARAÚJO, N.M.S. O serviço social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. **Serviço social e sociedade**, n.93, ano 29, 2008.
 ANTUNES, Ricardo. **Privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2018. (Coleção mundo do trabalho)
 CFESS (Org.) **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
 FALEIROS, Vicente. **Saber Profissional e Poder Institucional**. (Cap. II) São Paulo: Ed. Cortez, 1997.
 GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, no.62, São Paulo: Cortez, 2000.
 MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. A (contra) reforma do Estado no regime de acumulação flexível (pós-1973). In: MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe Social e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.
 RAICHELIS, Rachel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações dos seus direitos. **Serviço Social e sociedade**, v.107, jul/set., 2011.
 NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 211-240.
 ROCHA, Roseli; ANDRADE, Júlio Cezar. **O trabalho profissional e a questão do quesito raça/cor** (pag. 52-65). In: CRESS SP. *Emancipa: o cotidiano em debate*, n. 5, 2020.
 SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2017.
 SOUZA, Edvânia A.; SILVA, Maria Liduina Oliveira. **Trabalho, questão social e Serviço Social: a autofagia do capital**. São Paulo: Cortez, 2019
 TRINDADE, Rosa Lúcia P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do serviço social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, Ano 2, no.4, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
POLÍTICA SOCIAL I	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A constituição do sistema de proteção social no capitalismo e o Estado de Bem Estar Social – fundamentos e desenvolvimento. Política social: conceito, abordagens teórico-metodológicas e			

trajetória no Brasil. A crise do Estado de Bem Estar, os modelos de proteção social e a particularidade do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social** – fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

DRAIBE, Sonia Miriam. O “Welfare State” no Brasil: características e perspectivas. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, ANPOCS; Vértice, 1989, p. 13 a 59.

ESPING-ANDERSEN, G.. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**. (24). R.J.: 1991.

KERSTENETZKY, Celia. **O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão: A reinvenção do estado social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e Justiça**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Política Social e combate à pobreza**. 2. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

ARRETCHE, Marta. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **BIB**. Rio de Janeiro, nº 39, Relume Dumará, 1995, p. 3-40.

MEDEIROS, Marcelo. **A Trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das Políticas Sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, 852).

OFF, Clauss. Teoria do Estado e Política Social. In: **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Trad. Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 32-48.

FALEIROS, V. P. A natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: CFESS/ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 3. Brasília: UnB/CEAD, 1999.

PEREIRA, P. A. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.

POCHMANN, Márcio. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p.1477-1489, 2007.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Trad. Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. **A Crise do Estado-Providência**. Trad. Joel Pimentel de Ulhôa. Goiânia: Editora da UF

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A trajetória histórica de construção dos direitos humanos e garantias fundamentais da cidadania. A construção dos direitos no Brasil. A Constituição Federal e os direitos sociais. Os mecanismos de garantia dos direitos sociais. Direitos de grupos sociais vulneráveis e demandas para as políticas públicas e para o sistema de garantia de direitos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

BELTRÃO, Jane Felipe; BRITO FILHO, Jose Claudio Monteiro de. GÓMEZ, Itziar; PAJARES, Emilio; PAREDES, Felipe; ZÚÑIGA, Yanira (Coordenadores). **Direitos Humanos dos Grupos Vulneráveis**. dhes. Rede Direitos Humanos e Educação Superior, 2014.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. 2005 (2001). **Cidadania no Brasil** – o longo caminho. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

JUBILUT, Liliana Lyra, FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; LOPES, Rachel de Oliveira (Organizadoras). **Direitos humanos e vulnerabilidade em políticas públicas** [e-book] -- Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2017. 261 p.

SIMÕES, Carlos. **Os direitos sociais clássicos e universais** - O Estado Social e o Estado Democrático de Direitos. PUC/SÃO PAULO: 2012 (tese de doutorado).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa Idosa**. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei 13.146/2015, Brasília: Senado Federal, 2015.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, Brasília: Senado Federal, 2010.

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOTELHO, / André; SCHWARCZ, Lilia Moritz [Orgs]. **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**, 1ª. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CREMONESE, Dejalma. **A Difícil Construção da Cidadania no Brasil**. Editora Unijuí, ano 5, n. 9, jan./jun., 2007, p. 59-84.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. (Coleção Origem) 207p.

HULLEN, Angélica Cristina Nagel. Cidadania e direitos sociais no Brasil: um longo percurso para o acesso aos direitos fundamentais. **Rev. secr. Trib.** perm. revis. Año 6, Nº 11; Abril 2018; pp. 213-227.

COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zöllner. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica** [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, 122p.

LIMA, Maria Eliene Lima; MENEZES JUNIOR, Antônio da Silva; BRZEZINSKI, Iria; RIBEIRO, Luiz Cesar Queiróz. Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 525-544, set./dez. 2007.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de História/CCHL
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	

4.0.0	60h	Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social I
<p>EMENTA: Respostas ideológicas, teórico-metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil, no período da modernização e renovação: dos anos de 1960 aos anos 1980. O nacional desenvolvimentismo e o Desenvolvimento de Comunidade. Autocracia burguesa e o processo de modernização do Serviço Social no Brasil: Araxá, Teresópolis, Sumaré e a proposta fenomenológica. O Movimento de Reconceituação na América Latina, os processos de renovação da profissão no Brasil e a intenção de ruptura: o Método BH.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>AMMANN, S. B.. Ideologia do desenvolvimento de Comunidade no Brasil. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.</p> <p>AGUIAR, A. G. Serviço Social e Filosofia: das origens a axará. São Paulo: Cortez, 1985.</p> <p>WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.</p> <p>NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Ed. Cortez, 1991.</p> <p>SANTOS, L. L. Textos do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1987.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>ALMEIDA, A. A. Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.</p> <p>ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. Assistentes sociais negras na construção “da virada” do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. – São Paulo: Cortez, 2019. pgs. 169-181.</p> <p>CARLI, Ranieri. Fenomenologia e questão social: limites de uma filosofia. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2013.</p> <p>IAMAMOTO, M.V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). A história pelo avesso: a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.</p> <p>IAMAMOTO, M. V. O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. In: _____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1999.</p> <p>IAMAMOTO, M. V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. São Paulo: ed. Cortez, 1992.</p> <p>LIMA, B. A. Contribuição à metodologia do Serviço Social. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.</p> <p>NETTO, J.P. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985). São Paulo : Cortez, 2014.</p> <p>SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). Serviço social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.</p> <p>SOUZA, M. L. de. Desenvolvimento de Comunidade e Participação. São Paulo: Cortez, 1991.</p> <p>VIEIRA, B. O. Serviço Social: processos e técnicas. Rio de Janeiro: Agir, 1978.</p> <p>VIEIRA, B. O. História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria. 5.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989.</p> <p>YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS (Org). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	Departamento de Fundamentos da

	(quando houver)		Educação/CCE
PSICOLOGIA SOCIAL	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: As principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações indivíduo-sociedade. A fundamentação das questões relativas ao desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRASIL, A. Psicologia do Desenvolvimento . Vozes/RJ/1983. BOCK, A. M. B. GONÇALVES, MG; FURTADO. O (Org.). Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia . São Paulo: Cortez, 2001. BRAGHIROLI, E. M. et al. Psicologia Geral . 20. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001. CAMPOS, R. H. F. (Org.) Psicologia Social Comunitária . Da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2002. DAVIDOFF, L. L. Introdução à Psicologia Geral . São Paulo: Makron Books, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial . Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 2007 BAREMBLITT, Gregorio Franklin. Grupos: teoria e técnica. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. FARR, R. M. As raízes da psicologia social moderna . Petrópolis: Vozes, 2000. FIGUEIREDO, Luis Claudio Mendonça. Matrizes do pensamento psicológico . Petrópolis, RJ: Vozes, 1989 GUARESCHI, N.M. F; BRUSCHI, M.E. (Org.) Psicologia Social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social . Petrópolis: Vozes, 2003. HALL, Calvin S.; LINDSAY, Gardner; CAMPBELL, Jonh B. Teorias da Personalidade . 4. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. SKINNER, B.F. Ciência e comportamento Humano . São Paulo: Martins Fontes. 2007.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SEMINÁRIO TEMÁTICO II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Perspectivas teórico-metodológicas pós-estruturalista, compreensiva, fenomenológica e as correntes teóricas que derivam dessa raiz, destacando: método, categoriais teóricas centrais, principais representantes, análises teóricas da realidade social. O debate em torno da crise de paradigmas e da pós-modernidade.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
COHN, G; FERNANDES, F. Weber – Sociologia São Paulo: Editora Ática, 2001. (Cap. 3 e 4); FOUCAULT, M. Microfísica do poder . Rio de Janeiro: edições Graal, 1979. (Introdução e capítulo 1); BOURDIEU, P. Razões Práticas: sobre a teoria da ação . Rio de Janeiro: Papiros, 1997. (cap. 1); _____. O poder simbólico . Lisboa: Difel, 1989. (cap. II e III). SANTOS, B.de Souza. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna.			

Estudos avançados , v.02, ano 2, São Paulo, 1988.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CARLI, R. Fenomenologia e questão social : limites de uma filosofia. Campinas, SP: Papel Social, 2013. (Coleção didática do serviço social)
IANNI, O. A crise dos paradigmas na Sociologia: problemas de explicação. Disponível em: < www.anpocs.org.br/publicacoes/rbcs-00-13/rbcs13_05htm > Acesso em: 01 març.2020
GUERRA, Y. Modernidade : crise de “paradigmas” ou final do sonho? Disponível em: < www.ts.ucr.ac.cr > Acesso em: 01 març.2020
NETTO, J. P A controvérsia paradigmática nas ciências sociais. In: Cadernos ABESS , n.05, São Paulo, Cortez, 1992.
SANTOS, Jair Ferreira dos. O que é pós-moderno . São Paulo, Brasiliense, 1986.
SCHUTZ, A. Sobre fenomenologia e relações sociais . RJ: Vozes, 2012
SIMIONATTO, I. Expressões ideo-culturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais . Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
WEBER, M. Conceitos Sociológicos Fundamentais . Lisboa: Edições 70, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Processo de trabalho I	
EMENTA: O trabalho do Assistente Social em diferentes espaços sócio-ocupacionais: no âmbito das políticas públicas e no espaço sócio-ocupacional estatal/governamental (seguridade social: saúde, previdência social e assistência social; sociojurídico; educação; agrário e outros). Atribuições e competências. Instrumentos técnico-operativos, procedimentos e técnicas. Trabalho interdisciplinar e em redes sócio-institucionais. Experiências profissionais nas diversas políticas públicas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CFESS (Org.) Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais . Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.			
CFESS (Org.) O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos : contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2005.			
CFESS (Org.) Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social . Brasília: CFESS, 2011.			
LAVORATTI, Cleide Lavoratti; COSTA, Dorival (Org.). Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social : um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.			
SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social : desafios contemporâneos. 3ed. São Paulo: Cortez, 2017.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

BRAGA, L; CABRAL, M. do S. R. **Serviço Social na Previdência**: trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS (Org.). **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. CFESS: Brasília (DF), 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> Acesso em: 04 set. 2022.

CFESS. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. CFESS: Brasília, 2009.

CFESS. **Parâmetros de atuação de Assistentes Sociais na saúde**. CFESS: Brasília, 2010.

CFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. CFESS: Brasília, 2010.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico** - subsídios para reflexão. CFESS: Brasília, 2014.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana** - subsídios para reflexão. CFESS: Brasília, 2016.

CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. CFESS: Brasília, 2014.

EURICO, Márcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022.

MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnicos operativos em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 45, 1994.

MOTA, A. et al (Orgs.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. 3ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SÁ, Jeanete L.M. **Serviço Social e interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

VASCONCELOS, Eduardo. M. Serviço Social e interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental. In: _____. Et al. (Org.). **Saúde mental e serviço social**: desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2010. P. 33-67.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
POLÍTICA SOCIAL II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Política Social I	
EMENTA: A seguridade social na realidade brasileira: fundamentos, concepções, trajetória e tendências. Políticas setoriais: assistência social, saúde e previdência. Legislação, estrutura e financiamento das políticas setoriais. Gestão das políticas setoriais e seguridade social: descentralização, intersectorialidade, territorialidades, redes, e controle social. Reformas e Contrarreformas na Seguridade Social brasileira.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
SILVA, Ademir Alves da. A Gestão da seguridade social brasileira - entre a política pública e o mercado. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social na América Latina após o dilúvio neoliberal. Observatório da cidadania , Rio de Janeiro, v. 11, p. 91-98, 2007. Disponível em: https://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileiroc2007_bra.pdf . Acesso em: 09 jun. 2022.			

PAIM, Jairnilson Silva. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 23, n. 6, p. 1723-1728, jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Qg7SJFjWPjvdQjvnRzxS6Mg/?lang=pt>. Acesso em 09 jun. 2022.

CARNEIRO, Annova Míriam Ferreira; ARAUJO, Cleonice Correia; ARAUJO, Maria do Socorro Sousa de Araujo. Política de Assistência Social no período 1988-2018: construção e desmonte. **Ser Social**. 44, jan.-jun. 2019

ESTEVES, Juliana Teixeira Esteves; GOMES, José Menezes Gomes. A contrarreforma da previdência, crise do capital e da previdência privada. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, V. 11, N. 4, 2020, p. 2572-2608.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social: fundamentos e história**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: um Direito entre a originalidade e conservadorismo**. 2. ed. Brasília: Ivanete Boschetti, 2003.

LOURENÇO, E. A. de S. Crise do Capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.130, p.467-486, 2017.

BRAVO, Maria Inês de Sousa. **Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais**. São Paulo: Cortez Editora: Editora da UFRJ, 1996.

COSTA, Gracyelle. **Trabalhadores negros na origem da política social brasileira**. Revista em Pauta, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, 2020.

FARIAS, Pedro César Lima de. **A seguridade social no Brasil e os obstáculos institucionais à sua implementação**. Brasília: MARE/ENAP, 1997, p. 35 a 46. (Cadernos ENAP, n. 11)

FLEURY, Sonia. O legado da Seguridade Social. In: FLEURY, Sonia. **Estado sem Cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: FIOCRUX, 1994, p. 153-174.

MENICUCCI, T.M.G. Política de saúde no Brasil: entraves para universalização e igualdade da assistência no contexto de um sistema dual. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 87, 2006.

MOTA, Ana E. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. 6. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011

MESA-LAGO, Carmelo. **As reformas de previdência na América Latina e seus impactos nos princípios de Seguridade Social**. Trad. da Secretaria de Políticas de Previdência Social. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2006.

MELO, M.F.; MELO, A.A.F.; KOHN, R. (orgs). **Epidemiologia da saúde mental no Brasil**. Porto Alegre: Artes médicas, 2007.

COSTA, Nilson do R.; TUNDIS, Silvério A. (orgs). **Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil**. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001

COUTO Berenice Rojas; YAZBEK, M. C.; SLVA, M.O.S.; DEGENSZAJN, R. R. (orgs). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 2. Ed. São Paulo –SP: Cortez, 2011.

POCHMANN, Márcio. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1477-1489, 2007

SALVADOR, Evilásio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Ademir Alves da. **A Gestão da seguridade social brasileira - entre a política pública e o mercado**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2009 (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 3)

SPOSATI, Aldáza. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 23(7):2315-2325, 2018.

COMPONENTE CURRICULAR

UNIDADE RESPONSÁVEL:

Nome	Código (quando houver)	Tipo	
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	Departamento de Serviço Social
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	
EMENTA: Respostas ideopolíticas, teórico-metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil, no período contemporâneo: do final da década de 1980 aos anos atuais. Recuperação da crítica reconceituada no contexto da redemocratização e da Constituição Federal de 1988. O redimensionamento da profissão ante as transformações societárias e a construção do projeto ético-político profissional. Pós-modernidade, neoconservadorismo e Serviço Social.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ABRAMIDES, Beatriz. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS (Org.) Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</p> <p>NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. Serviço Social e Sociedade, n. 50. São Paulo, p.87 – 106.</p> <p>SANTOS, J. S. Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro. São Paulo: Cortez. 2007.</p> <p>SIMIONATTO, I. Expressões ideo-culturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: CFESS (Org.) Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Desafios do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 91. 2007.</p> <p>ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo, Cortez, 2002.</p> <p>BARROCO, Maria Lucia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. Serviço Social e sociedade. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.</p> <p>BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>CFESS (Org.), CRESS- 9ª. Região, ABEPSS, ENESS (Co-org.). 30 Anos do Congresso da Virada. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf Acesso em: 22 ago. 2021.</p> <p>GUERRA, I. et al. Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas-SP: Papel Social, 2018. (capítulos 1 e 2).</p> <p>IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche. S. P.: Cortez, 2008.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 5ª edição, 2001.</p> <p>KOIKE, Marieta. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional</p>			

na contemporaneidade. **Caderno de capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 2. Brasília: UNB, 1999, P. 101 – 118.

MOTA, Ana Elisabete. Crise capitalista e as transformações na produção capitalista. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SILVA, Marcela Mary José da. **A materialização do projeto ético-político do Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2012.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 293-306, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32934/21667> Acesso em 19 out. 2022.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL III	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	Processo de trabalho I	
EMENTA: O trabalho do Assistente Social no âmbito privado e no terceiro setor: empresas, ONGs, fundações, conselhos, movimentos sociais, associações e outros. Uso de instrumentos e técnicas: observação, entrevista, laudo, parecer, relatórios e outros. Assessoria e Consultoria. O trabalho profissional com diversos segmentos sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AMARAL, Ângela S; CESAR, Mônica O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: CFESS (Org.) Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais . Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.			
BRAVO, Maria Inês S.; MATOS, Maurílio C. de (Orgs). A assessoria, consultoria e Serviço Social . Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.			
CARDOSO, Maria de Fátima M. Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social: Observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social . SP:LCTE Editora, 2008.			
SANTOS, Vera N. Terceiro Setor no Serviço Social. Serviço Social e Sociedade . São Paulo: Cortez, 91, 2007.			
TAVARES, Maria Augusta. Trabalho e demandas sociais na reestruturação do capital: o serviço social entre a prática e a realidade. Tavares. Revista Temporalis . Brasília, ABEPSS, 11, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
AZEVEDO, Fernanda Caldas de. Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional. Serviço Social e Sociedade , n. 118. São Paulo: Cortez, 2014.			
CÉSAR, Maria de Jesus. A experiência do Serviço Social nas empresas. Capacitação em Serviço social , modulo (2). Brasília: CEAD, 1999.			
EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social . Serviço Social & Sociedade [online]. 2018, n. 133			
FREIRE, Lúcia M. B. Trajetória do Serviço Social em grandes empresas e instituições especializadas			

em saúde do trabalhador no Rio de Janeiro. In: FREIRE, Lúcia M. B. **O Serviço Social na reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**. São Paulo: USP, 2004. v. 13, n. 1.

KAMEYANA, Nobuco; NOGUEIRA, Cleonice L. As tendências da gestão da força de trabalho nas empresas brasileiras, **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, 6, 2002.

MACHADO, Graziela S. O Serviço Social nas ONGs no campo da saúde: projetos societários em disputa. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 102, 2010.

MAGALHÃES, Selma M. **Avaliação e linguagem**: relatórios, laudos e pareceres. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2003.

MIOTO, Regina C. T. Orientação e acompanhamento social a indivíduo, grupos e famílias. In: CFESS, **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.497-512.

MOREIRA, C.F.N. **O trabalho com grupos em serviço social**. A dinâmica do grupo como estratégia para reflexão crítica. 5ed. São Paulo: Cortez, 2019.

MOTA, Ana Elizabete (org.). **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2008.

WANDERLEY, Luís. E. Uma proposta inovadora: o público não-estatal. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 86, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
GESTÃO E PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.2.0	60h		
EMENTA: Gestão de políticas públicas e de serviços sociais: tendências, modelos, níveis de competências, atribuições e instrumentos. Fundamentos teóricos, perspectivas metodológicas e instrumentos que formalizam o planejamento social. Processo de formulação de planos, programas e projetos sociais. As experiências de gestão e planejamento em diferentes políticas públicas e serviços sociais, destacando o trabalho profissional das/os assistentes sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BAPTISTA, Myriam Veras. Planejamento Social : intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora. 2000.			
CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Gestão Social e trabalho social : desafios e percursos metodológicos. São Paulo: Cortez, 2014.			
SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL, Marcelo. Gestão Democrática e Serviço Social . São Paulo: Cortez, 2016.			
RAICHELIS, Raquel (org.). Gestão Social Uma Questão em Debate . São Paulo: EDUC, 1999.			
RONCONI, Luciana Francisco de. Os Dilemas Gerenciais do Serviço Social. Santa Catarina: UFSC.			
LIMA, Luciana Leite; PAPI, Luciana Pazini (Orgs.). Planejamento e políticas públicas :			

intencionalidades, processos e resultados [recurso eletrônico]. Porto Alegre : Jacarta, 2020. 323 p.
Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212555>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ARMANI, DOMINGOS. **Como elaborar projetos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- BONDER, Cíntia. O Assistente Social e planejamento participativo. **Serviço Social e Sociedade** n° 78, São Paulo: Cortez Editora, julho, 2004.
- FILGUEIRAS, Cristina. Gestão Estratégica de Programas Sociais. In: BRASIL. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecao_social.pdf Acesso em: 29 set. 2022.
- CLDERON, Adolfo. Ignácio e CHAIA, V. **Gestão municipal: descentralização e participação popular**. São Paulo; Cortez editora, 2002.
- KISIL, Rosana. **Elaboração de Projetos e propostas para as Organizações da sociedade civil**. São Paulo: Editora Global, 2.ed. 2002.
- FISCHER, Tânia (Org.) **Gestão Contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- GANDIN, Danilo. A prática de planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- SOARES, Jose Arlindo e GONDIM, Linda. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local. IN: SOARES, Jose A. e CACCIA-BAVA (Orgs). **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Atuação do Serviço Social no processo de gestão e avaliação de políticas e programas sociais. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA, 2018.
- SOUZA, Luiza Erundina de. Revolucionar a gestão da cidade: um grande desafio. In: SOUZA, Marcelo e RODRIGUES, Glauco (Orgs). **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.
- TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. CFESS/ABEPSS. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009 (Coletânea do Curso de Especialização lato sensu em Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. v. 1). Disponível em: <http://www.unirio.br/chs/ess/Members/altineia.neves/planejamento-e-gestao-em-servico-social/teixeira-j-b-formulacao-administracao-e-execucao-de-politicas-publicas/view> Acesso em: 29 set. 2022.
- TENORIO, Fernando G. elaboração de projetos comunitários In: TENÓRIO, F. (Org.) **Gestão comunitária: uma abordagem prática**. RJ: Editora FGV, 2008.
- NETO, Alberto Bracagioli; GEHLEN, Ivaldo; OLIVEIRA, Valter Lúcio de (Orgs.). **Planejamento e gestão de projetos** [recurso eletrônico] coordenado pelo SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos. – 2. ed. rev. e ampl. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad200.pdf> Acesso em: 29 set. 2022.
- SILVA, Christian Luiz da. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.
- WU, Xun.; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: Enap, 2014, Cap.1.

COMPONENTE CURRICULAR

UNIDADE RESPONSÁVEL:

Nome		Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
FUNDAMENTOS ÉTICOS E ÉTICA PROFISSIONAL		NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):		
4.0.0	60h			
<p>EMENTA: A questão da Ética, da Moral e de suas relações com a filosofia. As atuais reflexões éticas sobre a ciência e suas repercussões na sociedade. Ética e direitos humanos. Os fundamentos da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção de um <i>ethos</i> profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. Os códigos de ética profissional na história do Serviço social brasileiro. O Projeto Ético-Político do Serviço Social. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. A organização política do Serviço Social.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
<p>BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. 3. ed. SP, Cortez, 2005.</p> <p>BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. CFESS, Conselho Federal de Serviço Social (Organizador). Código de Ética Profissional do Assistente Social (comentado), São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>BRASIL. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Lei nº 8662, 07 junho de 1993.</p> <p>BONETTI, Dilséa Adeodata <i>et al.</i> (Orgs.). Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez/Brasília: CFESS, 1996.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 2011.</p> <p>NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, s.d. Disponível em: https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2020.</p> <p>TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético político do Serviço Social. ABEPSS, s. d. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2020.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
<p>ALMEIDA, Magali, S. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. In: CRESS. Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados a atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.</p> <p>BOFF, Leonardo. Ética e moral: a busca dos fundamentos. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 2004.</p> <p>CARDOSO. Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. R. Katál., Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 325-334, set./dez. 2017.</p> <p>CFESS. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo do conjunto CFESS-CRESS. Serviço Social & Sociedade, n. 50, São Paulo, Cortez, 1996, p. 172-190.</p> <p>KOIKE, Maria Marieta dos Santos. Notas sobre Ética Profissional do Assistente Social. Serviço Social & Sociedade, n. 43, SP, Cortez, 1993, p. 142-154.</p> <p>MATOS, Maurílio Castro de Matos. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade, Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015.</p>				

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social, Ética e Saúde** - reflexões para o exercício profissional. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h		
EMENTA: Sociedade civil no Brasil contemporâneo. Abordagens teóricas na análise dos movimentos sociais: perspectivas clássicas e contemporâneas. Ações coletivas, Movimentos sociais, terceiro setor e redes de Movimentos sociais. Globalização e ciberativismo. Movimentos sociais e questões agrárias, urbana, rural, ambiental, de gênero e étnico-raciais. Experiências de movimentos sociais locais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova . N.76, São Paulo: CEDEC, 2009, p.49-86.			
DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade civil e democracia : um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.			
MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e Movimento Social . São Paulo: Cortez, 2009, (Biblioteca Básica de Serviço Social – Vol. 5).			
TARROW, Sidney. O poder em movimento : movimentos sociais e confronto político. Ana Maria Sallum (trad.) Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009. (coleção Sociologia)			
VIANA, Masilene Rocha. Ativismo político na espaço-temporalidade da virtualização em rede. In: LIMA, A. J.; FERREIRA, M. D. M.; VIANA, M. R. Políticas Públicas e cidadania : temas em debate. EDUFPI, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALVAREZ, Sonia E/ DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (orgs) Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos : novas leituras. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2000.			
CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Os desafios da luta antirracista no Brasil . Educação Pública, Cuiabá, v. 21, n.46, p. 319-330, mai/ago. 2012			
COHEN, Jean. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. Dados .v. 46 n. 3, RJ, 2003.			
DAGNINO, Evelina. (org) Sociedade civil e espaços públicos no Brasil . São Paulo: Paz e Terra, 1999.			
DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. (orgs.) Democracia, Sociedade civil e Participação . Chapecó: Argos, 2007.			
_____. Movimentos sociais e participação institucional : repertórios de ação coletiva e dinâmicas culturais na difícil construção da democracia brasileira. (Para publicação na RevueInternationale de Politique Comparée. Número Especial sobre Répertoires d’acioncollective em Amérique Latine). [2011]			
DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos . Tempo, v.12, n.23, p.100-122, 2007.			
DURIGUETTO, Maria Lúcia; SOUZA, Alessandra Ribeiro de; SILVA, Karina Nogueira. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. Katálisis , v.12 n.1 Florianópolis: EDUFSC, jan.jun.2009, p. 13-22.			
GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. Crítica Marxista . N. 32. São Paulo: EDUNESP, 2011.			
LAVALLE, Adrián Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirándola. Quando novos atores			

saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. **Política e Sociedade**, Florianópolis: Ed.UFSC, Cidade Futura, n.05, out.2004, p.37-55.

MEDEIROS, Antônio José. Movimentos sociais. In: SANTANA, Raimundo N. M. de (org). **Piauí: Formação, Desenvolvimento, Perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995, p.159-184.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória ? **Caderno CRH**. Salvador: v.21, n.54, 2008. P. 505-517

_____. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciencias Sociais Unisinos**, São Leopoldo v.46, n.1, p. 18-27 jan,abr. 2010.

VIANA, Masilene Rocha. Lutas sociais e redes de movimentos no final do século XX. **Serviço Social & Sociedade** n.64, Cortez, 2000, p.34-56.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
POLÍTICA SOCIAL III	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		
EMENTA: Políticas setoriais no quadro da política social brasileira: educação, habitação e trabalho/renda. Fundamentos, legislação, estrutura, financiamento, gestão, controle social, contrarreforma, privatização e publicização.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
PANDORFI, Aline Fardin. Reflexões críticas sobre as Políticas de Geração de Trabalho e Renda no Brasil . Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015			
SILVA, Maria Ozanira da S.; YAZBEK, Maria C. (orgs). Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo . São Paulo- SP: Cortez; São Luiz-MA: FAPEMA, 2006.			
FREITAS, Isabel Maria Sabino de; VIEIRA, Sofia Lerche. Política educacional no Brasil: introdução histórica . Brasília: Plano, 2003. 188 p.			
MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A Questão Habitacional no Brasil. Mercator , Fortaleza, v. 16, e16015, 2017.			
SOUZA, Ângelo Ricardo de; GOUVEIA, Andréa Barbosa; TAVARES, Taís Moura. Políticas Educacionais: conceitos e debates . 3. ed. Curitiba: Appris, 2016, 209p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BARBOSA, Rosângela N de C. A economia solidária como política pública , uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007			
CARDOSO, Adauto Lucio. Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras . Uma Avaliação das Políticas Habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007.			
CAMPOS, Edival B. et all. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na educação . 1. Ed. Brasília: CFESS, 2013			
FAVARETO, A.S. A longa evolução da relação rural-urbano. Para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. RURIS . Revista do Centro de Estudos Rurais. Vol 1. Nº1. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/IFCH, 2007, pp. 157-192.			
FREIRE, Lúcia M. B.; FREIRE, Silene de Moraes; CASTRO, Alba T. B. de. (orgs). Serviço Social ,			

Política Social e Trabalho, desafios e perspectivas para o século XXI. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2000

GROSSI, Esther P; BORDIN, Jussara. **Paixão de aprender.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

KRAYCHETE, Gabrile; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis - RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000

PANDORFI, Aline Fardin. **Reflexões críticas sobre as Políticas de Geração de Trabalho e Renda no Brasil.** Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MARICATO, E. **Impasse da política urbana no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MOREIRA, Roberto J.; BRUNO, Regina. (Orgs). **Dimensões rurais de políticas brasileiras.** Rio de Janeiro/Seropédica: Mauad X/Edur, 2010. 182p.

MOTA, Leonardo de Araujo; OLIVEIRA, Maynne Santos de Oliveira. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO NO BRASIL: reflexões entre a Era Vargas e o Neoliberalismo. **Revista Foco.** V.8, nº 2, ago./dez. 2015.

BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson (Orgs). **Políticas Educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, 2018, 288p.

NICÉSIO, Guilherme Alves de Lima; ALMEIDA, Marcia Bastos de; CONCEIÇÃO, Lucy Mara da. **Políticas públicas na educação básica.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2015, 208p.

Disponível em: https://s3.amazonaws.com/cm-cls-content/201502/INTERATIVAS_2_0/POLITICAS_PUBLICAS_NA_EDUCACAO_BASIC/U1/LIVRO_UNICO.pdf. Acesso em: 28 set. 2022

RIBEIRO, Luiz César Q. (Org.); SANTOS JÚNIOR, O. A. (Org.). **As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007. 340p.

WANDERLEY, M.N.B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FARAGE, Eblin; HELFREICH, Francine; RAMOS, Isabel Cardoso. Questão urbana, direito à cidade e o serviço social In: Adriana et al. (Orgs.) **Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas:** subsídios analíticos para o Serviço Social. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

ROCHA, Roseli. F. **A Questão Étnico-racial e as Políticas de Ação Afirmativa: contribuição para o debate no Serviço Social.** In: Anais - XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - 06 a 10 de dezembro de 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
DIVERSIDADE E DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA-ETNIA E CLASSE	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
4.0.0	60h		

EMENTA: Aportes teórico-metodológicos da diversidade e desigualdades no contexto da articulação das relações sociais de gênero, classe e raça/etnia na sociedade brasileira que incidem na organização doméstico-familiar, no mundo do trabalho, na constituição de sujeitos políticos e demais dimensões das sociabilidades. Serviço Social e relações de exploração/ opressão de gênero, feminismo, raça/etnia e

sexualidades.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019. CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: Synergia Ed., 2011. CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. Morais dos. Feminismo, diversidade sexual e serviço social. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca básica de serviço social; v.8). FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1. SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ABEPSS. Revista Temporalis. Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. v. 14, n. 27, 2014. BOZON, Michel. Sociologia da sexualidade. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Capítulo 5 – Nova formulação das relações entre homens e mulheres na sexualidade contemporânea p. 81-92. ELPIDIO, M. H et al (Orgs). Desafios para o serviço social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate. Annablume Editora, 2021. EURICO, M et al (orgs). Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos. Campinas, SP: Editora Papel Social, 2022. HEILBORN, Maria Luiza (Org). Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. HIRATA, Helena; MARUANI, Margareth. (Orgs.). As novas fronteiras da desigualdade: Homens e mulheres no mercado de trabalho, São Paulo: Senac, 2003 LOYOLA, Maria Andréa. A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas. In: OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discursos sobre a Masculinidade. Revistas Estudos Feministas. IFCS/UFRJ, Vol. 6 N. 1, 1998. P. 91-112. GUIMARÃES. Antonio Sergio. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: 1999. MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo: Editora Anita, 1994. NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016. O'DWYER, Eliane Cantarino. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 268p. SARTI, Cynthia Andersen. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero. Florianópolis: Mulheres, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS SOCIAIS	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h		

EMENTA: Avaliação de políticas públicas: panorama histórico, enfoques teórico-metodológicos e tipologias de avaliação de políticas públicas. Monitoramento de políticas públicas, construção e análise de indicadores sociais. A experiência brasileira de monitoramento e avaliação, destacando o trabalho profissional das/os assistentes sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- RICO, Elizabeth Melo. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais:** Uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001.
- BARREIRA, Maria Cecília; CARVALHO, Maria do Carmo. (Orgs.) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.
- GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Avaliação de Políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA e SILVA, Maria Ozanira da (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: Veras Editora, 2001. p.17-37.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil:** conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.) **Pesquisa Avaliativa:** aspectos teórico-metodológicos. 2ª ed. São Paulo: Veras; São Luís, MA. Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ARMANI, Domingos. Indicadores e sistema de monitoramento e avaliação. In: ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? **Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais.** Porto alegre: Tomo Editorial, 2001, p.58-73.
- BELLONI, Isaura *et al.* **Metodologia de avaliação em Políticas Públicas:** uma experiência em educação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília-DF: CFESS/ABEPSS.2009, p.575-591.
- COHEN, Ernesto. Tipos de Avaliação. In: COHEN, Ernesto. **Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes. 1994, p. 108-117.
- EDUARDO, Marino. **Manual de avaliação de projetos sociais.** 2. ed. São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2003.
- FARIA, Regina M. Avaliação de Programas sociais: evoluções e tendências. In: RICO, Elizabeth de M (Orgs). **Avaliação de Políticas sociais:** uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001, p.41-49.
- FONSECA, Ana Maria Medeiros da. O programa de renda Familiar mínima do município de Campinas: questões metodológicas sobre o estudo com famílias. In: RICO: Elizabeth de Melo. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais:** uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2001, p.131-154.
- ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs:** aprendendo a valorizar as mudanças. Edição adaptada para o Brasil. ABONG: tradução e interpretação simultânea e escrita. 2.ed. São Paulo: Cortez editora; ABONG: OXFORD, Inglaterra: OXFAM, 2002.
- SILVA e SILVA, Maria Ozanira et al. Avaliação de programa da política social: avaliação do programa creche manutenção. In: SILVA E SILVA, Maria Ozanira. (Org.). **Avaliação de políticas e programas Sociais:** teoria e prática. S.P.: Veras Editora, 2001, p. 98- 144.
- SILVA e SILVA, Maria Ozanira et al. O Bolsa família como mediação da unificação dos programas de transferência de renda: resultados de um estudo empírico no maranhão e no Piauí. In: SILVA e SILVA (Org.). **O Bolsa família no enfrentamento à pobreza no maranhão e Piauí.** São Paulo: Cortez; Teresina: Editora Gráfica da UFPI; São Luís: EDUFMA. 2008, p.104- 142.
- SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL, Claudio. **Gestão democrática e serviço social:** princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez, 2016 (Coleção biblioteca básica de serviço

social, v.7).
 SULBRANDT, Jose. La evaluación de los programas sociales: una perspectiva crítica de los modelos usuales. IN: KLIKSBURG, Bernardo. **Pobreza: un tema impostergable**. México: Fondo de Cultura económica. 1993.
 TENÓRIO, Fernando Guilherme. Avaliação Final. In: TENÓRIO, Fernando G. (Coord.) **Avaliação de projetos Comunitários: abordagem prática** Edições Loyola, São Paulo.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL I	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.15	225h	Processo de Trabalho do Serviço Social III; Fundamentos éticos e ética profissional; Avaliação de políticas públicas e projetos sociais	
EMENTA: Inserção do aluno no campo de estágio. Observação e aprendizado do exercício profissional na perspectiva das três dimensões (técnico-operativo, ético-política e teórico-metodológica) no contexto institucional. Compreensão da realidade institucional e profissional. Elaboração de Plano de Estágio, Análise institucional, Projeto de Intervenção e Relatório a ser desenvolvido no campo de estágio.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BAPTISTA, Myriam Veras. Planejamento: introdução à metodologia do planejamento social. São Paulo: Ed. Moraes, 1991. BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a assistente social comentado . São Paulo: Cortez, 2012. CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão . Brasília: CFESS, 2012. COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS/ABEPSS (Org.). Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais . Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 651-666 SANTOS, C. M.; BACKX, S; GUERRA, Y (ORGS). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos . Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
Bibliografia complementar específica de cada política pública / campo de estágio.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SEMINÁRIO DE PRÁTICA I	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social I	
EMENTA: O Estágio na formação profissional do Assistente Social. Legislação de Estágio Supervisionado e Normas Técnicas relativas ao Exercício Profissional aplicadas ao campo de Estágio. As expressões da questão social nos diferentes campos de Estágio. O trabalho intersetorial e			

interprofissional.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br> Acesso em: 02 out. 2021.</p> <p>CFESS. Legislação e resoluções sobre o trabalho do/a assistente social. Brasília: CFESS, 2011.</p> <p>LEWGOY, A. M. B. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>MONERAT, Giselle et al (Org.) A intersetorialidade na agenda das políticas sociais. Campinas: Papel social, 2014.</p> <p>YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. Temporalis, Brasília: ABEPSS, ano II, n. 3, jan./jun. 2001.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>ABEPSS. Diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social. Disponível em: <http://www.abepss.org.br> Acesso em: 02 out. 2021.</p> <p>BRASIL. Lei de Estágio nº 11.788, de 25/09/2008, Brasília (DF), 2008.</p> <p>CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. Resolução nº. 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social.</p> <p>LIMA, Antônia Jesuíta. As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003.</p> <p>GUIRALDELLI, Reginaldo; ENGLER, Helen B. R. As categorias gênero e raça/etnia como evidências da questão social: uma reflexão no âmbito do serviço social. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 248-267, 2008</p> <p>SANTOS, Josiane Soares. “Questão social”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>PASTORINI, Alejandra. A categoria “questão social” em debate. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>ROSA, Lucia et al. Experiência de estágio obrigatório como primeiro contato com o mercado de trabalho do serviço social – orientações básicas. In: ROSA, Lucia et al (Orgs.). A saúde mental sob o prisma acadêmico: a experiência em serviço social da UFPI na docência, nos estágios e em produção de conhecimento. Teresina: EDUFPI, 2011, p.13-29.</p> <p>SOUZA, H. J. Como se faz análise de conjuntura. 27ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1984.</p>

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL I	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.1.0	15h	Co-requisito com Estágio Obrigatório em Serviço Social I	
EMENTA: Instrumentalidade do Serviço Social no Estágio Supervisionado I. A dimensão investigativa do exercício profissional no estágio. Instrumentos, técnicas e documentação no Estágio Supervisionado I. A supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CAPUTI, Leslie. Supervisão de estágio em Serviço Social . Campinas: Papel social, 2021.			

CFESS. **Resolução CFESS nº 533**, de 29 de setembro de 2008. Ementa: Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. CFESS; ABEPSS, 2009.

MATOS, Maurílio de Castro. Comentários sobre o registro do trabalho do serviço social na área da saúde. In: MATOS, Maurílio de Castro. **Serviço social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2013, p. 109 -140.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. A política nacional de estágio e a supervisão direta: avanços e desafios. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 203-219, jan./jun. 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BURIOLLA, Marta A. F. **Supervisão em Serviço Social – O Supervisor; sua relação e seus papéis**. São Paulo: Cortez, 1996.

EURICO, Márcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022.

GARRETT, A. **A entrevista, seus princípios e métodos**. 10 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Telma C. S.; MIOTO, Regina C. T.; DAL PRÁ, Keli R. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 6, n.1, p.93-104, 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1048> Acesso em 21 set. 2022.

MARCONSIN, Cleier. Documentação em Serviço Social: debatendo a concepção burocrática e rotineira. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (orgs.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 99-112.

MESQUISTA, Andréa P.; GUERRA, Yolanda.; GONÇALVES, André de M. (Orgs.). **Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social**. Fortaleza: Editora Socialis, 2019

MIOTO, R. C. de T. Estudos socioeconômicos. In: CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOREIRA, C.F.N. **O trabalho com grupos em serviço social**. A dinâmica do grupo como estratégia para reflexão crítica. 5ed. São Paulo: Cortez, 2019.

PEREIRA, Sofia Laurentino B.; COSTA, Teresa Cristina Moura; VILARINHO, Lúcia da Silva (Org.) **O estágio supervisionado em Serviço Social no Piauí : saberes e experiências**. Teresina : EDUFPI, 2023.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
PESQUISA SOCIAL II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Pesquisa social I
<p>EMENTA: O projeto de pesquisa: justificativa, definição e delimitação de objeto, objetivos, referencial teórico, metodologia, cronograma e referências. As fases de uma pesquisa (planejamento, execução, análise e interpretação dos dados). Procedimentos científicos que orientam a pesquisa social. Instrumentos e técnicas de pesquisa. Natureza das Fontes. Amostragem. Sistematização e análise dos dados: instrumentais técnicos e analíticos. O relatório e a devolutiva da pesquisa aos participantes. Definição de temática para abordagem na disciplina de Pesquisa Social II.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>ALVES, Alda J. A “Revisão da Bibliografia” em Teses e Dissertações: meus tipos inesquecíveis, Cadernos de Pesquisa. SP, 1992. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In. MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 67-80. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994. VIANA, Masilene Rocha. A construção do Projeto de Pesquisa. (texto elaborado para ensino)</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>BARTIER, R. A pesquisa-ação. Brasília: Plano Editora, 2002. BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 137-155 BOOTH, Wayne C. et al. A Arte da Pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000. BRANDÃO, C. R. (org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1986. FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994. LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG; Porto Alegre: Artmed, 1999 LUNA, Sérgio V. Planejamento de Pesquisa. São Paulo: EDUC, 1998. MINAYO, M. Cecília de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	Departamento de Serviço Social

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.15	225h	Estágio supervisionado obrigatório em serviço social I
EMENTA: Implementação/execução do projeto de intervenção. Sistematização, monitoramento e avaliação do projeto de intervenção e do estágio supervisionado. Elaboração do relatório final de estágio.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BAPTISTA, Myriam Veras. Planejamento: introdução à metodologia do planejamento social. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.		
BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS (Org.) Serviço Social: direitos sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.		
SILVA; Maria Ozanira da S. (Org). Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.		
TEIXEIRA, Josefina B. Formulação, Administração e Execução de Políticas Públicas. In: CFESS (Org.) Serviço Social: direitos sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p.553-573.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
Bibliografia complementar específica de cada política pública / campo de estágio.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
SEMINÁRIO DE PRÁTICA II	NOVO CÓDIGO	Obrigatório	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.2.0	30h	Co-requisito com Estágio Obrigatório em Serviço Social II	
EMENTA: Aprofundamento temático dos objetos dos projetos de intervenção. As estratégias político institucionais frente ao objeto de intervenção. A experiência do Estágio como exercício de iniciativa e construção de autonomia profissional. Problemática do exercício profissional em face do Projeto Ético-Político do Serviço Social.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BUENO, Nayara; CARLOTO, Cassia. Avaliação e monitoramento da política de assistência social: uma proposta em construção. R. Katál. , Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 13-21, jan./jun. 2015			
FALEIROS, Vicente de P. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014			
TELLES, V.S. Direitos sociais, afinal do que se trata? BH: Ed. UFMG, 1999.			
VASCONCELOS, A. M. O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, Módulo 4. Brasília, CFESS/Abepss/Cead/UnB, 2000.			
YAZBEK, Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. Serv. Soc. Soc. , São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

CFESS. **Legislação e resoluções sobre o trabalho do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 2011.

COHEN, E; ROLANDO, F. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FALEIROS. Vicente de P. **Saber profissional e poder institucional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MATOS, Maurílio C. de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 678-698, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400678&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 set. 2022.

NETTO, José Paulo. A crítica da vida cotidiana. In: _____; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Ociana; RAICHELIS, Raquel. O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 123, p. 582-603, jul./set. 2015

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL II	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.1.0	15h	Co-requisito com estágio obrigatório em serviço social II	
EMENTA: Instrumentalidade do Serviço Social no Estágio Supervisionado II. Instrumentos, técnicas e documentação no Estágio Supervisionado II. A supervisão acadêmica e de campo: acompanhamento e avaliação das ações do projeto de intervenção e do estágio em Serviço Social.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CARVALHO, Maria C. B. (Orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais . São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.			
FERNANDAS, Neide. Sigilo e ética do/a assistente social . São Paulo: Cortez, 2018.			
GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em serviço social. In: CFESS (Org.) Serviço Social: direitos sociais e Competências Profissionais . Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.			
MIOTO, Regina Célia T.; NOGUEIRA, Vera Maria R. Sistematização, Planejamento e Avaliação das Ações dos Assistentes Sociais no Campo da Saúde. In: MOTA, Ana E. et al (Orgs). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional . São Paulo: Cortez, 2009.			
JANNUZZI, Paulo. Indicadores sociais no Brasil . Campinas: Ed. Aliena, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
FURTADO, Juarez Pereira. Avaliação de programas e serviços, introduzindo alguns conceitos. In: GASTÃO, W. S. C. et al. Tratado de Saúde Coletiva . São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 715-739.			

JOAZEIRO, Edna M. Goulart. **Estágio Supervisionado**: experiência e conhecimento. São Paulo: ESETEC, 2011.

MAGALHÃES, Sema Marques. **Avaliação e linguagem**: relatórios, laudos e pareceres. 4. ed. rev. São Paulo: Veras Editora, 2016.

MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n. 1. 2009.

MOREIRA, T. W. F.; SANTOS, P. M. S. **Estágio em Serviço Social, combate ao racismo e trabalho com famílias: uma experiência antirracista no contexto do trabalho no CRAS**. Serviço Social em Perspectiva, v. 4, n. 1, 2020.

PEREIRA, Sofia Laurentino B.; COSTA, Teresa Cristina Moura; VILARINHO, Lúcia da Silva (Org.) O estágio supervisionado em Serviço Social no Piauí : saberes e experiências. Teresina : EDUFPI, 2023.

SIMÕES. C. **Curso de Direito do Serviço Social**, 7ª ed, Cortez: São Paulo, 2014

VASCONCELOS, Iana. Dilemas e desafios do estágio Curricular em Serviço Social: Expressão dos (Des) encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. **Temporalis**, Brasília, ano IX, n.17, 2009

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
PESQUISA SOCIAL III	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.3.1	75h	Pesquisa social II	
EMENTA: Elaboração de projeto de pesquisa sobre tema relacionado à questão social e/ou à profissão de Serviço Social, provenientes de experiência de campo de estágio ou associadas às áreas de estudo consolidadas pelos/as professores/as do DSS. Teste dos instrumentos de coleta de informações adotados no projeto. Submissão do projeto ao comitê de ética em Pesquisa (caso aborde seres humanos).			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
COLOMBO, E. Descrever o social: a arte de escrever a pesquisa empírica. In: MELUCCI, Alberto. Por uma sociologia reflexiva : pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005. P. 265-288.			
DINIZ, Debora <i>et al</i> (orgs). Ética em pesquisa : temas globais. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.			
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.			
MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). Pesquisa Social : teoria, método e criatividade. 23. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.			
RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social : métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social . São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa-PR: Editora UEPG, 2008. 232 p.			
CARUZO, Igor. Definição do problema. In. A separação dos amantes : uma fenomenologia da morte. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 1989. P. 11-18.			
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução CNS Nº 466 , de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: < http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf > Acessado em: 15/09/13.			

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O pesquisador, o problema de pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. Reflexões sobre a pesquisa sociológica. São Paulo: **Cadernos CERU**, (03), 1992.
 ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R. (org.). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Obs: A bibliografia específica à abordagem do problema de pesquisa focado por cada projeto será apontada pelo/a aluno/a.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	NOVO CÓDIGO	Obrigatória	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.10.2	195h	Pesquisa Social III	
EMENTA: Realização de Pesquisa de campo com produção, análise e interpretação dos dados. Elaboração de trabalho monográfico desenvolvido a partir do projeto formulado em Pesquisa Social III.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BECKER, Howard. S. Segredos e truques da pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. Pesquisa Social Empírica – Métodos e Técnicas. Cadernos de Sociologia, nº 9. IFCH/PPGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul: s/d. p. 11-47. MINAYO. Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994. NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In. MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes: 2004, p. 51-66. QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O pesquisador, o problema de pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. Reflexões sobre a pesquisa sociológica. São Paulo: Cadernos CERU, (03), 1992.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ALVES, Alda J. A “Revisão da Bibliografia” em Teses e Dissertações: meus tipos inesquecíveis. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: maio de 1992. p. 53-60. BARROS, Aidil de J.P. e LEHFELD Neide A. de S. Coleta de Dados. In. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 70-85. _____. Análise de Dados. In. BARROS, Aidil de J.P. e LEHFELD Neide A. de S. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 86-100. _____. Relatório de Pesquisa. In. BARROS, Aidil de J.P. e LEHFELD Neide A. de S. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 101-111. BEAUD, M. A arte da tese: como redigir uma tese de mestrado ou de doutorado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. KIDDER, Louise. (Org.) Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais: análise de resultados. São Paulo: E.P.U., 1987, vol 3, p. 17-33; 35-54. MINAYO. Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 13. ed., Petrópolis, Vozes, 1999. p. 9-21. WHITAKER, D. et al. A questão do registro e da memória do pesquisador. In: Sociologia rural: questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à margem, 2002, p. 121-168. ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In. CARDOSO, Ruth. (Org).</p>			

A aventura antropológica: teoria e prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 107-125.

Obs: A bibliografia específica à abordagem do problema de pesquisa focado por cada projeto será apontada pelo/a aluno/a.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE JUVENTUDE	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A condição juvenil e suas interfaces: etária, gênero, raça/etnia, geracional. Diversidade juvenil, particularidades socioculturais e territoriais. Políticas Públicas de juventudes no Brasil: diretrizes, estrutura, materialidades e intersetorialidades.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ABRAMO Helena W. e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005. 447 p.</p> <p>ABRAMOVAY, M. et al. Trajetórias/práticas juvenis em tempos de pandemia de covid 19. [livro eletrônico] / organização Miriam Abramovay... [et al.]. -- 1. ed. -- Brasília, DF: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2022. PDF.</p> <p>CACCIA-BAVA, Augusto e COSTA, Dora Isabel Paiva da. O lugar dos jovens na história brasileira. In: CACCIA-BAVA, Augusto, PAMPOLS, Carlos Feixa e CANGAS, Yanko Gonzáles. Jovens na América Latina. São Paulo: CEBRIJ/ESCRITURAS. p. 63-114.</p> <p>GROPPO, Luís Antônio. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. São Paulo: Difel. 2000.</p> <p>SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: Revista Brasileira de Educação. Nº 24, São Paulo: ANPED, 2003.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BRASIL. Guia de políticas públicas de juventude. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.</p> <p>BRASIL. PEC nº138/2003, PL nº4.529/2004 e PL nº4.530/2004. Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em: 26 jun. 2010.</p> <p>BRASIL. Lei nº11.129/2005. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao. Acesso em: 26 jun. 2010.</p> <p>COGGIOLA, Osvaldo. La Cuestión Agraria en Brasil. Grupo de Pesquisa História e Economia</p>			

Mundial Contemporâneas. Artigos. Março de 2007.

MARGULIS, Mario e URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires, Editorial Biblos, p. 157-171.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Relatório da pesquisa: Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre o perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/documentos/juventude-brasil>. >>> Acesso em dezembro de 2013. (Juventude Viva)

_____. **Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil**. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert, 2003.

SPOSITO, Marília P. **A sociabilidade juvenil e a rua; novos conflitos e ação coletiva na cidade**. Tempo Social. **Revista Sociologia da USP**. São Paulo, v.5 n. 1 e 2, p.161- 178, 1993.

SPOSITO, Marília Pontes. **A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade**. In: **Tempo Social**, v.5, n. 1-2, São Paulo, 1994.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE ENVELHECIMENTO	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre envelhecimento e políticas sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BEAUVOIR, Simone. A velhice . Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1990.			
CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira (Org.). Envelhecimento, trabalho e instrumentalidade do serviço social . Recife: EDUPE, 2021.			
DEBERT, Guita Grin. A reinvenção da velhice: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2012.			
HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. A ideologia da velhice . 2ªed. São Paulo: Cortez, 2017.			
TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. Argumentum , Vitória, v. 1, n. 1, p. 63-77, jul./dez. 2009. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13/15			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
TEIXEIRA. Solange Maria (Org.) Serviço Social e envelhecimento . Teresina: EDUFPI, 2020. (capítulos 5 – p.126-159-; cap. 7 - p.192-220-; cap. 8 – p.221-248-; cap. 9 – 249-277-) Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Livro_SERVI%C3%87O_SOCIAL_E_ENVELH			

[ECIMENTO E-BOOK-120201020195516.pdf](#)

MUSTAFÁ, Maria Alexandra da Silva Monteiro (Org.). **Serviço social e gerontologia: a proteção da pessoa idosa em tempos de pandemia**. Recife: Ed. UFPE, 2020. (cap. 5 – p.126-159-, cap. 6 – p.173-197) Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/362/372/1094?inline=1>

COSTA, Joice Sousa ...[et al.] Orgs. **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. Franca: UNESP-FCHS; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. (cap. II) Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Publicacoes/01-aproximacoes-e-ensaios-sobre-a-velhice.pdf>

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE FAMÍLIA	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre família e políticas sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família . In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (orgs.) <i>Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento</i> . São Paulo: Cortez, 1993.			
MIOTO, R. C. T. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. Serviço Social em Revista , v.12, n.2, jan/jun 2010.			
MIOTTO, Regina Célia T. Trabalho com famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. Revista Textos & Contextos . Vol. 3, No 1, 2004.			
TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho Social com Famílias: fundamentos históricos, teórico-metodológicos e técnicos-operacionais . Teresina: EDUFPI, 2018.			
ROSA, L. C. dos S. Trabalho social com famílias na perspectiva da política de saúde mental brasileira . In: TEIXEIRA, S. M. <i>Trabalho social com famílias e políticas sociais</i> . Campinas: Papel Social, 2018.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
SILVA, M.CL; SILVA, L.; BOUSSO, R. S. A abordagem à família na Estratégia Saúde da Família: uma revisão integrativa da literatura. Rev. Esc. Enfermagem USP , 45(5), p.1250/55, 2011.			
DAL PRÁ, K. R.; SCHMIDT, C. Atenção domiciliar em saúde e processo de responsabilização das famílias: uma análise a partir do Programa Melhor em Casa . In: TEIXEIRA, S. M. <i>Trabalho social com famílias e políticas sociais</i> . Campinas: Papel Social, 2018.			
CRONEMBERGER, I. H. G. M. O trabalho social com as famílias de origem no serviço de acolhimento institucional . In: TEIXEIRA, S. M. <i>Trabalho social com famílias e políticas sociais</i> . Campinas: Papel Social, 2018.			
MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de			

programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.p. 43-60. (v. 1).

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL DE SAÚDE	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre saúde e políticas sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BARATA, R. B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2009. (Coleção Temas de Saúde).			
CFESS (Org). Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde. Brasília, CF: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/livros . Acesso em: 30 ma. 2023.			
MERHY, Emerson E. Saúde: a cartografia do trabalho vivo. 4ed. São Paulo: Hucitec editora, 2014.			
MOTA, Ana Elizabete et al. (orgs). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.			
SENNA, Mônica de Castro Maia; ZUCCO, Luciana Patrícia; LIMA, Ana Beatriz Ribeiro (Orgs). Serviço Social na saúde coletiva: reflexões e práticas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CARVALHO, Mario Felipe de Lima; MENEZES, Moisés Santos de. Violência e Saúde na Vida de Pessoas LGBTI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. (Coleção Temas em Saúde).			
GIULIANI, Camila Giugliani et al. Violência Sexual e Direito ao Aborto Legal no Brasil: fatos e reflexões. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. (Coleção Temas em Saúde).			
SILVA, Letícia Batista da; CASTRO, Marina Monteiro de Castro e. Serviço Social e Residência em Saúde: trabalho e formação. São Paulo: Ed. Papel Social, 2021.			
WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. Saúde e Sociedade. USP, São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL DE SAÚDE MENTAL	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	

4.0.0	60h	
EMENTA: Temas contemporâneos sobre saúde mental e políticas sociais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
AMARANTE, P. (org.) Loucos pela vida: A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: SDE/ENSP, 1995.		
THORNICROFT, Graham; TANSELA, Michele. Boas práticas em saúde mental comunitária. Barueri: Manole, 2010.		
GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1992.		
ROSA, Lucia Cristina dos Santos. Transtorno mental e o cuidado na família. 3ed. São Paulo: Cortez, 2011.		
VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.). Saúde mental e Serviço Social: O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CFESS (Org.) Série assistente social no combate ao preconceito: discriminação contra a população usuária da saúde mental – Caderno 8. Brasília, DF: CFESS, 2022.		
DIAS, Marcelo Kimati (org.) Política de saúde mental: desafios no Brasil pós-pandemia. Curitiba: Editora CRV, 2022.		
PASSOS, Rachel Gouveia. Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão. São Paulo: Hucitec, 2023.		
PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; ROSA, Lucia Cristina dos Santos; SILVA, Ellayne Karoline Bezerra; MAIA, Juliana Barbosa Dias (org). A política de saúde mental no Piauí sob a égide da RAPS. Teresina: EDUFPI/FAPEPI, 2017.		
VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Reforma psiquiátrica: Tempos sombrios e resistência: diálogos com o marxismo e o Serviço Social. Campinas: Papel Social, 2016.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL DE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
A Política de Assistência Social como política do Sistema de Seguridade Social brasileiro. A Políti Nacional de Assistência social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Gestão do Trabalh territorialização, controle social e trabalho em rede no contexto do SUAS. Os serviços, benefícios programas do Sistema Único de Assistência Social. Desafios contemporâneos da Política de Assistênc Social e do Sistema Único de Assistência Social.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/seguridade_social_no_brasil_c_o_nquistas_e_limites_a_sua_efetivacao_-_boschetti.pdf, acessado em: 05/10/2020.

BRAGA, Iracilda Alves. **A política de assistência social e o sistema único de assistência social: apontamentos para o debate**. In: BRAGA, I.A (ORG.). *A assistência social e o SUAS no contexto de desmonte da seguridade social brasileira*. Teresina: EDUFPI, 2021. P. 31-36.

COSTA, Teresa Cristina Moura. **A Política de Assistência social no contexto da Seguridade Social: aspectos históricos e desafios na conformação do Sistema Único de Assistência Social**. In: BRAGA, Iracilda Alves; COSTA, Teresa Cristina Moura (Orgs). *A Política de Assistência Social no contexto teresinense: gestão e boas práticas*. Teresina: EDUFPI, 2018, p. 15-30.

MOTA, Ana Elizabete. **A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000**. In: MOTA, Ana Elizabete (org). *O mito da Assistência Social: ensaios sobre o Estado, Política e Sociedade*. São Paulo. Cortez. 2010, capítulo 4.

MOTA, Ana Elizabete & SITCOVISK, M. **Sobre a centralidade da política de assistência social brasileira no sistema de seguridade social**. In: BRAGA, I.A (ORG.). *A assistência social e o SUAS no contexto de desmonte da seguridade social brasileira*. Teresina: EDUFPI, 2021. P. 37-48.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRAGA, Iracilda Alves; FRANÇA, Rosilene Marques; COSTA, Teresa Cristina Moura (Orgs.). **Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de COVID 19** – Teresina: EDUFPI: Cancioneiro, 2020. 302 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa no Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 31º Ed. São Paulo. Saraiva. 2003, Capítulo da Ordem Social. <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>, acessado em: 05/10/2020

Brasil, **Política Nacional de Assistência Social**, MDS, novembro de 2004.

Brasil, **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**, versão final, MDS, julho de 2005.

Brasil, **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS- NOB-RH/SUAS**, MDS, 2006

JALES. Paula Raquel da Silva. **Projetos político-ideológicos na Política de Assistência Social brasileira: os sentidos e as direções da participação em disputa**. 2020. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Piauí. Teresina (PI). 2020.

SALVADOR, Evilasio da Silva. **O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal**. *Serviço Social & Sociedade*, n. 130, p. 426-446, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0426.pdf>. acessado em: 05/10/2020.

TEIXEIRA, S. M. Trabalho Social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 4–23, 2010. DOI: 10.5433/1679-4842.2010v13n1p4. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/8425>. Acesso em: 31 maio. 2023.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre previdência social e serviço social			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
SALVADOR, E. da S. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. Serviço Social & Sociedade , São Paulo, n.130, p.426-446, set./dez. 2017.			
VIANNA, M. L. Seguridade social e combate à pobreza no Brasil: o papel dos benefícios não contributivos. <i>In</i> : VIANA, A. L. d'Ávila; ELIAS, P. E. M.; IBÁÑEZ, N. (Orgs.). Proteção Social: dilemas e desafios . São Paulo: Hucitec, 2005 (p.89-122).			
CASTRO, A. P. de; LAZZARI, J. B. Panorama e Perspectivas da Previdência Social no Brasil. Revista Direito das relações sociais e trabalhistas , v.8, n.2, p. 178-204, 2022			
ROCHA, Flávia Rebecca Fernandes. A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: uma política em reestruturação. Temporalis , Brasília, ano.15, n.30, jul/dez 2015.			
MATOS, Fernanda. Do conservadorismo à tradição marxista: rumos políticos do Serviço Social na previdência. <i>Revista Katálises</i> , Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 182-190, jul./dez. 2015.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CFESS. CFESS em defesa das atribuições profissionais da/o assistente social do INSS , do trabalho com autonomia profissional e com garantia das condições técnicas e éticas – Nota técnica. Brasília, CFESS, 2019.			
INSS. Receitas e Despesas do Regime Geral de Previdência Social . Nota Técnica: Resultado do RGPS. <i>Informes de Previdência Social</i> , 2022.			
PEREIRA NETTO, Juliana Presotto. A previdência social em reforma : o desafio da inclusão de um maior número de trabalhadores. São Paulo: LTr, 2002.			
CARTAXO, Ana Maria Baima; CABRAL, REIS, Maria do Socorro (Orgs.). Seguridade social, previdência social e serviço social : desafios do Tempo Presente. São Paulo: Cortez, 2021.			
MACEDO, Alano Carmo Macedo; MOREIRA, Joana Idayanne Silveira. Serviço Social na previdência social: gênese, desenvolvimento e perspectivas contemporâneas. SER Social , Brasília, v. 19, n. 40, p. 31-48, jan.-jun./2017.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL DE EDUCAÇÃO	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Política de educação: marco legal, níveis, programas e políticas intersetoriais. Espaços educacionais: função social, organização e gestão. Serviço Social no espaço da educação: fundamentos e processos do trabalho, funções, ações e instrumental técnico-operativo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AMARO, Sarita. Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.			
CFESS. Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Brasília, 2013.			
SANTOS, André Michel dos. Serviço social na educação: um estudo das atribuições profissionais em escolas públicas municipais. Curitiba: CRV, 2020			
SANTOS, Claudia Monica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. A Dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora (MG): UFJF, 2012.			
SOUZA, Iris de Lima. Serviço Social na Educação: saberes e competências necessárias no fazer profissional. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação. Revista Inscrita , Brasília, n. 06, 2000, p. 19-24. Disponível em: https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess_6_ . Acesso em 13 dez. 2021. 3			
CFESS. Parecer Jurídico nº 23 de 22 de outubro de 2000. In: CFESS. Serviço Social na Educação. Brasília, 2001b.			
CFESS. Serviço Social na Educação. Brasília, 2001a.			
CFESS. Subsídios para o debate em Serviço Social na Educação. Brasília, 2011.			
CFESS. Série Diálogos do Cotidiano – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional. Caderno 4. Brasília, 2023.			
MARTINS, Ludson Rocha Martins. A questão dos documentos profissionais no Serviço Social. Temporalis , Brasília (DF), a. 17, n. 33, jan./jun. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/15102 . Acesso em: 23.02.2020.			
MEDEIROS, Izabelle Emanuele Santos. A questão da instrumentalidade do Serviço Social e as dimensões prático-sociais no exercício profissional do assistente social na educação. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.			
OLIVEIRA, Jullymara Laís Rolim de Oliveira. Explorando outros cenários: o Serviço Social no espaço escolar. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba.			

João Pessoa, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
<p>EMENTA: Resgate histórico da educação popular no Brasil. A contribuição da educação popular na constituição de sujeitos políticos. Diálogo entre a pedagogia freiriana e a experiência de educação popular. Educação popular, cultura popular e práticas democráticas. Metodologias participativas e ferramentas pedagógicas de operacionalização da educação popular. Os movimentos sociais e suas relações com a educação popular.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Editora Paz e Terra S.A. Rio de Janeiro, 1980.</p> <p>_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p> <p>FARAGE, Eblin; Francine Helfreich (Orgs) Serviço Social, favelas e educação popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital. Uberlândia. Minas Gerais: Navegando Publicações, 2020.</p> <p>FERREIRA, Maria D'Alva Macedo. A metodologia freiriana e a organização das bases para atuação mais crítica sobre a realidade vigente. In FONTELES, Marcelino de Oliveira; Maria José C. Sales; Elmode Souza Lima (Orgs.) Educação popular e a formação política da classe trabalhadora. Teresina: Quimera Editora, 2022, p.126-137.</p> <p>SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. democracia e diálogo em Paulo freire na construção de uma sociedade democrática. In FONTELES, Marcelino de Oliveira; Maria José C. Sales; Elmo de Souza Lima (Org.) Educação popular e a formação política da classe trabalhadora. Teresina: Quimera Editora, 2022, p.58-69.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BETTO, Frei. Desafios da educação popular. São Paulo: CEPIS, 2000.</p> <p>BRASIL. Caderno de educação popular e saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 160 p. : il. color. - (Série B. Textos Básicos de Saúde)</p> <p>GADOTTI, Moacir; Torres, C. A. (Orgs.) Educação popular: utopia latino-americana. São Paulo: Cortez, 1994.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Retrospectiva sobre a educação popular e os movimentos sociais no Brasil in Movimento: Revista de Educação. Niterói, ano 4, nº7, jul/dez 2017, p. 10-32.</p> <p>MACHADO, Aline M. Batista. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. In Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n.109, p.151-178, jan/, mar.2012.</p> <p>SANTOS. F. H.C dos. Serviço social e educação: a educação popular e o exercício profissional do</p>			

assistente social. Juiz de Fora: Revista Libertas (*on line*). [v. 12 n. 2, ago/dez. 2012](#)).

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
<p>EMENTA: Concepções e trajetória histórica de construção dos direitos humanos. Democracia e direitos humanos. Órgãos e documentos nacionais e internacionais sobre direitos humanos. O sistema heteropatriarcal-racista-capitalista e as estruturas que engendram as violências junto a indivíduos e grupos no contexto do capitalismo dependente e periférico. Justiça social e direitos humanos. Papel exercido pelas políticas públicas e pelas redes de serviços na proteção dos direitos humanos.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ALMEIDA, Sílvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Ed. Letramento, 2018.</p> <p>BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.</p> <p>CISNE, Mirla. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. Serviço Social e Sociedade, Londrina, V.18, n.1, p.138-154, jul./dez.2015.</p> <p>HERRERA FLORES, Joaquín. A reinvenção dos direitos humanos. Tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. 232 f.</p> <p>RODRIGUES, Vicente Rodrigues; STAMPA, Inez; LOLE, Ana. Karl Marx e a crítica dos direitos humanos. Revista em Pauta, Rio de Janeiro, 2º Semestre de 2018, n. 42, v. 16, p. 182-198.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>ALEXANDER, M.: A nova segregação racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2017.</p> <p>CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. Selo Negro, 2015.</p> <p>DEMIER, Felipe. Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil, 1ª. ed., 2017.</p> <p>FLAUZINA, Ana Luíza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.</p> <p>FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação, Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, outubro, 2002: 7-20.</p>			

MASCARO, Alysso Leandro. Direitos humanos: uma crítica marxista. **Lua Nova**, São Paulo, 101: 109-137, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MISSE, Michel. Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina. **Estudos Avançados**, 33 (96), 2019.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia 14, 1983, p. 124-137.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**, Ed. Anita: São Paulo, 1994.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE QUESTÃO RURAL E RURALIDADES	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A questão agrária no Brasil: estrutura, conflitos sociais e dinâmicas econômicas. As políticas de desenvolvimento e o deslocamento forçado/compulsório de populações. As políticas de enfrentamento à questão agrária no Brasil.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CARNEIRO, M. J. Ruralidades contemporâneas : modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2012.			
COSTA, C. M. S. B; VIANA, M. R. Agricultura no Brasil em tempos de expansão e monopolização do território pelo agronegócio. Barbarói , Santa Cruz do Sul, n. 61 , p.102-122, Mai. 2022.			
WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural como um espaço de vida : reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.			
SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades : teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.			
SILVA, Valéria [et al.]. (Organizadoras). A agroecologia no Piauí : Trilhas e tramas para o bem viver. Teresina: Lamparina Editora, 2023.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BRUNO, Regina. (Org.). Um Brasil ambivalente : agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. 284 p.			
CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos, Sociedade e Agricultura , nº 11, outubro, p. 53-75, 1998.			

- CRUZ, Lindalva Alves. **Movimento Social e Gênero: Construção da Cidadania das Mulheres trabalhadoras rurais no Piauí.** 2010. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 225 f. 2010.
- FAVARETTO, A. S. A longa evolução da relação rural-urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **Ruris.** Revista do Centro de Estudos Rurais. Universidade Estadual de Campinas/IFCH, vol 1. nº. 1. Campinas, p. 157-192, 2007.
- GARCIA JR, A e GRZYNSZPAN, M. **Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão.** MICELI, Sérgio (org). O que ler na ciência social brasileira. São Paulo :ANPOCS : Editora Sumaré : Brasília : CAPES, 2002, p. 311-348.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. In: **Revista NERA** Año IX Nº 24 - Outubro de 2008. pp. 73-85.
- MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. A difícil delimitação do urbano e do rural: alguns exemplos e implicações teóricas. **Revista de Ciências Sociais**, nº 22, abr. p. 83-99, 1987.
- MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs.). **Dimensões rurais de políticas brasileiras.** Rio de Janeiro/ Seropédica: Mauad X/ Edur, 2010.
- NASCIMENTO, L. P. O. S.; VIANA, M. R. À Espera da Expansão Urbana: o território rural nas normativas municipais de Teresina. **Rev. FSA**, Teresina, v. 19, n. 8, art. 17, p. 340-364, ago. 2022.
- MASULO, Paula Maria do Nascimento. **Trabalho escravo e agronegócio no Piauí: uma trajetória da situação a partir dos anos 1990, com base em processos judiciais.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE QUESTÃO URBANA	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Questão urbana e processo de urbanização no Brasil: segregação e desigualdades nascidas. Produção do espaço urbano e gestão das cidades: atores e processos sociais. A problemática habitacional brasileira. Reforma urbana, Estatuto da cidade e a produção dos planos diretores locais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
VAINER, C; Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. (orgs) A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 2000.			
MARICATO. E. Metrôpoles desgovernadas. Estudos avançados. USP. São Paulo 25 (71), p. 07-22, 2011.			
ROLNIK. R. O que é a cidade. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995 (coleção primeiros passos)			
LIMA, Rosa Maria Cortês de (Org). Questão urbana e Serviço Social: debates e disputas. Recife: Ed.			

UFPE, 2020.
IVO, A. B. L. Questão Social e Questão Urbana: laços imperfeitos. Caderno CRH , Salvador, v. 23, n. 58, p. 17-33, jan./abr. 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CALDEIRA, T. P. Cidade de muros : crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34, EDUSP, 2000.
CARVALHO. S. N. de. Estatuto da Cidade aspectos políticos e técnicos do plano diretor. São Paulo em Perspectiva , 15 (4), p. 130-135, 2001.
LOJKINE, J. O estado capitalista e a questão urbana . São Paulo: Martins Fontes, 1981.
LIMA, A. J. de. (Org). Cidades brasileiras : atores, processos e gestão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
VIANA. M. R. Teresina, uma cidade inventada: de Saraiva a nós. Anuário do Piauí 2008 , Teresina: O Dia, gráfica e editora, ano 2. n. 2, p.302-314. 2019.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE QUESTÃO HABITACIONAL	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre questão habitacional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
LIMA, A. J. de. Gestão urbana e políticas de habitação social : análise de uma experiência de urbanização de favelas. São Paulo: Annablume, 2010.			
SANTOS, A. M. S. P.; DUARTE, S. M. Política habitacional no Brasil : uma nova abordagem para um velho problema. <i>RFD</i> . Revista da Faculdade de Direito da UERJ. N. 18, 2010. DOI: https://doi.org/10.12957/rfd.2010.1375			
SILVA, G. V. C.; VIANA, M. R. Um “Parque da Vitória” na história das Ocupações Urbanas em Teresina. In: Quintas Urbanas da UnB, 2016, Brasília. Anais do XIV Quintas Urbanas da UnB : Migrações, Trabalho e Desalento na crise do Capital. Brasília: EdUNB, 2016.			
SILVA, M. O. S. Política habitacional brasileira : verso e reverso. São Paulo: Cortez, 1989.			
MEDEIROS, F. C. N. Questão Habitacional e Serviço Social: aproximação ao debate. Serviço Social em Revista . Londrina, V. 24, N.1, p.170-192, jan/jun. 2021.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. R. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16015, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2017.e16015>

SANTOS, R. C. B. **A particularidade do trabalho do assistente social na Política urbana/habitacional**: requisições, atribuições e respostas. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2021.

VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com Rio de Janeiro. FGV, 2005.

VIEIRA, A. O.; FAÇANHA, A. C. A produção do espaço urbano e a moradia popular em Teresina (PI). Encontro Nacional dos Geógrafos. XVIII. **Anais**. 2016. São Luís-MA, p. 1-13.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE POBREZA, TRABALHO, EMPREGO E RENDA	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A pobreza no Brasil, no Nordeste e no Piauí, seus fundamentos históricos, conceituais e as formas de enfrentamento da mesma pelo Estado brasileiro. Pobreza e sua relação com as problemáticas do trabalho, emprego e renda. Pobreza e desigualdades de classe, raça e gênero no âmbito do trabalho.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ANTUNES, R. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II . São Paulo (SP): Boitempo, 2013.			
BEZERRA, A. L. S. O desemprego e as políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil Contemporâneo . São Paulo (SP): Editora Dialética, 2022.			
MARTINS, Tereza Cristina Santos. Determinações do racismo no mercado de trabalho : implicações na “questão social” brasileira. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 113-132, jul./dez. 2014. https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7077			
ROCHA, S. Transferências de renda no Brasil : Fim da Pobreza? Evolução, efeitos e perspectivas dos programas de renda para os pobres. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.			
SILVA, M.L. A. e (ORG). Riqueza, Desigualdade e pobreza no Brasil : aspectos socioeconômicos das regiões brasileiras. Ponta Grossa (PR): Editora Atena, 2020.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

- ALVES, G. **Trabalho e neodesenvolvimentismo** – choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru (SP): Canal 6, 2014.
- ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo (SP): Boitempo, 2014.
- LIMA, Antonia Jesuíta de. **As multifacetadas da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanas**. Teresina: Halley, 2003.
- FURTADO, C. O problema do Nordeste. In: **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- PANKARARU, Elisangela Cardoso de Araújo Silva. Trabalho, expropriação, povos indígenas no Brasil e a lógica do capital. **Temporalis**, n. 43, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38228>
- POCHMANN, M. **O neocolonialismo à espreita: mudanças estruturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Edições SESC, 2022.
- POCHMANN, M. **Novos Horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural**. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2022.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SOUZA, P.H.G.F. de. **Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2018

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE MEIO AMBIENTE	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Contextos de evolução da consciência ambiental. Meio ambiente como campo de conflitos sociais na defesa dos interesses difusos. As questões ambientais globais e os acordos internacionais. Política Públicas voltadas ao Meio Ambiente: princípios, objetivos e instrumentos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ÁVILA-PIRES, F. D. Fundamentos Históricos da Ecologia. Ribeirão Preto: Holos editora, 1999.</p> <p>ADR, Eid et al. Educação Ambiental, conceitos, histórico, concepções e comentários à Lei da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99): Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da UEA: mestrado em Direito Ambiental / Org. Eid Badr. Vários autores – Manaus: Editora Valer, 2017. ACSELRAD, Herculano;</p> <p>PÁDUA. (Orgs.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Ford, 2004.</p> <p>BUTTEL, F. Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. In: HERCULANO, S. et al (Orgs). Qualidade de vida e riscos ambientais. Niterói: EDUFF, 2000. CAVALCANTI, C. (Org.). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável.</p>			

São Paulo: Cortez, 2003. 429 p.

FERREIRA, Leila C. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2003. FERREIRA, Leila C. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2006. FERRY, L. **A nova ordem ecológica.** São Paulo: Ensaio, 1994. 193 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FLORIANI, D. **Conhecimento, meio ambiente & globalização.** Curitiba: Juruá, 2004.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2002. 240 p. LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis: Vozes/PNUMA, 2001. 343 p.

EIS, H. (Org.). **O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização.** Blumenau: Gaia, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos.** Lei Federal 12305/2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos.** Disponível em: <https://sinir.gov.br/informacoes/plano-nacional-de-residuos-solidos/>

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 2003. 429 p.

DIEGUES, A.C; ARRUDA, R.S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

LEFF, Enrique. **Aventura da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes.** Tradução G. M. Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 85p. (Ideias Sustentáveis).

QUINTAS, J. S. **Introdução à Gestão Ambiental Pública.** Série Coleção Ambiental. Coleção Meio Ambiente. 2ª ed. revista. – Brasília: Ibama, 2006. 134p.

RIBEIRO, G.L. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento.** Brasília: UNB, 1992. 55 p. Série Antropológica, 123.

STEINBERGER, M. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais.** In. STEINBERGER, M. [et al]. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais.** Paralelo 15 e LGE Editora. Brasília, p., 29-100. 2006.

VIOLA, J. E. et al. **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2001. p. 45-98.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE QUESTÃO DE GÊNERO	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		

EMENTA: O conceito de interseccionalidade e a lógica da articulação dinâmica de hierarquias sociais. Sexo, gênero e raça. Mulheres, raça, cor, racismo e etnicidade: sua importância teórica e política. Compreensão de caráter estrutural das relações de gênero, raça/etnia e suas complexas interconexões com as desigualdades de classe. O significado da perspectiva de gênero, raça e etnia para o Serviço Social nas dimensões analítica e interventiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. SP; Companhia das Letras, 2015. www.observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws (pdf)

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. O que é interseccionalidade. In. **Interseccionalidade**. SP; Boitempo, 2021. P. 15-49. www.docero.com.br (PDF)

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**. 16.ed. Petropolis:RJ: Vozes, 2014. Cap. 1 e Cap.2. www.bibliotecaonlinedahissfj.files.wordpress.com (PDF)

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katálisis**. V.21. N.3 2018. www.periódicos.ufsc.br (PDF)

LISBOA, Teresa K; OLIVEIRA, Catarina N. de. O saber surge da prática: por um serviço social com perspectiva feminista. **Revista Grifos**. N.46, 2019. P, 48-69. www.bell.unochapeco.uft.br

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. *Revista de Estudos Avançados da USP*, n. 18 (50), 2004 p. 51-56. www.scielo.br (PDF)

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? **Estudos Afro-Asiáticos**. 1991.101-117. www.Edisciplinas.usp.br (PDF)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AKOTIRENE. Carla. **Interseccionalidade**. SP; Sueli Carneiro: Pólen.2019. www.files.cercomp.ufg.br (PDF)

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**. V.31. 2016, p. 99-127. www.scielo.br (PDF)

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. www.edisciplinas.usp.br (PDF)

LIMA, Leonice Domingos dos S. Cintra; JORGE, Simone A. **Gênero, raça e sexualidade no currículo obrigatório do ensino superior: impactos na formação em serviço social**. 13º mundos de mulheres & fazendo gênero 11. Transformações, conexões, deslocamentos. **Seminário internacional fazendo gênero**.www.2017.eventos.dype.com.br (PDF)

LOURO, Guacira L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3ª ed. BH:Autêntica, 2016. www.clam.org.br (PDF)

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. BH: Letramento: Justificando, 2017.www.sindjorce.org.br (PDF)

SCOTT, Joan W. **Gênero uma categoria útil para análise histórica**. www.direito.mppr.mp.br (PDF)

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	Departamento de Serviço Social

		(quando houver)	
TÓPICO ESPECIAL SOBRE QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E SERVIÇO SOCIAL		NOVO CÓDIGO	Optativa
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Questão étnico-racial no processo de formação sócio-histórica do Brasil, Nordeste e no Piauí. O racismo na realidade brasileira. Políticas públicas de enfrentamento ao racismo. O Serviço social e as lutas antirracistas. O trabalho das/os assistentes sociais no enfrentamento ao racismo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (org). Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos. EDUC - PUC SP, São Paulo, 2021. https://www.pucsp.br/educ/downloads/Marxismo_questao_etnico.pdf</p> <p>AMARAL, W. R.; BILAR, J. A. B. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. Em Pauta, n. 46, 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52013/0</p> <p>COSTA, Gracyelle. Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros. 2020. 309f. (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/16398</p> <p>EURICO, Márcia Campos; PASSOS, Rachel Gouveia; ALMEIDA, Magali da Silva; MARTINS, Tereza Cristina Santos (Orgs.). Questão racial, Serviço Social e desafios contemporâneos. 1a. ed. Campinas: Papel Social, 2021.</p> <p>PANKARARU, Elisangela Cardoso de Araújo Silva. Trabalho, expropriação, povos indígenas no Brasil e a lógica do capital. Temporalis, n. 43, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38228</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BARRETO, A. C. J.; PRUDENCIO, J. D. L.; MARTINS, V. (Orgs). A crise sanitária da Covid-19 e a população negra, quilombola e indígena: necropolítica e resistências. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.</p> <p>CFESS. Assistentes sociais no combate ao racismo – o Livro. Brasília, 2020.</p> <p>COSTA, Gracyelle. Trabalhadores negros na origem da política social brasileira. Revista em Pauta, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, 2020.</p> <p>EURICO, Márcia Campos. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf.</p> <p>FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: Ed. Ática,</p>			

1978.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE VIOLÊNCIA	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
<p>EMENTA: A formação social brasileira e origens, manifestações e consequências: escravidão; patriarcado; desigualdade social; opressão de gênero; criminalização da pobreza e dos diferentes; banalização da Violência; crimes de ódios. Direitos Humanos, democracia e justiça social. Particularidades do processo e das práticas de regulação de combate à violência no Brasil. Políticas de públicas: ação afirmativa; políticas de combate às opressões.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ARENDDT, H. Sobre a violência. Trad. André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.</p> <p>BERNARDO, Leandro Ferreira. O Brasil e a corte interamericana de direito humanos: uma análise das condenações sofridas pelo Brasil na corte interamericana de direitos humanos e do seu cumprimento. IN Bernardo, Leandro: Althaus, Ingrid G. (Org.) O Brasil e o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos. S Paulo: Iglu, 2011.</p> <p>BRASIL. Comissão Nacional da Verdade – CNV. Violações de direitos humanos dos povos indígenas. Relatório: textos temáticos/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.</p> <p>SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente).</p> <p>ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300002&lng=en&nrm=iso</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BRASIL, Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Brasília: Senado Federal, 2003.</p> <p>BRASIL, Lei 11.645 de 20 de março de 2008. Brasília: Senado Federal, 2008.</p> <p>BRASIL, Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Brasília: Senado Federal, 2008.</p> <p>BRASIL, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Brasília: Senado Federal, 2008</p>			



- BRASIL, [Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012](#). Brasília: Senado Federal, 2012.
- BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, Brasília: Senado Federal, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama, Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos** – Processo histórico, evolução no mundo, direitos fundamentais, constitucionalismo contemporâneo, S Paulo: Saraiva, 2010.
- CEIA, Eleonora Mesquita. A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o desenvolvimento da proteção dos direitos humanos no Brasil. **Revista EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 113-152, jan.-fev.-marc. 2003.
- CIDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Informes de arquivo**. 2016.
- CIDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Casos na Corte**. 2016.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.
- VENTURA, Deisy; CETRA, Raísa Ortiz. **O Brasil no Sistema Interamericano de Direitos Humanos: de Maria da Penha a Belo Monte**. In: Seminário Internacional Limites e Possibilidades da Justiça de Transição? Impunidade, direitos e democracia, 2012, Porto Alegre.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre álcool e outras drogas e políticas sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRITES, Cristina. Psicoativos (drogas) e Serviço Social: uma crítica ao proibicionismo . São Paulo: Cortez, 2017.			
CFESS (Org.) Relatório de fiscalização: Serviço social e a inserção de assistentes sociais nas comunidades terapêuticas no Brasil . Brasília, DF: CFESS, 2018.			
DUARTE, Marco José de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia; GOMES, Tathiana Meyre da Silva. Serviço Social, saúde mental e drogas . Campinas: Papel Social, 2017.			
MARLATT, G. Alan e colaboradores. Redução de danos: estratégias práticas para lidar com			

<p>comportamentos de alto risco. Porto Alegre: Artmed, 1999</p> <p>RONZANI, Telmo Mota; COSTA, Pedro Henrique Antunes; MOTA, Daniela Cristina Belchior; LAPORT, Tamires Jordão (org.). Redes de atenção aos usuários de drogas: políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2015.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>
<p>BARCELLOS, Warllon de Souza; DIAS, Miriam Thais Guterres; HEIDRICH, Andréa Valente. O exercício profissional do Serviço Social nas políticas de saúde mental e drogas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.</p> <p>CFESS (Org.) Série assistente social no combate ao preconceito: o estigma do uso de drogas – Caderno 2. Brasília, DF: CFESS, 2016.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Drogas, direitos humanos e laço social. Brasília: CFP, 2013.</p> <p>SOUZA, Tadeu de Paula. Estado e sujeito: a saúde entre a micro e a macropolítica de drogas. São Paulo: Hucitec, 2018.</p> <p>VALOIS, L. C. O direito penal da guerra às drogas. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.</p>

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ANTICAPACITISMO	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Temas contemporâneos sobre direitos da pessoa com deficiência, anticapacitismo e políticas sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>CFESS. Anticapacitismo e exercício profissional: perfil de Assistentes Sociais com Deficiência. Brasília: 2023. Acessível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/LivroAnticapacitismoExercicioProfissional2023Cfess-Acessivel.pdf Acesso em: 30/05/2023.</p> <p>DINIZ, Débora. O que é deficiência? São Paulo, SP: Brasiliense. 2007.</p> <p>GESSER, Marivete. BÖCK, Geisa Letícia Kempfer. LOPES, Paula Helena. Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba : CRV, 2020. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6895931/mod_label/intro/estudos%20da%20defici%C3%Aancia%20anticapacitismo%20e%20emancipa%C3%A7%C3%A3o%20social.pdf Acesso em: 30/05/2023.</p>			

MELLO, A. G. de.; NUERNBERG, A.; BLOCK, P. [Não é o corpo que nos descapacita, mas sim a sociedade](#). In: SCHIMANSKI, H.; CAVALCANTE, F. (orgs.). **Pesquisa e Extensão: deficiências e perspectivas interdisciplinares**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2014. Disponível em:

PICOLLO, G.; MENDES, E. G. [Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência](#). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, nº 123, p. 459-475, abr.-jun./2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Lei 13.416, de 06 de julho de 2015, Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BARROCO, M.L. **O que é preconceito?** Caderno 1 Série assistente social no combate ao Preconceito. DF: CFESS, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno07-PCD-Site.pdf>
Acesso em: 30/05/2023

BRASIL. **Decreto n.º 3.298/1999**: Regulamenta a Lei nº 7.853/1989 e dispõe sobre a política nacional para a integração da PCD, consolida normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm Acesso em: 30/05/2023

BRASIL. **Decreto Legislativo n.º 186/2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm
Acesso em: 30/05/2023

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. – DF: SDH, 2010. 443p.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL A	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: A Dimensão técnico - operativa do serviço social e sua utilização no cotidiano do Processo de Trabalho dos(as) assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Instrumentalidade, instrumentos e técnicas do trabalho profissional. A produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALVES, Danielle; VALE, Erlenia Sobral; ALEXANDRE, Tainara (Orgs.) Serviço Social, instrumentalidade e movimentos sociais . Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2022.			

CFESS (Org.) Produção de Documentos e Emissão de Opinião Técnica em Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2022.

EURICO, Márcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>.

FERNANDES, Neide. SIGILO e ÉTICA do/a ASSISTENTE SOCIAL. São Paulo: Cortez, 2018

GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. A dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social (org) – Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Daniele Coelho; VALE, Erlênia Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (Orgs.). Instrumentos técnicos do serviço social [livro eletrônico]: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada. Fortaleza, CE: EdUECE, 2021. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/e-book_cetros_uece_instrumentos_e_tecnicas_do_servico_social.pdf

CFESS (Org.) **Pareceres jurídicos sobre Serviço Social, ética e direitos humanos**. Brasília, DF: CFESS, 2022.

ILVA, A. M. **Serviço Social e Mercado de Trabalho**: em questão os desafios e dilemas profissionais. In: MACHADO, M. L.; SANTOS, V. N.; BORGES, L. de J. (org.). Mercado de trabalho, qualificação e “competência” profissional: desafios para o/a assistente social. São Cristóvão: UFS, 2017. p. 105-127.

MATOS, M. C. **Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 678-698, 2015.

PORTES, Lorena Ferreira. **Os instrumentos e técnicas enquanto componentes da dimensão técnico-operativa do serviço social**: aproximações acerca da observação e da abordagem. In: LAVAROTTI, Cleide; COSTA, Dorival (Orgs.). Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, p. 59-79.

SANTOS, C. M dos. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SOUZA, Elba Alice Santos de. **A instrumentalidade na prática do assistente social**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 07, Vol. 06, pp. 126-136. Julho de 2022.

TRINDADE, R. L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. A dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social (org) – Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE	NOVO CÓDIGO	Optativa	

INTERPROFISSIONALIDADE		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -
4.0.0	60h	
<p>EMENTA: Educação interprofissional e suas bases conceituais e metodológicas. Colaboração interprofissional na atenção básica em saúde. SUS, interprofissionalidade e práticas colaborativas. Corpo, cuidado e necessidades de saúde na ótica de diferentes profissões. Legislação sobre direitos dos usuários e o trabalho em equipe interprofissional. Determinantes sociais do processo saúde-doença. Vigilância em saúde e interprofissionalidade.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BARATA. R. B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.</p> <p>COSTA, Marcelo V. A educação interprofissional no contexto brasileiro: algumas reflexões. REVISTA INTERFACE. p. 197-8, 2016.</p> <p>_____. A educação interprofissional e o processo de formação em saúde no Brasil: pensando possibilidades para o futuro. In: SOUSA, R. M. P.; COSTA, P. C. (Orgs.). Nova Formação em Saúde Pública: Aprendizado coletivo e lições compartilhados na RedEscola. Rio de Janeiro: Fiocruz, ENSP, RedEscola, p. 45-61, 2019.</p> <p>COSTA et al. Interprofissionalidade em saúde: experiência da interface Programa Saúde na Escola e Núcleo Ampliado de Saúde da Família sob a perspectiva do Pet Saúde. BJSCR. v.30, n.2, mar - mai 2020. p. 11-15.</p> <p>PEDUZZI, M. O SUS é interprofissional. Interface (Botucatu), v. 20, n. 56, p. 199-201, 2016.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BRAVO. M, I, S; MATOS, Maurílio Castro. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, 2004.</p> <p>BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília – DF: Senado Federa.</p> <p>CASTRO, Eduardo Lazarino de. Reforma Sanitária e renovação do Serviço Social no Brasil: duas faces de um mesmo processo societário. In: ENPESS, XVI, 2018, Vitória – ES</p> <p>CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília: CFESS, 2010.</p> <p>_____. Código de ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 287, de 08 de outubro de 1998.</p> <p>FRENK, J. et al. Health professionals for a new century: transforming education to strengthen health systems in an interdependent world. Lancet., v. 376, n. 9756, p. 1923-58, 2010.</p> <p>Hobsbawm E. Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991. 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras; 1996.</p> <p>PAULA, K. A.; PALHA, P. F.; PROTTI, S. T. Intersetorialidade: uma vivência prática ou um desafio a ser conquistado? O Discurso do Sujeito Coletivo dos enfermeiros nos núcleos de Saúde da Família do Distrito Oeste - Ribeirão Preto. Interface (Botucatu)., v. 8, n. 15, p. 331-48, 2004.</p> <p>Reeves S, Fletcher S, Barr H, Birch I, Boet S, Davies N, et al. A BEME systematic review of the effects of interprofessional education: BEME Guide Nº 39. Med Teach. 2016; 38(7):656-68. doi:</p>		

10.3109/0142159X.2016.1173663.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Serviço Social
TÓPICO ESPECIAL SOBRE SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SÓCIO-JURÍDICO	NOVO CÓDIGO	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
<p>EMENTA: Capitalismo neoliberal e a judicialização das relações sociais e das políticas públicas. A ação do Estado na esfera protetiva e punitiva. Instituições e serviços que compõem os Sistema de Justiça e de Segurança Pública. As multifaces da violência que afetam os diversos segmentos e grupos sociais: ações para o seu enfrentamento. Os processos de trabalho das/os assistentes sociais no campo sociojurídico. As experiências de trabalho das/os assistentes sociais em diferentes instituições do campo sócio jurídico e principais instrumentos de trabalho.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>FÁVERO, Eunice Terezinha. Serviço Social, Práticas Judiciárias, Poder: implantação e implementação do serviço social no juizado de menores de São Paulo. São Paulo: Veras, 1999.</p> <p>FÁVERO, Eunice. Serviço Social no sociojurídico: requisições conservadoras e resistências na defesa de direitos. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 131, p. 51-74, jan./abr. 2018.</p> <p>BORGIANNI, Elisabete. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 115, p. 407-442, jul./set. 2013.</p> <p>AMAMOTO, M. V. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2010. p. 261-298.</p> <p>CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Atuação de assistentes sociais no sociojurídico — subsídios para reflexão, Brasília, 2014.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>CFESS. Conselho Federal de Serviço Social (Org.). Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos. Contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>COUTO, Berenice R. Formulação de projeto de trabalho profissional. Serviço social e competências profissionais. s/d. Disponível em www.cressrn.org.br. Acesso em 02 de maio de 2023.</p> <p>CONCEIÇÃO, João Rafael da; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (Orgs.) Serviço social e prisões: dimensões e desafios políticos e profissionais. Campinas, SP: Papel social, 2022.</p>			

IAMAMOTO, M. V. **Questão social, família e juventude**: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2010. p. 261-298.

SILVA, Márcia Nogueira da. **Assessoria em Serviço Social**: breves notas sobre o trabalho profissional na Área de Infância e Juventude no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. In: FORTI, Valéria & GUERRA, Yolanda (Orgs.). Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Coordenação do Curso de Letras-Libras
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais	LIBRAS010	Optativa	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s): -	
4.0.0	60h		
EMENTA: Conceituação. História da educação dos surdos. Abordagens educacionais. Legislação. Identidades e cultura da comunidade surda. Aspectos Linguísticos da Libras e o uso da língua. Pedagogia surda			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>FELIPE, T. A. Libras em contexto: curso básico: livro do estudante. 8ed. Rio de Janeiro: Walprint, 2007.</p> <p>CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Colab.). Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira. 2 ed. São Paulo: USP, 2001.</p> <p>GESSER, A. LIBRAS?: Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p> <p>GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.</p> <p>QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (org.). Estudos surdos II. Petrópolis, RJ: Arara azul, 2007.</p> <p>QUADROS, R. M. Tradutor e interprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: SEESP, 2004.</p> <p>SKLIAR, Carlos de (org.). A surdez: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.</p>			

7 ORGANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

7.1 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ACADÊMICA

7.1.1 O Colegiado do curso de Serviço Social

O colegiado do curso (associado ao Núcleo Docente Estruturante) são os espaços por excelência de discussão e decisão sobre a organização e revisão curricular. Conforme o Regimento geral da Universidade Federal do Piauí (Art.30) o Colegiado de Curso é constituído pelo Coordenador, como seu Presidente; pelo Subcoordenador, como seu Vice- Presidente; por um representante docente por Departamento, que ministre disciplinas específicas do Curso, eleito, com o respectivo suplente, pelos seus pares, com mandato de 2 (dois) anos e pela representação discente, nos termos da legislação em vigor, com mandato de 1 (um) ano. Ainda segundo o mesmo regimento (Art. 31), compete ao Colegiado de Curso:

- I - decidir, em primeira instância, sobre organização e revisão curricular;
- II - fixar diretrizes de execução do currículo, bem como normas de seu acompanhamento e avaliação;
- III - recomendar aos Departamentos o ajustamento de plano de ensino de disciplinas ao interesse do Curso;
- IV - decidir sobre os procedimentos a serem adotados na matrícula em disciplinas do Curso, respeitadas as instruções do órgão central de controle acadêmico;
- V - opinar sobre pedidos de revalidação de diplomas;
- VI - apreciar representação de aluno em matéria de interesse do Curso, ressalvada a competência departamental no que interfere com a atuação docente;
- VII - adotar e sugerir providências para a melhoria de nível de ensino do Curso;
- VIII - opinar sobre transferência de aluno, submetendo o assunto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- IX - julgar pedidos de trancamento de disciplinas;
- X - representar junto ao Conselho Departamental e propor, mediante a aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, o afastamento ou a destituição de Coordenador e Sub-Coordenador de Curso;
- XI - exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas por este Regimento Geral e em normas complementares do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

7.1.2 O Núcleo Docente Estruturante - NDE

Conforme Resolução nº 278/11 do CEPEX/UFPI, que aprova a criação do Núcleo Docente Estruturante no âmbito da estrutura acadêmica dos cursos de graduação da UFPI, o NDE tem atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante processo de concepção, consolidação e continua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

Nessa direção, o NDE do curso de Serviço Social da UFPI funciona regularmente desde 2010 e foi o responsável pelo processo que culminou na presente revisão do currículo e é intenção das instâncias gestoras do curso que continue funcionando e cumprindo a contento suas atribuições.

7.2 LOCAL DE FUNCIONAMENTO, INFRAESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS

O curso de Serviço Social está localizado no Campus Ministro Petrônio Portella, em Teresina, Piauí, no Centro de Ciências Humanas e Letras, e conta com a salas de aula, salas para coordenação do Curso e Chefia do Departamento, gabinetes docentes, salas de núcleos de pesquisa e extensão, além da utilização de equipamentos coletivos e da estrutura física do CCHL e da UFPI, como auditórios, salas de vídeo, salas de informáticas, biblioteca geral e setorial.

O Departamento de Serviço Social contou durante muitos anos somente com quatro salas de aula (340, 342, 343 e 358) dentre o conjunto das salas do CCHL. No ano de 2021 foram designadas novas salas ao DSS: 310, 311, 312, 313 e 356. Além disso, conta com 08 salas de trabalho (gabinetes) docentes que, no geral, são utilizadas por duas pessoas, que tem que dividir um espaço pequeno com material bibliográfico, equipamentos e de pesquisaindispensáveis e distribuir o tempo para orientação dos alunos com os demais colegas, para não haver choque de horários. Associado a isso, é nessas mesmas salas que ocorrem as sessões de monitoria, de trabalhos de pesquisa, de orientação de TCCs, de reuniões de alguns núcleos que não dispõem de salas próprias, entre outros. O caso da monitoria se reverte problemático, porque o(a) aluno-monitor precisa dispor de tempo e equipamentos para suas atividades e passa, em geral, a utilizar a sala do professor para tal.

Destaca-se que alguns(mas) docentes ligadas a pós-graduação dispõem de gabinete próprio no prédio anexo ao CCHL, além das salas do PET Serviço Social, PTIA, do Centro Acadêmico de Serviço Social e outros núcleos de pesquisas de docentes do DSS.

Importante assinalar sobre a precariedade da estrutura física de muitas dessas salas, que contam com a falta de equipamentos adequados, tais como computadores e impressoras, bem como ares-condicionados antigos, datashows sem funcionar, mobiliários antigos (mesas, cadeiras e armários), além da necessidade de reformas e pinturas, fundamentais para melhores condições de trabalho e ensino-aprendizagem na Universidade.



7.3 BIBLIOTECA

O acervo bibliográfico utilizado pelos alunos do Curso de Bacharelado em Serviço Social é o mesmo utilizado por todos os alunos da UFPI, que são: as Bibliotecas central e setorial, ambas situadas no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga-PI. Ao detectarmos a necessidade de alguma obra, é solicitada para administração superior, que é responsável pela aquisição.


A Biblioteca Central da UFPI, foi instalada em janeiro de 1973, resultado da fusão dos acervos existentes nas Bibliotecas das Escolas Isoladas de Medicina, Odontologia, Filosofia, Direito e Administração, quando da implantação da Fundação Universidade Federal do Piauí, instituída nos termos da Lei nº. 5.528, de 12/11/1968. Em agosto de 1995 foi inaugurada a Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB), órgão subordinado a Reitoria e que atualmente coordena 09 (nove) Bibliotecas Setoriais do Sistema de Bibliotecas da UFPI - SIBi/UFPI, instituído pela Resolução do Conselho Universitário nº. 26/93.

Às pessoas com deficiência são disponibilizadas ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco da Universidade Federal do Piauí

8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

8.1 A EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS

O quadro a seguir apresenta a equivalência de disciplinas entre os currículos, o anterior e o atual.

COMPONENTE CURRICULAR ESTRUTURA Nº 04		PRÉ-REQUISITO (NOME E CÓDIGO)	RECIPROCIDADE	COMPONENTE CURRICULAR ESTRUTURA NOVA		PRÉ-REQUISITO (NOME E CÓDIGO)	ABRANGÊNCIA (Global ou Específica – Resolução CEPEX 177/12)
CÓDIGO	NOME			CÓDIGO	NOME		
DFI0438	Introdução à Filosofia			DFI0438	Introdução à Filosofia		Global
DAA0083	Economia				Economia Política		Global



Silviana

	Política						
DFI0440	Instrumentos e Técnicas de Estudo e Organização do Trabalho Científico		↔		Introdução à Metodologia Científica		Global
DCS0153	Iniciação Sociológica		↔		Iniciação Sociológica		Global
DCS0155	Iniciação Antropológica		↔		Iniciação Antropológica		Global
DFE0086	Psicologia geral		↔		Psicologia Social		Global
DSS0048	Questão Social no Brasil		↔		Questão Social no Brasil		Global
CCP039	Iniciação à Política		↔		Iniciação à Política		Global
DSS0046	Introdução ao Serviço Social		↔		Introdução ao Serviço Social		Global
DSS0045	Seminário de Introdução ao Curso de Serviço Social		↔		Seminário de Introdução a formação em Serviço Social		Global
DCJ0028	Direitos e Cidadania		↔		Direitos Sociais e Cidadania		Global
DGH0092	Formação Sócio-Histórica do Nordeste e do Piauí		↔	DGH0092	Formação Sócio-Histórica do Nordeste e do Piauí		Global
DSS0049 DSS0050	Seminário Temático I e Seminário Temático II		↔		Seminário Temático I		Global
DSS0060 DSS0061	Seminário Temático III e Seminário Temático IV		↔		Seminário Temático II		Global
DSS0052	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	DSS0046 Introdução ao Serviço Social ou História do SS I	↔		Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I		Global
DSS0052	Fundamentos Históricos e Teórico-	DSS0052 Fundamentos Hist. Teor.	↔		Fundamentos Históricos e Teórico-	Fundamentos Histórico	Global

	Metodológicos do Serviço Social II	Met. S. S. I ou História do SS II			Metodológicos do Serviço Social II	se Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	
DSS0056 DSS0064	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III e Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	DSS0052 Fundamentos Hist. Teor. II DSS0056 Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. III	←		Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	Global
DSS0055 DSS0063	Política Social I e Política Social II	CCP039 Iniciação à Política ou Iniciação à política DSS0055 Política Social I	←		Política Social I		Global
DSS0067	Política Social III	DSS0063 Política Social II ou Política Social II	⇒ ←		Política Social II	Política Social I	Global
DSS0059	Sociedade Civil e Movimentos Sociais	CCP039 Iniciação à Política ou Iniciação à Política	⇒ ←		Sociedade Civil e Movimentos Sociais		Global
DFI0444 DSS0066	Ética Geral e Ética Profissional	DSS0057 Processos de Trabalho S. S. II e DSS0066 Ética Geral ou Ética Geral	←		Fundamentos éticos e Ética Profissional		Global
DSS0054	Processo de Trabalho do Serviço Social I	DSS0052 Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. I Ou História do SS II	⇒ ←		Processo de Trabalho do Serviço Social I		Global
DSS0057	Processo de Trabalho do Serviço Social II	DSS0054 Processo de Trabalho SS I e DSS0052 Fundamentos Hist. Teor.	⇒ ←		Processo de Trabalho do Serviço Social II	Processo de trabalho I	Global

		Met. S. S. II ou História do SS II					
DSS0065	Processo de Trabalho do Serviço Social III	DSS0057 Processos de Trabalho do Serviço Social II e DSS0056 Fundamentos Hist. Teor. Mét. S. S. III	⇒ ⇐		Processo de Trabalho do Serviço Social III	Processo de trabalho I	Global
DSS0068	Planejamento e Gestão de Políticas Públicas e Serviços Sociais	DSS0055 Política Social I Ou Política Social I	⇒ ⇐		Gestão e Planejamento de Políticas Públicas e Serviços Sociais		Global
DSS0069	Pesquisa Social I	DFI0440 Inst. Tec. Est. Org. Trabalho Científico; ou Introdução à Metodologia Científica	⇒ ⇐		Pesquisa Social I		Global
DSS0070	Pesquisa Social II	DSS0069 Pesquisa SOCIAL I ou Pesquisa Social I	⇒ ⇐		Pesquisa Social II	Pesquisa social I	Global
DSS0073	Avaliação de Políticas Públicas e Projetos Sociais	DSS0063 Política Social II ou Política Social II	⇒ ⇐		Avaliação de Políticas Públicas e Projetos Sociais		Global
DSS0074	Monografia I	DSS0070 Pesquisa Social II	⇒ ⇐		Pesquisa Social III	Pesquisa Social II	Global
DSS0072	Estágio Supervisionado I	DSS0065 Processos de Trabalho do SS III; DSS0068 Planejamento e Gestão de P. P e DSS0064 Fundam. Hist. e Teor. Met. do S. S. IV	⇒ ⇐		Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I	Processo de Trabalho do Serviço Social III; Fundamentos éticos e ética profissional; Avaliação de políticas públicas e	Global

						projetos sociais	
DSS0071	Seminário de Prática I	DSS0072 Co-requisito Estágio Supervisionado I	→ ←		Seminário de Prática I	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social I	Global
DSS0076	Estágio Supervisionado II	DSS0072 Estágio Sup. I	→ ←		Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social II	Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I	Global
DSS0078	Monografia II	DSS0074 Monografia I Ou Pesquisa Social III	→ ←		Trabalho de Conclusão de Curso	Pesquisa Social III	Global
DSS0077	Seminário de Prática II	DSS0076 Co-requisito Estágio supervisionado II	→ ←		Seminário de Prática II	Co-requisito com estágio obrigatório em Serviço Social II	Global
DSS0129	Tópico especial de infância e juventude		→ ←		Tópico especial sobre juventude		Global
DSS0133	Tópico especial de terceira idade		→ ←		Tópico especial sobre envelhecimento		Global
DSS0151	Tópico especial em família e redes de proteção social		→ ←		Tópico especial sobre família		Global
DSS0109	Tópico especial de saúde		→ ←		Tópico especial de saúde		Global
DSS0112	Tópico especial de saúde mental III		→ ←		Tópico especial de saúde mental		Global
DSS0106	Tópico especial de assistência		→ ←		Tópico especial de Política de Assistência Social		Global

	social III						
DSS0113	Tópico especial de previdência I		⇒ ⇐		Tópico especial de previdência social		Global
DSS121	Tópico especial de educação especial III		⇒ ⇐		Tópico especial de educação		Global
DSS0125	Tópico especial de questão urbana I		⇒ ⇐		Tópico especial sobre questão urbana		Global
DSS0137	Tópico especial de questão ambiental e serviço social I		⇒ ⇐		Tópico especial sobre meio ambiente		Global
DSS0154	Tópico especial em questão de gênero		⇒ ⇐		Tópico especial sobre questão de gênero		Global
DSS0173	Tópico especial em instrumentos e técnicas do serviço social III		⇒ ⇐		Tópico especial sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social		Global
LIBRAS010	LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais		⇒ ⇐	LIBRAS 010	LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais		Global

Nos casos dos componentes que possuem equivalência curricular, os(as) estudantes que estiverem em diferentes períodos do Curso, e em distintos Projetos Pedagógicos do Curso, poderão fazer matrícula numa mesma turma, sendo que a ementa a ser executada será aquela prevista no novo Projeto Pedagógico que foi atualizada em relação ao anterior, conforme quadro acima.

As disciplinas de Seminário Temático I e II, de 30 horas cada, no PPC anterior tiveram seus conteúdos congregados em uma única disciplina no novo currículo, sob o título de Seminário Temático I, de 60 horas. Assim como as disciplinas de Seminário Temático III e IV, de 60 e 30 horas, respectivamente, têm uma redução de carga horária e junção de conteúdos, passando agora a serem ofertadas no Projeto Pedagógico atual como Seminário

Temático II, de 60 horas. O mesmo acontece com as disciplinas de Ética Geral (60h) e Ética Profissional (60h), que, no novo currículo, são ofertadas em um único componente de 60 horas, intitulado de Fundamentos éticos e ética profissional.

Foram extintas as seguintes disciplinas no novo currículo: Formação Sócio-Histórica do Brasil (60h) e as Oficinas (Oficina I – Expressões e Vivências da Questão Social; Oficina II – Vivências em Pesquisa e Extensão; Oficina III – Experiências e Vivências em Processos de trabalho, cada uma com carga horária de 30h). Os seus conteúdos foram remanejados para serem contemplados em outros componentes curriculares, tanto no âmbito do ensino, quanto nas Atividades Curriculares de Extensão. Esses componentes curriculares extintos da matriz anterior e que não tem equivalência de conteúdo ou carga horária na matriz atual poderão ser utilizados para fins de integralização curricular como disciplinas eletivas.

Ademais, no novo PPC, foi incluído o componente “Diversidade e desigualdades de gênero, raça-etnia e classe”, com carga horária de 60 horas, que não tem equivalência no currículo anterior.

Todas as disciplinas de 90 horas tiveram a carga horária reduzida para 60 horas no novo currículo, sem prejuízos no seu conteúdo: Introdução a Filosofia, Economia Política, Psicologia Geral, Política Social I e Planejamento e Gestão de Políticas Públicas e Serviço Social. Essa reorganização da carga horária é necessária para que os(as) discentes possam ter disponibilidade para se inserirem em outras atividades de extensão e pesquisa, fundamentais para a formação profissional e que também são obrigatórias para a conclusão do curso na UFPI.

8.2 CLÁUSULA DE VIGÊNCIA

A nova estrutura curricular contida na presente Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social será implementada a partir do 1º período letivo de 2024, obrigatória para todos(as) os(as) discentes ingressantes. O período temporal entre a implantação da nova matriz curricular e a extinção da matriz curricular anterior será denominado de transição curricular.

O processo de transição será realizado de forma gradativa. Semestralmente serão ofertados os componentes do novo Projeto Pedagógico do Curso e extintas as ofertas dos componentes do antigo PPC, com exceção daqueles componentes da matriz anterior que não



tem equivalência no PPC atual. Na transição curricular haverá duas modalidades de adesão ao novo Currículo e acontecerão da seguinte maneira:

- Adesão voluntária: para os(as) discentes ingressantes que estejam com carga horária cursada superior a 40% da carga horária total do PPC anterior no ato da adesão. Estes deverão assinar um termo de adesão na coordenação do curso;
- Inclusão automática: considerando a impossibilidade de manutenção de dois currículos em funcionamento por um período superior a 03 anos, serão automaticamente incluídos no currículo novo os(as) discentes que ingressaram no curso no primeiro semestre letivo de 2023, bem como discentes que apresentarem integralização de carga horária inferior a 40% em relação ao PPC anterior, buscando-se, obviamente, o devido aproveitamento dos estudos, quando possível.

Os casos não contemplados pelos critérios acima serão estudados individualmente pela Coordenação, pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado do Curso.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, nº 7. São Paulo: Cortez, 1997, p. 58-76.

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares Curso para o Serviço Social elaboradas pela Comissão de Especialistas**. ABEPSS, 1999. Disponível em: < <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curricularesda-abepss-10>> Acesso em: 04 out. 2021

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigeida.pdf> Acesso em: 04 out. 2021.

ABEPSS. **Documento preliminar acerca da curricularização da extensão**. Maio de 2021. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210608_documento-preliminar-curricularizacao-da-extensao-202106091753268191190.pdf> Acesso em: 04 out. 2021.

ABEPSS. **Curricularização da extensão e Serviço social**. Janeiro de 2023.

ABEPSS. Plataforma Antirracista da ABEPSS. Dezembro de 2022. <https://www.abepss.org.br/subsidiosparaodebateetnicoracial-94>. Acesso em 13 de maio de 2023.

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na Formação em Serviço Social**. ABEPSS, 2018. Disponível em:
https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf Acesso em: 13 out. 2022.

ABEPSS. Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social. ABEPSS, 2023. Disponível em:
<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidios-para-o-debate-sobre-as-lutas-e-os-movimentos-sociais-na-formacao-profissional-em-servico-social-202303221328505426170.pdf>

ANTUNES, R. (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BOITO JR. **A política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE)**, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Nº 5, de 22 de fevereiro de 2010**, que cria o Núcleo Docente Estruturante

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. **Parecer 492/2001** – que homologa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Serviço Social e outros cursos, publicado no Diário Oficial da União de 09/7/2001, Seção 1, p. 50

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 1.363/2001**, que retifica o Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, publicado no Diário Oficial da União de 29/1/2002, Seção 1, p. 60.b

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE nº 1 de 17 de junho de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. **Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007**, dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

BRASIL, Presidência da República. **Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008** (dispõe sobre os estágios de estudantes).

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Trata das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE2014-2024, conhecida como “Curricularização da Extensão”.

CASTILHO, D.R.; LEMOS, E. L. de S.; GOMES, V.L. B. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios im(postos) ao Serviço Social. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez. Nº 130, setembro/dezembro, 2017, p. 447-466.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** 1993.

_____. **Resolução Nº 533** de 29 de setembro de 2008. (regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social).

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo, reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. Revista da USP, **Dossiê liberalismo/neoliberalismo**, São Paulo, 1993.

FERREIRA, M.D.M.; SILVA, M.R.F.; GUIMARÃES, S. J. O Serviço Social no Piauí. In: JUNIOR, A.A.S. (Org.). **A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste.** Curitiba: CRV, 2021, p.67-80.

FIORI, J. L. **Em busca do dissenso perdido:** Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FUNDAÇÃO CEPRO. PEREIRA, S.L.B. et al (Orgs). **Nota Técnica Compatibilização entre Territórios de Desenvolvimento e Instâncias de Gestão Regionais.** Teresina: Fundação CEPRO, 2017. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/> Acesso em: 15 out. 2022.

GOIN, Marileia; FERNANDES, Laryssa Danielly Silva; OLIVEIRA, Ariel Paula Jesus de. Serviço Social no Nordeste Brasileiro: particularidades regionais e formação profissional. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n.2, p. 452-473, jul. / dez. 2021.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 10ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2014

GUERRA, Yolanda. Trabalho e Formação Profissional: desafios e perspectivas atuais ao Serviço Social brasileiro. In: JOAZEIRO, Edna Maria Goulart; GOMES, Vera Batista (Org.). **Serviço Social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos.** Teresina: EDUFPI, 2020, p.33 – 61.

GUIMARÃES, S. J. **Trajetória de vida, trajetória acadêmica:** alunos e egressos do Curso de Serviço Social da UFPI. Teresina, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 20, p.609-639, out/dez. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/panorama> >. Acesso em 30 de junho de 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Painel de indicadores**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>. Acesso em 29 de setembro de 2022.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do ensino superior no Brasil. 12ª edição** 12ª edição. 2022. Disponível em https://www.extraclasse.org.br/wp-content/uploads/2022/06/MAPA-DO-ENSINO-PRIVADO-12a-Edicao_compressed.pdf. Acesso em 29 de setembro de 2022.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do ensino superior, dados por Estados e Regiões**, 11ª edição. 2021. Disponível em <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/regioes/nordeste/#:~:text=Em%202019%2C%20a%20regi%C3%A3o%20registrou,ensino%20superior%20atr%C3%A1s%20do%20Sudeste>. Acesso em 29 de setembro de 2022.

JOAZEIRO, E.M. G. Serviço social e a graduação na Universidade Federal do Piauí: das raízes ao devir. In: JOAZEIRO, E.M. G; GOMES, V.B. (Orgs). **Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos**. Teresina: EDUFPI, 2020, p.303-228.

LEITE, D. **Reforma universitária: avaliação institucional participativa**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LUSTOSA, A. F. M. L. **Formação acadêmica do assistente social para atuar na Saúde Mental: tensionamentos entre a particularidade e a generalidade**. Dissertação de Mestrado. Teresina: Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, UFPI, 2013.

LUZ, L. C. X. **De onde vêm e para onde vão os assistentes sociais: elementos configurativos do mercado profissional em Teresina nos anos 90**. São Paulo: PUC, 1999 (Dissertação de Mestrado em Serviço Social).

LUZ, L. C. X; VIANA, M. R. V; MAGALHÃES, R. S. R. **Avaliação discente e docente do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social: em Busca de em estudo avaliativo**, 2010.

OLIVEIRA, F. de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA F.; PAOLI, M.C. (Orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

PAIM, J.S. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência e Saúde Coletiva**. 30 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). Contextos, desempenho e os desafios do SUS. Rio de Janeiro: Revista da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), v.23, nº6, junho de 2018, p.1723- 1728. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/revistas> Acesso em: 05 de maio de 2020.

PASSOS, G. O. **A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença: conformação da reforma universitária de 1968 à sociedade piauiense**. Brasília, DF: Programa

de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2006.

RAICHELIS, Raquel. Serviço social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; DAMARES, Vicente; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

ROSA, L. C.S. **O perfil dos assistentes sociais**. Informativo CRESS 22ª Região 1994. p.1.

SETÚBAL, A. A. Alguns aspectos da história do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade** nº 12. São Paulo: Cortez, ago/1983. p.109-139.

SILVA, M. R. F. e. Envelhecimento como Campo de Conhecimento e de Intervenção Social: a experiência Docente do Serviço Social no Programa Terceira Idade em Ação da Universidade Federal do Piauí In: Lima. Antônia Jesuíta de; FERREIRA, M. D. M.; VIANA, M. R. **Políticas Públicas e Cidadania: temas em debate**, EDUFPI, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Geral**: adaptação à LDBE (Lei nº 9.394, de 20/12/96), através de Resolução nº 45/99 – CONSUN de 16/12/99

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Portaria nº 66, de 23 de julho de 2010** da Pro-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG/UFPI), que designa membros do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Serviço Social, do Campus Ministro Petrônio Portela.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução nº 177/12, de 5 de novembro de 2012** do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX/UFPI) que estabelece normas para o funcionamento dos cursos de graduação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução nº 278/11** do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX/UFPI), que aprova a criação do núcleo docente estruturante (NDE) no âmbito da estrutura de gestão acadêmica dos cursos de graduação da UFPI.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução nº 053/19 de abril de 2019** do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX/UFPI) que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Plano De Desenvolvimento da Unidade – PDU PRAEC (2020-2022)**. Teresina, PI, 2020.

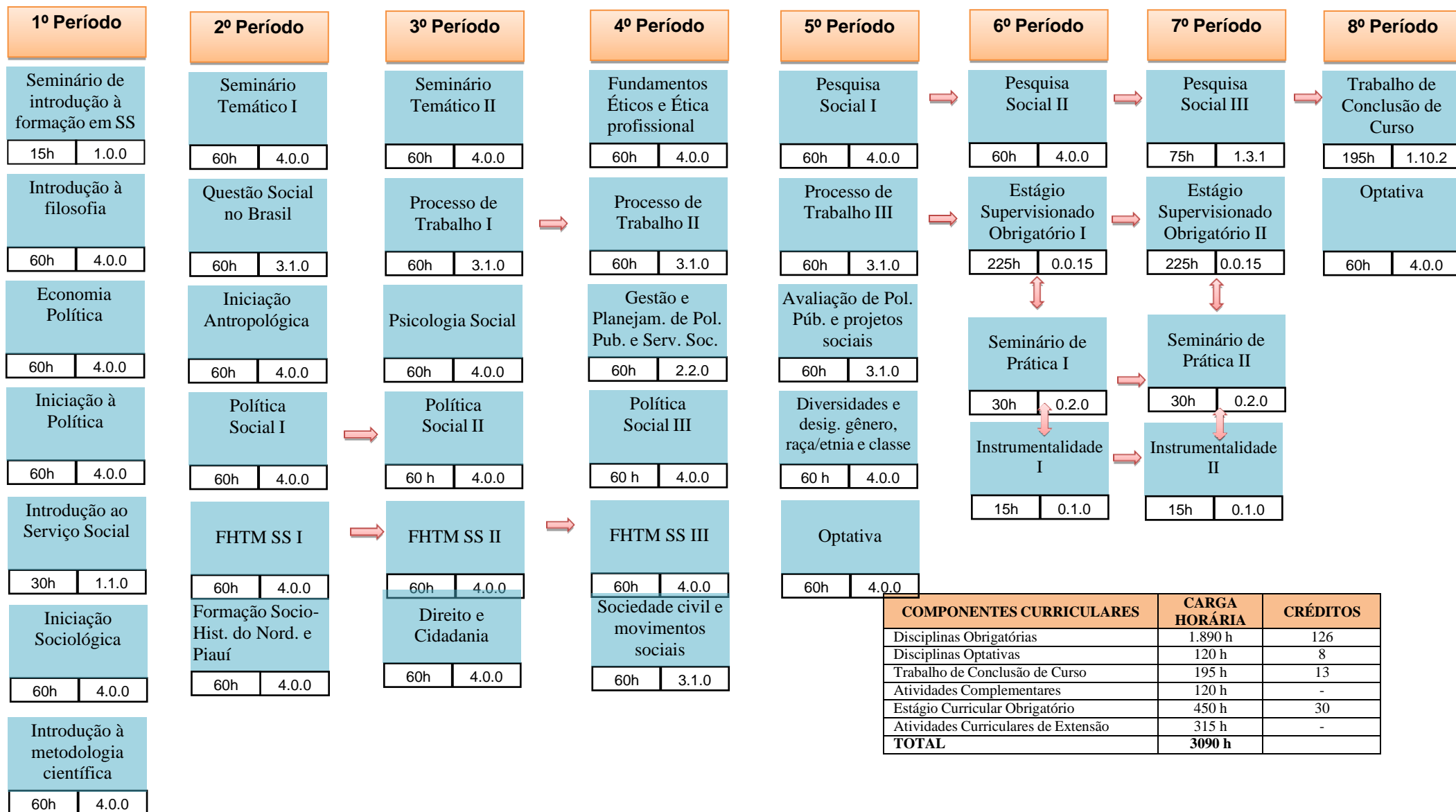
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL). **Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU): 2021-2022**. Teresina, PI, 2020.

VIANNA, M. L. W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revam/UCAM/IUPERJ, 2000.

ANEXOS

Silva

ANEXO 1 - FLUXOGRAMA DO CURSO



silviana

RELATÓRIO NDE REFERENDANDO AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O acervo bibliográfico físico foi tombado e encontra-se disponível na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB e na Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas-BS/CCHL, ambas situadas no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga-PI, CEP 64 049- 550.

O acervo virtual para o Curso de Serviço Social está disponibilizado nas bibliotecas da UFPI, quais sejam: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB; e Biblioteca Setorial do Centro de Ciências do Centro de Ciências Humanas e Letras -BS/CCHL, com acessos através dos sites: <https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/biblioteca/buscaPublicaAcervo.jsf> e <http://ufpi.br/biblioteca-bccb/236-bccb/biblioteca>; e email: bccb@ufpi.edu.br.

O acervo bibliográfico básico e complementar físico é adequado e atualizado para os componentes curriculares descritos no PPC do Curso de Serviço Social. A instituição garante acesso ao acervo bibliográfico básico/complementar virtual tanto no ambiente interno com instalações e recursos tecnológicos que atende à demanda, sendo ofertado de forma ininterrupta via internet. Às pessoas com deficiência são disponibilizadas ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB da Universidade Federal do Piauí.

O acervo periódico é constituído por exemplares físicos e por exemplares virtuais para acesso através de assinaturas de periódicos, assim como acesso a publicações de domínio público. Estes periódicos possuem contexto especializado que contemplam as unidades curriculares do curso de Serviço Social. É atualizado, de forma a garantir a quantidade de acesso demandada, com plano de contingência, de modo a garantir o acesso e o serviço.

Teresina, 01 de junho de 2023



Núcleo Docente Estruturante do Curso de Serviço Social



Documento assinado digitalmente
TERESA CRISTINA MOURA COSTA
Data: 01/06/2023 08:37:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidente do NDE



Documento assinado digitalmente
SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA
Data: 01/06/2023 08:43:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro



Documento assinado digitalmente
GUIOMAR DE OLIVEIRA PASSOS
Data: 01/06/2023 09:18:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro



Documento assinado digitalmente
IOLANDA CARVALHO FONTENELE
Data: 01/06/2023 14:53:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro



Documento assinado digitalmente
MAURICEIA LIGIA NEVES DA COSTA CARNE
Data: 01/06/2023 15:12:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro

Membro



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 513, DE 12 DE JUNHO DE 2023

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês, da Universidade Federal do Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 12/06/2023 e, considerando:

- o Processo eletrônico nº 23111.061780/2022-09;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês, da Universidade Federal do Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella, conforme documento anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 42, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, justificando-se a urgência em virtude da necessidade imediata de avaliação do curso pelo Ministério da Educação (MEC).

Teresina, 12 de junho de 2023


GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DE LETRAS ESTRANGEIRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - INGLÊS



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS –
INGLÊS (ENSINO PRESENCIAL)**

TERESINA- 2022

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Silviana'.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DE LETRAS ESTRANGEIRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – INGLÊS

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês (Ensino Presencial) da Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Petrônio Portella, no município de Teresina. – Piauí, a ser implementado em 2023.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITOR

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR (A) DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Luis Carlos Sales

PRÓ-REITOR (A) DE ADMINISTRAÇÃO

Profa. Dra. Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR (A) DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araújo

PRÓ-REITOR (A) DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof. Dra. Deborah Dettmam Matos

PRÓ-REITOR (A) DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Profa. Dra. Mônica Arrivabene

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Ana Beatriz Sousa Gomes

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Eliesé Idalino Rodrigues

Coordenador Geral de Graduação

Maria Rosália Ribeiro Brandim

Coordenadora Geral de Estágio

Francisco Newton Freitas

Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Leoma Albuquerque Matos

Diretora de Administração Acadêmica

Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva

Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

Maycon Silva Santos

Coordenador de Seleção e Programas Especiais

Danielle Maria de Brito Aragão

Assistente do Pró-Reitor

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DE LETRAS ESTRANGEIRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – INGLÊS**

DIRETORA DO CENTRO:

Profa. Dra. Edna Maria Goulart Joazeiro

VICE-DIRETOR DO CENTRO:

Prof. Dr. João Benvindo de Moura

COORDENADORA DO CURSO:

Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Lucas

SUBCOORDENADORA DO CURSO:

Profa. Dra. Ana Cláudia Oliveira Silva

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DA COORDENAÇÃO

Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Lucas

Profa. Dra. Ana Cláudia Oliveira Silva

Prof. Dr. Francisco Wellington Borges Gomes

Prof. Dr. Alcione Corrêa Alves

Profa. Dra. Maria Goreth de Sousa Varão

Prof. Dr. Luis Felipe Pereira dos Santos Donadio (suplente)

Fábio Vinícius Lima Mendes (membro discente)

DESIGNAÇÃO DO COLEGIADO DA COORDENAÇÃO

Portaria CCHL/UFPI N° 093/2021

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Lucas (Presidente)

Profa. Dra. Ana Cláudia Oliveira Silva

Prof. Dr. Cláudio Augusto Carvalho Moura

Prof. Dr. Francisco Wellington Borges Gomes

Prof. Dr. Luis Felipe Pereira dos Santos Donadio

Profa. Dra. Vânia Soares Barbosa

COLABORADORES

Profa. Dra. Beatriz Gama Rodrigues

Profa. Me. Juliana Castelo Branco Paz da Silva

DISCENTES

Fábio Vinícius Lima Mendes

Rafael de Sousa Seraine Custódio

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Lucas Rêgo Alves - Secretário da Coordenação de Letras Estrangeiras

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP: 64049-550

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Curso de Licenciatura em Letras - Inglês

CÓDIGO DO CURSO (INEP): 56030

CRIAÇÃO DO CURSO:

Resolução Nº 108

Publicação: 21/12/1995

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC Nº 389

Publicação: 02/02/2005

RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC Nº 922

Publicação: 28/12/2018

TÍTULO ACADÊMICO MASCULINO: Licenciado em Letras - Inglês

TÍTULO ACADÊMICO FEMININO: Licenciada em Letras - Inglês

MODALIDADE:

Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínimo: 4 anos

Média: 4 anos

Máximo: 6 anos

Para alunos com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no curso.

ACESSO AO CURSO:

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC e, de acordo com Edital específico da UFPI.

REGIME LETIVO: Semestral

VAGAS AUTORIZADAS e-MEC: 50

OFERTA DO CURSO:

SEMESTRE LETIVO	TURNO(S)	VAGAS
1º SEMESTRE	Integral	50

ESTRUTURA CURRICULAR:

Ano/período de implantação:	Carga horária por período letivo		
	Mínima	Média	Máxima
2023/2	300	345	390

COMPONENTES CURRICULARES:

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	1950 horas	130
Disciplinas Optativas	240 horas	16
Atividade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	180 horas	12
Atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	405 horas	27
Atividades Complementares	200 horas	-
Atividades Curriculares de Extensão	330 horas	-
TOTAL	3305 horas	185

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Introdução

Os cursos de graduação em Letras têm como principal missão o fomento à cultura, à imaginação criativa, além da formação de cidadãos e profissionais interculturalmente competentes que sejam conscientes de seu papel na sociedade, capazes de lidar com o outro por meio do uso crítico da linguagem em suas mais variadas manifestações. Este é um desafio expresso nas Diretrizes Curriculares para os Curso de Letras (BRASIL, 2001), que se encontra ainda mais em evidência nos atuais contextos socioculturais e econômicos que têm caracterizado as primeiras décadas do século XXI. Em uma sociedade marcada pelas revoluções tecnológicas no âmbito das comunicações, novas formas de interação têm levado rapidamente à emergência de práticas culturais e de linguagem igualmente inovadoras. Diante desse quadro, o ensino superior assume o papel de atuar como um agente transformador, buscando atender às demandas contemporâneas da sociedade por meio da produção de conhecimento. Essa produção de conhecimento perpassa naturalmente pela linguagem, elemento essencial na constituição do ser humano. Dessa forma, os cursos de graduação em Letras Estrangeiras se caracterizam como instâncias de reflexão crítica, reforma e propagação de valores humanistas e científicos, agindo como mediadores dos mais variados campos de saber na formação de profissionais aptos a atuarem em contextos multiculturais de modo ético e responsável.

Essas características são ainda mais necessárias nos cursos de licenciatura. Por formarem professores que se encarregarão, por sua vez, da formação de outros cidadãos, tais cursos têm grande responsabilidade com o preparo de egressos que sejam capazes de ler, buscar, avaliar, ensinar, fomentar e produzir conhecimentos de acordo com as demandas sociais contemporâneas de uso de múltiplas linguagens e formas de expressão, em situações de intenso contato entre culturas e línguas diversas. Nesse contexto, os cursos de licenciatura em Letras Estrangeiras da Universidade Federal do Piauí, em especial o Curso de Licenciatura em Letras – Inglês, assume, também, a responsabilidade de promover a valorização da cultura nacional por meio do respeito a outras culturas e povos e da formação de profissionais que sejam capazes de expandir os horizontes de seus alunos ao estimularem o conhecimento e a reflexão crítica sobre a língua e a cultura do outro, assim como sobre sua própria língua e cultura.

Conscientes dessa vocação, o curso de Licenciatura em Letras -Inglês da Universidade

Federal do Piauí adota como princípio norteador na formação de seus egressos o diálogo interdisciplinar entre saberes históricos, culturais, sociais e científicos, por meio de uma estrutura curricular flexível e em constante atualização. Nesse sentido, a linguagem é entendida a partir de uma perspectiva multiletrada, ou seja, como uma manifestação social usada para a comunicação e para o despertar da percepção estética e da comunicação nos mais diversos contextos e por meio dos mais variados recursos e modos semióticos que caracterizam a interação humana.

Subordinado à Coordenação de Letras Estrangeiras (CLE) do Centro de Ciências Humanas e Letras de UFPI (CCHL/UFPI), o Curso de Licenciatura em Letras - Inglês busca criar oportunidades para desenvolver a autonomia de seus alunos, assim como habilidades e competências de cunho linguístico e literário que envolvam a língua estrangeira moderna contemplada no curso. Além disso, ele estabelece uma constante articulação entre ensino, pesquisa, extensão e internacionalização por meio da organização curricular, dos princípios metodológicos e avaliativos, assim como das atividades e ações propostas neste documento. Para isso, ele coaduna com a visão de currículo, tal como apresentada pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras, a saber:

é necessário que se amplie o conceito de currículo, que deve ser concebido como construção cultural que propicie a aquisição do saber de forma articulada. Por sua natureza teórico-prática, essencialmente orgânica, o currículo deve ser constituído tanto pelo conjunto de conhecimentos, competências e habilidades, como pelos objetivos que busca alcançar. Assim, define-se currículo como todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integralizam um curso. Essa definição introduz o conceito de atividade acadêmica curricular – aquela considerada relevante para que o estudante adquira competências e habilidades necessárias a sua formação e que possa ser avaliada interna e externamente como processo contínuo e transformador, conceito que não exclui as disciplinas convencionais. (BRASIL, 2001. p. 29)

É por considerar a formação de professores como um “processo contínuo e transformador” que este documento propõem uma atualização da estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês, vigente desde 2010, quando ocorreu a última reforma de seu projeto pedagógico. Naquela época, o curso estava subordinado ao Departamento de Letras (extinto em 2014 e que englobava os cursos de Letras Português, Letras Inglês e Letras Português/Francês). De lá para cá, novas perspectivas se consolidaram, dentre elas o estabelecimento da Coordenação de Letras Estrangeiras como instância acadêmico-administrativa responsável pela promoção de uma política multilinguística/multicultural para

a formação de professores de Letras e de profissionais provenientes de outros cursos superiores, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação.

Além disso, percebeu-se uma transformação no perfil dos alunos ingressantes e egressos desses cursos, assim como o aumento na demandas pela formação de professores de línguas estrangeiras, facilmente perceptível pelo crescimento e valorização de escolas bilíngues em todo o país, o aumento do fluxo migratório de cidadãos de outros países para o Piauí, e o estabelecimento de programas de formação dentro da própria universidade, tais como o Idiomas sem Fronteiras, além de programas de formação continuada resultante de parcerias da UFPI e da CLE com instituições como a CAPES, e Fulbright, o Conselho Britânico, o Consulado Geral dos Estados Unidos em Recife, dentre outras. Somados a isso, também se destacam o crescimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pelas universidades públicas piauienses, que demandam maior domínio de línguas estrangeiras de seus ingressantes e a rápida popularização de meios de comunicação digitais, que facilitam e potencializam as oportunidades de contato linguístico/cultural com outros povos e regiões. Esses fatores contribuíram para a percepção positiva das comunidades internas e externas à universidade sobre a necessidade de uma formação sólida que envolva conhecimentos de línguas estrangeiras.

Ainda em 2010 e 2011, as mudanças curriculares decorrentes da última reforma curricular dos cursos de letras estrangeiras da UFPI já objetivavam atualizá-los para que eles atendessem às demandas que até então marcavam a primeira década do século XXI. Para isso, naquela época, uma mudança profunda do currículo fora proposta, especialmente porque o currículo vigente até então ainda trazia muitas características do primeiro projeto pedagógico dos cursos de Letras da UFPI, criados na década de 70 do século XX e que, por esse motivo, não refletiam toda a complexidade características dos novos tempos. Dentre algumas dessas mudanças estavam a adoção do sistema de blocos na organização da grade curricular das disciplinas, a adoção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como elemento obrigatório e a integração de atividades complementares como parte do processo formativo e a inclusão da prática como componente curricular nas disciplinas.

Nos anos seguintes à adoção daquele novo projeto pedagógico, foram visíveis as contribuições que as mudanças geraram. A organização em blocos, por exemplo, permitiu a otimização da oferta de disciplinas, especialmente diante da redução significativa do número de docentes universitários da área de Letras ocorrida na UFPI na primeira década dos anos 2000 e que até este momento continua afetando os cursos da Coordenação de Letras

Estrangeiras. A adoção de blocos também permitiu aos alunos ter maior gerenciamento sobre as disciplinas cursadas, acelerando o período de formação e aumentando a quantidade de egressos por ano. Antes disso, o sistema de matrículas fora de blocos contribuía para que inúmeros alunos ficassem retidos no curso por um tempo muito acima do mínimo de 4 anos.

A inclusão do TCC como requisito para a formação nos Cursos de Letras Inglês também trouxe resultados positivos. Se antes o curso estava voltado para uma formação teórico-prática que excluía a pesquisa como elemento formador, com o TCC o planejamento e a condução de investigações acadêmicas contribuíram para a emergência de uma postura mais crítica dos discentes, que passaram a se familiarizar mais de perto com as práticas acadêmicas de produção de conhecimento, deixando de ser apenas consumidores de conteúdo para se tornarem produtores de conhecimento por meio da reflexão, investigação e divulgação acadêmicas. Com isso, eles passaram a ter mais oportunidades para contribuir de forma ativa com a solução de problemas que envolvem o mercado de trabalho para o qual são formados. Tais resultados podem ser constatados pelo número de publicações acadêmicas dos egressos do Curso de Letra Inglês na última década (tanto individualmente quanto em parceria com seus orientadores), pelo crescente número de alunos que ingressam em programas de pós-graduação *stricto sensu* na própria UFPI e em outras universidades do país, além do maior envolvimento com programas institucionais como a iniciação científica e tecnológica e com grupos e núcleos de pesquisa fomentados pela CAPES e pelo CNPq.

Ainda, a inserção do TCC como parte integral do currículo reverberou em outras instâncias que estão além da formação inicial fornecida pelos Cursos de Licenciatura em Letras Estrangeiras da UFPI, tais como a criação pela Coordenação de Letras Estrangeiras (CLE) do Curso de Especialização em Ensino de Língua Inglesa e Uso de Tecnologias Educacionais, em 2018, e da realização de eventos acadêmicos como o “*21st Century Challenges for Teaching Languages*”¹; o Seminário de Português como Língua Estrangeira (SEMPLE), que desde 2017 promove anualmente espaços para discussões sobre o ensino da língua portuguesa sob a perspectiva das línguas estrangeiras; e a Jornada Integrada de Letras Estrangeiras (JOIN-LE), que desde 2017 visa fortalecer as parcerias entre a CLE, seus discentes e colaboradores provenientes do mercado de trabalho.

Já a inclusão de atividades complementares no processo formativo gerou resultados positivos como a motivação para que os discentes buscassem uma formação mais ampla, oferecida dentro e fora dos tradicionais espaços universitários. As marcas dessa mudança

¹ Desafios do Séculos XXI para o Ensino de Línguas

podem ser observadas no maior envolvimento dos discentes com cursos e programas de extensão e com outras atividades formativas, tanto por meio de atividades voluntárias quanto por estágios não obrigatórios, entre outras oportunidades. Isso se deu em decorrência do esforço conjunto de professores e alunos para o estabelecimento de uma cultura extensionista dentro do âmbito da CLE e do CCHL, em contramão às políticas limitadoras que afetaram as propostas de extensão na área de letras estrangeiras na segunda década do século XXI. Igualmente, a inserção da prática como componente curricular no currículo contribuiu para que o curso fortalecesse seu caráter teórico-prático, levando os alunos a experiências de aprendizagem mais significativas, que estão mais relacionadas com as exigências reais do mercado de trabalho e com os contextos socioculturais em que eles estão inseridos.

Apesar dos avanços alcançados na última década obtidos por meio da reforma curricular anterior, é sabido que a realidade social sofreu grandes alterações ao longo da última década. A crescente inserção de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) e o reconhecimento do caráter multimodal da linguagem humana, por exemplo, instigam outros olhares sobre as práticas de linguagem e os valores estéticos que elas trazem consigo. Da mesma forma, o papel de uma formação de professores crítica e atuante tem sido parte das discussões que permeiam as políticas educacionais nos últimos anos. Nesse sentido, após uma década da última reformulação curricular, tornou-se urgente uma reflexão sobre como formar professores críticos em ambientes permeados por tecnologias digitais e práticas comunicacionais inovadoras. Essa urgência é ressaltada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que, por meio da Resolução CNE/CP N° 2, de 22 de dezembro de 2017, ao instituir a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), estabelece seis competências para o ensino de linguagens no Ensino Fundamental, a saber:

- a. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais;
- b. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva;
- c. Utilizar diferentes linguagens –verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, em diferentes contextos, e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos, de forma harmônica, e à cooperação;
- d. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o

consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo;

e. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas;

f. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar por meio das diferentes linguagens, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos. (BRASIL, 2017. p. 65)

A mesma postura é adotada pelo CNE no que concerne ao Ensino Médio. Isso evidencia que os cursos de Letras, para formar professores capazes de adotar posturas que fomentem o desenvolvimento integral de seus aprendizes na Educação Básica, devem se adequar à realidade permeada de práticas de linguagem e de manifestações estético-literárias que são marcadas pelas tecnologias digitais e pelas práticas comunicacionais multifacetadas. Em meio a isso, eles também devem fomentar a ação crítica e inovadora de seus egressos de modo que eles possam atuar de forma autônoma durante o exercício de sua vida profissional. Por meio Parecer CNE/CP nº 15/2018, aprovado em 4 de dezembro de 2018, o CNE afirma que:

Neste novo cenário mundial, reconhecer-se como parte de um contexto histórico e cultural, comunicar-se com desenvoltura, ser criativo e analítico-crítico, ao mesmo tempo que participativo e aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável, entre outros tantos atributos exigidos para permanecer socialmente incluído neste mundo marcado pela complexidade crescente, requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, para continuar aprendendo ao longo da vida, bem como saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuando com discernimento e responsabilidade em contextos de culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções que são exigidas cada vez com mais rapidez, conviver com o incerto e o inusitado, bem como aprender com as diferenças e com as diversidades. Tudo isso requer uma nova estratégia de ensino, que propicie a obtenção de novos resultados contínuos e progressivos de aprendizagem, para não ser atropelado pelo choque do futuro. (BRASIL, 2018. p. 8)

No trecho acima, é evidente que para atuar na educação básica, os egressos dos cursos de licenciatura devem ser capazes de desenvolver competências direcionadas ao fazer pedagógico do mundo contemporâneo. Nesse processo, é fundamental repensar os currículos dos cursos de formação inicial em nível superior. No que diz respeito à formação de professores, tais competências estão refletidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)

por meio da Resolução CNE/CP No 2, de 1º de julho de 2015, quando, entre outras coisas, elas definem docência como:

Ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo. (BRASIL, 2015. p.3)

Da mesma forma, a Resolução CNE/CP No 2, de 20, de 20 de dezembro de 2019, que atualiza e complementa as DCNs de 2015 e estabelece a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) deixa claro que a formação docente pressupõe o desenvolvimento de competências que garantam o fomento tanto de aspectos intelectuais, físicos, culturais, sociais e emocionais visando o desenvolvimento pleno pelo licenciando. Assim, no Curso de Licenciatura em Letras – Inglês da CLE/UFPI, adota-se uma visão formativa integral e continuada que tem como base a construção de valores ligadas aos marcos regulatórios da BNCC, da BNC-Formação e da BNC-Formação Continuada (estabelecidos pela Resolução CNE/CP No 1, de 27 de outubro de 2020).

Desse modo, este Projeto Pedagógico visa atualizar as propostas curriculares dos Curso de Licenciatura em Letras - Inglês ofertado pela Coordenação de Letras Estrangeiras (CLE), do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Ele foi construído em consonância com a Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002, que estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de letras, com a Resolução CNE/CP No 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada; com a Resolução CNE/CP No 02, de 20 de dezembro de 2019, que revisa e atualiza a resolução CNE/CP No 2 de 1º de julho de 2015 e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação); a Resolução CNE/CP No 1, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre as DCNs para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada); com a Resolução CEPEX/UFPI No 220/16, de 28 de setembro de 2016, que define as diretrizes curriculares para a formação em nível

superior de profissionais do magistério para a educação básica na UFPI; com a Resolução CEPEX/UFPI No 053/19, de 12 de abril de 2019, que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI; e com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Piauí (PDI/UFPI 2020-2024).

Para garantir o cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade para a população em geral, com vistas a atender, de forma eficiente, às demandas de qualificação profissional para um mercado de trabalho progressivamente exigente e de formação humanística de indivíduos críticos, habilitados a exercer sua plena cidadania e adaptáveis aos desafios inerentes às vicissitudes profissionais e sociais impostas pela revolução tecnológica em curso, este PPC visa cumprir a legislação vigente que normatiza a educação superior, a saber:

- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei 9.394/96);
- As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCNEB (Resolução CNE/CEB nº 4/2010);
- As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras (Parecer CNE/CES nº 492/2001; Resolução CNE/CES nº 18/2002);
- O Plano Nacional da Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014);
- As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior e para Formação Continuada (Resolução CNE/CP 2/2015; Resolução CNE/CP 1/2017; a Resolução CNE/CP nº 3/2018; a Resolução CNE/CP No 2/2019; a Resolução CNE/CP No 01/2020);
- A Base Nacional Curricular Comum (Resolução CNE/CP nº 2/2017);
- As Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da UFPI (Resolução nº 177/2012 – CEPEX/UFPI)
- As Diretrizes Curriculares para a Formação em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica da UFPI (Resolução nº 220/16 – CEPEX/UFPI);
- O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/UFPI: 2020-2024 (Resolução nº 20/2020 – CD/CONSUN/UFPI);
- As Diretrizes Gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação da UFPI (Portaria PREG/CAMEN nº 330/2017);
- a Resolução CNE/CES Nº 7/2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira;

- A Regulamentação para a Inclusão das Atividades de Extensão como Componente Curricular Obrigatório nos Currículos dos Cursos de Graduação da UFPI (Resolução CEPEX/UFPI No 053/19).

1.2 Justificativa

Informa-se, por meio deste documento, que a atualização do currículo do Curso de Licenciatura Em Letras - Inglês da Coordenação de Letras Estrangeiras (CLE) do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) se justifica, primeiramente da ordem formal, em cumprimento às leis Federais e Resoluções vigentes, normativas que regulamentam os cursos de licenciaturas da UFPI, a saber: às diretrizes curriculares para a formação em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica da UFPI (Resolução nº 220/16 - CEPEX), à LDBEN (Lei 9.394/96), às DCNS (BRASIL, 2015; BRASIL, 2019, BRASIL, 2020), ao PNE (Lei nº 13.005/2014), à BNCC, ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - UFPI 2020/2024) à Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012, e à Resolução CEPEX/UFPI 053/19 – CEPEX. Regulamentações essas que visam, em termos práticos, garantir o cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade para a população em geral, com vistas a atender, de forma eficiente, às demandas de qualificação profissional para um mercado de trabalho progressivamente exigente e de formação humanística de indivíduos críticos, habilitados a exercer sua plena cidadania e adaptáveis aos desafios inerentes às esferas profissionais e sociais impostas pela revolução tecnológica em curso.

Com base nesses documentos norteadores, o Curso de Licenciatura em Letras - Inglês atenderá à carência de profissionais habilitados dentro das dimensões teórico-práticas em que se incluem, de modo indissociável dos elementos humanos com todas as suas idiossincrasias. Para isso, ele se constitui de uma base formada por conhecimentos linguísticos, literários e culturais que se interrelacionam com o fenômeno educativo. Ainda, ele compreende a linguagem, em todas as suas manifestações, como uma ferramenta ativa de comunicação e participação social, capaz de promover o desenvolvimento de cidadãos críticos e reflexivos. Desse modo, é mister para o curso trabalhar as questões educacionais de acordo com a realidade do Estado do Piauí, a fim de oferecer meios para qualificar o futuro profissional de ensino de Língua Inglesa e suas respectivas literaturas (incluindo-se o ensino de Português como língua estrangeira), com novas formas de intervenções pela aplicação de ferramentas

metodológicas inovadoras, possibilitando “[...] a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos [...]” (BRASIL, 2015). Para tanto, além do trabalho do Núcleo Docente Estruturante no que tange à sua elaboração, a presente proposta curricular foi periodicamente apresentada e discutida em assembleias departamentais da Coordenação de Letras Estrangeiras ao longo de sua construção e contou com as contribuições do corpo docente, técnico e discente, este último representado pelo Centro Acadêmico de Letras "Torquato Neto" na pessoa de seu representante discente.

Dessa feita, os(as) egressos(as) dos Cursos de Licenciatura em Letras - Inglês estarão aptos(as) a preencher a lacuna educativa proveniente da insuficiência de profissionais devidamente habilitados e capacitados para atuar nas redes municipal, estadual e particular de ensino no estado; prestando um serviço educacional com bases formadoras oriundas do ensino superior, somada à reconhecida qualidade proporcionada por uma graduação promovida pela UFPI.

Os Cursos de Licenciatura em Letras - Inglês se fundamentam em uma perspectiva histórico-cultural. Eles têm como eixo articulador, a partir do Artigo 3º da Resolução CNE/CP No. 02/2015, em seu 5º parágrafo, item V, a interdisciplinaridade, com o objetivo de construir uma visão de língua estrangeira e literatura mais amplas, não somente como um fenômeno linguístico formal e/ou artístico, mas como uma ferramenta que possibilite o engajamento discursivo de seus usuários. Eles concebem, destarte, a linguagem como ato efetivo, uma prática sociocultural basilar cujo domínio reflete de forma direta sobre fatores sociais preponderantes, tais quais as taxas de desemprego e renda da população.

Com efeito, o curso de Licenciatura em Letras - Inglês assume um papel fundamental para o desenvolvimento humanístico, intelectual, cultural e socioeconômico brasileiro; em especial da população piauiense, que ainda apresenta índices baixos de letramentos, notadamente no que concerne ao conhecimento e uso de línguas estrangeiras. Essa problemática também se estende aos conhecimentos da língua portuguesa como língua materna e mais recentemente da língua portuguesa como língua estrangeira (decorrente da migração de grupos provenientes de outros países para o Piauí, por exemplo). Note-se que mesmo com as melhoras substanciais no cenário educativo nacional da última década, segundo o censo do IBGE referente ao ano de 2016, o Piauí ocupava o penúltimo lugar no ranking de classificação das unidades federativas do Brasil por alfabetização, com o percentual de 82,8% de alfabetizados dentre sua população com 15 anos de idade ou mais,

ficando à frente apenas do estado de Alagoas (80,6%) e abaixo da média da região Nordeste (85,2%) - a região mais pobre da federação e com maior número de analfabetos .

Nesse quadro, além de observar o alcance da alfabetização no estado (utilizada como um dos elementos determinantes na aferição do Índice de Desenvolvimento Humano das populações, segundo a Organização das Nações Unidas) há de se destacar o papel dos letramentos, que constituem a base dos processos educativos contemporâneos. Para o Curso de Licenciatura em Letras - Inglês, cuja atualização é proposta neste PPC, os letramentos são adotados a partir de uma perspectiva plural, ou seja, como um conjunto de conhecimentos, saberes, habilidades e competências que permitem aos indivíduos se situar em um mundo marcado pela multiplicidade de línguas e linguagens, tornando-os capazes de mobilizar tais construtos para avaliar, julgar, criticar, agir e produzir conhecimentos nas esferas sociais das quais fazem parte.

Esse letramento, entretanto, não se limita ao conhecimento e uso da língua materna, visto que para atuar no mundo contemporâneo é necessário mobilizar uma série de conhecimentos interculturais e interlinguísticos. Em relatório publicado pela *EF English First* (EFEF, 2018), associação internacional que mede, em âmbito mundial, o domínio de gramática, de vocabulário, de leitura e de compreensão oral de adultos que não têm inglês como língua nativa, o Brasil, embora seja o 6º país em nível de proficiência na América Latina, ocupa mundialmente a 53ª posição, situando-se entre os países com “baixa” proficiência em língua inglesa. Em um cenário mundial no qual as relações internacionais são amplamente valorizadas e necessárias, isso pode ser um entrave para o crescimento econômico do país, afetando diretamente índices e programas educacionais e culturais de desenvolvimento, dentre vários outros prejuízos decorrentes de uma cultura de estímulo ao monoglotismo.

Acredita-se que os processos de ensino e de aprendizagem de língua inglesa podem auxiliar a reduzir esses dados alarmantes ao oferecerem caminhos para que os alunos desenvolvam estratégias de comunicação, aumentando habilidades de letramentos e permitindo a ampliação de sua visão de mundo e oportunidades de trabalho, pois a aquisição de uma segunda língua subentende a conscientização e o domínio do próprio vernáculo como ferramenta auxiliar do aprendizado. É sabido que as capacidades cognitivas estão diretamente ligadas ao conhecimento/domínio dos elementos comunicativos, em especial a língua.

Desta forma, o Curso de Licenciatura em Letras - Inglês pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e autônomos, aptos a lidarem com linguagens diversas, interagindo com diferentes textos e pessoas. Outrossim, reforce-se que habilidades de

letramento bem sedimentadas permitirão não só suplantar a carência de mão-de-obra geral qualificada, quanto fomentar a reflexão crítica necessária para um mercado de trabalho cada vez mais exigente, especialmente no contexto multicultural e multilíngue que tem se delineado na última década. Isso confere aos cursos de letras da CLE irretorquível caráter estratégico e reforça a necessidade premente da formação de profissionais qualificados nessa área, fazendo com que esta nova proposta curricular, ao fomentar o conhecimento e formação de professores da língua materna e de línguas estrangeiras, traga benefícios que vão além de uma formação linguística sólida.

Afinada à Resolução CNE/CP No. 02/2015, em seu artigo 2º, item V, que preconiza “a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras” (BRASIL, 2015. p. 1), a reformulação curricular do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês representa mais um passo com vistas a consolidar a presença de qualidade da UFPI nas mais diversas áreas do estado. Áreas essas que carecem, em caráter de urgência, de oferta de ensino de qualidade em um campo do conhecimento estratégico para o crescimento socioeconômico, que é o do ensino de línguas estrangeiras. Essa área recebe ainda mais relevância em função do papel da universidade como difusora de conhecimento, já que a aprendizagem de línguas estrangeiras é uma ferramenta que possibilita uma maior participação dos alunos como cidadãos, exercendo seu papel dentro da coletividade através de sua atuação profissional compatível com as demandas da contemporaneidade. Essa também é a postura defendida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais, para as quais é necessária, conforme o Art. 5º, item V, a “elaboração de processos de formação do docente em consonância com as mudanças educacionais e sociais, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento” (BRASIL, 2015. p. 6).

Dessa forma, esta proposta visa otimizar a “articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2015. p. 4). Nela, atendendo as demandas do PDI/UFPI - 2020/2024 e da BCN-Formação (Resol. CNE/CP No 2/2019), o novo quadro de disciplinas a ser ofertado no Curso de Licenciatura em Letras - Inglês da CLE tem como objetivo otimizar as oportunidades de preparação e o desenvolvimento dos conteúdos em atividades de cunho educacional e pedagógico ligadas às escolas e às práticas educacionais, assim como ligadas aos componentes específicos de cada área do curso, além de ações ligadas aos estágios e às atividades de prática como componente

curricular. Além disso, programas como o Idioma sem Fronteiras (IsF), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e os cursos livres de extensão em línguas² para a comunidade interna e externa à UFPI têm um papel fundamental na preparação dos discentes para o mercado de trabalho. Esse movimento de integração entre ensino, pesquisa e extensão está expresso na Resolução CEPEX/UFPI 053/19 e no PDI UFPI 2020/2024, que regulamentam a inclusão das atividades de extensão como componente curricular obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Sobre isso, o PDI UFPI 2020/2024 afirma que:

Na Universidade Federal do Piauí, com base na Resolução 053/19- CEPEX, a partir de dezembro de 2021, as atividades curriculares de extensão (ACE) serão componentes curriculares obrigatórios em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação, totalizando carga horária, no mínimo, de 10% da carga horária total do curso. (BRASIL, 2020. p. 52)

De modo concomitante, dentro da premissa da “construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa” (BRASIL, 2015. p. 06), a grade curricular do curso de Licenciatura em Letras - Inglês visa também preparar o corpo discente para a continuação dos estudos na Pós-Graduação mediante o diálogo entre o currículo e as pesquisas desenvolvidas pelo corpo docente da Coordenação de Letras Estrangeiras. O estímulo à pesquisa científica na estrutura curricular também se dá por meio de componentes que visam a formação e a consolidação de núcleos e grupos de pesquisa e de grupos de estudos, além dos programas de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq e PIBIC/UFPI), Iniciação Científica Voluntária (ICV/UFPI) e Iniciação Científica Tecnológica (PIBIT/UFPI). Além disso, a realização de eventos acadêmicos por meio de parcerias com o Consulado dos Estados Unidos no Brasil, a Comissão Fulbright e a CAPES, entre outras instituições, também se materializa como componente curricular dos cursos por meio das atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme preconiza o Art. 14 da Resolução CNE/CP No 2 de 2015.

Esta nova proposta curricular busca, assim, afinar-se – sem perder o foco na Educação

² Vale ressaltar que a Coordenação de Letras Estrangeiras oferece há mais de duas décadas os cursos de extensão com maior visibilidade e público da UFPI. São eles o Curso de Extensão em Língua Inglesa para a Comunidade (CCLIC), Curso de Extensão em Inglês Instrumental, Curso de Extensão em Francês, Curso de Extensão em Espanhol, além de participar do programa nacional Idiomas sem Fronteiras (ISF), que já chegaram a atender, juntos, em torno de duas mil pessoas por semestre, além de cursos diversos de formação continuada de professores de línguas estrangeiras.

Básica – de modo pragmático à realidade da profissão de licenciado(a) em Letras – Inglês, a fim de fornecer aos discentes uma formação condizente com a miríade de possibilidades que o mercado oferece ao(à) portador(a) de um diploma do curso, ação respaldada pelo Art. 3º da Resolução 220/2016 – CEPEX, que garante que:

A formação dos profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e a exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da Educação Básica e da profissão.

Desse modo, a formação do(a) licenciado(a) em Letras – Inglês pode lhe possibilitar outras oportunidades de carreira que não apenas o ensino regular, tais como escolas de idiomas, cursos de Português para Estrangeiros (PLE), aulas e/ou serviços de tradução e interpretação (sejam escritas ou faladas), revisão, elaboração de material didático, entre outros. Também, em consonância ao Art. 11, item I, da Resolução CNE/CP – 02/2015, que requer aos cursos de licenciatura um projeto em “articulação com o contexto educacional, em suas dimensões sociais, culturais, econômicas e tecnológicas” (BRASIL, 2015. p. 09), os cursos contemplam a preparação para a atuação em novas modalidades de ensino associadas à educação básica oferecidas pela rede privada. Como exemplo, podemos citar a educação bilíngue, que passou a fazer parte da realidade piauiense há pouco mais de uma década e cuja demanda por profissionais capacitados cresce exponencialmente, visto que a capital do estado, Teresina, é referência em serviços de educação.

Com o objetivo de ampliar a visão e a atuação do profissional formado pelo curso de Licenciatura em Letras - Inglês, como determinam as competências gerais docentes propostas pela Base Nacional Comum para a Formação Inicial, os profissionais docentes devem “utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo”(BRASIL, 2019. p. 13). Na esteira da natureza multimodal da linguagem, constantes inovações tecnológicas e demandas do mercado assumem um papel crescente na sociedade atual. Dessa forma, a proposta curricular em tela propõe a integração das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) em todos os componentes curriculares. Nesse contexto, as TDICs passam a ser encaradas tanto como ferramentas auxiliares do processo de ensino-aprendizagem quanto como objeto de estudo teórico-prático, com disciplinas

específicas dentro da grade curricular, na qual são abordadas como mediadoras de experiências didáticas ricas em significados e possibilidades. Nesse sentido, a inserção das tecnologias digitais visa colaborar para o despertar de professores mais críticos em relação ao papel social da linguagem e sobre seu próprio papel como agentes de transformação, tanto no contexto de formação de professores de letras estrangeiras da UFPI quanto na educação básica como um todo.

Outro ponto relevante para a inclusão das tecnologias digitais tanto como objeto de estudo a partir de um viés pedagógico quanto como instrumento efetivo na interação entre professores e alunos dentro e fora do contexto do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês da CLE é a recente pandemia causada pelo vírus SARS-COV-19, que tornou ainda mais evidente a necessidade de reformulação do ensino superior tradicional para a adoção de uma perspectiva que integre as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) de modo significativo na formação dos discentes. Nesse sentido, experiências como a adoção do ensino remoto emergencial e a integração da comunicação mediada por computador como um componente recorrente na vida de professores e alunos ressaltaram que é extremamente necessário repensar os currículos dos cursos de Letras Estrangeiras de modo que eles reflitam as mudanças sociais, tecnológicas e laborais pelas quais temos passado nos últimos anos. Também se tornou evidente que é preciso propor mudanças que garantam a qualidade dos cursos de Letras Estrangeiras da UFPI, assim como condições de trabalho adequadas para os docentes que atuam em tais cursos e para os seus egressos, quando em atuação no mercado de trabalho. Essa é uma necessidade já apontada pela Resolução CNE/CP No 02/2015, pela Resolução CNE/CP No 02/209 e pela Resolução CNE/CP No 1/2020, documentos que demonstram que é preciso repensar meios eficazes de proporcionar experiências de aprendizagem relevantes para os alunos de modo que eles possam utilizar as TDICs como ferramentas de mediação didática.

Por esses motivos, nesta nova proposta são adotadas soluções alternativas para a flexibilização do currículo, especialmente pelo uso de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), seja por meio da interação presencial quanto da não-presencial síncrona e assíncrona dentro do limite de 40% da carga horária de cada disciplina, tal como preconizado pelo Parágrafo 2º. do Artigo 42 da Resolução CEPEX/UFPI No 49/21.

Dessa feita, a proposta aqui apresentada justifica-se pela atualização dos conteúdos e as práticas dos cursos de modo que eles possam atender às demandas de uma sociedade cada vez mais dinâmica e com vistas ao futuro. Para isso, buscamos uma formação de qualidade,

fundamentada solidamente na integração entre teoria e prática, construídas com base nas recentes discussões educacionais, linguísticas, literárias, culturais, filosóficas e artísticas, que caracterizam a área de Letras.

1.2.1. Detalhamento das mudanças e alterações nos novos componentes curriculares em relação ao currículo anterior

Informa-se que a grade curricular obrigatória do curso sofreu alterações significativas em comparação à sua última reformulação curricular, dentre as quais, entre as Disciplinas Obrigatórias: **1)** os componentes *Habilidades Integradas em Língua Inglesa I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII*, que se dividiam igualmente entre 8 períodos regulares do curso, tinham por objetivo a aquisição e aprimoramento da língua inglesa em sala de aula, possuíam carga-horárias individuais de 60 horas, divididas em 4 créditos (sendo 3 créditos teóricos e 1 crédito prático), totalizando 480 horas. Neste novo currículo, os componentes correspondentes passam a se chamar *Língua Inglesa*, por motivo de simplificação da nomenclatura, mantendo a mesma carga-horária (60 horas) e total de créditos (4 créditos) por componente curricular, redistribuídos para 2 créditos teóricos e 2 créditos práticos, a fim de equilibrar teoria e prática, proporcionando ao corpo discente uma maior oportunidade para aquisição e aprimoramento da língua em sala de aula por meio do seu uso, dentro de um conjunto total de 300 horas distribuídas entre os componentes *Língua Inglesa I, II, III, IV e V*, do 1º ao 5º períodos regulares do curso. A diminuição em 180 horas nos componentes para aquisição de língua com a retirada de *Habilidades Integradas em Língua Inglesa VI, VII e VIII* se deu mediante a observação prática de que, após as primeiras 300 horas, não se apresentavam mudanças significativas no grau de proficiência geral. **2)** Por isso, essas horas foram redistribuídas para a criação de componentes mais diretamente ligados à formação docente, em sintonia com as competências da conjuntura globalizada atual e a presenças da TDICs no dia-dia, alinhada às demandas atuais do mercado de trabalho, a partir dos componentes *Linguística Aplicada II: Multimodalidade, Multiletramentos e Tecnologias* (60 horas, 4 créditos teóricos), *Linguística Aplicada III: Bilinguismo e Ensino de Inglês na Infância* (60 horas, 4 créditos teóricos), *Linguística Aplicada IV: Português como Língua Estrangeira* (60 horas, 4 créditos teóricos), apresentados no 4º, 5º e 6º períodos, respectivamente. **3)** Dentro dessa mesma pragmática, os componentes *Língua Latina I* (60 horas, 4 créditos teóricos), e *Cultura dos Povos de Língua Inglesa* (60 horas, 4 créditos teóricos), presentes no 1º e 3º períodos regulares do curso, foram amalgamados em *História da Língua Inglesa* (60 horas, 4 créditos teóricos), componente

teórico do 1º período que se direcionará para o estudo do processo de formação do inglês, dentro do qual línguas como o latim e aspectos culturais podem ser organizados em um todo conceitual mais coeso. **4)** Com essa junção de dois componentes em um único, foi possível retornar à grade obrigatória do curso o componente *Literatura Estadunidense II* (60 horas, 4 créditos teóricos), presente como *Literatura Norte-Americana II*, componente da penúltima reformulação curricular e incorporado por *Literatura Norte-Americana I* (60 horas, 4 créditos teóricos) na última reformulação, apresentado no 7º período, o que se mostrou, na prática, insuficiente para dar conta dos conteúdos básicos do componente. Sobre sua nomenclatura, adotando uma postura decolonialista e para que o adjetivo norte-americano não seja confundido com a totalidade da América do Norte, que inclui México e Canadá, o componente *Literatura Norte-Americana* passa a se chamar *Literatura Estadunidense*, subdividido, pelos motivos já citados em *Literatura Estadunidense I e II* (ambas com 60 horas e 4 créditos teóricos, cada) alocados no 6º e 7º períodos, respectivamente. **5)** O componente do 1º período, *Seminário de Introdução ao Curso* (15 horas, 1 crédito teórico), mantém a nomenclatura e sua posição na grade, mas passa a ter carga-horária de 30 horas, dividida em 2 créditos teóricos, uma vez que a carga-horária anterior se provou insuficiente, limitando os conteúdos, dinâmicas e, desse modo, a participação mais efetiva do corpo discente nesse momento introdutório à vida universitária. **6)** Já o componente *Teoria da Literatura* (60 horas, 4 créditos teóricos) passa a se chamar *Teoria da Literatura I*, mantendo a mesma carga-horária e distribuição de créditos, levando em conta a adição do componente optativo *Teoria da Literatura II* no currículo, e mudando do 1º para o 2º período regular do curso. **7)** O correspondente do componente *Linguística Aplicada I* (60 horas, 4 créditos teóricos), apresentado no 4º período, foi renomeado *Linguística Aplicada I: Introdução*, mantendo a mesma carga-horária, distribuição de créditos e localizando-se no 3º período do curso, levando em conta que o currículo passa a ter 5 componentes nomeados *Linguística Aplicada*, possibilitando uma melhor distribuição, diversidade e maior aprofundamento nos conteúdos da área por componente curricular, sendo o supracitado voltado para seus estudos introdutórios. **8)** Dada essa mesma distribuição, o componente *Linguística Aplicada II* (60 horas, 4 créditos teóricos), do 5º período, também de ordem geral, tornou-se obsoleto, sendo substituído por um componente mais específico: *Linguística Aplicada V: Materiais Didáticos em Língua Inglesa*, posicionado no 7º período, com mesma carga-horária, mas créditos redistribuídos na forma de 2 créditos teóricos e 2 créditos práticos, com vistas a oportunizar a aplicação pragmática dos conteúdos discutidos. **9)** O componente *Leitura Extensiva* (60 horas,

4 créditos teóricos), ministrado no 4º período e voltado para a leitura geral de textos em língua inglesa, foi substituído por *Estratégias de Leitura em Língua Inglesa*, a ser ministrado no 3º período, com mesma carga-horária, mas créditos redistribuídos na forma de 3 créditos teóricos e 1 crédito prático, e agora voltado para a preparação para o ensino de leitura em inglês. **10)** Já os componentes *Literatura Inglesa I* e *Literatura Inglesa II*, ambos com 60 horas e 4 créditos teóricos, apresentados no 5º e 6º períodos, respectivamente, foram renomeados *Literatura Britânica I* e *Literatura Britânica II*, uma vez que seus conteúdos passam a abranger a diversidade literária do Reino Unido, não apenas da Inglaterra, passando a serem alocados nos períodos 4º e 5º, respectivamente, mantendo mesma carga horária. **11)** No que tange aos componentes *Expressão Escrita I* e *Expressão Escrita II*, ambos com 60 horas e 4 créditos teóricos, apresentados no 4º e 5º períodos, respectivamente, foram renomeados *Escrita Acadêmica I* e *Escrita Acadêmica II*, permanecendo nos mesmos períodos e mantendo a mesma carga-horária, mas com seus créditos redistribuídos na forma de 2 créditos teóricos e 2 créditos práticos, sendo a mudança de nomenclatura um sinalizador de que o componente, ao contrário do anterior, enfatizará o gênero acadêmico em detrimento à escrita em língua inglesa de ordem mais geral. No cômputo final, a carga-horária total em Disciplinas Obrigatórias ficou em 1950 horas, 150 horas a mais em comparação às 1800 horas do currículo anterior, aumento esse que se fez justificável, principalmente, por conta da necessidade do espaço de 300 horas ocupado na grade pelo componente de aquisição de língua inglesa, característica particular de um curso de letras estrangeiras, que mesmo redimensionado e diminuído em horas neste novo currículo, ainda toma uma porção relevante da grade que, se não observada, deixaria de fora disciplinas de cunho teórico importantes para a formação profissional atual. Por isso, foi preciso levar em conta essa diferença em relação a outras licenciaturas que não precisam dispor de parte de sua carga-horária para ensinar a língua-alvo de sua formação, no caso, o português e, desse modo, tornou-se inviável manter as 1200 horas padrão relegadas às Disciplinas Obrigatórias, sendo necessário um aumento no número de horas. Adicionalmente, conforme já mencionado, houve a necessidade de rever a carga-horária da disciplina *Seminário de Introdução ao Curso*, que se mostrou insuficiente conforme planejada no currículo anterior, o que acarretou um aumento de mais 15 horas na carga-horária total de Disciplinas Obrigatórias.

Por fim, o componente curricular Disciplinas Optativas da grade curricular anterior apresentava 3 disciplinas de 60 horas, cada. Com a reformulação atual, em vistas a oportunizar ao corpo discente uma maior personalização de sua formação, foi adicionada mais 1 Disciplina

Optativa como componente curricular obrigatório, somando-se, desse modo, 4 componentes do tipo dentro da grade atual, passando de 180 para 240 horas de Disciplinas Optativas. No que diz respeito à oferta de Disciplinas Optativas, manteve-se a mesma carga-horária de 60 horas por disciplina do currículo anterior. Quanto às Disciplinas Optativas ofertadas no currículo anterior, foram tomadas as seguintes ações: **1)** *Dramaturgia Moderna e Contemporânea em Língua Inglesa: estudo da sociedade britânica, norte-americana e europeia*, manteve-se como optativa, mas teve sua nomenclatura abreviada para *Dramaturgia Moderna e Contemporânea em Língua Inglesa*, por questões econômicas, mantendo a mesma ementa e carga-horária. **2)** Algumas Disciplinas Optativas do currículo anterior passam a vigorar como Obrigatórias, feitos os devidos ajustes. É o caso de *Reflexões sobre Linguística Aplicada e Formação de Professores*, que foi diluída nas Disciplinas Obrigatórias *Linguística Aplicada I, II, III e IV*. O mesmo aconteceu com *Literatura Norte-Americana II*, ofertado como optativa no currículo anterior e que passou a ser obrigatória no currículo atual, renomeada *Literatura Estadunidense II* pelos motivos anteriormente explicados. **3)** Outras Disciplinas Optativas apresentadas no currículo anterior foram repensadas e reorganizadas de modo a melhor refletirem a realidade atual do curso e as demandas discentes, recebendo novas nomenclaturas. Dessa feita, *Oficina de Material Didático em Língua Inglesa* foi reformulada e transformada em *Oficina de Produção de Materiais Didáticos para Propósitos Específicos*. *Oficina de Tradução* foi desmembrada, dando origem a 3 novas Disciplinas Optativas: *Estudos da Tradução*, *Tradução Intersemiótica* e *Seminário de Estudos Tradutológicos*; *Crítica Literária Aplicada à Literatura Anglófona* foi renomeada *Crítica Literária* e teve seu escopo ampliado. *Crítica Literária Feminista*, *Crítica Literária Afro-americana*, *Etnia e Diversidade Cultural na Literatura Norte-Americana* e *Relações étnico-raciais, gênero e diversidade* foram amalgamadas em *Estudos Culturais* e *Seminário de Crítica Literária*. *Arte, Literatura e Fantasia* foi atualizada e substituída por *Ficção Especulativa* e, por último, *Leitura Intensiva* deu lugar a *Inglês Instrumental*. **4)** Dentre as Disciplinas Optativas do currículo anterior, optou-se pela retirada das seguintes: *Análise do Discurso*, *Ficção em Jane Austen (Jane Austen Book Club)*, *Tópicos em Inglês Coloquial e Gíria Contemporânea* e *Educação Ambiental*, sob o argumento de que essas disciplinas eram raramente ofertadas por conta da baixa demanda. **5)** Houve, também, a criação de novas Disciplinas Optativas que não encontram relação direta com as do currículo anterior, mas que se alinham com as propostas pedagógicas atuais referentes à formação discente em língua estrangeira e às demandas específicas do alunado do curso, sendo elas: a) *Linguística II*, b) *Introdução à Linguística*

Sistêmico-Funcional, c) *Fonética e Fonologia da Língua Inglesa II* e d) *Língua Inglesa VI*, com o intuito de complementar/reforçar os conhecimentos adquiridos nas Disciplinas Obrigatórias a) *Linguística*, b) *Fonética e Fonologia da Língua Inglesa* e c) *Língua Inglesa V*, respectivamente. Ainda na área dos estudos de línguas, também foram criadas as Disciplinas Optativas a) *Ensino de Línguas Mediado por Tecnologias*, b) *Letramento Multimodal/Visual Crítico: Teoria e Prática*, c) *Movie Club e Integração de Habilidades em Língua Estrangeira* e d) *Jogos Pedagógicos no Processo de Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras*, com o objetivo de complementar os estudos das TDICs, do lúdico e das subjetividades dentro do ensino de línguas, assim como a disciplina a) *Teoria e Prática com Projetos: Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras*, com o intuito de trabalhar o papel dos projetos dentro da práxis docente, além de b) *Seminário de Estudos em Linguística Aplicada* e c) *Oficina de Linguística Aplicada*, que se apresentam como disciplinas de ementário aberto para permitir uma maior variedade de conteúdos e discussões. Dentro desse bojo de novas Disciplinas Optativas, também foram acrescentados os seguintes componentes relacionados aos estudos literários, que se apresentam, comparativamente, em menor número que os componentes de ensino de língua visto a natureza do curso e demandas do mercado de trabalho: a) *Literatura e Outros Sistemas Semióticos*, para dar conta do diálogo cultural entre literatura e outras cadeias sógnicas, b) *Análise Literária Computacional*, para tratar do uso da computação como ferramenta analítica dentro da área, c) *Seminário de Estudos Literários*, que se apresenta como disciplina de ementário aberto para permitir uma maior variedade de conteúdos e discussões a serem abordados e d) *Escrita Criativa*, para proporcionar ao alunado os princípios básicos de uma escrita estética de cunho artístico, para além do gênero acadêmico. Por último, com vista a uma formação mais ampla no âmbito da aquisição linguística, levando a proximidade lexical entre as línguas inglesa e francesa, além de um alargamento do horizonte cultural, decidiu-se por acrescentar à grade optativa as disciplinas *Francês Instrumental*, *Língua Francesa I* e *Língua Francesa II*.

No que diz respeito ao componente Trabalho de Conclusão de Curso: 1) *Trabalho de Conclusão de Curso I* e *Trabalho de Conclusão de Curso II* mantiveram a mesma nomenclatura, permanecendo no 6º e 7º período, mas foram feitas as seguintes alterações: a) *Trabalho de Conclusão de Curso I*, que antes possuía 30 horas, sendo 1 crédito teórico 1 crédito prático, passa a ter 60 horas distribuídas entre 3 créditos teóricos 1 crédito prático, uma vez que a experiência mostrou que a carga-horária oficial do componente anterior era insuficiente para o cumprimento de suas demandas; b) *Trabalho de Conclusão de Curso II*,

que antes possuía 30 horas, sendo 1 crédito teórico 1 crédito prático, passa a ter 60 horas distribuídas entre 2 créditos teóricos 2 créditos práticos, uma vez que a experiência mostrou que a carga-horária oficial e a distribuição de créditos do componente anterior eram insuficientes para o cumprimento de suas demandas. 2) O componente *Trabalho de Conclusão de Curso III* manteve a mesma carga-horária e distribuição de créditos do currículo anterior. Dessa feita, o componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso passa de 120 para 180 horas e sua regulamentação detalhada se encontra disponível no Apêndice b) deste documento.

O componente curricular Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório manteve sua carga horária anterior de 405 horas, conforme Resolução CEPEX/UFPI no. 220/16 e sua regulamentação detalhada se encontra disponível no Apêndice a) deste documento. No que tange às Atividades Complementares, detalhadas à página 57 deste documento, componente curricular nomeado Atividades Acadêmico-Científico-Culturais no currículo passado, houve redução de 210 horas para 200 horas no currículo atual, a fim de não extrapolar ainda mais a carga-horária total do curso, uma vez que, atendendo às exigências vigentes (Resolução CEPEX/UFPI no. 053/19), passaram a integrar os componentes curriculares obrigatórios mais 330 horas referentes a Atividades Curriculares de Extensão (ACE), conforme detalhamento à página 67 deste documento.

Comparativamente, a carga-horária total do curso após esta reformulação passou de 3120 horas para 3305 horas, totalizando um aumento de 185 horas em relação ao currículo anterior, tendo em vista toda a necessidade, dadas as particularidades anteriormente detalhadas, não apenas de atender às demandas atuais do curso, mas de se manter em consonância com o ordenamento vigente que o regulamenta.

1.3 Contexto Regional e Local

O Piauí é uma das 27 unidades federativas do Brasil, localizado na região Nordeste, sendo o terceiro maior Estado nordestino em área territorial. Limita-se com cinco estados brasileiros: Ceará e Pernambuco, a leste; Bahia, a sul e sudeste; Tocantins, a sudoeste; e Maranhão, a oeste; além do oceano atlântico, ao norte. O território piauiense (251.529 km²) constitui-se numa área geográfica homogênea, apresentando características do Planalto Central, pela presença do tipo vegetacional cerrado; da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes; e do Nordeste semiárido, pelos cursos de água intermitentes. A população do Piauí totaliza em mais de 3 milhões de habitantes (3 milhões e 195 mil). Está organizado

geograficamente em 04 Mesorregiões, 15 Microrregiões e 224 municípios.

Teresina, a capital do Piauí, foi fundada em 16 de agosto de 1852, visto que a primeira capital foi Oeiras, sediada na Mesorregião Sudeste Piauiense, Microrregião de Picos. Teresina fica na Mesorregião Centro Norte Piauiense, possui pouco mais de 860 mil habitantes, sendo que sua região metropolitana, denominada Região Integrada da Grande Teresina, que envolve os municípios piauienses de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Nazária, Teresina e União, além do município maranhense de Timon (do qual se separa apenas pelo Rio Parnaíba), é detentora de 37% da população do Estado, com 1.189.260 habitantes, segundo o IBGE (2014). É considerada a décima terceira capital com melhor qualidade de vida do Norte e Nordeste, segundo o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal.

A UFPI é a principal Instituição de Educação Superior (IES) do Estado do Piauí e o seu Campus sede, intitulado Campus Ministro Petrônio Portella (CMPP) está localizado em Teresina, à Avenida Universitária, s/n, no Bairro Ininga. Em março de 2021 a UFPI completou 50 anos de instalação e encontra-se num patamar satisfatório de desenvolvimento tendo passado no período de 2013 para 2019 da 69ª posição nacional para a 33ª, segundo o Ranking Universitário Folha (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). Ao longo de sua existência a UFPI tem se pautado em parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de periódicos científicos e em diversas comissões de normas técnicas, além de outros comitês de importância para as decisões de políticas estaduais e municipais. Como instituição de ensino superior integrante do sistema federal de ensino superior brasileiro, a UFPI é a maior universidade pública do Estado do Piauí, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como pelo crescimento dos índices de produção intelectual, características estas que a projetam em uma posição de referência e de liderança regional.³

1.4 Histórico e Estrutura Organizacional da UFPI e do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês.

A UFPI é uma Instituição de Educação Superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com

³ Texto adaptado de Brasil (2015. p. 148).

sede e foro na cidade de Teresina, possuindo atualmente três outros Campi sediados nas cidades de Picos, Bom Jesus e Floriano. Inicialmente a UFPI foi credenciada como Faculdade isolada, por meio do Decreto nº 17.551 de 09.01.1945. Após a reunião das suas unidades isoladas existentes na época de sua fundação (Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina, em Teresina; e Faculdade de Administração, de Parnaíba) foi recredenciada em 1968, desta vez como Universidade (Lei 5528, de 12.11.68). Recebeu visita de recredenciamento institucional com o advento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) em 2009, cujo documento regulatório foi publicado em 2012 (Portaria MEC nº 645 de 18/05/2012), que a recredenciou pelo prazo de dez anos. Até o ano de 2018 também fazia parte da UFPI o Campus Ministro Reis Velloso, localizado no município de Parnaíba, que foi desmembrado através da Lei No 13.651, de 11 de abril de 2018, para constituir a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr).

A partir da melhoria da qualificação do seu corpo docente e ampliação da infraestrutura, a UFPI vem, de forma gradativa, ampliando sua área de atuação, articulando a consolidação dos cursos e programas já existentes com a implantação de novos, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação e também por meio da definição de linhas de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, além da prestação de serviços à comunidade, sempre numa perspectiva de articular crescimento com desenvolvimento. De 1971 a 2005 a UFPI ministrou apenas ensino de graduação presencial, porém em 2006 houve o credenciamento para ensino a distância e a criação do Centro de Educação a Distância (CEAD), com a implantação do curso de Bacharelado em Administração, em caráter experimental. A partir do segundo semestre de 2006, ocorreu a ampliação do número de cursos ministrados na modalidade EaD. Algum tempo depois, a instituição aderiu ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, objetivando favorecer o acesso e a permanência de jovens na educação superior, de forma a consubstanciar o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (Lei nº 10.172/2001), o que possibilitou a expansão da oferta, com reestruturação de dois Campi do interior (Parnaíba e Picos) e implantação dois novos Campi, nas cidades de Bom Jesus, no extremo sul do Estado, distando de 635 km da capital, e em Floriano, situado na Mesorregião do Sudoeste Piauiense, Microrregião do mesmo nome, distante 234 km da capital, O início das atividades do Campus de Bom Jesus ocorreu no primeiro semestre de 2006 e de Floriano se deu no primeiro semestre de 2009. Em decorrência deste trabalho de expansão e interiorização no processo seletivo para

ingresso de alunos nos cursos de Graduação da UFPI em 2009, foram oferecidas 5.706 (cinco mil setecentas e seis) vagas para 92 (noventa e dois) Cursos regulares, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura, incluindo-se neste número, em alguns casos, a repetição de uma mesma área em distintos Campi ou de turno num mesmo Campus⁴.

A história dos Cursos de Letras, no Piauí, por sua vez, se inicia com a criação da Sociedade Piauiense de Cultura, em 29 de maio de 1957, órgão idealizado por D. Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina que objetivava, dentre outras atividades, a instalação de cursos de Ensino Superior no Estado, de modo que, em cumprimento à meta proposta, foi criada a Faculdade de Filosofia do Piauí em 16 de junho de 1957 (RÊGO e MAGALHÃES, 1991). A isso se seguiram, cronologicamente, os seguintes eventos:

a) Envio, por seu primeiro diretor, o prof. Clemente Honório Parentes Fortes, de solicitação de funcionamento da FAFI ao MEC, em julho de 1957;

b) Leitura, em 5 de fevereiro de 1969 e aprovação no dia 10, do Parecer 03/1958, da Comissão de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, que autorizou o funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí;

c) Autorização, via Decreto no. 43.402, de 18 de fevereiro de 1958, publicada no DOU do dia 20, do funcionamento da Faculdade;

d) Ingresso da primeira turma de Bacharelado em Letras Neolatinas, após concurso de habilitação realizado entre 31 de março e 2 de abril de 1958, com aprovação de doze candidatos;

e) Instalação oficial da Faculdade de Filosofia (FAFI), em 7 de abril de 1958, no auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus, com aula inaugural proferida pelo prof. Clemente Honório Parentes Fortes;

f) Início das atividades da faculdade (cujos professores, aliás, voluntários, recebiam remuneração simbólica), com três cursos de bacharelado: Letras Neolatinas, Filosofia e Geografia/História, sendo que nesse começo, licenciaram-se professores em Português e em até três de quatro habilitações: Francês, Espanhol, Italiano, Latim e Literaturas correspondentes;

g) Formatura, em dezembro de 1960, da primeira turma (denominadas Dom Avelar Brandão Vilela) de Bacharéis em Letras Neolatinas pela FAFI;

h) Oferta, em 1963, aos bacharelados em Letras da primeira turma, a de 1960, do Curso de Didática, que lhes garantiu, também, o licenciamento, devido à reforma curricular de 1962,

⁴ Texto adaptado de Brasil (2015. p. 148-151).

em conformidade com a qual “alguns Cursos de Letras incluíram as disciplinas pedagógicas do antigo Curso de Didática nos seus currículos, transformando-os em Licenciaturas” (RÊGO e MAGALHÃES, 1991, p. 21);

i) Orientação proposta pela reforma curricular de 1962, que a FAFI seguiu, para que o Curso de Letras ficasse, mesmo após sua efetiva transferência para a Universidade Federal do Piauí (UFPI), com a habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa, surgindo depois as habilitações em Inglês e em Francês, com as respectivas Literaturas, que perduram até hoje;

j) Reconhecimento dos cursos criados pela FAFI em 1958, que se deu em 23 de julho de 1964, via Decreto 54.038/1964;

k) Reconhecimento, via Lei 2.877, de 6 de junho de 1968, publicada no DOE do dia 7, da FAFI como entidade de utilidade pública;

l) Transferência legal do Curso de Licenciatura em Letras da FAFI para a UFPI, em 1971, com a criação, no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), do Departamento de Letras;

m) Transferência efetiva do Curso de Letras da FAFI para a UFPI, em 1972;

n) Extinção da FAFI, em 1972, devido à transferência efetiva de seus cursos para a UFPI.

Na UFPI, os Curso de Licenciatura em Letras ficaram sob a gestão do Departamento de Letras (DL), órgão acadêmico-administrativo que integrou o CCHL até o ano de 2015, quando foi desmembrado nas Coordenações de Letras Estrangeiras (CLE) e Letras Vernáculas (CLV). Tendo as atividades iniciadas em 1973, o primeiro chefe do DL foi a professora Maria de Lourdes Leal Nunes de Andrade Brandão.

Outros momentos históricos dos Cursos de Letras, já na UFPI, em ordem cronológica, foram:

a) Implantação da habilitação em Inglês e literatura correspondente e da habilitação em Francês e literatura correspondente;

b) Implantação oficial, em 1985, em cumprimento à Resolução 014/85 do CPEX, que institucionalizou as Coordenações de Cursos na UFPI, da Coordenação do Curso de Letras;

c) Implantação, em 1987, do Curso de Especialização em Língua Portuguesa, de natureza pública e gratuita;

d) Implantação, em 2004, do Curso de Mestrado Acadêmico em Letras, com áreas de concentração em Estudos Linguísticos e Estudos Literários e linhas de pesquisa em Literatura,

Cultura e Sociedade e Sociedade, Linguagem e Discurso: Análise e Variação;

e) Implantação, em 2011, dos novos currículos para os cursos de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa (integral e noturno) e Licenciatura em Letras – Língua Inglesa e Literatura de Língua Inglesa (diurno);

f) Início, em 2012, das novas turmas dos novos cursos de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, Francesa e Respectivas Literaturas (diurno);

g) Início, em 2014, do curso de Letras/LIBRAS;

h) Dissolução, em 2015, do Departamento de Letras e criação das coordenações de Letras Estrangeiras e Letras Vernáculas.

i) Aprovação, em 2018, do Doutorado em Letras no Programa de Pós-graduação em Letras da UFPI.

Os atuais Cursos de Graduação em Letras da Coordenação de Letras Estrangeiras da UFPI têm, à disposição do alunado, já para escolha no ENEM, a oferta das seguintes habilitações:

a) Licenciatura em Letras - Inglês;

c) Licenciatura em Língua Francesa e Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas.⁵

2. CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios Curriculares

Desde o final do século XX, as políticas educacionais brasileiras têm passado por um conjunto de reformas que colocou em destaque as propostas curriculares de formação docente. Uma série de regulamentações no âmbito do legislativo, intensificadas no período de 1999 a 2001⁶, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, assim como no período posterior, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2002, do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), das Resoluções CNE/CP No 2/2015, e CNE/CP No 2/2019, definiram as recentes Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, juntamente com a Portaria nº 544 de 16 de junho de 2020 do Ministério da Educação, que aponta para a necessidade se atentar para atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios

⁵ Texto adaptado de Brasil (2010. p. 06-09).

⁶ BRASIL (1999); BRASIL (2000)

convencionais, objetivando garantir a qualidade da formação docente dentro dos mais variados contextos, com o objetivo de promover a melhora do sistema educacional público no País. Assim, claramente, os documentos ministeriais expõem a necessidade de cursos de formação de professores a fim de mobilizar múltiplos recursos, entre os quais os conhecimentos teóricos e experienciais da vida profissional e pessoal, para responder às diferentes demandas das situações vivenciadas na docência e sua adaptabilidade às vicissitudes histórico-sociais. Para isso, as disciplinas ligadas às áreas de língua, linguística, literatura, cultura e ensino que constituem o Currículo da proposta do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês trazem conhecimentos das ciências humanas que dialogam com o fenômeno educativo e aspectos teórico-metodológicos relacionados ao fazer docente.

Os princípios do currículo do curso de Licenciatura em Letras - Inglês são decorrentes das dimensões epistemológicas e metodológicas do curso, que privilegiam uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados, fundada nas seguintes dimensões:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e internacionalização – este princípio demonstra que o ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação como processo de formação para que se possam compreender fenômenos, relações e movimentos de diferentes realidades e, se necessário, transformar tais realidades. Para tanto, preza pela busca em três esferas complementares, onde o saber é adquirido tanto pela mediação direta (ensino), quanto pela análise orientada (pesquisa), pela disseminação supervisionada (extensão) de conteúdos, e pelo intercâmbio multilinguístico e multicultural (internacionalização), seja de modo individual ou conjunto, em contextos presenciais, remotos ou híbridos, reforçando a dinâmica do aprendizado como um constructo multifacetado que se dá a partir da exposição, aprofundamento e práxis.
- Formação profissional para a cidadania – a UFPI tem como compromisso o desenvolvimento do espírito crítico e da autonomia intelectual para que o profissional, por meio do questionamento permanente dos fatos embasado no saber científico, possa contribuir de modo efetivo para o atendimento das necessidades da coletividade baseado nos princípios democráticos.
- Interdisciplinaridade – este princípio demonstra que a integração disciplinar possibilita análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, a partir de questionamentos permanentes que permitam às dinâmicas tanto da construção quanto da desconstrução e reconstrução dos conhecimentos.
- Relação orgânica entre teoria e prática – todo conteúdo curricular do curso fundamentado na articulação teórico-prática, que representa a etapa essencial do processo ensino-aprendizagem.

Adotando este princípio, a prática estará presente em todas as disciplinas do curso, permitindo o desenvolvimento de habilidades para lidar com o conhecimento de maneira crítica e criativa.

A adoção desses princípios implica uma dinâmica curricular com a incorporação no processo de formação acadêmica do desenvolvimento da autonomia e da compreensão de que a aprendizagem de línguas, linguística, literatura e cultura ocorrem através de troca de experiências, da abertura para novos contextos, da adaptabilidade às situações e demandas a partir da observação, da ação ética, consciente e embasada dentro do campo vasto que constitui a dialética das relações humanas.

2.2 Objetivos do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês

2.2.1 Objetivos Gerais

Os objetivos gerais do curso de Licenciatura em Letras - Inglês se fundamenta em formar professores interculturalmente competentes, com espírito crítico e científico, aptos para o magistério, conscientes da necessidade de buscar sua formação continuamente e desejosos de participar ativamente do aprimoramento da qualidade do processo de ensino-aprendizagem da língua inglesa nas escolas de Educação Básica e em cursos livres de línguas estrangeiras (visto que este também é um mercado de trabalho que absorve os egressos dos cursos de letras estrangeiras da CLE), de modo a desenvolver nos licenciandos as competências gerais docentes previstas na BNCC e as competências e habilidades específicas relacionadas à área de formação, ressaltando-se as dimensões ligadas ao conhecimento profissional, à prática profissional e ao engajamento profissional, tal como preconiza a Resolução CNE/CP No 2/2015, a Resolução CNE/CP No 2/2019 e o PPI UFPI 2020-2024.

2.2.2 Objetivos Específicos

- a. Contribuir para a definição e a implementação de uma política de desenvolvimento pessoal e profissional dos professores de língua inglesa, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e em cursos livres de línguas estrangeiras.
- b. Proporcionar as condições teórico-prático-reflexivas para que o professor de língua inglesa compreenda sua práxis, buscando reconstruí-la continuamente, visando à melhoria da qualidade da educação e do ensino.

- c. Desenvolver estudos e pesquisas sobre a prática pedagógica vivenciada na escola, visando à compreensão e reflexão sobre o cotidiano escolar, priorizando a educação básica tanto no contexto da escola pública quanto da escola privada.
- d. Resgatar a relação técnico-ético-política subjacente à prática docente, considerando potencialidades e limitações da ação pedagógica desenvolvida nas escolas públicas e privadas de modo a promover os conhecimentos e vivências da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;
- e. Garantir, no processo de formação, a transversalidade e a interdisciplinaridade na abordagem teórico-metodológica da ação docente;
- f. Cultivar o interesse pela interdisciplinaridade e pelas novas tecnologias com vistas a criar uma cultura tecnológica que leve ao uso competente das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as) e estudantes e o fomento ao espírito empreendedor;
- g. Articular teoria e prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e internacionalização para valorizar os princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa, fornecendo o acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmica-profissional;
- h. Promover a reflexão crítica e os valores humanísticos para que o discente possa lidar com questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.
- i. Promover espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;
- j. Consolidar a educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;

2.3 Perfil do Egresso

Conforme as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras, estabelecidas a partir da Resolução CNE/CES 18/2002, em vistas ao disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, o Parecer CNE/CES 1.363/2001, a Resolução CNE/CP 2/2015 e a Resolução CNE/CP 2/2019, o egresso de Letras, que no caso deste documento, mais especificamente, se refere aquele com formação em língua materna e língua estrangeira moderna e suas literaturas, deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Espera-se que, a partir dessa formação acadêmica, os graduados se tornem profissionais que, além da base específica consolidada voltada para o magistério na Educação Básica, estejam aptos a atuar, interdisciplinarmente, tanto em áreas afins quanto para além da esfera educacional. Eles deverão ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, avaliar e coordenar ações, trabalhar em equipe, utilizar as tecnologias da informação e comunicação e comunicar-se dentro dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras Estrangeiras, “fundamentados em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética” (BRASIL, 2019. p. 6)

Os profissionais de letras estrangeiras deverão, ainda, estar comprometidos com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Deverão ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca da educação continuada e do desenvolvimento profissional, seja dentro da esfera educativa ou em outras áreas profissionais também ligadas à natureza da sua formação, assim como participar nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como na participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados, além de ser capazes de analisar o processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos.

Para isso é mister que sejam indivíduos conscientes e capazes de aplicar a transversalidade dentro de seus contextos sociais e profissionais, cientes sempre da dimensão humana da profissão de Letras Estrangeiras, partindo do princípio de que seus campos de atuação, notadamente divididos entre língua, linguística, literaturas e cultura formam, na realidade, um todo complementar. Destarte, o egresso deve ser capaz de adaptar os saberes

adquiridos a partir da heterogeneidade dos conteúdos presentes em sua formação de modo a encontrar no diálogo interdisciplinar possíveis respostas para questionamentos e demandas que um campo em isolado possa não ser capaz de prover de modo satisfatório. Essa atuação deve se dar por meio da busca constante pelo equilíbrio entre as esferas técnica e humana de sua formação, o que lhe permite direcionar o foco do específico para o holístico e vice-versa. Ele também deve, a partir do conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania, ser capaz de desenvolver ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem, além de realizar o planejamento e a execução de atividades nos espaços formativos desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação.

A partir daí, no que tange ao princípio norteador da sua formação, o magistério na Educação Básica, serão capazes de enxergar a organicidade dos conteúdos delimitados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e pela BNCC para o ensino de línguas, compreendendo sua compleição em um nível macro, para além das formulações gramaticais estanques e da mera repetição da historiografia literária, a partir do auxílio dos estudos linguísticos, literários, culturais, das múltiplas linguagens e tecnologias e das características da sociedade onde se inserem. Dentro desse viés, devem considerar criticamente as novas formas de expressão, comunicação e interação em sua relação com o contexto sócio tecnológico em constante evolução, seus desafios, questionamentos, limitações, possibilidades e impactos no fazer pessoal e profissional, assim como a constante necessidade de atualização e adaptação no que tange a essas ferramentas, suas linguagens e seu papel na reconfiguração das dinâmicas sociais dentro de um cenário em constante mudança.

Dessa forma, espera-se desses profissionais, também, a capacidade de construir, desconstruir e reconstruir (a depender das necessidades, quer sejam individuais ou coletivas, e dos diferentes cenários que venham a se mostrar ou mesmo impor) seu projeto pessoal e profissional a partir da compreensão da realidade histórica e de sua identidade profissional, distinguindo-se e posicionando-se diante das políticas que direcionam as práticas educativas na sociedade, mas não se restringindo apenas a essas. Por esse motivo, os egressos do Curso de Licenciatura em Letras -Inglês da UFPI também devem ser capazes de dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, assim como relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-

pedagógicos de modo a identificar questões e problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas e, desse modo, contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras.

Parte-se, por fim, da ciência de que esse processo de (des/re) construção pode e deverá se desenvolver desde o início do curso, mas não necessariamente se inicia nesse momento nem, tampouco, nele se encerra, pois é essencial que ele estenda por meio da formação inicial e continuada que o seu papel na formação dos estudantes da educação básica se dá a partir de uma concepção ampla e contextualizada de ensino que inclua tanto aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria quanto aqueles que têm necessidades didáticas especiais.

2.4 Competências e Habilidades

Visando à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar, possivelmente, como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Licenciatura em Letras - Inglês deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- domínio do uso da língua inglesa, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- percepção de diferentes contextos interculturais;
- utilização dos recursos da informática;
- domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

Observando o que as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras estabelecem, no curso de Licenciatura em Letras - Inglês, os futuros professores serão orientados para desenvolverem ao máximo as competências supracitadas, com o objetivo de promover a reflexão crítica permanente sobre sua prática docente, tendo em vista a realidade educacional em que estiverem inseridos. Espera-se que esses professores compreendam que para exercerem seu ofício não precisam somente aprender a língua estrangeira, mas também precisam desenvolver as competências relacionadas ao ser professor.

Os avanços nas tecnologias de comunicação e informação (TCI) exigem a formação de um professor de línguas estrangeiras capaz de lidar com as mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas da sociedade contemporânea e, portanto, aberto à pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos que o levarão a desenvolver um pensamento criativo, crítico e consciente de seu percurso educacional e de seu papel em um mundo no qual as diferenças étnicas, raciais, religiosas, sexuais, de idade, de gênero, entre outras, devam ser respeitadas e valorizadas.

Essa pluralidade de conhecimentos, portanto, amplia a visão de língua estrangeira, e/ou da língua do outro, entendendo-a como língua franca que permite a comunicação, interação e mobilidade entre os diferentes povos deste mundo globalizado. Conseqüentemente, o ensino dessa língua precisa ser pautado não no ensino de uma língua padrão, mas respeitando as diferenças linguísticas e culturais; não em materiais que priorizem apenas a prática de uma habilidade linguística específica, mas naqueles que possibilitem os multiletramentos necessários para práticas sociais e interculturais diversas e em diferentes modos – verbal, visual, gestual, sonoro, entre outros, e com o uso de tecnologias que se fizerem mais adequadas ao cenário atual. A partir daí, é possível se pensar na formação integral do falante de língua estrangeira em suas dimensões físicas, emocional, cognitiva e social (BRASIL, 2017).

Para tanto, esses aspectos precisam se fazerem presentes nos cursos de formação de professores de língua estrangeira para que estes futuros profissionais possam atuar efetivamente como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades que requerem esse conhecimento ampliado de mundo, das tecnologias e da língua alvo.

Assim, em consonância com a BNCC (BRASIL, 2017), ao formar o profissional de língua estrangeira, o curso de Letras deve contribuir para o desenvolvimento das habilidades em cinco eixos principais: oralidade (compreensão e produção), leitura, escrita,

conhecimentos linguísticos (sendo consideradas as variações linguísticas), e a dimensão intercultural, traduzidas nas seguintes competências:

1. Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho.
2. Comunicar-se na língua inglesa por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social.
3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna ou outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade.
4. Elaborar repertórios linguístico-discursivos da língua inglesa usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas.
5. Utilizar novas tecnologias, com novas linguagens e modos de interação, para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento na língua inglesa, de forma ética, crítica e responsável.
6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais.

Esse profissional, portanto, deve estar apto a:

- I - Ter o domínio do uso da língua, em suas diferentes manifestações representativas e comunicativas, em termos de recepção e produção de textos multimodais;
- II - Refletir analítica e criticamente sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- III - Desenvolver uma visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- IV - Manter uma preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- V - Perceber e agir nos diferentes contextos interculturais;

- VI - Utilizar recursos tecnológicos propícios ao contexto situacional e do momento de sua atuação;
- VII - Ter o domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- VII - Ter o domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino;
- VIII – Elaborar e aplicar procedimentos de avaliação que fomentem a verificação efetiva da aprendizagem assim como a recuperação contínua dos estudantes;
- IX – Agir a partir de conhecimentos relativos à gestão educacional para solucionar problemas escolares e melhorar a esfera profissional/laboral e administrativa dos contextos escolares.
- X – Assumir uma postura científica para motivar tanto a aprendizagem dos alunos por meio da investigação quanto a melhoria dos procedimentos e métodos de ensino de que se utiliza.

Assim, esses futuros professores serão orientados para desenvolverem ao máximo as competências supracitadas, com o objetivo de promover a reflexão crítica permanente sobre sua prática docente, tendo em vista a realidade educacional em que estiverem inseridos. Espera-se que esses professores compreendam que para exercerem seu ofício não precisam somente aprender a língua alvo, mas também precisam desenvolver as competências relacionadas não apenas ao ser professor, mas, também, ao ser formador do cidadão do século vinte um.

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e Organização Curricular

Os currículos dos Cursos de Licenciatura em Letras - Inglês têm como pressuposto a concepção de educação contínua e permanente que possa ser oferecida pelas instituições educativas de forma aberta, sem restrições, exclusões ou privilégios.

Desta forma, eles foram organizados a partir de grandes núcleos:

- Núcleo de Estudos Linguísticos, Culturais e Literários;

- Núcleo de Estudos de Formação de Professores de Língua Inglesa do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Nesta perspectiva, estes núcleos são essenciais ao Curso de Licenciatura em Letras Inglês, uma vez que englobam a formação acadêmica e profissional de professores dessa língua no ensino básico e em cursos de idiomas.

O Curso de Licenciatura em Letras - Inglês tem sua integralização proposta em 3.090 horas/aula, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 9.394/96) e pela Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares para o Curso de Letras, permitindo a diplomação dos estudantes, após o cumprimento das exigências da presente proposta curricular, com prazo mínimo de quatro anos.

A dinâmica adotada para a aplicação dos períodos será a mesma para todos os semestres organizados da seguinte forma:

- Cada ano é composto de dois períodos, sendo um por semestre. Cada período terá, aproximadamente, 360 (trezentos e sessenta) horas, totalizando aproximadamente 720 horas por ano, sendo que nos quatro últimos semestres serão integralizadas as horas correspondentes ao Estágio Obrigatório.

3.1.2 Prática como Componente Curricular

De acordo com as Diretrizes Curriculares para formação dos profissionais do magistério, a prática como componente curricular é obrigatória nos cursos de licenciatura (BRASIL, 2015). Ela difere do estágio supervisionado, no qual se prevê tempo de permanência do licenciando no futuro espaço de exercício profissional.

A prática como componente curricular deve ser inserida de forma transversal, devendo ter carga horária própria em disciplinas com o objetivo de articular diferentes conjuntos de conhecimentos, saberes e experiências adquiridos e vivenciados pelos estudantes em diferentes tempos e espaços no transcorrer do curso, de maneira a aprofundar a compreensão da prática educativa em contextos distintos. Nesse sentido, cada curso deve definir um núcleo de PCC composto pelas disciplinas que irão integrar atividades com a finalidade de desenvolver a PCC ao longo do curso

Em conformidade com o artigo 12 da Resolução CNE/CP2, de 19 de fevereiro de 2002, a Prática como Componente Curricular (PCC) não poderá ficar reduzida a um espaço isolado,

que a caracterize como estágio, nem desarticulada de todo o curso. Em articulação intrínseca com as atividades acadêmico-científico-culturais e com o estágio obrigatório, a PCC deve concorrer conjuntamente para a formação da identidade do professor como pesquisador e educador em Estudos Linguísticos ou em Estudos Literários. O Curso de Letras oferece o PCC a seus alunos no interior das disciplinas que constituem os componentes curriculares de formação, desde o início do curso e não apenas nas disciplinas pedagógicas (cf. ementas). Esta correlação entre teoria e prática estabelece um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de resoluções de situações próprias do pesquisador e do professor no ambiente escolar. A prática vai permear toda a formação do futuro professor/pesquisador, estabelecendo e garantindo assim uma dimensão abrangente e interdisciplinar do conhecimento.

Exemplificamos a possibilidade de PCC através das disciplinas de *Linguística Aplicada*. Uma discussão a respeito de livros didáticos (a partir da análise da concepção de linguagem/língua assumida, dos gêneros/tipos de textos apresentados, dos conteúdos gramaticais trabalhados etc.) pode levar à observação de práticas pedagógicas nas escolas, às análises das propostas curriculares de ensino fundamental e médio, às experiências de leituras que possam levar a reflexões sobre heterogeneidade linguística, diversidade e influências culturais e regionais e o valor social do inglês como língua estrangeira. Os depoimentos de alunos que já atuam como professores, entre outras atividades, farão parte dessa integração da prática e da teoria, de uma forma mais efetiva nas horas a elas alocadas, oferecendo condições para a formação de um profissional mais bem preparado e seguro. Como resultado prático, pode-se esperar, por exemplo: a escritura de artigos dirigidos a acadêmicos e professores do ensino básico e de escolas de idiomas sobre os aspectos acima mencionados; a produção de materiais didáticos envolvendo aspectos conceituais e metodológicos etc. Esse tipo de procedimento se estende às demais disciplinas do currículo.

É esse espaço que vai permitir ao aluno um amadurecimento gradativo, com a construção passo a passo de procedimentos metodológicos apropriados ao ensino de cada conteúdo específico, culminando com as disciplinas pedagógicas de formação geral, de natureza mais panorâmica. Parece evidente que a estrutura atual em que a formação do licenciado se dá de maneira concentrada apenas ao final do curso não é suficiente para dar ao aluno uma formação eficaz na área do ensino da língua estrangeira. Dessa maneira, o contato eventualmente burocratizado e compartimentalizado, seja com as teorias de ensino, seja com as teorias de linguagem, cede lugar a uma vivência mais efetiva que produza no aluno os

resultados esperados quanto a uma tomada de consciência do papel do professor e dos métodos e procedimentos para desempenhá-lo bem.

Vale observar ainda que a PCC não se confunde com estratégias metodológicas, como seminários por exemplo, que fazem parte do planejamento das diferentes disciplinas em termos de operacionalização de conteúdos específicos, ou com atividades práticas que não estejam voltadas para o ensino desses conteúdos.

Caberá ao coordenador do curso o papel de acompanhar os professores no processo de implementação das práticas como componente curricular.

3.1.3 Atividades Curriculares de Extensão (ACE)

Os projetos e ações de extensão do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês estão em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária, que por meio da Resolução CNE/CES N° 7/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n° 13.005/201 – que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Em seu artigo 5°. A resolução estabelece que:

Art. 5°. Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais. (BRASIL, 2018. p. 2)

A CLE possui vários projetos e ações de extensão que visam a envolver docentes, discentes a comunidade acadêmica a fim de garantir e fomentar interações para a socialização dos conhecimentos produzidos, a prestação de serviços e a aliança com os diferentes setores sociais, difundindo conhecimentos orientados ao bem comum de toda a sociedade. Além disso, as atividades de extensão incentivam o desenvolvimento discente na prática, garantindo a promoção de conhecimentos para sua formação e o desenvolvimento de consciência comunitária.

Os projetos e ações de extensão promovem a contínua discussão do currículo de modo a ampliá-lo e adaptá-lo, permitindo o preenchimento de eventuais lacunas ou limitações decorrentes da dinâmica e das constantes e rápidas transformações sociais. Neste contexto, o Curso de Licenciatura em Letras – Inglês promove projetos e ações de extensão voltados para os campos das línguas, do ensino, das artes e das literaturas, da internacionalização e componentes curriculares que visam, entre outros objetivos, a garantir a inserção da extensão no processo formativo do discente.

Na Universidade Federal do Piauí, com base na Resolução 053/19 - CEPEX, a partir de dezembro de 2021, as atividades curriculares de extensão (ACE) serão componentes curriculares obrigatórios em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação, totalizando carga horária, no mínimo, de 10% da carga horária total do curso.

As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) objetivam:

- I – Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;
- II – Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- III – Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para a cidadania e o seu papel social;
- IV – Proporcionar a busca de novos objetos de investigação e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedade;
- V – Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

As ACEs serão realizadas conforme normatização das atividades de extensão no âmbito da UFPI, atendendo a Resolução 053/19-CEPEX e a Resolução 07/18/CNE/MEC.

Nos Curso de Licenciatura em Letras - Inglês da UFPI, as atividades curriculares de extensão estarão presentes das seguintes formas:

- Cursos de língua inglesa e português como língua estrangeira ofertados por bolsistas institucionais do Programa Idiomas sem Fronteiras (ANDIFES-ISF) UFPI. Os bolsistas são estudantes do curso de Letras Inglês selecionados por meio de Edital e coordenados por professores da CLE e do DMTE.

- Cursos de língua inglesa, português como língua estrangeira, de formação continuada de professores de línguas estrangeiras, de teorias e análises linguísticas e literárias, além de cursos sobre manifestações culturais e artísticas relativas a povos de língua inglesa e

portuguesa, ofertados por meio da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PREXC), coordenados por professores da CLE ou de outros departamentos e coordenações da UFPI.

- Eventos organizados por professores da CLE e ofertados para professores de línguas das escolas públicas e privadas de Teresina e região, tais como o JOIN-LE (Jornada Integradas de Línguas Estrangeiras), o *21st Century Challenges for Teaching Languages* (Desafios do Século XXI para o Ensino de Línguas) e o Festival Shakespeare, entre outros.

3.1.3.1 Previsões para as ACE do curso de licenciatura em Letras - Inglês

PERÍODO	ACE	CH	POSSIBILIDADES DE TRABALHO
2º	Atividades Curriculares de Extensão I	30h	Participação em ACE que reforcem questões relacionadas ao ensino, à formação de professores, os processos de aprendizagem e a formação acadêmica em geral a partir de ações previstas dentro das modalidades de extensão oferecidas pela UFPI.
3º	Atividades Curriculares de Extensão II	60h	Participação em ACE que reforcem questões relacionadas ao ensino, à formação de professores, os processos de aprendizagem e a formação acadêmica em geral a partir de ações previstas dentro das modalidades de extensão oferecidas pela UFPI.
4º	Atividades Curriculares de Extensão III	60h	Participação em ACE que trabalhem questões relacionadas aos conceitos linguísticos e literários dentro de uma perspectiva multicultural e o seu papel na formação do profissional de língua inglesa a partir de ações previstas dentro das modalidades de extensão oferecidas pela UFPI.
5º	Atividades Curriculares de Extensão IV	60h	Participação em ACE que trabalhem questões relacionadas aos conceitos linguísticos e literários dentro de uma perspectiva multicultural e o seu papel na formação do profissional de língua inglesa a partir de ações previstas dentro das modalidades de extensão oferecidas pela UFPI.
6º	Atividades Curriculares de Extensão V	60h	Participação em ACE que trabalhem questões relacionadas aos conceitos linguísticos e literários dentro de uma perspectiva multicultural e o seu papel na formação do profissional de língua inglesa a partir de ações previstas dentro das modalidades de extensão oferecidas pela UFPI.
7º	Atividades Curriculares de Extensão VI	60h	Participação em ACE que trabalhem questões relacionadas aos conceitos linguísticos e literários dentro de uma perspectiva multicultural e o seu papel na formação do profissional de língua inglesa a partir de ações previstas dentro das modalidades de extensão oferecidas pela UFPI.
8º	Atividades Curriculares de Extensão VII	60h	Participação em ACE que trabalhem questões relacionadas aos conceitos linguísticos e literários dentro de uma perspectiva multicultural e o seu papel na formação do profissional de língua inglesa a partir de ações previstas dentro das modalidades de extensão oferecidas pela UFPI.

3.1.4 Matrizes Curriculares

3.1.4.1 Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês

1º PERÍODO				
CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
	LÍNGUA INGLESA I	2.2.0	60	-
CLE0116	LINGUÍSTICA	4.0.0	60	-
	HISTÓRIA DA LÍNGUA INGLESA	4.0.0	60	-
LIBRAS010	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	4.0.0	60	-
DFE0098	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	4.0.0	60	
DFI0435	METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS	4.0.0	60	-
CLE0115	SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO	2.0.0	30	-
	TOTAL	24.2.0	390	-
2º PERÍODO				
CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
	LÍNGUA INGLESA II	2.2.0	60	LÍNGUA INGLESA I
DMTE411	METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA INGLESA	4.0.0	60	LINGUÍSTICA
CLE0122	FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA	2.2.0	60	LÍNGUA INGLESA I
CLE0120	TEORIA DA LITERATURA I	4.0.0	60	-
DFE0081	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	4.0.0	60	-
DFE0082	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.0.0	60	-
	TOTAL	20.4.0	360	-
3º PERÍODO				
CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
	LÍNGUA INGLESA III	2.2.0	60	LÍNGUA INGLESA II
CLE0127	LINGUÍSTICA APLICADA I: INTRODUÇÃO	4.0.0	60	LINGUÍSTICA

CLE125	MORFOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA	4.0.0	60	LÍNGUA INGLESA II
	ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM LÍNGUA INGLESA	3.1.0	60	LÍNGUA INGLESA II
DMT0002	DIDÁTICA GERAL	4.0.0	60	PSIC. DA EDUCAÇÃO
DMT0054	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	4.0.0	60	PSIC. DA EDUCAÇÃO
	TOTAL	20.4.0	360	-
4º PERÍODO				
CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
	LÍNGUA INGLESA IV	2.2.0	60	LÍNGUA INGLESA III
CLE0133	LINGUÍSTICA APLICADA II: MULTIMODALIDADE, MULTILETRAMENTOS E TECNOLOGIAS	4.0.0	60	LINGUÍSTICA APLICADA I
CLE0126	SINTAXE DA LÍNGUA INGLESA	4.0.0	60	MORFOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA
	LITERATURA BRITÂNICA I	4.0.0	60	TEORIA DA LITERATURA I
	ESCRITA ACADÊMICA I	2.2.0	60	LÍNGUA INGLESA III
	TOTAL	16.4.0	300	-
5º PERÍODO				
CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
	LÍNGUA INGLESA V	2.2.0	60	LÍNGUA INGLESA IV
	LINGUÍSTICA APLICADA III: BILINGUISMO E ENSINO DE INGLÊS NA INFÂNCIA	4.0.0	60	LINGUÍSTICA APLICADA I
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	0.0.5	75	DIDÁTICA GERAL
	LITERATURA BRITÂNICA II	4.0.0	60	TEORIA DA LITERATURA I
	ESCRITA ACADÊMICA II	2.2.0	60	ESCRITA ACADÊMICA I
	TOTAL	12.4.5	315	-
6º PERÍODO				
CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS

CLE0137	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	2.2.0	60	MET. PESQ. CIÊNCIAS HUMANAS
	LINGUÍSTICA APLICADA IV: PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA	4.0.0	60	LINGUÍSTICA APLICADA I
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	0.0.6	90	ESTÁGIO SUPERVISI NADO I
	LITERATURA ESTADUNIDENSE I	4.0.0	60	TEORIA DA LITERATURA I
	DISCIPLINA OPTATIVA	2.2.0	60	-
	TOTAL	12.4.6	330	-
7º PERÍODO				
CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
CLE0152	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	2.2.0	60	TCC I
	LINGUÍSTICA APLICADA V: MATERIAIS DIDÁTICOS EM LÍNGUA INGLESA	2.2.0	60	LINGUÍSTICA APLICADA I
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	0.0.8	120	ESTÁGIO SUPERVISI NADO II
	LITERATURA ESTADUNIDENSE II	4.0.0	60	TEORIA DA LITERATURA I
	DISCIPLINA OPTATIVA	2.2.0	60	-
	TOTAL	10.6.8	360	-
8º PERÍODO				
CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
CLE0157	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III	2.2.0	60	TCC II
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	0.0.8	120	ESTÁGIO SUPERVISI NADO III
CLE0156	LITERATURAS ANGLÓFONAS NO MUNDO	4.0.0	60	TEORIA DA LITERATURA I
	DISCIPLINA OPTATIVA	2.2.0	60	-
	DISCIPLINA OPTATIVA	2.2.0	60	-
	TOTAL	10.6.8	360	

3.1.4.2 Disciplinas Optativas do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês

COMPONENTE CURRICULAR					
UNIDADE RESPONSÁVEL	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
CLE		Fonética e Fonologia da Língua Inglesa II	2.2.0	60h	CLE0122 - Fonética e Fonologia da Língua Inglesa
CLE		Língua Inglesa VI	2.2.0	60h	Língua Inglesa V
CLE		Língua Inglesa VII	2.2.0	60h	Língua Inglesa V
CLE		Língua Inglesa VIII	2.2.0	60h	Língua Inglesa V
CLE		Linguística II	2.2.0	60h	CLE0116 - Linguística
CLE		Estudos Culturais	2.2.0	60h	História da Língua Inglesa
CLE		Crítica Literária	2.2.0	60h	Teoria da Literatura I
CLE		Estudos da Tradução	2.2.0	60h	Língua Inglesa V
CLE		Ficção Especulativa	2.2.0	60h	Teoria da Literatura I
CLE		Ensino de Línguas Mediado por Tecnologias	2.2.0	60h	CLE0127 - Linguística Aplicada I: Introdução
CLE		Tradução Intersemiótica	2.2.0	60h	CLE0116 - Linguística
CLE		Literatura e Outros Sistemas Semióticos	2.2.0	60h	Teoria da Literatura I
CLE		Seminário de Estudos Tradutológicos	2.2.0	60h	História da Língua Inglesa
CLE		Dramaturgia Moderna e Contemporânea em Língua Inglesa	2.2.0	60h	Teoria da Literatura I
CLE		Escrita Criativa	2.2.0	60h	-
CLE		Inglês Instrumental	2.2.0	60h	-
CLE		Análise Literária Computacional	2.2.0	60h	Teoria da Literatura I
CLE		Letramento Multimodal/Visual Crítico: Teoria e Prática	2.2.0	60h	Linguística Aplicada II: multimodalidade, multiletramento e tecnologias
CLE		Introdução à Linguística Sistêmico-Funcional	2.2.0	60h	CLE0116 - Linguística
CLE		Jogos Pedagógicos no Processo de Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras	2.2.0	60h	CLE0127 - Linguística Aplicada I: Introdução
CLE		Movie Club e Integração de Habilidades em Língua Estrangeira	2.2.0	60h	-

CLE		Oficina de Produção de Materiais Didáticos para Propósitos Específicos	2.2.0	60h	CLE0127 - Linguística Aplicada I: Introdução
CLE		Teoria e Prática com Projetos: Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras	2.2.0	60h	CLE0127 - Linguística Aplicada I: Introdução
CLE		Francês Instrumental	2.2.0	60h	-
CLE		Língua Francesa I	2.2.0	60h	-
CLE		Língua Francesa II	2.2.0	60h	Língua Francesa I
CLE		Seminário de Estudos Literários	2.2.0	60h	Teoria da Literatura I
CLE		Seminário de Crítica Literária	2.2.0	60h	Teoria da Literatura I
CLE		Seminário de Estudos em Linguística Aplicada	2.2.0	60h	CLE0127 - Linguística Aplicada I: Introdução
CLE		Seminário de Estudos Culturais	2.2.0	60h	História da Língua Inglesa
CLE		Oficina de Linguística Aplicada	2.2.0	60h	CLE0127 - Linguística Aplicada I: Introdução

3.1.4.3 Grupos de Disciplinas do Curso de Letras – Inglês

DISCIPLINAS GRUPO I: BASE COMUM

1º PERÍODO	
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	60h
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60h
METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS	60h
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO	30h
2º PERÍODO	
METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA INGLESA	60h
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	60h
LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	60h
3º PERÍODO	
DIDÁTICA GERAL	60h
AValiação da Aprendizagem	60h
4º PERÍODO	
LINGUÍSTICA APLICADA II: MULTIMODALIDADE, MULTILETRAMENTOS E TECNOLOGIAS	60h
5º PERÍODO	
LINGUÍSTICA APLICADA III: BILINGUISTO E ENSINO DE	60h

INGLÊS NA INFÂNCIA	
6º PERÍODO	
LINGUÍSTICA APLICADA IV: PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA	60h
7º PERÍODO	
LINGUÍSTICA APLICADA V: MATERIAIS DIDÁTICOS EM LÍNGUA INGLESA	60h
CARGA-HORÁRIA TOTAL	750h

DISCIPLINAS GRUPO II: ESPECÍFICAS

1º PERÍODO	
LÍNGUA INGLESA I	60h
LINGUÍSTICA	60h
HISTÓRIA DA LÍNGUA INGLESA	60h
2º PERÍODO	
LÍNGUA INGLESA II	60h
FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA	60h
TEORIA DA LITERATURA I	60h
3º PERÍODO	
LÍNGUA INGLESA III	60h
LINGUÍSTICA APLICADA I: INTRODUÇÃO	60h
MORFOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA	60h
ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM LÍNGUA INGLESA	60h
4º PERÍODO	
LÍNGUA INGLESA IV	60h
SINTAXE DA LÍNGUA INGLESA	60h
LITERATURA BRITÂNICA I	60h
ESCRITA ACADÊMICA I	60h
5º PERÍODO	
LÍNGUA INGLESA V	60h
LITERATURA BRITÂNICA II	60h
ESCRITA ACADÊMICA II	60h
6º PERÍODO	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	60h
LITERATURA ESTADUNIDENSE I	60h
DISCIPLINA OPTATIVA	60h
7º PERÍODO	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	60h

LITERATURA ESTADUNIDENSE II	60h
DISCIPLINA OPTATIVA	60h
8º PERÍODO	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III	60h
LITERATURAS ANGLÓFONAS NO MUNDO	60h
DISCIPLINA OPTATIVA	60h
DISCIPLINA OPTATIVA	60h
CARGA-HORÁRIA TOTAL	1620h

DISCIPLINAS GRUPO III

ESTÁGIO (SEM PCC)

5º PERÍODO		
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	75h	
6º PERÍODO		
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	90h	
7º PERÍODO		
ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	120h	
8º PERÍODO		
ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	120h	
CARGA-HORÁRIA TOTAL	405h	

CARGA HORÁRIA DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR EM DISCIPLINAS DO GRUPO ESPECÍFICO

	Carga horária total	Carga horária de PCC
1º PERÍODO		
LÍNGUA INGLESA I	60h	30h
2º PERÍODO		
LÍNGUA INGLESA II	60h	30h
FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA	60h	30h
3º PERÍODO		
LÍNGUA INGLESA III	60h	30h
ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM LÍNGUA INGLESA	60h	30h
4º PERÍODO		
LÍNGUA INGLESA IV	60h	30h
ESCRITA ACADÊMICA I	60h	30h
5º PERÍODO		

LÍNGUA INGLESA V	60h	30h
ESCRITA ACADÊMICA II	60h	30h
6º PERÍODO		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	60h	30h
DISCIPLINA OPTATIVA	60h	30h
7º PERÍODO		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	60h	30h
LINGUÍSTICA APLICADA V: MATERIAIS DIDÁTICOS EM LÍNGUA INGLESA	60h	30h
DISCIPLINA OPTATIVA	60h	30h
8º PERÍODO		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III	60h	30h
DISCIPLINA OPTATIVA	60h	30h
DISCIPLINA OPTATIVA	60h	30h
CARGA-HORÁRIA TOTAL	1020h	495h

3.1.5 Fluxograma

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período		
Língua Inglesa I 60h 2.2.0	Língua Inglesa II 60h 2.2.0	Língua Inglesa III 60h 2.2.0	Língua Inglesa IV 60h 2.2.0	Língua Inglesa V 60h 2.2.0	Trabalho de Conclusão de Curso I 60h 2.2.0	Trabalho de Conclusão de Curso II 60h 2.2.0	Trabalho de Conclusão de Curso III 60h 2.2.0		
Linguística 60h 4.0.0	Metodologia de Ensino de Língua Inglesa 60h 4.0.0	Linguística Aplicada I: Introdução 60h 4.0.0	L.A. II: Multimodalidade, Multiletramentos e Tecnologias 60h 4.0.0	L.A. III: Bilinguismo e Ensino de Inglês na Infância 60h 4.0.0	L.A. IV: Português como Língua Estrangeira 60h 4.0.0	L.A. V: Materiais Didáticos em Língua Inglesa 60h 2.2.0	Estágio Supervisionado IV 120h 0.0.8		
História da Língua Inglesa 60h 4.0.0	Fonética e Fonologia da Língua Inglesa 60h 2.2.0	Morfologia da Língua Inglesa 60h 4.0.0	Sintaxe da Língua Inglesa 60h 4.0.0	Estágio Supervisionado I 75h 0.0.5	Estágio Supervisionado II 90h 0.0.6	Estágio Supervisionado III 120h 0.0.8	Literaturas Anglófonas no Mundo 60h 4.0.0		
Língua Brasileira de Sinais 60h 4.0.0	Teoria da Literatura I 60h 4.0.0	Estratégias de Leitura em Língua Inglesa 60h 3.1.0	Literatura Britânica I 60h 4.0.0	Literatura Britânica II 60h 4.0.0	Literatura Estadunidense I 60h 4.0.0	Literatura Estadunidense II 60h 4.0.0	Optativa 60h 2.2.0		
Psicologia da Educação 60h 4.0.0	Filosofia da Educação 60h 4.0.0	Didática Geral 60h 4.0.0	Escrita Acadêmica I 60h 2.2.0	Escrita Acadêmica II 60h 2.2.0	Optativa 60h 2.2.0	Optativa 60h 2.2.0	Optativa 60h 2.2.0		
Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas 60h 4.0.0	Legislação e Organização da Educação Básica 60h 4.0.0	Avaliação da Aprendizagem 60h 4.0.0	COMPONENTES CURRICULARES Disciplinas Obrigatórias: Disciplinas Optativas Trabalho de Conclusão de Curso: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório: Atividades Complementares Atividades Curriculares de Extensão - ACE TOTAL:			CARGA HORÁRIA 1950 horas 240 horas 180 horas 405 horas 200 horas 330 horas 3.305 horas		CRÉDITOS 130 16 12 27 - - 185	
Seminário de Introdução ao Curso 30h 2.0.0									

3.6 Estágio, Atividades Complementares, Extensão e Trabalho de Conclusão de Curso

3.6.1 Estágio

O estágio, para os discentes do curso de Licenciatura em Letras - Inglês, deve acontecer de forma supervisionada, sendo um dos momentos de integração entre a universidade, a comunidade e as escolas. Um dos papéis do estágio é apresentar o contexto escolar para o futuro professor, levando em consideração os elementos externos à sala de aula, tais como os membros da comunidade. Esse ambiente é importante para os discentes em formação, já que ele convida o futuro professor a (re)pensar e refletir sobre suas práticas pedagógicas, contribuindo para o desenvolvimento de sua profissão, que envolve conciliar teoria e prática em todo seu processo formativo.

Durante o estágio supervisionado os discentes têm a oportunidade de desenvolver suas competências profissionais, com base em experiências que vivenciará nas práticas de observação e/ou em momentos de regência. Em paralelo ao estágio, os discentes também deverão ter acesso a textos da literatura da área de ensino/aprendizagem, procurando vincular as ações pedagógicas à luz das orientações teóricas.

3.6.2 Atividades complementares

As atividades devem ser registradas pelo próprio aluno na plataforma digital do SIGAA, respeitando-se o código, a atividade e também a descrição do componente e observando a carga horária mínima e a máxima que podem ser aproveitadas. Cabe à Coordenação de Letras Estrangeiras avaliar e emitir parecer acerca das atividades acadêmico-científico-culturais realizadas e inseridas no sistema pelos estudantes ao longo da graduação, desde que estejam compatíveis com a listagem de atividades previstas pelo Projeto Pedagógico do Curso.

Para registro do aproveitamento da carga horária, deverão ser observados os critérios descritos quadro a seguir:

Categoria: ATIVIDADES DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E A PESQUISA CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = 180h CH máxima da categoria no currículo = 120h			
COMPONENTE			Exigências

CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	
CCLETE032	Monitoria	Um período letivo de monitoria	20	60	Declaração ou certificado do órgão/unidade competente
CCLETE033	Iniciação à docência	Participação por no mínimo dois semestres em projetos institucionais, PIBID ou PET.	60	60	Declaração ou certificado do órgão/unidade competente
CCLETE002	Iniciação científica com bolsa	Um semestre de atividades de iniciação científica com dedicação semestral de 10 a 20 h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório ou de trabalho apresentado em evento científico	30	60	Declaração ou certificado do órgão/unidade competente
CCLETE003	Iniciação científica voluntária	Um semestre de atividades de iniciação científica com dedicação semestral de 10 a 20 h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório ou de trabalho	30	60	Declaração ou certificado do órgão/unidade competente

		apresentado em evento científico.			
CCLETE034	Participação em grupos de estudo/pesquisa	Participação em grupos de pesquisa ou em núcleos de pesquisa, na condição de aluno-pesquisador, por um período letivo	10	60	Relatório do(a) professor(a) e/ou declaração ou certificado do órgão/unidade competente

Categoria: ATIVIDADES DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS

CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = 60h

CH máxima da categoria no currículo = 60h

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CCLETE007	Participação em eventos acadêmicos internacionais e/ou nacionais, como autor(a)/apresentador(a)	Participação em eventos nacionais e/ou internacionais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho	20	60	Declaração ou certificado de participação no evento pelo órgão ou unidade responsável pela organização
CCLETE010	Participação em eventos acadêmicos regionais ou locais, como autor(a)/apresentador(a)	Participação em eventos regionais ou locais, diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho	10	60	Declaração ou certificado de participação no evento pelo órgão ou unidade responsável pela organização
CCLETE009	Participação em eventos acadêmicos internacionais ou , nacionais como ouvinte	Participação, como ouvinte, em eventos acadêmicos de qualquer natureza, diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins	05	60	Declaração ou certificado de participação no evento pelo órgão ou unidade responsável pela organização
CCLETE012	Participação em eventos acadêmicos regionais ou locais, como ouvinte	Participação, como ouvinte, em eventos acadêmicos de qualquer natureza, diretamente	05	60	Declaração ou certificado de participação no evento pelo órgão ou unidade responsável

		relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins			pela organização
CCLETE008	Participação em eventos acadêmicos internacionais ou nacionais como organizador(a)	Participação, como organizado(a)r, em eventos acadêmicos internacionais ou nacionais, diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins.	20	60	Declaração ou certificado de participação como organizador, emitido pelo órgão ou unidade responsável pelo evento
CCLETE011	Participação em eventos acadêmicos regionais ou locais como organizador(a)	Participação, como organizador(a), em eventos acadêmicos nacionais ou locais, diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins.	10	60	Declaração ou certificado de participação como organizador, emitido pelo órgão ou unidade responsável pelo evento

Categoria: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES					
CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = 120h					
CH máxima da categoria no currículo = 120h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Experiências profissionais de ensino e/ou gestão em educação	Atividades profissionais de ensino e/ou de gestão, tais como coordenador(a), supervisor(a), auxiliar de professor(a), estagiário(a), dentre outras	60	120	Declaração, ou certificado do órgão ou da unidade competente

		funções relacionadas à área de Letras ou de áreas afins, por um período mínimo de seis meses			
	Experiências com tradução inglês/português, português inglês	Atividades acadêmicas e/ou profissionais relacionadas à área de tradução, tais como, artigos, resenhas, entrevistas, capítulos de livros, livros, legendagem	20	60	Cópia do documento original e da versão publicada e/ou certificado/declaração emitido(a) pelo responsável (ou responsáveis) da referida obra
	Experiências como intérprete inglês/português, português inglês	Atuação como intérprete de eventos acadêmico-científicos nas áreas de Letras ou áreas afins	10	30	Declaração, ou certificado comprovando a função por parte da organização do evento
	Experiência editorial	Atividades profissionais de revisão de textos, correção de redações, elaboração ou edição de texto de publicidade e propaganda, jornais e editoras, por um período mínimo de 6 meses	20	60	Declaração, ou certificado comprovando a referida experiência

Categoria: ATIVIDADES DE EXTENSÃO			
CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = 90h			
CH máxima da categoria no currículo = 90h			
COMPONENTE			Exigências

CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	
	Atividades de extensão universitária	Participação como ouvinte em eventos de extensão universitária com carga horária mínima de 30h	10	60	Declaração ou certificado emitido pelo(a) responsável pela atividade
CCLETE038	Participação em minicursos, oficinas e cursos profissionalizantes.	Participação, como ouvinte, em minicursos, oficinas, cursos profissionalizantes etc., na área de Letras ou em áreas afins, com duração mínima de 4h	05	30	Declaração ou certificado emitido pelo(a) responsável pela atividade
	Eventos artístico-culturais de diversas naturezas, tais como espetáculos, palestras e exposições, dentre outros, em ambiente remoto e/ou presencial	Participação como ouvinte em eventos artístico-culturais, em ambiente remoto e/ou presencial, que esteja relacionado à área de Letras e/ou áreas afins, com duração mínima de 4 horas	12	60	Declaração ou certificado emitido pelo(a) responsável pela atividade e/ou pelo evento
	Premiação em eventos	Premiação recebida em eventos artístico-culturais, acadêmicos ou por órgãos afins, devidamente comprovados	20	60	Declaração ou certificado emitido pelo órgão responsável
	Outros cursos e atividades artístico-culturais	Quaisquer atividades (cursos ou atividades artístico-culturais) não previstas neste quadro, mas amparadas pela resolução n°177/12-UFPI, com carga horária mínima de 8 horas	10	60	Declaração ou certificado emitido pelo(a) responsável pela atividade

--	--	--	--	--	--

Categoria: TRABALHOS PUBLICADOS E APROVAÇÃO EM CONCURSOS					
CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = 90h					
CH máxima da categoria no currículo = 90h					
COMPONENTE			CH mínima	CH máxima	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	aproveitada	aproveitada	
CCLETE020	Publicação em anais de eventos locais e/ou regionais	Publicação de trabalhos completos em anais de congressos e eventos similares, locais e/ou regionais	20	60	Declaração ou cópia dos anais
	Publicação em anais de eventos internacionais e/ou nacionais	Publicação de trabalhos completos em anais de congressos e eventos similares, internacionais e/ou nacionais	30	60	Declaração ou cópia dos anais
	Publicação ou organização de livros	Publicação ou organização de livro, com ISBN, cuja temática seja ligada à área de Letras e/ou áreas afins, com autoria única ou compartilhada	30	90	Cópia do sumário da obra e da informação sobre o/a(s) organizador(a)/es
	Publicação de capítulo de livro	Publicação de capítulo de livro acadêmico, com ISBN, cuja temática seja ligada à área de Letras e/ou áreas afins,	30	60	Cópia do sumário da obra e do capítulo

		com autoria única ou compartilhada			
	Publicação em revista acadêmica com Qualis	Publicação de artigo científico em revista acadêmica na área de Letras e/ou áreas afins, contendo Qualis Capes	30	60	Cópia da publicação contendo as informações da revista
	Publicação em revista acadêmica sem índice de qualificação da CAPES	Publicação de artigo científico em revista acadêmica na área de Letras e/ou áreas afins, sem Qualis Capes	10	30	Cópia da publicação contendo as informações da revista
	Publicação de textos literários e/ou artísticos	Publicação de textos literários e/ou artísticos (poemas, contos, romances, desenhos, ilustrações, fotografias) em livros e/ou obras com ISBN, em revistas comerciais ou em livros didáticos	10	30	
	Publicação em outros meios de comunicação	Publicação de estudo acadêmico em revistas e/ou jornais, dentre outros veículos similares	10	30	Cópia da publicação contendo as informações do veículo de comunicação

	Publicação de materiais didáticos	Publicação de livros didáticos, unidades de ensino e jogos pedagógicos, dentre outros similares	10	30	Cópia da publicação contendo as informações do referido material didático
--	-----------------------------------	---	----	----	---

Categoria: VIVÊNCIAS DE GESTÃO					
CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = 40h					
CH máxima da categoria no currículo = 30h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CCLETE023	Representação estudantil	Participação como membro de entidade e/ou diretoria de representação político – estudantil, pelo período mínimo de um ano	10	30	Declaração ou certificado emitido pelo órgão responsável
CCLETE024	Representação em órgão colegiado como membro da diretoria, na condição de estudante	Participação como membro em órgão colegiado, por um período mínimo de seis meses	10	30	Declaração ou certificado emitido pelo órgão responsável e apresentação de relatório com a descrição das atividades realizadas durante a gestão
	Desenvolvimento de projetos institucionais da/na instituição de ensino superior	Participação em comissão de elaboração de projetos institucionais (PPC, PDI, estatutos e demais regimentos) da/na	10	30	Declaração ou certificado emitido pelo(a) coordenador(a)r responsável pela atividade

		Instituição de Ensino Superior			
	Representação em centro acadêmico	Participação como membro do centro acadêmico de Letras, por um período mínimo de 06 meses	05	10	Declaração ou certificado emitido pelo(a) responsável pelo centro acadêmico

Categoria: ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS E ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS					
CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = 90h					
CH máxima da categoria no currículo = 90h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Representante em grupo de arte	Participação em grupos de artes ligados à área de Letras e/ou áreas afins, tais como teatro, televisão, dança, coral, poesia, música, por um período mínimo de 06 meses	10	30	Declaração ou certificado emitido pelo(a) coordenador(a) e/ou responsável pela atividade
	Desenvolvimento de mídias (culturais)	Produção e/ou elaboração de vídeos, softwares, programas radiofônicos, exposições, obras de teor artístico-cultural, tais como montagem, instalação, sarau, roteiro de cinema ou	10	30	Declaração ou certificado emitido pelo(a) coordenador(a) e/ou responsável pela atividade

		peça de teatro, música, poesia e criações literárias em geral, ligadas à área de Letras e/ou áreas afins			
	Desenvolvimento de veículos de comunicação digital	Produção e manutenção de sites, blogs, vlogs, canais em formato digital ou outras mídias sócias, de cunho cultural ou instrucional na área de Letras e/ou áreas afins	10	30	Declaração ou certificado emitido pelo(a) coordenador(a) e/ou responsável pela atividade

Categoria: ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, DIFERENCIADO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO					
CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = 90h					
CH máxima da categoria no currículo = 90h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CCLETE029	Estágio não obrigatório	Programa de integração empresa-escola, com dedicação semanal de 05 a 10 horas, por um período mínimo de 01 semestre letivo	30	60	Declaração ou certificado emitido pelo(a) coordenador(a) e/ou responsável pela atividade e relatório das atividades realizadas pelo aluno
	Estágio voluntário	Atuação para fins	30	60	Declaração ou certificado

		educacionais, relacionados à área de Letras e/ou áreas afins como estagiário(a) voluntário(a), por um período mínimo de 06 meses			emitido pelo(a) coordenador(a) e/ou responsável pela atividade e relatório das atividades realizadas pelo aluno
--	--	--	--	--	---

Categoria: DISCIPLINA ELETIVA OFERTADA POR OUTRO CURSO DESTA INSTITUIÇÃO OU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = 60h CH máxima da categoria no currículo = 60h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CCLETE028	Disciplina eletiva	Participação em disciplina ofertada por outro curso desta instituição de ensino superior ou por outras instituições de educação superior	30	60	Apresentação do histórico escolar contendo a disciplina cursada

Categoria: VISITAS TÉCNICAS CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = 10h CH máxima da categoria no currículo = 10h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
	Visita acadêmico-científica e/ou cultural	Participação em visitas acadêmico-científicas e/ou culturais na área do curso de Letras e/ou áreas afins	05	10	Declaração ou certificado emitido pelo(a) coordenador(a) e/ou responsável (contendo o cronograma da visita) e

					relatório do(a) discente sobre a atividade realizada
--	--	--	--	--	--

3.6.3 Atividades Curriculares de Extensão

A Extensão, compreendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, com a intencionalidade transformadora entre universidade e os diversos setores da sociedade, está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, com, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social.

Neste PPC, as atividades de extensão são definidas pelas Atividades Curriculares de Extensão (ACE) como componentes curriculares, que abrangem atividades desenvolvidas por discentes, relacionadas a cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, incluindo os previstos em programas institucionais e de natureza governamental que atendam a políticas municipais, estaduais ou federais, destinadas à comunidade externa à UFPI.

3.6.3.1 Regulamento das atividades curriculares de extensão (ACE)

- O curso de Licenciatura em Letras - Inglês deverá obrigatoriamente oferecer, no mínimo, uma ACE a cada semestre, conforme calendário acadêmico e resoluções que regulamentam as atividades de extensão na UFPI;
- Os alunos do curso de Licenciatura em Letras - Inglês deverão, obrigatoriamente, participar em uma ACE e/ou atuar na organização ou execução de uma ACE semestralmente (quando regularmente matriculados) até integralizar as 330h, definidas neste PPC, exceto no primeiro semestre.
- O quadro constante na seção 3.2.3.2 deste PPC, no que tange à carga horária e aos eixos temáticos das ACEs semestrais, se constitui como referência para o curso de Licenciatura em Letras - Inglês obrigatoriamente apresentar proposta de ACE naquele semestre compatível com o previsto e como sugestão para o aluno, visto que:
 - Os alunos poderão participar de outras ACEs, que não necessariamente as

ofertadas pelo respectivo curso;

- A carga horária e o eixo temático das ACEs de cada semestre dependerão das atividades de extensão nas quais o aluno irá atuar.
- O aluno poderá atuar em outras ACEs ofertadas por outros cursos de graduação e pós-graduação ou por outros órgãos da UFPI (Pró-Reitorias, superintendências, núcleos de estudo, pesquisa e extensão e entidades representativas estudantis), desde que cadastradas na PREXC e respeitados os eventuais pré-requisitos especificados pelo Coordenador da ACE.
- Para fins de integralização da carga horária no histórico dos alunos, as ACE deverão:
 - Ser cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura –PREXC
 - Ter seus relatórios (semestrais ou finais) homologados pela PREXC.

Período	Sugestão de carga horária	Atividades Curriculares de Extensão	Sugestão de atividades
2º	30h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Atividades de extensão que contemplem a base comum do curso
3º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Atividades de extensão que contemplem a base comum do curso
4º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Atividades de extensão que contemplem a base específica do curso, tais como práticas de leitura e produção de textos na língua inglesa
5º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Atividades de extensão que contemplem a base específica do curso, tais como Ensino de Inglês como língua adicional, estrangeira ou segunda língua, além de português como língua estrangeira (PLE)

6º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Atividades de extensão que contemplem a base específica do curso, tais como aspectos das culturas e literaturas anglófonas
7º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Atividades de extensão que contemplem a base específica do curso, tais como o ensino de Inglês e PLE por meio de Tecnologias de Informação e Comunicação
8º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Atividades de extensão que contemplem a base específica do curso, tais como projetos de Ensino de Inglês com fins específicos

- Nos casos de transferência interna de curso ou mudança de curso, o aluno poderá solicitar, junto ao Comitê de Extensão da PREXC, o aproveitamento das atividades curriculares de extensão já integralizadas no currículo do curso de origem.
- Caso as atividades de extensão realizadas não tenham sido integralizadas no currículo do curso de origem, o aluno poderá solicitar o aproveitamento das atividades, junto ao Comitê de Extensão da PREXC, instruído de relatório da atividade de extensão desenvolvida assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração da atividade executada.
- As Atividades Curriculares de Extensão poderão ser realizadas conjuntamente por duas ou mais IES em parceria, facultando-se a mobilidade interinstitucional de estudantes, docentes e técnico-administrativos;
- Os discentes poderão requerer, junto ao Comitê de Extensão da PREXC, o aproveitamento das atividades de extensão desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior, desde que a solicitação de aproveitamento seja feita via processo até um ano antes da previsão para conclusão do curso e instruído de relatório da atividade de extensão desenvolvida assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração da atividade executada.
- As atividades de extensão poderão ser realizadas tanto em formato presencial, quanto à distância e híbrido, respeitando as especificidades de cada atividade tal como cadastradas na PREXC ou nos órgãos competentes em outras IES.

3.6.4 Previsão de atividades não-presenciais

Cada componente curricular do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês poderá prever atividades não-presenciais, possibilitando a ampliação dos espaços de ensino e aprendizagem. Parte da carga horária de cada disciplina poderá ser cumprida, a critério do professor, de forma não-presencial até o limite de 40% da carga horária total, conforme Portaria 2.117 de 11 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019).

A Portaria MEC nº 2.117/2019, dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Segundo o documento, “as IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso” (BRASIL, 2019).

Nesses termos, o currículo desenvolvido, então, poderá ser complementado pela realização de atividades não-presenciais. Tais atividades podem ser elaboradas pelos/as professores/as com o objetivo de proporcionar diferentes momentos de aprendizagem dos conteúdos e de desenvolvimento das habilidades propostas nos Planos de Curso. Seu planejamento consiste na sistematização de momentos de autoaprendizagem, com a utilização de recursos das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), organizadas com estratégias didáticas, estudos dirigidos, estudos de caso, pesquisas bibliográficas, resolução de exercícios, leituras dirigidas, entre outras. Acrescenta-se que as atividades não-presenciais contarão com participações em chats, fóruns e videoconferências e poderão ser organizadas utilizando ambiente virtual de aprendizagem (AVA) escolhido pelo docente de acordo com as necessidades de cada grupo e da proposta de cada disciplina.

A existência da possibilidade de atividades não-presenciais no processo de ensino-aprendizagem contribui para a formação de um aluno comprometido com seus estudos e com a organização de seu tempo, fomentando a responsabilidade e autonomia ao possibilitar a realização das atividades previstas para a disciplina em horário e local apropriados, de acordo com sua disponibilidade e características individuais.

3.6.5 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O trabalho de conclusão de curso (TCC) é um componente curricular, previsto na Resolução nº 177/12 CEPEX-UFPI, que regulamenta o funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Durante o TCC, o discente deve ser

supervisionado por um professor orientador, e deve desenvolver estudo na área de pesquisa escolhida, apresentando o produto dessa orientação ao final desse processo.

Espera-se dos discentes, que eles consigam desenvolver um trabalho que considere as competências que são requeridas dos profissionais da área de Letras Estrangeiras. Para isso, é importante considerar alguns dos objetivos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, tais como a prática da pesquisa acadêmica, o desenvolvimento da capacidade analítica e crítica e também o aprimoramento dos conhecimentos técnico/científicos na área de formação do curso.

Outras modalidades de TCC poderão ser consideradas quando fruto de atividade acadêmico-científico, realizada sob a supervisão direta de docente da CLE e/ou áreas afins, que deverá assumir o papel de orientador(a), com base nos critérios exigidos para a realização do trabalho, que tenham relação com o curso de Letras Estrangeiras.

As normas que regulamentam o trabalho de conclusão de curso encontram-se apensadas ao final deste PPC.

3.7. Metodologia

Em termos gerais, e, considerando as constantes mudanças sociopolíticas, culturais e tecnológicas, é desejável que a metodologia a ser adotada pelos professores ministrantes das disciplinas do curso de Licenciatura em Letras - Inglês promova um constante diálogo entre teorias e práticas alinhadas e adequadas ao cenário educacional contemporâneo, a fim de proporcionar ao graduando habilidades que o permita construir um pensamento crítico e consciente de seu papel não apenas como aluno de graduação, mas, principalmente, como futuro professor de línguas estrangeiras.

Em termos mais específicos, as disciplinas serão ministradas por meio de aulas presenciais, sendo, a critério do professor ministrante e de acordo com a o Regulamento Geral da Graduação, permitidas atividades não presenciais de ensino, desde que essas atividades não contabilizem mais que 40% da carga horária total da disciplina. Entre essas atividades de ensino (presenciais ou à distância), sugerimos as seguintes:

- Aulas expositivas e dialogadas que incentivem a participação efetiva dos alunos por meio de debates e/ou seminários e/ou outras formas de apresentações orais e/ou escritas;
- Realização de atividades práticas relacionadas aos conteúdos de cada componente curricular que permitam ao aluno ter acesso a formas de aprendizado inovadoras e complementares às aulas expositivas e dialogadas.

- Desenvolvimento de pesquisas aplicadas ao ensino de inglês como língua estrangeira e/ou segunda língua e português como língua estrangeira, assim como de suas literaturas e artes;
- Adoção de materiais instrucionais e outros recursos didáticos que contemplem a natureza multimodal da linguagem e o desenvolvimento de uma postura crítica, respeitando-se as diferenças multiculturais, étnicas, de gênero, sociais, entre outras.
- Análises e elaboração de materiais didáticos e de outros recursos instrucionais variados;
- Fóruns e chats por meio da plataforma EaD disponível na Instituição, atualmente SIGAA, ou uma outra com o mesmo fim, desde que seja de livre acesso;
- Aulas a distância, remotas ou híbridas com a utilização de ferramentas pedagógicas disponíveis em meio digital, considerando-se os atuais contextos de ensino/aprendizagem;
- Utilização de aplicativos digitais, sites e outros recursos mediados pela tecnologia da informação e comunicação para complementação das aulas expositivas e dialogadas e das práticas pedagógicas;
- Implementação de Metodologias Ativas nas práticas pedagógicas, com base em estratégias específicas relacionadas a essas Metodologias;
- Flexibilização quanto às ferramentas avaliativas e também os ambientes de avaliação, considerando-se os contextos utilizados.

Em consonância com o exposto nas diretrizes gerais dessa proposta metodológica, ressalta-se o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, bem como práticas de ensino e aprendizagem de acordo com a pedagogia dos multiletramentos (COPE; KALANTZIS, 2009) que, entre seus principais pressupostos, destaca a participação dos alunos como principais agentes de sua própria aprendizagem, por meio de um processo ativo e a transformativo que o torna uma pessoa receptiva à diferenças, mudanças e inovações, capaz, portanto, e no caso específico de professor em formação, refletir sobre essa formação e a de seus futuros e potenciais alunos.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão

Ensino, Pesquisa e Extensão estão articulados na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e são desenvolvidos de acordo com diferentes modalidades. Um dos principais intuítos

entre a indissociabilidade entre esse tripé é o de impactar na formação do discente, promovendo a geração de novos conhecimentos.

Com as ações de extensão, tanto a comunidade acadêmica quanto a comunidade externa podem ser beneficiadas, por meio de projetos e cursos que dialogam com as pesquisas científicas, trazendo assim melhorias para toda a população.

O ensino está presente nas atuações das práticas pedagógicas desenvolvidas e ele contribui com o efeito multiplicador da formação de novos conhecimentos, que podem ser utilizados no dia-a-dia dessas comunidades.

4.2 Apoio ao Discente

Nos cursos de Licenciatura em Letras - Inglês da UFPI, a coordenação pedagógica deverá ser acionada para orientar aos discentes que necessitem de apoio para lidar com os aspectos referentes ao processo de ensino-aprendizagem e de sua formação docente. Para casos em que fique limitada a ação da coordenação pedagógica, a UFPI oferece gratuitamente ao seu corpo discente assistência pedagógica, por meio do Serviço Pedagógico (SEPE) ou no Núcleo de Acessibilidade (NAU), e para estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Alunos com dificuldades no processo de ensino-aprendizagem podem buscar espontaneamente os serviços de apoio pedagógico da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), NAU e Núcleos de Assistência Estudantil (NAEs).

No Seminário de Introdução ao Curso, os alunos ingressantes são informados sobre as diferentes modalidades de apoio ao discente oferecidas pela instituição. Podemos citar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), para incentivar a formação de pesquisadores ainda na graduação, fomentar o futuro ingresso na pós-graduação, publicações em periódicos, participações em eventos, premiações e complemento da carga horária curricular, como atividade complementar. A UFPI também oferece programas de bolsas de monitoria e extensão para estudantes de graduação.

Especificamente para o curso de Licenciatura em Letras - Inglês, também são oferecidas bolsas para os estudantes no Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) para atuarem como bolsistas institucionais ou bolsistas MEC. Como bolsistas institucionais, os alunos atuam no apoio às atividades do IsF, atendendo ao público interno da UFPI com monitorias e promovendo cursos de línguas na instituição. Os bolsistas MEC atuam como professores do curso de inglês do Idiomas sem Fronteiras, recebendo apoio pedagógico de professores dos cursos de Letras Estrangeiras.

Ademais, a PRAEC executa programas de apoio aos discentes da UFPI, os quais, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional⁷ (PDI UFPI 2020-2024), “revelam indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro e de responsabilidade social” (p. 205). São desenvolvidas ações para promover o tripé ingresso-permanência-conclusão, com o objetivo de auxiliar o graduando a atingir seus objetivos acadêmicos, profissionais e pessoais da melhor forma possível. As ações desenvolvidas pela PRAEC estão ligadas às áreas de alimentação, moradia, transporte, inclusão digital, lazer, cultura, esporte e saúde, com atendimento psicopedagógico, social, médico e odontológico.

4.2.1 Atividades de Apoio Didático/Nivelamento

Os graduandos dos cursos de Licenciatura em Letras – Inglês da UFPI que necessitarem de apoio didático devem consultar a coordenação do curso. Esta, por sua vez, poderá encaminhar a solicitação ao Colegiado do Curso, que deliberará sobre esses casos. O Colegiado poderá sugerir atividades, de acordo com as possibilidades dos cursos ou solicitar apoio junto às outras coordenações de cursos ou outros órgãos da UFPI, quando for necessário.

Uma das ações disponíveis para auxiliar os graduandos no aperfeiçoamento linguístico é o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) do MEC. Na UFPI, desde 2014, temos um Núcleo de Línguas do IsF (NucLI) que oferece cursos de língua inglesa e português para estrangeiros totalmente gratuitos para a comunidade interna da instituição, além da formação continuada de professores do ensino básico e do ensino de PLE como acolhimento de estrangeiros em Teresina. A coordenação de Letras Estrangeiras orientará os estudantes a se informarem e se inscreverem nos cursos do NucLI para poderem solucionar eventuais problemas pedagógicos relacionados a competência linguística em língua estrangeira, ou para continuarem desenvolvendo sua fluência na língua.

Além do IsF, outros programas auxiliam os alunos de toda a universidade no aprendizado e treinamento de língua estrangeira. No curso de Letras Inglês da UFPI, desde 2012, participamos do Programa English Teaching Assistants (ETA) da CAPES/Fulbright. Por meio desse programa, recebemos bolsistas estadunidenses que permanecem por nove meses na nossa instituição e têm como uma de suas responsabilidades auxiliar a promover o desenvolvimento linguístico e cultural dos estudantes de Letras Inglês da UFPI. São oferecidas atividades extracurriculares, tais como debates sobre questões culturais e políticas relacionadas a países anglófonos e à realidade brasileira, atividades lúdicas, clubes de leitura,

⁷ <http://www.leg.ufpi.br/arquivos/File/PDI%202015-2019.pdf>

escrita acadêmica, todos desenvolvidos principalmente em inglês, com o objetivo de promover uma maior competência linguística dos estudantes;

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Avaliação da aprendizagem

O Cursos de Licenciatura em Letras – Inglês, da Coordenação de Letras Estrangeiras da UFPI, compreende a avaliação da aprendizagem tal como expressa pelo PDI-UFPI/2020-2024 e pela Resolução CEPEX/UFPI 177/12, ou seja, como um “processo formativo de diagnóstico, realizado pelo professor, sobre as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como sobre os conhecimentos por estes adquiridos” (BRASIL, 2018, p. 23; BRASIL, 2020, p. 50). Nesse sentido, a prática de avaliar tem como função diagnosticar para informar, refletir e tomar decisões acerca não apenas da verificação das habilidades adquiridas no decorrer das disciplinas dos cursos de Letras de um modo geral, como também um instrumento de reflexão e reformulação das propostas didáticas contidas neste PPC, adotadas pelos professores da Coordenação de Letras Estrangeiras (CLE) e de outros departamentos/coordenações diretamente envolvidos com o Cursos de Licenciatura em Letras - Inglês.

Além disso, a avaliação da aprendizagem também é vista como um instrumento de gestão, à medida que fornece à coordenação de Letras Estrangeiras e seus órgãos colegiados elementos para a reformulação contínua dos cursos. Essa dimensão é corroborada pelo PDI/UFPI ao afirmar que “a avaliação é uma dimensão da gestão que possibilita correções, reorientação de práticas pedagógicas, reflexão sobre os projetos pedagógicos e delimitação dos obstáculos administrativos.” (BRASIL, 2020. p. 50)

Para desempenhar sua função formativa e gestora, a avaliação da aprendizagem no curso de Letras – Inglês da UFPI se realiza por meio da adoção de diversos instrumentos de verificação, tanto individuais, quanto coletivos, escritos e orais, presenciais e a distância, planejados pelo corpo docente de acordo com as demandas dos cursos, de cada disciplina, e das necessidades dos alunos. Essa diversidade de instrumentos, além de atribuir mais dinamicidade à avaliação da aprendizagem, proporciona aos alunos, futuros professores, oportunidades de vivenciar e refletir sobre a avaliação como um processo diversificado, não limitado à aplicação dos tradicionais testes classificatórios. Tal visão do processo avaliativo

encontra respaldo no PDI/UFPI – 2020-2024, quando o documento afirma que, no âmbito da UFPI:

A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, burocrática e punitiva; ela deve ser diagnóstica, processual e formativa e manter coerência com todos os aspectos do planejamento e da execução do PCC. Transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfere consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFPI. Nesse contexto, a avaliação deve ser compreendida como uma reflexão crítica sobre a prática para ter como ponto de partida a possibilidade de novas estratégias de planejamento. Portanto, caracteriza-se como um processo contínuo e democrático. Não deve visar, exclusivamente, ao resultado final e nunca expressar caráter punitivo. (BRASIL, 2020. p. 51)

Assim, a avaliação da aprendizagem proposta neste PPC se constitui como uma atividade ampla e complexa que deve considerar tanto os conteúdos e habilidades relativos à cada disciplina elencada neste documento quanto os objetivos estabelecidos para o Curso de Licenciatura em Letras - Inglês Estrangeiras e o perfil do egresso e a aquisição das competências e habilidades dispostos no item 2 deste texto. Ela também deve se manifestar por meio da interação entre a dimensão teórica e prática relativas à formação de professores, materializadas na grade curricular, na prática como componente curricular, nas disposições sobre a extensão como componente curricular, elencadas na seção 3 deste documento, assim como no regulamento do estágio curricular obrigatório e regulamento do trabalho de conclusão de curso, constantes nos apêndices a este documento.

No que diz respeito à avaliação do desempenho em cada disciplina do curso de Letras - Inglês também devem ser consideradas as normas estabelecidas pela Resolução CEPEX/UFPI No. 177/12, que em seus artigos 98 a 134 dispõe sobre as sistemáticas de avaliação adotadas pelos cursos de graduação da UFPI.

Igualmente, devem ser consideradas as disposições expressas na Resolução CNE/CP No. 02/19, que define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e estabelecem competências gerais e específicas a serem priorizadas pelos cursos de licenciatura, tal como ilustrado nos quadros a seguir:

5.1.1 Competências gerais docentes propostas pela DCNs em 2019 a serem consideradas nos componentes curriculares e na avaliação da aprendizagem.

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Fonte: BRASIL (2019. p. 13)

Competências específicas docentes propostas pela DCNs em 2019.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS		
1. CONHECIMENTO PROFISSIONAL	2. PRÁTICA PROFISSIONAL	3. ENGAJAMENTO PROFISSIONAL
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem	3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e em colocar prática o princípio de que todos são capazes aprender
1.3 Reconhecer os contextos	2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, aprendizagem e o ensino	3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	2.4 Conduzir as práticas Pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades	3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade

Fonte: BRASIL (2019. p. 14)

Além dos conhecimentos relativos aos saberes docentes, o curso de Licenciatura em Letras – Inglês da UFPI se caracteriza pela mobilização de outros conhecimentos de cunho cultural e linguístico, dentre eles o domínio da língua estrangeira objeto do curso. Dessa forma, como parte integral da avaliação da aprendizagem, devem estar incorporados instrumentos de verificação que contemplem a aquisição da língua inglesa a partir de um olhar processual e continuado. Para isso, quadros comuns de referência oferecem instrumentos validados por instituições internacionais e pela academia para a verificação do desempenho linguístico. No Curso de Letras – Inglês, a avaliação da aprendizagem da língua estrangeira será realizada por meio da adoção do Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (QECR⁸). Embora o quadro tenha sido proposto pelo Conselho Europeu em 2001 para atender às demandas das instituições de ensino daquele continente e das necessidades por uma educação multilíngue, ele rapidamente ganhou relevância mundial, sendo hoje adotado por várias instituições ao redor do mundo. Ele se organiza em uma escala de seis níveis, abrangendo o desempenho em habilidades como escrita, fala, leitura e escuta, tal como dispostos a seguir:

⁸ *Common European Framework Reference for Languages* (CEFR), conforme terminologia original.

5.1.2 Níveis propostos pelo QECR:

Grupo de níveis	Nível	Descrição
A Falante básico ou elementar	A1 Iniciação ou Descoberta	<ul style="list-style-type: none"> • Pode entender e utilizar expressões familiares do dia a dia, bem como frases básicas direcionadas a satisfazer necessidades concretas. • Pode apresentar-se e responder a perguntas sobre detalhes da sua vida pessoal como, por exemplo: onde vive, pessoas que conhece ou coisas que possui. • Pode ainda interagir de maneira simples com nativos desde que estes falem pausadamente, de maneira clara e que estejam dispostos a ajudar.
	A2 Elementar ou Plataforma	<ul style="list-style-type: none"> • Pode entender frases e expressões relacionadas com áreas familiares ao utilizador, como informações pessoais e familiares básicas, compras, geografia local, emprego. • Pode comunicar de maneira simples em situações familiares que requerem troca de informações curtas e precisas. • Pode descrever de maneira superficial aspetos sobre os seus conhecimentos, o ambiente onde vive e as necessidades imediatas.
B Falante independente	B1 Limiar ou Intermédio	<ul style="list-style-type: none"> • Pode entender os pontos principais sobre os assuntos do dia a dia como trabalho, escola e lazer. • Pode lidar com situações quotidianas no país onde a língua é falada (viagem de turismo). • Pode produzir textos simples sobre áreas familiares e de interesse. • Pode ainda descrever experiências, eventos, sonhos, desejos e ambições. • Além disso pode ainda opinar de maneira limitada sobre planos e discussões.
	B2 Intermédio	<ul style="list-style-type: none"> • É capaz de entender ideias principais de textos complexos que tratem de temas tanto concretos como abstratos, inclusive textos de

	superior (ou Pós-intermédio/Independente)	<p>caráter técnico se forem da sua área de especialização.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pode interagir com falantes nativos com um grau suficiente de fluência e naturalidade de forma a que a comunicação ocorra sem esforço por parte dos interlocutores. • Pode produzir textos claros e detalhados sobre temas diversos, assim como defender um ponto de vista sobre temas gerais, indicando vantagens e desvantagens das várias opções.
C Falante proficiente	C1 Avançado ou Proficiência operativa efetiva (ou Autonomia)	<ul style="list-style-type: none"> • É capaz de compreender uma ampla variedade de textos extensos e com um certo nível de exigência, assim como reconhecer nestes, sentidos e ideias implícitas. • Sabe expressar-se de forma fluente e espontânea sem demonstrar muitos esforços para encontrar uma palavra ou expressão adequada. • Pode fazer uso efetivo do idioma para fins sociais, académicos e profissionais. • Pode produzir textos claros, bem estruturados e detalhados sobre temas de certa complexidade, mostrando o uso correto dos mecanismos de organização, articulação e coesão do texto.
	C2 Domínio ou Proficiência	<ul style="list-style-type: none"> • É capaz de compreender com facilidade praticamente tudo o que ouve e lê. • Sabe reconstruir a informação e os argumentos procedentes de diversas fontes, seja em língua falada ou escrita, e apresentá-los de maneira coerente e resumida. • Pode expressar-se espontaneamente com grande fluência e com um grau de precisão que lhe permita diferenciar pequenas matizes ou nuances de significado, inclusive em situações de maior complexidade.

Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Quadro_Europeu_Comum_de_Refer%C3%A2ncia_para_as_L%C3%ADnguas

5.1.3 Níveis e competências por habilidade, propostos pelo QECR:

Nível	Compreender		Falar		Escrever
	Compreensão auditiva	Compreensão de leitura	Interação oral	Expressão oral	Expressão escrita
A1	Reconheço palavras e expressões muito básicas que se usam habitualmente, relativas a mim mesmo, à minha família e ao meu ambiente imediato quando se fala devagar e com clareza.	Compreendo palavras e nomes conhecidos e frases muito simples, por exemplo, aquelas em letreiros, cartazes e catálogos.	Posso participar numa conversação de forma simples, sempre que a outra pessoa esteja disposta a repetir o que disse ou a dizê-lo com outras palavras e a uma velocidade mais lenta, e me ajudar a formular o que estou tentando dizer. Eu faço e respondo perguntas simples sobre temas de necessidade imediata ou assuntos muito habituais.	Utilizo expressões e frases simples para descrever o lugar onde vivo e as pessoas que conheço.	Eu sou capaz de escrever postais curtos e simples, por exemplo para enviar parabéns. Sei preencher formulários com dados pessoais, por exemplo, o meu nome, a minha nacionalidade e a minha morada no formulário de registo do hotel.
A2	Compreendo frases e o vocabulário mais habitual sobre temas de interesse pessoal (informação pessoal e familiar muito básica, compras, local de residência, emprego). Sou capaz de captar a ideia principal de avisos e mensagens breves, claras e simples.	Sou capaz de ler textos muito breves e simples. Sei encontrar informação específica e previsível em escritos simples e quotidianos, como anúncios publicitários, prospectos, menus e horários e compreendo cartas pessoais breves e simples.	Posso comunicar-me em tarefas simples e habituais que requerem um intercâmbio simples e direto de informação sobre atividades e assuntos quotidianos. Sou capaz de realizar intercâmbios sociais muito breves, embora, geralmente, não possa compreender o suficiente para manter a conversação por mim mesmo.	Utilizo uma série de expressões e frases para descrever, com termos simples, a minha família e outras pessoas, as minhas condições de vida, a minha origem educativa e o meu trabalho atual ou o último que tive.	Sou capaz de escrever notas e mensagens breves e simples relativas às minhas necessidades imediatas. Posso escrever cartas pessoais muito simples, por exemplo agradecendo algo a alguém.

<p>B1</p>	<p>Compreendo as ideias principais quando o discurso é claro e normal e se tratam assuntos quotidianos que têm lugar no trabalho, na escola, durante o tempo de ócio, etc.</p> <p>Compreendo a ideia principal de muitos programas de rádio ou televisão que tratam temas atuais ou assuntos de interesse pessoal ou profissional, quando a articulação é relativamente lenta e clara.</p>	<p>Compreendo textos escritos numa linguagem de uso habitual e quotidiano ou relacionadas com o trabalho. Compreendo a descrição de acontecimentos, sentimentos e desejos em cartas pessoais.</p>	<p>Sei desenvolver-me em quase todas as situações que se me apresentam quando viajo para onde se fala essa língua. Posso participar espontaneamente numa conversação que trate temas quotidianos de interesse pessoal ou que sejam pertinentes para a vida diária (por exemplo, família, hobbies, trabalho, viagens e acontecimentos atuais).</p>	<p>Sei relacionar frases de maneira simples com o fim de descrever experiências e factos, meus sonhos, esperanças e ambições. Posso explicar e justificar brevemente as minhas opiniões e projetos. Sei narrar uma história ou relato, o enredo de um livro ou filme e posso descrever as minhas reações.</p>	<p>Sou capaz de escrever textos simples e bem relacionados sobre temas que são conhecidos por mim ou de interesse pessoal. Posso escrever cartas pessoais que descrevam experiências e impressões.</p>
<p>B2</p>	<p>Compreendo discursos e conferências extensas e inclusive sigo linhas argumentais complexas sempre que o tema seja relativamente bem conhecido. Compreendo quase todas as notícias na televisão e os programas sobre temas atuais. Compreendo a maioria dos filmes que são falados num nível de linguagem padrão.</p>	<p>Sou capaz de ler artigos e reportagens relacionadas com problemas contemporâneos em que os autores adotam posturas ou pontos de vista concretos. Compreendo a prosa literária contemporânea.</p>	<p>Posso participar numa conversação com certa fluência e espontaneidade, o que possibilita a comunicação normal com falantes nativos. Posso tomar parte ativa em debates desenvolvidos em situações quotidianas, explicando e defendendo os meus pontos de vista.</p>	<p>Apresento descrições claras e detalhadas de uma ampla série de temas relacionados com a minha especialidade. Sei explicar um ponto de vista sobre um tema expondo as vantagens e desvantagens de várias opções.</p>	<p>Sou capaz de escrever textos claros e detalhados sobre uma ampla série de temas relacionados com os meus interesses. Posso escrever redações ou relatórios transmitindo informação ou propondo motivos que apoiem ou refutem um ponto de vista concreto. Sei escrever cartas que destacam a importância que lhes dou a determinados</p>

					fatos e experiências.
C1	<p>Compreendo discursos extensos inclusive quando não estão estruturados com clareza e quando as relações estão apenas implícitas e não são declaradas explicitamente.</p> <p>Compreendo sem muito esforço os programas de televisão e os filmes.</p>	<p>Compreendo textos longos e complexos de caráter literário ou baseados em fatos, apreciando distinções de estilo.</p> <p>Compreendo artigos especializados e instruções técnicas longas, mesmo que não estejam relacionadas com a minha especialidade.</p>	<p>Expresso-me com fluidez e espontaneidade sem ter que procurar de forma muito evidente as expressões adequadas. Utilizo a linguagem com flexibilidade e eficácia para fins sociais e profissionais. Formulo ideias e opiniões com precisão e relaciono as minhas intervenções habilmente com as de outros falantes.</p>	<p>Apresento descrições claras e detalhadas sobre temas complexos que incluem outros temas, desenvolvendo ideias concretas e terminando com uma conclusão apropriada.</p>	<p>Sou capaz de me expressar em textos claros e bem estruturados, expondo pontos de vista com alguma extensão. Posso escrever sobre temas complexos em cartas, redações ou relatórios, destacando o que considero que são os aspectos importantes. Seleciono o estilo apropriado para os leitores a quem os meus escritos são endereçados, inclusive posso estar na capacidade de me candidatar a um emprego.</p>
C2	<p>Não tenho nenhuma dificuldade para compreender qualquer tipo de linguagem falada, tanto em conversações ao vivo como em discursos retransmitidos, mesmo que se produzam a uma velocidade de falante nativo, sempre que tenha tempo de me familiarizar com o sotaque.</p>	<p>Sou capaz de ler com facilidade praticamente todas as formas de linguagem escrita, incluindo textos abstratos estruturalmente ou linguisticamente complexos, como manuais, artigos especializados e obras literárias.</p>	<p>Tomo parte sem esforço em qualquer conversação ou debate e conheço bem modismos, frases feitas e expressões coloquiais. Expresso-me com fluidez e transmito nuances subtis de sentido com precisão. Se tenho um problema, disfarço a dificuldade com tanta discrição que os outros dificilmente reparam.</p>	<p>Apresento descrições ou argumentos de forma clara e fluída e com um estilo que é o adequado ao contexto e com uma estrutura lógica e eficaz que ajuda o ouvinte a fixar-se nas ideias importantes e a recordá-las.</p>	<p>Sou capaz de escrever textos claros e fluídos num estilo apropriado. Posso escrever cartas, relatórios ou artigos complexos que apresentam argumentos com uma estrutura lógica e eficaz que ajuda o ouvinte a fixar-se nas ideias importantes e a recordá-las. Escrevo resumos e resenhas de</p>

					obras profissionais ou literárias.
--	--	--	--	--	------------------------------------

Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Quadro_Europeu_Comum_de_Refer%C3%A2ncia_para_as_L%C3%ADnguas

Ao longo do curso, espera-se que os alunos sejam capazes de progredir gradualmente entre os níveis propostos pelo QECR, adquirindo, ao final do curso, as competências necessárias para torná-los usuários autossuficientes da língua inglesa. Dessa forma, cada semestre dos cursos da CLE está estruturado de modo a priorizar os níveis e as competências propostos pelo Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas, tal como descrito a seguir:

5.1.4 Proficiência mínima em língua inglesa a ser atingida pelos alunos do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês:

Bloco Nível	1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre
B2					
B1					
A2					

5.2 Avaliação do PPC

Para garantir a qualidade do ensino oferecido pelos cursos de Letras Estrangeiras da UFPI e assegurar que o PPC reflita as reais necessidades do mercado de trabalho e da sociedade como um todo, faz-se necessária a adoção de instrumentos de avaliação contínua dos cursos e da sua proposta pedagógica. Tal avaliação encontra respaldo no que estabelecem os artigos 7º e 8º da resolução CNE/CE No 2/2019:

Art. 7º A organização curricular dos cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica, tem como princípios norteadores:
(...)

XIII - avaliação da qualidade dos cursos de formação de professores por meio de instrumentos específicos que considerem a matriz de competências deste Parecer e os dados objetivos das avaliações educacionais, além de pesquisas científicas que demonstrem evidências de melhoria na qualidade da formação;

(...)

Art. 8º Os cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica devem ter como fundamentos pedagógicos:

V - avaliação como parte integrante do processo da formação, que possibilite o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso que se fizerem necessárias;
(BRASIL, 2019. p. 4-5)

Para atender a esse requisito, a autoavaliação realizada pela CLE e por seus órgãos colegiados se estrutura em três eixos: 1. O da avaliação qualitativa, 2. O da avaliação quantitativa, 3. O da avaliação dos egressos.

A avaliação qualitativa é realizada por meio da realização bianual do Seminário de Avaliação, conduzido pela coordenação do curso, com a participação do corpo docente, técnico-administrativo e representantes discentes. No seminário, são debatidos temas relativos às dificuldades enfrentadas no biênio anterior, assim como os sucessos atingidos. Também são estabelecidas metas para o biênio subsequente, além de elaboradas as estratégias para alcançá-las. Atividades de formação continuada para o corpo docente também são priorizadas nesse momento da avaliação como uma forma de fornecer instrumentos para melhorar a qualidade do ensino oferecido pelos cursos.

A avaliação quantitativa, por sua vez, é realizada por meio da análise dos índices fornecidos pela UFPI a respeito do desempenho e da permanência dos alunos no curso. Esta análise tem como objetivo verificar numericamente pontos fortes e fracos do Cursos de Licenciatura em Letras - Inglês, sendo divulgada entre o corpo docente do curso e discutida no seminário de avaliação bianual. Dentre os índices considerados estão a Taxa de sucesso na graduação (TSG), a Taxa de evasão na graduação (TEG), a Taxa de retenção na graduação (TRG) e a Taxa de ocupação na graduação (TOG). Estes índices estão descritos com maiores detalhes no Projeto Pedagógico Institucional da UFPI (PPI) e no PDI UFPI 2020/2024. O desempenho dos alunos dos cursos de Letras Inglês no ENADE, além de outras eventuais avaliações, também são usados para a avaliação quantitativa.

Já a avaliação dos egressos é estabelecida pela Resolução CNE/CP No 2/2019, em seu artigo 24, ao afirmar que “As IES deverão organizar um processo de avaliação dos egressos de forma contínua e articulada com os ambientes de aprendizagens.” (BRASIL, 2019. p. 11). Essa avaliação também é realizada bianualmente por meio da aplicação de questionários on-line aos egressos do biênio anterior. O questionário busca verificar a inserção dos egressos no mercado de trabalho, ou as dificuldades que eles enfrentam para tal inserção, assim como sua inserção em cursos de formação continuada ou de pós-graduação. Também são coletadas informações a respeito dos impactos percebidos pelos egressos que o Curso de Licenciatura em Letras - Inglês da UFPI exerceram sobre sua formação cidadã e profissional. Os dados

obtidos por meio desses questionários são discutidos nos seminários de avaliação e servem de ferramenta para auxiliar na avaliação bianual.

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

6.1 Disciplinas Obrigatórias do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês

1º PERÍODO

DISCIPLINA: Língua Inglesa I		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	-
EMENTA: Ensino de língua inglesa para fins comunicacionais diversos em nível básico/pré-intermediário e de seus elementos formais associados à autorreflexão teórico-prática.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>AZAR, B. S. Basic English Grammar. 3 ed. White Plains: Pearson/Longman, 2006.</p> <p>BLANCHARD, Karen; ROOT, Christine. Ready to Write 1: A First Composition Text. 3.ed. London: Longman, 2010.</p> <p>LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. American English File 1: Student's Book. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.</p> <p>_____. American English File 1: Workbook. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.</p> <p>_____. American English File 1: Class Audio CDs. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. [CDs de audio]</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>SEATON, A.; MEW, Y. H. Basic English Grammar for English Language Learners. Irvine: Saddleback Educational Publishing, 2007.</p> <p>McCARTHY, M.; O'DELL, F. English Vocabulary in Use: Elementary. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.</p> <p>MURPHY, Raymond. English Grammar in Use. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.</p> <p>SAGALA, Jennifer. Longman Photo Dictionary of American English. London: Longman,</p>		

2006.

BROWN, Steven; SMITH, Dorolyn. **Active Listening 1: Student's Book with Self-Study Audio CD**. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HEYER, Sandra. **Very Easy True Stories: A Picture-Based First Reader**. Boston: Addison-Wesley, 1998.

DISCIPLINA: Linguística		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	-
EMENTA: Linguagem humana e comunicação animal. O desenvolvimento da linguagem humana (Filogênese e ontogênese). Os estudos da linguagem anteriores ao Século XX. Saussure e o Estruturalismo. Behaviorismo e comportamento linguístico. Chomsky e o Gerativismo. Funcionalismo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CARBONI, Florence. Introdução à Linguística . Belo Horizonte. Autêntica. 2008.		
CARVALHO, Castelar de. Para Compreender Saussure . Petrópolis: Editora Vozes. 2010.		
DEL RÉ, Alessandra. Aquisição da Linguagem: uma abordagem psicolinguística . São Paulo: Contexto. 2006.		
DEPECKER, Loïc. Compreender Saussure a partir dos Manuscritos . Petrópolis: Editora Vozes. 2012.		
FERRARI, Lilian. Introdução à Linguística Cognitiva . São Paulo: Contexto. 2011.		
FISCHER, Steve Roger. Uma Breve História da Linguagem: Introdução à origem das línguas . São Paulo: Novo Século. 2009.		
MARTELOTTA, Mário Eduardo. Manual de Linguística . São Paulo: Contexto. 2008.		
_____. Mudança Linguística: uma abordagem baseada no uso . São Paulo: Cortez Editora. 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
MARTIN, Robert. Para Entender a Linguística . São Paulo: Parábola Editorial, 2003.		
RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma Linguística Crítica . Parábola Editorial. 2009.		
ROSA, Maria Carlota. Introdução à (Bio)Linguística: Linguagem e mente . São Paulo: Contexto. 2010.		
YULE, George. The Study of Language . 4 th Ed. Glasgow: Cambridge University Press. 2010.		

DISCIPLINA: História da Língua Inglesa		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	-
EMENTA: Estudo histórico do processo de formação da língua inglesa e das etapas de sua evolução.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>DIAMOND, Robert E. Old English: Grammar and Reader. Detroit: Wayne State University Press, 1970.</p> <p>FRASER, Rebecca. The story of Britain: from the Romans to the present – a narrative History. New York: W. Norton & Company, 2006.</p> <p>FULK, R. D. An introduction to Middle English: Grammar and Texts. Peterborough: Broadview Press, 2012.</p> <p>GANGOPADHYAY, Avik. Essentials of English Philology, Phonetics, Linguistics. 2.ed. London: Books Way, 2015.</p> <p>GÖRLACH, Manfred. Introduction to Early Modern English. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.</p> <p>TAYLOR, Alan. American Colonies: The Settling of North America. London: Penguin, 2002.</p> <p>TOMBS, Robert. The English and Their History. New York: Vintage, 2016.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BARBER, Charles. Early Modern English. Edinburg: Edinburgh University Press, 1997.</p> <p>BURROW, J. A.; TURVILLE-PETRE, Thorlac. A Book of Middle English. 3.ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2004.</p> <p>ROBINSON, Orrin W. Old English and its Closest Relatives: A Survey of the Earliest Germanic Languages. Palo Alto: Stanford University Press, 1993.</p> <p>SMITH, Jeremy J. Essentials of Early English: Old, Middle and Early Modern English. 2.ed. London: Routledge, 2005.</p>		

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	-

EMENTA: Familiarização do licenciando com o mundo da surdez. O sujeito surdo em um mundo ouvinte. Apresentação e desenvolvimento da língua brasileira de sinais. Libras como língua legítima da comunidade surda e os sinais como alternativa natural para a expressão linguística. A língua portuguesa como uma segunda língua. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AHLGREEN, I. & HYLSTENSTAM, K. (eds). **Bilingualism in deaf education**. Hamburg: Signumverl., 1994.

Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, (1944: Salamanca). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília: Corde, 1997.

QUADROS, R.M. **Aquisição de L1 e L2:** o contexto da pessoa surda. Anais do Seminário Desafios e Possibilidades na Educação Bilíngue para Surdos. Rio de Janeiro: INES, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SKLIAR, C. (org.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

DISCIPLINA: Psicologia da Educação

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	-

EMENTA: A ciência psicológica. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem. Transtornos e dificuldades de aprendizagem. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMIRALIAN, M. L. T. **Psicologia do excepcional**. São Paulo: EP, 1996. BRAGHIROLI, E. M. e et. al. **Psicologia geral**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CASTORINA, J.A. et.al. **Piaget e Vygotsky:** novas contribuições para o debate. São Paulo: Ática, 1996.

DAVIDOFF, L. L. **Introdução à psicologia**. Tradução: Lenke Perez. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

FERREIRA, M.; SANTOS, M. R. dos. **Aprender e ensinar, ensinar e aprender**. Porto: Afrontamento, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARÍES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. e TEXEIRA, M^a de L. T. **Psicologia**: uma introdução ao estudo de Psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. **Psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2001.

COLL, C.; PALACIO, J.; MARCHESI, A. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia e educação**. Trad. Angélica Mello Alves, Vol. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia e educação: psicologia e evolução**. Trad. Angélica Mello Alves, v. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Trad. Angélica Mello Alves, v. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COUTINHO, M.T. da C.; MOUREIRA, M. **Psicologia educacional**: um estudo dos processos de desenvolvimento e aprendizagem humanos voltados para a educação; ênfase na abordagem construtivista 3. ed. Belo Horizonte: Lê, 1993.

FONTANA, R.; CRUZ, N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

GALVÃO, I. **Henri Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOMES, M. de F. C. **Relação entre desenvolvimento e aprendizagem**: consequência em sala de aula. v. 8 n. 45.

GOULARTE, I. B. **Psicologia da educação**-fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. **Fundamentos psicologia da educação**. Belo Horizonte - MG: Lê, 1982.

LA TAILLE, Y de. **Piaget, Vygotsky e Wallon**: teoria psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

LURIA, A. R. **Curso de psicologia geral**. 2 ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A. V. 1. Introdução Evolução à Psicologia, 1991.

MAUTI, J. **Construtivismo**: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Moderna, 1996.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MOLON, S. I. **Psicologia social**. Subjetividade e construção do sujeito em Vygotsky. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOOL, L. **Vygotsky e a educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MORREIRA, M. A. **Teoria da aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

_____ **Ensino aprendizagem:** enfoques teóricos. São Paulo: Morais, 1985.

NYE, R.D. **Três psicologias** - Ideias de Freud Skinner e Rogers. Trad. Robert Brian Taylor. São Paulo: Pioneira, 2002.

NUNES, T.; BARBOSA, L.; BRYANT, P. **Dificuldades na aprendizagem da leitura:** teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2001.

REY, F. G. **Sujeito e subjetividade.** São Paulo: Thomson, 2003.

SALVADOR, C. C. (org.) **Psicologia da educação.** Trad. Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TELES, M. L. S. **O que é psicologia.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

WOOLFOK, A. E. **Psicologia da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

ZIRALDO. **Uma professora maluquinha.** Livraria Universal. 1985.

DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	-
EMENTA: As técnicas e modalidades de registros das leituras filosófica e científica: esquema, resumo e resenha; normalização dos trabalhos científicos; os problemas metodológicos do conhecimento: bom senso, científico e filosófico; formas de produção do conhecimento: pesquisa bibliográfica, monografia e artigo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 1998.		
BOAVENTURA, Edivaldo M. Como ordenar as ideias. São Paulo: Ática, 1997.		
COSSUTA, Frédéric. Elementos para a leitura dos textos filosóficos. São Paulo: Martins Fontes, 1994.		
HUHNE, Leda M. (org). Metodologia científica: cadernos de textos e técnicas. Rio de Janeiro: Agir, 1988.		
LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1985.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
LUCKESI, Cipriano et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1991.		
TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa		

em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

DISCIPLINA: Seminário de Introdução ao Curso		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.0.0	30h	-
EMENTA: Currículo do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês. Instâncias da UFPI e suas competências.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
Regimento Geral da UFPI.		
Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras – Inglês.		

2º PERÍODO

DISCIPLINA: Língua Inglesa II		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Língua Inglesa I
EMENTA: Ensino de língua inglesa para fins comunicacionais diversos em nível pré-intermediário e de seus elementos formais associados à autorreflexão teórico-prática.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
AZAR, Betty S.; HAGEN, Stacy A. Fundamentals of English Grammar . 4.ed. White Plains: Pearson/Longman, 2011.		
BLANCHARD, Karen; ROOT, Christine. Ready to Write 1: A First Composition Text . 3.ed. London: Longman, 2010.		
LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. American English File 2: Student's Book . 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.		
_____. American English File 2: Workbook . 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.		
_____. American English File 2: Class Audio CDs . 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. [CDs de áudio]		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
SEATON, A.; MEW, Y. H. Basic English Grammar for English Language Learners . Irvine: Saddleback Educational Publishing, 2007.		

McCARTHY, M.; O'DELL, F. **English Vocabulary in Use: Elementary**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MURPHY, Raymond. **English Grammar in Use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SAGALA, Jennifer. **Longman Photo Dictionary of American English**. London: Longman, 2006.

BROWN, Steven; SMITH, Dorolyn. **Active Listening 1: Student's Book with Self-Study Audio CD**. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HEYER, Sandra. **Very Easy True Stories: A Picture-based First Reader**. Boston: Addison-Wesley, 1998.

DISCIPLINA: Metodologia de Ensino de Língua Inglesa		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Linguística
EMENTA: A docência e a metodologia de ensino de língua inglesa. Tendências da educação e do ensino de língua inglesa. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BROWN, D. H. Principles of language learning and teaching . New York: Longman, 2000.		
ALMEIDA FILHO, J. C. P.(Org.). O professor de língua estrangeira em formação . Campinas: Pontes, 1999.		
LIMA, D. C. (Org.) Ensino e aprendizagem de língua inglesa: conversas com especialistas . São Paulo: Parábola Editorial, 2021.		
RICHARDS, J. & NUNAN, D. Second language teacher education . New York: Cambridge University, 1990.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
AGUIAR, G. E. de. O ensino de língua inglesa . Teresina: EDUFPI, 2002.		
ALMEIDA FILHO, J.C.P. Dimensões comunicativas no ensino de línguas . Campinas: Pontes, 1993.		
ELLIS, R. The study of second language acquisition . Oxford: Oxford University Press, 2001.		
NOVOA, A. (Org). Profissão professor . Lisboa: Porto, 1992. p.93-123.		
HERNÁNDEZ, F. e VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de		

trabalhos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo, Cortez, 1999.

PERRENOUD, P.10 **Novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

RICHARDS, J. C. & Rodgers, T. S. **Approaches and methods in language teaching.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SACRISTÁN, G. J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SACRISTÁN G. e GOMEZ, A I P.. **Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

DISCIPLINA: Fonética e Fonologia da Língua Inglesa		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Língua Inglesa I
<p>EMENTA: Estudo dos aspectos segmentais da fonética e fonologia da língua inglesa. Desenvolvimento da competência oral em língua inglesa por meio do estudo e prática da fonologia segmental da língua. Reflexões sobre a prática pedagógica da pronúncia da língua inglesa no ensino fundamental e médio.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>CRYSTAL, D. A Dictionary of Linguistics and Phonetics. Willey-Blackwell, Ed. 6. 2011.</p> <p>GILBERT, J. B. Clear Speech: pronunciation and listening comprehension in North American English. Cambridge/New York: CUP, 6th edition, 2017.</p> <p>HANCOCK, M. English pronunciation in use. Cambridge: Cambridge University Press, 2nd. Edition, 2017.</p> <p>ROACH, P. English phonetics and phonology: A practical course. Cambridge: Cambridge University Press, 4th Edition, 2009.</p> <p>SILVA, T.C. Pronúncia do Inglês – para falantes de português brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2012 (2^a.ed.).</p> <p>UNDERHILL, A. Sound foundations: Learning and Teaching Pronunciation. New York: Macmillan, 2005.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BAKER, Ann. Ship or sheep? An intermediate pronunciation course. Cambridge: University Press, 3rd. Edition, 2006.</p> <p>HEWINGS, Martin. Pronunciation tasks. A course for pre-intermediate learners.</p>		

Cambridge: University Press, 2011.

LANE, Linda. **Basics in pronunciation**. Intermediate practice for clear communication. Columbia University, 1997.

_____. **Focus on pronunciation**. Principles and practice for effective communication. Pearson Publication ESL, 3rd. Edition, 2012.

NISEN, Alleen Pace and NILSEN, Don L. F. **Pronunciation contrasts in English**. Waveland Press, 2nd. Edition, 2010.

DISCIPLINA: Teoria da Literatura I

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	-

EMENTA: Introdução aos estudos literários: natureza, função e evolução da literatura e teoria literária. Gêneros literários e técnicas da composição literária: estrutura e operadores de leitura da narrativa, do poema e da peça dramática. Elementos da linguagem literária. Diálogos entre a literatura e outros campos. Análise do texto literário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria da literatura**. 8.ed. Coimbra: Almedina, 2010.
BIASI, Pierre-Marc de et al. **Métodos críticos para a análise literária**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (Org) **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3.ed. Maringá: EdUEM, 2014.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

JOUVE, Vincente. **Por que estudar literatura?** São Paulo: Parábola, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. São Paulo: 34, 2003.

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: 34, 2015.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CÂNDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. **Seis passeios pelo bosque da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GENETTE, Gérard. **Palimpsestos: a literatura de segunda mão**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1975.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**. São Paulo: 34, 2000.

REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. São Paulo: Difel, 2017.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

DISCIPLINA: Filosofia da Educação

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	-

EMENTA: Filosofia e filosofia da educação: concepções e especificidades da Filosofia; concepções de educação; tarefas da filosofia da educação; relação entre educação, pedagogia e ensino. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-políticas e estéticas. A dimensão teleológica da práxis educativa. Filosofia da educação e a formação do/a professor/a.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CUNHA, M. V. **John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula**. Petrópolis (RJ), 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRITO, E. F. de. CHANG, L. H. (Orgs.) **Filosofia e método**. São Paulo: Loyola, 2002.

BULCÃO, E. B. M. **Bachelard: pedagogia da razão, pedagogia da imaginação**. Petrópolis: Vozes, 2004.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F.. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: 14. ed. 1992.

DICIONÁRIOS de Filosofia.

FAYE, J. P. **O que é filosofia?** Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

GASPARIN, J. L. **Comênio**: a emergência da modernidade na educação. Petrópolis: Vozes, 1997. GAUTHER, C. et all. **Por uma teoria da pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Ijuí (RS): ed. da Universidade de Ijuí, 1998.

GHIRALDELLI Jr. P. **O que é pedagogia**. 3. ed. ver. e atual. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **Richard Rorty**: a filosofia do novo mundo em busca de mundos novos. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

_____. **Filosofia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **O que é filosofia da educação** – uma discussão metafilosófica.

_____. (org.) **O que é filosofia da educação?** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **Didática e teorias educacionais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GILES, T. R. **O que é filosofar?** 3. ed. São Paulo: EPU, 1984.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistências em educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GRANJO, M. H. B. **Agnes Heller**: filosofia, moral e educação. Petrópolis: Vozes, 1996.

HEGEL, G. W. F. **Escritos pedagógicos**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1998.

_____. **Discursos sobre educação**. Lisboa: Colibri, 1994.

IMBERNON, F. **A educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

IMBERT, F. **A questão da ética no campo educativo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

JAEGER, W. **Paidéia**: a formação do homem grego. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **A Filosofia contemporânea no Brasil**: conhecimento, política e educação. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

KANT, E. **Sobre a pedagogia**. Piracicaba: Ed. da Univ. Metodista de Piracicaba, 1996.

KEICHIKIAN, A. **Os filósofos e a educação**. Lisboa: Colibri, 1993.

KINCHELOE, J. L. **A formação do professor como compromisso político**: mapeando o pós-moderno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LUCKESI, C. C.; PASSOS, E. S. **Introdução à filosofia**: aprendendo a pensar. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MATTOS, O. **Filosofia a polifonia da razão**: filosofia e educação. São Paulo: Scipione, 1997. MCLAREN, P. **Multiculturalismo revolucionário**: pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 2000.

OZMON, H. A. **Fundamentos filosóficos da educação**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PENA-VEJA, A.; ALMEIDA, C. R. S. (Orgs.). **Edgar Morin: ética, cultura e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2000.

R ZENDE, A. Muniz de. **Concepção fenomenológica da educação**. São Paulo: Cortez; Campinas (SP) Autores Associados, 1990.

RIOS, T. A. **Ética e competência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

RODRIGUES, N. **Educação & Sociedade**. Campinas. v. 22, n. 76/Especial, out., 2001.

SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem: numa série de cartas**. São Paulo: Huminuras, 1990.

SEVERINO, A. J. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Filosofia da educação: construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994.

SOUZA, S. M. R. **Um outro olhar: filosofia**. São Paulo: FTD, 1995.

SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas: pedagogia da essência e a pedagogia da existência**. Lisboa: Horizonte, 1984.

TEIXEIRA, E. F. B. **A educação do homem segundo Platão**. São Paulo: Paulus, 1999.

VINCENTI, L. **Educação e liberdade: Kant e Fichte**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994.

VEIGA-NETO, A. (Org.) **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

ZUIN, A. A. S. **Indústria cultural e educação: o novo canto da sereia**. Campinas: Autores Associados, 1999.

DISCIPLINA: Legislação e Organização da Educação Básica

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	-

EMENTA: A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A educação básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, Theresa (orgs.) **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002.

BREZENZISKI, I. (org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo:

Cortez, 1997.

_____ **LDB Interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.

Constituição Estadual de 1989.

Constituição Federal de 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREIRA, N. S. C. & AGUIAR, M. A. da S. **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. Campinas: Cortez, 2000.

Decreto n. 5.154/2004.

Ementa Constitucional n. 14/96.

GENTILLI, P. **A falsificação do consenso**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MENDOÇA, Erasmo. **Democracia e patriotismo na educação brasileira**. Campinas: FE/UNICAMP, Lappanae, 2000.

MONLEVADE, J.A.C. Financiamento da educação na Constituição Federal e na LDB. In: OLIVEIRA, R. Portela. **Gestão, financiamento e direito à educação** – análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001.

Resolução n. 02/97. Resolução n. 03/97.

PRETI, O. (org.). **Educação à distância**: inícios de um percurso. Cuiabá: UFMT, 1996.

BREZENZISKI, I. (org.) **LDB interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.

SHIROMA, Envida Oto et al. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação** – trajetória limites e perspectivas. São Paulo: Autores Associados, 1998.

3º PERÍODO

DISCIPLINA: Língua Inglesa III		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Língua Inglesa II
EMENTA: Ensino de língua inglesa para fins comunicacionais diversos em nível intermediário e de seus elementos formais associados à autorreflexão teórico-prática.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
AZAR, Betty S.; HAGEN, Stacy A. Fundamentals of English Grammar . 4.ed. White Plains: Pearson/Longman, 2011.		

BLANCHARD, Karen; ROOT, Christine. **Ready to Write 2: A First Composition Text**. 3.ed. London: Longman, 2016.

LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. **American English File 2: Student's Book**. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.

_____. **American English File 2: Workbook**. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.

_____. **American English File 2: Class Audio CDs**. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. [CDs de áudio]

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BROWN, Steven; SMITH, Dorolyn. **Active Listening 2: Student's Book with Self-study Audio CD**. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Longman Dictionary of American English. 5.ed. London: Longman, 2014.

McCARTHY, M.; O'DELL, F. **English Vocabulary in Use: Intermediate**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

METHOLD, Ken. **Short Articles for Reading Comprehension 1: Low Intermediate**. Alamo: Compass Publishing, 2008.

TORRES-GOUZERH, Robin. **Practice Makes Perfect: Intermediate English Grammar for ESL Learners**. 2.ed. New York: McGraw-Hill Education, 2015.

DISCIPLINA: Linguística Aplicada I: Introdução

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Linguística

EMENTA: Noções teóricas básicas em linguística aplicada e natureza do processo de ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira (LE).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. Editora Cortez, São Paulo. Brasil, 8a ed, 2011.

EDGE, J; GARTON, S. **From Knowledge to Experience in ELT**. Oxford University Press, 2009.

FREEMAN, D. **Doing Teacher Research. From Inquiry to Understanding**. Heinle & Heinle Publishers, Canada, 1998.

LUCAS, P. D. O; FERRARETO, R. L. R. **Temas e Rumos nas Pesquisas em Linguística (Aplicada): Questões Empíricas, Práticas e Éticas**. Vol 1. Pontes Editores, Campinas, 2015.

LUCAS, P. D. O; FERRARETO, R. L. R. **Temas e Rumos nas Pesquisas em Linguística (Aplicada):** Questões Empíricas, Práticas e Éticas. Vol 2. Pontes Editores, Campinas, 2017.

MENEZES, V.; SILVA, M. M.; GOMES, I.F. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, R.C.; ROCA, P. **Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos.** São Paulo: Contexto, 2009.

SIGNORINI, I. e M. C. CAVALCANTI (orgs.) **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade:** Questões e Perspectivas. Campinas: Mercado de Letras. p. 216, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEFFA, V. J. **A linguística aplicada e seu compromisso com a sociedade.** Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada. Belo Horizonte: UFMG, 7-11 de outubro de 2001. Disponível em:
http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/la_sociedade.pdf

LIBÂNEO, J. C. Reflexibilidade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? (2005). In: PIMENTA, S. G; GHEDIN, E. **Professor reflexivo no Brasil:** gênese e crítica de um conceito. 3 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de Linguística Aplicada.** Campinas: Mercado das Letras, 1996.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício do professor:** profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002, 232p.

PIMENTA, S. G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. **Professor reflexivo no Brasil:** gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005, 226p.

SMYTH, J. Teacher's work and the politics of reflection. **American Education Research Journal**, v. 29, n. 2, 1992.

VIANA, N. (1997). Planejamento de Cursos de línguas - Pressupostos e Percurso. In: José Carlos Paes de Almeida Filho. **Parâmetros Atuais para o Ensino de Português Língua Estrangeira.** Campinas - SP: Pontes, p. 29-48, 1997.

VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. A Formação do Professor de Línguas de uma Perspectiva Sociocultural. **SIGNUM: Estudos da Linguagem**, Londrina, v.15, n.2, dez, pp. 457-480, 2012.

DISCIPLINA: Morfologia da Língua Inglesa



Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Língua Inglesa II
<p>EMENTA: Estudo de conceitos básicos de morfologia da língua inglesa. Elementos de morfologia: morfemas e alomorfes; tipos de morfemas; flexão e derivação; processos de formação de palavras. Reflexão sobre as relações entre os conteúdos de morfologia estudados e o ensino de línguas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>ARONOPHY, M.; FUDEMAN, K. What is Morphology? (Fundamentals of Linguistics). 2nd. Edition. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2011.</p> <p>CARSTAIRS-McCARTHY, A. An Introduction to English Morphology. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.</p> <p>_____. Allomorphy in Inflexion. London: Routledge, 2013.</p> <p>DON, J. Morphological Theory and the Morphology of English (Edinburgh Textbooks on the English Language Advanced EUP). Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.</p> <p>HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. Hallidays's Introduction to Functional Grammar. 4th Edition. London: Routledge, 2013.</p> <p>LUSEKELO, A. Linguistic Morphology: A Student's Guide. Dar es Salaam: E&D Vision Publishing Limited, 2015.</p> <p>SPENCER, A. Morphological Theory: An introduction to word structure in generative grammar. 2nd Edition. Hoboken: Willey-Blackwell, 2004.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BRINTON, L. J. The structure of Modern English: A linguistic introduction. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co., 2000.</p> <p>HASPELMATH, M. Understanding Morphology (Understanding Language). 2nd Edition. London: Routledge, 2013.</p> <p>LIEBER, R. Introducing Morphology. 2nd Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.</p> <p>PLAG, I. Word Formation in English. 2nd Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.</p>		

DISCIPLINA: Estratégias de Leitura em Língua Inglesa		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Língua Inglesa II



EMENTA: Análise e discussão de concepções teóricas sobre compreensão de textos em língua estrangeira e suas contribuições ao processo de ensino-aprendizagem. Estudo do processo de leitura e suas relações com a produção de textos. Estudo sobre a abordagem instrumental com ênfase em leitura. Análise e discussão de concepções teóricas sobre leitura crítica e suas contribuições ao processo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AEBERSOLD, J.A.; FIELD, M.A. **From Reader to Reading Teacher: Issues and Strategies for Second Language Classrooms.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

COIRO, J.; KNOBEL, M.; LANKSHEAR, C.; LEU, D.J. (Ed.). **Handbook of Research on New Literacies.** London: Routledge, 2008.

CORRÊA, M.L.G.; BOCH, F. (Org.) **Ensino de Língua: Representação e Letramento.** Campinas: Mercado de Letras, 2006.

FARRELL, T.S.C. **Teaching Reading to English Language Learners: A Reflective Guide.** Dallas: Corwin, 2008.

GEE, J.P. **Teaching, Learning, Literacy in our High-Risk High-Tech World: A Framework for Becoming Human.** New York: Teachers College Press, 2017.

SPEARS, D. **Developing Critical Reading Skills.** 9th Edition. New York: McGraw-Hill Education, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CORACINI, M.J. (Org.) **O Jogo Discursivo na Aula de Leitura: Língua materna e língua estrangeira.** 2ª. Ed. Campinas: Pontes, 2002.

BAKER, E. A.; LEU, D.J. (Ed.) **The New Literacies: Multiple Perspectives on Research and Practice.** New York: The Guilford Press, 2010.

EVANS, N.W. ; ANDERSON, N.J. ; EGGINGTON, W.G. (Ed.) **ESL Readers and Writers in Higher Education: Undertanding Challenges, Providing Support.** London: Routledge, 2015.

GEE, J.P. **Situated Language and Learning: A Critique of Traditional Schooling (Literacies).** London: Routledge, 2004.

GONÇALVES, G.R. (et.al.) Org. **New Challenges in Language and Literature.** Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009.

HERRERA, S.G.; PEREZ, D.R.; ESCAMILLA, K. **Teaching Reading to English Language Learners: Differentiated Literacies.** 2nd Edition. Londres: Pearson, 2014.

KALANTZIS, M.; COPE, B.; CHAN, E.; DALLEY-TRIM, L. **Literacies**. 2nd Edition. Cambridge: Cambridge University Press, , 2016.

KLEIMAN, A. **Oficina de Leitura: Teoria e prática**. 7^a.ed. Campinas: Pontes, 2000.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. **New Literacies: Everyday Practices and Social Learning**. 3rd. Edition. London: Open University Press, 2011.

MATHER, P.; MCCARTHY, R.R. **The Art of Critical Reading**. 4th Edition. New York: McGraw-Hill Education, 2015.

NATION, P. **Teaching ESL/EFL Reading and Writing**. London: Routledge, 2008.

NUTTALL, C. **Teaching Reading Skills in a Foreign Language**. 2nd Edition. Portsmouth: Heinemann, 1996.

PATTISON, T. **Critical Reading: English for Academic Purposes**. London: Pearson Education ESL, 2015.

PIMENTA. S.M.O. Os Efeitos do Distanciamento da Leitura Crítica de Textos. In: PAIVA.V.L.M.O. (org.) **Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências**. Campinas: Pontes, 2005.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.

DISCIPLINA: Didática Geral

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Psicologia da Educação

EMENTA: Fundamentos epistemológicos da didática. A didática e a formação do professor. O planejamento didático e a organização do trabalho docente. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas & GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio obrigatório na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2005.

MORALES, Pedro. **A relação professor-aluno: o que é como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica.** Paradigmas da ciência que levam à reprodução do conhecimento. Unidade I. Curitiba: Champagnat, 2004.

CASTRO, Amélia Domingues et al. **Ensinar a Ensinar:** didática para escola fundamental e médio. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.

COUTINHO, Regina Maria Teles. **Pedagogia do ensino superior:** formação inicial e formação continuada. Teresina: Halley, 2007.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação:** os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

MARTINS, Pura Lucia Oliver (org.). **Conhecimento local e conhecimento universal:** pesquisa didática e ação. Curitiba: Champagnat, 2004.

RIOS, Teresinha Azeredo. **Compreender e ensinar:** por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.

SANT ANNA, Ilza Martins. **Didática:** Aprender a ensinar – técnicas e reflexos pedagógicos para formação de professores. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

SCARPATO, Marta (org.). **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer.** São Paulo: Avercamp, 2004.

TOSI, Maria Raineldes. **Didática geral:** um olhar para o futuro. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Lições de didática.** Campinas: Papyrus, 2006.

_____. **Técnicas de ensino: por que não?** Campinas: Papyrus, 1995. ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Psicologia da Educação
EMENTA: Paradigmas de avaliação da aprendizagem. Concepções de avaliação vigentes na escola. Práticas avaliativas no ensino fundamental e Instrumentos de avaliação. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
HOFFMAN, Jussara. Avaliação mito & desafio - uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991.		

_____. **Avaliação mediadora** - uma prática em construção pré-escolar à Universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação educacional: pressupostos conceituais. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, 7 (24): 5-8, 1978.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DEPRESBITERIS, Léa. **O desafio da avaliação da aprendizagem**: dos fundamentos a uma proposta inovadora. São Paulo: EPU, 1989.

HAYDT, Regina Célia Cazanix. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática S. A., 1989.

LIMA, Adriana de Oliveira. **Avaliação escolar** - julgamento x construção. Petrópolis: Vozes, 1994. LUDKE, Menga e MEDIANO, Zélia (Coords.). **Avaliação na escola de 1º grau**: uma análise sociológica. São Paulo: Papirus.

POPHAM, W. James. **Avaliação educacional**. Rio de Janeiro: Globo, 1983

REVISTA DA EDUCAÇÃO AEC. **Avaliando a avaliação**. Ano 15, nº 60, abril-julho, 1980.

SOUSA, Clarilza Prado de. (org.) **Avaliação do rendimento escolar**. São Paulo: Papirus, 1991.

4º PERÍODO

DISCIPLINA: Língua Inglesa IV

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Língua Inglesa III

EMENTA: Ensino de língua inglesa para fins comunicacionais diversos em nível intermediário e de seus elementos formais associados à autorreflexão teórico-prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZAR, B. S.; HAGEN, S. A. **Fundamentals of English Grammar**. 4.ed. White Plains: Pearson/Longman, 2011.

BLANCHARD, K.; ROOT, C. **Ready to Write 2: A First Composition Text**. 3.ed. London: Longman, 2016.

LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. **American English File 3: Student's Book**. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.

LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. **American English File 3: Workbook**. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.

LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. **American English File 3: Class Audio CDs**. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. [CDs de áudio]

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BROWN, S.; SMITH, D. **Active Listening 2: Student's Book with Self-Study Audio CD**. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Longman Dictionary of American English. 5.ed. London: Longman, 2014.

MCCARTHY, M.; O'DELL, F. **English Vocabulary in Use: Intermediate**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

METHOLD, K. **Short Articles for Reading Comprehension 1: Low Intermediate**. Alamo: Compass Publishing, 2008.

TORRES-GOUZERH, R. **Practice Makes Perfect: Intermediate English Grammar for ESL Learners**. 2.ed. New York: McGraw-Hill Education, 2015.

DISCIPLINA: Linguística Aplicada II: multimodalidade, multiletramentos e tecnologias

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Linguística Aplicada I: Introdução

EMENTA: Noções básicas da semiótica social, da multimodalidade, dos multiletramentos (letramento digital e letramento multimodal/visual crítico) e de tecnologias digitais: fundamentos teóricos e aplicações ao ensino de línguas e formação de professores. Ferramentas para a leitura e produção de textos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANSTEY, M.; BULL, G. **Teaching and learning multiliteracies: changing times, changing literacies**. Australia: International Reading Association, 2006. p. 19-55.

ARAÚJO, J; PINHEIRO, R. C. Letramento digital: história, concepção e pesquisa. In: GONÇALVES, A. V.; SILVA, W. R.; GOIS, M. L. de S. **Visibilizar a Linguística Aplicada: abordagens Teóricas e Metodológicas**. Pontes. 2014. p. 293-320.

BULL, G.; ANSTEY, M. **Evolving pedagogies: reading and writing in a multimodal world**. Australia: Curriculum Press, 2010.

GEE, J. P. **What videogames have to teach us about learning and literacy**. New York: Pelgrave Macmillan, 2003.

GEE, J. P. **The anti-education era: creating smarter students through digital learning.** New York: Palgrave/MacMillan, 2019.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic: The social interpretation of language and meaning.** Londres: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C. **Halliday's introduction to functional grammar.** 4th ed. London: Routledge, 2014.

JENKINS, H. **Cultura da convergência.** São Paulo: Editora Aleph, 2008.

JEWITT, C. (Ed.). **The Routledge handbook of multimodal analysis.** London: Routledge, 2009.

JEWITT, C.; BEZEMER, J.; O'HALLORAN, K. **Introducing multimodality.** Oxon: Routledge, 2016.

KRESS, G. **Multimodality: a social semiotic approach to contemporary communication.** London: Routledge, 2010.

KRESS, G; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of visual design.** 2nd ed. London: Routledge, [1996, 2006], 2021.

LARSEN-FREEMAN, D; ANDERSON, M. **Techniques and principles in language teaching.** Oxford: OUP, 2011.

NEW LONDON GROUP. A pedagogy of multiliteracies: designing social futures. **Harvard Educational Review**, v. 66, n. 1, p. 60-93, Spring 1996. Disponível em: http://newarcproject.pbworks.com/f/Pedagogy%2Bof%2BMultiliteracies_New%2BLondon%2BGroup.pdf . Acesso em: 25 jan. 2017.

PATEL, C. Use of multimedia technology in teaching and learning communication skill: |n analysis. **International Journal of Advancements in Research & Technology.** 2 (7), p. 116-123, 2013. Disponível em: <http://www.ijoart.org/docs/Use-of-Multimedia-Technology-in-Teaching-and-Learning-communication-skill.pdf> . Acesso em 05 dez 2021.

SERAFINI, F; GEE, E. (Ed.) **Remixing Multiliteracies: Theory and Practice from New London to New Times.** New York: Teachers College Press, 2017.

UNSWORTH, L. **Teaching multiliteracies across the curriculum: changing contexts of text and image in classroom practice.** Buckingham, UK: Open University, 2001.

VAN LEEUWEN, T. **Introducing social semiotics.** London: Routledge, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, D. B. L. (Org.). **Perspectivas em análise visual: do fotojornalismo ao blog.** João Pessoa: UFPB, 2008.

Callow, J. **The shape of text to come: how image and text work.** Australia: PETAA, 2013.

CALLOW, J. Show me: principles for assessing students' visual literacy. **The Reading Teacher**, v. 61, n. 8, p. 616-626, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20204641?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 24 jan 2017.

COPE, B.; KALANTZIS, M. "Multiliteracies": new literacies, new learning. **Pedagogies: An International Journal**, Singapore, v. 4, p. 164-195, 2009.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. ed. São Paulo: Cortez, [1989] 2011.

GOLDSTEIN, B. **Working with images: a resource book for the language classroom**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

KLEIMAN, A. B. **Preciso "ensinar" o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Cefiel/IEL/Unicamp/MEC. 2010.

LÉVY, P. A Revolução contemporânea em matéria de comunicação. **Revista FAMECOS**: Porto Alegre. No. 9. p.37-49. 1998.

MARTINEC, R.; SALWAY, A. A system for image-text relation in new and old media. **Visual Communication**, London, v. 4, n. 3, p. 339-374, 2005. Disponível em: <http://www.bbrel.co.uk/pdfs/06Martinec-Salway.pdf> . Acesso em: 25 jan. 2017.

ROJO, R. (Org.). **Escola conectada: os multiletramentos e as TICs**. São Paulo: Parábola, 2013. p. 13-36.

ROSE, G. **Visual methodologies: an introduction to researching with visual materials**. 3rd ed. Los Angeles: Sage, 2012.

SERAFINI, F. **Reading the visual: an introduction to teaching multimodal literacy**. London: Teachers College Press, 2014.

UNSWORTH, L.; THOMAS, A. (Ed.) **English teaching and new literacies pedagogy: interpreting and authoring digital multimedia narratives**. New York: Peter Lang, 2014.

DISCIPLINA: Sintaxe da Língua Inglesa

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Morfologia da Língua Inglesa

EMENTA: Estudo sistemático da língua inglesa. Estudos sobre a estrutura sintática da língua inglesa. Estudos contextualizados da gramática da língua inglesa. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAKER, C.L. **English Syntax** – 2nd Edition. The MIT Press, 1995.

BERK, L. M. **English Syntax: From Word to Discourse**. Oxford: University Press, 1999.

CELCE-MURCIA, M.; LARSEN-FREEMAN, D. **The Grammar Book: An ESL/EFL Teacher's Course**. Heinle ELT, 3rd. Edition, 2015.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. **Halliday's Introduction to Functional Grammar**. London: Routledge, 4th Edition, 2013.

JACOBS, R. A. **English Syntax: A Grammar for English Language Professionals**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

MILLER, J. **An Introduction to English Syntax**. Edinburgh: University Press, 2nd. Edition, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COWAN, R. **The Teacher's Grammar of English: A Coursebook and Reference Guide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

KOENEMAN, O.; ZEIJLSTRA, H. **Introducing Syntax**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

QUIRK, R. **A University Grammar of English**. Longman: Publishing Group, 1993.

RADFORD, A. **English Syntax: An Introduction**. Cambridge University Press, 2004.

SWAN, Michael. **Practical English Usage**. Oxford, 1995.

TALLERMAN, M. **Understanding Syntax**. Routledge Editors. 4th. Edition, 2014.

Van VALIN, R. D. **An Introduction to Syntax**. Cambridge University Press, 2001.

WEAVER, C. **Lessons to Share on Teaching Grammar in Context**. Heinemann, 1998.

DISCIPLINA: Literatura Britânica I

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo geral das produções literárias, autores, movimentos literários e crítica dos países que compõem o Reino Unido e a República da Irlanda do período Anglo-Saxônico ao Iluminismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GREENBLATT, S. (Org) **The Norton Anthology of English Literature: the Middle Ages**. 10.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2018. Vol. A

GREENBLATT, S. (Org) **The Norton Anthology of English Literature: the Sixteenth Century and the Early Seventeenth Century**. 10.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2018. Vol. B

GREENBLATT, S. (Org) **The Norton Anthology of English Literature: the Restoration and the Eighteenth Century**. 10.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2018. Vol. C

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHAUCER, G. **The Canterbury Tales**. 2.ed. Peterborough: Broadview Press, 2012.

DEFOE, D. **Works of Daniel Defoe**. Claremont: Coyote Canyon Press, 2010.

FIELDING, H. **Complete Works of Henry Fielding**. East Sussex: Delphi Classics, 2013.

MILTON, J. **Paradise Lost**. London: Penguin, 2003.

RAWSON, C.; HIGGINS, I. **The Essential Writings of Jonathan Swift**. New York: W. W. Norton & Company, 2009.

ROMANY, F.; LINDSEY, R. (Org) **Christopher Marlowe: The Complete Plays**. London: Penguin, 2003

The Anglo-Saxon Chronicle. Trad. J. Ingram. 2008. Disponível em <<http://www.gutenberg.org/files/657/657.txt>> Acesso em 31 Jan 2018.

TOLKIEN, J. R. R. **Beowulf: A Translation and Commentary**. Wilmington: Mariner Books, 2015.

WELLS, S.; JOWETT, J. (Ed.) **The Oxford Shakespeare: Complete Works**. 2.ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.

DISCIPLINA: Escrita Acadêmica I

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Língua Inglesa III-

EMENTA: Prática de redação em língua inglesa. A estrutura do parágrafo. Coesão e coerência. Do parágrafo ao texto: construção textual por meio de gêneros escritos utilizados em contextos diversos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BROOKES, A.; GUENDY, P. **Beginning to write**. Cambridge: University Press, 1999.

FOLSE, K. S.; SOLOMON, E.V.; CLABEAUX, D. **From Great Paragraphs to Great Essays**. Cengage Learning. 3rd. Edition, 2014.

FOWLER, W.S. **Progressive Writing Skills**. Newton ELT, 1989.

GREENE, S.; LIDINSKY, A. **From Inquiry to Academic Writing: A Text and Reader**.

Bedford/St. Martin's. 2nd. Edition, 2011.

INGRAM, B. & KING, C. **From Writing to Composition**. Cambridge: University Press, 2nd. Edition, 2004.

JOLLY, D. **Writing Tasks**. Cambridge University Press, 1988.

MUÑOZ PAGE, M. E. **ESL Intermediate/Advanced Writing**. 2006.

SWALES, J. M., FEAK, C.B. **Academic Writing for Graduate Students: Essential Tasks and Skills**. ELT, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARRETT, G. **Perfect English Grammar: The Indispensable Guide to Excellent Writing and Speaking**. Zephyros Press, 2016.

CHAMBERLAIN, A. J. **The Creative Writer's Toolbelt Handbook**. CWT Media, 2017.

COLLINS, C. **Advanced Learner's Dictionary**. Ricahrd Clay Ltda, Bungay, Suffalk, 2014.

JANZER, A. **The Writer's Process: Getting your Brain in Gear**. Cuesta Park Consulting, 2016.

MCARTHUR, T. **Lexicon of Contemporary English**, Longman, 1992.

STEINEMANN, K. **The Writer's Lexicon: Descriptions, Overused words, and Taboos**. K. Steinemann Enterprises, 2017.

STRAUCH, A. **Bridges to Academic Writing**. Cambridge University Press. Cambridge, England, 1998.

KIRKPATRICK, E. M.; PICKERING, D. MANSER, E. (Ed.) **The Cassell Thesaurus**. Cassel, 1998.

THURMAN, S. **The Only Grammar & Style Workbook You'll Ever Need: A One-stop Practice and Exercise Book for Perfect Writing**. Adams Media, 2012.

VINCE, M. **Advanced Language Practice**. MacMillan, 3rd. Edition, 2010.

WITHROW, J. **Effective Writing Teacher's Manual** Writing skills for Intermediate Students of American English. Cambridge University Press, 1987.

WHITE, R. V. **Teaching Written English**. Heinemann Educational Books, 2017.

WHITE, R.; ARNDT, V. **Process Writing**. Longman, 1991.

5º PERÍODO

DISCIPLINA: Língua Inglesa V

Créditos:

Carga Horária:

Pré-requisito(s):



2.2.0	60h	Língua Inglesa IV
EMENTA: Ensino de língua inglesa para fins comunicacionais diversos em nível intermediário superior e de seus elementos formais associados à autorreflexão teórico-prática.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
AZAR, Betty S.; HAGEN, Stacy A. Fundamentals of English Grammar . 4.ed. White Plains: Pearson/Longman, 2011.		
BLANCHARD, Karen; ROOT, Christine. Ready to Write 2: A First Composition Text . 3.ed. London: Longman, 2016.		
LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. American English File 3: Student's Book . 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.		
_____. American English File 3: Workbook . 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.		
_____. American English File 3: Class Audio CDs . 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BROWN, Steven; SMITH, Dorolyn. Active Listening 2: Student's Book with Self-Study Audio CD . 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.		
Longman Dictionary of American English . 5 ed. London: Longman, 2014.		
McCARTHY, M.; O'DELL, F. English Vocabulary in Use: Intermediate . Cambridge: Cambridge University Press, 2006.		
METHOLD, Ken. Short Articles for Reading Comprehension 1: Low Intermediate . Alamo: Compass Publishing, 2008.		
TORRES-GOUZERH, Robin. Practice Makes Perfect: Intermediate English Grammar for ESL Learners . 2.ed. New York: McGraw-Hill Education, 2015.		

DISCIPLINA: Linguística Aplicada III: bilinguismo e ensino de inglês na infância		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Linguística Aplicada I: Introdução
EMENTA: Conceitos teórico-práticos sobre o ensino de língua inglesa (LI) para crianças. Aquisição de língua estrangeira. Aquisição de língua materna. Bilinguismo. Educação bilíngue. Particularidades do ensino de línguas para crianças. Reflexões acerca da formação docente para atuação na educação infantil.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

CAMERON, L. **Teaching Languages to Young Learners**. Cambridge: CUP, 2001.

CARVALHO, R. C. M. **A teacher's discourse in EFL classes for very Young learners: investigating mood choices and register**. Florianópolis, SC: 119f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

COSTA, L. P. **Uso de um exame internacional de proficiência em língua inglesa para crianças no ensino fundamental brasileiro**. Campinas, SP: Dissertação (Mestre em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

COSTA, R. V. **Pode ser em inglês? Não. Em português primeiro: ensino de língua inglesa para crianças em contextos emergentes no país: um estudo de caso**. Campinas, SP: Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

MARINS, I. M. M. **O contexto social na motivação de crianças aprendizes de uma língua estrangeira**. Pelotas, RS: 113f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Católica de Pelotas, 2005.

PIRES, S. S. Ensino de inglês na educação infantil. In: SARMENTO, S.; MÜLLER, V. (Org.) **O ensino do inglês como língua estrangeira: estudos e reflexões**. Porto Alegre: APIRS, 2004. p.19-42.

ROCHA, Claudia Hilsdorf. Formação cidadã e língua estrangeiras para crianças na perspectiva do letramento crítico. In: LUCAS, Patrícia de Oliveira; RODRIGUES, Rosana Ferrareto Lourenço. (Org.). **Temas e rumos nas pesquisas em Linguística Aplicada: questões empíricas, éticas e práticas**. 1ed. Campinas - SP: Pontes, 2015, v. 1, p. 67-111.

SANTOS, L. I. S.; BENEDETTI, A. M. **Professor de Língua Estrangeira para Crianças: Conhecimentos Teórico-Methodológicos desejados**. Trab. Ling. Aplic., Campinas, 48(2): 333-351, Jul./Dez. 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MOON, J. **Children Learning English**. Oxford: Macmillan Heinemann, 2000.

PHILLIPS, S. **Young Learners**. Oxford: OUP, 2003.

PINTER, A. **Teaching Young Language Learners**. Oxford: OUP, 2006.

ROCHA, C. H. **Provisões para ensinar LE no ensino fundamental de 1a a 4a séries: dos parâmetros oficiais e objetivos dos agentes**. Campinas, SP: Dissertação (Mestre em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SANTOS, L. I. S. Crenças acerca da inclusão de língua inglesa nas séries iniciais.

Contexturas, n. 10, 2006. p.119-134.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado I		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.5	75h	Didática Geral
EMENTA: O processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas. Laboratório de planejamento da ação docente; construção de materiais didáticos; utilização das Novas Tecnologias em educação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
GARCIA, W. E. Educação: visão teórica e prática pedagógica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.		
MELLO, G, N. Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo: Cortez, 1998.		
MORAES, R. (ORG). Sala de aula: que espaço é este? Campinas: Papyrus, 1986.		
PAQUAY, L; PERRENOUD, P, CHARLIER, E. Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências? 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.		
PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (ORG.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
QUELUZ, A, G; ALONSO, M(ORG.). O trabalho docente: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1999.		
RODRIGUES, N. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez, 1985.		
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.		
ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre/: Arned, 1998.		

DISCIPLINA: Literatura Britânica II		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo geral das produções literárias, autores, movimentos literários e crítica dos países que compõem o Reino Unido e a República da Irlanda, do Romantismo à contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GREENBLATT, Stephen. (Org.) **The Norton Anthology of English Literature: The Romantic Period.** 10.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2018. Vol. D

_____. (Org) **The Norton Anthology of English Literature: The Victorian Age.** 10.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2018. Vol. E

_____. (Org) **The Norton Anthology of English Literature: The Twentieth Century and After.** 10.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2018. Vol. F

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AUSTEN, Jane. **Jane Austen: The Complete Works.** London: Penguin, 2016.

BLAKE, William. **The Complete Poetry & Prose of William Blake,** New York: Anchor, 1997

BRONTË, Charlotte; BRONTË, Emily; BRONTË, Anne. **The Brontë Sisters Boxed Set: Jane Eyre, Wuthering Heights, The Tenant of Wildfell Hall, Villette.** London: Penguin, 2016.

CARROLL, Lewis. **The Lewis Carroll Collection: 28 Classic Works.** New York: Waxkeep Publishing, 2013.

CHRISTIE, Agatha. **Murder on the Orient Express.** New York: HarperCollins, 2010.

DICKENS, Charles. **Major Works of Charles Dickens.** London: Penguin, 2011.

DOYLE, Arthur Conan. **Sherlock Holmes: The Complete Collection.** Melbourne: Oregan Publishing, 2017.

ELIOT, George. **Complete Works of George Eliot.** East Sussex: Delphi Classics, 2012.

GOLDING, William. **Lord of the Flies.** London: Penguin, 2003.

HARDY, Thomas. **Complete Works of Thomas Hardy.** East Sussex: Delphi Classics, 2011.

JOYCE, James. **The Collected Works of James Joyce.** Oxford: PergamonMedia, 2015.

KIPLING, Rudyard. **Rudyard Kipling: The Complete Novels and Stories.** Melbourne: Oregan Publishing, 2017.

McGANN, Jerome J. (Org) **Lord Byron: The Major Works.** Oxford: Oxford University Press, 2008.

RUSHDIE, Salman. **The Satanic Verses: A Novel.** New York :Random House, 2008.

SCOTT, Sir Walter. **Marmion and other Works.** Bedfordshire: Halcyon Press Ltd., 2009.

SHELLEY, Mary. **Complete Works of Mary Shelley.** East Sussex: Delphi Classics, 2013.

STOKER, Bram. **Dracula**. Chicago: Dover Publications, 2000

TOLKIEN, J.R.R. **The Hobbit and The Lord of the Rings**: Deluxe Pocket Boxed Set. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2014.

TRAVERS P. L. **Mary Poppins**: 80th Anniversary Collection. Boston: HMH Books for Young Readers, 2014.

WILDE, Oscar. **Complete Works of Oscar Wilde**. New York: Collins, 2003.

WOOLF, Virginia. **Virginia Woolf**: Complete Works. Melbourne: Oregon Publishing, 2018.

YEATS, William Butler. **The Collected Poetry of William Butler Yeats**. New York: Collins, 2003.

DISCIPLINA: Escrita Acadêmica II		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Escrita Acadêmica I-
EMENTA: Prática de redação em língua inglesa. Coesão e coerência. Produção de textos descritivos, narrativos e dissertativos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BAILEY, S. Academic Writing : A Handbook for International Students. Routledge Editors, 5 th . Edition, 2018.		
CULLHAM, R. Teach Writing Well : How to assess writing, invigorate instruction, and rethink revision. Stenhouse Publishers, 2018.		
GREENE, S.; LIDINSKY, A. From Inquiry to Academic Writing : A Text and Reader. Bedford/St. Martin's. 2 nd . Edition, 2011.		
HARMER, J. How to Teach Writing . Pearson Education, 2004.		
INGRAM, Beverly & KING, Carol. From writing to composition . Cambridge: University Press, 2 nd . Edition, 2004.		
JOLLY, David. Writing tasks . Cambridge University Press, 1988.		
LISS, R.; DAVIS, J. Effective Academic Writing . Oxford University Press, 2012.		
MUÑOZ PAGE, M.E. ESL Intermediate/Advanced Writing . 2006.		
SWALES, J.M., FEAK, C.B. Academic Writing for Graduate Students: Essential Tasks and Skills . ELT, 2012.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BARRETT, G. Perfect English Grammar : The Indispensable Guide to Excellent Writing and Speaking. Zephyros Press, 2016.		

CHAMBERLAIN, A.J. **The Creative Writer's Toolbelt Handbook**. CWT Media, 2017.

COLLINS, Cobuild. **Advanced Learner's Dictionary**. Ricahrd Clay Ltda, Bungay, Suffalk, 2014.

DEW, S. E. **Practical Academic Essay Writing Skills: An International ESL Students English Essay Writing Book**. CreateSpace Independent Publishing Platform. 2nd. Edition, 2015.

HYLAND, K. **Second Language Writing**. Cambridge University Press, 2003.

HYLAND, K. **Teaching and Researching Writing**. Routledge, 2015.

MANCHÓN, R. M. **Learning-to-Write and Writing-to-Learn in an Additional Language**. John Benjamins Publishing Company, 2011.

MCARTHUR, Tom. **Lexicon of contemporary English**, Longman, 1992.

STEINEMANN, K. **The Writer's Lexicon: Descriptions, Overused words, and Taboos**. K. Steinemann Enterprises, 2017.

STRAUCH, Ann. **Bridges to academic writing**. Cambridge University Press. Cambridge, England, 1998.

KIRKPATRICK, E.M.; PICKERING, D. MANSER, E. (Ed.) **The Cassell Thesaurus** (Cassell English Dictionaries). Cassel, 1998.

THURMAN, S. **The Only Grammar & Style Workbook You'll Ever Need: A One-stop Practice and Exercise Book for Perfect Writing**. Adams Media, 2012.

VINCE, Michael. **Advanced Language Practice**. MacMillan, 3rd. Edition, 2010.

WHITE, Ronald V. Teaching **Written English**. Heinemann Educational Books, 2017.

6º PERÍODO

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso I		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas
<p>EMENTA: Elaboração do projeto de pesquisa. Definição do tema, com base em revisão bibliográfica e levantamento de investigações já realizadas. Definição do problema e objetivos. Definição dos instrumentos, procedimentos de pesquisa, cronograma. Estudo de normatização, de acordo com o Regulamento da UFPI. Desenvolvimento da pesquisa. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio. Seminários de extensão.</p>		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - Normas ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 1980. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1983.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GALLIANO, A. G. **O método científico - Teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1982.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

DISCIPLINA: Linguística Aplicada IV: português como língua estrangeira

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Linguística Aplicada I: Introdução

EMENTA: Panorama geral da história, ensino, aprendizagem e avaliação de português para estrangeiros com ênfase na formação de novos professores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACERVO **CELPE-BRAS** - **UFRGS**. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/acervocelpebras/acervo>>

BIZARRO, Rosa. Língua e Cultura no ensino do PLE/PLS: reflexões e exemplos. **L I N G V A R V M A R E N A**, v. 3, 2012, p.117-131.

CELADA, M. T.; FANJUL, A. P.; NOTHSTEIN, S. **Lenguas en un espacio de integración regional: acontecimientos, acciones, representaciones**. Buenos Aires: Biblos, 2010.

DIAS, R.; CRISTÓVÃO, V. L. L. (orgs.) **O livro didático de língua estrangeira: múltiplas perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

DINIZ, L. R. A. **Mercado de línguas: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira**. Campinas: RG, 2010.

MENDES, E. (org.) **Diálogos interculturais: ensino e formação em português língua estrangeira**. Campinas: Pontes, 2011.

SANTOS, Percília e ALVAREZ, Maria (orgs.) **Língua e Cultura no contexto de Português Língua Estrangeira**. Campinas. Editora Pontes, 2010.

SCHOFFEN, J. R.; ANDRIGUETTI, G. H. **Vivenciando língua e cultura: sugestões para práticas pedagógicas em Português como Língua Adicional**. In: SCHOFFEN, J. R. et al. (Orgs). *Português como Língua Adicional: reflexões para a prática docente*. Porto Alegre: Bem Brasil, 2012, p. 17-44.

Serrani, S. **Discurso e cultura na aula de língua**. Campinas: Ed. Pontes, 2005.

ZOPPI-FONTANA, Mónica (Org.). **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas, SP: Editora RG, 2009. 122 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BIZON, A. C. C. **Narrando o exame Celpe-Bras e o convênio PEC-G: a construção de territorialidades em tempos de internacionalização**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

DELL'ISOLA, R. L. P. Em busca da formação continuada de professores de Português como Língua Estrangeira: alguns parâmetros. In: JUDICE, Norimar (Org.). **Ensino da língua e da cultura do Brasil para estrangeiros**. Niterói: Intertexto, 2005.

DELL'ISOLA, R. L. P. **Aprendendo o Português do Brasil: o Comunicativo e o Estrutural nas aulas de PLE**. Boletim do Centro de Estudos Portugueses, v. 17, n.21, 1997. p. 99- 115.

DELL'ISOLA, R. L. P. *et al.* **A avaliação de proficiência em português língua estrangeira: o exame CELPE-Bras**. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 3, n. 1, p. 153-164, 2003. Disponível em <http://www.ufrgs.br/acervocelpebras/arquivos/guias/guia-de-capacitacao-para-examinadores-da-parte-oral>

DELL'ISOLA, R. L. P. Gêneros textuais em livros didáticos de português língua estrangeira: o que falta? In: DIAS, R.; CRISTÓVÃO, V. L. L. (orgs.) **O livro didático de língua estrangeira: múltiplas perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

GÓMEZ, M. A. I; VIANA, N. O SABER REFLEXIVO-COLABORATIVO NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA: significados construídos na interação do par mais experiente com o professor em formação. *Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação*, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 115-135, abr. 2019. ISSN 1981-9943. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/8402>

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E. ABREU-TRADELLI, Lília Santos. **Resumo**. 6. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Resenha**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SCARAMUCCI, M. V. R.; DINIZ, L. R. A.; STRADIOTTI, L. M. Uma análise panorâmica de livros didáticos de português do Brasil para falantes de outras línguas. In: CRISTÓVÃO, V. L. L.; DIAS, R. (Orgs.). **O livro didático de língua estrangeira: múltiplas perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009, p. 265-304.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado II

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.6	90h	Estágio Supervisionado I

EMENTA: Projeto de Estágio: Estágio Observacional da Educação Escolar (Ensino Fundamental e Ensino Médio) e da Educação Não-Escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PAQUAY, L; PERRENOUD, P; ALTET, M; CHARLIER, È. **Formando professores profissionais**. Quais estratégias? Quais competências? 2ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.
QUELUZ, A, G.; ALONSO, M. (org.) **O trabalho docente: teoria e prática**. São Paulo: Pioneira, 1999.
TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRE, M. **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas: Papyrus, 2016.
HIGHET, G. **A arte de ensinar**. Brasília: Kirion, 2018.
ILLERIS, K. (org) **Teorias contemporâneas da aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2012.
PERRENOUD, P. et at. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Penso, 2002.
ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

DISCIPLINA: Literatura Estadunidense I

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo geral das produções literárias, autores, movimentos literários e crítica dos Estados Unidos do Puritanismo ao Realismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEVINE, R. S. *et al.* (Org) **The Norton Anthology of American Literature: Beginnings to 1820**. 9.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2017. Vol. A

LEVINE, R. S. *et al.* (Org). **The Norton Anthology of American Literature: 1820-1865.** 9.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2017. Vol. B

LEVINE, R. S. *et al.* (Org). **The Norton Anthology of American Literature: 1865-1914.** 9.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2017. Vol. C

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALCOTT, L. M. **Complete Works of Louisa May Alcott.** East Sussex: Delphi Classics, 2014.

BIERCE, A. **Complete Works of Ambrose Bierce.** East Sussex: Delphi Classics, 2013.

CRANE, S. **The Red Badge of Courage: An Episode of the American Civil War.** New York: Library of America, 1996.

CHOPIN, K. **Kate Chopin: Complete Novels and Stories.** New York: Library of America, 2002.

CULLEN, C. **Countee Cullen: Collected Poems.** New York: Library of America, 2013.

DICKINSON, E. **The Collected Poems of Emily Dickinson.** New York: Barnes & Noble Classics, 2003.

EDWARDS, J. **Sinners in the Hands of an Angry God.** Philipsburg: P & R Publishing, 1992.

EMERSON, R, W. **The Essential Writings of Ralph Waldo Emerson.** New York: Modern Library, 2000.

HAWTHORNE, N. **The Scalert Letter.** Mineola: Dover Publications, 1994.

IRVING, W. **The Legend of Sleepy Hollow and Other Stories.** London: Penguin, 2014.

LONDON, J. **Jack London: Novels and Stories.** New York: Library of America, 1982.

McKAY, C. **Home to Harlem.** Lebanon: Northeastern University Press, 1987.

MELVILLE, H. **Moby-Dick.** London: Macmillan Collector's Library, 2016.

POE, E. A. **Complete Tales and Poems of Edgar Allan Poe.** New York: Barnes & Noble 2015.

STEVENS, W. **Wallace Stevens: Collected Poetry and Prose.** New York: Library of America, 1997.

TAYLOR, E. **The Poems of Edward Taylor.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1989.

THOREAU, H. D. **Walden, Civil Disobedience, and Other Writings.** 3.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2008.

TWAIN, M. **Mark Twain: Five Novels.** San Diego: Canterbury Classics, 2011.

WHITMAN, W. **Leaves of Grass: The Original 1855 Edition.** Mineola: Dover Publications, 2007

7º PERÍODO

DISCIPLINA: Literatura Estadunidense II		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Teoria da Literatura I
EMENTA: Estudo geral das produções literárias, autores, movimentos literários e crítica dos Estados Unidos do Modernismo à contemporaneidade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
LEVINE, R.S. et al. (Org). The Norton Anthology of American Literature: 1914-1945. 9.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2017. Vol. D		
LEVINE, R.S. et al. (Org). The Norton Anthology of American Literature: Literature Since 1945. 9.ed. New York: W.W. Norton & Company, 2017. Vol. E		
MULLINS, M. Postmodernism in Pieces: Materializing the Social in U.S. Fiction. New York: Oxford University Press, 2016.		
WILLIFORD, L.; MARTONE, M. (Org) The Scribner Anthology of Contemporary Short Fiction: 50 North American Stories Since 1970. 2.ed. New York: Touchstone, 2007.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BALDWIN, J. I Am Not Your Negro. New York: Vintage, 2017.		
BARTH, J. Lost in the Funhouse. New York: Anchor, 1988.		
BISHOP, E. Elizabeth Bishop: Poems, Prose, and Letters. New York: Library of America, 2008.		
CISNEROS, S. The House on Mango Street. New York: Vintage, 1991.		
COOVER, R. Going for a Beer: Selected Short Fictions. New York: W. W. Norton & Company, 2018.		
CUMMINGS, e. e. E. E. Cummings: Complete Poems 1904-1962. New York: Liveright, 2016.		
DICK, P. K. Philip K. Dick: Four Novels of the 1960s. New York: Library of America, 1993.		
ELIOT, T.S. The Complete Poems and Plays: 1909-1950. San Diego: Harcourt Brace, 1971.		
ELLISON, R. Invisible Man. 2.ed. New York: Vintage, 1995.		
FAULKNER, W. Collected Stories of William Faulkner. New York: Vintage, 1995.		
FITZGERALD, F. S. The Great Gatsby. New York: Scribner, 2004.		
FROST, R. The Poetry of Robert Frost: The Collected Poems. New York: Holt Paperbacks, 2002.		
GIBSON, W. Neuromancer. New York: Ace, 1984.		
HELLER, J. Catch 22. New York: Simon & Schuster, 2010.		
HEMINGWAY, E. Ernest Hemingway: Four Novels. New York: Barnes & Noble, 2011.		
HUGHES, L. The Novels: Not Without Laughter and Tambourines to Glory. Columbia: University of Missouri Press, 2001.		
HURSTON, Z.N. Their Eyes Were Watching God. New York: Harper Perennial, 2006.		

KEROUAC, J. **On the Road**. London: Penguin, 1999.
 LEVINE, S. **Dra-**. Portland: Verse Chorus Press, 2011.
 LOVECRAFT, H. P. **The Complete Fiction of H. P. Lovecraft**. Edison: Chartwell Books, 2016.
 MILLER, A. **Death of a Salesman**. London: Penguin, 1976.
 MORRISON, T. **Beloved**. New York: Vintage, 2004.
 O'NEILL, E. **Mourning Becomes Electra**. London: Nick Hern Books, 1992.
 ORWELL, G. **Animal Farm & 1984**. San Diego: Houghton Mifflin Harcourt, 2003.
 PLATH, S. **The Collected Poems**. New York: Harper Perennial, 2008.
 PYNTCHON, T. **The Crying of Lot 49**. New York: Harper Perennial, 2006.
 STEINBECK, J. **The Grapes of Wrath**. London: Penguin, 2006.
 WALKER, A. **The Color Purple**. Orlando: Mariner Books, 2003.
 WELTY, E. **The Collected Stories of Eudora Welty**. San Diego: Harcourt Brace, 1982.
 WILLIAMS, Tennessee. **A Streetcar Named Desire**. New York: New Directions Paperbook, 2004.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Trabalho de Conclusão de Curso I

EMENTA: Aprofundamento da fundamentação teórica. Coleta e tratamento dos dados. Análise dos dados tratados com base na fundamentação teórica expandida. Redação do trabalho final, sob orientação. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS- **Normas ABNT sobre documentação**. Rio de Janeiro, 2003.
 GALLIANO, A. G. **O método científico** - Teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986.
 GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
 LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1983.
 LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: McGraw Hill, 1980.
 MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1982.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1978.
SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

DISCIPLINA: Linguística Aplicada V: materiais didáticos em língua inglesa

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Linguística Aplicada I: Introdução

EMENTA: Propiciar condições para que os aprendizes, futuros professores, possam ser capazes de reconhecer as teorias presentes nos materiais didáticos (MDs), tendo assim condições de elaborar questionários de análise e necessidades; adaptar quaisquer materiais didáticos de acordo com as especificidades subjacentes dos contextos educacionais nos quais esses recursos são utilizados; elaborar MDs, utilizando diversos instrumentos pedagógicos; avaliar MDs produzidos por editoras comerciais e também livros didáticos ofertados por órgãos governamentais e compreender sobre a utilização de recursos tecnológicos em todas as fases do processo de produção e avaliação de materiais didáticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALLWRIGHT, R. L. What do we want teaching materials for? **ELT Journal**, v.36; 1, October, p. 5- 17, 1981.

ALVERMANN, D. The Role of Textbooks in Teachers' Interactive Decision Making. **Reading Research and Instruction**, v.26, n.2, p. 115-127, 1987.

BOSOMPEN, E. G. Materials Adaptation in Ghana: Teacher's Attitudes and Practices. In: GARTON, S; GRAVES, K. **International Perspectives on Materials in ELT**. London: Palgrave Macmillan, 2014, p. 104-120.

DIAS, R. Critérios para a avaliação do livro didático de língua estrangeira no contexto do segundo ciclo de ensino fundamental. In: DIAS, R; CRISTOVAO, V. L. L. **O livro didático de Língua Estrangeira: Múltiplas Perspectivas**. Mercado de Letras: Campinas, 2009.

GRAVES, K. State-of-the-Art Article. The Language Curriculum: A Social Contextual Perspective. **Language Teaching**, vol. 41:2, pp. 149-183, 2008.

GRAVES, K. **Designing Language Courses: A Guide for Teachers**. Boston: Heinle & Heinle, 2000.

GRAVES, K. **Teachers as Course Developers**. Melbourne: Cambridge Language Education, 1996.

HADLEY, G. Global Textbooks in Local Contexts: An Empirical Investigation of Effectiveness. In: HARWOOD, N. (Ed). **English Language Teaching Textbooks: Content, Consumption, Production**. London: Palgrave Macmillan, 2014, p. 205-238.

LÓPEZ BARRIOS, M., & VVILLANUEVA DE DEBAT, E. Global vs. local: Does it matter? In: GARTON, S.; GRAVES, K. (Eds.). **International perspectives on materials in ELT**. London: Palgrave Macmillan, 2014. p. 37-52

LUCAS P. D. O. **Os materiais didáticos de inglês como língua estrangeira (LE) na prática de professores da escola pública**: Um convite à formação reflexiva ou à perpetuação do ensino prescritivo? Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil, 2016.

LUCAS, P. D. O.; GRAVES, K.; AUGUSTO-NAVARRO, E. H. Using the past to build the future: How teachers' conceptions of materials in their practice can (re)shape teacher preparation. In: LUCAS, P.; RODRIGUEZ, R. (Eds.) **Temas e Rumos nas Pesquisas em Linguística (Aplicada)**: Questões empíricas, éticas e práticas. Vol 2. Campinas, SP, Brazil: Pontes Editores, 2017. p. 13-36

HARWOOD, N. **English Language Teaching Textbooks. Content, Consumption, Production**. London: Palgrave Macmillan, 2014.

MAJTHOOB, S. A. Adapting Materials to Meet the Literacy Needs of Young Bahraini Learners. In: GARTON, S; GRAVES, K. **International Perspectives on Materials in ELT**. London: Palgrave Macmillan, 2014. p. 53-68

MASUHARA, H. What do teachers really want from course books. In: TOMLINSON, B. **Materials Development in Language Teaching**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 239-260

TOMLINSON, B. State-of-the-Art Article. **Materials development for language learning and teaching**. v.45, n.2, 2012, Cambridge: Cambridge University Press. p.143-179.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOTON, J. M. **O processo de escolha do livro didático por professores: a evolução do PNLD e seus efeitos no ensino de ciências**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Centro de Educação em Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, 2014.

CUNNINGSWORTH, A. **Choosing your textbook**. Oxford: Heinemann, 1995.

CUNNINGSWORTH, A. **Evaluating and selecting EFL teaching materials**. Oxford: Heinemann, 1984.

GRAVES, K. Syllabus and Curriculum Design for Second Language Teaching. In: CELCE-MURCIA, M; BRINTON, D; ANN SNOW, M. **Teaching English as a Second or Foreign Language**, Boston: Heinle & Heinle, 2014. p.46-62.

HINKEL, E. Effective Curriculum for Teaching L2 Writing: Principles and Techniques. London: Routledge, 2015.

HUTCHINSON, E. G. **What do teachers and learners actually do with textbooks? Teacher and learner use of a fisheries-based ELT textbook in the Philippines**. Thesis. The Department of Linguistics and Modern English Language, Lancaster University, United Kingdom, 1996.

LUCAS, P. O. Os Interesses/Necessidades (NÃO) revelados no material didático de ensino: reconhecer ou não as fantasias dos aprendizes de Inglês como LE no planejamento de um curso de Línguas? **Versão Beta**: sob o signo da palavra, São Carlos, v. 68, 2012.

MAGNO E SILVA, W. Livros Didáticos: Fomentadores ou Inibidores da Autonomização? In: DIAS, R; CRISTOVAO, V. L. L. **O livro didático de Língua Estrangeira: Múltiplas Perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

TOLENTINO NETO, L. C. B. **O Processo de Escolha do Livro Didático de Ciências por Professores de 1a a 4a séries**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2003.

8º PERÍODO

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso III		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Trabalho de Conclusão de Curso II
EMENTA: Redação do trabalho final, sob orientação. Apresentação do trabalho para a banca de avaliação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS- Normas ABNT sobre documentação . Rio de Janeiro, 2003.		
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.		
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Atlas, 1983.		

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1988.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 1980.

GALLIANO, A. G. **O método científico** - Teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado IV

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.8	120h	Estágio Supervisionado III

EMENTA: Projeto de Estágio. Estágio de Regência em Ensino Médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PAQUAY, L; PERRENOUD, P; ALTET, M; CHARLIER, È. **Formando professores profissionais. Quais estratégias? Quais competências?** 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

QUELUZ, A, G. (ORIENT); ALONSO, M(ORG.). **O trabalho docente: teoria e prática**. São Paulo: Pioneira, 1999.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

DISCIPLINA: Literaturas Anglófonas no Mundo

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo geral das produções literárias, autores, movimentos literários, teorias, crítica, história e culturas anglófonas fora do eixo Estados Unidos - Reino Unido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENSON, Eugene; CONOLLY, L.W. (Org) **Encyclopedia of Post-Colonial Literatures in English**. Hoboken: Routledge, 2004.

BHABHA, Homi. **Nations and Narrations**. London: Routledge, 1990.

CHRISTENBERRY, H. Faye et al. **Literary Research: Postcolonial Literatures in English.** Lanham: Scarecrow Press, 2012.

HALL, Stuart. Culture, Community, Nation. In: BOSWELL, David; EVANS, Jessica. (Org) **Representing the Nation: A Reader.** London/New York: The Open University Press, 1999. p.33-44.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org) **The Invention Of Tradition.** Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LAWSON, Alan et al. **Post-Colonial Literature in English: General, Theoretical, and Comparative (1970-1993).** Boston: G K Hall & Co., 1997

SCHULZE-ENGLE, Frank; HELFF, Sissy. **Transcultural English Studies: Theories, Fictions, Realities.** Amsterdam: Edition Rodopi, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALTER, Stephen; DISSANAYAKE, Wimal. (Org) **The Penguin Book of Modern Indian Short Stories.** New Delhi: Penguin India, 1989.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism.** London: Verso, 1991

BROWN, Donna; BENNETT, Russell M. **An Anthology of Canadian Literature in English.** Oxford: Oxford University Press, 2010.

CARRUTHERS, Gerard. **Scottish Literature.** Edimburgo: Edinburgh University Press, 2009.

DHARWADKER, Vinay; RAMANUJAN, A.K. (Org) **The Oxford Anthology of Modern Indian Poetry.** New Delhi: Oxford University Press, 1994.

DRIESEN, Cynthia Van Den. **Centering on the Margins: Perspectives in Literatures in English From India, Australia and Africa.** New York: Prestige Publications, 1996.

EZEKIEL, Nissim; MUKHERJEE, Meenakshi. (Org) **Another India: An Anthology of Contemporary Indian Fiction and Poetry.** New Delhi: Penguin India, 1989.

FIGUEROA, John J. **An Anthology of African and Caribbean Writing in English.** London: Heinemann, 1982.

GIKANDI, Simon; MWANGI, Evan. **The Columbia Guide to East African Literature in English Since 1945.** New York: Columbia University Press, 2007.

HOWES, Barbara. **From the Green Antilles: Writings of the Caribbean.** London: Souvenir Press, 1967.

IRELE, F. Abiola; GIKANDI, Simon. **The Cambridge History of African and Caribbean Literature**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LEVER, Richard; WIELAND, James; FINDLAY, Scott. **Post-Colonial Literatures in English**: Australia, 1970-1992. Boston: G. K. Hall, 1996.

LIVINGSTON, James T. **Caribbean Rhythms**: The Emerging English Literature of the West Indies. New York: Washington Square Press, 1974.

OLANIYAN, Tejumola; Quayson, Ato. (Org) **African Literature**: An Anthology of Criticism and Theory. Hobokan: Wiley-Blackwell, 2007.

PAREKH, Pushpa Naidu; JAGNE, Siga Fatima. **Postcolonial African Writers**: A Bio-Bibliographical Critical Sourcebook. Hoboken: Routledge, 2014.

REGAN, Stephen. **Irish writing**: An Anthology of Irish Literature in English 1789-1939. Oxford: Oxford University Press, 2008.

ROSCOE, Adrian. **The Columbia Guide to Central African Literature in English Since 1945**. New York: Columbia University Press, 2007.

RUSHDIE, Salman; WEST, Elizabeth. (Org) **The Vintage Book of Indian Writing**. London: Vintage, 1997.

THARU, Susie; LALITA, K. (Org) **Women Writing in India**. New Deli: Oxford University Press, 1995. 2 vols

WATSON, Roderick. **The Literature of Scotland**. London: Palgrave Macmillan, 2007. Vol 1 e 2.

6.2 Disciplinas Optativas do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês

DISCIPLINA: Fonética e Fonologia da Língua Inglesa II		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Fonética e Fonologia da Língua Inglesa
<p>EMENTA: Aprofundamento dos estudos dos aspectos fonéticos e fonológicos segmentais da língua inglesa. Estudos dos aspectos fonéticos e fonológicos suprasegmentais da língua inglesa. Desenvolvimento da competência oral em língua inglesa por meio do estudo e prática da fonologia suprasegmental da língua. Atividades de transcrição de textos autênticos em língua inglesa. Reflexões sobre a prática pedagógica da pronúncia da língua inglesa no ensino fundamental e médio.</p>		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CRYSTAL, D. A Dictionary of Linguistics and Phonetics . Willey-Blackwell, Ed. 6. 2011.		
GILBERT, J. B. Clear Speech: pronunciation and listening comprehension in North American English . Cambridge/New York: CUP, 6 th edition, 2017.		
HANCOCK, M. English Pronunciation in Use . Cambridge: Cambridge University Press, 2 nd . Edition, 2012.		
ROACH, P. English Phonetics and Phonology: A practical course . Cambridge: Cambridge University Press, 4 th Edition, 2009.		
UNDERHILL, A. Sound Foundations: Learning and Teaching Pronunciation . New York: Macmillan, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BROWN, A. Pronunciation and Phonetics: A Practical Guide for English Language Teachers (ESL & Applied Linguistics Professional Series) . Routledge Ed., 2014.		
CELCE-MURCIA, M.; BRINTON, D.; GOODWIN, J.M. Teaching Pronunciation: A Course Book and Reference Guide . Cambridge University Press, 2 nd . Edition. 2010.		
FLEMING, C.A. It's the Way You Say It: Becoming articulate: well-spoken, and clear . iUniverse, 2010.		
PENNINGTON, M.C.; ROGERSON-REVELL, P. English Pronunciation Teaching and Research: Contemporary Researches . Palgrave Macmillan, 2018.		
ROGERSON-REVELL, P. English Phonology and Pronunciation Teaching . Continuum, 2011.		
UNDERHILL, A. Sound Foundations: Learning and teaching pronunciation . MacMillan Education, 2005.		

DISCIPLINA: Língua Inglesa VI		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Língua Inglesa V
EMENTA: Ensino de língua inglesa para fins comunicacionais diversos em nível intermediário superior e de seus elementos formais associados à autorreflexão teórico-prática.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BLANCHARD, Karen; ROOT, Christine. Ready to Write 3: Perfecting Paragraphs . 5ed. London: Longman, 2016.		

LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. **American English File 4: Student's Book**. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.

_____. **American English File 4: Workbook**. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.

_____. **American English File 4: Class Audio CDs**. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. [CDs de áudio]

MURPHY, Raymond. **English Grammar in Use: A Self-Study Reference and Practice Book for Intermediate Students of English**. 4.Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ENGELHARDT, Diane. **Practice Makes Perfect: Intermediate English Reading and Comprehension**. New York: McGraw-Hill Education, 2013.

Longman Dictionary of American English. 5.ed. London: Longman, 2014.

REDMAN, Stuart; ZWIER, Lawrence J. **Vocabulary in Use: Intermediate - Student's Book**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

TORRES-GOUZERH, Robin. **Practice Makes Perfect: Intermediate English Grammar for ESL Learners**. 2.ed. New York: McGraw-Hill Education, 2015.

DISCIPLINA: Língua Inglesa VII

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Língua Inglesa V

EMENTA: Ensino de língua inglesa para fins comunicacionais diversos em nível intermediário superior e de seus elementos formais associados à autorreflexão teórico-prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BLANCHARD, Karen; ROOT, Christine. **Ready to Write 3: Perfecting Paragraphs**. 5ed. London: Longman, 2016.

LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. **American English File 4: Student's Book**. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.

_____. **American English File 4: Workbook**. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.

_____. **American English File 4: Class Audio CDs**. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. [CDs de áudio]

MURPHY, Raymond. **English Grammar in Use: A Self-Study Reference and Practice Book for Intermediate Students of English**. 4.Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ENGELHARDT, Diane. **Practice Makes Perfect: Intermediate English Reading and Comprehension.** New York: McGraw-Hill Education, 2013.

Longman Dictionary of American English. 5.ed. London: Longman, 2014.

REDMAN, Stuart; ZWIER, Lawrence J. **Vocabulary in Use: Intermediate - Student's Book.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

TORRES-GOUZERH, Robin. **Practice Makes Perfect: Intermediate English Grammar for ESL Learners.** 2.ed. New York: McGraw-Hill Education, 2015.

DISCIPLINA: Língua Inglesa VIII

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Língua Inglesa V

EMENTA: Ensino de língua inglesa para fins comunicacionais diversos em nível avançado e de seus elementos formais associados à autorreflexão teórico-prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BLANCHARD, Karen; ROOT, Christine. **Ready to Write 3: Perfecting Paragraphs.** 5ed. London: Longman, 2016.

LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. **American English File 5: Student's Book.** 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.

_____. **American English File 5: Workbook.** 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.

_____. **American English File 5: Class Audio CDs.** 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. [CDs de áudio]

MURPHY, Raymond. **English Grammar in Use: A Self-Study Reference and Practice Book for Intermediate Students of English.** 4.Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ENGELHARDT, Diane. **Practice Makes Perfect: Intermediate English Reading and Comprehension.** New York: McGraw-Hill Education, 2013.

Longman Dictionary of American English. 5.ed. London: Longman, 2014.

REDMAN, Stuart; ZWIER, Lawrence J. **Vocabulary in Use: Intermediate - Student's Book.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

TORRES-GOUZERH, Robin. **Practice Makes Perfect: Intermediate English Grammar for ESL Learners.** 2.ed. New York: McGraw-Hill Education, 2015.

DISCIPLINA: Linguística II		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Linguística
EMENTA: A dinâmica das Línguas. Variação e mudança linguística. O papel da Gramática. Pragmática. Oralidade e escrita. Texto e discurso. Letramento.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BAGNO, Marcos. A língua de Eulália: novela sociolinguística. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2008.		
BORTONI-RICARDO. Stella Maris. Manual de Sociolinguística. São Paulo: Contexto. 2014.		
CARBONI, Florence. Introdução à Linguística. Belo Horizonte. Autêntica. 2008.		
CARVALHO, Castelar de. Para Compreender Saussure. Petrópolis: Editora Vozes. 2010.		
DEL RÉ, Alessandra. Aquisição da Linguagem: uma abordagem psicolinguística. São Paulo: Contexto. 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
MARCHUSCHI, Luís Antônio. Da Fala para a Escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez. 2010.		
MARTELOTTA, Mário Eduardo. Manual de Linguística. São Paulo: Contexto. 2008.		
MARTELOTTA, Mário Eduardo. Mudança Linguística: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez Editora. 2011		
MARTIN, Robert. Para Entender a Linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.		
RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma Linguística Crítica. Parábola Editorial. 2009.		
ROSA, Maria Carlota. Introdução à (Bio)Linguística: Linguagem e mente. São Paulo: Contexto. 2010.		
YULE, George. The Study of Language. 4 th Ed. Glasgow: Cambridge University Press. 2010.		

DISCIPLINA: Estudos Culturais		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	História da Língua Inglesa

EMENTA: Estudo reflexivo sobre a diversidade de identidades culturais presentes nos países falantes de língua inglesa e seus reflexos no idioma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTONY, Shinie et al. **Indian English: Language & Culture.** Melbourne: Lonely Planet, 2008.

ARTHUR, Paul Longley. **Migrant Nation: Australian Culture, Society and Identity,** London: Anthem Press, 2017.

CROWTHER; Jonathan. **Oxford Guide to British and American Culture.** 2.ed. New York: Oxford University Press, 2005.

CUNLIFFE, Dan; BRIGGS, Asa. **The Penguin Illustrated History of Britain and Ireland: From Earliest Times to the Present Day.** London: Penguin Books, 2004.

FOX, Kate. **Watching the English: The Hidden Rules of English Behavior.** Boston: Nicholas Brealey, 2014.

HAY, Jennifer; MACLAGAN, Margaret A.; GORDON, Elizabeth. **New Zealand English.** Edinburg: Edinburgh University Press, 2008.

KACHRU, Yamuna; NELSON, Cecil L. **World Englishes in Asian Contexts.** Hong Kong: Hong Kong University Press, 2006.

KIRKPATRICK, Andy. (Org) **The Routledge Handbook of World Englishes.** London: Routledge, 2010.

MCDOWALL, David. **An Illustrated History of Britain.** London: Longman, 1989.

MORTON, Desmond. **A Short History of Canada.** 7.ed. Toronto: McClelland & Stewart, 2017.

O'CALLAGHAN, Brian. **An Illustrated History of the USA.** London: Longman, 1990.

RICKFORD, John Russell. **Spoken Soul: The Story of Black English.** Hoboken: Wiley, 2000.

SHAW, Jenny. **Everyday Life in the Early English Caribbean: Irish, Africans, and the Construction of Difference.** Georgia: University of Georgia Press, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRENDON, Piers. **The Decline and Fall of the British Empire, 1781-1997.** New York: Vintage, 2010

CHRISTOPHER, David P. **British Culture: An Introduction.** 3.ed. London: Routledge, 2015.

DATESMAN, Maryanne; CRANDALL, Joann; KEARNY, Edward N. **American Ways: An Introduction to American Culture.** 4.ed. Hoboken: Pearson Education ESL/Longman, 2014.

HIGGINS, Michael; SMITH; Clarissa. **The Cambridge Companion to Modern British Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LEVINE, Lawrence W. **Black Culture and Black Consciousness: Afro-American Folk Thought from Slavery to Freedom**. 30.ed. New York: Oxford University Press, 2007.

OWUSU, Kwesi. **Black British Culture and Society: A Text Reader**. London: Routledge, 1999.

PATTON, Sharon F. **African-American Art**. New York: Oxford University Press, 1998.

PONTISSO, Robert. **Canadian Oxford Dictionary of Current English**. New York: Oxford University Press, 2005.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. **From #BlackLivesMatter to Black Liberation**. Chicago: Haymarket Books, 2016.

DISCIPLINA: Crítica Literária

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo das principais correntes da crítica literária, sua história e abordagens teóricas. Aplicação dessa linhas à leitura crítica de textos literários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENNETT, Andrew; ROYLE, Nicholas. **An Introduction to Literature, Criticism and Theory**. Londres: Routledge, 2016.

BIASI, Pierre-Marc de et al. **Métodos críticos para a análise literária**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRESSLER, Charles E. **Literary Criticism: An Introduction to Theory and Practice**. 4ed. New Jersey: Prentice Hall, 2006.

DOBIE Ann B. **Theory into Practice: An Introduction to Literary Criticism**. Belmont: Wadsworth Publishing, 2014.

DURÃO, Fábio Akcelrud. **O que é crítica literária?** São Paulo: Parábola, 2016.

EAGLETON, Terry. **Como ler literatura**. São Paulo: L&PM, 2017.

GILLESPIE, Tim. **Doing Literary Criticism: The Cultivation of Thinkers in the Classroom**. Portland: Stenhouse Publishers, 2010.

LEITCH, Vincent B. et al. (org) **The Norton Anthology of Theory and Criticism**. 3ed. Nova York: W. W. Norton & Company, 2018.

LEITCH, Vincent B. **Literary Criticism in the 21st Century: Theory Renaissance.** Londres: Bloomsbury Academic, 2014.

RALLO, Elizabeth Ravoux. **Métodos de crítica literária.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROONEY, Ellen. (org) **The Cambridge Companion to Feminist Literary Theory.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SEATON, James. **Literary Criticism from Plato to Postmodernism: The Humanistic Alternative.** Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

STEVENS, Anne H. **Literary Theory and Criticism: An Introduction.** Peterborough: Broadview Press, 2015.

SULLIVAN, Nikki. **A Critical Introduction to Queer Theory.** Nova York: NYU Press, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENNETT, Arnold. **Gosto literário: como formar.** Londres: Magnum Opus, 2015.

EAGLETON, Mary. (org) **Feminist Literary Theory: A Reader.** 3ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2010.

GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. (orgs) **Feminist Literary Theory and Criticism: A Norton Reader.** Nova York: W. W. Norton & Company, 2007.

GO, Julian. **Postcolonial Thought and Social Theory.** Oxford: Oxford University Press, 2016.

GOULIMARI, Pelagia. **Literary Criticism and Theory: From Plato to Postcolonialism.** Londres: Routledge, 2014.

HALL, Donald E.; JAGOSE, Annamarie. (orgs) **The Routledge Queer Studies Reader.** Londres: Routledge, 2012.

LEWIS, C. S. **Um experimento na crítica literária.** São Paulo: UNESP, 2009.

MORLAND, Iain et al. **Queer Theory.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

PLAIN, Gill; SELLERS, Susan. (orgs) **A History of Feminist Literary Criticism.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

WILCHINS, Riki. **Queer Theory, Gender Theory.** Bronx: Riverdale Avenue Books, 2014.

DISCIPLINA: Estudos de Tradução

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Língua Inglesa V

EMENTA: Panorama histórico da tradução e das teorias de tradução. Estudo diacrônico e sincrônico da atividade tradutória. Concepções de tradução. Questões integrantes da prática tradutória. Papel do tradutor e da tradução no mercado, no mundo e no ensino de línguas. Prática de tradução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARROJO, Rosemary. **Oficina de tradução: a teoria na prática**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2007.

AUBERT, Francis Henrik. **As (in)fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor**. 2. ed. Campinas: EdUnicamp, 1994.

AUBERT, Francis Henrik. **Tipologia e procedimentos da tradução juramentada: Vol. 1 – Teoria, legislação, modelos e exercícios práticos**. São Paulo: Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia – CITRAT-FFLCH-USP, 1998.

AUBERT, Francis Henrik. **Tipologia e procedimentos da tradução juramentada: Vol. 2 – Tradução e Comentários aos Exercícios Práticos**. São Paulo: Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia – CITRAT-FFLCH-USP, 1998.

CRYSTAL, David (Org.). **The Cambridge encyclopedia of the English language**. Cambridge: CUP, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTAS, Luiz Mendes. **Dicionário de termos técnicos inglês-português**. 6. ed. São Paulo: Traço, 2001.

AZENHA JUNIOR, João. **Tradução técnica e condicionantes culturais: primeiros passos para um estudo integrado**. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 1999.

BIGUENET, J. SCHULTE, R. (Ed.) **Theories of Translation: An Anthology of Essays from Dryden to Derrida**. University of Chicago Press, 2012.

BOUSCAREN, Christian; DAVOUST, André. **O inglês que você pensa que sabe, ou da necessidade de desconfiar**. Tradução e adaptação: Sady M. Monteiro. Revisão Técnica: Paulo Rónai. Rio de Janeiro: EDUCOM, 1977. (Pingos nos II, 4).

GENTZLER, Edwin. **Contemporary translation theories**. Nova York: Routledge, 2nd. ed. 2001.

GREGORIM, Clóvis Osvaldo; NASH, Mark G. **Michaelis: dicionário de phrasal verbs inglês-português**. São Paulo: Melhoramentos, 2016.

MASCHERPE, Mário; ZAMARIN, Laura. **A tradução do inglês para o português: os falsos cognatos**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

MILTON, John. **O poder da tradução**. São Paulo: Ars Poética, 1993.

MOUNIN, Georges. **Os problemas teóricos da tradução**. Tradução: Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.

MOURA, Agenor Soares de. **À margem das traduções**. Apresentação: Paulo Rónai. Org.: Ivo Barroso. São Paulo: Arx, 2003.

MUNDAY, J. **Introducing Translation Studies: Theories and Applications**. Routledge, 4th Edition, 2016.

OLOHAN, M. **Scientific and Technical Translation**. Routledge, 2015.

PAES, José Paulo. **Tradução: a ponte necessária**. São Paulo: Ática, 1990.

ROBINSON, Douglas. **Becoming a translator: an accelerated course**. Nova York: Routledge, 1998.

RÓNAI, Paulo. **A tradução vivida**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. _____ . **Escola de tradutores**. 6. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; INL, 1987.

SANTOS, Agenor Soares dos. **Dicionário de anglicismos e de palavras inglesas correntes em português**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

SANTOS, Agenor Soares dos. **Guia prático de tradução inglesa: como evitar as armadilhas das falsas semelhanças**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

TAVARES, Ildásio. **A arte de traduzir**. Salvador: Casa de Jorge Amado, 1994. (Casa de Palavras, 15).

THEODOR, Erwin. **Tradução: ofício e arte**. 3. ed., rev. São Paulo: Cultrix, 1976.

SNELL-HORNBY, Mary. **Estudios de traducción: hacia una perspectiva integradora**. Tradução: Ana Sofía Ramirez. Salamanca: Almar, 1999. (Biblioteca de Traducción, 4)

DISCIPLINA: Ficção Especulativa		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Teoria da Literatura I
EMENTA: Estudo da origem e evolução do gênero, suas obras, autores e influência na cultura contemporânea. Estudo das correntes e teorias ligadas à ficção especulativa. Análise literária de obras.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CAMPBELL, J. O herói de mil faces . São Paulo: Pensamento, 2007.		
BERNARDINI, A. F.; NEKLIÚDOV, S. I. (org) A estrutura do conto de magia: ensaios sobre mito e conto de magia . Florianópolis: EdUFSC, 2015.		

PROPP, V. I. **Morfologia do conto maravilhoso**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

VOGLER, C. **A jornada do escritor: estrutura mítica para escritores**. São Paulo: Aleph, 2015.

TODOROV, T. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FREUD, S. **Essais de psychanalyse appliquée**. Paris: Gallimard, 1933.

_____. **Gesammelte Werke**. T. XIII. Londres: Imago, 1940.

_____. **O Mot d'esprit dans é relations avec l'inconscient**. Paris: Gallimard, 1953.

LÉVI-STRAUSS, C. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TOLKIEN, J. R. R. **O hobbit**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **O senhor dos anéis: a sociedades do anel**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **O senhor dos anéis: as duas torres**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **O senhor dos anéis: o retorno do rei**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **O Silmarilion**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DISCIPLINA: Ensino de línguas mediado por tecnologias

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Linguística Aplicada I: Introdução

EMENTA: Letramento digital. Hipertexto. Leitura e escrita em ambiente digital. Nativos e Imigrantes digitais. Interação e interatividade em ambiente digital. Aprendizagem mediada por computador (CALL). Aprendizagem baseada em Tarefas. Gamificação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, J; PINHEIRO, R. C. **Letramento digital: história, concepção e pesquisa**. In: Visibilizar a Linguística Aplicada: abordagens Teóricas e Metodológicas. Pontes. 2014. p. 293-320.

CHAMBERS, A. & BAX, S. **Making CALL work: Towards normalization**. New York, System. vol 34: 465–479. May, 2006.

COSCARELLI, C. V. **O uso da informática como instrumento de ensino-aprendizagem**. Belo Horizonte: Presença Pedagógica. 1998. mar/abr. p.36-45.

COSCARELLI, C. V. (org.) **Tecnologias para aprender**. São Paulo: Parábola. 2016.

GEE, J. P. **What videogames have to teach us about learning and literacy**. New York: Pelgrave Macmillan, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- GIBSON, J. J. **The ecological approach to visual perception**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum. 1986.
- JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Editora Aleph, 2008.
- KLEIMAN, A. B. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Cefiel/IEL/Unicamp/MEC. 2010.
- LÉVY, Pierre. A Revolução contemporânea em matéria de comunicação. **Revista FAMECOS**: Porto Alegre. No. 9. p.37-49. 1998.
- OLIVEIRA, F. I. S & RODRIGUES, S. T. Affordances: as relações entre agente e ambiente. **Ciências e Cognição**. v. 09. p. 120-130, 2006.
- RIBEIRO, A. E. **Textos Multimodais**: leitura e produção. São Paulo: Parábola. 2016.
- SANDHOLTZ, J. H., RINGSTAFF, C; DWAYER, D. **Ensinando com tecnologia**: Criando salas de aula centradas nos alunos. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- VERASZTO, E. V; SILVA, D. MIRANDA, N. A; SIMON, F. O. **Tecnologia**: Buscando uma definição para o conceito. Prisma. Com. No. 7. p. 60-85.
- ZHANG, J. & PATEL, V. L. Distributed cognition, representation, and affordance. **Pragmatics & Cognition**, v. 14, n. 2. p. 333-341, 2006.

DISCIPLINA: Tradução Intersemiótica

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Linguística

EMENTA: Estudos formalistas vs. Estudos culturalistas da tradução. Tradução e fidelidade. Tradução e criação. O status do tradutor. Semiótica Peirceana. Teoria dos Polissistemas. O cinema e a tradução literária. Análise de traduções fílmicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CRUZ, D. T. **Postmodern Meta-narratives**: literature in the age of image. Scott's Blade Runner and Pulg's novel. Buffalo, EUA. Universidade de Nova York, Tese de Doutorado. 1997.
- DINIZ, T. F. N. **Tradução intersemiótica**: do texto para a tela. Cadernos de Tradução, número 3, 1998. P. 313-338.
- PLAZA, j. **Tradução Intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- NOTH, Winfried. **A Semiótica no Século XX**. São Paulo: Annablume. 1996.
- SANTAELLA. Lúcia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense. 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, S. F. **A tradução intersemiótica do romance The Hours de Michael Cunningham para o cinema.** In: CARVALHAL, T; RABELLO, L. S; FERREIRA, F. C. Transcrições: teorias e práticas. Porto Alegre. Evengraf, 2004.

BALOGH, A. M. **Conjunções, disjunções e transmutações.** São Paulo, Ana Blume, 1996.

CATTRYSSE, P. **Film (adaptation) as translation: some methodological proposals.** Target n. 4:1, 1992. p. 53-70;

_____. **Pour une theorie de l'adaptation filmique: Le filme noir américain.** Bema, Mater Lang, 1992.

DISCIPLINA: Literatura e outros sistemas semióticos

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo das relações entre a literatura e outras artes, seus suportes, os modos de interação entre essas linguagens, seus processos de decodificação e ressonâncias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONÇALVES, A. J. **Laokoon revisitado:** relações homológicas entre texto e imagem. São Paulo: Edusp, 1994.

OLIVEIRA, S. R. et al. **Literatura e música.** São Paulo: SENAC, s.d.

OLIVEIRA, V. S. **Poesia e pintura:** um diálogo em três dimensões. São Paulo: UNESP, 1999.

PLAZA, J. **Tradução intersemiótica.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

PRAZ, M. **Literatura e artes visuais.** São Paulo: Cultrix, 1982.

STAM, R.; RAENGO, A. (Org.) **Literature and Film: A Guide to the Theory and Practice of film Adaptation.** Oxford: Blackwell, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COUTINHO, E.; CARVALHAL, T. (Org.) **Literatura comparada:** texto fundadores. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FRANCASTEL, P. **A realidade figurativa.** Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 1982.

OLIVEIRA, S. R. **Literatura e música:** modulações pós-coloniais. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem:** cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras,

1999.

SILVA, I. A. **Figuratização e metamorfose**: o mito de Narciso. São Paulo: UNESP, 1995.

TATIT, L. **Semiótica da canção**: melodia e letra. São Paulo: Escrita, 1994.

ELLIOT, K. **Rethinking the Novel/Film Debate**. Cambridge: Cambridge, 2003.

DISCIPLINA: Seminário de Estudos Tradutológicos		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	História da Língua Inglesa
EMENTA: Temas de estudos tradutológicos, quais sejam: definição de objeto; armadilhas da tradução; limites da tradução; usos e abusos da tradução; falácias, e o desafio da tradução literária. Reflexões sobre as teorias mais atuais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ARROJO, Rosemary. Oficina de tradução : a teoria na prática. 5. ed. São Paulo: Ática, 2007.		
AUBERT, Francis Henrik. As (in)fidelidades da tradução : servidões e autonomia do tradutor. 2. ed. Campinas: EdUnicamp, 1993.		
_____. Tipologia e procedimentos da tradução juramentada : Vol. 1 – Teoria, legislação, modelos e exercícios práticos. São Paulo: Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia (CITRAT), FFLCH-USP, 1998.		
_____. Tipologia e procedimentos da tradução juramentada : Vol. 2 – tradução e comentários aos exercícios práticos. São Paulo: Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia (CITRAT), FFLCH-USP, 1998.		
BAKER, Mona; SALDANHA, Gabriela. Routledge Encyclopedia of Translation Studies . 2. ed. Abingdon: Routledge, 2009.		
CRYSTAL, David (Org.) et al. The Cambridge Encyclopedia of the English Language . Cambridge: CUP, 2001.		
HATIM, Basil; MUNDAY, Jeremy. Translation: An Advanced Resource Book . Oxon; Nova York: Routledge, 2004.		
NORD, Christiane. Análise textual em tradução : Bases teóricas, métodos e aplicação didática		
SANTOS, Agenor Soares dos. Dicionário de anglicismos e de palavras inglesas correntes em português . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.		
_____. Guia prático de tradução inglesa : como evitar as armadilhas das falsas semelhanças. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.		

VENUTTI, Lawrence; BAKER, Mona (Orgs.). **The Translation Studies Reader**. Londres; Nova York: Routledge, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTAS, Luiz Mendes. **Dicionário de termos técnicos inglês-português**. 6. ed. São Paulo: Traço, [s.d.].

AZENHA JUNIOR, João. **Tradução técnica e condicionantes culturais**: primeiros passos para um estudo integrado. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 1999.

BOUSCAREN, Christian; DAVOUST, André. **O inglês que você pensa que sabe, ou da necessidade de desconfiar**. Tradução e adaptação: Sady M. Monteiro. Revisão Técnica: Paulo Rónai. Rio de Janeiro: EDUCOM, 1977. (Pingos nos II, 4).

BRIANS, Paul. **Common Errors in English Usage**. 3. ed., rev. e ampl. Portland: William, James & Co., 2013. Disponível em: <<http://www.wsu.edu/~brians/errors/>>.

GENTZLER, Edwin. **Contemporary translation theories**. Nova York; London: Routledge, 1993.

GREGORIM, Clóvis Osvaldo; NASH, Mark G. **Michaelis**: dicionário de phrasal verbs inglês- português. São Paulo: Melhoramentos, 2003.

JACOBS, Michael A. **Como não aprender inglês**, volume I: erros comuns do aluno brasileiro. Um livro prático e estimulante para melhorar seu inglês. São Paulo: M.A. Jacobs, 1999.

_____. **Como não aprender inglês**: erros comuns do aluno brasileiro, volume II. São Paulo: M.A.J. Livros, 2001.

LANDO, Isa Mara. **Vocabulando**: vocabulário prático inglês-português. São Paulo: DISAL, 2006.

_____. **Vocabulando workbook**: exercícios de tradução e versão inglês-português / português-Inglês. Barueri: DISAL, 2008.

MAILLOT, Jean. **A tradução científica e técnica**. Trad. Paulo Rónai. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil; Brasília: EdUnB, 1975.

MASCHERPE, Mário; ZAMARIN, Laura. **A tradução do inglês para o português**: os falsos cognatos. São Paulo: Difel, 1968.

MILTON, John. **O poder da tradução**. São Paulo: Ars Poetica, 1993.

MOUNIN, Georges. **Os problemas teóricos da tradução**. Tradução: Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.

MOURA, Agenor Soares de; BARROSO, Ivo (Org.). **À margem das traduções**.

Apresentação: Paulo Rónai. São Paulo: Arx, 2003.

PAES, José Paulo. **Tradução: a ponte necessária**. São Paulo: Ática, 1990.

PORTINHO, Waldivia Marchiori (Org.) et al. **A tradução técnica e seus problemas**. São Paulo: Álamo, 1984.

RICARDO, José. **Enciclopédia da língua inglesa**, Vol. I (baseado em Inglês curioso e divertido). Rio de Janeiro: CESLI, 2000.

_____. **Enciclopédia da língua inglesa**, Vol. II (baseado em Inglês curioso e divertido). Rio de Janeiro: CESLI, 2000.

ROBINSON, Douglas. **Becoming a Translator: An Accelerated Course**. Nova York; Londres: Routledge, 1998.

DISCIPLINA: Dramaturgia Moderna e Contemporânea em Língua Inglesa		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Teoria da Literatura I
<p>EMENTA: Estudo intensivo de obras da dramaturgia anglófona da primeira metade do século XX até os dias atuais. Análise de aspectos culturais refletidos nas obras estudadas. Principais autores: Samuel Beckett, Tom Stoppard, Harold Pinter, Bernard Shaw, Edward Albee, Tennessee Williams, David Mamet, David Ives, Anton Checkhov e Henrik Ibsen.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>ALBEE, Edward. Who's afraid of Virginia Woolf? New York: NAL Trade, 2006.</p> <p>BECKETT, Samuel. Waiting for Godot. New York: Grove Press, 2009.</p> <p>CHECKHOV, Anton. Five plays. Oxford: OUP, 1998.</p> <p>FRANKLIN, Wayne et al. The Norton anthology of American literature, vol. 1. New York: W.W. Norton & Co., 2007.</p> <p>IBSEN, Henrik. Ibsen's selected plays. New York: W.W. Norton & Co, 2003.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>IVES, David. All in the timing: fourteen plays. New York: Vintage, 1994.</p> <p>MAMET, David. November. New York: Vintage, 2008.</p> <p>PINTER, Harold. The birthday party and the room. New York: Grove Press, 1994</p> <p>SHAW, Bernard. Pygmalion. London: Penguin Classics, 2003.</p> <p>STOPPARD, Tom. Rosencrantz and Guildenstern are dead. New York: Grove Press, 1966.</p> <p>_____. The real inspector hound. London: Samuel French, 1968.</p>		

WILLIAMS, Tennessee. **Cat on a hot tin roof**. New York: Signet, 1958.

DISCIPLINA: Escrita Criativa

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	-

EMENTA: Oficina teórico-prática de escrita literária em prosa para iniciantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BELL, James Scott. **Plot & structure:** techniques and exercises for crafting a plot that grips readers from start to finish. 5ed. Cincinnati: Writer's Digest Books, 2004. 240p.

CARRERO, Raimundo. **A preparação do escritor**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

_____. **Os segredos da ficção:** um guia da arte de escrever narrativas. São Paulo: Agir, 2005.

COLLINS, Brandilyn. **Getting into character:** seven secrets a novelist can learn from actors. 2ed. Coeur d'Alene: Challow Press, 2015. 240p.

DILLARD, Annie. **The writing life**. 1ed. Nova York: Harper Perennial, 2013. 111p.

KIEFER, Charles. Para ser escritor. São Paulo: Leya, 2010. KOCK, Stephen. **Oficina de escritores:** um manual da arte de ficção. Tradução de Marcelo Dias Almada. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KOONTZ, Dean. **How to write bestselling fiction**. 1ed. Cincinnati: Writer's Digest Books, 1981. 309p.

LAMOTT, Anne. **Bird by bird:** some instructions on writing and life. 1ed. Nova York: Anchor, 1995. 272p.

OLIVEIRA, Nelson de. **A oficina do escritor: sobre ler, escrever e publicar**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

REUTER, Ives. **A análise da narrativa:** o texto, a ficção e a narração. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

STRUNK Jr., William; White, E. B. **The elements of style**. 40ed. Washington: Grammar, Inc., 2016. 72p.

WOOD, James. **Como funciona a ficção**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANA, Marie. **The writing life:** writers on how they think and work. 1ed. Nova York:

BRITO, José Domingos de. **Literatura e cinema**. Coleção Mistérios da Criação Literária. vol. 4. São Paulo: Novera, 2007.

CAMPOS, Flavio de. **Roteiro de cinema e televisão**: a arte e a técnica de imaginar, perceber e narrar uma história. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

KING, Stephen. **On writing**: a memoir of the craft. 10ed. Nova York: Pocket Books, 2010. 288p.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O foco narrativo**: ou a polêmica em torno da ilusão. São Paulo: Ática, 2002.

MAASS, Donald. **Writing the breakout novel**: insider advice for taking your fiction to the next level. 1ed. Cincinnati: Writer's Digest Books, 2001. 256p.

MARCHIONI, Rubens. **Criatividade e redação**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2009.

PublicAffairs, 2003. 426p.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Paródia, paráfrase & Cia**. São Paulo: Ática, 2007.

STEIN, Sol. **Stein on writing**: a master editor of some of the most successful writers of our century shares his craft techniques and strategies. 1ed. Nova York: St. Martin's Griffin, 2000. 320p.

ZINSSER, William. **On writing well**: an informal guide to writing nonfiction. 30ed. Nova York: Harper Perennial, 2016. 336p

DISCIPLINA: Inglês Instrumental		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	-
EMENTA: Desenvolvimento de estratégias de leitura para compreensão de textos acadêmico- científicos em língua inglesa.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ARAÚJO, A. D.; SAMPAIO, S. (Org). Inglês Instrumental : caminhos para a leitura. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2002.		
GADELHA, I. M. B. Inglês Instrumental : leitura, conscientização e prática. Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2000.		
SOUZA, A. G. F. et al. Leitura em língua inglesa : uma abordagem instrumental. 2ed. São Paulo: Disal, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
HARDING, Keith. English for Specific Purposes . New York: Oxford University Press, 2007.		

ANTHONY, Laurence. **Introducing English for Specific Purposes**. London: Routledge, 2018.

KIRKGÖZ, Yasemin; DIKİLİTAŞ, Kenan. **Key Issues in English for Specific Purposes in Higher Education**. New York: Springer, 2018.

DISCIPLINA: Análise Literária Computacional

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo dos princípios da Linguística de Corpus; conceitos básicos. Treinamento em estatística preliminar. Valores atribuídos aos dados extrínsecos ao texto e os dados intrínsecos dele. Dados importantes para cada tipo de pesquisa. Treinamento com pesquisa de busca de autoria de textos apócrifos, de estudos comparatistas entre autores e/ou estilos de época, estudos sobre o estilo dos autores e estudos comparatistas entre a língua da literatura e a dos falantes comuns. Treinamento com os softwares Neolo, XFragment, Hyperbase e Lexico3. Análise de resultados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALUÍSIO, S. M. e ALMEIDA G. O que é e como se constrói um corpus? **Caleidoscópio**, Vol. 4, n. 3, p. 156-178, set./dez. 2006.

BRANDÃO, S. C. S. Atribuição de autoria: um problema antigo, novas ferramentas. **Texto Digital**, v. 2, p. 5, 2006.

_____. **Neolo**. Disponível em <https://github.com/joshuacrogey/neolo> . 2014.

_____. **A Necessidade faz a oportunidade**: Software Neolo. **Texto Digital (UFSC)**, v. 13, p. 124-140, 2017.

_____. **Aspectos Introdutórios para uma Crítica Numérica da Literatura**. **FronteiraZ**, v. 18, p. 98-111, 2017.

FOSTER, D. **Author Unknown**: Tales of literary detection. New York: Henry Holt, 2000.

FROTA, W. N.; BRANDÃO, S. C. S. O digital nas humanidades: uma entrevista com Franco Moretti por Melissa Dinsman. **Texto Digital**, v. 12, p. 119-133, 2016.

_____. On the path to a methodology for the critique of digital literature. **Literary and Linguistic Computing**, Vol. 32, No 2, 225-233, 2017.

KENNY, A. **The Computation of Style**. New York: Pergamon Press. 1981.

MORETTI, F. (Org.). **O romance**, 1: a cultura do romance. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

_____. **A Literatura vista de longe**. Tradução: Anselmo Pessoa Neto. Porto Alegre: Arquipélago, 2008.

_____. **Atlas do romance europeu 1800-1900**. Tradução: Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Graphs, Maps, Trees: Abstract Models for a Literary History**. Londres: Verso, 2007.

_____. **Modern Epic: The World System from Goethe to García Márquez**. Londres; Nova York: Verso, 1996.

_____. **O burguês: entre a História e a Literatura**. Tradução: Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

_____. **Signs Taken for Wonders: On the Sociology of Literary Forms**. Londres; Nova York: Verso, 2005. (Radical Thinkers, 7).

PAIVA, D. M.; BRANDÃO, S. C. S. Verificação estatística das características de estilos de época: simbolismo. In: FREITAS, Deise J. T.; DUARTE, Rafael Soares. (Org.). **Literaturas entre o digital e o analógico**. 1ed. Teresina: EDUPI, 2014.

PYLE, D. **Data Preparation for Data Mining**. San Francisco: Morgan Kaufmann Publisher. 1999.

RAMSAY, S. **Reading Machines: Toward an Algorithmic Criticism**. Urbana, Chicago, and Springfield: University of Illinois Press. 2011.

SANTOS, G. E. O. **Cálculo amostral**: calculadora on-line. Disponível em: <http://www.calculoamostral.vai.la>

THOMASSON, Amie L. The Ontology of Literary Works. In John Gibson and Noel Carroll, eds. **Routledge Companion to Philosophy of Literature**. London: Routledge, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHARTIER, R. **Cultural History: Between Practices and Representation**. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

DRUMMOND, C. Replicability is not Reproducibility: Nor is it Good Science. **Proceedings of the Evaluation Methods for Machine Learning at the 26th ICML**, Montreal, Canada. <http://cogprints.org/7691/7/>, ICMLws09.pdf. 2009.

IVANOVIC, C.; FRANK, A. U. Corpus-based Research in Computational Comparative Literature. In: MAMBRINI, F.; PASSAROTTI, M. e SPORLEDER, C. (Eds.). **Proceedings of the Workshop on Corpus-Based Research in the Humanities (CRH)**. Warsaw, Poland, 2015.

JOCKERS, Matthew J. **Macroanalysis**: Digital Methods and Literary History. Urbana; Chicago; Springfield: University of Illinois Press, 2013.

LOVE, H. **Attributing authorship**: An introduction. Cambridge: Cambridge U. P., 2002.

MARKIEVICZ, H. Theory and method in literary studies. **Organon**, 28–30: 161–70. 1999-2001.

McCATHY, Philip M. MTL D, vocd-D, and HD-D: A validation study of sophisticated approaches to lexical diversity assessment. **Behavior Research Methods**. Vol. 42, n. 2, p. 381-392, 2010.

MOORE, J. Philosophy of science, with especial consideration given to behaviorism as a philosophy of science of behavior. **The Psychological Review**, 60: 137–50. 2010.

O'DONNELL, Bernard. **An analysis of prose study to determine authorship**. Paris: Mouton, 1970.

PENG, R.; HENGARTNER, N. Quantitative analysis of literary styles. **The American Statician**. V.56, N 3, p. 175-185, 2001.

TORRUELLA, J.; CAPSADA, R. Lexical Statistics and Tipological Structures: A Measure of Lexical Richness. **Procedia**, N. 95, p. 447-453, 2003.

DISCIPLINA: Letramento Multimodal/Visual Crítico: teoria e prática		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Linguística Aplicada II: multimodalidade, multiletramento e tecnologias
EMENTA: Concepções sobre o letramento multimodal/visual crítico. Ferramentas de acesso e prática do letramento multimodal/visual crítico: interações texto verbal e imagem, Gramática do Design Visual, modelos semióticos. Aplicações ao ensino de língua estrangeira.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CALLOW, J. Show me: principles for assessing students' visual literacy. The Reading Teacher , v. 61, n. 8, p. 616-626, 2008. Disponível em: < https://www.jstor.org/stable/20204641?seq=1#page_scan_tab_contents >. Acesso em: 24 jan 2017.		
CALLOW, J. The shape of text to come : how image and text work. Australia: PETAA, 2013.		
KRESS, G; VAN LEEUWEN, T. Reading images : the grammar of visual design. 2nd ed. London: Routledge, [1996], 2006.		

JONES, R. H. **Discourse analysis:** A resource book for students. New York: Routledge, 2012.

MARTINEC, R.; SALWAY, A. A system for image-text relations in new (and old) media. **Visual Communication**, v.4, 337- 371, 2005.

STREET, B. **Social Literacies:** Critical Approaches to Literacy in Development, Ethnography and Education. New York: Routledge, 2013.

VAN LEEUWEN, T. **Introducing social semiotics.** London: Routledge, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARNES, S. B. **An introduction to visual communication:** from cave art to second life. New York: Peter Lang, 2011.

CALLOW, J. **Literacy and the visual:** broadening our vision. In: English Teaching: Practice and Critique. 2005, p. 6-19.

CORACINI, M. J. R. F. Concepções de leitura na (pós) modernidade. In: LIMA, R. C. C. P. (Org.). **Leitura:** múltiplos olhares. Campinas, SP: Mercado de Letras; São João da Boa Vista, SP: Unifeob, 2005. p. 15-44.

FREY, N.; FISHER, D. (Ed). **Teaching visual literacy:** using comic books, graphic novels, anime, cartoons, and more to develop comprehension and thinking-skills. Califórnia: Corwin Press, 2008.

GOLDSTEIN, B. **Working with images:** a resource book for the language classroom. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

NEWFIELD, D. From visual literacy to critical visual literacy: An analysis of educational materials. In: **English Teaching: Practice and Critique.** Vol 10, N.1, 81-94, 2011.

SERAFINI, F. **Reading the visual:** an introduction to teaching multimodal literacy. London: Teachers College Press, 2014.

STREET, B. V. Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e prática aos novos estudos de letramento. In: MAGALHÃES, I. (Org.). **Discursos e práticas de letramento:** pesquisa etnográfica e formação de professores. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2012. p. 69-92.

UNSWORTH, L.; THOMAS, A.(Ed.). **English teaching and new literacies pedagogy:** interpreting and authoring digital multimedia narratives. New York: Peter Lang, 2014. p. 23-38.

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Linguística
EMENTA: Noções básicas da Linguística Sistêmico-Funcional. Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional. Aplicações da Gramática Sistêmico-Funcional no ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
HALLIDAY, M. A. K. Explorations in the functions of language. Londres: Edward Arnold, 1973.		
_____. Language as social semiotic: The social interpretation of language and meaning. Londres: Edward Arnold, 1978.		
HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C. Halliday's introduction to functional grammar. 4th ed. London: Routledge, 2014.		
LOCK, G. Functional English Grammar: An Introduction for Second Language Teachers (Cambridge Language Education). Cambridge: Cambridge University Press, 1996.		
THOMPSON, G. Introducing Functional Grammar. New York: Routledge, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
DIAS, R.; VIAN JR., O. Análise de discurso multimodal sistêmico-funcional de livros didáticos de inglês do ensino médio da educação pública. SIGNUM [Londrina]: Estudos de Linguagem, v. 3, p. 176-212, 2017.		
MARTIN, J.R. English text: system and structure. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1992.		
SCHLEPPEGRELL, M. J. The Language of Schooling: A Functional Linguistics Perspective. New Jersey: LEA, 2004.		

DISCIPLINA: Jogos Pedagógicos no Processo de Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Linguística Aplicada I: Introdução
EMENTA: Discussão sobre a importância dos jogos pedagógicos no processo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras (LEs). Contribuições de estudos teóricos sobre o assunto. Produção de jogos pedagógicos para o ensino-aprendizagem de LEs em vários ambientes educacionais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

ALPAR, M. The importance of games in teaching foreign languages to children. **Educational Research and Review**, v. 8 (15), pp.1247-1255, 2013.

BASSO, E. A. Adolescentes e a aprendizagem de uma língua estrangeira: características, percepções e estratégias. In: ROCHA, C. H. & BASSO, E. A. (Orgs). **Ensinar e aprender língua estrangeira nas diferentes idades: reflexões para professores e formadores**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

BROWN, H. D. **Principles of language learning and teaching**. 4. ed. New York: Longman, 2000.

CAMPOS, M. S. F.; DE OLIVEIRA, K. S.; BRAWERMAN-ALBIBI, A. The use of video games in the teaching-learning process of English as a Foreign Language. **ICBL– International Conference on Interactive Computer aided Blended Learning**, pp.218-223, 2013.

KAWACHI-FURLAN, C. J. **A música como recurso didático-pedagógico na aula de língua inglesa da rede pública de ensino**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, UNESP, 2008.

MEDINA, S. L. Using music to enhance second language acquisition: From theory to practice. In Lallas, J. & Lee, S. (Eds.) **Language, literacy, and academic development for English language learners**. Boston: Pearson Education Publishing. 2002.

MOITA LOPES, L. P. da. **Oficina de Linguística Aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.

MURPHEY, T. **Music & Song**. Oxford, England. Oxford University Press, 1992.

SILVA, S. L. B. **A função do lúdico no ensino/aprendizagem de língua estrangeira: uma visão psicopedagógica do desejo de aprender**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2003.

STEFANI, V. C. G. **Formação continuada de professores de línguas estrangeiras mediada pelo cinema: Contribuições da teoria da atividade**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OXFORD, R. **Language Learning Styles and Strategies: An Overview**. Learning Styles & Strategies/Oxford, GALA 2003.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2002, 232p.

SCHNEUWLY, B. & DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2004.

DISCIPLINA: <i>Movie Club</i> e Integração de Habilidades em Língua Estrangeira		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---
EMENTA: Desenvolvimento das habilidades integradas (ler, escrever, ouvir e falar) em língua estrangeira (LE) através de filmes selecionados na língua-alvo. Exercícios feitos sob medida a partir do material audiovisual, adaptados às necessidades específicas dos aprendizes.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>ALMEIDA, M.J. A educação visual da memória: imagens agentes do cinema e da televisão. Pro-Posições, Campinas, v. 10, n. 2, p. 5-18, 1999.</p> <p>_____. Cinema: arte da memória. Campinas: Autores Associados, 1999.</p> <p>_____. Imagens e sons: a nova cultura oral. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>ANTUNES, M. H. Planejando a utilização pedagógica de TV e vídeos no Projeto Político Pedagógico da Escola. In: FIORENTINI, L.M.R; CARNEIRO, V.L.Q. (Org.). TV na Escola e os Desafios de Hoje: curso de Extensão para Professores do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública UniRede e Seed/MEC. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002. p. 80-95.</p> <p>ARONOVICH, Lola. Film in the classrrom: making it relevant. Contexturas: Ensino Crítico de Língua Inglesa, n. 10, 2006. p. 135-139.</p> <p>DAVYDOV, V.V. What is real learning activity? In: HEDEGAARD, M.; LOMPCHER, J. (Org.). Learning activity and development. Dinamarca: Aarhus University Press, 1999, p. 123-138.</p> <p>HARLOW, L. L.; MUYSKENS, J. A. Priorities for intermediate-level language instruction. Modern Language Journal, n. 78, p. 141-154, 1994.</p> <p>LARSEN- FREEMAN, D; LONG. M. An Introduction to Second language Acquisition Research. N. Y: Longman. U.S.A, 1991.</p> <p>LUCAS, P. O.; GRAVES, K.; AUGUSTO-NAVARRO, E.H. Using the Past to Build the Future: How Teachers' Conceptions of Materials in Their Practice Can (Re)Shape Teacher Preparation. In: PATRICIA DE OLIVEIRA LUCAS E ROSANA FERRARETO LOURENCO RODRIGUES. (Org.). Temas e Rumos nas Pesquisas em Linguística (Aplicada): Questões empíricas, éticas e práticas. Volume 2. 1ed.: 2017, v., p. 13-36.</p>		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, S. A. Possibilidades pedagógicas do cinema em sala de aula. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 79, dez.2007. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/079/79araujo.htm>>

STEPHENS, J. L. Teaching culture and improving language skills through a cinematic lens: a course on Spanish film in the undergraduate Spanish curriculum. **ADFL Buletin**, v. 33, n. 1, p. 22-25, 2001. Disponível em: <<http://web2.adfl.org/ADFL/bulletin/v33n1/331022.htm>>

VIANA, Nelson. **Variabilidade da Motivação no processo de aprender língua estrangeira na sala de aula**. 1990. Dissertação (Mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1990.

WENGER, Etienne. **Communities of practice: learning meaning and identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

DISCIPLINA: Oficina de Produção de Materiais Didáticos para Propósitos Específicos

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Linguística Aplicada I: Introdução

EMENTA: Levantamento e análise de necessidades de públicos-alvos referentes ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras (LEs). Confeção de unidades didáticas com propósitos específicos. Utilização dessas unidades por usuários da língua-alvo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOSOMPEM, E. G. **Materials Adaptation in Ghana: Teacher's Attitudes and Practices**. In: GARTON, S; GRAVES, K. **International Perspectives on Materials in ELT**. Palgrave Macmillan, 2014, pp. 104-120.

DUDLEY-EVANS, T; ST JOHN, M. J. **Developments in ESP: a multi-disciplinary approach**. Cambridge Language Teaching Library, 2005, 320p.

GARTON, S; GRAVES, K. **International Perspectives on Materials in ELT**. Palgrave Macmillan, 2014, 292p.

GRAVES, K. **Designing Language Courses. A Guide for Teachers**. In: FREEMAN, D. Series Editor. Heinle & Heinle, Thomson Learning, 2000, 308p.

_____. **Teachers as Course Developers**. In: RICHARDS, J. Series Editor. Cambridge Language Education, Melbourne, Australia, 1996, 224p.

LÓPEZ BARRIOS, M., & VVILLANUEVA DE DEBAT, E. **Global vs. local: Does it matter?** In S. Garton & K. Graves (Eds.), **International perspectives on materials in ELT** (pp.

37-52). London, England: Palgrave Macmillan, 2014.

LUCAS P. D. O. **Os materiais didáticos de inglês como língua estrangeira (LE) na prática de professores da escola pública: Um convite à formação reflexiva ou à perpetuação do ensino prescritivo?** [EFL Teaching Materials in Public School Teachers' Practices: An Invitation to the Reflective Preparation or the Perpetuation of a Prescribed Teaching?]. PhD Thesis, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brazil, 2016.

LUCAS, P. D. O., Graves, K., & Augusto-Navarro. E. H. **Using the past to build the future: How teachers' conceptions of materials in their practice can (re)shape teacher preparation.** In P. Lucas & R. Rodriguez (Eds.), *Temas e Rumos nas Pesquisas em Linguística (Aplicada). Questões empíricas, éticas e práticas*, Vol 2 (pp. 13-36). Campinas, SP, Brazil: Pontes Editores, 2017.

HARWOOD, N. **English Language Teaching Textbooks. Content, Consumption, Production.** Palgrave Macmillan, 2014, 373p.

HINKEL, E. **Effective Curriculum for Teaching L2 Writing: Principles and Techniques.** ESL & Applied Linguistics Professional Series, 2015, 314p.

MAJTHOUB, S. A. **Adapting Materials to Meet the Literacy Needs of Young Bahraini Learners.** In: GARTON, S; GRAVES, K. *International Perspectives on Materials in ELT.* Palgrave Macmillan, 2014, pp. 53-68, 2014.

TOMLINSON, B. State-of-the-Art Article. **Materials development for language learning and teaching.** Cambridge University Press. *Language Teaching*, v.45, n.2, 2012, pp.143–179.

_____. **English Language Learning Materials.** A Critical Review. London and New York. Continuum, 2008, 344p.

TOMLINSON, B; MASUHARA, H. **Research for Materials Development in Language Learning.** Evidence for best practice. Continuum International Publishing Group. London, 2010, 448p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AUGUSTO-NAVARRO, E.H; DE OLIVEIRA, L; ABREU-E-LIMA, D. M. Teaching Pre-Service EFL Teachers to Analyze and Adapt Published Materials: an Experience from Brazil. In: GARTON, S; GRAVES, K. **International Perspectives on Materials in ELT.** Palgrave Macmillan, 2014, pp. 237-252.

CUNNINGSWORTH, A. **Evaluating and selecting EFL teaching materials.** Heinemann Educational Books, London, 1984, 104p.

LUCAS, P. O. **Os materiais didáticos de inglês como língua estrangeira (LE) na prática de professores da escola pública: um convite à formação reflexiva ou à perpetuação do ensino prescritivo?** Tese (Doutorado em Linguística - Ensino Aprendizagem de Língua Estrangeira). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

OLIVEIRA, S. Texto visual, estereótipos de gênero e o livro didático de língua estrangeira. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, v.47, n.1, pp. 91-117, Jan./Jun, 2008.

DISCIPLINA: Teoria e Prática com Projetos: ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Linguística Aplicada I: Introdução

EMENTA: Análise e estudo, com base nos processos de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras (LEs) e de acordo com as abordagens contemporâneas, das teorias de aprendizagem, tendo como um de seus produtos a elaboração de projetos interdisciplinares abarcando os temas transversais, utilizando a teoria das inteligências múltiplas como eixo norteador desse processo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARMSTRONG, T. (1999) **7 Kinds of Smart. Identifying and Developing Your Multiple Intelligences**. New York: Plume.

_____ (2000) **Multiple Intelligences in the Classroom**. Alexandria: ASCD.

BERMAN, M. (1998) **A Multiple Intelligences Road to an ELT Classroom**. Wales; Crown House. FREEMAN, D. **Doing Teacher Research. From Inquiry to Understanding**. Heinle & Heinle Publishers, Canada, 1998, 258p.

GARDNER, H. (1999) **Intelligence Reframed: Multiple Intelligences for the 21st Century**. New York: Basic Books.

_____ (1993) **Inteligências Múltiplas. A teoria na prática**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas.

_____ (1983) **Frames of Mind. The Theory of Multiple Intelligences**. New York: Basic Books.

GOLDFLUSS, K.J. (ed.) (1999) **The Best of Multiple Intelligences Activities**. Westminster: Teacher Created Materials Inc.

KRASHEN, S. **Principles and Practice in Second Language Acquisition**. Oxford: Pergamon, 1982, 212p.

LARSEN-FREEMAN, D; FREEMAN, D. Language moves: The Place of “Foreign” Languages in Classroom Teaching and Learning. **Review of Research in Education**. February, v. 32, pp. 147–186, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMPBELL, L.; CAMPBELL, B. & DICKINSON, D. (1999) **Teaching and Learning through Multiple Intelligences**. Massachusetts: Allyn & Bacon.

CHRISTISON, M.A. (1996) **Teaching and Learning Languages Through Multiple Intelligences**. *Tesol Journal*, vol.6, n.1, Autumn. **EDUCATIONAL LEADERSHIP** (1997) Teaching for Multiple Intelligences. September, vol. 55, n.1. ASCD.

LORTIE, D. **Schoolteacher**: a Sociological study. The University of Chicago Press. United States of America, 1975, 308p.

MCDONOUGH, J; SHAW, C. **Materials and Methods in ELT**: a Teacher’s Guide, 2 ed. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2003.

DISCIPLINA: Francês Instrumental

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---

EMENTA: Estudo da língua francesa visando ao desenvolvimento de proficiência de leitura em diferentes níveis de compreensão: global, seletiva e linear.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COURTILLON, Janine. **Élaborer un cours de FLE**. Paris: Hachette, 2003.

CUQ, Jean-Pierre. GRUCA, Isabelle. **Cours de didactique du français langue étrangère et seconde**. Grenoble: PUG, 2005.

DESMONS, Fabienne. Et al. **Enseigner le FLE** : pratiques de classe. Belin, 2005.

MANGIANTE, Jean-Marc et PARPETTE, Chantal. **Le Français sur Objectif Spécifique**: de l'analyse des besoins à l'élaboration d'un cours. Paris : Hachette, 2004.

MOIRAND, Sophie. **Enseigner à communiquer en langue étrangère**. Paris : Hachette, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AUXILIADORA, R.; NOBREGA, T. CARMELITA, S. **Lire et comprendre**. Musimed, 1986.

ITALO; L. M. **O Frances Instrumental**: a experiência da uni. HEMUS, 1977.

LEHMANN, Denis et al. **Lecture fonctionnelle de textes de specilalité**. Paris: Didier, 1980.

MOIRAND, Sophie. **Situations d'écrit**. Paris: CLE, 1979.

ROBERT, Jean-Pierre. ROSEN, Évelyne. REINHARDT, Claus. **Faire classe en FLE : une approche actionnelle et pragmatique**. Paris, Hachette, 2011.

SCHWEBEL, Aldaisia N.; GUIMARAES, Maria L. M. **Accès au Français Instrumental**. UFBA, 1985.

DISCIPLINA: Língua Francesa I		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---
<p>EMENTA: Aquisição de competências linguísticas em língua francesa em nível A1, de acordo com os propósitos das unidades 0 a 3 do livro <i>Cosmopolite 1</i>: saudações, números, nacionalidades, profissões, apresentações, países e cidades, lugares da cidade, deslocamento, acomodações, a família, descrições físicas e psicológicas, expressão dos gostos, profissões, partes do corpo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>Bescherelle: la conjugaison pour tous. Paris: Hatier, 2006.</p> <p>HIRSCHSPRUNG, Nathalie. TRICOT, Tony. Cosmopolite 1: méthode de français. Paris, Hachette FLE, 2017.</p> <p>_____. Cosmopolite 1: Cahier d'activités + CD audio. Paris, Hachette FLE, 2017.</p> <p>_____. Cosmopolite 1: <u>Guide pédagogique</u>. Paris, Hachette FLE, 2017.</p> <p>_____. Cosmopolite 1: Manuel numérique élève. Paris, Hachette FLE, 2017.</p> <p>_____. Cosmopolite 1: Manuel numérique classe. Paris, Hachette FLE, 2017.</p> <p>REY, A.; REY-DEBOVE, J. (dir.). Le Nouveau Petit Robert, dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1993.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>GADET, Emmanuel; LESCURE, Richard; VEY, Pauline. Nouveau DELF A1, Livre et CD audio - 150 activités. Dir. Isabelle Normand et Richard Lescure. Coll. "Le Nouvel Entraînez-vous". Paris: CLE international, 2006.</p> <p>GRÉGOIRE, M. Grammaire progressive du français (niveau débutant). Paris: Clé International, 1997.</p> <p>POISSON-QUINTOM, S.; B. R. Grammaire expliquée du français (débutant). Paris: Clé International, 2003.</p>		

DISCIPLINA: Língua Francesa II		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Língua Francesa I
<p>EMENTA: Aquisição de competências linguísticas em língua francesa em nível A1, de acordo com os propósitos das unidades 4 a 6 do livro <i>Cosmopolite 1</i>: hora (formal e informal), hábitos cotidianos e a frequência, propor, aceitar e recusar um convite, indicar um momento preciso no tempo, projetos e sucesso, descrição e aparência física, o restaurante, a imprensa, a reportagem, viagens, situar e caracterizar um lugar, as cores, os cômodos de um imóvel, caracterizar um ambiente, o tempo, o clima e as estações, emoções e sensações.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>Bescherelle: la conjugaison pour tous. Paris: Hatier, 2006.</p> <p>HIRSCHSPRUNG, Nathalie. TRICOT, Tony. Cosmopolite 1: méthode de français. Paris, Hachette FLE, 2017.</p> <p>_____. Cosmopolite 1: Cahier d'activités + CD audio. Paris, Hachette FLE, 2017.</p> <p>_____. Cosmopolite 1: <u>Guide pédagogique</u>. Paris, Hachette FLE, 2017.</p> <p>_____. Cosmopolite 1: Manuel numérique élève. Paris, Hachette FLE, 2017.</p> <p>_____. Cosmopolite 1: Manuel numérique classe. Paris, Hachette FLE, 2017.</p> <p>REY, A.; REY-DEBOVE, J. (dir.). Le Nouveau Petit Robert, dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1993.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>GADET, Emmanuel; LESCURE, Richard; VEY, Pauline. Nouveau DELF A1, Livre et CD audio - 150 activités. Dir. Isabelle Normand et Richard Lescure. Coll. "Le Nouvel Entraînez-vous". Paris: CLE international, 2006.</p> <p>GRÉGOIRE, M. Grammaire progressive du français (niveau débutant). Paris: Clé International, 1997.</p> <p>POISSON-QUINTOM, S.; B. R. Grammaire expliquée du français (débutant). Paris: Clé International, 2003.</p>		

DISCIPLINA: Seminário de Estudos Literários		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Teoria da Literatura I
<p>EMENTA: Estudo sobre tópico específico referente à literatura e suas teorias. Análise</p>		

literária de prosa, poesia e/ou drama.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria da literatura**. 8.ed. Coimbra: Almedina, 2010.

BIASI, Pierre-Marc de et al. **Métodos críticos para a análise literária**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (Org) **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3.ed. Maringá: EdUEM, 2014.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

JOUBE, Vincente. **Por que estudar literatura?** São Paulo: Parábola, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. São Paulo: 34, 2003.

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: 34, 2015.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CÂNDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ECO, Humberto. **Interpretação e superinterpretação**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. **Seis passeios pelo bosque da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GENETTE, Gérard. **Palimpsestos: a literatura de segunda mão**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1975.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**. São Paulo: 34, 2000.

REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. São Paulo: Difel, 2017.

_____. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

DISCIPLINA: Seminário de Crítica Literária

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo sobre tópico específico referente à crítica literária. Crítica de prosa, poesia e/ou drama.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENNETT, Andrew; ROYLE, Nicholas. **An Introduction to Literature, Criticism and Theory**. Londres: Routledge, 2016.

BIASI, Pierre-Marc de et al. **Métodos críticos para a análise literária**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRESSLER, Charles E. **Literary Criticism: An Introduction to Theory and Practice**. 4ed. New Jersey: Prentice Hall, 2006.

DOBIE Ann B. **Theory into Practice: An Introduction to Literary Criticism**. Belmont: Wadsworth Publishing, 2014.

DURÃO, Fábio Akcelrud. **O que é crítica literária?** São Paulo: Parábola, 2016.

EAGLETON, Terry. **Como ler literatura**. São Paulo: L&PM, 2017.

GILLESPIE, Tim. **Doing Literary Criticism: The Cultivation of Thinkers in the Classroom**. Portland: Stenhouse Publishers, 2010.

LEITCH, Vincent B. et al. (org) **The Norton Anthology of Theory and Criticism**. 3ed. Nova York: W. W. Norton & Company, 2018.

LEITCH, Vincent B. **Literary Criticism in the 21st Century: Theory Renaissance**. Londres: Bloomsbury Academic, 2014.

RALLO, Elizabeth Ravoux. **Métodos de crítica literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROONEY, Ellen. (org) **The Cambridge Companion to Feminist Literary Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SEATON, James. **Literary Criticism from Plato to Postmodernism: The Humanistic Alternative**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

STEVENS, Anne H. **Literary Theory and Criticism: An Introduction**. Peterborough: Broadview Press, 2015.

SULLIVAN, Nikki. **A Critical Introduction to Queer Theory**. Nova York: NYU Press, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENNETT, Arnold. **Gosto literário: como formar**. Londres: Magnum Opus, 2015.

EAGLETON, Mary. (org) **Feminist Literary Theory: A Reader**. 3ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2010.

GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. (orgs) **Feminist Literary Theory and Criticism: A**

Norton Reader. Nova York: W. W. Norton & Company, 2007.

GO, Julian. **Postcolonial Thought and Social Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

GOULIMARI, Pelagia. **Literary Criticism and Theory: From Plato to Postcolonialism**. Londres: Routledge, 2014.

HALL, Donald E.; JAGOSE, Annamarie. (orgs) **The Routledge Queer Studies Reader**. Londres: Routledge, 2012.

LEWIS, C. S. **Um experimento na crítica literária**. São Paulo: UNESP, 2009.

MORLAND, Iain et al. **Queer Theory**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

PLAIN, Gill; SELLERS, Susan. (orgs) **A History of Feminist Literary Criticism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

WILCHINS, Riki. **Queer Theory, Gender Theory**. Bronx: Riverdale Avenue Books, 2014.

DISCIPLINA: Seminário de Estudos em Linguística Aplicada		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Linguística Aplicada I: Introdução
EMENTA: Estudo teórico sobre tópico específico dentro do escopo da Linguística Aplicada.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ALARCÃO, I. Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva . Editora Cortez, São Paulo. Brasil, 8a ed, 2011.		
EDGE, J; GARTON, S. From Knowledge to Experience in ELT . Oxford University Press, 2009.		
FREEMAN, D. Doing Teacher Research . From Inquiry to Understanding. Heinle & Heinle Publishers, Canada, 1998.		
LUCAS, P. D. O; FERRARETO, R. L. R. Temas e Rumos nas Pesquisas em Linguística (Aplicada): Questões Empíricas, Práticas e Éticas . Vol1. Pontes Editores, Campinas, 2015.		
LUCAS, P. D. O; FERRARETO, R. L. R. Temas e Rumos nas Pesquisas em Linguística (Aplicada): Questões Empíricas, Práticas e Éticas . Vol2. Pontes Editores, Campinas, 2017.		
MENEZES, V.; SILVA, M. M.; GOMES, I.F. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos . In: PEREIRA, R.C.; ROCA, P. Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009.		
SIGNORINI, I. e M. C. CAVALCANTI (orgs.) Linguística Aplicada e		

Transdisciplinaridade: Questões e Perspectivas. Campinas: Mercado de Letras. ISBN 85-85725-33-8. Pp. 216, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEFFA, V. J. **A linguística aplicada e seu compromisso com a sociedade.** Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Linguística Aplica. Belo Horizonte: UFMG, 7-11 de outubro de 2001. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/la_sociedade.pdf

LIBÂNEO, J. C. **Reflexibilidade e formação de professores:** outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? (2005). In: PIMENTA, S. G; GHEDIN, E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de Linguística Aplicada.** Campinas: Mercado das Letras, 1996.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício do professor:** profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002, 232p.

PIMENTA, S. G. **Professor reflexivo:** construindo uma crítica. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005, 226p.

SMYTH, J. **Teacher's work and the politics of reflection.** American Education Research Journal, v. 29, n. 2, 1992.

VIANA, N. (1997). **Planejamento de Cursos de línguas -** Pressupostos e Percurso. In: José Carlos Paes de Almeida Filho. Parâmetros Atuais para o Ensino de Português Língua Estrangeira. Campinas - SP: Pontes, pp. 29-48, 1997.

VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. **A Formação do Professor de Línguas de uma Perspectiva Sociocultural.** SIGNUM: Estudos da Linguagem, Londrina, v.15, n.2, dez, pp. 457-480, 2012.

DISCIPLINA: Seminário de Estudos Culturais

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	História da Língua Inglesa

EMENTA Estudo acerca das teorias, literaturas, períodos, movimentos, gêneros, autores(as) e/ou temáticas abordadas em produções artístico-literárias anglófonas, em perspectiva individual ou comparada, a partir do viés dos Estudos Culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTONY, Shinnie et al. **Indian English: Language & Culture**. Melbourne: Lonely Planet, 2008.

ARTHUR, Paul Longley. **Migrant Nation: Australian Culture, Society and Identity**, London: Anthem Press, 2017.

CROWTHER; Jonathan. **Oxford Guide to British and American Culture**. 2.ed. New York: Oxford University Press, 2005.

CUNLIFFE, Dan; BRIGGS, Asa. **The Penguin Illustrated History of Britain and Ireland: From Earliest Times to the Present Day**. London: Penguin Books, 2004.

FOX, Kate. **Watching the English: The Hidden Rules of English Behavior**. Boston: Nicholas Brealey, 2014.

HAY, Jennifer; MACLAGAN, Margaret A.; GORDON, Elizabeth. **New Zealand English**. Edinburg: Edinburgh University Press, 2008.

KACHRU, Yamuna; NELSON, Cecil L. **World Englishes in Asian Contexts**. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2006.

KIRKPATRICK, Andy. (Org) **The Routledge Handbook of World Englishes**. London: Routledge, 2010.

MCDOWALL, David. **An Illustrated History of Britain**. London: Longman, 1989.

MORTON, Desmond. **A Short History of Canada**. 7.ed. Toronto: McClelland & Stewart, 2017.

O'CALLAGHAN, Brian. **An Illustrated History of the USA**. London: Longman, 1990.

RICKFORD, John Russell. **Spoken Soul: The Story of Black English**. Hoboken: Wiley, 2000.

SHAW, Jenny. **Everyday Life in the Early English Caribbean: Irish, Africans, and the Construction of Difference**. Georgia: University of Georgia Press, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRENDON, Piers. **The Decline and Fall of the British Empire, 1781-1997**. New York: Vintage, 2010

CHRISTOPHER, David P. **British Culture: An Introduction**. 3.ed. London: Routledge, 2015.

DATESMAN, Maryanne; CRANDALL, Joann; KEARNY, Edward N. **American Ways: An Introduction to American Culture**. 4.ed. Hoboken: Pearson Education ESL/Longman, 2014.

HIGGINS, Michael; SMITH; Clarissa. **The Cambridge Companion to Modern British**

Culture. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LEVINE, Lawrence W. **Black Culture and Black Consciousness:** Afro-American Folk Thought from Slavery to Freedom. 30.ed. New York: Oxford University Press, 2007.

OWUSU, Kwesi. **Black British Culture and Society:** A Text Reader. London: Routledge, 1999.

PATTON, Sharon F. **African-American Art.** New York: Oxford University Press, 1998.

PONTISSO, Robert. **Canadian Oxford Dictionary of Current English.** New York: Oxford University Press, 2005.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. **From #BlackLivesMatter to Black Liberation.** Chicago: Haymarket Books, 2016.

DISCIPLINA: Oficina de Linguística Aplicada		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Linguística Aplicada I: Introdução
EMENTA: Oficina teórico-prática sobre o papel da reflexão como paradigma para a promoção da autonomia do professor de línguas em formação inicial, bem como a formação de professores de línguas do Brasil e o seu conjunto de crenças, na perspectiva da linguística aplicada. Discussão sobre concepções de ensino, aprendizagem e de língua inglesa da BNCC.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BARCELOS, A. M. F.; VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. (Orgs.). Crenças e ensino de línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores. Campinas: Pontes, 2006.		
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf > Acesso em: 29 abril 2023.		
COELHO, H. S. H. É possível aprender inglês na escola pública? Crenças de professores e alunos sobre o ensino de inglês em escolas públicas. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2005.		
GREGGIO S.; ZAMONER D. Pressupostos da área de Língua Inglesa na BNCC: apropriação crítica por professores de inglês da Educação Básica. Trem de Letras , v. 9, n. 2, p. e022009, 25 set. 2022.		
LARSEN-FREEMAN, D. Training teachers or educating a teacher. In: ALATIS, J.; STERN, H. H.; STREVEN, P. (Eds.). <i>Applied Linguistics and the preparation of second language teachers: towards a rationale.</i> Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2002. p. 264-274.		

LIMA, S. S. **Crenças e expectativas de um professor e alunos de uma sala de quinta-série e suas influências no processo de ensino e aprendizagem de inglês de escola pública.** In: BARCELOS, A. M. F.; VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. Crenças e ensino de línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores. Campinas: Pontes, 2006. p. 147-162.

VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. **Crenças, pressupostos e conhecimentos de alunos-professores de língua estrangeira na formação inicial.** In: VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. (Org.) Prática de ensino de língua estrangeira: experiências e reflexões. Campinas: Pontes, 2004. p. 131-152.

ZEICHNER, K. M. **Uma análise crítica sobre a “reflexão” como conceito estruturante na formação docente.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 29, n. 103, p. 535-554, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEFFA, V. J. **A linguística aplicada e seu compromisso com a sociedade.** Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada. Belo Horizonte: UFMG, 7-11 de outubro de 2001. Disponível em:

http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/la_sociedade.pdf

LIBÂNEO, J. C. **Reflexibilidade e formação de professores:** outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? (2005). In: PIMENTA, S. G; GHEDIN, E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de Linguística Aplicada.** Campinas: Mercado das Letras, 1996.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício do professor:** profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002, 232p.

PIMENTA, S. G. **Professor reflexivo:** construindo uma crítica. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005, 226p.

SMYTH, J. **Teacher's work and the politics of reflection.** American Education Research Journal, v. 29, n. 2, 1992.

VIANA, N. (1997). **Planejamento de Cursos de línguas - Pressupostos e Percurso.** In: José Carlos Paes de Almeida Filho. Parâmetros Atuais para o Ensino de Português Língua Estrangeira. Campinas - SP: Pontes, pp. 29-48, 1997.

VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. **A Formação do Professor de Línguas de uma Perspectiva Sociocultural.** SIGNUM: Estudos da Linguagem, Londrina, v.15, n.2, dez, pp. 457-480, 2012.

7 CORPO DOCENTE

7.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso de Letras - Inglês

PATRÍCIA DE OLIVEIRA LUCAS
ANA CLÁUDIA OLIVEIRA SILVA
CLÁUDIO AUGUSTO CARVALHO MOURA
FRANCISCO WELLINGTON BORGES GOME
LUÍS FELIPE PEREIRA DOS SANTOS DONADIO
VÂNIA SOARES BARBOSA

7.2 Atuação e regime de trabalho do coordenador do curso

Eleito através de processo democrático com a participação de alunos, professores e técnico-administrativos, conforme regulamentação da própria instituição, tendo o regime de trabalho de 20 horas semanais na Coordenação de Curso. O Coordenador de Curso é responsável pela coordenação do curso, devendo acompanhar e avaliar todo o processo de execução do curso.

7.3 Perfil do corpo docente (regime de trabalho, titulação e CPF)

O curso de Licenciatura em Letras - Inglês conta com onze professores titulares, cujos nomes foram destacados na lista abaixo, a qual contém todos os professores da Coordenação de Letras Estrangeiras:

PROFESSOR	CPF	TITULAÇÃO	CARGA HORÁRIA	REGIME DE TRABALHO
ALCIONE CORRÊA ALVES	969.978.850-04	DOUTOR	40 HORAS	DE
ANA CLÁUDIA OLIVEIRA SILVA	341.621.354-87	DOUTORA	40 HORAS	DE
BEATRIZ GAMA RODRIGUES	116.638.238-98	DOUTORA	40 HORAS	DE

CLÁUDIO AUGUSTO CARVALHO MOURA	859.000.443-00	DOUTOR	40 HORAS	DE
ÉRICA RODRIGUES FONTES	079.385.577-22	DOUTORA	40 HORAS	DE
FRANCISCO WELLINGTON BORGES GOMES	756.473.893-68	DOUTOR	40 HORAS	DE
JULIANA CASTELO BRANCO PAZ DA SILVA	695.898.793-49	MESTRA	40 HORAS	DE
LUIS FELIPE PEREIRA DOS SANTOS DONADIO	257.735.238-76	DOUTOR	40 HORAS	DE
PATRÍCIA DE OLIVEIRA LUCAS	215.276.868-09	DOUTORA	40 HORAS	DE
SEBASTIÃO ALVES TEIXEIRA LOPES	239.844.573-91	DOUTOR	40 HORAS	DE
TIAGO BARBOSA SOUZA	008.767.193-02	MESTRE	40 HORAS	DE
VÂNIA SOARES BARBOSA	446.113.583-72	DOUTORA	40 HORAS	DE
WANDER NUNES FROTA	221.004.583-53	DOUTOR	40 HORAS	DE

* DE - Dedicção exclusiva

8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

8.1 Local de Funcionamento, infraestrutura física e laboratórios

O curso de Licenciatura em Letras - Inglês encontra-se na Coordenação de Letras Estrangeiras (sala 34). A Coordenação de Letras Estrangeiras conta com 10 salas de aula (364, 365, 366, 367, 368 do espaço integrado e 314, 315, 316, 317 e 318 do CCHL) e 9 gabinetes docentes, utilizados em conjunto com a Coordenação de Letras Vernáculas, e um Laboratório de Línguas. Todos estão localizados no Centro de Ciências Humanas e Letras. Além disso, a Coordenação também conta com mais quatro salas, onde funcionam a Cultura Francesa, o Núcleo *English Resource Information Center* – ERIC, o Curso de Extensão em Inglês Instrumental, também localizados no Centro de Ciências Humanas e Letras, e o Curso de Extensão em Espanhol Instrumental que fica localizado próximo ao Cine Teatro. A Coordenação está organizada em um modelo híbrido (antiga Chefia de Curso), que acumula as competências e atribuições do Departamento e da Coordenação, possuindo um Coordenador (a) e um Subcoordenador (a).

MODELO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS		
ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
1	Computador	41
2	Datashow	3
3	Telefones	2
4	Ar condicionado	14
5	Impressora	3
6	Nobreak	21
7	Estabilizador	6
8	Som portátil	2
12	Televisão	1
13	Notebook	1
14	Caixa de som portátil	1

8.2 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa Humana da Universidade Federal do Piauí – UFPI tem a função de avaliar os projetos de pesquisas dos diversos cursos da instituição que envolvam a participação de seres humanos, desde projetos de graduação, como Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, quanto de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Para que seja submetido a análise, o projeto precisa ser cadastrado pelo(s) pesquisador(es) na Plataforma Brasil (<http://plataformabrasil.saude.gov.br/>), que é vinculada ao *site* da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP (<http://conselho.saude.gov.br/comissoes-cns/conep/>)

O CEP (cep@ufpi.edu.br) visa a criar uma política concreta acerca das investigações propostas nas diversas áreas do conhecimento, atuando de forma voluntária, autônoma e independente no exercício de sua função. O Comitê é vinculado à Reitoria, é formado por membros que atuam de forma voluntária e são escolhidos pelos conselhos de Centros, com mandato de dois anos após portaria emitida pelo Reitor. O CEP tem em sua composição integrantes dos mais diversos cursos de graduação e pós-graduação da UFPI, garantindo assim



representatividade nas mais diversas áreas do conhecimento, o que facilita a análise dos projetos e mantem um rápido fluxo na aprovação destes através de reuniões quinzenais. O número de membros por centro é variável. Em geral, o Centro de Ciências Humanas e Letras conta com a participação de cerca de quatro membros, que colaboram com a análise do grande fluxo de pesquisas nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e de Letras.

Cabe ressaltar que o Piauí possui doze Comitês de Ética em Pesquisa sendo cinco na UFPI, nos campi de Teresina, Picos, Floriano, Parnaíba, além de um exclusivo para as demandas do Hospital Universitário de Teresina.

A submissão de projetos ao Comitê de Ética é de suma importância para a proteção dos participantes da pesquisa, sendo necessário observar as normas previstas nas Resoluções Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e Nº 510, de 07 de abril de 2016. A Resolução Nº 466 é pioneira, fornece vários esclarecimentos sobre as terminologias a serem utilizadas e indica os procedimentos permitidos na pesquisa. Entretanto, as orientações são predominante voltadas a pesquisas na área de saúde, não contemplando as necessidades específicas das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Letras, fato mencionado na própria Resolução Nº466, no artigo XIII.3, que reconhece as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas, dadas suas particularidades, daí a importância de se construir um marco normativo claro, preciso e plenamente compreensível por todos os envolvidos nas atividades de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Assim, no ano de 2016, após vários estudos feitos pela CONEP, foi publicada a resolução Nº 510 para tentar atender as demandas da área de Ciências Humanas, Sociais.

A Resolução Nº 510 incorpora aspectos da Resolução 466 que mantém a visão do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros aspectos, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado. Em seu Artigo 1º, a Resolução deixa claro a que se propõe:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.

O principal objetivo dos direcionamentos dados pela Resolução é resguardar os participantes da pesquisa evitando quaisquer danos a estes, seja através de perguntas constrangedoras em entrevistas, exposição de imagem, dados pessoais, entre outros aspectos.



A Resolução é composta por oito capítulos em que há o detalhamento dos tipos de pesquisa que não se enquadram no rol das que podem ser apreciadas pelo CEP/CONEP, portanto, não podem ser registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP; apresentação dos termos e definições utilizadas na resolução e, conseqüentemente, na hora do preenchimento dos campos na plataforma brasil; os princípios éticos das pesquisas em ciências humanas e sociais; um capítulo explicativo do processo de consentimento e do assentimento livre e esclarecido, assim como o modo de obtê-lo e registrá-lo; dos riscos da pesquisa; do procedimento de análise ética no sistema CEP/CONEP; do pesquisador responsável, além das disposições transitórias e finais.

Cabe lembrar que o CEP não aprecia pesquisas já iniciadas e que toda pesquisa possui risco, mesmo que mínimo, como constrangimento. Estes são os motivos mais frequentes para que os projetos de pesquisa sejam, respectivamente, negados ou devolvidos para ajustes.

A submissão de todo projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa Humana – CEP/UFPI é de suma importância, tanto para a segurança do pesquisador quanto do participante, por isso, a recomendação da leitura das resoluções supracitadas na elaboração dos trabalhos científicos.

9 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

9.1 Vigência e Migração do Currículo

O presente PPC será implementado a partir do primeiro semestre letivo de 2024, observando-se os seguintes mecanismos de implementação e desativação do anterior:

- I. Todos os alunos ingressantes no Curso de Licenciatura em Letras – Inglês a partir do período letivo 2024.1 farão parte deste novo PPC.
- II. Os alunos ingressantes em períodos anteriores a 2024.1 poderão fazer a migração para este novo PPC de forma opcional, por meio da assinatura de termo de compromisso, aceitando todas as normas do novo currículo e responsabilizando-se por eventuais necessidades de complementação da carga horária e pela realização de atividades curriculares não previstas no PPC anterior.
- III. Com a implementação deste PPC, o curso de Licenciatura em Letras-Inglês disporá, por um período máximo de 5 anos, de duas matrizes curriculares vigentes, ou seja, da matriz

implementada para os alunos com ingresso a partir do primeiro semestre letivo de 2011 que não fizerem a opção pela mudança curricular, e da matriz curricular implementada para os alunos ingressantes a partir de 2023.1 e alunos ingressantes em anos anteriores que fizerem a opção pela mudança para o novo currículo.

IV. A oferta de disciplinas para alunos do currículo antigo priorizará o fluxo semestral previamente estabelecido para os alunos ingressantes em 2023.1, sendo que ocasionalmente poderão ser reofertadas disciplinas com alto índice de retenção, observando-se a capacidade de espaços físicos e de corpo docente da CLE e desde que não prejudique o atendimento ao fluxo regular da oferta.

V. A oferta de disciplinas para os alunos do currículo novo (incluindo-se aqueles que fizerem a opção pela migração do currículo anterior) seguirá o planejamento previamente estabelecido para os ingressantes no período 2023.1.

VI. Ao optar pela migração para o novo currículo, o aluno terá o prazo máximo de integralização do curso estendido em 50%.

VII. O aproveitamento de disciplinas para alunos que optarem pela migração para o novo PPC deverá obedecer ao quadro de equivalências entre os dois currículos. Caberá ao aluno avaliar a sua situação com relação às duas grades curriculares antes de decidir pela migração, já que não é possível o aproveitamento de componentes curriculares não previstos neste PPC.

VIII. Para as disciplinas optativas, somente serão aproveitadas aquelas cuja carga horária for igual ou maior às disciplinas do novo Currículo. Nesse caso, não é necessário haver equivalência entre os conteúdos, dada a natureza das disciplinas optativas, que visam diversificar e ampliar a formação básica no Curso de Licenciatura em Letras-Inglês.

IX. Nos termos do Parecer CNE/CES nº 804/2018, aprovado em 5 de dezembro de 2018, e com vistas a preservar os interesses dos estudantes, assim como da comunidade universitária, estas disposições transitórias devem ser afixadas em local visível na secretaria do curso.

X. Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Letras-Inglês.

9.2 Equivalência entre Projetos Pedagógicos

Para efeito de aproveitamento de créditos ou, quando for o caso, para se efetuar a migração do antigo currículo para o novo, deve-se levar em consideração a seguinte tabela de equivalência curricular.

COMPONENTE CURRICULAR ESTRUTURA Nº01/2012		PRÉ-REQUISITO (NOME E CÓDIGO)	RECIPROCIDADE	COMPONENTE CURRICULAR ESTRUTURA NOVA		PRÉ-REQUISITO (NOME E CÓDIGO)	ABRANGÊNCIA (Global ou Específica – Resolução CEPEX 177/12)
CÓDIGO	NOME			CÓDIGO	NOME		
CLE0117	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA I (3.1.0)		⇔		LÍNGUA INGLESA I (2.2.0)		GLOBAL
CLE0121	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA II (3.1.0)	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA I (CLE0117)	⇔		LÍNGUA INGLESA II (2.2.0)	LÍNGUA INGLESA I	GLOBAL
CLE0124	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA III (3.1.0)	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA II (CLE0121)	⇔		LÍNGUA INGLESA III (2.2.0)	LÍNGUA INGLESA II	GLOBAL
CLE0128	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA IV (3.1.0)	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA III (CLE0124)	⇔		LÍNGUA INGLESA IV (2.2.0)	LÍNGUA INGLESA III	GLOBAL
CLE0132	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA V (3.1.0)	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA IV (CLE0128)	⇔		LÍNGUA INGLESA V (2.2.0)	LÍNGUA INGLESA IV	GLOBAL
CLE0120	TEORIA DA LITERATURA (4.0.0)		⇔		TEORIA DA LITERATURA I (4.0.0)		GLOBAL
CLE0115	SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO (1.0.0)		⇔		SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO (2.0.0)		GLOBAL
CLE0127	LINGUÍSTICA APLICADA I (4.0.0)	LINGUÍSTICA (CLE0116)	⇔		LINGUÍSTICA APLICADA I: INTRODUÇÃO (4.0.0)	LINGUÍSTICA	GLOBAL
CLE0123	CULTURA DOS POVOS DE LÍNGUA INGLESA (4.0.0)	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA II (CLE0121)	⇔		HISTÓRIA DA LÍNGUA INGLESA (4.0.0)		GLOBAL
CLE0130	EXPRESSÃO ESCRITA I (2.2.0)	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA III (CLE0124)	⇔		ESCRITA ACADÊMICA I (2.2.0)		GLOBAL
CLE0134	EXPRESSÃO ESCRITA II (2.2.0)	EXPRESSÃO ESCRITA I (CLE0130);	⇔		ESCRITA ACADÊMICA II (2.2.0)	ESCRITA ACADÊMICA I	GLOBAL

		HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA IV (CLE0128)					
CLE0131	LITERATURA INGLESA I (4.0.0)	TEORIA DA LITERATURA (CLE0120); HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA IV (CLE0128)	⇔		LITERATURA BRITÂNICA I (4.0.0)		GLOBAL
CLE0135	LITERATURA INGLESA II (4.0.0)	LITERATURA INGLESA I (CLE0131)	⇔		LITERATURA BRITÂNICA II (4.0.0)	LITERATURA BRITÂNICA I	GLOBAL
DMT0059	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO I (0.0.5)		⇔		ESTÁGIO SUPERVISIONADO I (0.0.6)		GLOBAL
DMT0060	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II (0.0.5)		⇔		ESTÁGIO SUPERVISIONADO II (0.0.6)		GLOBAL
DMT0061	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO III (0.0.8)		⇔		ESTÁGIO SUPERVISIONADO III (0.0.8)		GLOBAL
CLE0144	LITERATURA NORTE AMERICANA (4.0.0)		⇔		LITERATURA ESTADUNIDENSE I (4.0.0)		GLOBAL
CLE0137	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (1.1.0.)		⇔		TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (2.2.0)		GLOBAL
CLE0152	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (1.1.0.)	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (CLE0137)	⇔		TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (2.2.0)	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	GLOBAL
CLE0156	LITERATURA ANGLÓFONA NO MUNDO (4.0.0)	TEORIA DA LITERATURA (CLE0120); HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA IV (CLE0128)	⇔		LITERATURAS ANGLÓFONAS NO MUNDO (4.0.0)	TEORIA DA LITERATURA I	GLOBAL
	DISCIPLINA OPTATIVA (4.0.0)		⇔		DISCIPLINA OPTATIVA (2.2.0)		GLOBAL

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: a educação é a base. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 15/2018: Instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e orientação aos sistemas de ensino e às instituições e redes escolares para sua implementação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, nos termos do Art. 211 da Constituição Federal e Art. 8º da Lei nº 9.394/1996 (LDB). 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP No 2, de 1º de julho de 2015: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP No 02, de 20 de dezembro de 2019: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP No 1, de 27 de outubro de 2020: Dispõe sobre as DCNs para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.348, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria no. 2.117, de 11 de dezembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Projeto de Estruturação do Curso Normal Superior – PECNS. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais para a Formação de Professores – RFP. MEC/SEF, 1999;

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Piauí (PDI/UFPI 2020-2024).



BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Plano de Desenvolvimento Institucional UFPI/2015-2019. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação, Licenciatura em Letras – Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Resolução CEPEX/UFPI No 220/16, de 28 de setembro de 2016, que define as diretrizes curriculares para a formação em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica na UFPI;

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Resolução CEPEX/UFPI No 053/19, de 12 de abril de 2019, que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI;

LEIS FEDERAIS

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL, Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.



Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

DECRETOS

Decreto nº 3276, de 06 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica e dá outras providências.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da



acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 6.872, de 04 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos.

PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria Normativa MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Regulamenta a introdução, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial.

Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.



Portaria Normativa MEC nº 23, de 01 de dezembro de 2010. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, Banco de Avaliadores (BASIS) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Portaria Normativa MEC nº 147, de 02 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a complementação da instrução dos pedidos de autorização de cursos de graduação em direito e medicina, para os fins do disposto no art. 31, § 1º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Portaria Normativa MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.

Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

PORTARIA nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

PARECERES E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Parecer CNE/CP nº 08, de 06 de março de 2012. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Parecer CNE/CP nº 02, de 09 de junho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica;

Resolução CNE/CP nº 02, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

REGRAMENTO ESPECÍFICO PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Parecer CNE/CES nº 197, de 13 de setembro de 2007. Instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 6º, inciso V, do Decreto nº 5.773/2006.

Parecer CNE/CES nº 564, de 10 de dezembro de 2015. Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

RESOLUÇÕES DA UFPI

Resolução CEPEX nº 177/12, de 5 de novembro de 2012 - NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Resolução CEPEX nº 054/17 – Dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na UFPI.

Resolução Nº 510 <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> e Resolução Nº 466 <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

Resolução CEPEX/UFPI nº 220/16 - Define as diretrizes curriculares para formação em Nível Superior de Profissionais do Magistério para Educação Básica na UFPI.

Resolução CEPEX/UFPI nº 053/19 - Regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Instrumentos de Avaliação e Reconhecimento de Cursos de Graduação e Bacharelado, utilizados pelo Ministério da Educação – MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Acesso no Portal MEC:

<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>

Resolução CNE/CES N° 7/2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n° 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024

APÊNDICES

a) Regulamento do Estágio

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Letras-Inglês da UFPI, na modalidade presencial, é regido em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394/1996, de 20/12/1996, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura voltados à formação de professores da Educação Básica, Resoluções CNE/CP nº 02 de 1º de julho de 2015, Resolução CEPEX/UFPI nº 220 de 28 de setembro de 2016, na Resolução 177/12 CEPEX/ UFPI de 05/11/2012 e na Lei nº 11.788 de 25.09.2008.

DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Letras-Inglês da UFPI observará os seguintes princípios:

- I. Unidade entre teoria e prática, tendo em vista a superação das dicotomias entre essas dimensões;
- II. Parceria entre a universidade e as instituições co-formadoras, assim como entre os profissionais que atuam nesses dois contextos, responsáveis pelo acompanhamento das atividades de estágio;
- III. Concretização de experiências de práticas pedagógicas que contemplem o planejamento, a ação/reflexão/ação;
- IV. Articulação entre o currículo do curso e os aspectos práticos da educação básica.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Letras-Inglês da UFPI visa oferecer ao estudante a oportunidade de:

- I. Observar situações reais de seu campo de trabalho, de modo a ampliar o conhecimento e a formação teórico-prática construídas no processo do curso;
- II. Vivenciar situações de elaboração, execução e avaliação de atividades na área específica de seu estágio;

III. Analisar criticamente as condições observadas com base nos conhecimentos adquiridos, identificando problemas, refletindo sobre eles e propondo estratégias de intervenção no contexto da educação básica.

CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG, em unidades que tenham condições de:

- I. proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;
- II. dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário;
- III. existência de convênio entre a UFPI e as instituições co-formadoras.

§ único. O termo de compromisso de estágio (TCE) constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a UFPI e a parte concedente.

ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

5º. A gestão do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Letras-Ingês envolve:

- I. Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG;
- II. Coordenação de Estágio Supervisionado;
- III. Professor Orientador de Estágio;
- IV. Supervisor de campo;
- V. Estudante Estagiário.

I - COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO (CGE)/PREG;

Art. 6º- A Coordenação Geral de Estágio (CGE) da PREG tem como funções básicas:

- a) Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado na UFPI;

- b) Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios;
- c) Assessorar as coordenações de estágios nos cursos, na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio supervisionado, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- d) Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- e) Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

II - COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 6º- São atribuições da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Letras-Inglês:

- I. Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;
- II. Informar à CGE/PREG os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;
- III. Elaborar a cada semestre, junto com o Professor Orientador, as programações de Estágio Curricular Supervisionado que serão enviadas a CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;
- IV. Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- V. Encaminhar, juntamente com o Professor Orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos) de estágio;
- VI. Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- VII. Realizar seminário de integração dos estágios, juntamente com os professores orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas;
- VIII. Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso;
- IX. Realizar estudos, seminários, encontros de formação e/ou demais atividades que fortaleçam os princípios do Estágio Curricular Supervisionado, em articulação com os professores orientadores.

III - PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Art. 7º- O Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado é, preferencialmente, efetivo do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- a) Orientar e supervisionar o máximo 15 (quinze) estagiários simultaneamente, por turma;
- b) Elaborar, junto ao Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado do curso, a programação semestral de estágios;
- c) Orientar os alunos, na elaboração dos seus planos de ensino e nos relatórios de estágio;
- d) Orientar a execução das atividades dos estagiários;
- e) Avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
- f) Enviar ao coordenador de estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos alunos sob a sua responsabilidade.

IV- SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 8º O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades, tem como atribuições:

- a) Orientar e supervisionar os estagiários;
- b) Avaliar, periodicamente, o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI.

V - ESTUDANTE ESTAGIÁRIO

Art. 9º São atribuições do estudante estagiário:

- a) Cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado;
- b) Respeitar as normas regimentais e disciplinares da Instituição na qual o estágio for realizado;
- c) Planejar com o professor orientador e supervisor as atividades do estágio;
- d) apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;

- e) Comparecer aos encontros com o professor orientador;
- f) Apresentar um relatório ao final do estágio de acordo com as normas institucionais, bem como, socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o estágio.

CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 10 O estágio curricular supervisionado deverá ocorrer nos períodos finais do curso, com carga horária mínima de 405h, em instituições conveniadas da educação básica das redes de ensino público e/ou privado da educação básica, filantrópicas e outros, em conformidade com as diretrizes para formação de professores.

Parágrafo único: A carga horária do estágio curricular supervisionado será distribuída em 4 (quatro) estágios com carga horária de 75, 90, 120 e 120 horas, respectivamente. Neles, serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) Observação destinada a propiciar ao aluno, o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno;
- b) Participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula; Docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio;
- c) Elaboração e execução de projetos de intervenção que visem à melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

AVALIAÇÃO

Art. 11 A Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Letras-Inglês, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

Art. 12 A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

Art.13 Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

- I. A avaliação realizada pelo supervisor de campo do estágio, com base no formulário específico encaminhado ao professor orientador, obedecendo ao cronograma da Coordenação de Estágio de cada curso;
- II. A avaliação do professor orientador com base no cumprimento do plano de trabalho e relatório final;
- III. Além dos instrumentos supracitados poderão ser empregados outros, conforme previsto no PPC de cada curso.

§1º O PPC do curso deverá estabelecer critérios de aprovação para o Estágio Curricular Supervisionado, conforme Resolução CEPEX nº 177/2012.

§2º As atividades de estágio não podem ser realizadas através de atividades domiciliares.

Art. 14 Os estagiários que exercem atividade de docência regulares e comprovadas na educação básica poderão ter redução de carga horária em até 50% (cinquenta por cento) horas do estágio curricular supervisionado na forma da legislação federal em vigor e apresentar documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação, mediante requerimento de redução de carga horária.

§1º Compete à Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado, juntamente com o professor orientador, a análise do pedido e a emissão de parecer que deverá ser encaminhado ao colegiado do curso de Letras-Inglês e à Câmara de Ensino- CAMEN.

ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO DA INTEGRAÇÃO DO ENSINO NO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-INGLÊS COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 15 Um dos aspectos mais relevantes da formação de professores é a estreita relação entre a escola da educação básica e a Instituição formadora. Assim, o curso de licenciatura em Letras-Inglês deve estabelecer coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, enfatizando:

- a) A compreensão da diversidade de situações concretas em que a escola está inserida, implicando ações efetivas;
- b) A interação entre professores universitários (formadores) e da educação básica, a fim de propiciar atualização curricular permanente da escola de educação básica e da instituição formadora;
- c) O conhecimento dos instrumentos normativos da Educação Básica;
- d) A promoção de experiências formativas inovadoras no cotidiano da educação escolar;
- e) A integração da formação pedagógica e dos conteúdos da área de conhecimento;
- f) O estímulo aos processos formativos envolvendo as práticas de gestão e o processo de ensino aprendizagem, por meio de encontros, discussões, seminários com professores da Educação Básica e docentes e licenciandos da UFPI como forma de manter um diálogo aberto entre a Universidade e a Escola;
- g) A divulgação e o debate dos processos desenvolvidos e os resultados alcançados por meio de publicações, participação em eventos científicos e recursos eletrônicos;
- h) Participação dos professores orientadores de estágio em atividades no campo de estágio (ou seja, na escola de educação básica) envolvendo representações em conselhos, participação no planejamento de atividades educativas, etc.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Letras-Inglês e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

b) Regulamento do TCC

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC) PARA O CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – INGLÊS, DA COORDENAÇÃO DE LETRAS ESTRANGEIRAS, DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA.

CAPÍTULO I DA DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Considerando a Resolução nº 177/2012-CEPEX, o PDI 2015/2019 UFPI e a Resolução CNE nº 2/2015, o Curso de Licenciatura em Letras - Inglês adotará o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em caráter obrigatório, em seus três últimos períodos letivos (6º, 7º e 8º períodos).

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS DO TCC

Art. 2º - O TCC é um trabalho de produção acadêmica que deve considerar competências e habilidades esperadas dos profissionais egressos dos cursos de Letras Estrangeiras e tem, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, os seguintes objetivos:

- I. Incentivar o aluno à prática de pesquisa e produção científica, aprimorando a sua competência no desempenho intelectual, profissional e linguístico no que tange à(s) língua(s) objeto dos cursos da Coordenação de Letras Estrangeiras, ao tempo em que o prepara para o mercado e/ou pós-graduação;
- II. Permitir ao aluno, por meio da pesquisa, a aquisição de conhecimentos que lhe proporcionem perceber, através da língua, da literatura e da prática docente, diferentes contextos interculturais;
- III. Contribuir para o desenvolvimento da capacidade de análise científica do aluno, incentivando a visão crítica das teorias e práticas a partir das quais procederá à análise do objeto estabelecido como foco da pesquisa;
- IV. Proporcionar ao aluno a oportunidade de produção acadêmica a partir de atividades de pesquisa, de extensão e de ensino, nas quais terá oportunidade de demonstrar domínio do uso da norma culta da(s) língua(s), requerendo-se aos Discentes em habilitações em língua estrangeira moderna a produção e apresentação do artigo ou monografia nas línguas-objeto de cada curso;
- V. Oportunizar ao aluno o aprofundamento do conhecimento e a reflexão crítica acerca da correlação entre teoria e prática a partir da sua área de interesse, seja Linguística, Literatura ou Cultura, conquanto dentro do escopo do curso.

CAPÍTULO III DA COORDENAÇÃO DO TCC

Art. 3º - O Curso de Licenciatura em Letras – terá sua respectiva coordenação para os TCCs com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 4º - As Coordenações de TCC serão exercidas, exclusivamente, por Docentes(as) efetivos(as) do curso de Licenciatura em Letras – Inglês, os quais deverão se alternar, em sistema de rodízio, seguindo a listagem determinada e votada em Assembleia.

Parágrafo único: O sistema de rodízio se aplicará a todos(as) os(as) docentes da Coordenação que não estejam ocupando outras Coordenações no interstício.

Art. 5º - O período de atuação dos(as) Coordenadores(as) de TCC será de 02 (dois) anos, prorrogáveis por igual período, caso os(as) Coordenador(a) se voluntariem para dar continuidade ao seu primeiro mandato, mediante aprovação em Assembleia.

Art. 6º - Compete às Coordenações de TCC:

- I. Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
- II. Ministrando a disciplina TCC I e promover, ao final da referida disciplina, o Seminário de Apresentação de Projetos (SAP), que deverá ser submetido via Pró Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC) ou Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG);
- III. Disponibilizar para os(as) alunos(as) da disciplina de TCC I informações sobre áreas de pesquisa e a quantidade de vagas ofertada por cada um dos(as) Orientadores(as) da CLE;
- IV. Auxiliar na busca por Docentes(as) Orientadores(as) de áreas afins, caso existam alunos que não se enquadrem no perfil de pesquisa dos(as) Docentes(as) do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês;
- V. Mediar as relações entre Orientadores(as) e Orientandos(as);
- VI. Elaborar calendário e cronograma das atividades concernentes ao TCC 1; TCC 2 e TCC 3;
- VII. Disponibilizar modelos de certificados, fichas de avaliação e atas referentes aos TCCs 1; 2 e 3, com a ajuda do(a) secretário(a) da Coordenação para preenchimento e devolução à Coordenação. É de responsabilidade dos(as) Coordenadores(as) de TCC, entregar ao(à) secretário(a) da CLE os nomes dos(as) Docentes(as) participantes da avaliação do TCC 1.
- VIII. Informar que para o TCC 2 e o TCC 3, o(a) Orientador(a) deverá definir a data e horário para a apresentação dos trabalhos e entregar ao(à) secretário(a) formulário preenchido com os dados necessários para cadastro de orientação e banca no SIGAA. Toda a documentação referente aos TCCs 1; 2 e 3, deverá ser entregue, em formato digital, com 15 dias de antecedência à execução de cada uma das ações previstas nos TCCs 1; 2 e 3. O(a) Orientando(a) que descumprir essa regra deverá, com o aval do(a) Orientador(a), submeter um pedido de prorrogação ao Colegiado do Curso, que deverá se manifestar sobre a demanda.
- IX. Matricular Orientandos(as) de outros(as) Docentes(as), na ausência justificada de seus(suas) Orientadores(as), de acordo com a área de pesquisa escolhida pelos(as) Orientandos(as). Caso haja alunos(as) que não se enquadrem em nenhum perfil, esses(as) deverão, obrigatoriamente, ser matriculados(as) como Orientandos(as) do(a) Coordenador(a) de TCC até o momento em que outro(a) Orientador(a) possa assumir a responsabilidade do trabalho;
- X. Solicitar aos(as) Orientadores(as) que precisem se desligar voluntariamente da Orientação, seja por afastamento ou quaisquer outros motivos, sugestão de novo(a)

Orientador(a), quando da ausência de Coorientador(a), que terá precedência em assumir a Orientação, caso lhe convenha;

XI. Em casos que se fizerem necessários, as orientações, a apresentação oral do TCC 1, a qualificação do TCC 2 e a defesa do TCC 3 poderão acontecer remotamente, desde que informadas, com antecedência, por meio de documento oficial à Coordenação do TCC;

XII. Elaborar e entregar à Coordenação de Letras Estrangeiras relatório resumido ao final de cada período letivo contendo informações referentes às atividades desenvolvidas durante os TCCs 1, 2 e 3;

XIII. Convocar, sempre que houver necessidade, Docentes(as) Orientadores(as) e/ou alunos(as) matriculados(as) nas disciplinas de TCC para discutir, seja de modo presencial ou remoto, questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação;

XIV. Proceder a troca de Orientador(a) em casos nos quais não se venha a chegar em um consenso através de mediação;

XV. Colaborar com as agendas de apresentações dos TCCs 1, 2 e 3, mediante solicitação prévia do(a) Orientador(a) e informar docentes e alunos(as), com relação às exigências estabelecidas.

CAPÍTULO IV **DOS REQUISITOS GERAIS DO TCC**

Art. 7º - O TCC 1 ocorrerá no 6º período para o Curso de Licenciatura em Letras – Inglês e consistirá na elaboração do projeto de pesquisa, a ser desenvolvido pelo(a) Discente, e avaliado durante o Seminário de Apresentação de Projetos (SAP), que ocorrerá no referido período.

Art. 8º - Ao realizar matrícula no TCC 1, o aluno deverá optar entre a área de Linguística/Linguística Aplicada e a área de Literatura e Cultura.

Art. 9º - Durante a realização do SAP, os(as) Coordenadores de TCC deverão contar com a presença de um(a) avaliador(a) externo(a), que poderá, ou não, ser o/a próprio(a) Orientador(a) do(a) aluno(a) matriculado(a) na disciplina TCC 1. Esse(a) avaliador(a) externo(a) atribuirá uma nota (de 0 a 10) para o trabalho do(a) aluno(a). Essa nota deverá ser a média entre o trabalho escrito (projeto de pesquisa) e a apresentação oral. No SIGAA, as notas dos alunos devem ser atribuídas da seguinte forma:

I. 1ª Nota - Atribuída pelo(a) Docente da disciplina para o conjunto do trabalho realizado pelo(a) aluno(a) durante a disciplina (desempenho em atividades propostas pelo(a) Docente do TCC1 no Plano de Curso da disciplina);

II. 2ª Nota - Atribuída pelo(a) Docente da disciplina para o trabalho final escrito (projeto de pesquisa e apresentação);

III. 3ª Nota - Atribuída pelo(a) avaliador(a) externo(a) ao trabalho escrito (projeto de pesquisa e apresentação).

Art. 10º - Na disciplina de TCC 2 deverá ocorrer o desenvolvimento inicial do trabalho de pesquisa e a produção de versão parcial escrita do artigo de pesquisa.

Art. 11º - O TCC 2 ocorrerá no 7º período e dar-se-á em forma de Orientações individuais entre Orientador(a) e Orientando(a), com encontros (presenciais ou remotos) previamente agendados pelo(a) Orientador(a), dependendo da necessidade do(a) Orientando(a) e disponibilidade do(a) Orientador(a).

Art. 12º - Ao final do período letivo referente ao TCC 2, o(a) discente deverá submeter uma versão impressa e/ou digital de seu trabalho em andamento para qualificação, a ser julgada por um(a) avaliador(a) externo(a) com conhecimento específico na área de pesquisa desenvolvida pelo(a) discente, ao qual caberá atribuir a segunda das três notas da disciplina, que deverá representar a média entre o texto escrito (0 a 10) e a apresentação oral (0 a 10). Após a entrega do texto, que deverá ser enviado, em formato digital, 15 dias antes da conclusão da disciplina, de acordo com o calendário acadêmico, o(a) Orientador(a) de TCC apresentará um cronograma com a data, número da sala (ou endereço virtual) e horário da apresentação oral (qualificação) referente ao TCC 2.

Art. 13º - A terceira nota do TCC 2 será atribuída pelo(a) Orientador(a), sendo também a média entre o texto escrito (0 a 10) e a apresentação oral (0 a 10).

Art. 14º - São itens obrigatórios no texto apresentado para a qualificação:

- a) *Abstract* (resumo);
- b) Introdução;
- c) Estado da arte, fortuna crítica ou fundamentação teórica;
- d) Metodologia (quando aplicável);

Parágrafo único: Caso o(a) Orientando(a) tenha redigido análise parcial de sua pesquisa, ela poderá ser apresentada mediante aprovação prévia do(a) Orientador(a).

Art. 15º - O desenvolvimento do texto escrito no TCC 2 deverá seguir as exigências apresentadas no Quadro 11.

Art. 16º - Na disciplina de TCC 3 o aluno deverá apresentar a versão concluída do artigo acadêmico, em formato escrito, seguido de apresentação oral (defesa) que sintetize as sessões discutidas no trabalho.

Art. 17º - A disciplina TCC 3, que ocorrerá no 8º período, dar-se-á na forma de orientações individuais (presenciais ou remotas) entre Orientador(a) e Orientado(a). O encontro deve ocorrer de acordo com a necessidade do(a) Orientando(a), mediante disponibilidade do(a) Orientador(a). Ao final do período letivo referente ao TCC 3, o(a) discente deverá enviar uma versão final revisada de seu trabalho para o(a) Orientador(a) com, no mínimo, 15 dias de antecedência à data da defesa. É responsabilidade do(a) Orientador(a) o envio do trabalho para dois examinadores(as) externos(as) com conhecimento na área do trabalho e titulação mínima de Especialista ou discente regularmente matriculado ou egresso de programa de pós-graduação *strictu sensu*.

Art. 18º - A nota final da disciplina TCC 3 será a média de 3 notas independentes, mediante o trabalho apresentado no dia da defesa, de acordo com os critérios estabelecidos em grade de notas entregue aos membros da banca pelo(a) Orientador(a) do TCC 3. Caberá ao(a) Orientador(a) e aos avaliadores externos, cada um, atribuir 1 nota ao trabalho. Essas notas deverão ser registradas pelo(a) Orientador(a) no SIGAA.

Art. 19º - O desenvolvimento do texto escrito no TCC 3 deverá seguir as exigências apresentadas no Art. 30º.

Art. 20º - A defesa do TCC 3 deverá ocorrer em sessão pública, aberta a todo e qualquer

membro da comunidade acadêmica e externa. É recomendado, para fins de familiarização com o processo, que o(a) Coordenador(a) de TCC convide os(as) demais alunos(as) da Coordenação de Letras Estrangeiras para assistirem às apresentações.

CAPÍTULO V **DA ORIENTAÇÃO DO TCC**

Art. 21º - A Orientação de TCC é de responsabilidade de docente efetivo em exercício, vinculado(a), preferencialmente, à Coordenação de Letras Estrangeiras da Universidade Federal do Piauí.

Parágrafo único: Nos casos em que as pesquisas dos(as) alunos(as) tenham interfaces com outras áreas do conhecimento, as Orientações de TCC poderão ser feitas por docentes efetivos e ativos de outros Cursos, de áreas afins, da UFPI.

Art. 22º - Cabe ao(a) Orientador(a) esclarecer as dúvidas de seus Orientandos com relação à formatação e padronização do texto escrito, de acordo com a modalidade escolhida para o desenvolvimento do trabalho científico. Esse esclarecimento pode ser feito de forma coletiva ou por meio de Orientação em grupo ou individual (presencial ou remota), com agendamento prévio, mediante disponibilidade do(a) Orientador(a).

Art. 23º - O arquivo contendo o TCC 3 deverá ser encaminhado à Coordenação do Curso, por correio eletrônico, sendo o(a) secretário(a) do Curso responsável por encaminhá-lo à Coordenação do TCC.

Art. 24º - Compete ao(a) Docente Orientador(a):

- I. Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC 1 (opcional) e o processo de escrita dos TCC 2 e 3 em todas as suas etapas, participando, regularmente, de reuniões com os(as) Orientandos(as);
- II. Sugerir as Bancas Avaliadoras de seus(suas) Orientandos(as), desde que as mesmas também sejam aprovadas pelos(as) Orientandos(as);
- III. Participar da defesa na condição de Presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC;
- IV. Reprovar Orientandos(as) que não participarem das Orientações, cujos trabalhos não atendam às exigências mínimas ou não cumpram os prazos estipulados;
- V. O(a) Docente Orientador(a) poderá ter até cinco (05) Orientandos(as) de TCC por componente curricular.

Parágrafo único: Não será conferida redução de carga-horária ao(a) Docente que atingir o número máximo de Orientações, salvo os casos previstos em Resolução específica vigente.

Art. 25º - Caso necessário e mediante existência de docente para atuar como Coorientador(a), os pedidos deverão ser solicitados pelo(a) Orientador(a), que deverá apresentá-lo ao(à) Coordenador(a) de TCC, que deverá submeter sua recomendação para o Colegiado do Curso.

CAPÍTULO VI **DOS DISCENTES COM TCC EM DESENVOLVIMENTO**

Art. 26º - Compete aos(às) Orientandos(as):

- I. Contatar possível Docente-Orientador(a) para discutir proposta de pesquisa que se alinhe à sua área de interesse;
- II. Elaborar e desenvolver o projeto de TCC 1, sob do(a) Coordenador(a) de TCC e, se for o caso, do(a) futuro(a);
- III. Cumprir as normas e prazos estabelecidos;
- IV. Encaminhar para a Coordenação de Letras Estrangeiras cópia em formato digital da versão final do TCC 3, aprovada pelo(a) Docente Orientador(a), seguindo as normas da Biblioteca Central da UFPI;
- V. Participar de reuniões, encontros de Orientação, apresentações acadêmico-científicas e outras atividades, presenciais ou remotas, relativas ao TCC para as quais for convocado(a);
- VI. Cumprir o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo(a) Docente Orientador(a);
- VII. Acatar outras atribuições referentes aos TCCs 1, 2 e 3.

CAPÍTULO VII

DOS REQUISITOS DO TRABALHO ESCRITO E APRESENTAÇÃO ORAL

Art. 27º - No que se refere à sua forma escrita, os Trabalhos de Conclusão de Curso deverão se enquadrar na seguinte modalidade:

- I. Artigo Científico:
 - a) Trabalho redigido em conformidade com o gênero artigo acadêmico, de acordo com as normas vigentes da ABNT;
 - b) A redação deve ser feita utilizando a norma culta da Língua Inglesa;
 - c) Deve conter entre 12 e 25 páginas, trazendo, obrigatoriamente: Título, Resumo em Língua Inglesa e Referências bibliográficas;
 - d) Apêndices e/ou anexos são obrigatórios quando aplicáveis ao trabalho e não devem contar para fins de paginação.

Art. 28º - Pesquisas que envolvam seres humanos deverão ter seus projetos encaminhados para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFPI) respeitando seus prazos e regulamentação vigente estabelecida, ficando a etapa de coleta de dados subordinada à aprovação do projeto pelo órgão.

Parágrafo Único: A documentação comprobatória do CEP/UFPI, assim como o(s) Termo(s) de Consentimento(s) e/ou similares, devem ser incluídos no trabalho escrito na forma de Apêndice e/ou Anexo.

Art. 29º - Serão observados, durante a apresentação dos TCCs 1, 2 e 3, mais especificamente na apresentação do TCC 3; o uso adequado da linguagem e clareza de expressão, a fluência verbal, a didática, o domínio do conteúdo, a segurança e desenvoltura, o tempo de apresentação (15-20 minutos) e a qualidade da apresentação em Língua Inglesa (LI).

Parágrafo único: A forma de apresentação deverá ser discutida antecipadamente com o(a) Orientador(a), primando por uma apresentação sucinta e clara, seguindo-se os critérios estabelecidos pela Coordenação de TCC, por meio da ficha de avaliação

(ANEXOS I e II) entregue a cada um dos membros da banca, durante a apresentação de TCC 3.

Art. 30º - Os critérios de avaliação do TCC 3 encontram-se discriminados nos seguintes documentos:

- I. Ficha de Avaliação do Trabalho Escrito (ANEXO I);
- II. Ficha de Avaliação da Apresentação oral (ANEXO II).

Parágrafo único: A nota final será a soma simples da pontuação das fichas de avaliação (ANEXO I e II). Parte dos critérios para avaliação do TCC 1 e 2 deverão ser adaptados a partir dos Anexos I e II, levando-se em consideração a natureza de cada TCC.

CAPÍTULO VII **DA BANCA EXAMINADORA**

Art. 31º - As bancas de TCC 1; TCC 2 e TCC 3 devem ser formadas respeitando-se os seguintes critérios:

- I. TCC 1. A banca de avaliação do TCC 1 deverá ser composta pelo(a) Coordenador(a) de TCC e outro(a) Docente, por ele(a) convidado(a), efetivo(a), substituto(a) ou aposentado(a) da Coordenação de Letras Estrangeiras ou de outro curso de área afim da Universidade Federal do Piauí;
- II. TCC 2. A banca de avaliação do TCC 2 deverá ser composta pelo(a) Orientador(a) e Coorientador(a) (se houver) do TCC 2, e outro(a) Docente convidado (a), efetivo(a), substituto(a) ou aposentado(a), preferencialmente da Coordenação de Letras Estrangeiras ou de outro curso de área afim da UFPI. A arguição deverá ser feita unicamente por esse(a) Docente convidado(a). Caso não seja possível a participação de um membro da UFPI, membros vinculados a outras Instituições de Ensino, de áreas afins, com titulação mínima de Especialista poderão ser convidados;
- III. TCC 3. A banca de avaliação do TCC 3 deverá ser composta pelo(a) Orientador(a) e Coorientador(a) (se houver) do TCC 3 e pelo menos, (01) um membro efetivo da UFPI e (01) um(a) Docente convidado(a) pelo(a) Orientando(a), com a anuência do Orientador(a), podendo ser ele(a) efetivo(a), substituto(a) ou aposentado(a), da Coordenação de Letras Estrangeiras ou de outro curso de área afim da UFPI ou discente regularmente matriculado(a) ou egresso(a) de programa de pós-graduação *strictu sensu*. A arguição deverá ser feita unicamente por esses(as) convidados(as). Caso não seja viável a participação de membro da UFPI, membros vinculados a outras Instituições de Ensino Superior, de áreas afins, com titulação mínima de Especialista poderão ser convidados(as). A comunicação oficial e o envio da documentação para o convite da banca são de responsabilidade do(a) Orientador(a), assim como a entrega das fichas de avaliação e Orientações sobre o envio da versão final do trabalho.

Parágrafo único: Os membros avaliadores de TCCs 1 e 2, têm autonomia para atribuir a segunda das três notas, de acordo com o que julgarem condizente com o trabalho, sem a interferência do(a) Orientador(a) ou co-Orientador(a) (se houver). Para o TCC 3 caberá ao(à) Orientador(a) e a cada um dos avaliadores (externos) atribuir uma nota ao trabalho, após a apresentação e arguição.

CAPÍTULO VII



DA EMISSÃO DE CERTIFICADOS PARA AS BANCAS AVALIADORAS

Art. 32º - Serão disponibilizados Declarações e/ou Certificados aos membros das bancas avaliadoras, nas seguintes situações:

- I. Para os TCCs 1 e 2, a Coordenação de TCC deverá emitir uma declaração de participação aos(às) avaliadores(as) do trabalho;
- II. Para o TCC 3, deverá ser emitido um Certificado de participação, conforme observado:
 - a) Certificado de Participação em Banca (membros externos que realizaram as arguições dos trabalhos);
 - b) Certificado de Orientação (membros que Orientaram os trabalhos);
 - c) Certificado de Coorientação, se houver (membros que Coorientaram os trabalhos).

CAPÍTULO IX DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 33º - O TCC será avaliado segundo os critérios estabelecidos pelo Plano Político Pedagógico (PPP), sendo a versão final apreciada, na forma escrita e/ou em exposição oral, por uma banca examinadora, constituída de acordo com este Regulamento, entre os quais são obrigatórios os seguintes itens:

- I. Para o texto escrito:
 - a) Delimitação do tema apresentado;
 - b) Qualidade da discussão e estabelecimento de relações entre as teorias utilizadas e o tema da pesquisa;
 - c) Aspectos semânticos, sintáticos, ortográficos e pontuação do texto escrito, respeitando-se as normas do gênero artigo acadêmico;
 - d) Desenvolvimento da metodologia (quando aplicável);
 - e) Análise dos dados (quando aplicável);
 - f) Adequação do referencial bibliográfico ao tema da pesquisa (quando aplicável);
 - g) Adequação do texto escrito às normas vigentes da ABNT.
- II. Da apresentação oral:
 - a) Uso oportuno de recursos multimodais;
 - b) Uso da norma culta e adequação ao gênero acadêmico oral;
 - c) Segurança e domínio do tema;
 - d) Postura e qualidade das respostas à arguição dos(as) avaliadores(as);
 - e) Gerenciamento qualitativo do tempo de apresentação.

Parágrafo único: O(a) Coordenador(a) da disciplina de TCC 1 ficará responsável por atribuir (02) duas das três notas ao projeto desenvolvido pelo(a) aluno(a), de acordo com os critérios estabelecidos neste Regulamento.

Art. 34º - A nota final dos TCCs 1, 2 e 3 será a média das notas atribuídas pelo(a) Coordenador(a) de TCC e membro avaliador, no caso do TCC 1 e pelo(a) Orientador(a) e membro(s) avaliador(es), nos casos de TCC 2 e 3, conforme critérios estabelecidos neste Regulamento.

Art. 35º - O(a) aluno(a) que não obtiver média mínima de sete pontos inteiros (7) e/ou não apresentar o TCC no prazo estabelecido será reprovado(a). Cabe ao(à) Orientador(a) verificar se o trabalho respeita os critérios estabelecidos neste Regulamento.

Parágrafo único: Em caso de plágio devidamente comprovado, o(a) discente será automaticamente reprovado(a) no componente curricular.

Art. 36º - A versão final e corrigida do TCC, após a sua apresentação e/ou arguição perante banca examinadora, deverá ser entregue em formato eletrônica à Coordenação de Curso, no prazo de 15 dias após apresentação e/ou arguição.

Art. 37º - Após a apreciação, em reunião específica, o Colegiado emitirá parecer, em até três dias, à Coordenação de TCC e ao(à) Presidente da banca examinadora.

CAPÍTULO X **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 38º - Casos especiais, dentre os quais, aqueles referentes aos resultados finais obtidos, que não estejam respaldados por este Regulamento deverão ser encaminhados, com devida justificativa ao Colegiado de Curso, que deliberará com base nas Resoluções aplicáveis.

ANEXOS**ANEXO I**

FICHA DE AVALIAÇÃO: TRABALHO ESCRITO			
ALUNO: TRABALHO:		Valor máximo	Valo atribuído (média)
01	Delimitação do tema apresentado.	0,75	
02	Qualidade da discussão e estabelecimento de relações entre as teorias utilizadas e o tema da pesquisa.	2,0	
03	Aspectos semânticos, sintáticos, ortográficos e pontuação do texto escrito, respeitando-se as normas do gênero artigo acadêmico.	1,5	
04	Desenvolvimento da metodologia.	1,0	
05	Adequação da referencial bibliográfico ao tema da pesquisa.	1,0	
06	Adequação do texto escrito às normas vigentes da ABNT.	0,75	
NOTA ATRIBUÍDA AO TRABALHO			

ANEXO II

FICHA DE AVALIAÇÃO APRESENTAÇÃO ORAL			
ALUNO: TRABALHO:		Valor máximo	Valor atribuído (média)
01	Uso oportuno de recursos multimodais	0,25	
02	Uso da norma culta e adequação ao gênero acadêmico oral	0,25	
03	Segurança e domínio do tema	1,25	
04	Postura e qualidade das respostas à arguição dos avaliadores	1,0	
05	Gerenciamento qualitativo do tempo de apresentação	0,25	
NOTA ATRIBUÍDA AO TRABALHO			